



**Universidade de Brasília – UnB
Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS**

*** * ***

**Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3
IHEAL/CREDAL - ED 122**

OS GAÚCHOS E A GLOBALIZAÇÃO

**VULNERABILIDADE E ADAPTAÇÃO DA PECUÁRIA FAMILIAR
NO PAMPA DO URUGUAI, ARGENTINA E BRASIL**

*** * ***

LES GAUCHOS ET LA MONDIALISATION

**VULNÉRABILITÉ ET ADAPTATION DE L'ÉLEVAGE FAMILIAL
DANS LA PAMPA DE L'URUGUAY, L'ARGENTINE ET LE BRÉSIL**

*** * ***

Gabriela LITRE

**Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, Área de Concentração:
Política e Gestão Ambiental**

*** * ***

Thèse de Doctorat en Géographie et Aménagement

Orientador / Directeur de Thèse

Jean-François TOURRAND

Co-orientadores / Codirecteurs de Thèse

Martine DROULERS - Marcel BURSZTYN

Banca Examinadora / Jury:

Jean-François TOURRAND

Martine DROULERS

Marcel BURSZTYN

Doris SAYAGO

Marcos Flavio SILVA BORBA

BRASÍLIA - DF, 11 de Maio de 2010 / 11 Mai, 2010

Litre, Gabriela

Os Gaúchos e a Globalização: Vulnerabilidade e Adaptação da Pecuária Familiar no Pampa do Uruguai, Argentina e Brasil.

Gabriela Litre.

Brasília, 2010.

474 p.: il.

Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília. IHEAL/CREDAL, ED 112, Université Paris 3 – Sorbonne-Nouvelle, Paris.

1. Pecuária Familiar. 2. Pampa. 3. Modos de vida. 4. Sustentabilidade. 5. Dinâmicas Territoriais.

I. Universidade de Brasília. CDS. IHEAL/CREDAL. ED 122, Université Sorbonne-Nouvelle – Paris 3, Paris.

II. Título.

É concedida às Universidades de Brasília e Sorbonne-Nouvelle – Paris 3 permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

Gabriela Litre

**Universidade de Brasília – UnB / Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS
Université Sorbonne-Nouvelle - Paris 3 – ED 122 / IHEAL - CREDAL**

OS GAÚCHOS E A GLOBALIZAÇÃO

**VULNERABILIDADE E ADAPTAÇÃO DA PECUÁRIA FAMILIAR
NO PAMPA DO URUGUAI, ARGENTINA E BRASIL**

*** * ***

LES GAUCHOS ET LA MONDIALISATION

**VULNÉRABILITÉ ET ADAPTATION DE L'ÉLEVAGE FAMILIAL
DANS LA PAMPA DE L'URUGUAY, L'ARGENTINE ET LE BRÉSIL**

*** * ***

Gabriela LITRE

**Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, Área de Concentração: Política e
Gestão Ambiental**

*** * ***

Thèse de Doctorat en Géographie et Aménagement Urbain

Orientador / Directeur de Thèse

Jean-François TOURRAND

Co-orientadores / Codirecteurs de Thèse

Martine DROULERS - Marcel BURSZTYN

Tese aprovada por / Thèse approuvée par:

**JEAN-FRANÇOIS TOURRAND - Doutor, Centro de Desenvolvimento Sustentável – UnB
(Orientador)**

**MARTINE DROULERS - Doutora, IHEAL/CREDAL, Université Sorbonne-Nouvelle – Paris 3
(Orientadora de Cotutela)**

**MARCEL BURSZTYN - Doutor, Centro de Desenvolvimento Sustentável – UnB
(Co-Orientador de Cotutela)**

DORIS SAYAGO – Doutora, Centro de Desenvolvimento Sustentável – UnB (Examinador Interno)

MARCOS FLAVIO SILVA BORBA - Doutor, EMBRAPA Pecuária Sul (Examinador Externo)

Brasília-DF, 11 de Maio de 2010 / 11 Mai, 2010

Ao Sandro, meu esposo e companheiro. Pela felicidade, pela ajuda e pela paciência
Ao Pedro Adrian, com amor
A meus pais, Carlos e Ana Maria, e irmãos Maria Laura, Analia, Jose Luis e Maria Cecília, e a minhas
sobrinhas Elisita e Magda.
A meus sogros Geny e Elias e a minha cunhada Camila. A Maria.
A todos eles, obrigada pelo apoio e o carinho ao longo desse caminho

AGRADECIMENTOS

Desde o começo, esta tese tem misturado esforço e prazer. O esforço, para atingir rincões afastados na imensidão do Pampa e para entrar no seio de famílias que lutam por sobreviver num mundo em rápida transformação. O esforço, também, para mergulhar – sem afogar-me – num oceano de dados e de abordagens interdisciplinares que refletem a heterogeneidade dos modos de vida dos pecuaristas gaúchos. E o prazer de percorrer quilômetros no horizonte sem limites na companhia de guias (e amigos) para conhecer pessoas que ainda vivem a vida com amor pela família, pela natureza e pelo trabalho.

O fruto desses quatro anos de doutorado não teria sido possível sem o apoio e a generosidade de homens e mulheres da Rede de pesquisa Strategic Monitoring of South American Regional Transformations (SMART), que compartilharam os seus conhecimentos, tempo e até recursos para facilitar o meu trabalho de campo e a redação da tese. Especiais agradecimentos a:

Dr. Jean-François Tourrand, meu orientador principal de tese, por ter despertado em mim vontade e confiança para buscar o doutorado, bem como pelo apoio para ampliar os meus contatos na área dos estudos das transformações territoriais nas Américas.

Dra. Martine Droulers, minha orientadora de cotutela pela Sorbonne Nouvelle - Paris 3, pela generosidade de aceitar dirigir a minha tese, abrindo as portas da geografia e do vínculo do ser humano com a terra.

Dr. Marcel Bursztyn, co-orientador de cotutela, por estar sempre presente e pela lúcida orientação no momento certo. Também pelas lições de profissionalismo e sensibilidade, pela calma e pela perspectiva.

Aos demais *membros da banca*, *Doris Sayago* (examinador interno) e *Marcos Borba* (examinador externo) pela leitura criteriosa do trabalho e pelos comentários enriquecedores.

Aos professores *Laura Duarte*, pelos lúcidos e oportunos comentários durante a qualificação e a pré-defesa, e *Paulo D. Waquil*, pelas sugestões e pela facilitação da minha pesquisa no RGS.

Sandro Lima, meu esposo, por ter sido um porto seguro em cada tormenta. Pelo amor, pelo apoio, pela paciência e pela generosidade neste doutorado que começou dois meses depois do nosso casamento. Pela paciente revisão do meu português / *portunhol* e pelos oportunos comentários sobre cada capítulo. A *Laura* e *Nicolas Valentin*, pela revisão do texto em francês.

Na Argentina, especiais agradecimentos a Marcelo Champredonde, Jorge Couderc e Liliana Oustry (do INTA), a Fernanda e Miguel Ercoli, e Carlos, Ana Maria e Analia Adriana Litre. Todos eles brindaram apoio, conhecimento, caronas, *mates* e momentos inesquecíveis!

No Brasil, Cláudio “Tocha” Ribeiro (Emater – Bagé), pelas dicas, pelas discussões sobre as nossas respectivas teses, a bibliografia compartilhada, as caronas, os chimarrões e a cálida hospedagem na sua casa em Bagé. E ao resto da equipe da Emater de Bagé, Santana do Livramento, Dom Pedrito e Caçapava do Sul, pelo apoio a ajuda logística. Ao Paulo D. Waquil (UFRGS), Thelmo Martins Costa e ao Sergio Schneider (Universidade de Passo Fundo), ao Carlos Nabinger (UFRGS), Adriano Perrelli e ao Walter Brehm (Inspetoria Veterinária - Secretaria de Agricultura de Esmeralda), pelas orientações, as viagens e os contatos no Estado, e ao Fernando Aduato, da FARSUL (Porto Alegre).

No Uruguai, o paciente e experiente Hermes Morales, companheiro de viagens ao interior do Uruguai e autor dos melhores *mates* de Salto, Danilo Bartaburu, Wendy e Esteban Montes e Marcelo Pereira (IPA), Virginia Courdin, Pedro Arbeletche, Pastora Correa e Margarita Heizen (UDELAR), e Virginia Caravia. Todos me fizeram me sentir em casa.

Na França, Benoît Dedieu, coordenador geral do projeto TRANS, pelo apoio e a confiança, a Gérard Servière, Jean-Yves Pailleux (INRA Clermont-Ferrand), Bruno Lemery, Nathalie Joly, Astou Diao Camara (INRA-Dijon) pelas conversas tão úteis, por abrir as portas do INRA e do Institut de l'Élevage e pelas maravilhosas visitas de campo conjuntas. A equipe TSE (Claudine Tixier, Nathalie Hostiou, Stéphane Ingrand, Cécile Fiorelli) pela cálida recepção no INRA em Clermont-Ferrand. A meu colega de rota na Europa, *Fernando Coronato*, que conclui uma tese fascinante sobre a criação de ovelhas na Patagônia.

Na Bélgica, Eric Lambin, Département de Géologie et Géographie, Université Catholique de Louvain, pelos comentários sobre as mudanças no uso da terra e a importância da escala.

Na Áustria, Martin Coy e Martina Neuburger, Institut für Geographie, Universität Innsbruck, pelas conversas sobre geografia, sustentabilidade e desenvolvimento.

Na Alemanha, ao International Human Dimensions Programme on Global Environmental Change (United Nations University – IHDP, Bonn), onde trabalhei entre 2007 e 2010 nos projetos de pesquisa Global Environmental Change, Agriculture and Food Systems (GECAFS) e Global Land Project (GLP). A experiência me permitiu interagir com excelentes cientistas na área das dimensões humanas das mudanças globais, como Oran Young, Kate Brown e Karen O'Brien. Agradeço também as seguintes *instituições* que facilitaram o meu trabalho de campo fornecendo pessoal e/ou meios de transporte: Instituto Plan Agropecuário/Salto (Uruguai) Facultad de Agronomía da Universidad de La Republica (Uruguai), Instituto Nacional de Tecnología Agropecuária/ Pigüé e Bordenave (INTA), Argentina, EMATER/RS (Brasil), FARSUL (Brasil), Faculdade de Economia e Administração, Curso de Economia, Universidade de Passo Fundo (Brasil), Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural e Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil), Institut National de Recherches Agronomiques – Clermont Ferrand (França), Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (França), Institut de Recherche pour l'Ingénierie de l'Agriculture et de l'Environnement, CEMAGREF (França), Institut de l'Élevage (França), Institut für Geographie, Universität Innsbruck (Áustria), Département de Géologie et Géographie, Université Catholique de Louvain (Bélgica). Sem o apoio dessas instituições, o foco internacional e interdisciplinar dessa pesquisa não teria sido possível. Aos meus queridos professores, a equipe do CDS, e aos colegas de doutorado. Especialmente, a *Marcelo Felipe Persegona*, pela presteza com as ilustrações geográficas, a *Maione* e o *Gil Cardoso* pelos bons momentos compartilhados e pelo apoio nos momentos difíceis, o *Armando Tanimoto*, a *Helena Araújo* e o *Daniel Trento do Nascimento* pelas dicas sobre como sobreviver à redação e a impressão final de uma tese.

Projeto TRANS e *Projeto IAI – Scenarios*, pelo suporte financeiro para o trabalho de campo. Finalmente, agradeço a cada um dos *pecuaristas familiares gaúchos* entrevistados, pela generosidade ao abrir as porteiras e pelo tempo dedicado durante as minhas visitas de campo.

“(...) a unidade familiar de produção (...) não é apenas uma forma de produzir safras e criações; é uma forma de produzir gente – boa gente”

(PAARLBERG, 1976, citado por ABRAMOVAY, 1992).

“Acontece que a globalização pode ser vista como um vasto processo não só político-econômico, mas também sociocultural, compreendendo problemas demográficos, ecológicos, de gênero, religiosos, lingüísticos e outros. Ainda que a pesquisa privilegie determinado ângulo de análise, está continuamente desafiada a levar em conta outros aspectos da realidade, sem os quais a análise econômica, política, sociológica, ecológica ou outra resulta em abstrações carentes de realidade, consistência ou verossimilhança”.

(IANNI, 1998)

RESUMO

A pecuária familiar gaúcha, uma categoria especial dentro da agricultura familiar, tem sido longamente ignorada pelo meio acadêmico e pelos tomadores de decisões. O cenário onde a pecuária familiar gaúcha se desenvolve – o Pampa - constitui um bioma em profunda transformação e que, apesar de sua riqueza, possui o menor percentual de área legalmente protegida do mundo, além de passivos ambientais de difícil reversibilidade. Essa desvalorização está na origem da falta de políticas de apoio ao setor e do êxodo massivo de pecuaristas familiares que, marginalizados ou obrigados a criar animais em confinamento (*feedlot*), optam por arrendar ou vender suas terras a grandes companhias multinacionais de soja ou eucalipto. Os serviços fornecidos pelo Pampa (ambientais, culturais, e estéticos) também estão ameaçados. Nesse trabalho analisaremos as percepções e as estratégias de adaptação dos bovinocultores familiares de corte do bioma Pampa da Argentina, do Uruguai e do Brasil face à concorrência entre a pecuária tradicional e a lavoura em grande escala. Utilizamos os conceitos de vulnerabilidade, resiliência, adaptação e do marco da dupla exposição aos riscos climáticos e socioeconômicos como a explicação teórica mais consistente para a realidade encontrada. Como dados primários, foram entrevistadas 75 famílias de pecuaristas (25 por cada país) com questionários semi-estruturados que procuram identificar as suas trajetórias, organização do trabalho, comercialização, redes de diálogo, posição frente ao risco, motivação e visão do futuro por meio de análise temática. Especial atenção foi dada ao papel das mulheres e dos jovens. De maneira paralela, foram realizadas visitas de campo e entrevistas com acadêmicos, extensionistas rurais, órgãos governamentais e representantes dos pecuaristas. Em segundo lugar, foram analisadas políticas públicas de certificação ambiental para a pecuária familiar em cada país, as marcas geográficas e a rastreabilidade do gado. Estas informações foram obtidas por meio da imprensa local, de censos e de documentos oficiais. Concluímos que a pecuária familiar gaúcha constitui um elo importante entre emprego, produção, sustentabilidade e contenção social. Também, que a bovinocultura de corte é muito mais do que uma fonte de renda econômica: os pecuaristas e as suas famílias resistem aos obstáculos, cada vez maiores, pois enxergam a atividade como um modo de vida e atrelam sua identidade à natureza. Mesmo se resultam frequentemente desvalorizados, os serviços ecológicos do Pampa já têm começado a adquirir valor econômico e comercial, como acontece com o agroturismo e o ecoturismo pampiano, o sequestro de carbono atmosférico e a certificação ecológica de produtos e processos de produção, como o “boi verde” ou a carne do bioma Pampa.

Palavras-Chave: Pecuária Familiar, Sustentabilidade, Pampa, Desenvolvimento Rural, Transformações Territoriais.

RÉSUMÉ

L'élevage familial gaucho, une catégorie spéciale dans le monde de l'agriculture familiale, a été longtemps ignoré par le milieu académique et par les décideurs. Le scénario où se déroule l'élevage familial gaucho, la Pampa – est un biome en profonde transformation qui, même riche, a le plus petit pourcentage de surface légalement protégée. Cette dévalorisation naît du manque de politiques d'appui au secteur et à l'exode massif des éleveurs familiaux qui, marginalisés ou forcés à choisir un système d'élevage en confinement des animaux (*feedlot*), finissent par louer ou vendre leurs terres à des entreprises multinationales dédiées aux monocultures de soja ou eucalyptus. Les services écologiques fournis par la Pampa (environnementaux, culturels et esthétiques) sont aussi menacés. Dans ce travail, nous analyserons les perceptions et les stratégies d'adaptation des éleveurs familiaux de viande bovine du biome Pampa de l'Argentine, de l'Uruguay et du Brésil face à la concurrence entre l'élevage traditionnel et l'agriculture à grande échelle. On utilise les concepts de vulnérabilité, résilience, adaptation et de double exposition aux risques climatiques et socio-économiques comme l'explication théorique plus consistante pour la réalité trouvée. Comme données primaires, nous avons interviewé 75 familles d'éleveurs (25 par pays) avec des formulaires semi-structurés qui cherchaient à identifier, à travers la méthode de l'analyse thématique, leurs trajectoires, leur organisation du travail, leur insertion dans le marché, leurs réseaux de dialogue et leur position face aux risques, ainsi que leurs motivations et leurs visions du futur. Parmi ces familles d'éleveurs, une attention spéciale a été portée aux femmes et aux jeunes. En même temps, nous avons mené des visites sur le terrain et des interviews avec des informants-clés. En deuxième lieu, nous avons analysé les politiques publiques de certification environnementale, les indications géographiques et la traçabilité dans chacun des pays étudiés. C'est à partir de ces données que nous avons conclu que l'élevage familial gaucho constitue un lien important entre emploi, production, durabilité et contention sociale. Nous sommes aussi arrivés à la conclusion que l'élevage bovin signifie beaucoup plus qu'une source de revenu économique. En effet, les éleveurs et leurs familles résistent aux aléas parce qu'ils perçoivent leur activité comme un mode de vie et parce qu'ils lient leur propre identité à la nature. Même fréquemment ignorés, les services écologiques de la Pampa ont commencé à constituer de la valeur économique, tels les cas de l'agrotourisme et l'écotourisme pampéen, la séquestration de CO₂ et la certification écologique des produits et processus.

Mots - Clés: Elevage Familial, Durabilité, Pampa, Développement Rural, Transformations Territoriales.

ABSTRACT

Gaicho family livestock producers take part of a special social category in the family agriculture world. Traditionally ignored by researchers and decision-makers, the environment in which gaicho family farming takes place – the Pampas – is a biome going through deep transformations. In spite of its rich biodiversity, the grasslands of the Pampas have one of the smallest areas of legally protected land in the world and is subject to environmental passives of difficult reversibility. This lack of interest in the Pampas and its family livestock producers has led to the absence of public policies tailored to that sector and the massive exodus of family farmers to the cities. Thus marginalized, and forced to intensify their production through systems such as feedlots, many of them choose to rent or directly sell their land to multinational soybean or eucalypt companies. In this study, we analyse the perceptions and the adaptation strategies of the family livestock producers from the Pampa biome of Argentina, Brazil and Uruguay vis-à-vis the increasing land competition between traditional, extensive cattle-ranching and big-scale, intensive agriculture. We use the concepts of adaptation, resilience, vulnerability and the double exposure framework as theoretical tools to explain this complex reality. We have conducted a thematic analysis of the interviews performed with 75 family livestock producers from the Pampas (25 per country). The semi-structured questionnaires included questions about their life trajectories, the organization of work inside the farm, their networks and their attitude towards risk, as well as their motivations and their visions of the future. Special attention was paid to the role of women and youngsters. In parallel, several field visits and in-depth interviews were performed among agriculture researchers, rural advisors, rural development officers and representatives of livestock producers' associations. As secondary data, we analysed public policies and regulations concerning animal traceability, geographical indications and environmental certification in Uruguay, Brazil and Argentina. We conclude that Gaicho family livestock production is a positive link between employment, production, sustainability and social contention. We also conclude that Gaicho livestock production is far more than a source of financial income: small-to-medium acreage cattle-ranchers and their families see their activity as a livelihood and their identity is strongly linked to nature. Frequently underrated, the ecological services provided by the Pampa biome have started to acquire economic and commercial value. Some examples are agro-tourism, Pampean eco-tourism, CO₂ sequestration, and the ecological certification of products from the region.

Key-words: Gaicho Family Livestock Producers, Sustainability, Rural Development, Pampas, Territorial Transformations.

RESUMEN

La ganadería familiar gaucha, una categoría especial dentro de la agricultura familiar, ha sido tradicionalmente ignorada por el medio académico y por los tomadores de decisiones. El escenario en el cual la ganadería se desarrolla – la Pampa – es un bioma en profunda transformación y que, a pesar de su riqueza, posee el menor porcentaje de área legalmente protegida, además de pasivos ambientales de difícil reversibilidad. Esa desvalorización lleva a la falta de políticas de apoyo al sector y al éxodo masivo de ganaderos familiares que, marginalizados o forzados a criar animales en confinamiento (*feedlot*) prefieren arrendar o vender sus tierras a las grandes compañías multinacionales de soja y de eucalipto. Los servicios ecológicos provistos por la Pampa (ambientales, culturales y estéticos) también resultan amenazados. En este trabajo, analizaremos las percepciones y las estrategias de adaptación de los ganaderos bovinos de carne del bioma Pampa de la Argentina, de Brasil y de Uruguay frente a la competencia entre ganadería tradicional y agricultura en gran escala. Partimos de los conceptos teóricos de adaptación, resiliencia, vulnerabilidad y el marco de doble exposición a riesgos climáticos y socio-económicos como punto de partida para descifrar esta compleja realidad. Como datos primarios, utilizamos la metodología del análisis temático para estudiar las transcripciones de las entrevistas a 75 ganaderos y sus familias (25 por cada país). Fueron usados cuestionarios semi-estructurados que procuraron identificar sus trayectorias, su organización del trabajo, sus redes de diálogo, su posición frente al riesgo, sus motivaciones y su visión del futuro. De manera paralela, fueron realizadas visitas de campo y entrevistas a investigadores académicos, extensionistas rurales, órganos gubernamentales e representantes de asociaciones de ganaderos. También analizamos las políticas públicas de certificación ambiental para la ganadería, las indicaciones geográficas y la trazabilidad del ganado en cada país. Concluimos que la ganadería familiar gaucha constituye un eslabón importante entre empleo, producción, sustentabilidad y contención social. También, que la ganadería bovina para la producción de carne es más que una simple fuente de ingresos para los ganaderos gauchos: ellos y sus familias ven la actividad como un modo de vida e atan su identidad a la naturaleza que los rodea. Incluso si resultan frecuentemente desvalorizados, los servicios ecológicos de la Pampa ya han comenzado a adquirir valor económico y comercial, como sucede con el agroturismo y el ecoturismo pampeano, la captura de CO₂ y la certificación ecológica de productos y procesos de producción, como el “novillo verde” o la carne del bioma Pampa.

Palabras Clave: Ganadería Familiar, Sustentabilidad, Desarrollo Rural, Pampa, Transformaciones Territoriales.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. O objeto de estudo.....	30
Figura 2. Aspectos da pecuária familiar gaúcha analisados.....	38
Mapa 1. Municípios de origem dos pecuaristas entrevistados no Brasil, no Uruguai e na Argentina..	49
Mapa 2. O bioma Pampa.....	66
Mapa 3. As rotas dos tropeiros propiciaram o surgimento de uma cultura rural.....	70
altamente funcional às necessidades produtivas da economia baseada na.....	70
pecuária, desde o século XVII até o início do século XX.....	70
Mapa 4. Área Metropolitana do Mercosul.....	72
Mapa 5. Os países membro do Mercosul.	73
Gráfico 1. Comparação da bovinocultura de corte na Argentina, no Brasil e no Uruguai.....	75
Mapa 6. Subunidades naturais dos Pampas na América do Sul.	77
Foto 1: Criança gaúcha tomando chimarrão ou mate no Rio Grande do Sul, Brasil.....	84
Foto 2. “Quiero quedarme aca hasta que los huesitos me den”, diz Mariela B., solteira,	93
44 anos, na foto, encerrando o gado no seu campo de Paysandu, Uruguai.	93
Foto 3. “Me gusta ver a los ñandúes andar tranquilos entre las vaquitas”, diz Mariela B., 44 anos, na foto, junto com a mae, Nana. Juntas, manejam a UP de 398 hectares em Paysandú, Uruguay.	101
Figura 3. O Marco da Dupla Exposição.....	113
Figura 4. Fases no ciclo de decisão do manejo do risco.	123
Mapas 7 e 8. Uso da terra e da cobertura do solo para (A) 1985-1989 e (B) 2002-2004. As linhas finas cor cinza indicam os limites de cada subunidade estudada. O gráfico de pizza (<i>pie chart</i>) indica a porcentagem de cada tipo de uso e cobertura da terra para cada período.	129
Gráfico 2. Ingresso bruto agropecuário, por atividade, em dólares e por ano.	142
Gráfico 3. Evolução da superfície agrícola na Argentina, em milhares de hectares.....	142
Gráfico 4. Evolução do valor da terra na Argentina, por hectare dedicado a criação e a invernada..	143
Tabela 9: Total de unidades produtivas (<i>Explotaciones Agropecuarias</i> ou EAP, em espanhol) nos Censos Nacionais Agropecuários (CNA) 2002 e 1988 na Argentina, por regiões e no total do país.....	145
Foto 5: C.A.L. cuida do gado no acostamento da estrada provincial 67, caminho a Pigue. No inverno, as 196 hectares. não alcançam para a sobrevivência de 170 animais. Mas a policia proíbe essa pratica, por ser considerada perigosa para o transito.	146
Foto 6: Animais alimentados no sistema de <i>feedlot</i> na Argentina.	147
Gráfico 5. Transformação estimada do sistema de alimentação do gado de	147
corte na Argentina, de pastagem com suplementação estratégica a engorde	147
por confinamento no curral (<i>feedlot</i>).....	147
Gráfico 6. Conteúdo de gordura em novilhos alimentados com pasto e através.....	148
do sistema de <i>feedlot</i>	148
Gráfico 7. Porcentagem de gordura e miligramas de colesterol cada 100 gramas	149
de carne no corte <i>entrecot</i> de novilhos.	149
Gráfico 8. Evolução do preço da terra no Uruguai (dólares/hectare).....	151
Gráfico 7. Evolução da área plantada de soja no Uruguai entre 2000 e 2009.....	151
Foto 7. Um vizinho de Francisco C. alimenta as suas vacas no acostamento do	153
caminho de terra. Pela fome, os animais perdem fertilidade.....	153
Gráfico 9. Evolução percentual da superfície agrícola no Uruguai, por tamanho	154
das unidades produtivas em hectares	154
Gráfico 10: Evolução da área florestada no Uruguai e no litoral oeste. (*) Estimativa.	156
Mapas 9 e 10. O fluxo de migrações desde o Rio Grande do Sul (1960-1980 e 1990-atualidade). ..	160
Foto 8. Animais de um ano e meio em confinamento por 120 dias na propriedade.....	165
De José N., na zona de Esmeralda.	165
Figura 5. Rede Cob ilustrando os diferentes tipos de organização da agricultura (familiar, de subsistência e empresarial).....	166
Foto 9. S. e D. perderam todo o gado, parte da unidade produtiva, a saúde, e quase um de seus filhos apos o calote da Frigeri. Na foto, com o cheque assustado do frigorífico, que receberam em 1999.	202
Figura 6. Fatores que explicam a adoção de inovações dentro das UP.	210
Figura 7. Grupos de pecuaristas segundo as suas atitudes respeito a inovação técnica e aos órgãos	

de extensão rural.	214
Gráfico 11. Distribuição da população rural por sexo, nos países do Mercosul, para o ano 2006.	243
Foto 10. “Yo en Virginia descanso”, diz Don Enrique C., de Paysandú, Uruguai. Virginia, a filha,	264
foi a única dos três filhos que escolheu ficar na UP, como “co-chefa”. Ela e engenheira.....	264
agrônoma.	264
Gráfico 12. Relocalização regional da produção de carne bovina na Argentina.....	289
Foto 11. Promoção do brinco do SISBOV para a rastreabilidade na Inspeção Veterinária da Secretaria de Agricultura de Esmeralda, Campos de Cima da Serra, RGS.	299

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição fundiária dos pecuaristas familiares entrevistados, em hectares, por país.....	40
Tabela 2. Tamanhos do rebanho bovino em Número de cabeça por Unidade.....	41
Produtiva entrevistada e por país	41
Tabela 3. Municípios de origem dos pecuaristas familiares entrevistados em cada país	49
Tabela 4. Definições de agricultura familiar na Argentina, no Brasil e no Uruguai	60
Tabela 5: Abordagens teóricas sobre o vínculo entre as atividades agrícolas e a paisagem.....	90
Tabela 6. Continuum entre funcionalidade e simbolismo do território	96
Tabela 7. Tipos de risco identificados pelos pecuaristas familiares entrevistados.....	120
Tabela 8. Tipos de atitudes face ao risco, respostas imediatas e estratégias de longo prazo.....	125
Tabela 10. Evolução do Número de produtores uruguaios, por sistema de produção (2000-2009) ..	152
Tabela 11. Evolução do Número de produtores segundo o tamanho da unidade	155
produtiva (UP) em hectares no Uruguai em 1990, 2000 e 2005	155
Tabela 12. Evolução do Número de produtores por sistema de produção.....	155
Tabela 13. Informação sobre os casos selecionados	177
Tabela 14. Número de chefes de UP entrevistados segundo a geração de pecuaristas a que pertencem, por país	181
Tabela 15. Faixas de idades dos chefes e chefas de unidade produtiva entrevistados, por país.....	182
Tabela 16 . Nível de escolaridade dos chefes e chefas de família entrevistados, por país, em números e em percentuais	184
Tabela 17. Percentagem dos chefes e chefas de família de 51 anos ou mais que afirmaram.....	185
ter escolhido o sucessor	185
Tabela 18. Evolução dos direitos de propriedade da mulher casada, nos países do Mercosul.	241
Tabela 19. Estado civil das chefas e chefes de unidade produtiva entrevistados, por país	245
Tabela 20. Número de filhos das chefas de unidade produtiva entrevistados, por país	245
Tabela 21: Razão entre o Número de mulheres e o de homens na população total – Brasil, 1980/2000	246
Tabela 22. Número de pessoas que residem em unidades produtivas rurais, por gênero, segundo grupos de idade, no Uruguai.....	249
Tabela 23. Número de pessoas que moram em unidades produtivas rurais no Uruguai, por sexo, segundo o seu vínculo com o chefe da família.....	249
Tabela 24. Número de trabalhadores residentes em unidades produtivas no Uruguai, por sexo, segundo a sua situação empregatícia e o local de trabalho.....	250
Tabela 25. Mão de obra permanente na unidade produtiva no Uruguai: Número de trabalhadores por sexo, segundo a categoria categoria.....	250
Tabela 26. População rural e urbana na Argentina, diferenciada por gênero	252
Tabela 27. População na faixa etária dos 14 anos ou mais em áreas rurais na Argentina	253
Tabela 28. Papel e situação familiar das mulheres das UP visitadas, por país	254
Tabela 29. Perfil de quatro casos de chefas de UP, por país.....	255
Tabela 30. Perfil de Quatro Casos de Co-Chefas de UP.....	264
Tabela 31. Perfil de três casos de colaboradoras na UP	268
Tabela 32. Perfil de quatro casos de observadoras na UP	271
Tabela 33. Comparativo dos sistemas de rastreabilidade do Brasil, do Uruguai e da Argentina	295
Tabela 34. Principais entraves identificados, por Número de menções, entre o total dos pecuaristas entrevistados que ouviram falar da rastreabilidade, por país (cada produtor pode escolher varias opções).....	301
Tabela 35. SAOC desenvolvidos pelo setor publico, ONGs e o setor privado.....	456

LISTA DE ABREVIATURAS

ACICI - AGENCIA DE COOPERACIÓN Y DE INFORMACIÓN PARA EL COMERCIO INTERNACIONAL

EMATER / RS – ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENHIMENTOS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO SUL

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

INDEC – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS Y CENSOS – ARGENTINA

INTA – INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA – ARGENTINA

IPA – INSTITUTO PLAN AGROPECUARIO – URUGUAI

IRG – INTEGRATED RISK GOVERNANCE PROJECT

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION

FEE - FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER

FIBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

FIDA/IFAD - FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

FMI – FOOD MARKETING INSTITUTE

FONAF - FORO NACIONAL DE LA AGRICULTURA FAMILIAR

IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

IICA - INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

INAC – INSTITUTO NACIONAL DE CARNES – URUGUAI

INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS - URUGUAI

INIA - INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGACIÓN Y TECNOLOGÍA AGRARIA Y ALIMENTARIA – URUGUAI

LEAD - LIVESTOCK, ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT INITIATIVE

MGAP – MINISTERIO DE GANADERIA, AGRICULTURA Y PESCA - URUGUAI

MERCOSUL – MERCADO COMUM DO SUL

OPYPA - OFICINA DE PROGRAMACIÓN Y POLÍTICA AGROPECUÁRIA – URUGUAI,

PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO.

PRONAF - PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR.

SAGPYA - SECRETARIA DE AGRICULTURA, GANADERIA Y PESCA DE LA ARGENTINA.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

UC – UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

UP – UNIDADE PRODUTIVA

UNESCO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1.1. UM MODO DE VIDA ATRELADO À PAISAGEM.....	25
1.2. A RELEVÂNCIA SOCIAL DA PECUÁRIA	28
1.3. OBJETO DE ESTUDO, ESCALAS E PERGUNTAS DA PESQUISA.....	29
1.4. HIPÓTESES.....	34
1.5. JUSTIFICATIVA	35
2. METODOLOGIA.....	38
2.1. A AMOSTRA	39
2.2. A COLETA DE DADOS	41
2.3. O ROTEIRO DA ENTREVISTA	42
2.4. OUTRAS ENTREVISTAS.....	43
2.5. DADOS SECUNDÁRIOS	43
2.6. O MÉTODO COMPARATIVO E A TEORIA ANCORADA.....	44
2.7. A ANÁLISE DOS DADOS	45
3. O CONTEXTO DO ESTUDO	48
3.1. TÃO PARECIDOS, TÃO DISTINTOS.....	50
4. A PECUÁRIA FAMILIAR GAÚCHA: UMA ATIVIDADE IGNORADA, MAS PERSISTENTE.....	56
4.1. AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	56
4.2. A AGRICULTURA FAMILIAR NA ARGENTINA	58
4.3. A AGRICULTURA FAMILIAR NO URUGUAI	59
4.4. A PECUÁRIA FAMILIAR: AGRICULTORES FAMILIARES QUE SE DEDICAM À PECUÁRIA DE CORTE	61
4.4.1. A PECUÁRIA FAMILIAR NOS PAMPAS	62
5. O PAMPA GAÚCHO : REGIÃO OU INVENÇÃO?	65
5.1. O CONCEITO DE REGIÃO	66
5.2. O PAMPA GAÚCHO: UM PRODUTO DOS INTERESSES REGIONAIS?	68
5.3. O CAMINHO DO GAÚCHO	69
5.4. O PAMPA: CENTRO E FRONTEIRA DO MERCOSUL	73
5.5. FRONTEIRAS-FRATURA NA REGIÃO PAMPIANA.....	74
5.6. O PAMPA ENQUANTO BIOMA.....	76
6. PAISAGEM, TERRITÓRIO E IDENTIDADE.....	78
6.1. DIVERSIDADE CULTURAL NO BIOMA PAMPA: A CULTURA DO GAÚCHO.....	82
6.1.1. A IDENTIDADE DO GAÚCHO.....	83
6.1.2. O “DIALETO” GAÚCHO.....	86
6.1.3. A ORIGEM HISTÓRICA DO GAÚCHO.....	88
6.2. PAISAGEM, PERCEPÇÕES, E IDENTIDADE	89
6.2.1. RENASCIMENTO E MODERNIDADE	90
6.2.2. PAISAGENS EM MOVIMENTO, IDENTIDADES EM CRISE	91
6.2.3. TERRITÓRIOS, PERCEPÇÕES E EXPLICAÇÕES MENTALISTAS E COMPORTAMENTAIS.....	94
6.2.3.1. DESVANTAGENS PERCEBIDAS	100

6.3. A PAISAGEM E OS LIMITES DA RACIONALIDADE ECONÔMICA.....	103
6.4. AS VANTAGENS DAS ABORDAGENS GEO-SÓCIO-AGRONÔMICAS.....	106
7. SER PECUARISTA NA SOCIEDADE DE RISCO	108
7.1. O RISCO E O MARCO DA DUPLA EXPOSIÇÃO	109
7.1.1. O MARCO DE DUPLA EXPOSIÇÃO: CLIMÁTICA E SOCIOECONÔMICA.....	110
7.1.2. O MARCO DE EXPOSIÇÃO ECOLÓGICO: O BIOMA PAMPA	113
7.1.3 RISCOS SOCIOECONÔMICOS: AS PERCEPÇÕES DOS PECUARISTAS FAMILIARES	114
7.2. ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE O RISCO.....	115
7.3. TIPOS DE RISCO PERCEBIDOS - RISCOS INTERNOS E EXTERNOS.....	117
7.4. O PROCESSO DE MANEJO DO RISCO	121
7.5. ATITUDES COM RESPEITO AO RISCO	124
7.6. A IMPORTÂNCIA DAS TRAJETÓRIAS E HISTÓRIAS DE VIDA	126
8. TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS: O IMPACTO DO AVANÇO DAS MONOCULTURAS NO BIOMA PAMPA	128
8.1. IMPACTO DAS MONOCULTURAS NA BIODIVERSIDADE PAMPIANA.....	130
8.2. VULNERABILIDADE, RESILIÊNCIA E CONECTIVIDADE DOS SISTEMAS SÓCIO- ECOLÓGICOS GLOBAIS	134
8.2.1. VULNERABILIDADE E RESILIÊNCIA	135
8.2.2. UMA CONVIVÊNCIA DE DOIS SÉCULOS.....	137
8.3. OS VULNERÁVEIS.....	140
8.3.1. A AGRICULTURIZAÇÃO DO PAMPA BONAERENSE.....	141
8.3.1.2. O DESPARECIMENTO DO PRODUTOR FAMILIAR	143
8.3.1.3. A CONCORRÊNCIA PELO USO DA TERRA: ANIMAIS EM CURRAIS	146
8.3.2. FAZENDO AS MALAS: A CONCENTRAÇÃO DA TERRA E O ÊXODO RURAL FACE AO BOOM DA SOJA NO URUGUAI	149
8.3.2.1. O ARRENDAMENTO DE TERRAS, O PRIMEIRO PASO DO ÊXODO	150
8.3.2.2. A “INVASÃO DOS ARGENTINOS”.....	153
8.3.2.3. AS PLANTAÇÕES DE EUCALIPTOS E PINNUS.....	155
8.3.3. O “MILAGRE” DA SOJA NO RIO GRANDE DO SUL.....	156
8.3.3.1. UMA TRANSFORMAÇÃO DE LONGA DATA	157
8.3.3.2. O SUL ATINGE O NORTE: A “DIÁSPORA” DOS GAÚCHOS.....	158
8.3.3.3. REFORMAS, ARROZ E NOVOS ATORES	161
9. AS CHAVES DA RESILIÊNCIA DA PECUARIA FAMILIAR: UMA ANALISE SWOT... 166	
9.1. PONTOS FORTES DA PECUÁRIA FAMILIAR	167
9.2. PONTOS FRACOS	170
9.3. OPORTUNIDADES	171
9.4. AMEAÇAS.....	172
10. PONTOS FRACOS: A COMUNICAÇÃO FAMILIAR NA TRANSMISSÃO DA UNIDADE PRODUTIVA	173
10.1. A COMUNICAÇÃO INTRAFAMILIAR: UM ASPECTO POUCO ESTUDADO	176
10.2. O FIM DA TRANSMISSÃO TRADICIONAL.....	178
10.3. AVÔS, PAIS, FILHOS E NETOS.....	181
10.4. UMA POPULAÇÃO ENVELHECIDA	182
10.5. FATORES CHAVES NA DINÂMICA COMUNICACIONAL DA FAMÍLIA.....	185
10.6. CONFLITOS E INCERTEZAS	189
11. PONTOS FRACOS: O PROBLEMA DA COMERCIALIZAÇÃO.....	191

11. 1. A RELAÇÃO HOMEM-ANIMAL: DIGA-ME QUAL É O TEU GADO, E TE DIREI QUEM ÉS	192
11.2. O PROBLEMA DA QUALIDADE	193
11.3. PROBLEMAS NA COMERCIALIZAÇÃO	195
11.4. ESTRATÉGIAS COMERCIAIS	198
11.4.1. O CALOTE	201
12. PONTOS FRACOS: OS LIMITES DAS REDES DE DIÁLOGO PROFISSIONAIS NA PECUÁRIA FAMILIAR GAÚCHA	207
12.1. DIÁLOGO E INOVAÇÃO	209
12.2. ATITUDES DOS PECUARISTAS FRENTE À INOVAÇÃO	213
12.2.1. INOVADORES INDEPENDENTES	215
12.2.2. VOLUNTÁRIOS ACOMPANHADOS	217
12.2.3. MODERADOS DEPENDENTES	222
12.2.4. MODERADOS AUTÔNOMOS	224
12.2.5. ROTINÁRIOS ISOLADOS	226
12.3. AMIGOS ÍNTIMOS: PECUARISTAS E EXTENSÃO RURAL NA FRANÇA	228
12.4. NA PROCURA DE NOVOS ARRANJOS INSTITUCIONAIS	230
13. OPORTUNIDADES: OS NOVOS ATORES DO PAMPA.....	232
13.1. OS NOVOS PECUARISTAS GAÚCHOS	233
13.2.1. ARRENDAMENTO DA TERRA.....	234
13.2.2. TERCEIRIZAÇÃO DOS SERVICOS AGROPECUÁRIOS.....	235
13.2.3. COMERCIALIZAÇÃO INFORMADA	237
13.2.4. ATITUDE FACE AO RISCO.....	237
14. OPORTUNIDADES: O NOVO PAPEL DA MULHER NA PECUÁRIA FAMILIAR GAÚCHA.....	238
14.1. A MULHER NA PECUÁRIA FAMILIAR GAÚCHA	243
14.2. MULHERES E PECUÁRIA NO BRASIL	246
14.3. MULHERES E PECUÁRIA NO URUGUAI	249
14.4. MULHERES E PECUÁRIA NA ARGENTINA	251
14.5. CHEFAS, CO-CHEFAS, COLABORADORAS E OBSERVADORAS.....	253
14.5.1 CHEFAS DA UNIDADE PRODUTIVA.....	254
14.5.2. CO-CHEFAS DA UP	263
14.5.3 MULHERES COLABORADORAS.....	268
14.5.4. AS OBSERVADORAS	270
14.6. CADA VEZ MAIS ENVOLVIDAS	273
15. OPORTUNIDADES: GLOBALIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO	276
15.1. PECUARIA FAMILIAR E ADAPTAÇÃO	278
15.2. INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NA PECUÁRIA DE CORTE GAÚCHA: MUITO BARULHO POR NADA?	279
15.3. AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NA PECUÁRIA BOVINA DE CORTE GAÚCHA	282
15.3.1. OBSTÁCULOS PARA O SUCESSO DA IDENTIFICAÇÃO GEOGRÁFICA DA CARNE NA PECUÁRIA FAMILIAR DO RS	283
15.3.2. OBSTÁCULOS PARA AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS DE CARNE NA PECUÁRIA FAMILIAR ARGENTINA	286
15.3.3. OBSTÁCULOS PARA A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA NA PECUÁRIA FAMILIAR DO URUGUAI.....	290
15.4. UM CLARO POTENCIAL	291

15.5. PERSPECTIVAS SOBRE A RASTREABILIDADE NA PECUÁRIA FAMILIAR GAÚCHA.....	293
15.5.1. A PERCEPÇÃO DOS PECUARISTAS GAUCHOS	298
15. 6. A CHAVE DA CONTINUIDADE.....	304
15.7. A CRIAÇÃO DE VANTAGENS COMPETITIVAS PELA GESTÃO AMBIENTAL NA PECUÁRIA FAMILIAR GAÚCHA	305
15.7.1. OS SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL NO BIOMA PAMPA	307
15.7.2. OS SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL NUMA ATIVIDADE QUE REJEITA O RISCO	308
15.7.3. ESTUDO DE CASO: A GESTÃO AMBIENTAL NA PECUARIA DO RIO GRANDE DO SUL	310
15.8. GARGALOS OU OPORTUNIDADES?	313
CONCLUSÃO	314
POR QUE DAR APOIO À PECUÁRIA FAMILIAR GAÚCHA?	318
JUSTIÇA INDIVIDUAL.....	318
EQUIDADE E CONTENÇÃO SOCIAL.....	320
MEIO AMBIENTE	320
DIVERSIDADE CULTURAL.....	322
A QUESTÃO DA EFICIÊNCIA.....	322
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	324
ANEXO I - FORMULÁRIO DA ENTREVISTA	396
ANEXO II - EXEMPLOS DA ANÁLISE TEMÁTICA DAS ENTREVISTAS	418
ANEXO III - OPORTUNIDADES DA GLOBALIZAÇÃO	452
AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NO PAMPA: O CASO DA “CARNE DO PAMPA GAÚCHO”	452
INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NA ARGENTINA: O CONSÓRCIO PAMPAS DO SALADO	455
AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NO URUGUAI: A CERTIFICAÇÃO GLOBALGAP... ..	458
ANEXO IV - O DIFÍCIL ACESSO AOS MERCADOS INTERNACIONAIS.....	461
O MERCADO DA CARNE NA ARGENTINA, NO BRASIL E NO URUGUAI.....	462
BARREIRAS SANITÁRIAS E RASTREABILIDADE	464
A RASTREABILIDADE NO BRASIL.....	465
A RASTREABILIDADE NA ARGENTINA	467
A RASTREABILIDADE NO URUGUAI	469

INTRODUÇÃO

Esta tese trata da vulnerabilidade e das estratégias de adaptação dos pecuaristas familiares gaúchos perante a globalização. Consideramos a pecuária familiar (bovinocultores de gado de corte) como uma categoria especial dentro do universo da agricultura familiar e uma verdadeira espécie em extinção: um de cada três pecuaristas familiares do Pampa argentino, brasileiro e uruguaio abandonou a atividade entre o final do século XX e o começo do século XXI (CENSO NACIONAL AGROPECUÁRIO, ARGENTINA, 2002; ARBELETCHÉ & CARBALLO, 2007; IBGE, 1998; RIBEIRO, 2009).

A tendência à expulsão de agricultores familiares do campo para as cidades, assim como a concentração da terra e o desaparecimento das paisagens e *habitats* formados pelos campos de pastagens naturais extensivas (TEUBAL, 1998; IANNI, 1997; TOURRAND, 2000) constitui uma tendência notável tanto na Europa quanto em continentes com maior disponibilidade de terra, como o americano. Droulers (2009) lembra que a França passou por um intenso processo de modernização agrícola durante 45 anos, acelerado com a elaboração da PAC (Política Agrícola Comum) em 1962. Esse processo de modernização teve como consequência uma queda de dois milhões para 500 000 estabelecimentos com tamanho médio de 45 hectares. Segundo a autora, o país continua perdendo 12 000 agricultores ao ano.

Antes de analisar em profundidade as causas do êxodo de pecuaristas familiares no caso concreto do Pampa, devemos definir a pecuária familiar. Como veremos adiante, definimos a pecuária familiar como um tipo especial de agricultura familiar (RIBEIRO, 2007), que se dedica principalmente à pecuária bovina de corte em combinação com outras atividades (como a lavoura), tendo como mão-de-obra principal os integrantes da família. Isso não exclui a presença de um ou dois empregados, que podem ser temporários ou permanentes. Devido aos diferentes tamanhos de cada país, a superfície da propriedade não é considerada um critério relevante nesta pesquisa, que abrange o bioma Pampa da Argentina, do Brasil e do Uruguai. Como acontece com a agricultura familiar, na pecuária familiar a unidade doméstica e a unidade produtiva estão fisicamente integradas e a pecuária é a principal ocupação e fonte de renda familiar.

Na pecuária familiar, a família aporta a maior parte da mão-de-obra usada na unidade produtiva (UP). E a produção é ao mesmo tempo utilizada para auto-consumo e para comercialização no mercado (INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA, INTA, 2005). A essa definição, gostaríamos de adicionar uma dimensão sociocultural que será mantida durante toda a pesquisa: seguindo as conclusões do Foro Nacional de la Agricultura Familiar, a pecuária familiar é uma “forma de vida” e uma

“questão cultural” que tem como objetivo principal a “reprodução social da família em condições dignas” (FONAF, 2006).

São muitos os fatores pelos quais os pecuaristas familiares gaúchos não estão conseguindo reproduzir os seus modos de vida (ELLIS, 2000). Para começar, o modelo atual de desenvolvimento agrário, baseado na produção de bens exportáveis ou *commodities* e em tecnologia intensiva de insumos favorece as economias de grande escala e lesiona gravemente a pequena agricultura familiar. Esses avanços tecnológicos possibilitaram que o Pampa da Argentina, do Uruguai e do Brasil conquistasse a liderança em vários setores da produção agrícola mundial. Porém, a combinação de plantio direto e manipulação genética, uso de fertilizantes, agroquímicos e técnicas para o controle de pragas e doenças causou a concentração da terra nas mãos de produtores “capitalizados” ou de empresas transnacionais. Esses avanços tecnológicos têm possibilitado o aumento da produção de cereais e especialmente das oleaginosas, como a soja, com colheitas recorde que beneficiaram a muitos produtores de grande e médio porte. Esse benefício, entretanto, é assimétrico, pois tem afetado pequenas e médias unidades produtivas que pertencem a famílias dedicadas à pecuária extensiva, de baixos insumos e pouco investimento.

As “economias de escala” (em grandes propriedades ou empresas) reduzem as suas despesas quando aumentam a produção. Ao mesmo tempo, as economias de escala provocam uma simplificação dos agros-ecossistemas (menos unidades produtivas e a concentração da terra para o plantio de monoculturas) e o deslocamento da pecuária para espaços marginais e pouco rentáveis. Na região pampiana, os pecuaristas familiares gaúchos foram mergulhados num mar de soja ou de eucaliptos. No Uruguai, entre 2000 e 2007, 52% dos produtores agrícolas, envelhecidos e incapazes de transferir as pequenas unidades produtivas tradicionais a seus filhos ou netos, abandonaram a atividade (ARBELETCHÉ & CARBALLO, 2007).

Para sobreviver, muitos pecuaristas familiares arrendam suas unidades produtivas, perdendo assim seus modos de vida e o vínculo que unia sua identidade com a paisagem. Outros ficam com uma quantidade limitada de terra de má qualidade e em condições precárias. Seguindo a Arbeletche & Carballo (2007) chamaremos de *agriculturização* do Pampa a essa ampliação da fronteira agrícola pelo avanço da soja, dentre outras monoculturas, sobre terras anteriormente destinadas à pecuária extensiva. Junto com a deterioração dos ecossistemas, a qualidade de vida caiu e o êxodo rural foi intensificado.

Não só a globalização e a lógica do mercado atentam contra a sobrevivência da pecuária familiar, mas também a ideia, difundida por organizações não governamentais e setores de “consumidores conscientes”, de que a pecuária constitui uma das maiores

ameaças antrópicas ao meio ambiente. Também alguns organismos internacionais têm condenado a atividade, esquecendo sua enorme heterogeneidade. É o caso do relatório da iniciativa Livestock, Environment and Development (LEAD), apresentado pela FAO em 2006. Segundo o relatório, a pecuária gera mais gases de efeito estufa que o setor de transportes (18%) medidos em seu equivalente em dióxido de carbono (CO₂). A FAO afirma ainda que a pecuária é uma das principais causas da degradação do solo e dos recursos hídricos (FAO, 2006). O relatório do programa LEAD foi lançado com a finalidade de sensibilizar a opinião pública e os especialistas do setor sobre os impactos ambientais de certos tipos de pecuária, e para justificar e favorecer a captação de recursos que permitam o melhoramento do conhecimento do vínculo entre pecuária e meio ambiente. O relatório tornou-se, porém, uma faca de dois gumes: apesar de ter alcançado sua meta de incentivar o interesse científico sobre a pecuária, caiu no reducionismo, ao deixar de lado a enorme heterogeneidade dos modos de vida e de seus impactos no meio ambiente vinculados aos diferentes sistemas de pecuária (CITTADINI, 1999; PLOEG, 1990; ELLIS, 1988), dificultando a criação de políticas diferenciadas para o setor.

Como explica Bursztyn, em certa medida, os atores expulsos de seu território são os perdedores do avanço da conservação do meio ambiente enquanto novo foco da regulação pública:

[Os atores] perdem direitos (como o do uso econômico do lugar que ocupam há muito tempo – caso das populações de UC); perdem laços culturais, ao serem jogados em novas práticas e novos lugares (os removidos, atingidos por barragem); perdem organização social e identidade cultural, quando lhes são impostas novas formas (exteriores) de organização. Mas são também transformados em algozes, pois quando o “ambiente” é eivado à categoria de objeto de regulação pública, institucionalizado em políticas e instrumentos, muitas das práticas usuais se tornam contravenção (BURSZTYN, 2007: 2).

1.1. UM MODO DE VIDA ATRELADO À PAISAGEM

A pecuária familiar gaúcha não pode viver sem o Pampa. Os modos de vida e as identidades dos pecuaristas gaúchos estão atrelados à natureza e à paisagem. Esse vínculo, que se transmite de geração em geração, torna naturais os esforços – nem sempre bem sucedidos - dos pecuaristas familiares por conservar o seu entorno. Em contradição com as generalizações emitidas por relatórios como o do programa LEAD, estudos abrangentes têm demonstrado que existem sistemas de pecuária *extensiva* (de baixos insumos e capital), como o gaúcho, que contribuem para a preservação das pradarias e da sua biodiversidade (KAULE, 2005). Em sentido contrário, a intensificação da agricultura e o auge das monoculturas de grande escala para a produção de bicombustíveis têm provocado

a segregação da paisagem, a fragmentação de bosques e pastagens naturais e o abandono de áreas consideradas marginais (ARBELETCHÉ & CARBALLO, 2007; GUEYDON & RODER, 2003). A consequência direta dessa tendência é a ameaça ao modo de vida do agricultor familiar (WOORTMANN, E.F. & WOORTMANN, K, 1997; SACHS, 2001) e às espécies da flora e fauna das pradarias, que antes se reproduziam em relativo equilíbrio nos sistemas de pecuária extensivos (MARTINO, 2004; GUEYDON & RODER, 2003; KAULE, 2005).

A pecuária familiar gaúcha tem sido ignorada pelo meio acadêmico, pelos tomadores de decisões dos governos e até pelas organizações de proteção ambiental, tão ativas em outros setores. Um dos motivos se deve a que o Pampa não tem, apesar de sua rica biodiversidade, a mesma exuberância da Amazônia, da Mata Atlântica ou da Patagônia. O bioma Pampa é característico da América do Sul, ocorrendo nos três países de nossa pesquisa: Argentina, Uruguai e Brasil. Também chamado de “pastizales del Rio de la Plata”, o Pampa cobre mais de 750.000 km². No Brasil, ocupa 63% do território do Rio Grande do Sul e pouco mais de 2% do território nacional. No Uruguai, o bioma Pampa abrange praticamente todo o país. Na Argentina, representa ao redor de 20% da superfície (DINERSTEIN *et al.*, 1995).

Dados preliminares comprovam a grande riqueza de espécies do Pampa: segundo Bilanca e Minarro (2004), somente na porção brasileira do bioma existem cerca de 3.000 espécies de plantas vasculares, cerca de 400 espécies de aves e 90 espécies de mamíferos, entre outros grupos. Apesar de sua riqueza, o Pampa é um dos biomas com menor percentual de área legalmente protegida (IBAMA, 2006). O bioma Pampa já apresenta passivos ambientais que, pela difícil reversibilidade, são considerados graves, tais como a arenização de extensas áreas, a alteração da fauna e flora nativas por causa da invasão de espécies exóticas e a supressão de extensas áreas com ecossistemas nativos (campos, banhados e matas) para uso agropecuário (*Idem*). A região transformou-se em território prioritário para a implantação de um grande pólo mundial de silvicultura e produção de celulose, abrangendo áreas da Argentina, do Brasil e do Uruguai. Para a efetivação desse pólo no estado do Rio Grande do Sul, a área do Bioma Pampa foi dividida em três subáreas por três grandes empresas: Aracruz Celulose, Stora Enso e Votorantim Celulose e Papel (*Idem*).

Diversos estudos revelam que a marginalização da pecuária extensiva pelas monoculturas de grande escala ameaçam a rica biodiversidade protegida indiretamente pela pecuária familiar gaúcha (MARTINO, 2004; TORRES, 2001; RIBEIRO, 2007, BILENCA & MINARRO, 2004). Segundo Viglizzo *et al.* (2005), o Pampa também fornece serviços

ecológicos que são atualmente ameaçados pelas profundas transformações territoriais em favor da monocultura. Os serviços ecológicos são as funções essenciais do ecossistema que, quando são afetadas ou destruídas, influem negativamente na qualidade de vida das pessoas (MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT, 2003). Inclusive se as terras têm um valor atual baixo no mercado, ou existem em biomas pouco valorizados – como o caso do Pampa – alguns ecossistemas possuem a capacidade de oferecer serviços de alto valor ecológico (COSTANZA ET AL., 1997). Dentre os serviços fornecidos pela região pampiana, destacam-se os de tipo ambiental (regulação do clima, controle da erosão, prevenção de inundações, reciclagem de nutrientes, conservação de espécies naturais), culturais (as tradições, valores, e modos de vida gaúchos vinculados à atividade pecuária), e os vinculados à estética da natureza e da paisagem (tais como a recreação e o turismo). Mesmo frequentemente desvalorizados, alguns desses serviços já começaram a adquirir valor econômico e comercial, como acontece com o agroturismo e o ecoturismo pampiano, o sequestro de carbono atmosférico e a certificação ecológica de produtos e processos de produção, como a carne do bioma Pampa e o “boi verde”. Finalmente, mas não menos importante, o ambiente pampiano, extremamente favorável à criação de bovinos, propicia o desenvolvimento da pecuária familiar como um modo de vida e uma identidade atrelada à paisagem gaúcha.

O gado integrou-se a essa identidade, pois, como “mercadoria” (de comercialização relativamente fácil) e com a facilidade de deslocamento, permitia a movimentação e a sua apropriação durante os períodos de conflito. Reverbel afirma que a exploração pastoril, como fator econômico, e a ocupação e a preservação de uma área litigiosa em “*uma fronteira aberta e em movimento*”, como fator político, contribuíram para condicionar a identidade do homem desta região (REVERBEL, 1986).

No Pampa da Argentina, do Brasil e do Uruguai ainda durante o século XIX, houve a chegada de imigrantes europeus, principalmente alemães, italianos e espanhóis bascos (e franceses, em alguns enclaves da província de Buenos Aires, na Argentina), que ocuparam novas áreas e passaram a desenvolver novas atividades deixando uma forte influência cultural. No caso de Pigüé, na Argentina, os imigrantes de origem francesa que se assentaram no Pampa bonaerense por convite do governo argentino são conhecidos como “os averoynezes que se tornaram gaúchos” (CABANNETTES, E. & GOMBERT, P., 1988).

Alguns fatores são apontados como responsáveis pela permanência da pecuária de corte como atividade praticamente hegemônica nesta vasta região pampiana: a contínua instabilidade política (as guerras, as revoluções e a luta contra o índio que ocorreram durante todo o século XIX e parte do século XX), a instabilidade climática (a região é de

transição climática, sendo considerada região marginal para a maioria das lavouras de grãos), a existência prévia de gado e as facilidades de comercialização de animais (RIBEIRO, 2007).

Estas causas são apontadas também como importantes na formação cultural do “gaúcho” dessa região, reforçando valores como o individualismo, a desconfiança (onde o sentido de defesa é permanente), a relação com o cavalo e com a atividade extensiva do gado de corte sem o cultivo intensivo da terra (FERREIRA FILHO, 1958; BARBOSA, 1983; LESSA, 1984). De acordo com Reverbel (1986) “o boi é (num sentido sociológico) o pai do gaúcho”. Segundo o autor, o gaúcho teria sido diferente sem o gado na sua formação. Ou seja, a disponibilidade de gado em um ecossistema favorável e numa situação politicamente instável acabou contribuindo na formação deste “tipo social do sul”. Assim, o Pampa apresenta diferentes tipos sociais oriundos das diferenças na sua formação, o que conforme Reverbel (1986), permite afirmar que o gaúcho não existe; existem sim os gaúchos.

As diferentes formas de ocupação da terra acabaram contribuindo para que se formassem diferentes regiões no Pampa. Além das grandes propriedades dos “fazendeiros”, existem outras formas de ocupação do território que não são refletidas nas visões polarizadas que consideram o Pampa como uma região apenas de minifúndios e outra de latifúndios, baseando-se unicamente na distribuição fundiária. Esta visão, equivocada, consolidou a ideia de que a pecuária de corte seria desenvolvida apenas em grandes áreas (RIBEIRO, 2007). Essa tendência de classificar os produtores como grandes ou pequenos, ignorando a diversidade e as especificidades da pecuária, tem originado políticas públicas desastrosas para os produtores familiares, especialmente na Argentina.

Até a natureza, parceira insubstituível no mundo rural, apresenta hoje desafios inéditos para os produtores familiares de gado de corte: mudanças climáticas, competição entre a pecuária e outros setores por terra e água, concentração de terra, perda da diversidade biológica, degradação da terra, desmatamento e desertificação, e desenvolvimento da tecnologia estão transformando a disponibilidade e o uso dos recursos naturais em ecossistemas frágeis e críticos (FAO, 2006).

1.2. A RELEVÂNCIA SOCIAL DA PECUÁRIA

Resistindo a essa “dupla exposição” aos novos riscos do clima e da globalização (LEICHENKO & O'BRIEN, 2008; LEICHENKO et al, 2010), o modo de vida gaúcho continua respondendo a critérios sociais (geração de auto-emprego e renda a um custo inferior ao da geração de empregos urbanos) e ambientais. Além disso, a meta da segurança alimentar

continua bem atual: a própria FAO, crítica dos impactos negativos da pecuária sobre o meio ambiente, reconhece, entretanto, a relevância social dessa atividade para a segurança alimentar, para a criação de empregos a custos menores e para a retenção de jovens que de outra maneira migrariam rumo as já saturadas metrópoles. Sendo assim, a FAO afirma que a produção mundial de carne – que passará dos 229 milhões de toneladas, no período 1999-2001, aos 465 milhões de toneladas, em 2050 – será o meio de subsistência para 1,3 bilhão de pessoas (FAO, 2006).

Mais adaptada às mutações climáticas e econômicas pelas suas estratégias de minimização e diversificação dos riscos, a pecuária familiar figura como eficiente, competitiva e flexível, comparada com a grande empresa agropecuária (VIEIRA, 1995). Como escreve DELGADO (1995), ela se ajusta à reconversões sucessivas e rápidas, respondendo às mudanças dos mercado e aos impulsos das políticas públicas. Em outras palavras, a pecuária familiar resiste e se reproduz socialmente apesar dos embates da globalização e do clima. Como se explica o empenho em prosseguir quando o clima, o mercado e as instituições desestimulam a pecuária familiar em pastagens naturais? Um estudo realizado no Rio Grande do Sul demonstrou que os gaúchos praticam a pecuária mais por tradição e vocação que por interesse econômico (WAQUIL *et al.*, 2006). Nossa pesquisa, que também abrangeu o estado do Rio Grande do Sul, demonstra que esse resultado é idêntico no Uruguai e na Argentina. Apesar das dificuldades, um contingente significativo destas famílias permanece na atividade e no campo (conforme acontece com a agricultura familiar tradicionalmente descrita) em uma relação que necessita ser melhor compreendida com o ambiente, com o mercado, e com os tomadores de decisões.

1.3. OBJETO DE ESTUDO, ESCALAS E PERGUNTAS DA PESQUISA

Os "pecuaristas familiares" do bioma Pampa da Argentina, do Brasil e do Uruguai, também conhecidos como gaúchos, são objeto de nosso estudo, com um foco especial nas suas percepções e estratégias de adaptação face às dramáticas mudanças no bioma Pampa (Figura 1).



Figura 1. O objeto de estudo.

Fonte: Elaboração própria, 2009.

A escala da análise é a unidade produtiva (*household*). Mas também usamos a escala nacional, regional (bioma Pampa) e global de acordo com o foco de cada capítulo. Tentamos estudar o enquadramento da pecuária familiar como categoria social, bem como sua origem, suas formas e lógicas de produção e reprodução, seus modos de vida e seus sistemas de produção, a constituição das suas relações comerciais e a sua identidade. Também procuramos entender como os pecuaristas percebem os novos desafios da globalização, tais como as exigências, cada vez maiores, dos mercados (qualidade de produtos e processos, saúde e bem-estar animal, certificação ambiental) e do clima (eventos extremos como secas, inundações e geadas tardias). Finalmente, analisamos o seu vínculo com os organismos de extensão rural e os tomadores de decisões.

Tudo isso é feito a partir de uma melhor compreensão de seus modos de vida, suas visões de mundo e sua percepção dos desafios e incertezas gerados pela aceleração das mudanças em escala local, regional e global. Assim, tentamos compreender quais são seus medos, suas esperanças, seus potenciais, considerando que raras vezes eles têm a palavra: o domínio da representação está na mão dos líderes de diferentes setores sociais da cadeia produtiva (SENS & SORIANO, 2001), até hoje pouco preocupados pelo impacto social, econômico e cultural da dupla exposição aos gerados pelo clima e pelo mercado. Os

pontos de vista e as percepções não devem, necessariamente, ser verdadeiros ou validados pelo conhecimento científico. Não buscamos, necessariamente, a coerência ou a redução das contradições (WATSON, 2004).

A pecuária familiar gaúcha é um fenômeno complexo que somente pode ser captado em sua riqueza e heterogeneidade ao ser observado desde distintas perspectivas e à luz de distintas abordagens disciplinares. Para enxergar melhor esse verdadeiro mosaico de realidades, demos a palavra aos produtores em longas conversas sobre a sua vida, seus desafios e seu futuro. Como veremos na Metodologia, foi assim que identificamos as partes desse mosaico. Em cada capítulo, tentamos “fotografar” cada um desses aspectos que eles (ou elas) consideram importantes para a sua sobrevivência. Dessa maneira, a tese está articulada em forma de capítulos/fotografias, cada um com distintas lentes (ou escalas espaciais), independentes, mas ao mesmo tempo fortemente vinculados uns com os outros. O trabalho de campo na Argentina, no Brasil e no Uruguai não procurou a representatividade estatística, mas a identificação da diversidade. Por isso, quando falamos dos “pecuaristas familiares gaúchos”, só podemos nos referir às realidades dos pecuaristas entrevistados, e não à totalidade dos produtores de carne de corte bovina dos três países. O objetivo foi, em cada capítulo, apresentar uma abordagem interdisciplinar e uma discussão final convidando a novas perguntas. Isso, por três razões: a primeira, por ser a ciência da sustentabilidade eminentemente interdisciplinar. A segunda, por ser esta tese um trabalho em co-tutela entre dois centros de pesquisa (o CDS e o IHEAL/CREDAL) que aportaram ferramentas teóricas e metodológicas das ciências agrárias, da ciência da sustentabilidade e da geografia. O perfil dos orientadores de tese também reflete essa diversidade disciplinar: uma pesquisadora de geografia, um socioeconomista e um veterinário especializado em sistemas e dinâmicas da agricultura. Todos eles, com o objetivo comum do desenvolvimento sustentável na América do Sul. A terceira razão está vinculada ao contexto globalizado no qual os pecuaristas tentam reproduzir o seu modo de vida.

O trabalho apresenta um cenário, atores e um conflito, que ocuparão as três primeiras partes desta tese. O Pampa é o cenário, um cenário movediço que hoje se parece mais a um mar agitado do que a terras infinitas da época da conquista. Os atores são variados, já que o Pampa abriga não apenas pequenos e médios produtores rurais, mas também grandes estâncias, empresas multinacionais e algumas das cidades mais importantes da América do Sul. O nosso protagonista aqui é, porém, o pecuarista gaúcho e suas famílias, que lutam por manter o seu lugar num cenário lotado de novos atores. O conflito é claro: existe um modo de vida ameaçado e que desaparece velozmente, levando com ele uma

cultura única, a gaúcha, e um modo de se vincular com a natureza pouco freqüente em outros biomas. O futuro é incerto, e como veremos na última parte dessa tese, as opções para a pecuária familiar têm muitas potencialidades, mas também grandes limitações. O roteiro dessa história tem algumas questões norteadoras que tentaremos responder através dos capítulos, através de uma análise “SWOT” dos pontos fortes e fracos e das oportunidades e ameaças da pecuária familiar gaúcha. Apresentamos a seguir as questões norteadoras de nossa tese:

O cenário:

- Qual é o impacto socioeconômico e produtivo das transformações do uso da terra sobre os produtores familiares gaúchos?
- Que percepções os próprios pecuaristas familiares gaúchos têm dessas mudanças?
- É possível falar de um vínculo entre a paisagem e a identidade gaúcha no contexto das recentes e profundas transformações no uso do solo no bioma Pampa? Quais são as noções de identidade, paisagem e território?

Os atores:

- É possível achar uma definição de pecuária familiar que permita identificar e reconhecer um grupo de famílias - até recentemente pouco descritas e estudadas - que se comportam como pequenos e médios agricultores familiares, mas se dedicam à pecuária de corte extensiva “gaúcha”? De que maneira uma melhor definição conceitual facilitaria a identificação e o enquadramento desse setor a ser atendido pelos serviços de extensão rural?
- É correto afirmar que os pecuaristas familiares do bioma Pampa (gaúchos), mesmo quando localizados em ambientes (com solos, topografia, vegetação) ou países (com políticas públicas) diferentes, têm comportamentos semelhantes no que diz respeito ao seu modo de vida e aos seus valores?
- Qual é o perfil dos novos atores rurais do Pampa “sojizado”?

- Qual é o papel da mulher na pecuária familiar gaúcha?
- Quem são os jovens pecuaristas gaúchos e como se organiza a sucessão da unidade produtiva?
- Quais são as redes de diálogo dos pecuaristas familiares gaúchos e como influem na sua tomada de decisões produtivas?
- Como percebem os pecuaristas familiares da Argentina, do Brasil e do Uruguai as condições que limitam uma transmissão bem sucedida da unidade produtiva? Quais são as estratégias utilizadas para enfrentar o desafio da sucessão?
- Como os pecuaristas familiares enxergam a migração “forçada” de seus filhos por falta de oportunidades? O que fazem para tentar enfrentar essa situação? Qual é o impacto da falta de renovação inter-geracional e do envelhecimento da população rural gaúcha nas possibilidades de inovação nas unidades produtivas?

Os Desafios:

- Quais são as percepções que os pecuaristas familiares têm da dupla exposição aos riscos climáticos e sociais (resultantes de oscilações de preço, de políticas governamentais, dos mercados etc.)?
- Por que muitos pecuaristas familiares rejeitam inovações tecnológicas de efetividade imediata e com uma aparente boa relação custo-benefício para a unidade produtiva?
- Como entendem os pecuaristas familiares a noção de inovação? Como utilizam as redes de diálogo e de que maneira circula a informação entre os pecuaristas? Quais são os fatores que facilitam a adoção de inovações (relações de vizinhança, proximidade etc.)?

Adaptando-se às Novas Realidades:

- Quais são os mecanismos pelos quais os pecuaristas e as suas famílias tentam se

adaptar às demandas crescentes da globalização? Quais são os pontos fracos e fortes da pecuária familiar gaúcha?

- Como podem os pecuaristas familiares reduzir sua vulnerabilidade e aumentar sua resiliência para melhorar as chances de tolerar, administrar ou se ajustar às mudanças, estresse, choques, riscos ou oportunidades?
- A globalização pode ser enxergada não somente como uma ameaça, mas também como uma fonte de oportunidades para a pecuária familiar gaúcha?

1.4. HIPÓTESES

Algumas hipóteses são formuladas a partir da centralidade deste trabalho. A primeira é a de que, apesar de serem pouco estudados, realmente há agricultores familiares que se dedicam à bovinocultura de corte utilizando-se de mão-de-obra majoritariamente familiar. Parte-se do pressuposto de que o comportamento e a lógica dos pecuaristas familiares são, na sua essência, semelhantes à lógica dos agricultores familiares. Isto é, são agricultores familiares que se dedicam à bovinocultura de corte.

A segunda hipótese é a de que os pecuaristas familiares, mesmo quando localizados em ambientes (com solos, topografia, vegetação) ou países (com instituições e políticas públicas) diferentes, possuem uma identidade comum (a gaúcha) fortemente vinculada ao território e à paisagem Pampiana. Os pecuaristas familiares gaúchos têm comportamentos semelhantes a partir do seu modo de vida e de seus valores.

A terceira hipótese é a de que a identidade, quando associada ao território no contexto político-institucional, se expressa como territorialidade que denota o sentimento político, a energia social e a vontade coletiva, que resultam em sentimentos nacionalistas, patrióticos e regionalistas, amor pela terra e diversas manifestações da força social objetiva. E o reconhecimento e compreensão desses sentimentos promovem a afirmação de muitas estratégias de desenvolvimento.

A quarta, e última hipótese, é a de que os pecuaristas familiares têm contribuição importante para os processos de desenvolvimento sustentável. A sua capacidade de convivência com os diferentes ambientes, a sua capacidade de reprodução, apesar de pouco acesso às políticas públicas e da dupla exposição aos riscos climáticos e do mercado, podem ser apontadas como formas importantes de contribuição para o desenvolvimento rural sustentável.

1.5. JUSTIFICATIVA

Para entender as causas, os processos, as resistências e as perspectivas de futuro dos pecuaristas familiares gaúchos e suas famílias, decidimos dar a palavra aos próprios pecuaristas. A meta foi escutá-los com suas próprias palavras, inquirindo sobre certos temas, mas permitindo que os assuntos considerados de maior relevância para a sua sobrevivência e a da suas famílias viesse à tona naturalmente. Os questionários das entrevistas semi-estruturadas (ver ANEXO 1) são assim indicativos dos temas “mínimos” que foram abordados, mas como as mais de 400 páginas de análise das entrevistas do ANEXO 2 demonstram, as conversas foram bem além das perguntas iniciais. A ideia das entrevistas e das visitas de campo foi tentar enxergar o mundo através de seus próprios olhos.

No caso da autora, o exercício foi interessante, pois sendo ela mesma filha de pecuaristas familiares do Pampa argentino, viveu na própria carne a experiência da luta pela reprodução de um modo de vida em meio às drásticas mudanças ocorridas na década de 1990 e aprofundadas no começo deste século (se bem que muitos afirmam que o fim da agricultura familiar começou muito antes, na década de 1970). Como afirma Boaventura de Sousa Santos, “escrever sobre algo significa escrever do lado desse algo, e nunca do centro. É por isto que a perspectiva é a essência da escrita” (1995: 253). Para aquele autor, o objeto é a continuação do sujeito por outros meios e, assim, todo o conhecimento é autoconhecimento, numa postura crítica e reflexiva (1995). Para a autora, então, foi necessário utilizar, sim, sua própria experiência, mas também afastar-se dela e abrir-se a distintas visões, interpretações e perspectivas. Uma coisa merece ser salientada; o fato de vir “do mesmo lugar” (a pecuária familiar gaúcha, sem importar as fronteiras) não somente abriu muitas portas, e porteiros. Também tornou possível ter contato com a intimidade dos pecuaristas e de suas famílias. O fato de ser apresentada pelos extensionistas rurais - que acompanharam a autora durante as entrevistas - como “filha de produtores”, provocou sempre empatia, distendeu o ambiente e facilitou a conversa sobre temas muitas vezes íntimos e difíceis. Certa solidariedade e certos valores em comum pareciam surgir nesse momento.

Ao longo dos quatro anos dessa pesquisa, sempre procuramos não cair em romanticismos ou em nostalgias sem sentido. Como o co-orientador Marcel Bursztyrn salientou logo no começo do trabalho, “a tradição é uma modernidade envelhecida”. Antes que os pecuaristas portugueses, espanhóis, italianos, franceses, e tantos outros, cruzassem o Atlântico para se instalar nos Pampas do Sul, o índio era dono e senhor dessas terras. As

suas tradições e a sua cultura foram dissolvidas no fogo cruzado das guerras desiguais. Uma pergunta então se faz necessária: por que, e para que, fazer uma tese sobre o desaparecimento dos pecuaristas familiares gaúchos devido a industrialização da pecuária e ao predomínio das monoculturas de grande escala? Tal fenômeno não seria apenas mais um desdobramento do avanço da modernidade?

A resposta é simples: se olharmos a pecuária somente como um meio de produção e obtenção de rentabilidade, então não, não valeria a pena fazer esta tese. Apesar da flexibilidade, versatilidade e capacidade de sobrevivência das famílias pecuaristas em cenários adversos, e da resistência a sucessivos choques financeiros e climáticos, característica que tem chamado a atenção de economistas e de administradores de empresas, ainda assim resulta inegável que a pecuária industrializada, que inclui a criação e engorda de animais em confinamento ou “em curral” (*feedlots*, na Argentina), produz mais carne em menos terra. E essa terra pode assim ser utilizada para a agricultura em grande escala, como o “ouro verde” (a soja) ou as árvores exóticas para a produção de celulose e carvão vegetal. A engorda em confinamento também constitui, apesar das perdas iniciais e da necessidade de subsídios permanentes por parte dos governos, a tendência mundial para o aumento da produtividade de carne. A pecuária extensiva pampiana se desenvolve em terras preciosas para a agricultura. Apesar de sua resistência, os pecuaristas familiares tradicionais, de baixo uso de insumos e pouco capital, ficaram afogados num oceano de soja. Secas e cancelamento das exportações para diminuir o preço da carne foram o golpe de misericórdia para sua sobrevivência. Mas, por que deter essa tendência, se ela parece incontrolável e economicamente viável?

Consideramos que fazer essa pergunta nesses termos equivale a se perguntar: por que criar zonas de proteção ambiental, se poderiam ser utilizadas para plantios de eucaliptos ou de soja? Ou por que proteger as tartarugas, como ocorre no projeto TAMAR? Resulta fascinante o interesse dos países do Hemisfério Norte pela proteção de certas espécies animais ou vegetais. Porém, poucos se importam com os “excluídos” da proteção ambiental, como Bursztyn (2007) os chamou. Tratam-se de seres humanos que perdem sua identidade e seus modos de vida simplesmente por serem mais vulneráveis e por raramente chamar a atenção dos governos. Mas existem outros argumentos que justificam a atenção sobre a pecuária familiar gaúcha: ambientais, de geração de emprego, de qualidade de processos e produtos alimentares, de contenção social e de ordenamento territorial. Vejamos alguns exemplos: à sombra da pecuária em campos naturais, milhares de espécies autóctones vegetais e centenas de espécies animais tem convivido com o gado e o homem (ou a mulher) a cavalo por mais de dois séculos. A agricultura provoca a fragmentação e a

homogeneização dos ecossistemas, com dezenas de espécies eliminadas na última década do século XX.

A pecuária familiar gera emprego, não só no campo, mas também nas cidades do interior que vivem da renda dos pecuaristas, que nelas compram, mandam os filhos para a escola, usam os hospitais e nelas também se aposentam.

A pecuária familiar e gaúcha, e o “ser gaúcho”, são umas das “marcas registradas” da Argentina, do Rio Grande do Sul, no Brasil, e do Uruguai. Tradições, modos de falar, de vestir, de comer, de se relacionar com o cavalo, o gado, o cachorro. Festas, música, organização do trabalho. Relação com a paisagem, com a natureza. Finalmente, na pecuária familiar existem valores difíceis de ser achados na pecuária industrial: o animal, que é criado para ser morto, mas é respeitado e cuidado pelo pecuarista, orgulhoso de que seu gado cresça “em campo aberto” e em liberdade.

Pode ser que, apesar dessa justificativa, ainda pareça desnecessário pensar na pecuária familiar gaúcha e tentar apoiar sua luta pela reprodução social face aos desafios da globalização. Nesse caso, esta tese ainda estará justificada: será testemunha de uma longa história de amor entre o ser humano e a natureza que acabou um dia, mas que antes marcou “a fogo” a identidade de três países.

2. METODOLOGIA

Existem poucos estudos que tentam compreender o modo de vida e a lógica dos pecuaristas familiares pelas suas próprias percepções e palavras. A maioria das definições da atividade nascem de “especialistas” (acadêmicos, formadores de opinião, tomadores de decisões) que possuem a exclusividade do discurso sem ser realmente representativos das famílias dedicadas à bovinocultura de corte. Uma exceção é o livro *Parlez-moi d'élevage. Analyse de représentations d'éleveurs* (Fala-me de Pecuária. Uma análise das representações dos pecuaristas), de Sylvie Sens e Veronique Soriano (2001). Nesse livro, as autoras francesas estudam a essência da pecuária através das palavras dos próprios pecuaristas. Nesta tese, continuamos com a estratégia de deixar o pecuarista se expressar livremente, usando os seus próprios termos e conceitos. O formato de entrevistas semi-estruturadas, que detalharemos abaixo, foi o mais apropriado para atingir esses objetivos.

A identificação das lógicas, das percepções e dos modos de vida dos pecuaristas familiares gaúchos é mais complexa do que na agricultura (lavoura), pois a pecuária extensiva exige menor emprego de equipamentos técnicos e – diferentemente da agricultura – deixa poucas marcas na paisagem (Figura 2). Além disso, as mudanças são frequentemente muito sutis e demandam mais tempo para serem implementadas: um boi precisa de pelo menos dois anos para poder ser comercializado. Nesse sentido, compreender a pecuária familiar foi um verdadeiro trabalho de detetive.

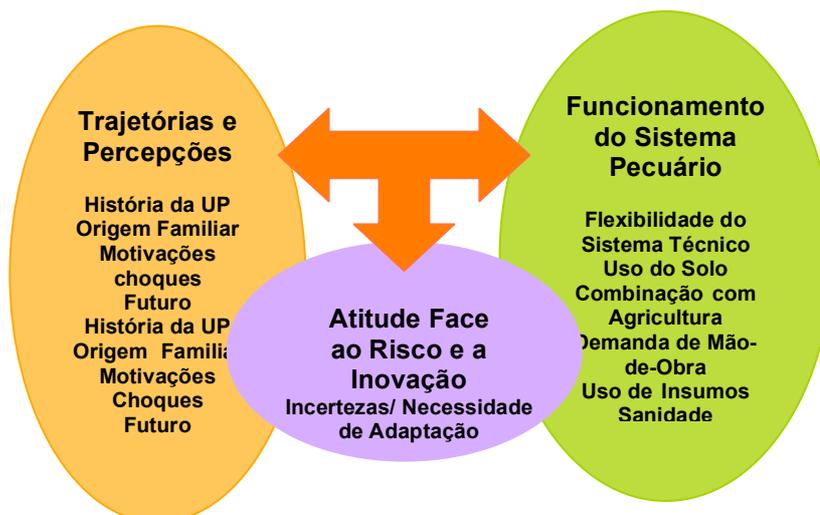


Figura 2. Aspectos da pecuária familiar gaúcha analisados.

Fonte: Elaboração própria, 2008.

2.1. A AMOSTRA

Os pecuaristas familiares entrevistados foram contatados usando como critério de seleção a procura da maior heterogeneidade sócio-produtiva possível dentro da pecuária familiar de corte. Também procuramos identificar produtores/as que estivessem dispostos a compartilhar informação muitas vezes sensível com o entrevistador, tais como as suas trajetórias e histórias de vida e as crises pessoais e da unidade produtiva (UP).

O percurso realizado até chegar aos pecuaristas foi assim: a autora entrou em contato com extensionistas rurais, professores universitários e veterinários de cada um dos três países a ser estudados e apresentou para eles a pesquisa e os critérios da seleção da amostra. Os três extensionistas rurais contatados (da EMATER,/RS, do INTA/Bordenave e do IPA/Salto) cumpriram dois critérios: i) duas ou mais décadas de experiência de trabalho e interação direta com os pecuaristas familiares do Pampa, ii) um alto nível de formação acadêmica, com foco interdisciplinar (doutorados em pecuária familiar, transformações territoriais e estratégias produtivas na pecuária familiar, respectivamente).

Os três extensionistas (no caso do Rio Grande do Sul, com a ajuda de um veterinário da Secretaria de Agricultura e de professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul), apresentaram a autora uma lista de até 35 pecuaristas por região. Com a exceção de dois casos no Uruguai e um na Argentina (descartados por terem mais de dois empregados permanentes), eles cumpriam os critérios de seleção. Dos candidatos selecionados, unicamente três pecuaristas não aceitaram conversar ou não tiveram disponibilidade para ser entrevistados. No total, foram entrevistados 28 pecuaristas familiares por país. Após uma primeira análise, foram selecionadas as 25 entrevistas mais completas para cada região.

Os critérios de seleção e a metodologia utilizada nas entrevistas (baseada na confiança entre os pecuaristas e os extensionistas rurais locais) permitiram, a nosso entender, representar a heterogeneidade e a complexidade da pecuária familiar no bioma Pampa, mesmo sem ser estatisticamente representativos da pecuária familiar em geral.

Os agricultores foram considerados “pecuaristas” segundo as suas próprias definições, por meio das informações fornecidas pelos extensionistas rurais da região de estudo, e por meio da observação in loco, que permitiu conferir que a bovinocultura de corte era a principal fonte de renda da UP.

Em muitos casos, a bovinocultura era combinada com lavoura e outros tipos de pecuária (principalmente, ovina). Para serem definidos como “familiares”, o chefe ou chefe da UP e a sua família devem constituir a principal fonte de mão-de-obra, o que não exclui a presença de mão-de-obra contratada, sempre que ela não supere a mão-de-obra familiar (DEDIEU &

SERVIERE, 2004; RIBEIRO, 2009). Foi excluído o critério de tamanho da UP, muito utilizado por especialistas em agricultura familiar nos três países (FOSSATTI, 2007; OBSCHATKO, 2006) já que ele é muito relativo: a qualidade do solo varia significativamente segundo as áreas do Pampa estudadas e o sistema produtivo escolhido em cada país. Porém, o fato de a família ter que ser a principal fonte de mão-de-obra atuou como um seletor natural do tamanho, com uma média de unidades produtivas de 200 hectares e apenas sete maiores que 1000 hectares (Tabela 1)

Tabela 1. Distribuição fundiária dos pecuaristas familiares entrevistados, em hectares, por país

Número de Hectares	Argentina	Brasil	Uruguai	N. de UP segundo superfície
0-50	1	6	0	7
51-100	0	5	1	6
101-150	2	2	2	6
151-200	3	2	2	7
201-250	0	5	3	8
251-300	4	1	4	9
301-350	1	1	2	4
351-400	2	0	1	3
401-450	2	0	3	5
451-500	1	1	1	3
501-550	0	0	0	0
551-600	1	0	0	1
601-650	0	0	0	0
651-700	3	0	0	3
701-750	0	0	0	0
751-800	1	0	1	2
801-850	1	0	2	3
851-900	0	0	0	0
901-950	0	0	0	0
951-1000	1	0	0	1
1001 – Mais	2	2	3	7
Total	25	25	25	75

Fonte: Elaboração própria, 2008.

A respeito do tamanho do rebanho, 62% das unidades produtivas tinham até 200 cabeças, sendo a maioria (19%) unidades produtivas com rebanhos entre 51 e 100 cabeças (Tabela 2).

Para responder a algumas das perguntas específicas desta pesquisa, também foram selecionadas mini-amostras de famílias que por suas características podiam ser estudadas com maior profundidade. Por exemplo, no capítulo sobre o planejamento da transmissão da unidade produtiva, foram selecionadas aquelas famílias com duas ou mais gerações que, de maneira espontânea, participaram ativamente da entrevista e que tinham expressado seus planos de transmissão e suas visões sobre o futuro de suas unidades produtivas.

Tabela 2. Tamanhos do rebanho bovino em Número de cabeça por Unidade Produtiva entrevistada e por país

Número de Cabeças	Argentina	Brasil	Uruguai	Total N UP por tamanho do rebanho	% de UP segundo o tamanho do rebanho
0-50	1	8	2	11	14,6
51-100	3	6	5	14	19,17
101-150	5	5	2	12	16,43
151-200	2	2	5	9	12,32
201-250	1	1	1	3	4,10
251-300	3	0	1	4	5,47
301-350	1	1	1	3	4,10
351-400	1	0	0	1	1,36
401-450	1	0	0	1	1,36
451-500	1	0	0	1	1,36
501-550	0	0	2	2	2,73
551-600	1	0	0	1	1,36
601-650	0	0	1	1	1,36
651-700	0	0	0	0	0
701-750	0	0	0	0	0
751-800	0	1	0	1	1,36
801-850	0	0	0	0	0
851-900	0	1	0	1	1,36
901-950	1	0	0	1	1,36
951-1000	0	0	0	0	0
1001-1050	0	0	1	1	1,36
1051-1100	0	0	0	0	0
1101-1150	0	0	0	0	0
1151-1200	1	0	0	1	1,36
1201-1250	0	0	0	0	0
1251-1300	0	0	0	0	0
1301-1350	0	0	0	0	0
1351-1400	0	0	0	0	0
1401- Mais	1	0	4	5	6,84
Total	23*	25	25	73	100

Fonte: Elaboração própria, 2008. (* = duas UP sem dados exatos).

2.2. A COLETA DE DADOS

A metodologia escolhida para a coleta de dados foi de base qualitativa com entrevistas semi-estruturadas ou “interativas” (WOODS, 2007; BECKER, 2007; BRANDÃO, 2000), e uma amostra intencional ou não probabilística. A seleção da amostra foi feita em conjunto entre esta pesquisadora e extensionistas rurais de cada país (o Instituto Plan Agropecuário no Uruguai, o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária na Argentina e a EMATER/RS e a Secretaria de Agricultura do estado do Rio Grande do Sul, no Brasil).

Continuamos realizando entrevistas até atingir o “ponto de saturação”¹. Apesar de muitas

¹ Ponto de saturação é o momento em que os “temas comuns começam a aparecer e, progressivamente se sente uma confiança crescente na compreensão emergente do fenômeno, até a altura em que o pesquisador se dá conta de que não aparecerão novas surpresas ou percepções, o que determinará o fim da coleta de dados. Saturação significa o “esgotamento da amostra pela incapacidade de acrescentar informações relevantes à investigação” (BAUER e GASKELL, 2002).

vezes termos atingido o ponto de saturação por volta da entrevista 15 ou 20, decidimos realizar um mínimo de 25 entrevistas por país (um total de 75 entrevistas nos três países estudados) para assegurar a ilustração da enorme diversidade e heterogeneidade da pecuária familiar gaúcha.

Os resultados apresentados ao longo da pesquisa são unicamente representativos da amostra intencional e não probabilística, e não podem ser generalizadas para a totalidade dos pecuaristas familiares do bioma Pampa.

O entrevistado foi o chefe ou chefe da unidade produtiva (UP). Consideramos “chefe” ou “chefe” da UP a pessoa que toma as decisões produtivas. Com frequência, a entrevista com o chefe ou chefe da UP foi complementada com conversas com outros membros da família (especialmente filhos e netos) e com empregados permanentes. Em muitas ocasiões, um extensionista rural, conhecido pela família, acompanhou as entrevistas.

2.3. O ROTEIRO DA ENTREVISTA

O formulário da entrevista semi-estruturada incluiu perguntas fechadas para a caracterização da família e da unidade produtiva, e abertas para perguntas sobre as motivações para se dedicar à pecuária, a atitude face ao risco, a comercialização, a importância das redes de diálogo e a visão de futuro.

As perguntas abrangeram duas dimensões temporais:

- A dimensão cíclica (ao longo do ano e das estações, coincidente com a organização atual da unidade produtiva)
- A dimensão de longo prazo (trajetória ao longo de vários anos, correspondente a uma evolução, por exemplo, dos relatos das origens da família, do ciclo demográfico da família, da evolução da superfície da unidade produtiva, das mudanças no sistema de produção, e das percepções do futuro da família e da atividade pecuária).

As entrevistas tiveram duas etapas:

- 1) A organização atual da propriedade/caracterização da unidade produtiva (ciclo). Esse primeiro ponto não ocupou muito tempo na entrevista, cerca de um terço (menos de 45 minutos, em entrevistas que demoraram entre duas e quatro horas). Focaliza-se a composição da família e suas ocupações respectivas (inclusive escola e acesso à saúde), o manejo do rebanho e das pastagens, o uso do espaço e o ritmo de desmatamento, outras atividades econômicas, e eventualmente outros aspectos específicos naquela

propriedade (se houver conflitos, ou outros).

- 2) As trajetórias de vida e as mudanças que aconteceram no longo prazo e as percepções sobre o futuro (longo prazo).

Cada entrevista durou uma média de 2 e 4 horas, e incluiu, quando foi possível, passeios dentro da unidade produtiva para ver pastagens, o rebanho, a infra-estrutura e os vínculos com a vizinhança. Para não inibir os entrevistados, após duas tentativas com o gravador, passamos a tomar nota das falas. Cada transcrição deu origem a cerca de 20 páginas.

A totalidade das entrevistas foi conduzida por uma única pessoa (a autora) para garantir a unidade de critérios e de interpretação. Ao mesmo tempo, a entrevistadora sempre esteve acompanhada por um extensionista rural (do INTA, na Argentina, do IPA, no Uruguai, e da EMATER/RS e a Secretaria de Agricultura/RS no Brasil). Isso ajudou a esclarecer conceitos *in situ* e a compreender expressões típicas de cada região. O formulário da entrevista (disponível no Anexo) está organizado segundo os seguintes blocos: i) caracterização da unidade produtiva e da estratégia econômica, ii) caracterização sociológica.

2.4. OUTRAS ENTREVISTAS

Foram realizadas, também, entrevistas em profundidade a extensionistas rurais com décadas de trabalho conjunto com os pecuaristas de cada região. Assim, foram consultados especialistas da área rural e do uso do solo das seguintes instituições de pesquisa agrônoma, econômica, geográfica e sociológica: Facultad de Agronomía da Universidade de Buenos Aires (Argentina), Facultad de Agronomía da Universidad de La República (Uruguai), Frigorífico La Caballada (Uruguai), Faculdade de Economia e Administração, Curso de Economia, Universidade de Passo Fundo (Brasil), Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural e Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil), Institut National de Recherches Agronomiques – Clermont Ferrand (França), Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (França), Institut de Recherche pour l'Ingénierie de l'Agriculture et de l'Environnement, CEMAGREF (França), Institut de l'Élevage (França), Institut für Geographie, Universität Innsbruck (Áustria), Département de Géologie et Géographie, Université Catholique de Louvain (Bélgica). Sem a ajuda e o acompanhamento desses especialistas, o foco interdisciplinar dessa pesquisa não teria sido possível.

2.5. DADOS SECUNDÁRIOS

Os dados secundários foram obtidos de relatórios oficiais e artigos acadêmicos sobre o uso

da terra no Pampa e sobre as transformações sócio-econômicas e produtivas da região. Dada a relativa novidade do fenômeno estudado, numerosos artigos jornalísticos do Brasil, do Uruguai e da Argentina também foram consultados.

2.6. O MÉTODO COMPARATIVO E A TEORIA ANCORADA

Mais do que nunca, diante da problemática da globalização, os pesquisadores realizam comparações mais ou menos complexas, buscando que sejam rigorosas. Na medida em que a globalização abre um vasto e complexo cenário à observação, pesquisa e análise, o pesquisador é levado a mapear ângulos e tendências, diversidades e desigualdades, impasses e rupturas, desenvolvimentos e retrocessos, em diferentes escalas. Nesse contexto, temos optado pelo método comparativo e pela Teoria Ancorada para tentar entender a realidade da pecuária familiar gaúcha no bioma Pampa da Argentina, do Brasil e do Uruguai.

A análise comparativa é baseada em estudos de caso. Tem como primeira característica uma análise holística, que trata os casos como entidades globais. As relações entre as partes e o todo são estudadas no contexto global onde se inserem. Outra característica é que a casualidade é sempre conjuntural. Varias condições casuais podem conduzir ao mesmo efeito, como produto situado de interseções específicas de condições. A análise comparativa permite, assim, examinar constelações e configurações de fatos (RAGIN, 1994).

A principal vantagem da análise comparativa aparece no estudo de problemáticas como a nossa, que envolvam causas múltiplas e conjunturais. O pressuposto de partida é a complexidade causal, que depois permitirá uma visão sintética dos processos em presença (RAGIN, 1987).

Se a vantagem dos estudos de caso é visível quando temos um pequeno número de casos, a sua eficácia diminui quando estes aumentam. Porém, a grande vantagem do método comparativo qualitativo é não se preocupar com a frequência relativa dos casos, pois um único caso pode colocar em questão uma teoria, mas sim com a variedade de padrões de causas e efeitos significativos do fenômeno em estudo (*Idem*).

Burawoy (1998) menciona três princípios de regulação do método comparativo qualitativo: a intersubjetividade entre o analista e os sujeitos em estudo; a entrada no mundo vivido das pessoas estudadas; e a relação dos processos locais com as tendências externas. Optamos, neste trabalho, pelo uso de uma metodologia qualitativa numa perspectiva comparativa, tentando aplicar preceitos da Teoria Ancorada, considerando-os complementares.

A Teoria Ancorada (*Grounded Theory*; GLASER, 1992; GLASER 1994; GLASER & STRAUSS, 1967; STRAUSS & CORBIN, 1990) procurou desenvolver uma sensibilidade especial para

elaborar explicações teóricas a partir do sentido e do significado das situações sociais, nas quais os seres humanos são considerados pessoas que produzem significado e não simples objetos estatísticos.

A Teoria Ancorada utiliza o método indutivo para descobrir essas explicações teóricas, conceitos, hipóteses e proposições, partindo diretamente dos dados, e não de supostos a priori, de outras pesquisas ou de quadros teóricos pré-existentes. Esse método não tenta produzir teorias formais, mas teorizar sobre problemas muito concretos que poderão adquirir uma categoria superior na medida em que seja adicionados novos estudos de outras áreas relevantes. A Teoria Ancorada aporta um elemento fundamental em toda pesquisa qualitativa, já que na pergunta “quem são?” também é incluído o pesquisador (TAYLOR & BOGDAN, 1990).

2.7. A ANÁLISE DOS DADOS

A análise temática é um método para identificar, analisar e anotar padrões (*patterns*) ou temas dentro dos dados qualitativos. A análise temática organiza minimamente e descreve os dados fornecidos pelos entrevistados em detalhe. Frequentemente, vai além disso e interpreta diferentes aspectos do objeto da pesquisa (BOYATZIS, 1998; ARONSON, 1994; ATKINSON & HERITAGE, 1984).

Ouvir os atores nas suas próprias palavras e tentar interpretar as suas mensagens e pontos de vista é um exercício importante da análise temática. Nesse sentido, as histórias de vida relatadas pelos indivíduos são tão relevantes quanto os demais tipos de eventos ou fatos coletados na tentativa por compreender situações ou processos.

O resultado da análise temática das entrevistas foi contrastado com estatísticas sobre a evolução da pecuária familiar no bioma Pampa dos três países estudados. Não procuramos que os pontos de vista e as percepções expressados nas entrevistas fossem, necessariamente, verdadeiros ou validados pelo conhecimento científico. Também não procuramos, necessariamente, a coerência ou a redução das contradições (WATSON, 2004). Tentamos identificar a riqueza, a diversidade e a complexidade da pecuária familiar.

A análise dos dados foi feita seguindo várias etapas: as entrevistas foram transcritas literalmente e analisadas através de uma análise temática focada (FOSSEY et al., 2002; PATTON, 1990), com uma lista inicial de temas gerada a partir do esquema da entrevista semi-estruturada. Num segundo passo, a codificação inicial das transcrições segundo essa lista de temas foi refinada, agrupada e categorizada em temas de maior nível. A partir de então, a análise recorreu as seguintes etapas:

- i) Relatório da entrevista: A partir das transcrições e das anotações e impressões

pessoais registradas durante a entrevista. É uma primeira organização das informações, juntando os dados relativos em um mesmo assunto.

- ii) Crônica da propriedade: Os diversos momentos e fases devem ser organizados conforme a sucessão do tempo.
- iii) Primeira interpretação da crônica: A análise deve-se restringir às informações mais relevantes, às redes de relações, aos saberes que foram mobilizados para conduzir as mudanças mais importantes.
- iv) Categorização: segundo critérios flexíveis e já definidos. Foi um trabalho árduo, "braçal", que gerou mais de 500 páginas de análise de entrevistas.

Nesse autêntico "mergulho analítico" para produzir as primeiras interpretações e explicações, focamos nossa atenção na identificação dos elementos que seguem:

Estratégias: correspondem à ligação existente entre dois tipos de sistemas de produção, e representam as evoluções necessárias que levam à mudança do sistema.

Tendências Evolutivas: São as transformações de estabelecimentos em regiões onde ocorrem rápidas mutações da pecuária. Para entender as evoluções entre os tipos de propriedades cruzaremos as tipologias dos sistemas de produção atuais e a tipologia das trajetórias.

Processos de Mudança: Questionamos como os atores mudam suas estratégias através de três critérios: i) as mudanças no sistema de atividades; ii) as mudanças na estratégia de uso do espaço; iii) as alternativas à pecuária (ex. turismo, lazer, etc.).

Trajetoárias de vida: como acontecimentos importantes na vida da pessoa (como a chegada e a aquisição e uso das terras) e calendário dos eventos para adquirir uma visão global e clara, assim como apontar as informações importantes ainda pendentes. Não é necessário buscar muita exatidão nas datas.

Ciclo demográfico: A capacidade de trabalho das famílias pecuaristas varia de acordo com o ciclo de vida da família, definido como "diferenciação demográfica" (CHAYANOV, 1974). O processo de diferenciação demográfica depende do crescimento biológico da família. Isto significa que cada família, dependendo de sua idade de formação, estará em diferentes fases do ciclo demográfico, o que determina diferente intensidade de trabalho, capacidade de investimento, expectativas e perspectivas de vida afetando a atividade econômica da família pecuarista e da unidade de produção.

Motivações: As motivações foram identificadas com perguntas do tipo "por que escolheu ser

pecuarista?”, “quais são os elementos (do ambiente, da família) que o levaram a fazer essa escolha?”; se mudou de sistema produtivo, “de onde vieram essas ideias de mudanças?”.

Redes de Diálogo, e Interações e Saberes: por exemplo, para um pecuarista que começa a implementar a rastreabilidade, com quem se informa antes de tomar essa decisão? Com quem fala antes de vender um boi, comprar uma maquinaria, mudar de sistema produtivo?.

O Futuro e a Transmissão da Unidade Produtiva: Quando já tinha sido estabelecido um vínculo de confiança, a entrevistadora convidava aos pecuaristas e a suas famílias a pensar no futuro através de distintos exercícios. Por exemplo, perguntávamos se queriam que os filhos continuassem na atividade, ou o que gostariam de fazer se ganhassem uma quantidade importante de dinheiro, por exemplo, com a Megasena.

3. O CONTEXTO DO ESTUDO

Os 75 pecuaristas familiares “gaúchos” (do bioma Pampa) foram entrevistados nas suas unidades produtivas do Rio Grande do Sul (RS, Brasil), no oeste do Uruguai e na província de Buenos Aires, na Argentina (Mapa 1). A Tabela 3 mostra a lista de municípios visitados durante as viagens de campo. No caso do Rio Grande do Sul, as entrevistas no norte do Estado, com uma topografia diferente da Metade Sul (área dos Campos de Cima da Serra e da Serra Gaúcha) foram realizadas por causa da dialética entre a pecuária tradicional e a agricultura originada pelo avanço da soja. O bioma Pampa possui uma enorme diversidade de condições ambientais, com regiões com características fisiográficas completamente distintas. Para a nossa pesquisa, procuramos municípios que tivessem as seguintes condições:

- a) presença significativa de pecuaristas familiares;
- b) representassem algumas das diferenças fisiográficas da região.

Escolhemos estudar vários municípios dentro de cada país para tentar captar a diversidade dos pecuaristas familiares, considerando-se também os ambientes onde estão estabelecidos. Desta forma, este estudo estabelece uma aproximação junto aos pecuaristas familiares que estão assentados em distintos ambientes. A ideia é demonstrar que os pecuaristas familiares, apesar de estarem em ambientes diferentes, possuem características comuns que permitem compreender o seu modo de vida, o que acaba definindo as suas estratégias técnico-produtivas, de comercialização e de sobrevivência.

3.1. TÃO PARECIDOS, TÃO DISTINTOS

Antes de mergulhar nas características da pecuária familiar gaúcha em cada país, resulta importante lembrar que as dinâmicas internas de cada unidade produtiva dão-se em determinados contextos (políticos, econômicos, nacionais, etc.). Existe pouca informação comparada e comparável sobre o contexto em que se desenvolve a pecuária familiar gaúcha nas áreas de nosso estudo. A Rede de Agricultura Familiar do Mercosul (REAF) e o Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA) estão realizando esforços para produzir informação comparável. Entretanto, esses trabalhos referem-se às agriculturas familiares de cada país, e não à pecuária familiar como uma categoria especial. Nesta tese, tentamos cobrir esse vazio através da elaboração da comparação da informação existente em cada país, incluindo os aspectos favoráveis e desfavoráveis da pecuária familiar nas escalas global, regional e nacional. A seguir, resumiremos as políticas públicas existentes para o setor da agricultura familiar, incluindo a reforma agrária, o mercado da carne e os direitos sociais dos trabalhadores rurais.

Políticas Públicas para a Pecuária Familiar. Não resulta casual que os pecuaristas familiares tenham sido (e no caso da Argentina, ainda sejam) tradicionalmente ignorados pelos tomadores de decisões. Os estudos recentes sobre a importância da agricultura familiar em geral, são muito recentes. O IICA apresentou uma das primeiras radiografias da agricultura familiar no Uruguai apenas em 2006 (FOSSATTI, 2006), onde existem algumas menções à pecuária familiar. No Brasil, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi lançado em 1996 e disponibiliza diversas linhas de crédito para os agricultores familiares. Porém, entre as normas para o acesso dos beneficiários ao Programa, em 2002, uma delas proibia a aquisição de animais para pecuária de corte (Cláusula 17 da Resolução 3001 de 24 de julho de 2002 do Banco Central). A partir desses estudos preliminares, os agricultores familiares que tem a pecuária de corte como atividade principal começaram a ser chamados de “pecuaristas familiares” embora ainda necessitem de uma maior definição teórico-conceitual (RIBEIRO, 2009).

No caso do Uruguai, o governo tem focado a atenção na agricultura familiar desde 2005, através da Oficina de Programación y Política Agropecuaria (OPYPA) e do Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca (MGAP). Um conjunto de projetos do MGAP, como o Uruguai Rural, o Projeto de Produção Responsável ou o “Proyecto Ganadero” visam dar apoio a agricultura familiar.

Na Argentina, não existem dados oficiais sobre o número de produtores familiares

dedicados principalmente a bovinocultura de corte. Essa falta de dados oficiais não deve surpreender: a pecuária familiar gaúcha não tem sido, historicamente, reconhecida pelas entidades representativas da sociedade rural pampiana e pelos governos. Atribui-se isso, essencialmente, a sua pouca organização e representatividade política e por se tratar de uma categoria social, até então, pouco descrita e estudada.

Em menor medida no Brasil e no Uruguai, e com maior intensidade na Argentina, os pecuaristas familiares em certa forma ainda são “invisíveis” à sociedade. Até recentemente não tinham acesso a políticas públicas específicas de apoio, como indica a relativa “juventude” do PRONAF no Brasil, e da Comissão de Agricultura Familiar, dependente do Servicio Nacional de Sanidad e Calidad Agroalimentaria (SENASA) da Argentina, criada em Outubro de 2009. Essa comissão trabalha juntamente com a Subsecretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar e o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuaria (INTA) da Argentina.

A Pecuária Familiar no Mundo Acadêmico. A falta de atenção por parte do setor público, associada à baixa rentabilidade das atividades de pecuária extensiva em unidades produtivas médias ou pequenas, tem contribuído para agravar as dificuldades desta população. Esta população também tem sido vista como atrasada e como entrave ao desenvolvimento e ao “progresso”. Neste cenário, o desconhecimento sobre esta realidade se estende ainda aos meios acadêmicos, que até recentemente não haviam se interessado em estudar este público: no Rio Grande do Sul, os primeiros trabalhos, além dos realizados pelos técnicos da EMATER / RS, são de COTRIM, 2003 e SANDRINI, 2005. Na Argentina e no Uruguai, os primeiros estudos sobre a pecuária familiar gaúcha são bem mais recentes (LITRE *et al.*, 2008).

Reformas Agrárias. A Argentina não tem programas dessa natureza. No Brasil, em 1945, a tentativa de implementar um programa de reforma agrária foi sepultada por meio de uma legislação que dizia que as desapropriações tinham de ser feitas mediante pagamento à vista. A partir de esse momento, o único presidente civil que tentou enfrentar o assunto foi João Goulart, que acabou deposto em 1964: ele pretendia desapropriar terras próximas de ferrovias, estradas e açudes da União. Castello Branco, o primeiro presidente do regime militar no Brasil, fez o Estatuto da Terra. Até hoje, ele é considerado um bom instrumento jurídico para fazer reforma agrária. Mas o Estatuto tinha uma parte sobre reforma agrária e outra sobre política agrícola - e só esta segunda saiu do papel. Nos anos 60 e 70, o governo brasileiro seguiu estimulando a exportação, também distribuiu crédito subsidiado para que

as terras pudessem ser adquiridas por grandes grupos econômicos. O regime se definiu por uma modernização que excluiu pequenos agricultores. No governo de José Sarney, foi feito um plano para assentar 1,4 milhão de famílias até o fim do mandato, em 1990. Também sem sucesso. Acabou assentando apenas 90.000. Comparado a seus antecessores, Fernando Henrique Cardoso teve muitas realizações: distribuiu 18 milhões de hectares, uma área maior que o Uruguai e equivalente a metade do território da Alemanha, e neles assentou 635.000 famílias. Quase 2 milhões de brasileiros receberam terras entre 1995 e 2002. Cardoso agiu em grande parte por pressão do Movimento de Trabalhadores sem Terra (MST). O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seu sucessor, foi o primeiro candidato eleito com apoio de setores dos movimentos sem-terra. A trégua dos grupos ao seu governo, porém, durou somente três meses - os conflitos recomeçaram quando Lula demorou a cumprir suas promessas sobre o campo.

Conforme dados do INCRA, de 2003 a 2009, o Governo do Brasil comprou mais de 40 milhões de hectares para realizar a reforma, enquanto a expropriação atingiu apenas 3 milhões de hectares. Sempre segundo o INCRA, o Brasil destinou mais de 80 milhões de hectares para fins da reforma agrária, realizando o assentamento de, aproximadamente, 920 mil pessoas. No Uruguai, a reforma agrária teve início em 1948, quando por determinação da Lei no 11.029 foi criado o Instituto Nacional da Colonização desse país. A finalidade do Instituto Nacional da Colonização é redistribuir a terra, facilitando o acesso de colonos a ela e estabelecendo diferenciações explícitas entre homens e mulheres para o acesso à mesma. Desde que foi criado até 1968, o Instituto disponibilizou uma superfície de 171.246 hectares para fins de colonização. De 1969 a 1988, foram disponibilizados 148.616 hectares e, de 1989 a 2004, observou-se uma grande redução na disponibilização de terras para esse fim, pois somente 14.241 hectares foram disponibilizados. O Instituto propõe um processo de mudança nas estruturas agrárias e a consagração da doutrina da função social da terra, segundo a qual a terra não deve ser vista como uma mercadoria, e sim como fonte de trabalho e meio de vida e sustento do colono e de sua família, além de fonte de produção para consumo da comunidade.

Acesso à Seguridade Social. No caso argentino, os trabalhadores rurais assalariados passaram a ser incorporados como beneficiários no período 1944-1954. Dispõem de uma política previdenciária estabelecida na lei 25.191 (OSPRERA). A concessão do benefício ocorre a partir dos 67 anos de idade, tendo como fator de elegibilidade um tempo mínimo de 10 anos de contribuição como trabalhador rural. Recentemente, as mulheres rurais argentinas também começaram a receber uma aposentadoria, após comprovação de sua

permanência no campo, mesmo sem salário. No Brasil, foi através da mobilização das mulheres por sua valorização e reconhecimento como trabalhadoras rurais, intensificada na década de 1980, que elas conquistaram direitos previdenciários iguais aos dos homens, a partir da universalização previdenciária em 1992, fundamentada na Constituição de 1988 e regulamentada pelas Leis de Custeio e Benefício da Previdência Social (Leis. 8.212 e 8.213, de 1991). A idade de aposentadoria para mulheres rurais foi estipulada em 55 anos e para os homens rurais em 60 anos, ou após 30 anos de serviço para mulheres e 35 para homens, condições mais favoráveis do que para os trabalhadores urbanos. Como na Argentina, mulheres que eram trabalhadoras familiares não remuneradas na produção camponesa estariam aptas aos benefícios de aposentadoria diretamente, não mais somente como uma dependente do homem chefe de família. Finalmente, no Uruguai, os trabalhadores rurais assalariados permanentes ou safristas são atendidos por medidas que visam assegurar o trabalho em condições adequadas, oferecendo salário e aportes sociais que lhes permitem acesso a um conjunto de benefícios sociais, asseguram seu direito à sindicalização e exercem a inspeção das condições de trabalho. A partir do século XXI, foram retomados os “consejos de salários”, agora, pela primeira vez, com a participação dos trabalhadores rurais.

Os Efeitos do Mercosul. Os efeitos combinados da integração regional através da criação do Mercosul em 1991 (BRUMER, 1998) e da estabilização monetária no Brasil e na Argentina, também prejudicaram a pecuária familiar gaúcha ao provocar uma importante redução dos preços agrícolas, avaliada entre 15% e 30% conforme os produtos (DESER, 1997). Os organismos públicos e internacionais tentaram responder à crise fomentando o uso dos créditos para a compra de maior tecnologia (em alguns casos, como o da soja transgênica, pouco sustentáveis e pouco adaptadas à geografia e às necessidades locais). Mesmo com sua flexibilidade e resistência ao longo de gerações, a pecuária familiar gaúcha sofreu com a desestruturação das cadeias comerciais, das estruturas de armazenamento e produção de semente e dos serviços de assistência técnica e de pesquisa dos estados (GIARRACA, 2001; GARCÍA SANZ, 1997; DELGADO, 1995).

O Mercado da Carne. Durante a elaboração desta tese, os três países estudados compartilharam um contexto internacional positivo para o mercado da carne. Esse contexto foi definido pelo crescimento dos mercados da carne e das oportunidades crescentes para o desenvolvimento da pecuária. Brasil, Argentina e Uruguai foram beneficiários desse potencial junto com Austrália e Nova Zelândia. Porém, nem todos os países responderam a

essa oportunidade da mesma maneira: o governo argentino suspendeu as exportações de carne para abaixar os preços internos, no contexto das eleições presidenciais. Isso desestimulou a produção de carne nesse país, originando a escassez de carne bovina para abastecer a demanda interna. Como consequência, em 2009 e em 2010 a Argentina aumentou a importação do produto, especialmente do Uruguai. Ao mesmo tempo, com uma alta de preços que varia de 35% a 70%, desde o início de 2010, a carne sofreu um boicote natural por parte de alguns grupos. O governo de Cristina de Kirchner incentivou aos cidadãos a comer merluza e algumas associações de consumidores convocaram a população a deixar de consumir carne bovina.

O Gado. O gado bovino atual pode ser dividido em duas espécies: *Bos taurus*, que teve sua origem na Europa e inclui a maioria das variedades modernas de leite e de carne na Argentina e no Uruguai, e *Bos indicus*, que teve sua origem na Índia e que se caracteriza por uma corcova nas costas. Essa última espécie está muito presente na África e na Ásia e tem obtido um grande sucesso em alguns países da América do Sul, como o Brasil. As raças bovinas de corte que vemos atualmente no bioma Pampa são o resultado da seleção e do cruzamento de raças ancestrais. Nosso trabalho de campo permitiu comprovar uma interessante relação entre o tamanho da UP e a homogeneidade das raças do rebanho. Assim, enquanto os pecuaristas familiares com UPs médias e/ou grandes utilizam a seleção genética do gado através da compra de touros ou da inseminação artificial para manter a uniformidade da raça, os pequenos produtores realizam compras “oportunistas” e de qualquer raça. Suas escolhas, diferentemente dos “grandes ou médios”, recaem nos animais mais baratos, independentemente de suas características. Quanto às raças criadas pelos pecuaristas do Rio Grande do Sul, verificamos que há um predomínio da raça Brangus, seguida pelas raças Angus, Hereford e Cruzamentos. Vale ressaltar que a maioria dos proprietários cria mais de uma raça. Na província de Buenos Aires, na Argentina, se concentra 80% do rebanho bovino desse país. As raças destinadas à produção de carne são: Shorthorn, Hereford, Aberdeen-Angus e Charolais. Na área de nosso estudo, no sudoeste da província de Buenos Aires, a raça mais comum é a Aberdeen-Angus (muito resistente às secas e ao frio), seguida pela raça Hereford. No Uruguai, onde o nível de chuvas é mais alto do que no Oeste bonaerense, a raça Hereford é a mais numerosa entre os bovinos de corte. Em segundo lugar, e em constante crescimento, se encontra a raça Aberdeen Angus. Mas não são as únicas: outras raças de corte que podem ser encontradas no Uruguai são a Braford, Brahman, Brangus, Charolais, Holando, Jersey, Limousin, Nelore, Normanda, Piemontese e Red poll. Entre muitos dos pecuaristas entrevistados, o critério

para escolher o gado é primeiramente a disponibilidade de compra e as características físicas ou anatômicas do animal que facilitam a parição. O segundo critério é o preço. Também parece existir um certo “gosto estético” pelas raças, que tem pouco a ver com a conveniência climática ou com o lucro. A respeito do modo de produção, nas três regiões estudadas pode-se perceber que os pecuaristas familiares se dedicam principalmente à produção de terneiros, etapa da bovinocultura de corte identificada como “*cria*”. A maioria deles não são, portanto, produtores que engordam o gado e vendem para os frigoríficos (terminadores).

Uma Concorrência Sem Fronteiras. Finalmente, os processos históricos que definiram a concorrência pelo uso da terra entre pecuária e monoculturas em cada país serão explicados, assim como os diferentes processos de risco atravessados pelos pecuaristas familiares de cada região, serão analisados no capítulo sobre Pecuária Familiar e Transformações Territoriais: O Impacto do Avanço das Monoculturas no Bioma Pampa.

4. A PECUÁRIA FAMILIAR GAÚCHA: UMA ATIVIDADE IGNORADA, MAS PERSISTENTE

Antes de falar do conceito de pecuária familiar no bioma Pampa, é necessário repassar uma categoria muito mais difundida e abrangente: a “agricultura familiar”, fonte de debates e de diferentes interpretações nos âmbitos político e acadêmico (FOSSATTI, 2006; OBSCHATKO et al., 2006; RIBEIRO, 2007).

O grande dinamismo e a complexidade do termo agricultura familiar leva os autores a produzir conceitos extremamente distintos para identificá-lo, ainda no século XXI. Assim, Bonnal (2003) e Rodríguez (2005) consideram a agricultura familiar na América Latina como um grupo situado em zonas marginais, que utilizam uma grande parte da produção para o autoconsumo e que está geralmente mergulhado na pobreza. No outro extremo, Chiriboga (2002) afirma que se trata de um grupo com quantidade suficiente de terra, orientado ao mercado, que utiliza insumos (sementes melhoradas, fertilizantes, agroquímicos) e que em alguns casos utiliza equipamentos, obtendo resultados satisfatórios em sua unidade produtiva.

Nazaré Wanderley (1995, 1996, 2001, 2003) faz uma discussão muito rica sobre agricultura familiar e campesinato. Para a autora, a agricultura familiar não é uma categoria social recente e nem um conceito novo na sociologia rural. Entretanto, a abrangência dos seus usos recentes assumem ares de novidade e renovação. Segundo a autora, a agricultura familiar é “entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 1996, 2). Assim definida, esta categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais. Wanderley cita a Hugues Lamarche, para quem “a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém, nela mesma, toda a diversidade” (LAMARCHE, 1993:14). A seguir, apresentamos brevemente o significado e abrangência do uso da categoria “agricultura familiar” no Brasil, no Uruguai e na Argentina.

4.1. AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

O Brasil é, de longe, o país que mais atenção tem dado a agricultura familiar. Nele, a discussão sobre a agricultura familiar vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica, passando a ser utilizada com mais frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais,

pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico, especialmente pelos estudiosos das Ciências Sociais que se ocupam da agricultura e do mundo rural (SCHNEIDER, 2006). O autor revela que embora tardiamente, se comparada à tradição dos estudos sobre esse tema nos países desenvolvidos, a emergência da expressão “agricultura familiar” ocorreu no contexto brasileiro a partir de meados da década de 1990. Neste período ocorreram três eventos que tiveram um impacto social e político muito significativo no meio rural, especialmente na região Centro-Sul do Brasil. Schneider (2003) os sintetiza assim:

Contexto Político. A adoção da expressão “agricultura familiar” parece ter sido encaminhada no Brasil como uma nova categoria-síntese pelos movimentos sociais do campo, capitaneados pelo sindicalismo rural ligado à CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Em meados dos anos de 1990, assistiu-se a uma verdadeira efervescência desses movimentos, que produziram inclusive formas de manifestação política que perduram até hoje, como é o caso dos eventos anuais em torno do “Grito da Terra”. Diante dos desafios que o sindicalismo rural enfrentava nesta época, tais como impactos da abertura comercial, falta de crédito agrícola e queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação –, a incorporação e a afirmação da noção de agricultura familiar mostrou-se capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como, por exemplo, assentados, arrendatários e parceiros integrados às agroindústrias, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou, simplesmente, de trabalhadores rurais.

Contexto Institucional. A afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar, em 1996, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Esse programa, formulado como resposta às pressões do movimento sindical rural desde o início dos anos 1990, nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e que encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade. A partir do surgimento do PRONAF, o sindicalismo rural brasileiro, sobretudo aquele localizado nas regiões Sul e Nordeste, passou a reforçar a defesa de propostas que vislumbrassem o compromisso cada vez mais sólido do Estado com uma categoria social considerada específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas (juros menores, apoio institucional, etc.).

Contexto acadêmico. A partir da segunda metade da década de 1990, lembra Schneider (1999) assistiu-se a uma relativa retomada dos estudos agrários e rurais no Brasil, que até

então suscitara pouco interesse dos pesquisadores. Voltou-se a falar não apenas da agricultura e da produção agrícola, mas também do rural lato sensu. Segundo o autor,

Esse novo cenário permitiu que os estudiosos [brasileiros] ampliassem seu escopo temático para além das discussões acerca dos impasses e das possibilidades da reforma agrária e dos assentamentos, das questões relacionadas aos impactos do progresso tecnológico ou das migrações. Verificase, assim, a afirmação da temática ambiental e da sustentabilidade e assiste-se ao crescente interesse dos estudiosos por novos temas, como a agricultura familiar, a conformação dos mercados de trabalho e a dinâmica ocupacional da população rural (SCHNEIDER, 2003, p.100).

Politicamente, existe uma ênfase muito forte do governo brasileiro para o setor da agricultura familiar como construção de soberania, de equilíbrio territorial e da riqueza, já que a agricultura familiar é uma parte muito importante do produto agrícola brasileiro. De acordo com o convênio FAO/INCRA (2000), com base nos dados do Censo Agropecuário 1995/96 do IBGE, representa 85% dos 4,6 milhões estabelecimentos agropecuários, ocupa 79% da mão-de-obra, responde por 38% do valor bruto da produção e possui maior capacidade de gerar renda por unidade de área, em relação à agricultura empresarial. O estudo identificou também que a agricultura familiar no Brasil respondia por grande parte da produção de alguns produtos agrícolas, principalmente aqueles destinados ao mercado interno (PRESOTTO NUNES, 2007). O Brasil possui também um órgão – o Ministério de Desenvolvimento Agrário, com uma preocupação e uma estrutura voltada para as comunidades rurais, de agricultura familiar e reforma agrária, e suas secretarias – que a Argentina e o Uruguai não têm.

As organizações argentinas, “inspiradas” no Brasil, estão passando a adotar a ideia de agricultura familiar para reunir diversas categorias ligadas ao meio rural e marginalizadas pelas políticas públicas, como os pequenos produtores de subsistência e as comunidades indígenas, mas sem abranger ainda realidades como a dos pecuaristas familiares do bioma Pampa inseridos no mercado. Em maio de 2006 foi criado o Fórum Nacional da Agricultura Familiar (FONAF), um espaço de articulação para a construção de políticas agrícolas e reforma agrária e legitimado pela SAGYPA. Em outubro de 2008, a Secretaria de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentos (SAGYPA) argentina inaugurou a Subsecretaría de Agricultura Familiar, que está realizando um Registro Nacional de Agricultura Familiar (RAF). Mas mesmo se na Argentina existem ferramentas institucionais para abordar a problemática da agricultura familiar, esse país ainda deve elaborar uma estratégia mais consistente e de longo prazo para responder a esse importante setor.

4.2. A AGRICULTURA FAMILIAR NA ARGENTINA

Na Argentina, a agricultura familiar gera 53% do emprego rural. 66% das unidades produtivas

agropecuárias desse país estão em mãos de famílias que possuem 20% dos bovinos (FONAF, 2004). 19,3% do valor bruto da produção agrícola esta a cargo da agricultura familiar, que representa um rendimento de \$ 12.136 milhões anuais, segundo dados do Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC) da Argentina. A respeito da superfície ocupada, a agricultura familiar só controla 13% do total, o que demonstra que os produtores familiares não são proprietários de grandes quantidades de terra nesse país. Esses dados correspondem a pequenos produtores de subsistência e às comunidades indígenas, mas não abrangem ainda realidades como a dos pecuaristas familiares do bioma Pampa, inseridos no Mercado.

4.3. A AGRICULTURA FAMILIAR NO URUGUAI

No caso do Uruguai, por ter características de um país menor, onde a maioria dos produtores também são pequenos, o tratamento da agricultura familiar é diferente em relação aos outros países. Segundo a Oficina de Programación y Política Agropecuaria (OPYPA), do Ministerio de Agricultura, Ganaderia y Pesca (MGAP) do Uruguai, de um total de 49.316 produtores do país (INE, 2000), 39.120 são unidades produtivas de tipo familiar, que representam 79% do total. Apesar de sua importância numérica, os agricultores familiares só ocupam 24% da terra produtiva desse país (FOSSATTI, 2006), revelando uma enorme concentração da terra (CNFR, 2009). Frente a essa realidade, a Comisión Nacional de Fomento Rural (CNFR), a principal organização representativa da agricultura familiar uruguaia, criou uma “Propuesta de Políticas Públicas Diferenciadas para el Desarrollo de la Agricultura Familiar” em setembro de 2009 (CNFR, 2009), no qual solicitam a criação de um cadastro de agricultores familiares. O governo uruguaio tem focado a atenção na agricultura familiar desde 2005, através da Oficina de Programación y Política Agropecuaria (OPYPA) e do Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca (MGAP). Um conjunto de projetos do MGAP, como o Uruguai Rural, o Projeto de Produção Responsável ou o “Projecto Ganadero” visam dar apoio a agricultura familiar.

Na Tabela 4, mostramos as principais denominações utilizadas na Argentina, no Uruguai e no Brasil para a agricultura familiar e os critérios operativos utilizados tomando como ponto de partida o critério escolhido por instituições oficiais e por estudos recentes. O único país que aplica uma definição por lei é o Brasil.

Tabela 4. Definições de agricultura familiar na Argentina, no Brasil e no Uruguai

Argentina	Pequeno Produtor Agropecuário
Estudo: “El peso economico de los pequeños productores agropecuarios” (IICA-PROINDER).	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalha diretamente na unidade produtiva - Não emprega trabalhadores remunerados permanentes - Existe um limite superior de superfície e de capital por região - São excluídas as sociedades anônimas
Brasil	Agricultura Familiar
Lei de Agricultura Familiar	<ul style="list-style-type: none"> - A mão-de-obra e a própria família - A renda nasce da própria unidade produtiva - A gestão é familiar - O limite superior de superfície é quatro módulos de no máximo (8 ha. ou 80.000 m², dependendo do Estado).
Uruguai	Produtor Familiar Rural
Proposta publicada no Anuário de OPYPA 2005	<ul style="list-style-type: none"> - Pessoas físicas e <i>sociedades de hecho</i> - Residência: na unidade produtiva ou perto dela. - O trabalho e a renda principal devem nascer da unidade produtiva - Não contrata mão de obra assalariada (permanente ou temporária). Se o faz, o Número total é menor ao dos trabalhadores familiares - Existem limites superiores de superfície e de capital específicos para cada tipo de agricultura

Fonte: Adaptado de Fossatti, 2006.

Como indica a Tabela 4, as principais diferenças nas definições dos três países residem no tamanho das unidades produtivas (pequenas no Brasil, indiferente no Uruguai e de até 5000 hectares em algumas regiões da Argentina), na possibilidade ou não de contratar mão-de-obra permanente não familiar e a inserção, ou não, no mercado.

Essas diferenças são justificadas pelas características históricas, econômicas e geográficas de cada região: o Uruguai, com 176.000 km², é menor do que o Estado do Rio Grande do Sul, com 282.062 km², e do que a província de Buenos Aires, que tem 307.571 km² de superfície.

Fossatti (2006) explica que mesmo se os critérios teóricos para a definição da agricultura familiar são parecidos nos três países da região, as variáveis utilizadas e os valores críticos que diferenciam os produtores familiares são bem diferentes. A utilização da força de trabalho familiar e a dedicação a atividade agropecuária são os dois critérios básicos comuns a todas as definições.

Na quase totalidade dos casos fica explícito o quesito de extrair a renda familiar principalmente da unidade produtiva. No caso do Uruguai, também é considerada a residência na UP ou nas proximidades.

A principal diferença nas definições reside no que concerne ao uso dos fatores de produto: a contratação de mão-de-obra e a superfície da UP. Segundo as estruturas produtivas de cada país, são aplicados distintos limites superiores a quantidade de empregados e de hectares. Ao superar esses limites, o produtor não pode ser incluído na categoria de agricultor familiar, o que exclui uma quantidade significativa de produtores da ajuda pública.

Chama a atenção a falta de dados comparativos sobre a agricultura familiar na região. Isso ocorre devido aos diferentes censos estatísticos (mais ou menos completos, segundo o país) e, como vimos, às diferentes definições do que é a atividade. A falta de informação nasce também da ausência de instituições regionais com tradição no estudo da agricultura familiar. Isso, porém, vem sendo solucionado desde 2004, quando foi criada, no contexto do Mercosul, a Reunião Especializada em Agricultura Familiar (REAF). Fundada com o apoio do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), a REAF reúne organizações sociais e governos da Argentina, do Brasil, do Paraguai, do Uruguai, da Venezuela, do Chile e da Bolívia. O objetivo da REAF é propor políticas diferenciadas em cada um dos países para a agricultura familiar e que essas políticas diferenciadas possam ir ao encontro dos acordos comerciais dentro do Mercosul, garantindo a participação da sociedade civil por meio das associações de produtores rurais e camponeses, e a inclusão dos agricultores familiares. A REAF procura identificar os eixos temáticos principais que unem a agricultura familiar e o comércio, como o seguro agrícola, programas específicos de crédito, comércio, compras públicas, mecanismos de articulação entre distintas organizações sociais e produtivas dos países são temas que devem ser coordenados entre os países do Mercosul. Em 2007, foi criado o Observatório de Agricultura Familiar do Mercosul com o objetivo de obter, processar e disponibilizar dados e informação sobre a agricultura familiar na região (APM, 2007).

4.4. A PECUÁRIA FAMILIAR: AGRICULTORES FAMILIARES QUE SE DEDICAM À PECUÁRIA DE CORTE

Como já vimos na Introdução, o conceito de agricultura familiar é frequentemente utilizado como sinônimo de “agricultura de subsistência”, “campesinado” ou “pequenos produtores”. Segundo indica Ribeiro (2007) cada termo implica um preconceito: tradicional, seria sinônimo de pouco moderno; de subsistência, seria o mesmo que consumo sem comercialização, e pequenos produtores, equivaleria a limite da área da unidade produtiva e a pobreza. Obschatko et al. (2006) tem revisado os antecedentes da definição de “pequeno produtor” na Argentina, revelando a multiplicidade de conotações que termos iguais podem possuir em

diferentes âmbitos. Se os agricultores familiares, em geral, raramente são reconhecidos como categoria social, resulta evidente entender por que, até há pouco tempo, os produtores familiares de carne bovina não tinham acesso a políticas públicas de apoio específico ao setor (FOCHEZZATO et al., 2004; FOSSATTI, 2006).

No caso do Brasil e do Uruguai, porém, a pecuária familiar está sendo valorizada e os primeiros programas de ajuda voltados especialmente ao setor estão sendo implementados (*Idem*). Na Argentina, as medidas do governo vigente durante os anos de nossa pesquisa de campo (junho de 2006 até março de 2008) não só ignoravam as especificidades da pecuária familiar, mas também atentavam diretamente contra a viabilidade desse modo de vida. Assim, foram proibidas as exportações de carne para diminuir o preço para o consumidor interno, o que contribuiu para o fechamento de milhares de unidades produtivas e o êxodo dos jovens para as cidades.

Muitas vezes, os pecuaristas familiares são considerados atrasados, ou obstáculos ao desenvolvimento e ao progresso (MANN & DICKINSON, 1987). Não surpreende, então, que a maioria das políticas públicas de desenvolvimento rural tenham como objetivo “superar” esse modo de vida e aumentar a sua produtividade (FRIEDMANN, 1978).

As avaliações sobre a viabilidade da pecuária baseadas unicamente na maximização do lucro e na produtividade não levam em conta outros fatores que são cada vez mais valorizados no Hemisfério Norte, como a qualidade de vida, o baixo índice de criminalidade, a contenção social dos jovens, o bem-estar animal criado em sistemas extensivos, a qualidade da carne com baixos índices de colesterol negativo e o vínculo harmônico entre o ser humano, a sua paisagem e a biodiversidade.

Na região gaúcha de nosso estudo, as classificações dos pecuaristas baseadas unicamente na distribuição fundiária levam a pensar de maneira binária e a esquecer a enorme heterogeneidade do setor. Assim, como acontece com a agricultura em geral, os pecuaristas são divididos em latifundiários e proprietários de enormes estâncias, ou em minifundiários, ou seja, que só produzem para o próprio consumo, sem participação nem influência no mercado da carne. Como bem salienta Ribeiro (2007), essa visão consolidou a ideia de que a pecuária bovina de corte só é desenvolvida em grandes áreas e que “extensivo” (com baixos insumos e pouco capital), é sinônimo de grandes propriedades e estâncias.

Porém, pesquisas acadêmicas de campo tem permitido reconhecer a existência de grupos de produtores de carne bovina em unidades produtivas extensivas de pequeno e médio porte. Essas unidades estão inseridas no mercado e comercializam a carne.

4.4.1. A PECUÁRIA FAMILIAR NOS PAMPAS

No Brasil, o já mencionado Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

(PRONAF) disponibiliza diversas linhas de crédito para os agricultores familiares. Porém, entre as normas para o acesso dos beneficiários ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar de 2002, uma delas justamente proibia a aquisição de animais para pecuária de corte (Cláusula 17 da Resolução 3001 de 24 de julho de 2002 do Banco Central).

A também brasileira Associação Riograndense de Empreendimentos, Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (EMATER / RS) é a entidade responsável pelo serviço oficial de extensão rural no estado. A EMATER / RS tem focado a sua pesquisa na pecuária familiar a partir de 1999 (RIBEIRO e VILLELA, 1999; EMATER / RS, 2000; EMATER / RS, 2000; MIRANDA, 2000; RIBEIRO, 2001; LUIZELLI, 2001; TORRES, 2001; RIBEIRO, 2002a; GONÇALVES, 2002; ROSSI, 2002; EMATER / RS, 2003). A partir desses trabalhos, a EMATER identificou no Pampa um grupo significativo de pequenas propriedades com pecuária de corte. Usando dados próprios e das estatísticas existentes no Brasil (IBGE, 1998), a EMATER constatou que as propriedades com áreas inferiores a 100 hectares representam cerca de 70% do estado do Rio Grande do Sul (se analisadas aquelas que têm menos de 200 hectares verifica-se que representam um total de 86%). Ou seja, as propriedades com menos de 200 hectares representam a maior parte dos estabelecimentos do Rio Grande do Sul.

A partir desses estudos preliminares, os agricultores familiares que tem a pecuária de corte como atividade principal começaram a ser chamados de “pecuaristas familiares” embora ainda necessitem de uma maior definição teórico-conceitual (RIBEIRO, 2009).

No caso do Uruguai, 65% dos agricultores familiares se dedicam à pecuária de corte (FOSSATTI, 2006). No Brasil, RIBEIRO (2001:20) e EMATER / RS (2003:31) estima-se em cerca de 8.000 as famílias de pecuaristas familiares morando na região da Campanha e Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

Na Argentina, não foi possível achar dados oficiais sobre o número de produtores familiares dedicados a bovinocultura de corte. Essa dificuldade não deveria causar surpresa: a pecuária familiar não tem sido, historicamente, reconhecida pelas entidades representativas da sociedade rural pampiana e pelos governos. Atribui-se isso, essencialmente, a sua pouca organização e representatividade política e por se tratar de uma categoria social, até então, pouco descrita e estudada.

De uma certa forma, os pecuaristas familiares são “invisíveis” à sociedade. Na Argentina, só em outubro de 2009 foi criada uma Comissão de Agricultura Familiar, dependente do Servicio Nacional de Sanidad e Calidad Agroalimentaria (SENASA), dedicado a pecuária. Essa comissão trabalhará juntamente com a Subsecretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar e o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuaria (INTA) da Argentina. No Uruguai, o “Projecto Ganadero” visa dar apoio aos bovinocultores de gado de corte familiares.

A falta de atenção por parte do setor público, associada à baixa rentabilidade das atividades de pecuária extensiva em unidades produtivas médias ou pequenas, tem

contribuído para agravar as dificuldades desta população, constantemente vista como atrasada e como entrave ao desenvolvimento e ao “progresso”.

Neste cenário, o desconhecimento sobre esta realidade se estende até mesmo aos meios acadêmicos, pois até recentemente não havia interesse em estudar este público: no Rio Grande do Sul, os primeiros trabalhos, além dos realizados pelos técnicos da EMATER / RS, são de COTRIM, 2003 e SANDRINI, 2005. Na Argentina e no Uruguai, os primeiros estudos sobre a pecuária familiar gaúcha são bem mais recentes (FOSSATTI, 2006; OBSCHATKO et al., 2006; LITRE, MORALES & TOURRAND, 2007). Em nossa definição, e de acordo com Chajanov (1974) abandonamos os critérios de tamanho de propriedade ou do rebanho e colocamos a variável “mão-de-obra” no centro da análise.

BOX 1. PECUÁRIA FAMILIAR

Definimos a pecuária familiar como um tipo de agricultura familiar que tem uma identidade própria – a cultura do gaúcho, e na qual a mão de obra principal e de origem familiar. De todas as maneiras, a unidade produtiva pode contar com até dois empregados permanentes não familiares. A principal atividade (metade mais um) deve ser a pecuária, mesmo se a unidade produtiva pode combinar pecuária e agricultura. A maior parte da renda deve ser originada na unidade produtiva (em atividades agropecuárias e não agropecuárias, como a chefe do lar que cose roupa ou faz artesanato para clientes externos). A unidade produtiva pode estar inserida no mercado e comercializar a carne que produz. Finalmente, a residência familiar deve estar fixada na unidade produtiva ou num centro urbano ou rural próximo. Neste trabalho, estudamos a bovinocultura de corte e não a pecuária para a produção de leite, uma atividade que implica um modo de vida totalmente diferente (RIBEIRO, 2007).

Apesar das grandes diferenças geográficas, históricas e políticas dos três países, consideramos que a pecuária familiar no bioma Pampa, ou gaúcha, tem mais similitudes do que diferenças. Isso, porque ela pertence a uma mesma região, o Pampa. A simples definição de uma região já significa um fenômeno complexo – uma parte dentro de um todo mais amplo, que por sua vez se compõe de elementos diminutos e mais simples – e, sua posição intermediária nos leva a supor uma riqueza de transações. Para esse trabalho, usaremos a definição de Marcos Silva (1992), que considera a região como um universo de práticas vivenciadas pelos diversos grupos humanos que nela se inserem, englobando o relevo, as relações pessoais, a memória familiar, as condições de trabalho, a associação, etc. A partir desta definição, pode-se pensar em extrapolar limites e fronteiras de ordem administrativa que, em geral, delimitam uma região. O regional torna-se, portanto, um conjunto de identidades não vinculado necessariamente aos limites formais estabelecidos. No caso do bioma Pampa, além das similitudes climáticas e geográficas, a atividade pecuária influencia fortemente a identidade gaúcha, nascida de um vínculo especial com o gado e com a natureza que exploramos em outro capítulo dessa tese.

5. O PAMPA GAÚCHO : REGIÃO OU INVENÇÃO?

(...) la vastedad no está en cada percepción de la pampa (que es lo que puede registrar la fotografía) sino en la imaginación del viajero, en su memoria de jornadas de marcha y en su provisión de muchas otras. La pampa no se da en una imagen: es una serie de procesos mentales

Jorge Luis Borges, 1958.

A região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem. Agora, nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, de individualização e regionalização.

Milton Santos, 1999.

Um dos problemas com os quais se defronta quem deseja estudar um fenômeno regional (em nosso caso, a pecuária familiar gaúcha) refere-se à própria definição de região. No caso do Pampa, quais são os critérios definidores do espaço regional? Se como dizia Borges no começo desse capítulo "(...) la pampa no se da en una imagen: es una serie de procesos mentales", deveríamos nos perguntar quais são os processos mentais, e culturais, que transformaram as planícies temperadas de três países diferentes numa única região: o Pampa gaúcho.

A primeira imagem que nos vem à mente quando falamos do Pampa (Mapa 2) é o gaúcho. Porém, a geografia tem tentado criar alternativas para pensar a região de maneira diferente da antiga tradição francesa de escolher uma personalidade característica para cada paisagem, passando a ser esta uma criação humana. Isto é de tal modo difundido, que, ao falarmos de qualquer lugar do mundo, conseguimos imaginar o seu habitante, seja nos pólos, trópicos, desertos, selvas, montanhas ou planícies.

Mapa 2. O bioma Pampa.



Fonte: SANTINO (2004).

Contribuem para a formação deste imaginário os relatos de viajantes, os meios de comunicação e até a geografia escolar, que durante muitos anos, enfatizou a descrição dos aspectos físico-naturais e nos famosos tipos regionais. De que outra maneira pode ser analisado o Pampa para entendê-lo como região sem cair exclusivamente na figura do gaúcho? Como avaliar a aplicabilidade do conceito de região no Pampa do século XXI sem cair nos cartões-postais do passado? Esse capítulo apresenta diversos tratamentos teóricos dados ao conceito de região e a sua aplicabilidade no caso do Pampa. Discute como a regionalização do Pampa é uma espacialidade criada, forjada por uma atividade em comum, a pecuária, e pela cultura gaúcha.

5.1. O CONCEITO DE REGIÃO

A origem etimológica do termo região estaria no termo *regio*, do latim, o qual se referia “à unidade político-territorial em que se dividia o Império Romano”. O fato de seu radical ser proveniente do verbo *regere*, governar, atribuiria à região “em sua concepção original, uma conotação eminentemente política” (CORRÊA, 2001). Para Gomes,

Regione nos tempos do Império Romano era a denominação utilizada para

designar áreas que, ainda que dispusessem de uma administração local, estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma (GOMES, 1995).

Paul Vidal de La Blache (1921) pensava a região enquanto um “corpo vivo”, único. Gomes (2000) destaca que, para este autor, “a região é uma realidade concreta, física, ela existe como um quadro de referências para a população que aí vive”.

Haesbaert (1999) cita a La Blache, Sauer e Hartshorne como referenciais aos estudos de caráter regional em função de sua contribuição para a sistematização dos estudos que se propunham a analisar um espaço geográfico pela lógica zonal. O que deve ser considerado, entretanto, são os contextos específicos, os espaços e tempos próprios, em que produziram suas contribuições para o estudo da região.

Sempre segundo Haesbaert, Carl Sauer, “situa-se entre os grandes mestres que, pelo espírito crítico, criatividade, talento e liderança intelectual”, e consolidou novos rumos para a Geografia, a partir do seu legado com ênfase na geografia cultural. Sauer defendia que os estudos regionais deveriam promover a construção de uma “morfologia da paisagem”. Como lembra Amorim (2007) ao tentar apresentar uma outra possibilidade aos estudos geográficos, Sauer rompe com o que se fixou como “determinismo geográfico”, e publica em 1925 “The Morphology of Landscape”, onde define a Geografia como o estudo da diferenciação de áreas ou corologia; deste estudo surge também uma forte vertente da geografia cultural (CORRÊA, 2001).

Para Corrêa (2001, p. 267), o modo de estudar a paisagem geográfica de Sauer, por meio do que ele denominou de “método morfológico”, é similar ao que Vidal de La Blache estabeleceu para suas monografias regionais. A Geografia Regional seria, assim, “uma morfologia comparativa”.

Hartshorne também contribuiu para os estudos regionais, após os estudos de La Blache e Sauer. Para Hartshorne a região constituiria “um constructo intelectual e que, como tal, poderia variar em sua delimitação de acordo com os objetivos do pesquisador”. (HAESBAERT, 1999, p. 18).

Amorim (2007) salienta que um historiador que discute o conceito de região é Marcos Silva (1992), que considera a região como um universo de práticas vivenciadas pelos diversos grupos humanos que nela se inserem, que englobam o relevo, as relações pessoais, a memória familiar, as condições de trabalho, e a associação. A partir desta definição, pode-se pensar em extrapolar limites e fronteiras de ordem administrativa que, em geral, delimitam uma região, destaca Silva (idem). O regional torna-se, portanto, um conjunto de identidades não vinculado necessariamente aos limites formais estabelecidos.

Viscardi (1999, p, 89) ao analisar a origem das divisões regionais e do comportamento

regionalista de alguns grupos políticos, parte do pressuposto de que o critério de divisão regional surgiu simbolicamente e foi sendo reconhecido e legitimado a posteriori.

Bourdieu (1989) defende que a divisão regional não existe na realidade, pois esta mesma realidade é a representação que dela fazemos. Desta forma, a delimitação regional é estabelecida por quem nela vive e passa a compor o imaginário daqueles que a ela se referem. A identidade regional, por exemplo, é um produto da construção humana. Bourdieu caracteriza os geógrafos como impositores de uma divisão arbitrária sobre uma ordem que guarda uma continuidade natural. Para Bourdieu, a região é uma construção do sujeito, que igualmente a delimita, a partir de padrões próprios, porém fundamentados na realidade existente. Para eles a região é um constructo feito a posteriori (AMORIM, 2007).

Apesar da variedade de abordagens com defesa de procedimentos de análises diferentes em termos teóricos e empíricos, a região não é relegada ao esquecimento. Nigel Thrift faz parte de um grupo de autores citados por Haesbaert (2002) como responsáveis pela “ressurreição” do conceito de região.

No momento em que os processos de globalização/fragmentação dominam as discussões sobre recortar ou não o espaço geográfico para melhor entendê-lo, dominá-lo ou mesmo reproduzi-lo (IANNI, 1998), analisar o espaço regional do Pampa e a sua “fragmentação regional”, para lembrar Thrift, pode contribuir para desvendar a realidade. Como nos lembra Haesbaert (2002, p. 21), “não faltam, portanto, novas perspectivas para a análise regional, sejam na forma das antigas regiões-zona, ou na forma das regiões rede ou das redes regionais”.

5.2. O PAMPA GAÚCHO: UM PRODUTO DOS INTERESSES REGIONAIS?

Vainer (1995), citado por Amorim (2007), ao estudar os regionalismos no Brasil, questiona o uso do termo “interesses regionais”, e apresenta uma série de indagações a respeito desta expressão, defendendo a tese de que esses “interesses regionais” se relacionam a sujeitos ou grupos sociais específicos que têm o poder de promover regionalizações. Traduzindo essa análise para o caso de nosso estudo, o Rio Grande do Sul, por exemplo, teria exaltado a tradição e cultura gaúchas como uma maneira de se afirmar como uma região autônoma em relação ao restante do Brasil. Algo similar poderia ser dito do Uruguai, um país pequeno e sempre submetido às pressões de seus vizinhos muito maiores, que salienta suas tradições regionais como uma ferramenta de auto-afirmação e de independência.

Segundo Vainer (1995), a análise das atuais manifestações regionalistas, de características

tradicionais, no que concerne a relações e manifestações de poder político regional, não permite avaliar com clareza os novos discursos e movimentos que focalizam o território como elemento estratégico da efetivação de identidades sociais e de projetos políticos. O autor enfatiza que “as formas contemporâneas de manifestação dos interesses regionais, tanto quanto os grupos e coalizões que as sustentam, não respondem a um único padrão” (*Idem*).

O Pampa é multifacetado. Do ponto de vista da biogeografia ele abrange o Sul do Brasil, a totalidade da República Oriental do Uruguai e a totalidade do pampa úmido argentino (Província de Entre Rios, Sul da Província de Santa Fé, uma parte do Sul da Província de Córdoba, a quase totalidade da Província de Buenos Aires, com a exceção do Sul da localidade de Bahia Blanca e do extremo Oeste da Província de La Pampa). Entre os seus atributos geomorfológicos e funcionais, podemos mencionar:

- áreas de pastagens naturais em bom estado de conservação por baixa ou inexistente carga bovina;
- zonas de florestas autóctones;
- lagoas;
- córregos.

O conjunto interativo desses ecossistemas funciona em escala sub-regional e não como um conjunto de ilhas ecológicas isoladas, desde o ponto de vista dos corredores de fauna, de migração de aves, da dinâmica hidrológica e das constantes climáticas.

5.3. O CAMINHO DO GAÚCHO

Do ponto de vista cultural, a região pampiana se caracteriza pela presença, histórica, mas ainda viva, da cultura do gaúcho. Se bem já esclarecemos que o nosso objetivo nesse capítulo é olhar para o Pampa moderno, de hoje, e não para o passado, devemos entender a história para identificar os seus símbolos vivos no presente. Quando em 1536 chegaram ao Rio da Prata os primeiros conquistadores espanhóis, foi introduzido na região o gado equino e bovino. A demora na organização da colônia e os ataques frequentes dos índios da região espalharam o gado, que se tornou “cimarron” ou selvagem, reproduzindo-se rapidamente nas férteis pastagens naturais. Logo nasceu a captura de gado para a produção de carne e couro bovino, assim como a de cavalos para o transporte.

Os cavalos selvagens era domados pelos tropeiros, que levavam o gado através de longas viagens através das planícies. Os tropeiros consolidaram as relações comerciais nos

extremos do Pampa, desde Laguna, no Estado de Santa Catarina, no Brasil, até os confins do bioma pampiano na Patagônia argentina (Mapa 3) criando caminhos e áreas de fornecimento de comida e hospedagem que mais tarde seriam chamadas de *pulperias* e *postas*. Depois nasceriam as estâncias, onde o gado bovino seria reproduzido em currais. Os tropeiros foram denominados genericamente de gaúchos (gaúchos no Brasil) e a subsistência de suas tradições ao longo do tempo e do espaço gerou uma das mais consolidadas culturas equestres do mundo.

Mapa 3. As rotas dos tropeiros propiciaram o surgimento de uma cultura rural altamente funcional às necessidades produtivas da economia baseada na pecuária, desde o século XVII até o início do século XX.



Fonte: FLACAM & UNESCO, 2003.

Com a introdução do arame na metade do século XIX, o gado bovino começou a ser domesticado e as estâncias se consolidaram. Eram impérios rurais comandados por estancieiros gaúchos. Com a chegada da indústria do charque (*saladeiril*) mudou o perfil do sistema de produção, no sentido de uma produção e manejo dos campos para a criação de um rebanho que atendesse às necessidades da indústria, e se deslocou o padrão de acumulação para os centros urbanos onde estas se instalaram.

A frigorificação da carne bovina exigiu ainda mais mudanças da atividade para a criação de

raças europeias mais precoces, mudando além do manejo dos campos, mas também a sanidade, alimentação e genética.

Todavia isto não foi suficiente para eliminar as características extensivas da produção. A partir do Estatuto da Terra no Brasil e do instrumento da modernização nos três países, a pecuária passou ser uma atividade de menor remuneração frente a uma agricultura mecanizada e de maior produtividade, com menor tempo de rotação do capital investido. Frente a esta situação, desde os anos 1990, ocorreram transformações intensas de substituição da atividade pecuária bovina de corte extensiva tradicional por outras atividades empresariais, no caso do Brasil. Quanto à atividade de criação, esta se direciona no sentido da empresa rural onde houve uma mudança no paradigma da produção para a associação lavoura-pecuária, que resulta na diminuição do tempo de abate para menos de 24 meses (novilho precoce), que possibilita o investimento de capitais sobre um novo sistema de produção.

Como lembra o projeto Observatório do Pampa (2007), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a expansão da lavoura de arroz, associada à pecuária bovina e à expansão da soja, trigo e forrageiras, refletem a expansão da lavoura mecanizada e do gerenciamento empresarial. A viticultura, a produção de olivas, a lavoura arbórea para a produção de celulose apontam novos setores produtivos sobre as terras da antiga pecuária.

No estado do Rio Grande do Sul, a região da Campanha foi a que recebeu o maior número de assentamentos no final dos anos 1980 até o momento, resultado da aplicação da Lei da Reforma Agrária em um estoque de terras enquadradas na classificação como latifúndio (por dimensão ou exploração) e, portanto, passíveis de desapropriação (*Idem*). Por outro lado, nestas áreas em plena província geomorfológica do escudo sul-rio-grandense, a baixa produtividade dos campos já tinha comprometido a atividade pecuária e havia terras disponíveis para compra pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA).

Ao longo dessas transformações, a cultura gaúcha continuou marcando o Pampa com suas práticas sociais e econômicas. Entre 1880 e a Segunda Guerra Mundial, os portos ajudaram a canalizar a produção desde o coração do Pampa até os grandes mercados mundiais, consolidando um sistema de assentamentos que rapidamente se transformaram em motores das dinâmicas econômicas e urbanísticas em toda América Latina.

Desde 1950, o Uruguai, o Brasil e a Argentina aplicaram políticas de desenvolvimento industrial nas suas principais cidades portuárias, procurando substituir as importações e aumentar a autonomia nacional. Montevideú, Porto Alegre e Buenos Aires cresceram rapidamente, se transformando em metrópoles, capitais políticas e econômicas nas suas receptivas regiões. A acelerada urbanização mudou o cenário regional, afastando o campo

das portas das cidades, mas sem conseguir eliminar nem a biodiversidade pampiana nem a cultura gaúcha.

A urbanização se estendeu desde o Sul de Bahia Blanca (no começo da Patagônia) até Florianópolis, na Mata Atlântica brasileira, e se vinculou a um corredor mais amplo que chega até São Paulo e que passa por cidades do interior, como Rosário, na Província de Santa Fé.

Essas conexões constituem um grande sistema metropolitano (uma rede de cidades não conurbadas, mas de alta interação econômica e cultural), com aproximadamente 60 milhões de habitantes, dos quais 95% são urbanos. A área metropolitana do Pampa constitui o maior mercado urbano da América Latina, e um dos mais promissores do mundo, sobretudo na área de turismo. Ao mesmo tempo, ela apresenta uma ameaça de impacto sobre o patrimônio de toda a região litorânea e costeira (Mapa 4).

Mapa 4. Área Metropolitana do Mercosul.



Fonte: FLACAM & UNESCO, 2003.

As rotas dos tropeiros do passado constituem hoje um longo “caminho do gaúcho” (FLACAM & UNESCO, 2003). Nesse caminho, existe uma memória viva e tangível da cultura do gaúcho, misturando a diversidade da flora e da fauna pampianas com uma grande diversidade cultural (índia, gaúcha, de emigração européia, das cidades das áreas agrícolas).

Existem no bioma Pampa duas Reservas da Biosfera da UNESCO e 30 zonas

administradas em nível nacional e local. Também tem sido desenvolvidos “eco-museus” seguindo o exemplo francês, incluindo *pulperias*, *postas*, estâncias, igrejas, e outros prédios tradicionais (*Idem*).

5.4. O PAMPA: CENTRO E FRONTEIRA DO MERCOSUL

O Pampa é também centro e fronteira de um bloco macroeconômico em construção, o Mercado Comum do Sul ou Mercosul, e participa de um novo ciclo de profundas transformações derivadas dos processos produtivos (GUIBERT, 2008).

Mapa 5. Os países membro do Mercosul.



Fonte: Immanuel Giel (Wikipedia, 2005).

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai assinaram em 26 de março de 1991 o Tratado de Assunção,

criando o Mercosul (Mapa 5). Em 2006, após assinatura de protocolo de adesão em uma reunião de cúpula especial em Caracas, a Venezuela se tornou o 5º membro do Mercosul, que passou a ter 250 milhões de habitantes e um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 1 trilhão – cerca de 75% do total da América do Sul.

BOX 2. O MERCOSUL

Cidade sede da Secretaria do MERCOSUL: Montevidéu – Uruguai

Maior cidade do MERCOSUL: São Paulo – Brasil

Países membros do MERCOSUL: Argentina (1991), Brasil (1991), Paraguai (1991), Uruguai (1991) e Venezuela (2006).

Estados associados: Bolívia, Chile (1996), Colômbia, Equador (2004) e Peru (2003).

Estado observador: México

Língua oficial praticada no MERCOSUL: Português, Espanhol e Guarani.

Moedas dos países integrantes do MERCOSUL

- Peso argentino (Argentina) - Real (Brasil) - Guarani (Paraguai) - Peso uruguaio (Uruguai) - Bolívar venezuelano (Venezuela)

Moeda dos Estados associados

- Boliviano (Bolívia) - Peso chileno (Chile) - Peso colombiano (Colômbia) - Nuevo sol (Peru) - Dólar americano (Equador).

O Mercosul tem dois grandes pilares: a democratização política e a liberalização econômico-comercial. Nesse contexto, o aumento da circulação de pessoas e de bens, as políticas públicas de escala regional, as ações conjuntas dos governos dos três países são suficientes para pensar em um espaço regional trans-fronteiriço no coração do Mercosul.

5.5. FRONTEIRAS-FRATURA NA REGIÃO PAMPIANA

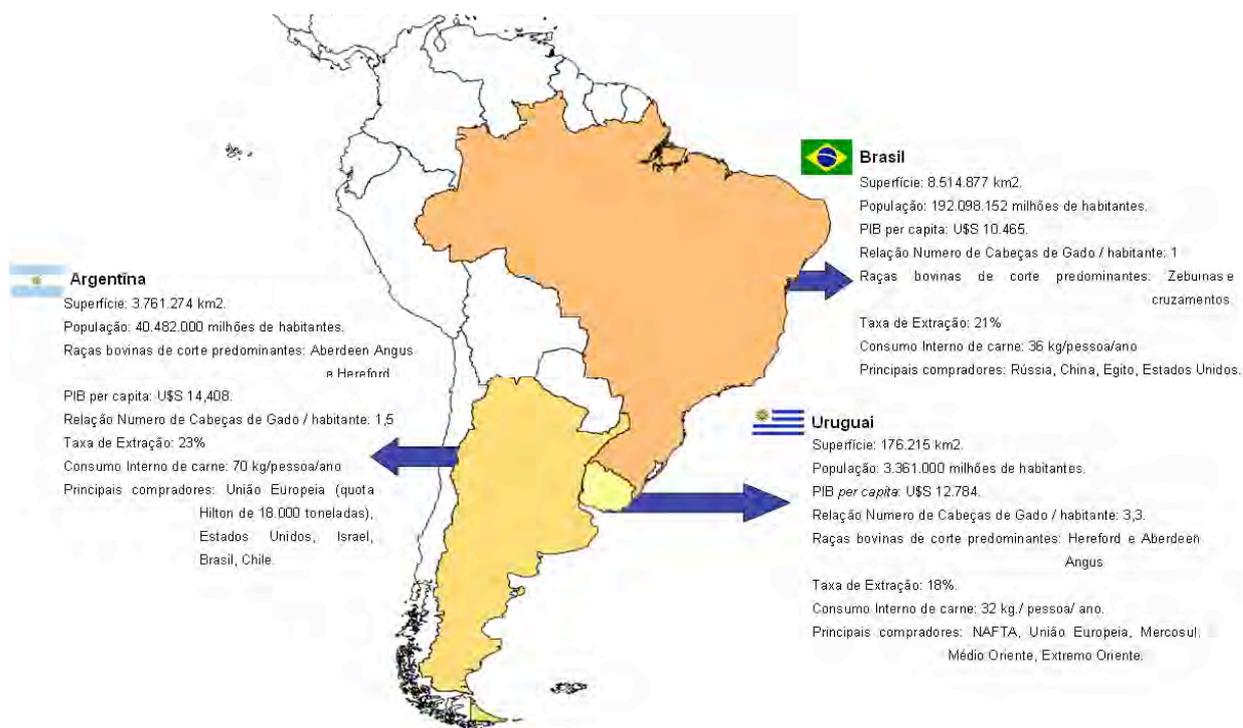
Não pretendemos aqui idealizar o conceito de integração no Pampa, já que entendemos, com Guibert (2008), que existem ainda muitas fronteiras-fratura na região. Dentre elas, as políticas públicas diametralmente opostas aos interesses da pecuária. As diferentes cargas impositivas constituem um exemplo claro de fraturas. Como vimos, a pecuária de corte é

uma atividade emblemática que tem caracterizado e enriquecido o Pampa e seus habitantes desde que os conquistadores espanhóis trouxeram os primeiros bois e cavalos da Europa, no século XVI.

Em épocas posteriores, a produção de cereais, e atualmente de oleaginosas, como a soja, tem transformado o rosto de campos abertos e de pastagens naturais da região. Porém, a pecuária continua sendo uma peça fundamental das economias pampianas.

Com 350 milhões de habitantes, a América do Sul possui nada menos que 300 milhões de cabeças de gado bovino, o que equivale ao 20% da produção mundial de carne bovina (11.500.000 milhões de toneladas). Dessa quantidade, 10.500.000 tm são consumidas pelos mercados internos e 950.000 tm são destinadas a exportação. O consumo médio por pessoa / ano oscila entre 25 e 30 kg, porém, existem países como a Argentina onde o consumo é mais do que o dobro (Gráfico 1)

Gráfico 1. Comparação da bovinocultura de corte na Argentina, no Brasil e no Uruguai.



Fonte: Dados da pesquisa.

Concordamos com Bordieu (1989), segundo o qual a divisão regional não existe *a priori*, pois esta mesma realidade é a representação que dela fazemos, mas nem por isso tem menos valor ou deve ser ignorada. A delimitação regional do Pampa é estabelecida por

quem nela vive e passa a compor o imaginário daqueles que a ela se referem. A identidade regional, como a cultura gaúcha, é um produto da construção humana.

O Pampa é também centro e fronteira de um bloco macroeconômico em construção, o Mercosul, e participa de um novo ciclo de profundas transformações derivadas dos processos produtivos (GUIBERT, 2008). O aumento da circulação de pessoas e de bens, as políticas públicas de escala regional, as ações conjuntas dos governos dos três países são suficientes para pensar em um espaço regional trans-fronteiriço no coração do Mercosul.

O conceito de integração no Pampa não deve ser idealizado, já que nela convivem ainda muitas fronteiras-fratura na região. Ao mesmo tempo, o Pampa está sofrendo uma série de alterações no setor agropecuário que criam novas sub-regiões onde cada produto se impõe. Assim, surgiram sub-regiões atreladas à substituição da pecuária tradicional pelas monoculturas em grande escala, das sementes convencionais pelos transgênicos, e da troca de atores a um e outro lado da fronteira: produtores de arroz do Brasil no leste do Uruguai e produtores de soja no oeste do Uruguai.

As novas produções transformam paisagens e relações socioeconômicas, tornando-as mais frágeis e dependentes dos territórios sub-regionais. Assim, tanto no Pampa argentino e uruguaio quanto no brasileiro, as monoculturas de grande escala tem gerado territórios pouco povoados, com grandes concentrações de riqueza e sociedades locais débeis.

Acreditamos, porém, que são muitas as fronteiras-sutura (como também as chamou Guibert), quer dizer, fronteiras que criam espaços comuns onde são compartilhadas identidades, cultura, modos de vida e práticas produtivas comuns. Nesse sentido, o Pampa é o resultado de um complexo processo histórico de construção social que vai além dos simples “interesses regionais”. Nesse processo histórico intervêm, sincrônica e diacronicamente, relações econômicas, políticas e simbólicas. Como afirma Vainer, nem a região tem existência em si, nem é geradora, em si e por si, de interesses (VAINER, 1995).

5.6. O PAMPA ENQUANTO BIOMA

Bioma é um conjunto de vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação próximos e identificáveis em escala regional, com condições de solo e clima similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria daquela região. Cerca de um quarto da superfície terrestre (39 milhões de quilômetros quadrados) abrange regiões cuja fisionomia se caracteriza pela cobertura vegetal com predomínio dos campos. No entanto, esses ecossistemas estão entre os menos protegidos de todo o planeta: 4,59% de proteção ambiental, segundo a International Union

for Conservation of Nature (IUCN) (2008).

Na América do Sul, esse ecossistema temperado é conhecido como os campos (*pastizales*, em espanhol) do Rio da Prata ou “Pampa” (palavra de origem indígena que quer dizer “plano”). O bioma Pampa, um dos mais importantes do mundo, com uma superfície de 750.000 km², ocupa uma grande parte do centro da Argentina, quase 100% do Uruguai e a metade sul do Rio Grande do Sul, no Brasil (Mapa 6). O Pampa possui uma homogeneidade geomorfológica e climática que corresponde a uma certa “unidade social” (DEFFONTAINES, 1995b). O Pampa tem sido e ainda é a base da economia de países exportadores de matéria-prima, como a Argentina e o Uruguai. No nível nacional, o bioma Pampa tem diferentes significados e apresenta problemáticas diferenciadas: enquanto na Argentina e no Uruguai o Pampa é o coração da paisagem e da tradição nacional (encarnada no ser gaúcho), no Brasil o bioma Pampa é marginal, mesmo se altamente valorizado pelos seus habitantes, também conhecidos como “gaúchos” (com acento na letra “u”). Isso acontece pois o Pampa brasileiro é o único, entre os biomas do sócio maior do Mercosul, que está situado em apenas um estado, o Rio Grande do Sul, no extremo sul do país. No Brasil, o Pampa pode ser considerado o mais desconhecido de todos os biomas, devido, em parte, a falta de uma vegetação exuberante (apesar de sua rica biodiversidade) e da capacidade de gerar um lobby preservacionista, comparado com a Amazônia ou a Mata Atlântica, alvos constantes de programas de proteção ecológica nacionais e internacionais.

Mapa 6. Subunidades naturais dos Pampas na América do Sul.



Fonte: BIRDLIFE Brasil, 2004.

6. PAISAGEM, TERRITÓRIO E IDENTIDADE

Mas qual é o vínculo entre o Pampa e seus moradores e de que maneira esse vínculo afeta a identidade e as lógicas das decisões produtivas dos pecuaristas familiares gaúchos? Deffontaines (2006) salienta que o agrônomo deve deixar a ideia de parcela e de potencialidade desenvolvida pela agronomia hegemônica (do tipo “*façon-de-produir*”), para adotar uma visão mais global da unidade produtiva, deslocando do centro da análise a estrutura do sistema produtivo para destacar o sistema de práticas e percepções.

A nossa primeira hipótese é que a paisagem oferece um quadro conceitual pertinente para expandir o olhar de agrônomos e outros tomadores de decisões e compreender melhor a relação entre Pampa, identidade, e as lógicas das decisões produtivas dos pecuaristas familiares gaúchos. Isso é possível porque a paisagem será definida aqui de maneira ampla, integrando dimensões sensíveis como as percepções dos atores, sua afetividade e suas vivências pessoais.

Nesse capítulo, tentaremos compreender melhor o conceito de paisagem segundo uma perspectiva ampla, que inclua as percepções e os valores de seus moradores. Por outro, analisaremos as interações entre os conceitos de paisagem, território e a identidade gaúcha por meio de uma análise que privilegie as percepções dos pecuaristas familiares gaúchos sobre os seus próprios modos de vida e as transformações territoriais recentes do bioma Pampa. Nossa pergunta-base será: quais são os valores e os sentidos que os pecuaristas outorgam à paisagem do Pampa e à sua biodiversidade? Também tentaremos responder a pergunta sobre os desafios apresentados por essa valorização paisagística face à necessidade de criar práticas produtivas mais sustentáveis do ponto de vista social, cultural, econômico e ambiental.

De acordo com Cloarec, “as representações elaboradas pelo homem sobre as suas relações com o meio onde habita afetam e expressam a sua ação sobre esse meio” (1984: 285-286). Isso também é verdade no caso da pecuária familiar de corte no bioma Pampa, onde a cultura do gaúcho favoreceu uma convivência relativamente harmoniosa com a paisagem por mais de 200 anos (IUCN, 2008, PARUELO et al., 2004, PEREIRA, 2002; LUTZENBERGER, 1997). Isso, apesar das informações sobre o impacto ambiental negativo da pecuária no mundo, como o *Livestock’s Long Shadow* da *Food and Agriculture Organization* da FAO (2006). A FAO sugeriu modificar a dieta do gado para reduzir essas emissões, mas o alimento alternativo, a soja, abre perguntas sobre a perda da biodiversidade no bioma Pampa, além de sua triste história de desmatamento em áreas vulneráveis como a Amazônia e o Cerrado. A soja requer também o uso do herbicida

glifosato, que extermina qualquer outro tipo de vegetação natural. Diferentemente das práticas de desmatamento da Amazônia (TOURRAND & VEIGA, 2003), o desmatamento não é importante no Pampa, onde não existem florestas exuberantes, mas matas ciliares e gramíneas que convivem perfeitamente com o gado. Estudos realizados com a pecuária no Rio Grande do Sul (MARTINS COSTA et al., 2000; MARTINS COSTA, 2007), confirmam a informação da IUCN (2008) segundo a qual, se bem manejada, a pecuária extensiva pode contribuir para a preservação do bioma Pampa e até da vegetação remanescente da Mata Atlântica.

Como já foi indicado, o bioma Pampa é umas das poucas formações naturais no Mercosul que ainda conserva áreas não alteradas graças ao uso tradicional para a pecuária, atividade que não exige a supressão da vegetação natural, mesmo se a altera. Durante dois ou três séculos de antropização rural, com uma degradação do ambiente relativamente baixa, os gaúchos criaram um ambiente humano sabiamente articulado com o ambiente natural. Não queremos dizer com isto que o desmatamento sofrido pelo Pampa não seja importante: o desmatamento, especialmente no Rio Grande do Sul, foi intenso e provocou, juntamente com outros processos naturais, uma crescente desertificação em algumas regiões, erosão, assoreamento de rios, dentre outras conseqüências. Segundo os Mapas de Cobertura Vegetal dos Biomas Brasileiros, apresentados pelo Ministério do Meio Ambiente do Brasil e o IBAMA, o bioma Pampa apresenta um total de 41,32% de cobertura vegetal nativa (com quase 60% de desmatamento). Desse total, 23,03% correspondem a formações campestres, 5,19% a formações florestais e 12,91% a formações de transição. Das áreas consideradas não remanescentes, 58,68%, há 9,99% de corpos d'água naturais ou artificiais (ECODEBATE, 2009). O avanço das monoculturas (de soja, arroz e eucaliptos e pinhos para a produção de celulose e carvão vegetal, entre outros) tem provocado dramáticas transformações territoriais que podem decretar o fim do Pampa como uma grande unidade natural (IUCN, 2008).

O impacto ambiental da implantação de monoculturas e de árvores exóticas no Pampa pode ser classificado em três categorias: (i) redução da biodiversidade; (ii) redução da disponibilidade de água, e (iii) salinização do solo. Especialistas em preservação da biodiversidade pampiana, como Bencke (2006) e Chomenko (2006) afirmam que não é necessário que uma grande parte do bioma seja convertida em monoculturas para afetar a sua biodiversidade e seu ambiente natural: a maioria das espécies mais vulneráveis não ocupa todo o Pampa, mas regiões muito restritas de campos. Assim, se essa região em particular for saturada com plantios extensivos, a sobrevivência de toda uma espécie pode ser posta em risco. De forma semelhante, certas regiões têm menos água disponível do que

outras, porque chove menos. Nessas regiões, grandes plantações podem reduzir o suprimento de água para os rios e arroios, transformando-os em cursos d'água temporários e causando ou intensificando as estiagens, o que traz graves consequências sócio-econômicas e ambientais. Por fim, árvores têm raízes mais profundas do que os capins e ervas dos campos nativos. Assim, movimentam depósitos de água subterrânea mais profundos, trazendo junto os sais lá acumulados. Isso pode causar a salinização do solo, algo já constatado no Pampa argentino (Bencke, *Idem*).

Essas transformações nos sistemas de produção certamente exigem mudanças no perfil e nas estratégias de adaptação dos pecuaristas familiares, que acabam por desvinculá-los de suas tradições seculares. As tradições se mantêm pelos usos e atividades tradicionais. Com a modificação substancial da paisagem, a identidade gaúcha –descrita mais abaixo– corre o risco de desaparecer. Mas não se trata de pensar na cultura do gaúcho como algo estático, como um cartão postal ou uma peça de museu. Antes da chegada da pecuária no Pampa, outras culturas (indígenas) viviam neste bioma e foram expulsas pelos colonizadores. As tradições são sempre modernidades envelhecidas: a cultura e as tradições evoluem junto com as sociedades e uma visão romântica da pecuária gaúcha não contribui para um debate realista sobre as possibilidades do setor.

Porém, a história demonstra que qualquer desenvolvimento e mudança de modos de vida repentinos e impostos por interesses econômicos podem levar a uma importante perda cultural e natural. Essas transformações territoriais deveriam, então, ser observadas com maior atenção pelos gestores de políticas públicas.

Entender melhor o vínculo entre os pecuaristas familiares gaúchos e a sua paisagem, assim como as lógicas e os valores presentes na sua tomada de decisões, podem ajudar a favorecer um desenvolvimento sustentável do ponto de vista ambiental, social, cultural e econômico no bioma Pampa.

Essa compreensão requer uma leitura antropológica da paisagem a fim de interpretar e lançar hipóteses sobre o entendimento (percepções e representações) que os pecuaristas possuem acerca dos elementos geo-biocenóticos constituintes das paisagens rurais. Pesquisas no âmbito da gestão e manejo dos recursos naturais em áreas rurais têm sido realizadas tradicionalmente pela Geografia Regional Tropicalista desde os anos 50, especialmente nas comunidades rurais africanas. Por sua vez, a Agronomia tem se aproximado tardiamente da problemática sócio ambiental da gestão dos recursos naturais (FLORIANI et al., 2008).

Da revisão de seus preceitos científicos a partir dos 80 do século XX, passada a euforia da modernização da agricultura, é forçada a se abrir à abordagem espacial (territorializada) das

práticas produtivas. Da junção da paisagem física com a cultural derivará nossa interpretação da paisagem rural: a concepção dos pecuaristas a respeito da natureza (suas matrizes cognitivas) aparece em seus discursos e em suas práticas agrícolas (as marcas) na paisagem, da qual emergem entidades espaciais que dão identidade ao território da pecuária familiar.

Nesse sentido, tratou-se de identificar e caracterizar as marcas e as matrizes que configuram as paisagens rurais, transformadas pela pecuária familiar do bioma Pampa, isto é, cabendo decifrar os códigos ecológicos desses pecuaristas - resgatando o termo utilizado por Blanc-Pamard (1986). Não obstante, desvendar as múltiplas dimensões da paisagem torna-se um objetivo audacioso que só pode ser concebido a partir de um projeto de estudo interdisciplinar.

Com o surgimento de novos problemas socioambientais advindos do seio do modelo modernizador da agricultura, como o avanço das monoculturas de soja e de eucaliptos no bioma Pampa, novos atores rurais começam a questionar e demandar soluções aos agrônomos com cujas ferramentas científicas e técnicas se mostram incapazes de responder ou oferecer alternativas às populações excluídas e aos ambientes degradados pelo processo modernizador.

Com a crise do paradigma científico moderno, os esquemas de avaliações clássicas das potencialidades das terras mostram-se combalidos em seus fundamentos. Os agrônomos devem agora levar em conta o espaço, que se torna uma dimensão primordial para pensar as ações sobre a parcela e a exploração agrícola.

É preciso, então, abrir a análise à complexidade do território, da paisagem e da identidade. Assim, a paisagem e a abordagem espacial das práticas agrícolas estão no centro de uma nova forma de ver o campo cultivado. O campo, espaço definido pela identidade das práticas, faceta de uma paisagem percebida e vivida por um grupo social, torna-se o centro da análise geo-sócio-agronômica. A expressão geo-sócio-agronômica é um neologismo utilizado por Floriani et al. (2008) para representar uma tentativa de reconstrução do termo géo-agronomie de Jean-Pierre Deffontaines (1995a e 1995b) de acordo com um novo referencial teórico-metodológico, resultante do apoio das ciências sociais na discussão da paisagem, isto é, enquanto categoria teórica integradora da sociologia com a geografia e agronomia.

Seguindo nessa linha, esse capítulo se divide em três partes: (i) uma discussão teórica sobre a necessidade de uma definição de paisagem que tenha em conta suas múltiplas dimensões – sociais, geográficas e agronômicas - e as percepções de seus moradores; (ii) uma descrição da cultura gaúcha e do impacto negativo da monocultura sobre a diversidade

social e cultural da região; (iii) a apresentação das principais conclusões a partir de 75 entrevistas feitas com produtores de Uruguai, Argentina e Brasil sobre as suas percepções acerca da paisagem, do gado, e da sua identidade.

6.1. DIVERSIDADE CULTURAL NO BIOMA PAMPA: A CULTURA DO GAÚCHO

"Diversidade cultural" refere-se à multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão. Tais expressões são transmitidas entre e dentro dos grupos e sociedades (Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da UNESCO, 2005). Segundo a UNESCO, a diversidade cultural se manifesta não apenas nas variadas formas pelas quais se expressa, se enriquece e se transmite o patrimônio cultural da humanidade mediante a variedade das expressões culturais, mas também através dos diversos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais, quaisquer que sejam os meios e tecnologias empregados. A UNESCO estabelece um claro vínculo entre identidade e diversidade cultural quando expressa, na mesma Convenção, que "Conteúdo cultural" refere-se ao caráter simbólico, dimensão artística e valores culturais que têm por origem ou expressam *identidades culturais* (UNESCO, 2005).

O vínculo estreito entre desenvolvimento sustentável e diversidade cultural também é descrito pela Convenção da UNESCO, que estabelece que "a diversidade cultural constitui grande riqueza para os indivíduos e as sociedades. A proteção, promoção e manutenção da diversidade cultural é *condição essencial para o desenvolvimento sustentável em benefício das gerações atuais e futuras*" (UNESCO, 2005). A aceleração das mudanças e das interações originadas pela globalização e as novas tecnologias podem intensificar, segundo a UNESCO, a interação entre culturas, mas a mesma globalização constitui também um desafio para a diversidade cultural, especialmente no que diz respeito aos riscos de desequilíbrios entre países ricos e pobres (*Idem*).

Quando o bioma Pampa atravessa as mudanças impulsionadas pela globalização, a cultura gaúcha, tão fortemente vinculada à paisagem, também se transforma. Mas para falar da identidade cultural gaúcha, será necessário primeiro definir o que é "identidade cultural" e o que é ser gaúcho. Esse último é um tema complexo e de longa discussão, e nem sempre livre de sentimentalismos e mitos, que exige ademais diferenciar entre o gaúcho rio-grandense (do Brasil) e o gaúcho platino (da Argentina e do Uruguai).

Silva e Souza (2006) afirmam que a identidade cultural vai se formando na assimilação entre o passado e o presente, o histórico e o moderno. Desta forma, a cultura entendida como "o

registro de um povo” se encontra em um processo contínuo de transformação, e, nesse sentido, a formação da identidade cultural de um indivíduo se dá durante toda a sua existência. Segundo os autores, a construção da identidade se vale da matéria-prima fornecida pela “história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso”. O que ressaltam Silva e Souza (2006:03) é que se faz necessário compreender a identidade cultural como elemento complexo e em constante metamorfose e que cada contexto compreende uma face do mundo cultural do indivíduo.

6.1.1. A IDENTIDADE DO GAÚCHO

A identidade do gaúcho é reconhecida como algo diferenciado fruto da sua formação histórica, da sua posição geográfica, de sua ocupação territorial, da sua combinação étnica e das suas condições sociais, ambientais e econômicas (RIBEIRO, 2009). O próprio termo “gaúcho” possui múltiplos significados. Muitos defendem que o termo provém da palavra quíchua ou aimara *huajcho* que significa órfão, guacho, pessoa pobre. Para o português José de SALDANHA *los gauches* eram os vagabundos ou *ladrones* do campo (FONSECA, 1982: 18). Existem em torno de trinta hipóteses apresentadas por diferentes autores sobre os significados desse vocábulo:

Entre elas destacam-se *gatucho*, primeira pessoa do presente do indicativo do verbo *gaudere*: ter gosto pela liberdade; *gatchu*, do indígena araucano: companheiro, e ainda *gauhu-che*, que provém de *gauhu* (canto triste) e *che* (gente): nessa conjugação quíchua, o gaúcho seria aquela *gente que canta triste*. (CÔRTEZ, 1981:15-16).

Precisas ou não tais definições, o certo é que elas, ao serem divulgadas pela historiografia, contribuíram para o discernimento e acabaram por identificar o tipo social *gaúcho* com cada uma delas um pouco. A origem dos símbolos da cultura gaúcha também alimenta o debate. O uso da infusão “mate”, como se chama na Argentina e no Uruguai o chimarrão, é um bom exemplo. Roberto Ave-Lallemant (1812-1884) visitando o Rio Grande do Sul em março de 1858, registra a importância folclórica da erva-mate, que perdura até nossos dias:

O símbolo da paz, da concórdia, do completo entendimento – o mate! Todos os presentes tomaram o mate. Não se creia, todavia, que cada um tivesse sua bomba e sua cuia própria; nada disso! Assim perderia o mate toda a sua mística significação. Acontece com a cuia de mate como à tabaqueira. Esta anda de nariz em nariz e aquela de boca em boca (AVE-LALLEMANT, 1976).

Foto 1: Criança gaúcha tomando chimarrão ou mate no Rio Grande do Sul, Brasil.



Fonte: Ricardo Amorim [s.d.]

No mesmo livro, Ave-Lallemant continua:

Primeiro sorveu um velho capitão. Depois um jovem, um pardo decente – o nome do mulato não se deve escrever; depois eu, depois o "spahi", depois um mestiço de índio e afinal um português, todos pela ordem. Não há nisso, nenhuma pretensão de precedência, nenhum senhor e criado; é uma espécie de serviço divino, uma piedosa obra cristã, um comunismo moral, uma fraternidade verdadeiramente nobre, espiritualizada! Todos os homens se tornam irmãos, todos tomam o mate em comum!" (*Idem*).

A palavra **chimarrão** tem origem no vocabulário espanhol e português. Do espanhol *cimarrón*, que significa chucro, bruto, bárbaro, vocábulo empregado em quase toda a América Latina, do México ao rio da Prata, designando os animais domesticados que se tornaram selvagens.

"E assim, a palavra chimarrão, foi também empregada pelos colonizadores do Prata, para designar aquela rude e amarga bebida dos nativos, tomada sem nenhum outro

ingrediente que lhe suavizasse o gosto.” (MACHADO [s.d.]

“Marron”, em português, além de outros significados, quer dizer clandestino, e cimarrón, em castelhano, tem idêntico significado. Ora, sabe-se que o comércio de mate e o preparo da erva foram em tempos passados proibidos no Paraguai, o que não impedia, entretanto, que clandestinamente continuasse em largo uso naquela então colônia espanhola. (MORAIS [s.d.]).

As nossas entrevistas de campo no Pampa permitiram confirmar a vigência da cultura do gaúcho nos três países através de práticas como:

- Os rituais, músicas, festas, artesanato, folclore, roupas e comidas típicas tradicionais, como o mate ou chimarrão e o *asado* ou churrasco.
- As práticas produtivas com fortes raízes gaúchas, como o trabalho a cavalo no meio rural, a doma, o manejo do gado com cordas ou *lazos* na *yerra*, a pecuária extensiva com animais criados a pasto natural e em grandes áreas, o gaúcho agricultor e o chacareiro ou granjeiro (em geral de origem europeia recente), o gaúcho periurbano que trabalha na articulação do rural e do urbano, entre o campo e as sociedades rurais nas cidades.
- A volta ao campo e às chácaras dos novos pecuaristas, profissionais de classe média urbana, em geral filhos ou netos de gaúchos, que desejam retomar o contato com a natureza.
- O vocabulário: o capítulo do vocabulário gaúcho é tão rico, e tão atual, que merece uma descrição algo mais detalhada. Isso foi feito de maneira brilhante por Felipe Simões Pires no seu artigo sobre o Gaúcho, o Dialeto Crioulo Rio-Grandense.

Segundo Simões Pires, na prática, nunca houve divisão de fato dos territórios do pampa rio-grandense, pampa argentino e pampa uruguaio, proporcionando uma integração – nem sempre pacífica – entre os três povos:

Do convívio entre os imigrantes espanhóis e portugueses com os índios surgiram muitas misturas raciais originando o que se chamou de “raça gaúcha” (cafuzos de índios je-tupi-guarani com ibero-europeus) e o surgimento involuntário de uma cultura completa que era compartilhada pelos povos (SIMÕES PIRES, [s.d.], documento on line)

No caso do Rio Grande do Sul e do Uruguai, o ser “gaúcho” respondeu a claros interesses históricos e regionais. Os sul-rio-grandenses estavam em conflito constante com os “castelhanos” (argentinos e uruguaio de ascendência castelhana) e com os portugueses (então colonizadores do Brasil):

Na tentativa de não se identificarem nem com os portugueses (dominadores) e, posteriormente, brasileiros, nem com os espanhóis (invasores), os rio-

grandenses alimentaram um modo particular de vestir, falar e agir, que pouco se diferenciava das características típicas dos “gaúchos” (lê-se ‘gáutxos’ em espanhol) dos pampas cisplatino e platino. Os hábitos do churrasco, do chimarrão, da indumentária e quase toda a tradição permaneceram muito semelhantes após todo o período de ebulição, mas a língua foi diferenciando-se (SIMÕES PIRES, [s.d.], documento on line).

Numa tentativa de mostrar para os “castelhanos” que falavam português e para os “imperialistas” que falavam espanhol, adicionaram-se muitas expressões indígenas e algumas africanas, surgindo assim uma linguagem híbrida, compreendida por todas as partes envolvidas no período, mas impossível de ser dominada por um “chucro”. Como bem salienta Simões Pires, “marcado pela grande ligação afetiva do gaúcho por seus animais, a maioria das expressões que se referem a animais, também se referem às pessoas” (*Idem*).

6.1.2. O “DIALETO” GAÚCHO

Segundo o Vocabulário Pampeano (1987) a formação do dialeto do gaúcho se dá, basicamente, por uma mistura de vocábulos hispano-luso-indígenas, aumentativos e diminutivos hispânicos, escrita lusitana, pronúncia baseada no português mas lida como no espanhol e falta de uma gramática oficial, mantendo o dialeto constantemente mutante e flexível. A pronúncia do “o” e do “e” são feitas como no língua espanhola quando se alterariam para “u” e “i” na língua portuguesa. O diminutivo “inho” quase sempre é substituído por “ito”, mas há casos onde sobrevive. Simões Pires [s.d.] lembra que não há regra oficial para a fala campeira e que a maioria das pessoas sequer sabem que não falam Português nem Espanhol. O pronome “lhe”, quase sempre é pronunciado “le”. Finalmente, há uma grande dificuldade entre os nativos para saber quando pronunciar “b” ou “v”, pois flutuam entre a gramática portuguesa e espanhola. As palavras que têm dupla escrita de “x” ou “ch”, têm no “ch” sua escrita castelhana e “x” lusitana (galega).

Esse dialeto ficou evidenciado em muitas de nossas conversas com pecuaristas familiares, especialmente na metade sul do Rio Grande do Sul e no norte e centro do Uruguai, onde a chegada da TV brasileira também influenciou na língua local, “aportuguesando” algumas expressões. Dentre os termos identificados durante as entrevistas semi-estruturadas, podemos mencionar os apresentados no Box 3, usando a tradução de Simões Pires [s.d.]:

BOX 3 - O “DIALETO” GAÚCHO

1. *Afeitar* – espanhol – fazer a barba
2. *A la pucha* (a la putcha) – espanhol – interjeição de surpresa que enaltece o que foi ouvido; âigate.
3. *Bagual* – crioulo – cavalo que não foi castrado; homem.
4. *Barbaridade* – português – barbarismo. Tanto adjetiva como pode ser uma interjeição de espanto.
5. *Bombacha* – espanhol platino – peça (calça) que caracteriza a indumentária gaúcha. Tem origem turca e foi introduzida na América pelos comerciantes ingleses, de presença marcante no pampa platino.
6. *Buenacho* – espanhol – muito bom, excelente; bondoso, cavalheiro.
7. *Campanha* – português – planície rio-grandense; pampa.
8. *Castelhano* – espanhol – indivíduo oriundo de Uruguai ou Argentino
9. *Cevador* – português – pessoa que prepara o chimarrão e o distribui entre os que estão tomando.
10. *Charque* – espanhol platino – carne de gado, salgada em mantas.
11. *Chasque* – quíchua – mensageiro, estafeta.
12. *Cusco* – espanhol platino, provavelmente já emprestado do quíchua – cachorro pequeno e de raça ordinária (ou sem); guaieca.
13. *Garupa* – francês - A parte superior do corpo das cavalgadas que se estende do lombo aos quartos traseiros; também usado para definir a mesma área no corpo humano.
14. *Gaúcho* – origem desconhecida – termo, inicialmente, utilizado de forma pejorativa para descrever a cruz a ibero-indígena, hoje é o gentílico de quem nasce no estado do Rio Grande do Sul.
15. *Gauchada* – crioulo – grande número de gaúchos; façanha típica de gaúcho, cometimento, muito arriscado, proeza no serviço campeiro, ação nobre, impressionante.
16. *Guri* – tupi – criança, menino; serviçais que faziam trabalho leve nas estâncias.
17. *Haragan(o)* – espanhol – Nômade, renitente; cavalo que dificilmente se deixa agarrar.
18. *Macanudo* – indicado como sendo espanhol platino – bom, superior, poderoso, forte, inteligente, belo rico, respeitável; um adjetivo positivo de uso genérico.
19. *Mate* – quíchua – bebida preparada em um porongo, com erva-mate e água quente; chimarrão.
20. *Morocho* – espanhol platino – moça morena, mestiça, mulata; rapariga de campanha.
21. *Nativismo* – português – amor pelo chão onde se nasce e sua tradição.
22. *Orelhano* (aurelhano) – espanhol platino – animal sem marca nem sinal; também serve para pessoas.
23. *Pago* – espanhol/português – lugar onde se nasceu. Como o gaúcho original era um nativo descendente de imigrantes e não pretendia deixar seu solo em hipótese alguma, o termo também designa, genericamente, a região da Campanha.
24. *Pampa* – quíchua – vastas planícies do Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina, coberta de excelentes pastagens que servem para criação de gado. Em quíchua, “pampa” significa “planície”.
25. *Paisano* – português/espanhol – patrício, amigo, camarada; camponês e não-militares.
26. *Pêlo duro* – espanhol – crioulo, genuinamente rio-grandense; também significa pessoa ou animal sem estirpe.
27. *Poncho* – origem incerta, araucano ou espanhol – espécie de capa de pano de lã de forma retangular, ovalada ou redonda, com uma abertura no centro, para a passagem da cabeça.
28. *Puchero* (putchero) – espanhol – sopão com muito vegetal e carne de peito, sem tutano e sem pirão.
29. *Querência* – espanhol – o lugar onde se vive. Derivado de “querer”, caracteriza o amor que o gaúcho tem pela sua terra.
30. *Tché* – provavelmente espanhol – termo vocativo pelo qual se tratam os gaúchos. É o mesmo “che” (“txê”) do espanhol, que se consagrou com Ernesto Guevara, o “Che”.
31. *Tropeiro* – português/espanhol – condutor de tropas, de gado.

Além do vocabulário, o patrimônio cultural pampiano, profundamente atrelado ao patrimônio natural, resulta evidenciado em cada ponto dessa enorme região, como os citados por FLACAM & UNESCO (2003) no seu estudo do Caminho do Gaúcho:

- Corredores construídos (canais, caminhos, *arboledas*, etc.)
 - Prédios de valor histórico, monumental, artístico e arquitetônico
 - Estâncias
 - Objetos tradicionais, como currais, carruagens, velhas maquinarias, arames e porteiras
 - Artesanato

Poderíamos realizar considerações similares sobre outros emblemas gaúchos, como a indumentária, o facão, e o vínculo entre o gaúcho e o cavalo. Não entraremos, no entanto, na descrição das origens nem na discussão sobre os significados dos símbolos da cultura gaúcha, que vai além dos objetivos desse trabalho. Apresentaremos, sim, uma breve resenha da origem histórica do gaúcho, pois consideramos que nela se encontram muitas das raízes do vínculo atual entre os pecuaristas familiares e o bioma Pampa. Concordamos, porém, em chamar de “gaúchos” (com acento no Brasil, sem acento no Uruguai e na Argentina) aos pecuaristas familiares do bioma Pampa, pois é assim que eles mesmos se definiram naturalmente nas entrevistas semi-estruturadas realizadas para essa pesquisa.

6.1.3. A ORIGEM HISTÓRICA DO GAÚCHO

As origens étnicas e sociais do gaúcho histórico são complexas. O explorador espanhol Hernando Arias de Saavedra, conhecido como Hernandárias (HUGARTE, 1995: 276) afirmou que as origens mais remotas do gaúcho decorrem dos *criollos* nascidos dos primeiros povoadores que migraram de Santa Fé em direção à chamada *terra de ninguém* – imemorial território dos indígenas Charrua, Minuano e Yaro, em franco processo de extinção -, hoje República Oriental do Uruguai (FONSECA, 1982: 7). Os Charrua, que na língua *quíchua* quer dizer *ribeirinho* (LOPES NETO, 1955: 47), Minuano, Yaro e outros grupos indígenas menores, neste período, eram milhares e habitavam a região *pampeana* que compreendia parte do estado do Rio Grande do Sul e parte da Argentina e Uruguai. Após o contato com os exploradores espanhóis e portugueses a partir da descoberta do Rio da Prata, em 1513, e o extermínio que se sucedeu, restaram pouco mais de uma centena de indivíduos nessa região.

Avé-LALLEMANT, em 1858, percorrendo as áreas de colonização alemã indo até a fronteira do Rio Grande do Sul, descreve a dificuldade de se reconhecer o tipo físico do homem rio-grandense por ser este o resultado de várias origens: negra, índia e europeia (ALBECHE, 1996:36). Entretanto, muitos dos gaúchos que habitam os Pampas no século XXI são descendentes de imigrantes “descidos do barco”, como ocorreu, além da imigração alemã no Rio Grande do Sul, com as ondas de “imigração organizada” que trouxe ao Pampa espanhóis, italianos, ingleses e até franceses, no caso do Uruguai e da Argentina.

Um caso emblemático é o dos gaúchos de origem aveyrones (da região do Aveyron, na França) que se instalaram na localidade argentina de Pigüé, no coração do Pampa semi-árido da província de Buenos Aires a partir de 1884 (ANDREU et.al, 1977; CABANETTES & GOMBERT, 1988) O capítulo argentino de nossa pesquisa foi realizado justamente na zona de Pigüé (*partido* de Saavedra) e seus *partidos* vizinhos.

Quem melhor parece sintetizar a mitificação da figura do gaúcho é o argentino Leon Pomer: “*Al gaucho lo mataron dos veces: la primera como presencia social; la segunda com objeto de añoranza caducas. Hicieron de él el centro de un culto nativista que participa del carnaval y la burla*”. (POMER, 1971: s.p.). Alheios a esse debate, a maioria dos pecuaristas familiares gaúchos entrevistados demonstraram uma forte identidade e uma visão extremadamente positiva de sua atividade, que eles consideram a máxima expressão “da boa vida”, da “saúde” e da liberdade simbolizada no horizonte amplo e sem barreiras da paisagem pampiana. Como veremos no ponto dedicado às percepções dos pecuaristas entrevistados, a maioria contrapõe o estresse e a busca de lucro das cidades com a “qualidade de vida” que vem do contato com a natureza e com a autonomia e o orgulho de não “ter chefe”. Expressões que nos fazem lembrar, dois séculos mais tarde, do *criollo aindiado* que cavalga(va) pelos campos abertos junto com o seu cachorro, amante da autonomia e da ausência de limites, geográficos e espirituais (GAINARD & FIGUEIRA, 1989).

6.2. PAISAGEM, PERCEPÇÕES, E IDENTIDADE

Consideramos que a paisagem oferece um quadro conceitual pertinente para compreender o vínculo entre o bioma Pampa e a identidade gaúcha. Isso é possível, pois definiremos a paisagem de maneira mais ampla, integrando dimensões sensíveis como as percepções dos atores, sua afetividade e suas trajetórias de vida. Durante as últimas três décadas, a paisagem tem recuperado o interesse da comunidade científica e dos tomadores de decisão. Isso vem ocorrendo devido ao aumento das demandas sociais na região (ROGER, 1995). Economistas, ecólogos, geógrafos, sociólogos, etnólogos, antropólogos, engenheiros

agrônomos e até filósofos consideram hoje a paisagem como um objeto de estudo pertinente. Mas esse novo olhar interdisciplinar sobre a paisagem não só enriquece o conceito: ele alimenta também debates epistemológicos sobre o termo. Assim, alguns falam do “objeto-sujeito paisagem”, outros questionam a sua utilidade ou até mesmo que a paisagem «morreu”. Há mais de 30 anos, o geógrafo Georges Bertrand (1978) já opinava que essa “confusão” podia ser explicada não tanto pela complexidade do conceito, mas por sua própria natureza, situada na interface entre o social e o natural, entre o objetivo e o subjetivo, entre o real e o simbólico, transgredindo as disciplinas científicas tradicionais. Françoise Dubost chegou a dizer que “a polissemia do termo constitui o tema introdutório obrigatório dos discursos sobre a paisagem” (1991: 219). Depigny (2007) realizou uma síntese interessante sobre as diferentes abordagens teóricas que tentaram explicar o vínculo entre as atividades agrícolas e a paisagem do ponto de vista da vegetação, do gado, dos sistemas de produção e do pecuarista (Tabela 5).

Tabela 5: Abordagens teóricas sobre o vínculo entre as atividades agrícolas e a paisagem

Vegetação	Gado	Sistema de Produção	Pecuarista
Agro ecologia Ecologia da Paisagem (Burel & Baudry, 1999)	Pastoralismo (Osty, 1991; Landais, 1996, 1994)	Geoagronomia (Deffontaines, 1995a, 1995b, 2006)	Geoagronomia (Deffontaines, 1995a, 1995b, 2006)
Elementos finos da paisagem Multifuncionalidade Biodiversidade Habitats das espécies animais	Alterações da paisagem pelo rebanho Interações pastagem- rebanho Sistemas Extensivos	Unidades Agro-Paisagísticas Interações Práticas agrícolas / Elementos paisagísticos Correspondências tipologias agrícolas e tipologias paisagens	Percepção da Paisagem Desejo Paisagístico Identidade e Cultura Paisagística

Fonte: Elaboração própria e adaptação de DEPIGNY (2007)

6.2.1. RENASCIMENTO E MODERNIDADE

Para verificar a hipótese desse capítulo, é necessário definir a paisagem, mas antes de fazê-lo, revisaremos brevemente a evolução do conceito ao longo da história, salientando os períodos do Renascimento e da modernidade. Foi no Renascimento que o conceito original de paisagem nasceu, graças ao início do uso da perspectiva. Isso faz da visão a primeira condição para o nascimento da paisagem, através de um olhar estático, como se fosse um quadro. Essa concepção da paisagem, conhecida como “a paisagem-quadro”, está baseada sobre duas grandes rupturas paradigmáticas que revelam uma relação particular com a natureza: (i) a mescla da paisagem e da natureza num objeto único: a paisagem e a

natureza; (ii) a posição ideológica dominante do homem em relação à natureza, simbolizada pelo seu olhar distante e exterior vis a vis a paisagem.

O mundo da modernidade tem estudado a paisagem através de duas grandes abordagens, que levam a duas práticas paralelas. A primeira, chamada de “científica”, baseada na natureza e inscrita na crise e nos problemas ambientais, via a paisagem como uma realidade material. A segunda abordagem, chamada de “paisagística”, considerava a paisagem de acordo com as suas dimensões sensíveis. O período de “transição paisagística” deixa uma aquisição importante: a de ter estabelecido com clareza a distinção entre natureza – no sentido ambiental – e a paisagem. Isso permite que hoje a paisagem seja abordada de uma maneira inovadora.

A noção de “paisagem-quadro” e estática tem sido modificada para restituir o papel do ser humano nela. O reconhecimento das dimensões sensíveis vinculadas à paisagem implica o fim da primazia visual como única condição da existência da paisagem (CONAN, 1991). Isso também quer dizer que a paisagem já não é enxergada como unicamente material, mas também construída. Em outras palavras, a percepção e a leitura da paisagem são “condicionadas” por um sistema de percepções ou representações inscritas num sistema de valores e de esquemas culturais próprios de uma sociedade e de uma época específicas e de vivências pessoais. Trata-se de uma compreensão mais cultural do conceito de paisagem: a “cultura paisagística” integra referências a vivências pessoais e também a percepções e afetos. (FORTIN, 1999: 23).

A nossa definição de paisagem encontra-se perto dessa última concepção. Ela inclui quatro princípios, com base em Fortin (*Idem*):

- A paisagem é uma construção sociocultural em produção continuada;
- A paisagem é uma representação do “bom” e uma expressão sensível e cultural do vínculo entre sociedade / território / natureza;
- A paisagem é apropriada simbólica e materialmente por diferentes grupos de atores, endógenos e exógenos;
- A cultura paisagística local participa da identidade local (em nosso caso, gaúcha) e do desenvolvimento local sustentável das regiões (o bioma Pampa).

6.2.2. PAISAGENS EM MOVIMENTO, IDENTIDADES EM CRISE

As entrevistas semi-estruturadas realizadas na província de Buenos Aires, na Argentina, no oeste do Uruguai e no Rio Grande do Sul (especialmente na metade sul, mas também na área dos Campos de Cima da Serra, onde a dialética entre agricultura e pecuária familiar é

significativa) confirmaram a utilidade de uma definição mais ampla de paisagem. Os entrevistados responderam sempre com alusões a paisagens concretas e próximas, não de paisagens teóricas ou abstratas. A paisagem gaúcha é construída através de seus modos de vida (ELLIS, 2000) e os seus olhares sobre uma realidade conhecida e experimentada. Mesmo se os 75 entrevistados/as, em muitos casos acompanhados de suas famílias, concordaram no apego pelos horizontes amplos e abertos, não surgiram olhares unânimes, o que confirma que a cultura paisagística é essencialmente territorial, e em consequência, diferenciada. Cada produtor/a tem um olhar próprio sobre a sua paisagem, e esse olhar se traduz claramente nas suas escolhas produtivas, especialmente às relativas ao uso do solo, o nível de lotação de gado por hectare, o uso, ou não, de pesticidas, e a queimada. Na hora de responder, os entrevistados aludiram a três níveis identitários que se sobrepõem: (i) como membros do grupo de entrevistados que foram contatados através dos serviços de extensão rural de seu país – INTA, IPA e EMATER (ii) como pecuaristas gaúchos e (iii) como representantes do mundo rural. Esses resultados confirmam o ponto de partida desse trabalho, que estabelece que a paisagem oferece um quadro conceitual pertinente para compreender a identidade dos pecuaristas. Segundo o geógrafo francês Bernard Kayser, o vínculo com a localidade parece ser o primeiro elemento de identificação dos habitantes do meio rural. Kayser define o “mundo rural” a partir de quatro pontos:

- a) a densidade relativamente baixa de habitantes e de construções, que outorga preponderância a cobertura vegetal da paisagem;
- b) o uso econômico predominantemente orientado às atividades agro-silvi-pastorais;
- c) o modo de vida de seus habitantes caracterizado por pertencer a coletividades de tamanho pequeno e por seu vínculo particular com o espaço;
- d) uma identidade e uma representação específicas, fortemente conotadas pela cultura paisana (KAYSER, 1990: 13)

Nas entrevistas semi-estruturadas, os entrevistados tem definido como fatores importantes nos seus modos de vida:

- 1) seus vínculos especiais com os outros (conhecimento dos vizinhos, relações de confiança);
- 2) seu vínculo particular com o tempo (“tempo para viver”, “tranquilidade”, “ausência de estresse”);
- 3) seu vínculo especial com o território e a natureza.

Como expressaram Nana e Mariela B. (Foto 2), donas de uma unidade produtiva de 398 em Paysandu, litoral oeste do Uruguai, ao explicar por que decidiram continuar na atividade após o falecimento de Cacho, o marido de Nana:

A Cacho le gustaba mucho el campo (...) Y a mi me gusta el campo con locura, las gallinitas, todo (Nana). A mi también me gusta el campo, lo heredé de mi papa y lo seguimos haciendo. Quiero quedarme aca hasta que los huesitos me den... además, ya tengo 44 años y a esta edad no se puede hacer otra cosa sin tener profesión, ni siquiera salir de doméstica (Entrevista a Mariela B., 44 años, solteira, na sua unidade produtiva de Paysandú, a 20 km de Guichon, Uruguay. 31/07/2006. Foto 2).

Foto 2. “Quiero quedarme aca hasta que los huesitos me den”, diz Mariela B., solteira, 44 anos, na foto, encerrando o gado no seu campo de Paysandu, Uruguai.



Fonte: Dados da Pesquisa (2006).

O único vínculo entre os pecuaristas familiares e a sua paisagem fica ainda mais claro quando suas percepções sobre o “mundo rural” são comparadas com os olhares dos novos atores do bioma Pampa. Em muitos casos sem nenhum contato prévio com o campo, profissionais liberais estão investindo no campo devido à alta rentabilidade da soja e ao baixo risco, ao menos em comparação com outros investimentos. Para esses novos atores, o território se reduz a sua funcionalidade, o vínculo com o “negócio”, como o chamam, pode acabar em qualquer momento se a rentabilidade não é boa, e raramente é visitado, pois em muitos casos eles moram fora do país ou longe da área plantada com os seus fundos.

6.2.3. TERRITÓRIOS, PERCEPÇÕES E EXPLICAÇÕES MENTALISTAS E COMPORTAMENTAIS

Em explicações mentalistas a percepção é frequentemente considerada o ponto de contato entre o mundo físico e o da mente, sendo, por esse motivo, um processo psicofísico: um estímulo físico excita, por exemplo, os receptores do olho, essa excitação é convertida em impulsos elétricos, que percorrem vias nervosas até chegar ao cérebro, onde provocam uma mudança estrutural (chamada “engrama”) da área do córtex (que recebe o impulso) – até aqui todo o processo é físico. Como explicam Lopes & Abib (2002), de alguma maneira o engrama é convertido em uma cópia mental do objeto, chamada “experiência”, “idéia” ou “representação”, que por sua vez é “percebida” pela consciência (considerada por essas teorias como um órgão interno de percepção) – essa é a parte mental da percepção.

Segundo os atores, atualmente não é difícil identificar traços ou consequências desse dualismo. Expressões como “isso está só na sua imaginação” são frequentemente interpretadas, por teóricos, como uma descrição de um “mundo especial” para as cópias fabricadas nas percepções passadas. Direta ou indiretamente, atualmente a grande maioria das explicações psicológicas da percepção acabam fazendo uso das “cópias mentais”.

Nessa tese, porém, escolhemos utilizar uma explicação comportamental, como a do behaviorismo radical de Skinner (1957, 1961, 1966, 1968, 1969, 1982). Essa explicação não poderia fazer uso de “cópias” uma vez que não admite a existência de um “mundo mental” de natureza especial.

A proposta de Skinner (1969, 1974) para a questão experiência versus realidade baseia-se na noção de contingências de reforço. A única coisa que existe são as relações funcionais entre o comportamento do indivíduo e o ambiente, sendo que o conceito de ambiente não se refere apenas ao cenário atual – ao estímulo antecedente -, mas sim a tudo que afeta o indivíduo, como, por exemplo, sua história passada (trajetória) de reforço e punição. De modo geral, não há nada além das contingências, cada indivíduo tem sua própria experiência (realidade), embora não se deva entendê-la como uma cópia privada do ambiente; ela refere-se às contingências, às quais o indivíduo foi e está sendo exposto durante sua vida. Nesse sentido a experiência do indivíduo é a sua realidade e, sendo assim, os termos experiência e realidade adquirem, na teoria de Skinner, praticamente o mesmo significado.

Que tipo de percepções, no sentido do comportamento perceptual behaviorista, surgem dos distintos atores do Pampa em transformação? Temos, por um lado, as percepções e experiências dos pecuaristas familiares obrigados a abandonar a atividade ou arrendar a terra a terceiros. Pelo outro, os olhares dos novos atores, na maioria dos casos,

profissionais sem vínculo prévio com o campo e que encaram a atividade como um investimento unicamente financeiro. O jornal La Nacion da Argentina entrevistou em 2007 a três desses novos atores. Suas respostas refletiram um olhar diferente sobre o campo, exclusivamente focado na funcionalidade econômica da terra, e na falta de qualquer vínculo entre a sua identidade e a paisagem pampiana.

Yo no estaba ligado [al campo]. Esta es mi primera temporada. [Elegi el rubro] porque veo que es un sector rentable. Veo también que es un sector que va para adelante; esto también me gusta. (Leandro Pecora, arquitecto da Cidade de Buenos Aires, que fez um investimento no fideicomiso privado Openagro sem mediar um vínculo prévio com o campo. Citado por LA NACION, 2007).

Como profesional no tenía vinculación con el campo; para mí lo clásico era la inversión inmobiliaria o el mercado financiero. ¿Cuál fue la razón por la cual ingrese en el negocio de la producción?. Pensé en diversificar en una actividad que me parece interesante porque es productiva. (Advogado argentino de Monte Grande, que fez um investimento no fideicomiso privado Openagro sem ter contato anterior com o campo. Citado por LA NACION, 2007).

Empecé a invertir hace un año y medio. Me acerqué porque quería invertir en el agro; los riesgos son casi mínimos. Estuve viendo otras posibilidades (de negocio) y me gustó el fideicomiso. Yo buscaba algo a largo plazo. Esto tiene mayor potencial de crecimiento. (Federico Procaccini, engenheiro industrial que mora e trabalha na Holanda e tem investido no campo na Argentina através do fideicomiso do Openagro. Citado por LA NACION, 2007).

Como indicam Lopes & Abib (2002), a dicotomia “experiência versus realidade” não se aplica às concepções de Skinner; em primeiro lugar, porque as “cópias mentais” não são usadas nessa explicação e em segundo porque não há uma separação a priori do estímulo e da resposta, a relação entre eles (contingência) é o dado inicial, não sendo possível separar um do outro (não há estímulo sem resposta e muito menos resposta sem estímulo). Não existe, assim, um único Pampa como “realidade” separada do comportamento perceptual, mas diferentes Pampas percebidos e experimentados pelos distintos atores através de seus valores, seus interesses e suas trajetórias de vida.

As percepções dos pecuaristas familiares entrevistados para este trabalho foram confirmadas numa amostra estatisticamente representativa realizada por Andrade Miguel et al (2005) sobre o perfil socioeconômico e produtivo da bovinocultura de corte no estado do Rio Grande do Sul. Segundo esse estudo, que entrevistou pecuaristas gaúchos familiares e não familiares desse estado, quando indagados sobre suas motivações para se dedicarem às atividades de criação de bovinos, 26,5% responderam que a praticam por tradição, 25,4% por satisfação e 14,4% por considerarem ser esta uma atividade segura. Apenas

8,7% afirmaram que a motivação principal era a obtenção de lucro.

Uma explicação para essa diferença de percepções e motivações sobre a terra entre atores novos e tradicionais pode ser, justamente, o modo de acesso à terra: enquanto muitos dos novos investidores não tinham nenhum vínculo prévio com a pecuária ou o campo e se aproximaram do negócio convidados por consultorias ou fundos de investimento, a maioria dos pecuaristas familiares entrevistados para a nossa pesquisa (90%) receberam a terra por herança. Um resultado similar foi atingido por ANDRADE MIGUEL et al (2005): do universo total pesquisado, 70,9% dos entrevistados declararam que obtiveram a terra mediante herança. Nos dois casos, porém, também é muito significativa a proporção dos que compraram terras (53,7%), o que significa que os mesmos que herdaram a terra também podem ter adquirido áreas de terceiros, além daquelas terras herdadas. Isso se encaixa com os desejos expressados por todos os pecuaristas entrevistados para nosso estudo: todos sonham em aumentar a quantidade de terra por meio da compra para incrementar a escala produtiva e garantir uma herança razoável para os filhos. Esse contraste de percepções e motivações confirma que, como explica Haesbaert (2004), o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço, “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica” (Tabela 6).

Tabela 6. Continuum entre funcionalidade e simbolismo do território

Vegetação	Gado	Sistema de Produção	Pecuarista
Agro ecologia Ecologia da Paisagem (Burel & Baudry, 1999)	Pastoralismo (Osty, 1991; Landais, 1996, 1994)	Geoagronomia (Deffontaines, 1995a, 1995b, 2006)	Geoagronomia (Deffontaines, 1995a, 1995b, 2006)
Elementos finos da paisagem	Alterações da paisagem pelo rebanho	Unidades Agro-Paisagísticas	Percepção da Paisagem
Multifuncionalidade	Interações pastagem-rebanho	Interações Práticas agrícolas / Elementos paisagísticos	Desejo Paisagístico
Biodiversidade	Sistemas Extensivos	Correspondências tipologias agrícolas e tipologias paisagens	Identidade e Cultura Paisagística
Habitats das espécies animais			

Fonte: Haesbaert, 2004.

Mais importante, contudo, do que esta caracterização genérica e aparentemente dicotômica, é fundamental perceber a historicidade do território, sua variação conforme o contexto histórico e geográfico. Os objetivos dos processos de territorialização, ou seja, de dominação e de apropriação do espaço, variam muito ao longo do tempo e dos espaços:

Assim, as sociedades tradicionais conjugavam a construção material (“funcional”) do território como abrigo e base de “recursos” com uma profunda identificação que recheava o espaço de referentes simbólicos fundamentais à manutenção de sua cultura. Já na sociedade “disciplinar” moderna (até o século XIX) vigorava a funcionalidade de um “enclausuramento disciplinar” individualizante através do espaço – não dissociada, é claro, da construção da identidade (individual, mais do que de grupo). Mais recentemente, nas sociedades “de controle” ou “pós-modernas” vigora o controle da mobilidade, dos fluxos (redes) e, conseqüentemente, das conexões – o território passa então, gradativamente, de um território mais “zonal” ou de controle de áreas para um “território-rede” ou de controle de redes. Aí, o movimento ou a mobilidade passa a ser um elemento fundamental na construção do território (HAESBAERT, 2004: p. [s.p.])

De maneira simplificada, Haesbaert (2004) fala em quatro grandes “fins” ou objetivos da territorialização, acumulados e distintamente valorizados ao longo do tempo:

1. Abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção;
2. Identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais (a começar pela própria fronteira).
3. Disciplinarização ou controle através do espaço (fortalecimento da ideia de indivíduo através de espaços também individualizados);
4. Construção e controle de conexões e redes (fluxos, principalmente fluxos de pessoas, mercadorias e informações).

Mas por que falar aqui de território e não de “paisagem”, que é a noção que estrutura o nosso estudo? Em primeiro lugar, é necessário lembrar a nossa definição mais ampla de paisagem, segundo a qual a paisagem incorpora os olhares de quem nela mora. Nesse sentido, a paisagem existe como mediação entre o mundo das coisas e aquele da subjetividade humana. Como afirma Cabral, (2007, p.150), citando a Cosgrove (1998, p.98-99), a noção surge ligada à percepção do espaço: “A paisagem, de fato, é uma ‘maneira de ver’, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma ‘cena’, em uma unidade visual”. Ferreira (1984) define a paisagem como uma porção de espaço apreendida com o olhar. Mas esse processo perceptivo não se limita a receber passivamente os dados sensoriais, mas os organiza para lhes atribuir sentido(s). Portanto, a paisagem percebida é também significada e construída. Sua estrutura e dinâmica são acessíveis ao homem e agem como guias para suas atitudes e condutas. Berque (1998, p.84-85), citado por Cabral (2007, p.150) resume esse entendimento afirmando que:

A paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de

ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza.

O conceito de paisagem tende, então, a valorizar coexistência de objetos e formas em sua face sociocultural manifesta (SUERTEGARAY, 2000). Dessa forma, se a paisagem, como um conjunto de formas naturais e culturais associadas em uma dada área, traduz-se num “campo de visibilidade”, ao ser oferecida a nossa percepção e a nossa experiência, converte-se num “campo de significação” individual e coletiva (CABRAL, 2007).

Sack (citado por SOUZA, 1995) salienta que os territórios não têm uma dimensão espacial e temporal fixa, pois variam de tamanho (podendo inclusive ser “móveis” ou “flexíveis”) e da mesma maneira que existem num dado momento, noutro poderão desaparecer. Sempre segundo Sack, vários territórios podem ser apropriados simultaneamente pelo mesmo agente. Essa última característica aplica-se aos territórios articulados em rede, e se torna indispensável para compreender os fenômenos sócio-espaciais atuais (HAESBAERT, 2004; CABRAL, 2007). Nesse sentido, outro aspecto também importante é salientado por Souza (1995), quando considera que territórios com formas e limites variados podem sobrepor-se e, ainda por cima, com territorialidades em contradição, por conta dos atritos e conflitos existentes entre os respectivos agentes. Para esse autor, territórios são campos de forças, são antes teias ou redes de relações sociais projetadas no espaço do que o substrato material em si, e não há necessidade de forte enraizamento material para que se tenha território. Assim, Haesbaert (2004) lembra que devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. As razões do controle social pelo espaço variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo. Controla-se uma “área geográfica”, ou seja, o “território”, visando “atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos” (Sack, 1986:6).

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (Idem). Sack afirma também:

A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado. (1986:219)

Portanto, a riqueza da noção de território consiste em que, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, é funcional e simbólica, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto

para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, como expressado pelos “novos atores do Pampa”, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), como nos casos dos pecuaristas tradicionais gaúchos, seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (como é o caso do petróleo no atual modelo energético capitalista).

Nesse sentido, Milton Santos prefere distinguir o território como recurso, prerrogativa dos “atores hegemônicos”, e o território como abrigo, dos “atores hegemonzados” (SANTOS et al., 2000). Embora Haesbaert (2004) reconheça a enorme relevância desta distinção, diverge em relação aos termos, já que, para ele, são duas formas distintas de produção do território enquanto recurso: os dominantes privilegiando seu caráter funcional e mercantil, os dominados valorizando-o mais enquanto garantia de sua sobrevivência cotidiana.

Para os “hegemonzados” o território adquire muitas vezes tamanha força que combina com intensidades iguais funcionalidade (“recurso”) e identidade (“símbolo”). Assim, para eles, literalmente, como diz Haesbaert (2004) “perder seu território é desaparecer”, uma definição que se ajusta perfeitamente às percepções sobre a terra expressadas pelos pecuaristas familiares entrevistados. O território, neste caso, “não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser”. Segundo Haesbaert (2004), é entre aqueles que estão mais destituídos de seus recursos materiais que aparecem as formas mais radicais de apego às identidades territoriais.

Haesbaert (2004) estabeleceu dois grandes “tipos ideais” ou referências “extremas” frente aos quais é possível analisar o território, um mais funcional, outro mais simbólico. O autor esclarece que, enquanto “tipos ideais”, eles nunca se manifestam em estado puro, ou seja, todo território “funcional” tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que ela seja, e todo território “simbólico” tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que ele seja.

Respondendo a nossa pergunta, tanto a noção de paisagem quanto a de território apresentam vantagens e desvantagem para a análise do vínculo dos pecuaristas familiares com a terra. O território (ou as multiterritorialidades, como prefere dizer Haesbaert, 2004) constitui uma noção útil para o estudo das situações em que as relações de poder referenciadas ao controle e à gestão do espaço tornem-se indispensáveis ao entendimento da existência humana. Essa noção de território privilegia a reflexão sobre o poder referenciado ao controle e à gestão do espaço. O poder, nesse caso, deve ser entendido como “multidimensional, derivado de múltiplas fontes, inerente a todos os atores e presente em todos os níveis espaciais” (CABRAL, 2007: p. 151). Para Haesbaert (2004) o território,

como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multi-escalar e multi-dimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, de uma multiterritorialidade.

Toda ação que efetivamente se pretenda transformadora, hoje, necessita, obrigatoriamente, encarar esta questão: ou se trabalha com a multiplicidade de nossos territórios, ou não se alcançará nenhuma mudança positivamente inovadora. Os movimentos antiglobalização e antineoliberalismo que o digam, zapatistas à frente. Pensar multiterritorialmente é a única perspectiva para construir uma outra sociedade, ao mesmo tempo mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhecedora das diferenças humanas (HAESBAERT, 2004: p. [s.p.]).

Na noção de paisagem, os aspectos visuais ou cênicos acrescidos de sua dimensão simbólica salientam a importância da leitura da relação humana com o espaço. Essa leitura permite ver como os olhares e as percepções se traduzem em atitudes evidenciadas, por exemplo, no uso da terra e no manejo do gado. Por tudo isso, consideramos que a noção de paisagem se ajusta mais as necessidades teóricas desse trabalho. Porém, tentamos não cair numa visão romântica da paisagem nem esqueceremos a importância da variável “poder” tão útil para entender as multiterritorialidades e o seu dinamismo permanente.

6.2.3.1. DESVANTAGENS PERCEBIDAS

Apesar de seduzidos pela alta rentabilidade da soja e da silvicultura e pressionados pela rápida liquidez originada pelo elevado preço da terra, a maioria dos entrevistados perceberam as mudanças da paisagem como negativas. Em linhas gerais, nas três regiões de estudo foram identificados quatro tipos de desvantagens: (i) desvantagem ambientais; (ii) desvantagens produtivas; (iii) desvantagens econômicas; (iv) desvantagens estéticas.

Desvantagens Ambientais:

- Diminuição da diversidade biológica existente na propriedade e na região;
- Alterações (químicas ou físicas) no regime hídrico da propriedade e arredores;
- Extinção local de espécies da flora e fauna nativas por perda de habitat (conversão de área de banhado em lavoura, conversão de área de campo em área de mato ou silvicultura, etc.);
- Esgotamento do solo através de compactação, erosão, perda de fertilidade, além de morte dos microrganismos do solo pela intoxicação por produtos químicos aplicados à área (adubos químicos, venenos agrícolas...);

- Maior frequência de eventos climáticos extremos (os pecuaristas percebem indicadores que atribuem as mudanças do clima, como a alteração na frequência e a quantidade de chuvas, o aumento da temperatura no inverno e a floração antecipada das árvores. Consultados sobre as suas estratégias para se adaptar as mudanças, a grande maioria revelou incertezas).

No usamos venenos (herbicidas ou pesticidas). Si la naturaleza puso los insectos, por algo lo hizo (Entrevista a Nana B., viuva, 31/07/2009, na sua unidade produtiva de Paysandú, a 20 km de Guichon, Uruguai. 31/07/2009. Foto 3).

Foto 3. “Me gusta ver a los ñandúes andar tranquilos entre las vaquitas”, diz Mariela B., 44 anos, na foto, junto com a mae, Nana. Juntas, manejam a UP de 398 hectares em Paysandú, Uruguay.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Desvantagens Produtivas:

- Aumento da suscetibilidade da produção ao ataque de pragas e doenças;
- Alteração das estações (como invernos mais cálidos) que antecipam as florações e provocam perdas pelas geadas tardias;
- Aumento dos eventos climáticos extremos, como secas e inundações, que

- destoem as lavouras e as pastagens para os animais;
- Esgotamento do solo provocando perda de produtividade;

Desgaste do solo ocasionando perda de áreas produtivas.

- Desvantagens Econômicas:
- Maior ataque de pragas e doenças = maior custo de produção;
- Diminuição da fertilidade do solo = maior custo de produção;
- Maior suscetibilidade às variações climáticas = maior perda de produtividade;
- Diminuição das áreas produtivas = maior perda de produtividade;
- Dependência econômica de um único produto = maior dependência dos humores do mercado na cotação do preço de venda = maior risco de falência

Desvantagens Estéticas:

- Perda da paisagem como um horizonte aberto e sem limitações.
- Eliminação de espécies silvestres que o pecuarista e a sua família lembravam como parte permanente de seu entorno e de suas experiências de vida

Porém, nem sempre a valorização simbólica do bioma Pampa e as preocupações pela sua conservação se traduzem em usos sustentáveis dentro da unidade produtiva. As entrevistas e a observação *in loco* confirmaram o frequente sobre-pastoreio, especialmente nas unidades produtivas (UP) de menor tamanho, o uso de pesticidas e as queimadas (ilegais nos três países) como alternativa aos pesticidas e para aumentar, segundo quem as praticam, a fertilidade do solo no curto prazo. Mas não são essas práticas endógenas à unidade produtiva que determinam a forte degradação do bioma Pampa que descrevemos nos pontos anteriores. A ordenação social do território com o objetivo de criar práticas de desenvolvimento mais sustentáveis implica que, para que ela exista, a valorização simbólica exclusiva não seja suficiente. Os pecuaristas familiares devem também expressar a valorização da paisagem através de gestos concretos sobre o seu território: intenções, projetos, práticas, costumes, etc.

A categorização dos relatos dos pecuaristas permitiu confirmar que a identidade coletiva gaúcha pode ser expressa através do vínculo entre os pecuaristas familiares e a paisagem Pampa. A identidade coletiva é uma representação que um grupo tem dele mesmo e que lhe

permite situar-se em relação aos outros. A paisagem pode ser um dos locais potenciais de expressão da identidade coletiva. Porém, face à multiplicidade de olhares sobre as paisagens locais surgidas nas entrevistas, deveríamos nos perguntar se é possível continuar falando de uma identidade coletiva gaúcha? Acreditamos que isso é possível. Na hora de fazer o cruzamento de dados das entrevistas dos diferentes tipos de produtores familiares e de suas diferentes nacionalidades, algumas características do que é ser “pecuarista gaúcho” são claramente identificadas. Mesmo quando os relatos estão baseados em elementos de valorização diferentes, em conjunto, o que significa ser “pecuarista gaúcho” é relativamente consensual entre todos os tipos de produtores. Esse consenso vai além dos símbolos usuais da cultura gaúcha: todos os entrevistados e as suas famílias praticavam todas, ou ao menos algumas, das tradições a seguir: tomar *mate* (no Uruguai e na Argentina) ou chimarrão (no Brasil), andar a cavalo acompanhado de cachorros treinados para conduzir o gado, ouvir música folclórica e *payadas*, vestir *botas de couro* - ou *alpargatas* - e *bombachas (incluídas, atualmente, as mulheres)* e portar uma faca ou facão. Assim, os relatos dos entrevistados revelaram numerosas práticas cotidianas comuns e altamente tradicionais, uma forte concentração do sentido e um grande orgulho pela atividade. Para muitos, a paisagem do Pampa é a expressão simbólica de uma relação de “harmonia entre o homem e a natureza”. A pecuária é enxergada como a expressão da liberdade do indivíduo para desfrutar da paisagem pampiana. A maioria dos entrevistados expressou seu desejo de que seus filhos e filhas pudessem continuar na atividade, virando pluriativos, ou seja, misturando, em alguns casos, profissões liberais com o manejo da unidade produtiva (SCHNEIDER, 1999). Porém, é baixa a probabilidade de uma transição exitosa, devido ao pequeno tamanho da propriedade e ao grande número de filhos. As principais diferenças no vínculo com a paisagem se encontram no nível das práticas e das intenções. Para alguns, a apropriação da paisagem é simbólica. Para outros, a apropriação é material e concretizada em práticas comerciais.

6.3. A PAISAGEM E OS LIMITES DA RACIONALIDADE ECONÔMICA

Independentemente dos modos de apropriação da paisagem, o apego dos pecuaristas familiares gaúchos à paisagem e à atividade ao longo de várias gerações abre muitos questionamentos, em especial entre os economistas: por que existem tantos produtores que continuam escolhendo a pecuária de corte como modo de vida, quando as monoculturas tem se tornado muito mais rentáveis? Todas as entrevistas demonstraram que os pecuaristas familiares só entregam a terra para a lavoura de soja ou a silvicultura quando a

situação econômica familiar se torna insustentável. Antes de fazer isso, procuram soluções intermediárias, como o arrendamento parcial da terra a agricultores para recuperar liquidez e voltar depois para a pecuária.

Existem, até hoje, poucos estudos que tentem explicar a lógica dessas decisões baseadas numa aparente “racionalidade limitada” ou “racionalidade não econômica” partindo do ponto de vista e das percepções dos pecuaristas. O conceito de racionalidade limitada foi apresentado pelo economista e cientista social Herbert Simon nos anos 50. Ele afirmava que as pessoas tomam decisões buscando satisfazer seus níveis de aspiração em um ponto suficiente para sentir-se confortáveis (no caso dos pecuaristas familiares, para manter o seu modo de vida), não necessariamente para alcançar um resultado ótimo do ponto de vista da racionalidade econômica (SIMON, 1957). Max Weber (1979,1994) distinguia entre quatro tipos de ação (que são sociais):

- A ação racional com relação a um objetivo é determinada por expectativas no comportamento tanto de objetos do mundo exterior como de outros homens e utiliza essas expectativas como condições ou meios para alcance de fins próprios racionalmente avaliados e perseguidos. É uma ação concreta que tem um fim específico, por exemplo: o engenheiro que constrói uma ponte.
- A ação racional com relação a um valor é aquela definida pela crença consciente no valor - interpretável como ético, estético, religioso ou qualquer outra forma - absoluto de uma determinada conduta. O ator age racionalmente aceitando todos os riscos, não para obter um resultado exterior, mas para permanecer fiel a sua honra, qual seja, à sua crença consciente no valor, por exemplo, um capitão que afunda com o seu navio.
- A ação afetiva é aquela ditada pelo estado de consciência ou humor do sujeito, é definida por uma reação emocional do ator em determinadas circunstâncias e não em relação a um objetivo ou a um sistema de valor, por exemplo, a mãe quando bate em seu filho por se comportar mal.
- A ação tradicional é aquela ditada pelos hábitos, costumes, crenças transformadas numa segunda natureza, para agir conforme a tradição o ator não precisa conceber um objeto, ou um valor nem ser impelido por uma emoção, obedece a reflexos adquiridos pela prática.

Partimos do pressuposto de que as ações dos pecuaristas familiares gaúchos são racionais, sim, mais com relação a valores. Também que muitas de suas ações nascem da tradição, sempre segunda a definição weberiana.

Outro autor que salientou os limites a racionalidade econômica dos agricultores familiares foi Abramovay (1992). Segundo o autor, não se pode compreender o campesinato com base na idéia do comportamento econômico. Abramovay lembra que já a antropologia clássica voltada ao tema revelou justamente a natureza incompleta da racionalidade econômica do camponês: “São sobre tudo os laços comunitários locais, os vínculos de natureza personalizada e o caráter extra-econômico das próprias relações de dependência social que explicam as particularidades do campesinato”, diz Abramovay (1992: 141). O autor afirma também que:

(...) A racionalidade econômica do campesinato é necessariamente incompleta porque seu ambiente social permite que outros critérios de relações humanas (que não são econômicos) sejam organizadores da vida (...). Vida em comunidade, vínculos personalizados não só entre os indivíduos em geral, mas entre agentes sociais com lugares antagônicos na hierarquia social, regras coletivas determinantes do uso dos fatores produtivos e do consumo; mais que um tipo econômico, o camponês representa, antes de tudo, um modo de vida” (ABRAMOVAY, 1992, 111).

Infelizmente, esses limites da racionalidade econômica mencionados por Abramovay resultam frequentemente esquecidos pelos “especialistas” (pesquisadores, tomadores de decisões, extensionistas rurais e jornalistas) que possuem a exclusividade do discurso sem serem representativos dos pecuaristas familiares. Uma exceção importante foi o livro “Parlez-moi d'élevage. Analyse de représentations d'éleveurs” (Fale-me de Pecuária. Uma análise das representações dos pecuaristas), das pesquisadoras francesas Sylvie Sens e Veronique Soriano (2001). Nele, as autoras fazem um registro da essência da pecuária segundo as próprias palavras dos pecuaristas. Usando uma metodologia similar, nossas entrevistas permitiram confirmar que os pecuaristas familiares gaúchos praticam a atividade por: tradição, para manter os valores da família, para continuar com a luta dos ancestrais – a maioria dos entrevistados recebeu a terra através de heranças -, para defender a sua identidade, para manter um estilo de vida livre, sadio e em contato com a natureza, para que os filhos curtam do mesmo direito que tiveram os seus pais, de nascer e crescer num ambiente sadio, sem estresse e em contato com uma paisagem que eles consideram única. Esses dados confirmam um terceiro estudo, quantitativo, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (WAQUIL et. al, 2005) entre os pecuaristas (familiares e não familiares) do Rio Grande do Sul, no Brasil. O censo demonstrou que os pecuaristas gaúchos continuam na atividade apesar da baixa rentabilidade devido a: (i) tradição (26,5%); (ii) satisfação (25,4%); (iii) por considerar a pecuária uma atividade segura e de baixo risco (14, %), e (iv) pela obtenção de rendas (unicamente o 8,7 % dos entrevistados)

Outro estudo, nesse caso, qualitativo, realizado na França por Fiorelli (2007) entre criadores

de ovelhas pluriativos (com mais de uma profissão ao mesmo tempo), provou que as motivações dos pecuaristas ovinos para se dedicar à atividade vão além das razões técnico-econômicas. Para os criadores estudados, a pecuária implica, além de uma maneira de se sustentar economicamente: (i) uma relação de qualidade com os animais e com os seres humanos; (ii) um enriquecimento de sua própria identidade; (iii) bem-estar físico (de seu próprio corpo) devido ao contato direto com a natureza. As decisões organizacionais e técnicas dos pecuaristas ovinos da região estudada na França estão, segundo o mesmo estudo, altamente condicionadas por esses três fatores não-econômicos.

Os pecuaristas consideram a atividade como uma fonte de bem-estar e de status social; o tamanho de seu gado, junto com a sua raça, é um indicador desse status e da situação econômica de cada família. Podemos concluir que, do ponto de vista identitário, a paisagem do Pampa desempenha várias funções essenciais na comunidade dos três países: (i) primeiro, o rol da comunicação, ao permitir que seus membros se reconheçam e se apresentem uns aos outros; (ii) depois, o rol de construir o “estar juntos”, reforçando a coesão da coletividade pelas práticas coletivas intensas.

6.4. AS VANTAGENS DAS ABORDAGENS GEO-SÓCIO-AGRONÔMICAS

Os resultados desse capítulo permitem confirmar a nossa hipótese inicial: que a paisagem oferece um quadro conceitual pertinente para compreender melhor a relação entre o bioma Pampa e a identidade gaúcha, assim como as lógicas das decisões produtivas dos pecuaristas familiares gaúchos. Isso é possível porque a paisagem foi definida aqui de maneira ampla, integrando dimensões sensíveis como as percepções dos atores, sua afetividade e suas vivências pessoais. Nesse sentido, a abordagem geo-sócio-agronômica também nos permitiu constatar que a experiência sobre os limites e potencialidades ecológicos do bioma Pampa ocorre em função da relação que a categoria social dos pecuaristas familiares gaúchos estabelece com a paisagem e a natureza. Esta relação, por sua vez, alicerça-se numa base cognitiva que combina racionalidade e subjetividade, isto é, fruto de sua própria história de vida, construídas em interação com a natureza, cuja dinâmica retro-alimenta (informa) o sistema cognitivo, direcionando e adaptando o sistema de práticas agrícolas.

A análise das interações entre território, identidade e paisagem também permitiu afirmar também que os pecuaristas familiares gaúchos constituem um elo importante entre os três campos da sustentabilidade: social, ambiental e econômica (KAULE, 2005). Há cerca de 200 anos que o Pampa vem sendo utilizado principalmente para a pecuária de corte sem

que a sua biodiversidade sofra importantes alterações (NABINGER, 2002; NABINGER, 2006). Por isso, uma pecuária de corte pecuária forte e responsável, praticada em pastagens nativas, se apresenta como a melhor alternativa para a conservação do Pampa (IUCN, 2008; KAULE, 2005).

A pecuária extensiva pode ser definida como a vocação econômica natural do bioma, pois não requer a conversão dos ecossistemas para haver produção. Porém, a sustentabilidade desse modo de vida está sendo ameaçada pelo aumento da concentração da terra em mãos de empresas dedicadas às monoculturas em grande escala, pelo incremento do preço da terra, e por outros fatores nascidos da globalização, como as novas exigências sanitárias, de qualidade da carne e de preservação do meio ambiente. (EMATER, 2000; EMATER, 2003).

Não se trata de tratar a paisagem do Pampa e a cultura gaúcha de maneira romântica ou rígida, tentando separar a natureza de qualquer atividade humana ou valorizando clichês sobre modernidades envelhecidas. Também não queremos cair numa visão tradicionalista, onde o lugar, como o território e o próprio espaço, era associado à homogeneidade, ao imobilismo e à reação, frente à multiplicidade, ao movimento e ao progresso ligados ao “tempo” (HAESBAERT, 2004). Uma consciência global do lugar, embora não possa ser vista como boa ou má em si mesma, é a evidência de que hoje não temos mais espaços fechados e identidades homogêneas e “autênticas”.

7. SER PECUARISTA NA SOCIEDADE DE RISCO

Expressado através de distintas palavras e imagens, o conceito de risco ocupar um papel central nas entrevistas da maioria dos pecuaristas familiares entrevistados para esta pesquisa. Como o lembram Rodrigues de Campo (2006) e Guivant (1998) o conceito de risco adquiriu relevância na teoria social a partir da contribuição de dois importantes teóricos sociais contemporâneos, Ulrich Beck e Anthony Giddens. Para esses teóricos, os riscos ambientais e tecnológicos de graves consequências constituem-se, atualmente, nos conceitos-chave para compreendermos os processos sociais em curso na atual sociedade contemporânea.

Com base no conceito de alta modernidade (GIDDENS, 1997) e segunda modernidade ou modernização reflexiva (BECK, 1998), “ambos os teóricos, ainda que com abordagens que mantêm diferenças, coincidem em propor que o conceito de sociedade de risco passa a substituir o de sociedade de classes” (GUIVANT, 1998, p. 1). Em outras palavras, de acordo com tais autores, tal proposta teórica se fundamenta na idéia central de que a sociedade industrial (típica da primeira modernidade) deve ser substituída pela sociedade de risco, ou seja, o conceito de sociedade de risco permitiria a compreensão da modernização reflexiva, pois, como afirma Beck, qualquer um que conceba a modernização como um processo de inovação autônoma deve contar até mesmo com a obsolescência da sociedade industrial. O outro lado dessa obsolescência é a emergência da sociedade de risco. Este conceito designa uma fase no desenvolvimento da sociedade moderna, em que os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições para o controle e a proteção da sociedade industrial.

Ainda que Beck não se detenha em definições detalhadas do que se entende por risco, com este conceito ele abrange os ecológicos, químicos, nucleares e genéticos, produzidos industrialmente, externalizados economicamente, individualizados juridicamente, legitimados cientificamente e minimizados politicamente (BECK, 1992). Eles podem trazer consequências incontroláveis, sem limites espaciais, temporais ou sociais, apresentando, assim, sérios desafios às instituições dedicadas a seu controle. “Em síntese, trata-se de riscos com efeitos globais, invisíveis e, às vezes, irreversíveis” (GUIVANT, 1998, p.20).

Em seu livro *La sociedad del riesgo* (1998), Beck afirma que o conceito de risco estabelece um cruzamento com o conceito de globalização, pois a dinâmica processual desse fenômeno traz consigo um conjunto significativo de contradições econômicas e sociais que podem ser traduzidos em futuros riscos, tais como: crescimento da riqueza econômica ao lado do aumento da pobreza em massa; crescimento dos nacionalismos e dos

fundamentalismos religiosos, que podem conduzir a conflitos com utilização de armas nucleares ou químicas; catástrofes ecológicas e tecnológicas, como resultante de uma dinâmica econômica, que só visa ao lucro imediato e desconsidera os riscos ambientais, e, por fim, a exarcebada tecnificação dos processos produtivos, que tem resultado no aumento significativo do desemprego estrutural em todo o mundo.

Beck compreende que a passagem da sociedade industrial e de classes (própria da primeira modernidade) para a sociedade de risco (própria da segunda modernidade) significaria um processo de transição, no qual a questão ecológica tenderia a suplantar a questão de classes (RODRIGUES DE CAMPO, 2006).

Em outros termos, tal pressuposto teórico estaria conduzindo a passagem da centralidade do trabalho (sociedade industrial) para a centralidade ambiental (sociedade de risco) e, dessa forma, seria, então, necessário construir uma nova teoria, capaz de dar conta dessa nova dimensão analítica, na qual a sociologia ambiental se torna a disciplina-chave para interpretar a atual fase da modernidade. Beck e Giddens tentam demonstrar que é necessário elaborar novos conceitos teóricos para entender as sociedades contemporâneas e, dessa forma, projetaram a análise dos riscos como eixo central de suas abordagens. É no contexto dessa necessidade de utilizar novos conceitos teóricos que apresentamos o marco da dupla exposição aos riscos ambientais e socioeconômicos de Leichenko et al. (2010), como uma abordagem útil para entender como os pecuaristas familiares gaúchos, imersos numa “segunda modernidade”, percebem e agem respeito do risco.

7.1. O RISCO E O MARCO DA DUPLA EXPOSIÇÃO

Sabemos que os seres humanos não estão sós: eles formam parte de complexos sistemas sócio-ecológicos (SSE) (GALLOPIN, 1991), também chamados de sistemas social-ecológicos (BERKES & FOLKE, 1998), sistemas humano-ambientais conjuntos (TURNER *et al.* 2003), sistemas humano-ecológicos (JAEGER, 1994) etc. Os SSE existem em todas as escalas, desde a unidade produtiva (UP) e o seu contexto ambiental até as nações que habitam o planeta (INTEGRATED RISK GOVERNANCE PROJECT, 2009). Em qualquer SSE, os sistemas humanos e ecológicos (ambientais, naturais ou biofísicos) interagem. O risco, e particularmente o impacto do evento ou perturbação quando o risco se materializa, afeta com frequência não só os seres humanos, mas também os subsistemas ambientais com os quais eles estão conectados. Isso afeta a capacidade de tolerância (*coping capacity*) dos seres humanos e abre novas possibilidades de adaptação, entendida como os ajustes dos SSE para responder aos impactos das mudanças ambientais reais, percebidas ou esperadas (ADGER *et al.*, 2005). Por exemplo, quando uma inundação erode o solo, afeta a

produtividade da terra e as condições econômicas dos produtores, reduzindo a sua capacidade de tolerância para futuras inundações e obrigando os pecuaristas a formular novas estratégias para o plantio.

Os SSE estão formados pela interação dos subsistemas social, econômico, ecológico e institucional. A mudança do clima e a globalização estão unindo, mais do que nunca, o futuro de cada subsistema e das unidades produtivas, das comunidades, e das pessoas de todas as partes do planeta. O risco é um conceito que denota um impacto potencial negativo que pode surgir de um evento futuro, e que é diferente do acontecimento real do evento (INTEGRATED RISK MANAGEMENT PROJECT, 2009). Perturbações, perigo, estresse, *shocks*, são termos que denotam ameaças a um sistema, sejam repentinas ou graduais. O bioma Pampa e os seus pecuaristas familiares não são alheios a essa realidade nem à dupla exposição ao risco gerada pela aceleração das mudanças do clima e do mercado. A capacidade de tolerância à dupla exposição reside principalmente nos subsistemas institucionais, sociais e econômicos. No subsistema social da pecuária familiar gaúcha, os produtores escolhem alternativas que reduzam, entre outras, a incerteza financeira. Consequentemente, rejeitam inovações tecnológicas de efetividade imediata e com boa relação custo - benefício para a UP (LEV & CAMPBELL, 1987; DEDIEU *et.al.* 2008). A rejeição ocorre porque os pacotes tecnológicos não têm sido adaptados para atender as necessidades *percebidas* e *reais* dos produtores e a sua *atitude* face aos riscos. Um passo importante para melhorar a recepção de políticas públicas para o setor e o diálogo com os extensionistas rurais é precisamente compreender a essência da dupla exposição ao risco e também às percepções dos produtores sobre as limitações e as potencialidades de sua UP.

7.1.1. O MARCO DE DUPLA EXPOSIÇÃO: CLIMÁTICA E SOCIOECONÔMICA

Apesar do amplo reconhecimento dos vínculos entre a mudança do clima e as atividades econômicas, a pesquisa geograficamente localizada sobre as conexões entre e interações entre a mudança do clima e a globalização continua sendo limitada (LEICHENKO et al, 2010). A maior parte da pesquisa sobre a mudança do clima nasce das vertentes físicas ou ecológicas da geografia, com ênfase na dinâmica da atmosfera, hidrosfera e biosfera. Em contraste, como afirmam Leichenko et al. (2010), os estudos sobre a globalização tendem a salientar fenômenos políticos, econômicos e culturais, como a liberalização do mercado, a criação de multinacionais e a expansão dos médios massivos globais. Mesmo se uma parte importante da pesquisa sobre a globalização esta focada em temas ambientais, ela não explica de que maneira a globalização influencia ou interage com o processo da mudança

do clima (*Idem*). Em conseqüência, muitos vínculos chave, feedbacks e sinergias entre a globalização e a mudança de clima são frequentemente despercebidos e pouco pesquisados.

Como acontece com outros atores de diferentes partes do planeta, a mudança do clima e a globalização estão criando riscos e incertezas crescentes sobre o futuro dos pecuaristas familiares gaúchos. Os dois processos também incrementam as conexões entre espaço e tempo, e dessa forma, as ações realizadas em um local têm efeitos dificilmente previsíveis em outros locais. Os pecuaristas familiares gaúchos sofrem de maneira especial por essa dupla exposição (*double exposure*) às mudanças do clima e às dramáticas oscilações dos mercados (LEICHENKO & O'BRIEN, 2008) e das políticas governamentais. A interseção desses dois fatores cria novos tipos de vulnerabilidades e de desigualdade, prejudicando as capacidades locais de adaptação às mudanças.

De acordo com Leichenko & O'Brien (2008), os elementos do marco da dupla exposição são importantes para entender diversos tipos de interação entre mudanças ambientais e globalização. O ponto de partida do marco de exposição é que uma quantidade de processos de mudanças globais acontece de maneira simultânea e seqüencial, criando resultados que podem ser negativos ou positivos para indivíduos, lares, comunidades e grupos sociais.

Dentro do marco da dupla exposição, as mudanças globais ambientais e a globalização se manifestam tanto de maneira gradual quanto repentina (*shocks*) com efeitos diferentes em distintos marcos de exposição ou *exposure frame* (LEICHENKO & O'BRIEN, 2008). Dependendo do foco da pesquisa, um marco de exposição pode ser uma região espacial, política ou ecológica, um setor econômico ou uma rede de instituições.

Em nosso caso, o marco de exposição é triplo: (i) ecológico (o bioma Pampa do Uruguai, Brasil e a Argentina), (ii) político-administrativo (o Mercosul) e (iii) sócio-econômico (os pecuaristas familiares gaúchos dos três países). Nessa pesquisa focaremos no primeiro e no terceiro.

A cada marco de exposição correspondem riscos específicos para os pecuaristas familiares analisados. Os resultados da exposição a esses riscos afetam tanto o presente dos pecuaristas quanto o contexto no qual novas mudanças serão experimentadas.

Em cada caso, o nível de exposição aos processos de mudança globais é influenciado pelas características da mudança (direção, nível, magnitude, intensidade, e abrangência espacial) e por fatores próprios do contexto ambiental (condições institucionais, econômicas, sociais, políticas, biofísicas, culturais e tecnológicas). As respostas, que podem incluir ações realizadas antes da exposição ou depois delas, são condicionadas tanto pelo contexto

ambiental quanto pelos atributos individuais de cada ator afetado (em nosso caso, o pecuarista familiar). Esses atributos são, entre outros, a riqueza, o acesso à política, o capital social, as redes de diálogo, o nível de formação, a saúde, a situação familiar, etc. Os resultados dependem tanto do grau de exposição a cada processo de mudança quanto da resposta dos atores afetados (LEICHENKO & O'BRIEN, 2008).

Sempre segundo Leichenko et al. (2010) uma diferença importante entre o marco de dupla exposição e outras abordagens sobre a vulnerabilidade é que outras abordagens teóricas geralmente não levam em conta a totalidade das interações e *feedbacks* potenciais entre a mudança do clima e outros processos de mudanças globais ao longo do tempo e do espaço. Sempre segundo os autores, outras abordagens teóricas sobre a vulnerabilidade não reconhecem de que maneira os dois processos transformam o contexto no qual as pessoas e os ambientes sofrem e respondem a muitos tipos de mudanças:

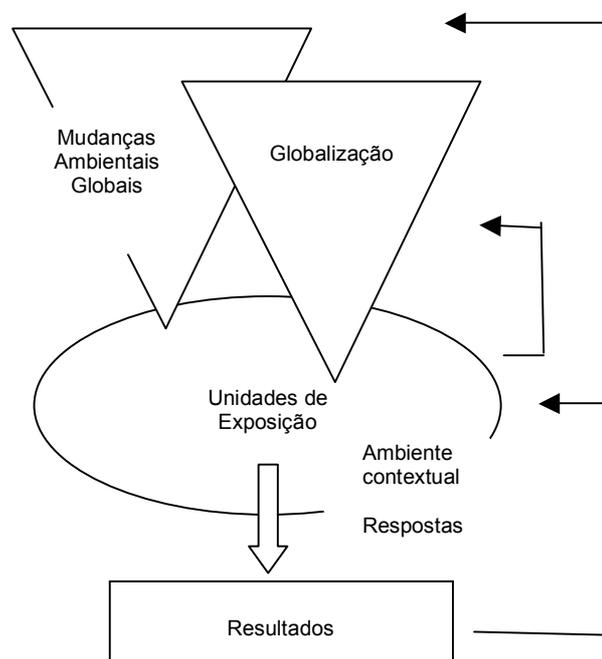
Many vulnerability frameworks stress the importance of context for explaining both differential outcomes and vulnerabilities, yet the frameworks seldom recognize the extent to which the context itself is dynamic, dramatically changing as the result of both global environmental change and globalization. Within the double exposure framework, changing contextual conditions may affect exposure and responses to future global change processes, resulting in new patterns of vulnerability and new challenges for social and ecological resilience (LEICHENKO et al, 2010, 8).

A figura 3, de Leichenko, O'Brien & Solecki (2009), ilustra de maneira simples os principais componentes do marco conceitual da dupla exposição.

Os processos de mudança ambiental global e de globalização são representados em forma de triângulos parcialmente sobrepostos, que se manifestam num contexto ambiental específico (i.e. institucional, econômico, social, político, biofísico, cultural e tecnológico) representado em forma oval. A extensão e a magnitude da exposição às mudanças é ilustrada com a interseção entre os triângulos e a forma oval.

As respostas dos atores (antecipação e reação) são condicionadas pelo contexto ambiental, assim como pelos atributos de cada ator afetado (i.e. valores, crenças, conhecimentos, experiências, percepções). Essas respostas são representadas pela seta que une o contexto ambiental e o quadrado que representa os resultados (*outcomes*). Os resultados foram separados do contexto ambiental para enfatizar que qualquer resultado reflete condições medíveis em cada momento temporal específico.

Figura 3. O Marco da Dupla Exposição.



Fonte: Adaptado de LEICHENKO & O'BRIEN, 2008.

A figura 3 também demonstra os vínculos dinâmicos (*feedbacks*) entre cada componente, já que os processos podem alterar o contexto ambiental (*contextual environment*), as respostas afetam os processos, os resultados afetam as respostas, etc. A figura indica unicamente um marco de exposição, mas é importante lembrar que os resultados e as respostas que acontecem num marco de exposição podem ter impactos abrangentes, afetando a outros marcos de exposição no tempo e no espaço (LEICHENKO & O'BRIEN, 2008).

7.1.2. O MARCO DE EXPOSIÇÃO ECOLÓGICO: O BIOMA PAMPA

Dependendo do foco da pesquisa, um marco de exposição pode ser uma região espacial, política ou ecológica, um setor econômico ou uma rede de instituições. Em nosso caso, nos focaremos no marco ecológico (o bioma Pampa do Uruguai, do Brasil e da Argentina) e sócio-econômico (os pecuaristas familiares gaúchos dos três países). O bioma Pampa é a região de pecuária bovina extensiva por excelência. No caso do Uruguai, mais de 60% da superfície do país está dedicada a esse tipo de produção, segundo o ministério de Pecuária uruguaio. No bioma Pampa do Brasil, do Uruguai e da Argentina, os sistemas de produção são essencialmente extensivos (pastos naturais), com uma densidade baixa de animais por

hectare, e inseridos na cadeia comercial (majoritariamente para exportação no caso do Uruguai, e majoritariamente para o consumo interno no caso da Argentina e o Rio Grande do Sul, no Brasil).

As dinâmicas econômicas dos três países e as suas políticas liberais (no caso do Uruguai e o Brasil) e intervencionistas (no caso da Argentina) marcam o tipo dos riscos e incertezas sofridos pelos pecuaristas familiares, tais como: dependência das oscilações dos mercados internacionais e das crises econômicas frequentes (1982, década 1990, 2002); consequências econômicas desastrosas devido a problemas sanitários (febre aftosa em 2001), pressões para o desenvolvimento da indústria do papel e da soja (no Uruguai), da soja (na Argentina) e da soja e do arroz (no Rio Grande do Sul), o que causa competição pela terra entre agricultura e pecuária, o aumento do seu preço e a concentração da propriedade da terra por sociedades anônimas.

A tudo isso, deve-se adicionar eventos climáticos próprios do bioma Pampa, que acentuados por secas (2004-2006) e inundações (2007), aumentam a vulnerabilidade dos pecuaristas familiares gaúchos devido a seu modo de produção natural (em geral sem estabulação nem suplementação). Mesmo se as secas não estão necessariamente vinculadas às mudanças do clima, elas continuam sendo representativas dos eventos extremos que podem ocorrer com maior frequência devido à mudança do clima.

7.1.3 RISCOS SOCIOECONÔMICOS: AS PERCEPÇÕES DOS PECUARISTAS FAMILIARES

O conceito de risco mais amplamente utilizado se aproxima a um perigo mais ou menos definido (PERES, 2002) ou a probabilidade de perigo, geralmente com ameaça física para o homem e/ou para o ambiente (HOUISS, 2001). Sua aceitação mais fortemente aceita na literatura que trata dos problemas delimitados pelos campos da saúde, trabalho e ambiente é a composição de pelo menos dois dos três seguintes componentes: a) potencial de perdas e danos; b) a incerteza da perda/dano; e/ou c) a relevância da perda/dano (YATES & STONE, 1992). Há, entretanto, um elemento comum a estes componentes: a distinção entre realidade e possibilidade. Segundo Slovic (1999), não há risco real, ou seja, o risco não existe enquanto realidade independente de nossas mentes e culturas. Ele só é possível de ser observado e mensurado dentro de um contexto. Em trabalhos realizados nas últimas décadas, Douglas (1982) e Slovic (1999) reconhecem o risco e as respostas ao risco como construtos sociais. Smithson (1989) diz que as teorias das probabilidades de risco são criações mentais e sociais definidas em termos de *graus de crença*. Slovic (1999) adota esta perspectiva e estabelece uma distinção entre a probabilidade de risco e a percepção do

risco, partindo do ponto de vista de que risco "real" e risco percebido são duas dimensões diferentes. Esse autor reconhece que a equação risco/resposta ao risco é mediada por valores, tornando claro que outros fatores, além de uma avaliação técnica do risco, são nitidamente importantes para a compreensão de como as pessoas percebem e respondem aos riscos (SLOVIC, 1999).

De acordo com Wejnert (1996), três aspectos da realidade atuam como mediadores entre a percepção do risco e o comportamento as características individuais e socioculturais e as características das práticas. Outros autores como Wolpert (1995) e Lion et al. (2002) acrescentam que a discrepância entre a percepção do risco e o comportamento do indivíduo ou da coletividade pode estar também relacionada ao sentimento de controle sobre a realidade percebida. Com relação a este aspecto, Finuccane et al. (2000) afirmam que novos riscos tendem a ser percebidos como mais perigosos que riscos familiares.

7.2. ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE O RISCO

O risco já foi abordado de diversas maneiras e por diversos autores. Destacamos entre elas a abordagem psicométrica do risco (SLOVIC et al, 1980; SLOVIC, 1987; SLOVIC, 1992; SLOVIC, 2000), e as abordagens culturais e sociais (Douglas M, Wildavsky, 1982; DOUGLAS, 1992; DOUGLAS, 1999). Estas abordagens têm em comum a noção de que os seres humanos percebem o mundo através de um filtro de valores e nelas a busca de significados emerge como sendo a dimensão central da pesquisa.

Horlick- Jones et al. (2003) pontuam que o papel central do significado e da interpretação na estruturação das interações sociais tem servido de base para outros estudos sobre o risco que se apóiam nas tradições hermenêutica e fenomenológica. Tais estudos, utilizando abordagens qualitativas ou mistas, têm o objetivo comum de obter o que Geertz (1973) descreveu como descrições densas das circunstâncias, nas quais o risco pode ser identificado e compreendido. Vários trabalhos produzidos dentro desta tradição (CORIN et al, 1992; UCHOA, 1997; FIRMO, 2004; LOYOLA FILHO et al, 2004; STJERNA, 2004; LIEBAN, 1992) mostram a influência dos universos social e cultural sobre a adoção de comportamentos de prevenção ou de risco. Nessa perspectiva, os comportamentos são associados às representações, as quais se formam na interação entre pessoas, diferindo de uma simples perspectiva cognitiva (STJERNA, 2004). Estas representações são mediadas por um complexo cultural que influencia a maneira pela qual os indivíduos percebem o risco, podendo levá-los a ações específicas, entre as quais a de ignorar sua probabilidade de ocorrência (DOUGLAS, 1985).

A análise temática das entrevistas dos pecuaristas familiares da Argentina, do Brasil e do Uruguai revelou certas características comuns, como:

(i) a racionalidade não econômica de muitas de suas decisões produtivas, mais orientadas à manutenção do modo de vida tradicional (*livelihood*), ao bem estar da família, e até dos animais, do que em obter maior renda (ABRAMOVAY, 1992; CHAJANOV, 1974; CHAJANOV, 1981; ELLIS, 2000);

(ii), a maior parte dos pecuaristas sente orgulho de sua atividade e gostaria que os seus filhos continuassem nela;

(iii) devido à superposição de marcos de exposição, em todas as trajetórias da UP existiram momentos de avanço e de retrocesso, tanto nos pecuaristas mais arrojados e favoráveis às melhoras tecnológicas quanto nos mais conservadores e avessos às inovações;

(iv), apesar do risco ou perturbação, existem muitas soluções possíveis, e

(v), as reações dos pecuaristas em relação ao risco e às incertezas são muito mais determinadas por suas personalidades e pelas relações pessoais, especialmente familiares, que pelos contextos ambientais, político-administrativo, etc. Isso dificulta a comparação entre países e facilita a agrupação dos produtores pela sua atitude em relação ao risco, que é o nosso foco.

Os pecuaristas familiares consideram uma quantidade grande e variada de riscos nos seus processos de decisão cotidianos. Além do perigo de uma perturbação, os pecuaristas avaliam o contexto ambiental, socioeconômico e político-administrativo, junto com as possibilidades oferecidas pelo seu sistema de produção e o tipo de unidade produtiva (principalmente, tamanho e qualidade do solo). Os riscos da pecuária variam segundo essas características, que vão do sistema de pecuária extensiva e de baixo índice de chuvas do Pampa marginal da província de Buenos Aires, na Argentina, às áreas densamente povoadas e de altos níveis de chuva de algumas regiões do Uruguai. As características individuais dos atores também influenciam a capacidade para perceber e manejar o risco (LEVROW *et.al.*, 2007). Os pecuaristas com menores recursos (não apenas econômicos, mas também de capital social) têm uma capacidade menor para manejar o risco. Os choques têm consequências diferentes em cada pecuarista. De maneira positiva, aumentado a capacidade de tolerância futura, ou negativa, deteriorando as possibilidades futuras de encarar o mesmo risco.

Em todos os casos, as conversas sobre as percepções dos pecuaristas sobre as possibilidades de manejo do risco levaram a três questões chave: (i) quais são os riscos percebidos pelo pecuarista?; (ii) quais possibilidades de manejo do risco o pecuarista conhece?; (iii) quais dessas possibilidades são efetivamente utilizadas pelo pecuarista? (iv), de que maneira ele decide entre as diferentes opções de manejo ou combinações de opções?

7.3. TIPOS DE RISCO PERCEBIDOS - RISCOS INTERNOS E EXTERNOS

Os pecuaristas entrevistados relataram os riscos percebidos e as estratégias para enfrentá-los. A seca foi identificada como um risco importante nos três países. Somente na Argentina a imprevisibilidade das políticas públicas foi percebida como um risco pior do que o climático. O caso de Edgardo F, que possui 100 hectares próprios e 320 alugados na zona de Colônia Nueva, Puan, na Província de Buenos Aires, Argentina, é um exemplo da dupla exposição ao clima (secas) e às oscilações financeiras originadas pela imprevisibilidade das políticas do governo nacional no que diz respeito aos preços da carne. Para Edgardo F., o risco institucional (imprevisibilidade do governo) torna-se mais difícil de enfrentar do que o risco climático ou mesmo financeiro. Para enfrentar o risco financeiro, Edgardo, sua esposa e filhos têm procurado manejar a unidade produtiva com flexibilidade, diversificação, redução de custos e sem quase nenhum planejamento.

Yo con el ganado ya no planifico nada... en 2005 tenia 30 vaquillonas mas, pero con el cierre de las exportaciones decidi dejar de criar y las vendi (N.E.: el cierre de las exportaciones fue decidido por el entonces presidente argentino, Néstor Kirchner, que suspendió las exportaciones de carne bovina para bajar el precio de ese producto en el mercado interno – Esta controvertida medida sera frecuentemente mencionada en otras entrevistas, tanto en la Argentina como en Uruguay e incluso en Brasil).

Apesar de utilizar várias estratégias para combater a seca, como a diversificação no manejo do gado, Edgardo não tem encontrado uma solução. A falta de chuva destruiu as pastagens para o gado e a safra de trigo, aumentando as dívidas:

La sequia me mató varios animales y me hizo perder un 30% de la produccion esperada de terneros (....) Ante la imprevisibilidad, yo hago un poquito de todo, cria, recría, engorde... (...) Frente al gobierno no se puede hacer nada, te cambian del día a la maniana... pero frente al clima sí, se puede, trabajando bien en la parte de agricultura (Entrevista a Edgardo F., sua esposa e dois de seus seis filhos, donos de 100 has. e arrendatarios de 320 has. de terceiros, na sua unidade produtiva de Colonia Nueva, Puan, Buenos Aires, Argentina, 9/02/2007).

O caso de Waldir M.B., pecuarista de Esmeralda, nos Campos de Cima da Serra (RS),

constitui outro claro exemplo de risco institucional, nesse caso, na escala de sua região. Ele investiu na rastreabilidade de seus animais para incrementar a competitividade (Foto 9) através da identificação dos animais, mas o veterinário credenciado (encarregado do controle da rastreabilidade) foi embora de Esmeralda e não foi substituído. O investimento de Waldir foi caro e sem resultados:

Meus bois são rastreados, eu fui o primeiro em fazer 'rastreamento'. Eu assistia muito pela TV, comecei a me informar, o veterinário da Inspetoria (da Secretária de Agricultura) era credenciado... mas agora esse veterinário foi embora e não tem mais credenciado, nem consigo (Entrevista com Waldir M.B. 53 anos, casado, com dois filhos, 486 hectares, na Inspetoria Veterinária de Esmeralda, 15/01/2007).

Waldir M.B. também sabe como problemas decorrentes dos riscos financeiros podem levar produtores da área a cair em depressão ou a se suicidar. Foi o que ocorreu com seu irmão devido ao calote de uma empresa de comercialização de gado, a "Frigheri". O irmão de Waldir se suicidou aos 60 anos após sofrer o calote dessa empresa. O filho de outro dos entrevistados, Sebastião, tentou se suicidar ingerindo veneno após sofrer calote da mesma empresa. Waldir diz:

Meu irmão não pôde viver com a vergonha de não poder pagar as dívidas depois de perder o gado com a Frigheri... Eu nunca levei calote. Eu não tenho estudo, mas exijo confiança, uma garantia (Entrevista com Waldir M.B., Idem)

A dupla exposição refere-se a riscos que poderiam ser definidos como externos. Mas eles não são os únicos. Também existem riscos internos, vinculados a conflitos familiares entre pais e filhos ou entre os próprios filhos, com os empregados permanentes, de saúde, etc. Stella A. De M, 42 anos, pecuarista familiar da área de Pigue, Argentina, passou por uma longa cadeia de riscos internos pessoais: o esposo, que manejava a UP, faleceu de câncer de pulmão por volta dos 40 anos e ela ficou viúva com três filhos pequenos. Como tem que viver na cidade para que os filhos possam estudar, tentou contratar empregados permanentes ("peones") para cuidar da UP, mas sem resultado devido às dificuldades do empregado em receber ordens de uma mulher:

El ultimo peon se fue hace tres años porque decidió irse a vivir a la ciudad. No busqué otro porque me di cuenta de que es mas complicado tener peon que no tener... Si es joven, es inexperto, y si es viejo, esta lleno de manias. (Entrevista a Stella A de M., 42 anos, viuva e mae de tres filios, dona de 300 has. na area de Pigue, Provincia de Buenos Aires, Argentina, Fevereiro de 2007).

A transferência da propriedade da unidade produtiva de pais a filhos constitui outra fonte de riscos internos importantes na percepção dos pecuaristas entrevistados. Tendo a maioria dos entrevistados atingido a idade da aposentadoria, o dilema de dividir uma pequena unidade entre vários filhos gera conflitos e coloca em risco a continuidade da atividade. Os filhos de Edgardo F. (68) e sua esposa Gloria C. (56), Roberto (35 anos) e Fernando (27) compartilharam as suas impressões sobre esse conflito latente:

Mi anhelo seria que mis hijos pudieran seguir en el campo y que estuvieran bien. Qué va a pasar con mis dos hijos que ahora estan en el campo? No sé! (...) Aca los problemas son de fondo... no sé qué va a pasar con la ganadería....(...). El horizonte del campo esta de color gris oscuro.... (Entrevista a Edgardo F., sua esposa e dois de seus seis filhos, donos de 100 has. e arrendatarios de 320 has. de terceiros, na sua unidade produtiva de Colonia Nueva, Puan, Buenos Aires, Argentina, 9/02/2007).

O risco de uma transição fracassada também sobrevoa a unidade produtiva de Adam R., em Guichon, a 15 km de Paysandu, no Uruguai:

Con el tiempo me voy cansando... ademas, el guri (N.E.: hijo) que estudio de Técnico Agropecuario esta teniendo muchas diferencias (N.E.: diferencias de opinión) conmigo... hoy los jovenes no tienen responsabilidad (Entrevista a Adán R. 61 anos, sua esposa G.e seu filho A. na unidade produtiva “La Nueva Esperanza”, em Guichon, Paysand, 2 de agosto de 2006. Adan trabalha 807 has. Entre proprias e alugadas).

Em termos gerais, a análise temática das entrevistas semi-estruturadas confirmou que os pecuaristas familiares estão submetidos à dupla exposição dos riscos do clima e sociais. Segundo suas descrições, agrupamos esses riscos em internos e externos na Tabela 7:

Tabela 7. Tipos de risco identificados pelos pecuaristas familiares entrevistados.

RISCOS INTERNOS	DESCRIÇÃO
Riscos de Produção	Originado pela incerteza sobre os processos de crescimento natural da lavoura ou do gado. Clima, doenças, pragas, e outros fatores podem afetar tanto a qualidade quanto a quantidade de bens produzidos.
Risco Financeiro	O risco financeiro acontece quando o produtor pega um empréstimo para poder pagar outras dívidas ou investir em capital, criando uma obrigação de pagamento. O aumento dos juros, e a restrição de acesso ao crédito são outros aspectos do risco financeiro.
Risco Humano ou Pessoal	Refere-se a fatores como a saúde humana e as relações interpessoais, que podem afetar a produção. Isso é especialmente importante na agricultura familiar, onde a força de trabalho é constituída por uma delicada rede de relações familiares. Aumento ou queda dos custos familiares para a educação e a saúde, migração, divórcios, brigas entre irmãos, conflitos na transmissão da UP, acidentes, mortes, são exemplos de crises pessoais que podem ameaçar a unidade produtiva.
RISCOS EXTERNOS	DESCRIÇÃO
Riscos de Mercado / Preços	São as incertezas sobre o preço que o pecuarista vai receber pelos bens produzidos ou pagar pelos insumos para a produção desses bens. A natureza do risco varia de maneira significativa de um bem para outro.
Risco Institucional	É o risco que resulta das incertezas sobre as ações dos governos. Novos impostos, regulamentações, retenções ou bloqueios às exportações, regulamentações para o uso de agrotóxicos, de sanidade animal, como a rastreabilidade, de proteção ambiental ou bem estar animal, são alguns exemplos das decisões que podem ter um impacto importante na unidade produtiva. Trata-se do risco com maior grau de variabilidade entre os diferentes marcos institucionais de exposição estudados (elevado na Argentina, médio no Brasil e baixo no Uruguai).
Risco Econômico	Preço da terra, concentração da terra, desvalorização cambial.
Risco Sanitário	Doenças do gado (aftosa, tuberculose), pragas nas forragens.
Risco Médio Ambiental	Secas, inundações, e maior frequência de eventos extremos produzidas pela mudança do clima.

Fonte: Dados da Pesquisa

7.4. O PROCESSO DE MANEJO DO RISCO

Os pecuaristas manejam o risco através de um processo adaptativo constante, no qual as decisões são tomadas a partir das percepções sobre o contexto ambiental, os recursos disponíveis e as próprias preferências e atitudes a respeito do risco. Hardaker, Huirne & Anderson (1997) descreveram o processo pelo qual os agricultores tomam decisões e escolhem práticas de manejo de risco. Segundo os autores, os agricultores se informam sobre seu contexto e identificam, analisam e avaliam os riscos. Depois de avaliar os riscos, se os agricultores acham que uma ação é necessária, selecionam a opção que avaliam como a mais adequada para evitar, prevenir ou manejar o risco. Os pecuaristas podem ter uma atitude defensiva/de ajuste, ofensiva/de adaptação ou neutra/tolerante frente ao risco. No caso do entrevistado Edgardo F., da zona de Pigue, na Argentina, a atitude escolhida para enfrentar as incertezas climáticas e institucionais foi uma mistura defensiva/de ajuste e neutra/tolerante: estabeleceu uma grande flexibilidade (o que ele define como “não planejamento) e a diversificação no manejo do gado. Devido ao cancelamento das exportações de carne, medida tomada pelo governo do então presidente Nestor Kirchner para reduzir o preço desse produto no mercado interno argentino (risco institucional), Edgardo decidiu apostar pela agricultura na área antes destinada para a pecuária.

Para Edgardo F., a agricultura é uma maneira de ganhar dinheiro rápido, pois tem “ciclos mais curtos que a pecuária”. Também funciona como uma poupança, pois a lavoura permite guardar alimento para o gado durante a seca. Porém, a decisão de diminuir a área destinada à pecuária se converteu numa faca de dois gumes: o entrevistado confessou ter se desorganizado e abusado do “sobrepastoreio” (colocado uma quantidade excessiva de gado em pequenas áreas), estragando o solo:

Tenia 35 has de pastoreo anual, de sorgo, maiz, y 30 has de pastura perenne de alfalfa, pero se me perdió todo por la sequia y por el sobrepastoreo (...) La cosecha fina (trigo) fue un fracaso, siempre rinde 2000 kg y este año rindió solo 800 kg (Entrevista a Edgardo F., sua esposa e dois de seus seis filhos, donos de 100 has. e arrendatarios de 320 has. de terceiros, na sua unidade produtiva de Colonia Nueva, Puan, Buenos Aires, Argentina, 9/02/2007).

Outro casal de entrevistados, Alberto M. (65 anos) e Teresita G. (61 anos), na zona de Puan, na Argentina, tem desenvolvido uma estratégia diferente de manejo do risco climático, que poderia ser definida como ofensiva/adaptação (mudando de sistema de manejo do gado) e defensiva/ajuste (entregando o manejo da agricultura a uma filha engenheira agrônoma). Assim, passaram da engorda do gado (que demanda grandes quantidades de

pasto) à cria e deixaram as decisões produtivas vinculadas à agricultura a cargo da filha engenheira agrônoma e do esposo dela, também engenheiro:

Para mi, la gran limitante es el clima... el verano es muy seco. Para disminuir el riesgo climático y la pensosidad o sufrimiento del animal, nos volcamos a la ganaderia de cria porque depende de pasturas para engordar (Entrevista Alberto M. e su esposa, Teresita G. UP do casal, Puan, Fevereiro de 2007)

Sobre a possibilidade de contrair dívidas para incorporar tecnologia, Teresita G. responde com firmeza: “Nosotros no trabajamos con el banco. La (cooperativa) La Alianza es suficiente; si precisamos plata, sacamos en la Cooperativa, pese al alto interés”. Assim como outros entrevistados, o casal colocou a confiança (nesse caso, numa cooperativa agrícola) acima do ganho econômico representado pelos juros mais baixos do banco.

Adan R. (61 anos, pecuarista familiar de Guichon, a 15 km. de Paysandu, Uruguai), é um exemplo claro de pecuarista ofensivo em relação ao risco. Adan descreveu em detalhes sua estratégia de manejo do risco, baseada na observação direta. O pecuarista desconfia das novas tecnologias promovidas pelos técnicos de extensão rural, que ele chama de “mudanças de escritório”, afastadas da realidade do pecuarista familiar. Pare ele, as dicas dos extensionistas rurais, que “não tem que pagar pelas inovações” devem ser substituídas pela experiência direta e pelas dicas dos vizinhos pecuaristas:

Yo para convencerme de que un riesgo vale la pena preciso ver las cosas claras, concretas, preciso verlas funcionar. Yo no soy muy proclive a lo que llamo ‘cambios de escritorio’, a esa tecnologia que surge de la noche a la maniana y que no esta probada (...) Los técnicos te mandan de cabeza (N.E.: te estimulan a invertir en innovaciones) porque no pagan ellos (Entrevista a Adán R. 61 anos, sua esposa G.e seu filho A. na unidade produtiva “La Nueva Esperanza”, em Guichon, Paysand, 2 de agosto de 2006. Adan trabalha 807 has. Entre proprias e alugadas).

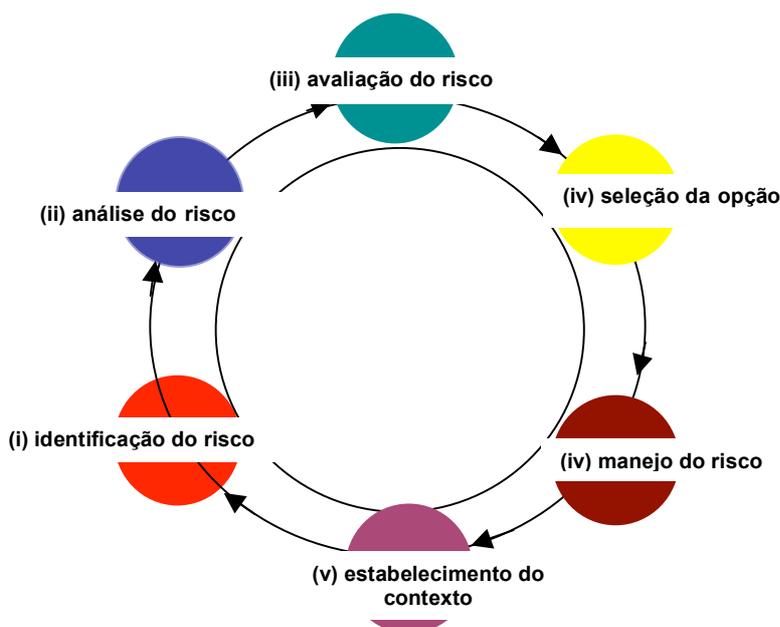
Apesar da importância aparente do risco climático na tomada de decisões dos pecuaristas entrevistados, quando foram perguntados especificamente sobre as razões de suas escolhas afirmaram que elas respondiam a: (i) situação financeira da UP (dívidas, renda acumulada, etc), (ii) preços no mercado, (iii), situação do solo e, de maneira muito importante, (iv) da disponibilidade de mão de obra (filhos, cônjuge, empregado permanente, etc). Assim, a escolha da pecuária de cria em detrimento da engorda está motivada não somente pelo baixo custo da cria, mais também pela menor necessidade de mão-de-obra. A informação climática também é considerada importante no manejo do risco, porém, a maioria dos entrevistados dos três países demonstraram que ela só é usada em decisões de

curto prazo, tais como datas de plantio e de colheita.

Devido à falta de recursos como acesso ao crédito e seguros a preços acessíveis, a maioria dos entrevistados optou por enfrentar os riscos através de mudanças no sistema de produção (mais ou menos pecuária / agricultura, segundo o tipo de solo e o clima), arrendando a terra a terceiros para garantir uma renda estável sem riscos sanitários ou climáticos, e diversificando a renda através da pluriatividade ou trabalho fora da unidade produtiva. Devido a esses riscos, os serviços de extensão rural propõem apoio técnico através de novos pacotes tecnológicos, novas lavouras com sementes fornecidas pelo estado, mecanismos de seguro, irrigação, suplementação ou confinamento animal, etc. Porém, os pecuaristas familiares observam essas inovações com desconfiança devido ao seu alto custo e pela dificuldade de implementação (burocracia, viagens à cidade, tecnicismos).

Seja qual for a atitude escolhida para enfrentar o risco, o processo de decisão do manejo das ameaças resulta continuamente monitorado e revisado. Cada decisão cria um novo cenário do qual surgirão novas avaliações, revisões e decisões num *feedback* continuado. A figura 4, adaptada de um estudo da IFAD [s.d.], representa esse processo de maneira esquemática: (i) identificação do risco, (ii) análise do risco, (iii) avaliação do risco, (iv) seleção da opção, (iv) manejo do risco, (v) estabelecimento do contexto resultante da escolha do risco.

Figura 4. Fases no ciclo de decisão do manejo do risco.



Fonte: Adaptado de IFAD [s.d]

7.5. ATITUDES COM RESPEITO AO RISCO

No processo de manejo do risco, os pecuaristas consideram e respondem a uma combinação de fatores internos e externos, tais como o acesso ao mercado e aos recursos disponíveis na UP. No processo de tomada de decisões, as percepções que os pecuaristas têm do risco são tão importantes quanto os fatores reais que afetam o risco. Em muitas oportunidades, também são importantes as percepções dos pecuaristas sobre os riscos adicionais potenciais associados com as estratégias de controle do risco disponíveis. A estratégia de manejo de risco está composta por uma parte deliberada e uma parte improvisada (MOULIN *et. al.*, 2001). Existem muitas e muito complexas tipologias sobre as estratégias para enfrentar as incertezas (LEMERY *et. al.*, 2005). Os nossos resultados coincidem, em termos gerais, com a tipologia de Levrouw *et. al.* (2007) que classificou as atitudes dos pecuaristas gaúchos em: (i) ofensiva; (ii) defensiva, e (iii) neutra, mesmo se preferimos chamar essas estratégias de (i) adaptação; (ii) ajuste, e (iii) tolerância (Tabela 33). As estratégias de manejo do risco por parte dos pecuaristas entrevistados têm sido organizadas em cada uma dessas três categorias, identificando por um lado as respostas imediatas de manejo do risco e, pelo outro, as estratégias de longo prazo (incluídas metas familiares e de bem estar). Como vemos, nem sempre o aumento da renda econômica é apresentado como prioridade, mesmo se ela existe em todos os casos. Existe um vínculo entre as trajetórias de vida relatadas pelos pecuaristas durante as entrevistas e o tipo de resposta ao risco que se mantém ao longo de toda sua história. Assim, os pecuaristas que começaram a atividade com grandes dificuldades (compra gradual da terra, arrendamentos caros, falta de capital inicial, tragédias familiares, problemas de saúde, solos pobres, crises sanitárias) tendem a ter uma atitude defensiva em relação ao risco (diversificação, diminuição de despesas, etc.). Nas trajetórias com um começo mais fácil, os pecuaristas entrevistados exibiram uma tendência clara a uma atitude frente ao risco (endividamento para melhoras técnicas, suplementação, etc.).

Nas percepções dos pecuaristas entrevistados, a decisão de tomar um risco produtivo ou financeiro não pode ser feita considerando um único motivo (*stressor*). Por exemplo, o manejo da seca deve também responder a outros vários fatores de risco simultâneos. Assim, a opção de substituir a lavoura pela pecuária para escapar da seca vem acompanhada do risco sanitário (febre aftosa, tuberculose), do roubo de gado, da capacidade da família ou dos empregados permanentes para se ajustar ao novo sistema produtivo, e das incertezas das medidas dos governos sobre o mercado da carne.

A capacidade dos pecuaristas de responder a um risco ou ameaça está determinada por

sua percepção do risco e pela importância atribuída a esse risco em comparação com outros riscos. A resposta do pecuarista frente ao risco também dependerá do leque de opções e oportunidades disponíveis no sistema sócio-econômico e ambiental no qual vive (Tabela 8). As estratégias de longo prazo descritas pelos pecuaristas entrevistados poderiam ser classificadas como estratégias de tolerância (coping) do risco, de ajuste, e de adaptação. Nos dois últimos casos, as ações dos pecuaristas têm como meta mitigar riscos e vulnerabilidades futuras.

Tabela 8. Tipos de atitudes face ao risco, respostas imediatas e estratégias de longo prazo.

Tipo de Atitude Face ao Risco	Resposta Imediata	Estratégia de Longo Prazo
Ofensiva / Adaptação	<ul style="list-style-type: none"> - Endividamento para manter o sistema produtivo e investir em tecnologias - Endividamento para financiar a migração dos filhos e a sua educação - Pluriatividade (off-farm income) com trabalho fora e dentro da UP para garantir uma entrada estável de dinheiro. 	Continuar crescendo e considerar a crise como uma oportunidade de adaptação para o fortalecimento da UP. Busca da mitigação de riscos e vulnerabilidades futuras. Aumento da renda. Mais frequente entre pecuaristas com maiores recursos (com uma maior UP, maior quantidade de gado, inserido em redes de diálogo, nível educativo médio ou alto).
Defensiva / Ajuste	<ul style="list-style-type: none"> - Poupança para continuar crescendo (por meio do incremento do Número de animais e da superfície) sem contrair dívidas - Poupança em cabeças de gado - Diminuição das despesas (o que pode levar a uma queda da qualidade de vida, como a eliminação do plano de saúde privado). 	Sobreviver, manter o sistema produtivo e o modo de vida da família reduzindo o risco e as despesas. Procura, na medida do possível, da mitigação de riscos e vulnerabilidades futuros. Trata-se da reação mais frequente entre os pecuaristas familiares que percebem o risco, mas não querem correr riscos com endividamento.
Neutra / Tolerância	<ul style="list-style-type: none"> - Nenhum endividamento e nenhuma modificação para a educação dos filhos - Nenhum endividamento e nenhuma 	Ausência de reação ou resposta ao risco, que não é percebido totalmente ou, se é percebido, não parece ser controlável. Decisão de não planejar.

Fonte: Elaboração própria, 2007 e Levrouw *et. al.* (2007).

A entrada e saída da situação de risco pode ser repentina ou gradual. Uma transição de entrada (*entry transition*) pode ser definida como a sequência de mudanças no processo de tomada de decisão, incluída a reorganização de ações, atores e recursos, que está baseada na preparação dos componentes humanos do SSE para tolerar o risco. Uma transição de saída (*exit transition*) é a sequência de mudanças no processo de tomada de decisão que acontece após a materialização do perigo, indicando o retorno dos mecanismos de

tolerância (*coping mechanisms*) e dos atores e das estruturas e processos à situação “normal” (se a perturbação não excedeu a capacidade humana de tolerância). Os atores também podem retornar a uma nova condição ou sistema transformado, o que indica que a capacidade de tolerância humana não foi suficiente (INTEGRATED RISK GOVERNANCE PROJECT, 2009).

É importante salientar que as transformações na capacidade de tolerância podem ser diferentes das transformações sofridas pelo SSE em sua totalidade (falência, perdas econômicas, êxodo de jovens para as cidades, etc.) como consequência do impacto dos eventos. As lições aprendidas após o perigo podem ser tanto negativas quanto positivas.

Positivas: quando o novo sistema ou condição foi construído de forma a evitar equívocos cometidos em ocasiões anteriores, demonstrando assim um aumento da resistência (*robustness*), uma melhora na efetividade, etc, originando uma capacidade de tolerância melhor em comparação com a capacidade anterior a perturbação.

Negativa: quando o resultado da ocorrência da perturbação leva a uma capacidade de tolerância humana enfraquecida, sendo esquecidas as lições aprendidas, o que aumenta a vulnerabilidade futura do sistema em face de riscos futuros.

7.6. A IMPORTÂNCIA DAS TRAJETÓRIAS E HISTÓRIAS DE VIDA

A análise temática das entrevistas com pecuaristas familiares gaúchos confirma que eles não somente percebem e avaliam o risco pela sua potencial eficiência imediata ou relação custo-benefício, mas também agem segundo suas trajetórias e histórias de vida, suas percepções de risco, suas estratégias de longo prazo e suas metas familiares e o contexto no qual vivem. Assim, os pecuaristas que começaram a atividade com grande dificuldade tendem a uma atitude defensiva em relação ao risco (diversificação, diminuição de despesas, ajuste, etc.). Nas trajetórias com um começo mais fácil (por exemplo, através da herança de uma grande quantidade de terra), os pecuaristas entrevistados exibiram uma tendência clara a uma atitude ofensiva frente ao risco. Eles se adaptam aos novos riscos através do endividamento para melhorias técnicas, suplementação ou alimentação artificial, etc. Essas diferenças devem ser levadas em conta pelos extensionistas rurais na hora de promover o uso de inovações tecnológicas. Sendo assim, devem atuar com responsabilidade e sensibilidade, tendo sempre em mente a vulnerabilidade dos pequenos produtores. Nem todas as lições aprendidas após um risco determinado são positivas: em muitos casos, “a saída” da situação de risco foi o êxodo dos jovens para a cidade. Em outros, o pecuarista vendeu ou arrendou a sua unidade produtiva, alimentando a

concentração da terra em mãos de grandes proprietários ou sociedades anônimas. Como afirmou um pecuarista familiar argentino ao lembrar do conselho de um técnico rural para evitar a erosão hídrica do solo: “Fracassou. Mas só eu que sofro. O técnico fez um experimento e voltou para sua casa na cidade. Eu paguei e estou pior do que antes. Nunca mais entro nessa”.

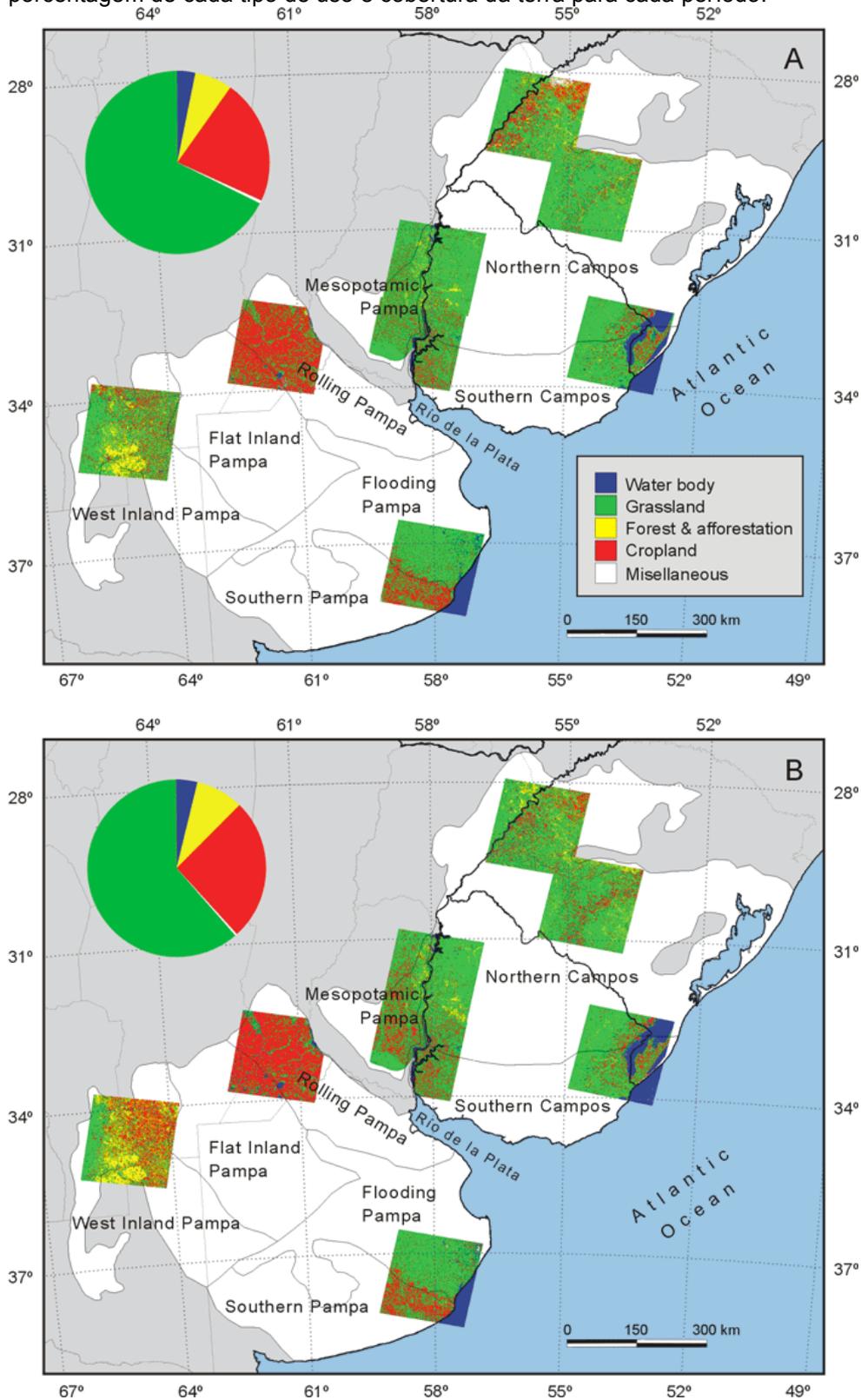
8. TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS: O IMPACTO DO AVANÇO DAS MONOCULTURAS NO BIOMA PAMPA

*Pampa
Yo sé que te desgarran
surco y callejones y el viento que te cambia.
Pampa sufrida y macha que ya estás en los cielos.*

Jorge Luis Borges, Obras Completas.
Volume 1. EMECE (1996) Pág. 60

Nas últimas décadas, o Pampa vem sendo reduzido na razão de 1 % por ano, com redução que chega a 10% por ano em algumas áreas, por causa da agriculturização dos campos nativos e pelo avanço da soja e da silvicultura. Entre 1985 e 2004, a área coberta por campos nativos (*grasslands*) diminuiu de 67.4 para 61.4% (BALDI & PARUELO, 2008; ARBELETICHE & CARBALLO, 2007).). Como demonstram os mapas 7 e 8, essa diminuição está associada com um incremento nas áreas destinadas a culturas anuais como a soja, o girassol, o trigo e o milho.

Mapas 7 e 8. Uso da terra e da cobertura do solo para (A) 1985-1989 e (B) 2002-2004. As linhas finas cor cinza indicam os limites de cada subunidade estudada. O gráfico de pizza (*pie chart*) indica a porcentagem de cada tipo de uso e cobertura da terra para cada período.



Fonte: BALDI & PARUELO, 2008.

Apesar dos importantes bens (carne, leite, lã, couro) e serviços ambientais fornecidos pelo bioma Pampa (sequestro de carbono, proteção contra a erosão do solo, e fonte de material genético para uma grande variedade de espécies animais e vegetais que constituem uma fonte de alimentação para a humanidade), o nível de proteção ambiental da região é baixo: 1,2 % na Argentina; 0,21% no Uruguai; e 2,23% no Brasil (IUCN, 2008).

8.1. IMPACTO DAS MONOCULTURAS NA BIODIVERSIDADE PAMPIANA

Durante los últimos años, hemos oído mucho acerca de los profundos cambios que se están produciendo en la flora y fauna de las regiones templadas del globo [...]. Sientos cambios se toman meramente como una evidencia del progreso material, deben ser motivo de regocijo para aquellos que están satisfechos y más que satisfechos con nuestro sistema de civilización o método de superar la naturaleza por la remoción de todos los obstáculos [...]. A aquel que encuentra placer en las cosas tal como existen en regiones vírgenes de los dominios de la naturaleza [...] le es permitido lamentarse por el aspecto alterado de la superficie terrestre [...]. Con más frecuencia tenemos noticias de Norteamérica, Nueva Zelanda y Australia en relación con esto, pero en ninguna parte del globo la civilización 'ha escrito sus extrañas deformaciones' más marcadamente que en esa enorme planicie llamada las pampas.

Esse parágrafo, que para muitos poderia encaixar-se perfeitamente na atualidade do bioma Pampa, foi em realidade extraído da introdução de *Un naturalista en el Plata* (1892), do escritor argentino William Herny (Guillermo Enrique) Hudson, que retratou de maneira única a beleza da fauna pampiana e de seus campos de pastagens naturais e sem limites (HUDSON, 1894, citado por BILENCA et al. 2008-2009). O parágrafo do livro de Hudson demonstra que a percepção acerca da transformação da paisagem pampiana e da perda de sua biodiversidade tem pelo menos 130 anos, e que já naquela época as mudanças no uso do solo apontavam para o aumento da produtividade nos agros-ecossistemas (BILENCA et al., 2008-2009).

No Pampa, as transformações do uso da terra alteram facilmente o equilíbrio dos ecossistemas, já que estes são limitados pela disponibilidade de água. Assim, predominam na vegetação espécies da família das gramíneas (capins) e ervas. As florestas, por sua vez, são pouco expressivas, pois precisam de mais chuvas. Sem a exuberância das florestas amazônicas ou da Mata Atlântica, toda a fauna e flora dos campos estão adaptadas para viver em ambientes abertos, sendo intolerantes à sombra, como acontece com as emas e as perdizes. Mas longe de serem ecossistemas pobres em espécies, os Pampas apresentam uma significativa diversidade biológica e tem uma importante contribuição no sequestro de carbono, atenuando o efeito estufa, e no controle da erosão (CHOMENKO, *Idem*).

A região é uma das áreas do planeta com maior diversidade de gramíneas (capins e afins).

Na sua paisagem predominam os campos, entremeados por capões de mata, matas ciliares e banhados. Dados preliminares (CHOMENKO, 2006) indicam que só na porção brasileira ocorrem cerca de 3000 espécies de plantas vasculares (das quais aproximadamente 400 são gramíneas), que convivem com uma rica fauna representada por cerca de 385 espécies de aves e de 90 espécies de mamíferos terrestres, dentre outros grupos. Fonte de variabilidade genética para diversas espécies, 15% das 250 espécies ameaçadas de extinção no Rio Grande do Sul habitam somente campos, sendo seis mamíferos, 25 aves, um réptil, três anfíbios e três espécies de abelhas. Estão incluídos nesta lista o veado-campeiro, o gato-palheiro e águia-cinzenta, entre outros. Também há um número significativo de espécies de plantas que são endêmicas do Pampa. No Rio Grande do Sul, destacam-se muitas espécies de cactos, de grande valor ornamental, que só existem nesse estado (BENCKE, 2006).

Essas características – relativa desvalorização da biodiversidade pela falta de exuberância, terras abundantes e relativamente baratas, onde não é preciso desmatar nem competir com a agricultura – fazem do Pampa uma das últimas grandes fronteiras para a expansão da soja e da silvicultura em escala mundial (BENCKE, 2006; CHOMENKO, 2006). Um bom exemplo dessa desvalorização são as declarações do engenheiro agrônomo argentino Guillermo Prone, que considera que a soja pode ser considerada ambientalmente amigável pelo fato de “só” avançar sobre pastagens sem árvores e dedicadas à pecuária extensiva, de baixa produtividade:

La posibilidad de aumentar la producción utilizando áreas desmontadas [desmatadas] hace tiempo y que hoy están en ganadería de baja productividad es una posibilidad cierta, que además deja a resguardo los ambientes más sensibles (LA NACION, 30/08/2009, documento online).

Prone, membro do Colégio de Engenheiros Agrônomos da Província de Santa Fé, tesoureiro da Associação da Cadeia da Soja Argentina (ACSOJA), joga um papel importante na área dos estudos da sustentabilidade ambiental da soja, pois é membro do Comitê Executivo de RTRS (Soja Responsável, na sigla em inglês). Na mesma entrevista concedida ao jornal argentino La Nacion, o especialista, que trabalha na redação de um manual de “Buenas Practicas de Manufactura”, citou como um exemplo positivo a experiência da associação APROSOJA no estado de Mato Grosso, onde, segundo ele, a intensificação da pecuária libera terras para as culturas de grãos sem avançar sobre a floresta. “De esa manera aumentaría significativamente la producción de carne y de granos, para abastecer a un mundo que cada vez necesita más”, diz Prone (*Idem*). Sobre o manual de “Buenas Practicas de Manufactura”, o especialista salientou que incluirá aspectos vinculados com a responsabilidade social e ambiental da cultura da soja, como a diminuição do uso de

combustíveis fósseis, o aumento do uso de biocombustíveis, o respeito da legislação de segurança e higiene no trabalho e educação contínua. Salientou também especial da importância do cuidado do solo e dos recursos hídricos. Novamente, porém, o entrevistado não fez nenhuma referência sobre a proteção da diversidade da flora e fauna do bioma Pampa:

El protocolo de las Mejores Prácticas Agrícolas está basado en el cuidadoso manejo del suelo para mantener e incrementar su productividad mediante labores conservacionistas, siembra directa y reposición de nutrientes, prevención de la erosión, manejo adecuado del agua, manejo integrado de plagas, uso de semillas de calidad, y la rotación de cultivos (*Idem*).

O panorama da silvicultura em grande escala não é muito diferente: companhias multinacionais do setor promovem uma corrida à região, recentemente no Rio Grande do Sul e há mais de três décadas na Argentina e no Uruguai (ARBELETICHE & CARBALLO, 2007). O avanço das plantações de eucalipto e pinos para a produção de celulose e papel para exportação em áreas de campos nativos ainda é um problema relativamente recente na metade sul do Rio Grande do Sul onde, contrariamente ao que se supõe, a pecuária de corte familiar também existe (RIBEIRO, 2009). Nesse estado, o impacto da silvicultura sobre a biodiversidade ainda é local, pois os plantios estão recém-implantados ou em fase de licenciamento e pelo estabelecimento de uma proposta de Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura no estado, elaborada pela FEPAM em conjunto com a Fundação Zoo-botânica (FZB), que tem recebido elogios do IBAMA e de pesquisadores (BENCKE, 2006; DUARTE & PALMEIRA, 2008). Na Argentina, no entanto, já foram constatados problemas sérios de salinização do solo em consequência de plantios de árvores onde antes só havia campos. As raízes das árvores atingem camadas do solo bem mais profundas do que as raízes dos capins e ervas que predominam nos campos naturais. As árvores movimentam depósitos de água e sais minerais que as ervas do campo normalmente não utilizam, trazendo esses elementos à superfície. O acúmulo na superfície pode decretar até mesmo a morte dos próprios eucaliptos, como já constatado no Pampa argentino. No Rio Grande do Sul, os solos não são tão suscetíveis a esse tipo de problema, que, entretanto, pode se manifestar em algumas regiões, especialmente onde o solo é sedimentar e profundo.

Especialistas como Bencke (2006) comparam a plantação de árvores nos campos pampianos com o corte raso em uma floresta nativa: as condições de luz, umidade, estrutura do hábitat e disponibilidade de alimento mudam tão radicalmente que são pouquíssimas as espécies que conseguem tolerar essa mudança. Além de eliminar o habitat natural das espécies campestres, a substituição dos campos por plantios florestais também

impõe barreiras à dispersão dessas espécies. Assim, campos isolados por plantios florestais podem ter sua fauna e flora empobrecidas porque as populações de animais e plantas que ali vivem perdem o contato com outras populações de suas espécies. O mesmo acontece quando uma floresta é fragmentada e isolada. A silvicultura é um impacto que se soma aos demais, piorando a situação dessas espécies.

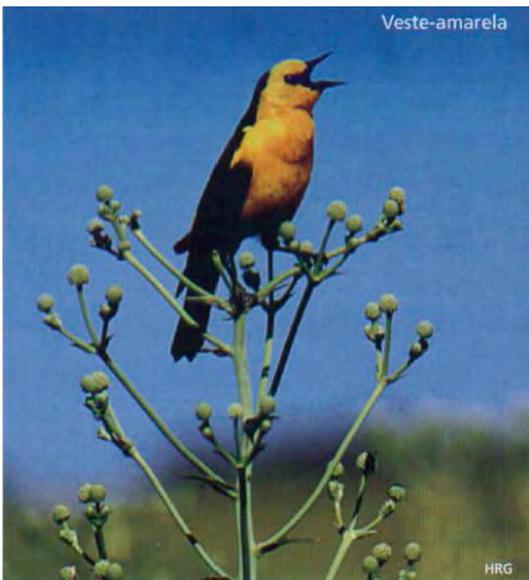
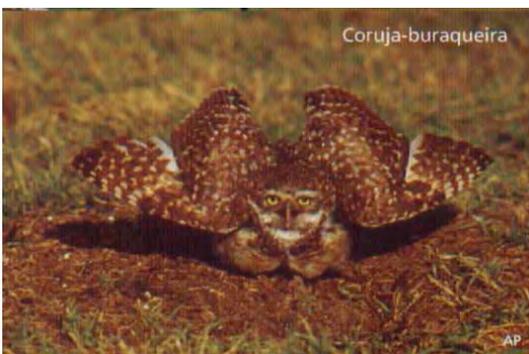


Foto 4 – Espécies indicadoras dos Pampas, sensíveis às alterações do meio ambiente e cuja presença é um sinal de um ecossistema bem preservado.

Autores: Indicados em cada fotografia.

Data: [s.d.]

Fonte: BIRDLIFE Brasil (2004).





A pecuária extensiva, que demanda poucos equipamentos – ao contrário das monoculturas – deixa poucas marcas na paisagem (DEMARIA et al., 2004). Ao mesmo tempo, os ritmos de produção são frequentemente muito sutis e demandam mais tempo para serem concretizados: um novilho demora no mínimo dois anos até poder ser comercializado. Esse vínculo de longo-prazo entre o gado e o pecuarista forma parte de uma cultura que vai além das razões produtivas: a cultura do gaúcho.

8.2. VULNERABILIDADE, RESILIÊNCIA E CONECTIVIDADE DOS SISTEMAS SÓCIO-ECOLÓGICOS GLOBAIS

As profundas mudanças no uso do solo experimentadas pelo bioma Pampa da Argentina, do Uruguai e do Brasil confirmam os impactos contraditórios da globalização numa mesma região. Por um lado, o aumento expressivo dos preços internacionais dos alimentos nessa década tem estimulado a produção agrícola, especialmente de plantio “transgênicos” ou geneticamente modificado para resistir ao uso de pesticidas. Esses produtos geneticamente modificados são cada vez mais demandados por economias emergentes como a chinesa. Mas esse mesmo *boom* de preços, do qual a soja é a principal protagonista, tem aumentado a concorrência pelo uso da terra entre monoculturas e pastagens naturais, fomentando o

desaparecimento da pecuária “tradicional”, “em pastagens naturais” ou “extensiva”. Definiremos “pastagens naturais” de maneira ampla, como as áreas destinadas ao pastoreio extensivo do gado e formadas por pastos autóctones e não totalmente formados mediante plantio. Podem, ou não, ter recebido algum tratamento ou “melhora” (fertilização, por exemplo). A carne a pasto e de baixos insumos tem sido valorizada pelos cada vez mais informados consumidores, e constitui o principal valor agregado para a carne gaúcha nos supermercados do Hemisfério Norte. Porém, a pecuária extensiva no bioma Pampa parece ter entrado num caminho sem retorno, devido a uma série de fatores nos quais a onda atual de globalização joga um papel importante: o rápido aumento da conectividade dos sistemas sócio-ecológicos globais ou “SES” (YOUNG *et al*, 2006) diminui a resiliência e aumenta a vulnerabilidade dos atores locais.

8.2.1. VULNERABILIDADE E RESILIÊNCIA

O conceito de vulnerabilidade tem suas raízes no estudo dos desastres naturais e da pobreza. A vulnerabilidade é definida de diferentes maneiras, mas inclui, em geral, os atributos de pessoas ou grupos que os fazem capazes de tolerar, ou não, o impacto de distúrbios como os desastres naturais. Nos anos 90, os pesquisadores de desastres naturais começaram a focar seu estudo na vulnerabilidade das pessoas aos impactos das mudanças ambientais, especialmente das mudanças do clima. A geografia tem fornecido a maior quantidade de estudos nessa área. Diferentemente do conceito de resiliência, que analisaremos abaixo, o estudo da vulnerabilidade inclui poucos modelos matemáticos e está mais focado na análise comparativa de estudos de caso (JANSSEN & OSTROM, 2006). Para nosso trabalho, definiremos “vulnerabilidade” como:

The propensity of social and ecological systems to suffer harm from exposure to external stresses and shocks. It involves exposure to events and stresses, sensitivity to such exposures (which may result in adverse effects and consequences), and resilience owing to adaptive capacity measures to anticipate and reduce future harm. The antonym of resilience is often denoted vulnerability. Coping capacity is important, at all stages, to alter these major dimensions (RESILIENCE ALLIANCE [s.d.]

A resiliência é um conceito muito utilizado pelos ecologistas na sua análise da ecologia da população de plantas e animais e no estudo da gestão de ecossistemas. Em 1973, Holling afirmou que:

Resilience determines the persistence of relationships within a system and is a measure of the ability of these systems to absorb changes of state variables, driving variables, and parameters, and still persist (HOLLING, 1973, s.p.).

Os ecologistas desenvolveram um acervo interessante de modelos teóricos e matemáticos. Desde o final dos anos 1980, o conceito de resiliência tem sido usado com maior frequência na análise das interações entre o ser humano e o meio ambiente, especialmente para descrever e compreender como os seres humanos afetam a resiliência dos ecossistemas. No glossário da Resilience Alliance, a resiliência é definida como:

The ability to absorb disturbances, to be changed and then to re-organise and still have the same identity (retain the same basic structure and ways of functioning). It includes the ability to learn from the disturbance. A resilient system is forgiving of external shocks. As resilience declines the magnitude of a shock from which it cannot recover gets smaller and smaller. Resilience shifts attention from purely growth and efficiency to needed recovery and flexibility. Growth and efficiency alone can often lead ecological systems, businesses and societies into fragile rigidities, exposing them to turbulent transformation. Learning, recovery and flexibility open eyes to novelty and new worlds of opportunity (RESILIENCE ALLIANCE [s.d.]).

Foram feitos muitos esforços para integrar as dimensões sociais no estudo da resiliência no contexto da globalização (FOLKE, 2006). Também, para incorporar diversos métodos científicos que permitam incluir as percepções do risco e a vulnerabilidade dos atores (ADGER, 2006; ADGER et al, 2005). Nesse trabalho, tentaremos precisamente incorporar as percepções dos atores (os pecuaristas gaúchos e a suas famílias) na análise das alterações do cenário onde desenvolvem os seus modos de vida (o bioma Pampa).

Consideramos, com HELD et al. (1999) que a conectividade própria da globalização existe tanto na esfera humana (a interdependência econômica, os fluxos comerciais, a informação, as redes de telecomunicação), quanto a esfera natural (incremento e intensificação dos vínculos globais entre os processos bióticos e abióticos na terra, os oceanos e a atmosfera). Por outro lado, as atividades humanas se intensificam, se interconectam e se estendem em escala global, de maneira muito diferente, bem como o mercado internacional, as redes de comunicação, a convergência cultural, e o crime global (HELD et al, 1999).

As atividades humanas também começam a se vincular com processos ecológicos que operam nas mesmas (ou menores) escalas. As mudanças experimentadas por essas interconexões tem implicações diferentes para a resiliência do sistema, incluídos os sistemas de produção dos pecuaristas pampianos. O aumento da conectividade leva a uma aceleração da difusão de informações, populações, e decisões, mas também de vírus, doenças e crises financeiras. Num mundo conectado, as perturbações são rapidamente transferidas entre os mercados e as sociedades, ramificando os efeitos das mudanças (GUIBERT et al., 2009). Nessa situação, as fontes de mudança nos SES globais podem surgir em locais bem distantes de seus impactos. Desse modo, os custos e os benefícios

das políticas locais aparecem difusos, e o mundo, mais incerto. Do ponto de vista institucional, novos ajustes e novos tipos de instituições podem ser necessários para lidar com as novas vulnerabilidades locais criadas por essa “causalidade distribuída” (*distributed causality*, INTEGRATED RISK GOVERNANCE PROJECT, 2009). Na Argentina, a liberalização do mercado nos anos 1990 inseriu o país no sistema globalizado e, devido a ausência de instituições ou regras de jogo apropriadas, os efeitos da “causalidade distribuída” aumentaram a vulnerabilidade dos pecuaristas familiares gaúchos.

8.2.2. UMA CONVIVÊNCIA DE DOIS SÉCULOS

Durante décadas, mesmo séculos, os pecuaristas do bioma Pampa do Uruguai, do Brasil e da Argentina combinaram agricultura com a criação de gado por meio da rotação de pastagem e grãos, tendo o sol como principal fonte de energia e os bovinos como motor central. Pastagens leguminosas como a alfafa fixam o nitrogênio no solo e convertem a luz do sol numa rica dieta para o gado, que produz uma das carnes mais cobiçadas pelo mercado: a carne do Pampa Gaúcho. Esse sistema tem convivido, com relativo sucesso, com a vulnerabilidade dos solos arenosos de muitas áreas do Pampa, como o Pampa marginal na província de Buenos Aires, o oeste do Uruguai e os Campos dos Sul do Rio Grande do Sul, precisamente as três regiões escolhidas para a nossa pesquisa. Enquanto o gado pasta, as suas fezes devolvem ao solo muitos de seus nutrientes. Depois de alguns anos de pastagem, o produtor utiliza o sistema de rotação e começa a produzir grãos, já que o solo fertilizado pelo depósito de nutrientes do período da pastagem será capaz de tolerar dois anos de agricultura.

Desde o início do século XXI (no caso do Brasil, como veremos, já nos anos 1970), essa convivência foi alterada na Argentina e no Uruguai pelo avanço das monoculturas de grãos geneticamente modificados, especialmente da soja, até atingir o pico em 2006, quando a produção mundial de soja triplicou devido aos novos preços recorde (GUIBERT et al, 2009). Nesse ano, uma tonelada de soja passou de 180-200 dólares nos anos 2000-2002 a 600 dólares. O aumento dos preços foi o resultado de um conjunto de razões, dentre as quais estão a oferta limitada devido ao aumento do consumo de farinha de soja para a alimentação animal em países de rápido crescimento econômico, como a China, e de óleo de soja para a fabricação de bicompostíveis. Do ponto de vista financeiro, a soja, do mesmo modo que muitos outros produtos básicos, se transformou numa alternativa de investimento para o mercado financeiro internacional. Além de sua alta rentabilidade, as plantações de soja se expandiram em nível internacional devido ao uso de novas tecnologias associadas

ao plantio direto e ao uso de grãos geneticamente modificados, e também pela facilidade e flexibilidade de sua comercialização, já que pode ser vendida com antecipação ou armazenada, de acordo com a cotação no mercado internacional.

O *boom* da soja transgênica e de outros grãos geneticamente modificados para resistir a pragas e pesticidas não deve ser enxergado como um fenômeno exclusivo do Mercosul: a superfície mundial dos cultivos transgênicos aumentou 9,4% em 2008, até alcançar 125 milhões de hectares, segundo um relatório do Serviço Internacional para a Aquisição de Aplicações Agro-biotecnológicas ou ISAAA, em sua sigla em inglês (ISAAA, 2008). Segundo o mesmo relatório dessa ONG financiada pelas corporações de biotecnologia, como Monsanto, Bayer, Syngenta e Du Pont, o número de agricultores que plantaram sementes transgênicas cresceu 1,3 milhões em 2008, com 10,7 milhões de novos hectares cultivados. O relatório não discrimina entre os tipos de grãos geneticamente modificados (soja, milho, algodão, etc.) nem entre os tipos de agricultores (grandes, familiares, etc.).

Dos 25 países que já estão plantando sementes geneticamente modificadas, 15 são países em desenvolvimento. Os países que tem utilizado maior quantidade de hectares para a produção de transgênicos são os Estados Unidos, com 62,5 milhões de hectares; a Argentina (21 milhões de hectares); o Brasil (15,8 milhões de hectares); a Índia (7,6 milhões de hectares); o Canadá (7,6 milhões de hectares); a China (3,8 milhões de hectares); o Paraguai (2,7 milhões de hectares), a África do Sul (1,8 milhões de hectares), e o Uruguai, com 700.000 hectares (*Idem*). Na Europa, a Espanha, com 100.000 hectares em 2008, é o líder no uso de plantios transgênicos. A França e a Alemanha tem rejeitado o uso de sementes de milho Monsanto's MON 810, permitido pela UE, por considerá-las potencialmente danosas para a saúde humana e o meio ambiente (GMFreeze, 2009).

Os pecuaristas tradicionais olham com desconfiança para o avanço da soja, que poderia salvá-los economicamente, mas que não representa, para muitos, o seu modo de enxergar a atividade como um modo de vida e de convívio com a natureza. Nossa pesquisa confirma essa contradição, do mesmo modo que a caracterização da bovinocultura gaúcha realizada por Andrade Miguel et al. [s.d.] no Rio Grande do Sul. Esse estudo concluiu que

Quando indagados sobre suas motivações para se dedicarem às atividades de criação de bovinos, 26,5% responderam que a praticam por tradição, 25,4% por satisfação e 14,4% por considerarem ser esta uma atividade segura. Apenas 8,7% afirmaram que a motivação principal era a obtenção de lucro" (ANDRADE MIGUEL et al [s.d.], p.7).

Como resultado dessas transformações, os pecuaristas familiares gaúchos tem ingressado num processo de exclusão social e econômica em um território que foi deles durante séculos. Para Bursztyn (2007), uma das heranças mais desconcertantes deixadas pelo

século XX para o novo milênio é a emergência de uma nova situação no contexto social: a *exclusão*. Segundo o autor, não se trata das velhas formas, conhecidas, de pobreza ou de miséria. Na opinião de Bursztyn, o que está ocorrendo agora é algo “bem mais radical”, na medida em que é, ao mesmo tempo, um fenômeno universal (antagoniza nações e grupos dentro de uma mesma sociedade) e resultante não de contextos adversos, mas sim da própria natureza do *progresso*.

O autor diferencia entre “marginalidade” e “processos de exclusão”: uma pessoa em situação de marginalidade tem alguma vinculação econômica com o mundo ao seu redor, embora não desfrute das compensações sociais e materiais de tal situação. Já os excluídos, segundo Bursztyn, não têm mais qualquer elo de ligação com o mundo do trabalho:

(...) a evolução das técnicas de produção gerou condições em que mesmo com ciclos econômicos de crescimento, o nível geral de emprego se reduz. Cada vez mais pessoas vão ficando de fora do processo, não mais de forma conjuntural, mas sim estruturalmente. Na medida em que tal tendência se agrava, rompem-se laços de solidariedade orgânica. Nações inteiras e grupos internamente a sociedades se tornam *desnecessários* (Bursztyn, 2007, [s.p.]

Nesse capítulo, analisaremos a vulnerabilidade dos pecuaristas familiares gaúchos em decorrência da agriculturização do Pampa. Essa vulnerabilidade tem originado um processo de exclusão econômica - e conseqüentemente, social, pois a perda da atividade causa a perda dos modos de vida e da identidade dos atores envolvidos – dos pecuaristas e suas famílias. Faremos a análise através de três exemplos que são, em realidade, comuns aos três países analisados: o crescimento do *feedlot* ou alimentação do gado em confinamento na Argentina; a concentração da terra e êxodo rural no Uruguai, e as mudanças na pecuária de corte no Rio Grande do Sul originadas pelo avanço da soja.

Não debateremos em detalhe os efeitos do avanço da soja sobre o meio ambiente, um tema que excede os objetivos desse trabalho e que ainda é matéria de profundos debates (LITRE et al, 2008). Em troca, apresentaremos as percepções dos próprios produtores sobre essas transformações.

Finalmente, exploraremos o perfil dos “novos produtores”, aqueles que tem demonstrado ser resilientes, ou que até tem aproveitado os choques da globalização. A categoria dos “novos produtores” não só inclui fundos de investimento, empresas e profissionais liberais sem contato prévio com o campo: também pertencem a ela aqueles antigos pecuaristas extensivos que não só tem conseguido permanecer na atividade, mas também crescer através de novas estratégias produtivas.

8.3. OS VULNERÁVEIS

A “sojização” do bioma Pampa nasceu certamente atrelada aos preços internacionais das *commodities*, mas também devido às próprias dificuldades da pecuária extensiva para se adaptar ao contexto competitivo e de altos preços da terra. A intensificação da produção de carne através da suplementação a grão ou em confinamento em pequenos currais, no sistema de *feedlot*, tem sido enxergada como a única saída pelo governo e pelos pecuaristas com maior capacidade de inovação tecnológica.

Na Argentina, a concorrência entre a pecuária e a soja geneticamente modificada pelo uso da terra começou no início dos anos 1990, com a liberalização da economia estabelecida pelo então presidente Carlos Menem. Com a dolarização da economia, as exportações de carne perderam competitividade, e ao abrir o país ao mercado internacional, foi permitida a introdução de soja geneticamente modificada, que é mais barata e mais fácil de cultivar que outras culturas. Na véspera das eleições de 2005, o então presidente Nestor Kirchner instaurou o controle dos preços da carne, limitando o peso dos animais comercializados para serem abatidos no Mercado Central de Liniers. Na Argentina, onde o consumo médio anual de carne é de 62 quilos por habitante, e onde o “asado” gaúcho é uma instituição social, o preço da carne é um forte indicador da inflação. Para tentar diminuir os índices de inflação, Kirchner proibiu as exportações da carne (favorecendo principalmente o Uruguai, que substituiu a Argentina em vários mercados internacionais) e estabeleceu cotas de exportação. Na primavera de 2008, o governo da presidente Cristina Fernandez de Kirchner, continuando com as políticas de seu antecessor, tentou elevar ainda mais o nível das “retenções” ou taxas para as exportações de grãos e soja, que já chegavam a 35%. A medida, que segundo o governo argentino visava gerar fundos para os setores pobres do país, causou uma longa série de greves no setor rural argentino, o principal exportador do país. O conflito conseguiu unir setores historicamente divididos, como os grandes fazendeiros exportadores, representados pela Sociedade Rural Argentina, e os pequenos produtores da Federação Rural Argentina e da Confederação Rural Argentina. Juntos, bloquearam estradas e deixaram de comercializar os seus produtos, o que causou desabastecimento nas cidades. O Senado vetou a medida, mas o diálogo entre o governo argentino e o setor rural já estava deteriorado. Cristina Fernandez de Kirchner chamou os produtores de “oligarcas” e provocou um distanciamento entre as áreas rurais e urbanas, onde o “campo” é frequentemente visto como uma unidade abstrata de ricos produtores e não em sua heterogeneidade real (fazendeiros, pequenos produtores, produtores familiares, de subsistência, etc.).

Os controles governamentais sobre o preço da carne levaram muitos produtores a tentar

sorte com a soja, cujos preços internacionais tinham se elevado muito. Mas o incremento das retenções sobre as exportações de grão e oleaginosas, junto com a crise da pecuária, colocaram os produtores de todos os tamanhos, incluídos os familiares, entre a cruz e a espada. Isso, somado a uma nova seca em 2009, que matou o gado e destruiu culturas. O governo não quis reconhecer tal situação como “desastre agropecuário”. Devido a essa realidade, o mapa dos atores do território pampiano se modificou: surgiram maiores unidades produtivas, que concentram as terras que antes pertenciam a pecuaristas extensivos de tamanho pequeno ou médio. As novas granjas “industriais” dependem mais do que nunca da importação de pesticidas. Ao mesmo tempo, a qualidade da carne deixa de ser uma prioridade, perdendo espaço para uma produção barata. A tendência será difícil de reverter, pois a criação de uma unidade produtiva para a pecuária é cara. Uma vez que o pecuarista abre mão de seu gado, torna-se difícil recuperá-lo. Em consequência, os produtores argentinos tem perdido diversificação e dependem muito mais da volatilidade dos preços da soja e de outros grãos. O novo modelo de produção pampiano está baseado nos altos preços dos últimos anos, e quando eles caírem, os produtores já não terão o “banco em casa”, como eles chamam muitas vezes o gado, sinônimo, para muitos, de liquidez.

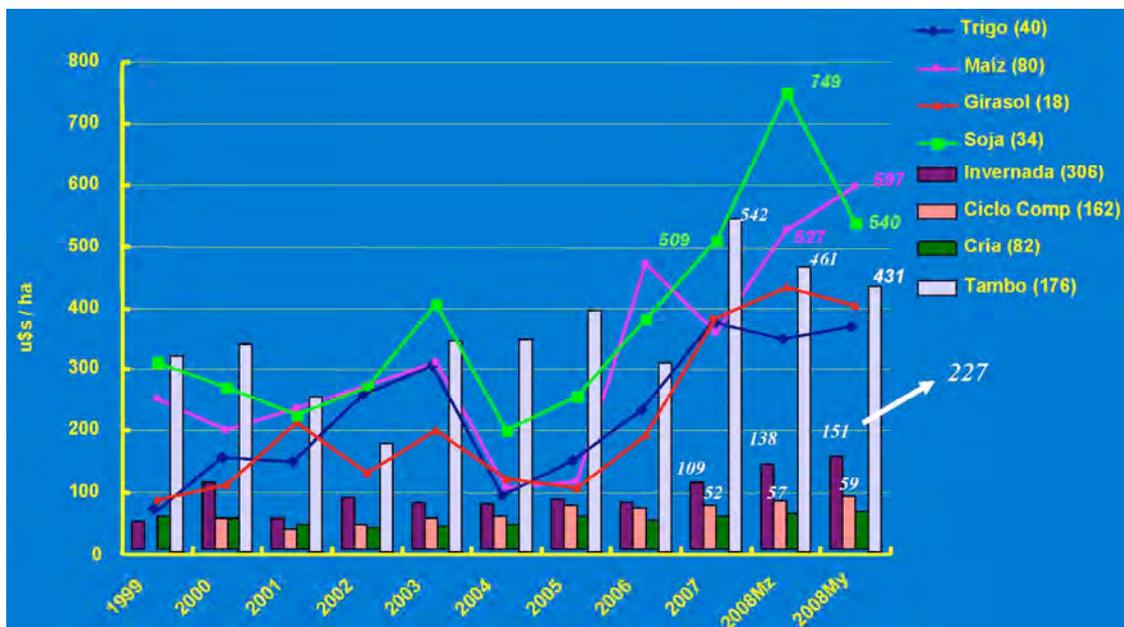
8.3.1. A AGRICULTURIZAÇÃO DO PAMPA BONAERENSE

A província de Buenos Aires é o coração do Pampa gaúcho na Argentina. E também foi o local escolhido para a realização de nossas entrevistas nesse país. A conversão de terras para a agricultura tem ocorrido inclusive no interior dos limites pré-existentes da fronteira agropecuária. A província de Buenos Aires possui agroecossistemas fortemente alterados pela ação humana e amplas áreas onde a agricultura vem sendo praticada há mais de um século. Entre os anos 1988-2002, a superfície destinada às culturas anuais na província de Buenos Aires somou mais de 1.200.000 novos hectares (o equivalente a sessenta vezes a superfície da província de Buenos Aires), elevando a superfície coberta por lavouras anuais na província de Buenos Aires de 20% a quase o 26%.

A mesma tendência foi verificada na totalidade da Argentina, com um significativo aumento do valor da terra. A quantidade de terra utilizada para a criação de gado vacinado na Argentina foi reduzida por causa da maior rentabilidade da agricultura, especialmente da soja. Essas tendências são evidenciadas pelos gráficos 2, 3, e 4. No gráfico 3 observa-se também o dramático incremento na superfície utilizada para plantação de oleaginosas. A soja foi o principal responsável por este aumento, que no período citado passou de 5,8 a 16,1 milhões de hectares. Esta tendência pode ser acentuada nos próximos anos pelo protagonismo que o milho vem adquirindo, em nível mundial, como matéria-prima para a

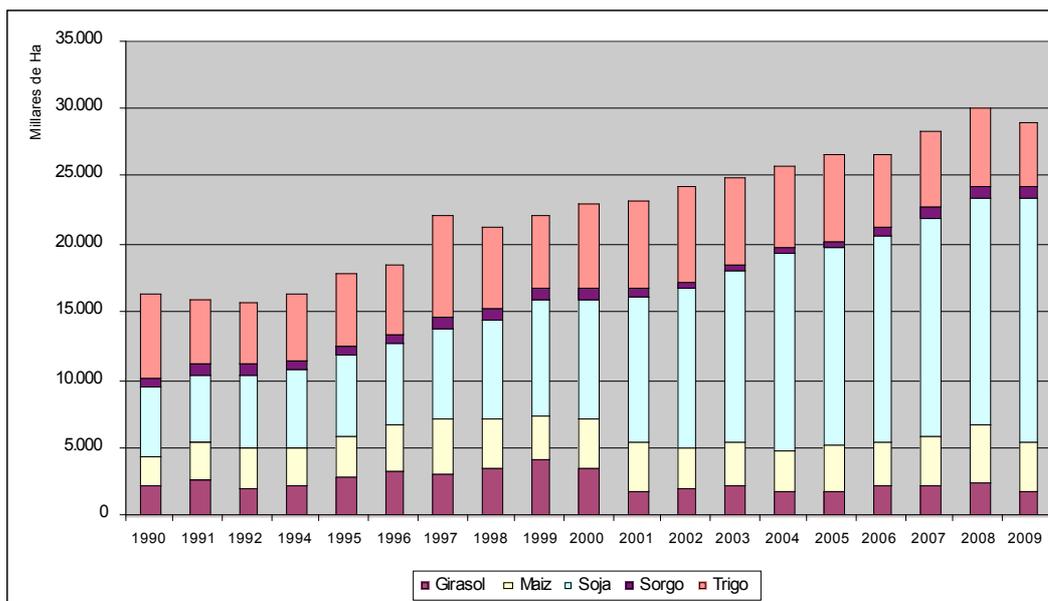
produção de biocombustíveis. O surgimento no mercado dos milhos RR amplia as possibilidades de cultivo em zonas não tradicionais para este cultivo.

Gráfico 2. Ingresso bruto agropecuário, por atividade, em dólares e por ano.



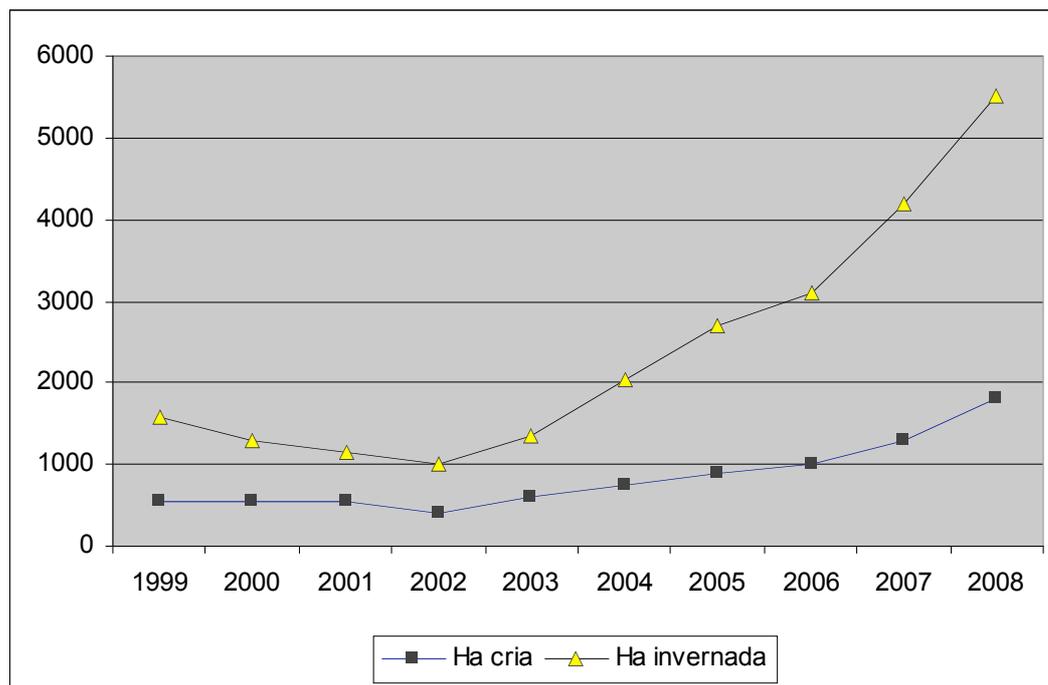
Fonte: REARTE, 2008.

Gráfico 3. Evolução da superfície agrícola na Argentina, em milhares de hectares



Fonte: SAGyPA, 2009

Gráfico 4. Evolução do valor da terra na Argentina, por hectare dedicado a criação e a invernada



Fonte: REARTE, 2008

8.3.1.2. O DESPARECIMENTO DO PRODUTOR FAMILIAR

Na entrevista com Ricardo I., de 46 anos, casado com uma professora e pai de 4 filhos, foi relatada sua experiência com o avanço da soja na sua unidade produtiva de 550 hectares. Ricardo I. e seu pai, que também mora na unidade produtiva, possuem 330 vacas de cria distribuídas no próprio campo e em 450 hectares arrendados de vizinhos na zona de Bordenave, Distrito Puan, na província de Buenos Aires:

Este año [2007] (...) la presión de la soja nos ha apretado en estas zonas semiáridas y marginales... la soja va desplazando a la hacienda y a los cereales. La tierra buena para la soja no es acá, es la pampa más húmeda, pero hay gente de allá [N.E.: do Pampa húmedo] que viene a comprar campo acá para lavar dinero o para invertir la plata que salvaron del 'corralito' [N.E.: medida del ex ministro de Economía del gobierno de Fernando de la Rúa, que secuestró los ahorros de los clientes bancarios para evitar el drenaje financiero durante la crisis de 2001-2002]. Esa gente [os inversores de *pools de siembra*] vino acá engañada, como un hombre de Capilla del Señor [N.E.: localidad cercana a la Capital Federal, en la provincia de Buenos Aires] que compro campo acá pensando que era bueno para la soja. Resultado: con la llegada de la soja, el alquiler del campo, que hace poco estaba a 2 o 2 ½ fanegas de trigo por ha se fue a 4,5 fanegas de trigo por ha. y de 30 kg de animal por ha a 40-45 has de novillo por ha. Eso no es rentable: el valor de la tierra pasó, en 5 o 10 años, de 750 dólares/ha a 1200 dólares/ha (Entrevista a Ricardo I., 12/02/2007).

Como demonstrou o censo estatístico do ano 2002, citado por Obschatko et al (2006) a

concentração da terra se intensificou, com muitos pequenos e médios produtores vendendo suas terras para pagar as dívidas contraídas em dólares. A Tabela 9 compara os resultados dos censos nacionais de 1988 e 2002 na área de unidades produtivas. A Tabela 9 também apresenta a superfície total cultivada em ambos censos, organizados por regiões. Os dados demonstram que a concentração da terra é mais notável na região pampiana e na Patagônia argentina porque as suas produções estão vinculadas em maior parte com as oscilações dos mercados internacionais e com os impactos da globalização (maiores exigências sanitárias nos países compradores da UE e os EE.UU, consumidores conscientes do Hemisfério Norte, etc.).

Segundo os mesmos autores, em 2002 foram estudadas 333.477 unidades produtivas na Argentina. Isso significa cerca de 85.000 unidades produtivas a menos (20%) do que em 1988. Essa diminuição é comum a todas as regiões do país, com exceção de Puna e do Chaco Seco.

Como já foi indicado, as diminuições mais importantes foram registradas nas regiões Pampiana, Agricultura Subtropical do Noroeste Argentino (NOA) e Chaco Humedo. A superfície total das unidades produtivas também diminuiu entre 1988 e 2002, com 175 milhões de hectares em 2002, o que significa cerca de 2,6 milhões a menos (1,5%) do que em 1988. Por regiões, destacam-se as reduções de superfície em: Pampiana (cerca de 2,5 milhões de hectares, que significam 5% do total da região), Agricultura Subtropical do NOA (2 milhões de hectares, 31% do total regional) e Valles do NOA (um milhão e meio de hectares, correspondente a 34% do total).

Em troca, demonstraram uma tendência inversa os *Oasis Cuyanos* (aumento de cerca de 800.000 hectares, 14% do total) e *Valles Patagónicos* (280.000 hectares a mais, 8,5%). O último Censo Nacional Argentino foi realizado em 2002, tendo como base o da década anterior. Isso significa que o *boom* da soja ainda não tinha alcançado o seu recorde, em 2006.

Cabe estimar, então, que a redução de unidades produtivas familiares tem se acelerado de maneira dramática nos últimos 5 anos, como confirmam, segundo a suas próprias experiências, os pecuaristas familiares entrevistados para esse trabalho.

Tabela 9: Total de unidades produtivas (*Explotaciones Agropecuarias* ou EAP, em espanhol) nos Censos Nacionais Agropecuários (CNA) 2002 e 1988 na Argentina, por regiões e no total do país.

REGIONES	Total EAP				Total superficie EAP (en millones de ha)				Superficie Media	
	CNA 2002	CNA 1988	Dif. Intercensal		CNA 2002	CNA 1988	Dif. Intercensal		(ha/EAP)	
			Número	%			Hectaréas	%	CNA 2002	CNA 1988
1. Puna	5,2	4,5	0,7	16,2	0,5	0,9	-0,4	-43,0	95	193
2. Valles del NOA	24,1	26,0	-1,9	-7,2	3,0	4,6	-1,6	-34,1	126	177
3. Agric. Subtr. NOA	17,6	23,6	-6,0	-25,3	4,7	6,8	-2,1	-31,4	267	290
4. Chaco Seco	7,4	6,1	1,3	20,7	3,2	1,5	1,7	115,1	433	243
5. Monte Árido	34,8	40,0	-5,3	-13,1	25,1	24,9	0,1	0,6	721	623
6. Chaco Húmedo	33,3	42,7	-9,4	-22,0	17,4	16,9	0,5	2,9	522	396
7. Mesopotamia	52,9	62,7	-9,8	-15,7	11,8	12,2	-0,5	-3,8	222	195
8. Patagonia	13,2	15,2	-2,0	-13,2	53,5	52,5	1,0	1,9	4059	3458
9. Pampeana	103,7	148,5	-44,8	-30,2	45,8	48,2	-2,4	-5,1	441	325
10. Oasis Cuyanos	36,7	43,5	-6,8	-15,7	6,3	5,5	0,8	14,1	170	126
11. Valles Patagónicos	4,7	6,1	-1,4	-23,7	3,6	3,3	0,3	8,5	773	543
TOTAL	333,5	418,8	-85,4	-20,4	174,8	177,4	-2,6	-1,5	524	424

Fonte: Obschatko et al. 2006, sobre a base de informações do IICA e do INDEC.

Os pecuaristas familiares entrevistados para esse trabalho são cientes do êxodo de seus vizinhos e das mudanças no uso da terra:

Aca... lamentablemente el chacarero chico va a desaparecer... En la Argentina el chacarero de 200, 300, 400 has ya no puede cultivar su tierra, le conviene alquilar el campo a terceros y vivir de rentas. Y en la zona nuestra, que se puede tener ganadería pero además explotación cerealera e oleaginosa, los campos van a pasar a manos de quien tenga equipamientos, de quien tenga herramientas, de quien tenga más capacidad de capital para producir. (Entrevista a Jorge C., Pigüé, 65 anos, casado, 4 filhos. Pigue, partido de Saavedra, Buenos Aires, Argentina. 14/07/2006, Foto 5).

Foto 5: C.A.L. cuida do gado no acostamento da estrada provincial 67, caminho a Pigue. No inverno, as 196 hectares. não alcançam para a sobrevivência de 170 animais. Mas a policia proíbe essa pratica, por ser considerada perigosa para o transito.



Fonte: Analia Litre (2006).

8.3.1.3. A CONCORRÊNCIA PELO USO DA TERRA: ANIMAIS EM CURRAIS

Nesse contexto de concorrência pelo uso da terra, o gado que permanece no Pampa está sendo rapidamente removido dos campos de pastagem para ser alimentado a grão e em confinamento por meio do sistema de *feedlot*. Atualmente, três de cada 10 bois são alimentados no sistema de *feedlot* (Gráfico 5). O *feedlot* (Foto 6) era uma prática desconhecida na Argentina até há pouco tempo, e que vem sendo alentada através de subsídios que significam até 50% da rentabilidade desse novo sistema de produção. “*Con la sequia, mis vacas se me mueren de hambre porque no les puedo comprar fardos para reemplazar al pasto, mientras que a los (productores) grandes, que no necesitan ayuda, el gobierno les paga para que crien a las vacas como chanchos en feedlots*”, reclamou um dos

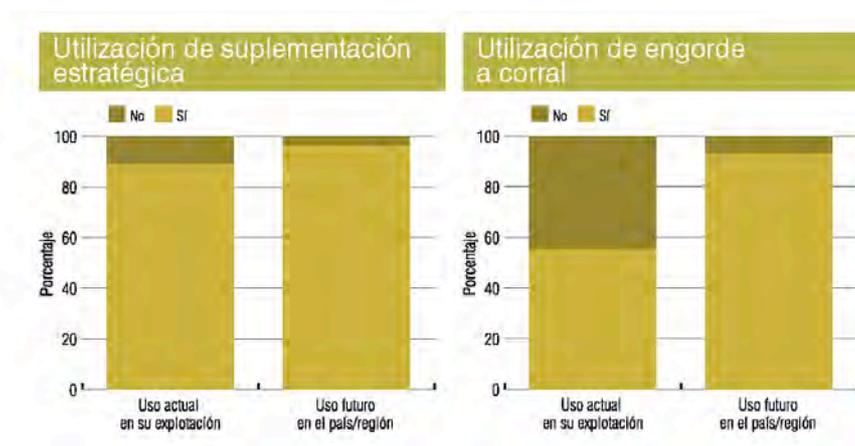
pecuaristas familiares entrevistados na zona de Pigue, no Pampa marginal da província de Buenos Aires.

Foto 6: Animais alimentados no sistema de *feedlot* na Argentina.



Fonte: Ganaderia y Compromiso, 2009.

Gráfico 5. Transformação estimada do sistema de alimentação do gado de corte na Argentina, de pastagem com suplementação estratégica a engorde por confinamento no curral (*feedlot*).



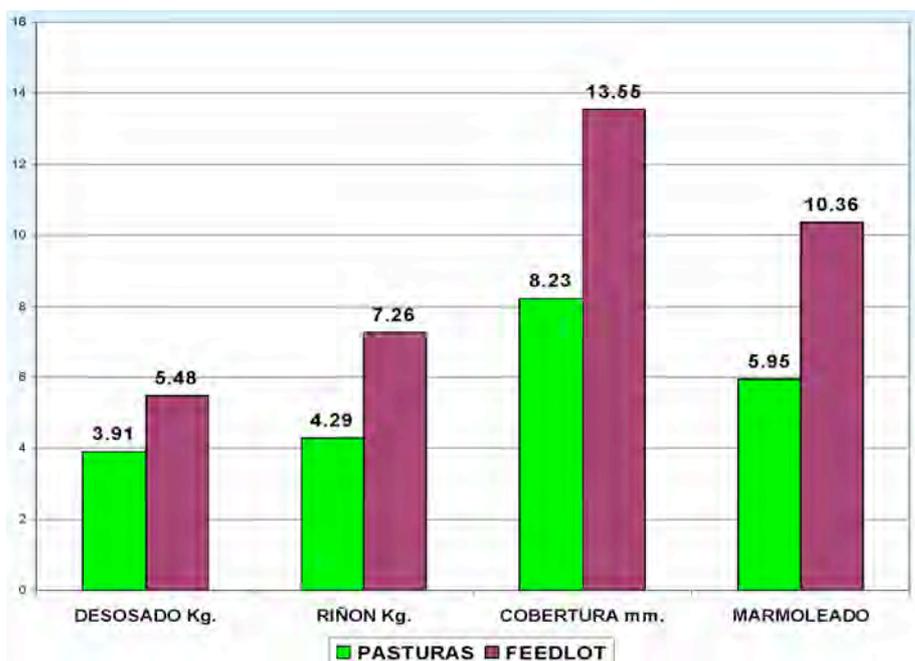
Fonte: AACREA, 2009.

No caso argentino, os incentivos do governo visam a intensificação da produção de carne e a eliminação da pecuária extensiva no bioma Pampa para dar lugar à monocultura da soja, considerada mais rentável. Nesse país, a realocização do gado tem aumentado em 15% a carga animal média nas zonas de engorda. A agricultura tem ocupado 6,6 milhões de hectares (quase 40 milhões de toneladas de pastagem a menos), levando a realocização de cerca de 8.600.000 novilhos. A manutenção relativa dos níveis de produtividade somente

pode ser explicada pelo importante aumento da produtividade, primeiro através da suplementação animal com grãos e depois com o *feedlot* (COMPROMISO GANADERO, 2009).

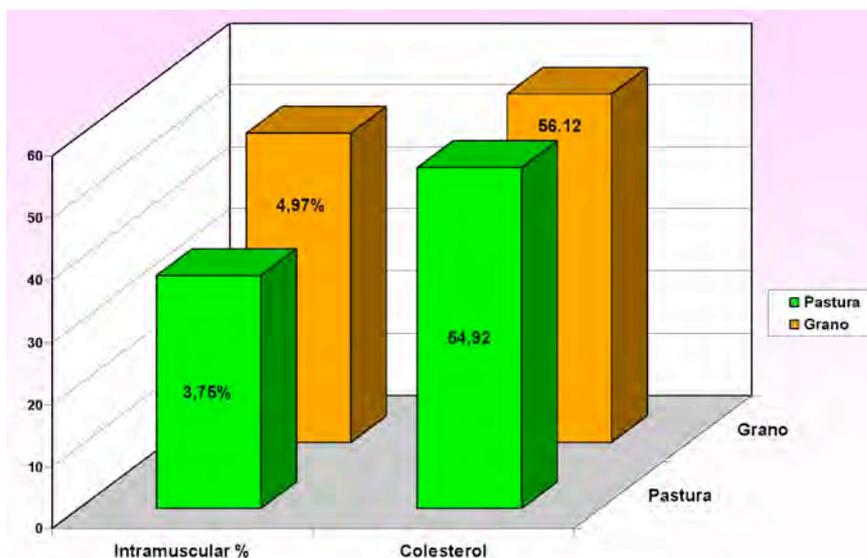
O incremento do uso do *feedlot*, por enquanto só adotado por produtores de tamanho médio e grande que podem enfrentar os altos custos de instalação e manutenção dessa modalidade de alimentação, dificulta as pretensões dos pecuaristas gaúchos de manter a imagem de qualidade da “carne criada a pasto” que tanto sucesso tem tido entre os consumidores “conscientes” da União Europeia e dos Estados Unidos (CHAMPREDONDE, 2008, BIAFARETTI [s.d.]). Além da queda no nível de bem estar animal, que passa de pastar livremente a engordar em pouco tempo pela falta de movimento em áreas confinadas, vários estudos tem demonstrado que a carne de novilhos alimentados com *feedlot* termina tendo um maior nível de gordura e colesterol (Gráficos 6 e 7).

Gráfico 6. Conteúdo de gordura em novilhos alimentados com pasto e através do sistema de *feedlot*.



Fonte: INAC et al., 1994.

Gráfico 7. Porcentagem de gordura e miligramas de colesterol cada 100 gramas de carne no corte *entrecot* de novilhos.



Fonte: INAC et al.. 1994.

Para superar os novos desafios da intensificação, os produtores dependem cada vez mais de insumos (geralmente importados) como fertilizantes e pesticidas. Diversas fontes estimaram que a Argentina produziria 51 milhões de toneladas de soja na colheita de 2009, o que duplica os valores de 1999. Por outro lado, a produção de carne tem declinado, o que poderia levar esse país, histórico exportador de carnes de primeira qualidade, a ter que importar carne de seus vizinhos Brasil e Uruguai a partir de 2010-2011. Como afirmou um dos pecuaristas entrevistados para este trabalho:

De a poquito [las multinacionales] nos van comiendo la tierra. Una hectárea hoy, otra mañana, esas sociedades anónimas nos están dejando sin tierra para las vacas. Y ponen ese veneno, glifosato, que envenena el agua de los bichitos [N.E.: animales salvajes] mata perdices, chorlitos, mata las plantas nativas, no deja nada: sólo la soja. (Entrevista com N. C, 68 anos, Argentina).

8.3.2. FAZENDO AS MALAS: A CONCENTRAÇÃO DA TERRA E O ÊXODO RURAL FACE AO BOOM DA SOJA NO URUGUAI

Em 2000, a soja era uma lavoura quase inexistente no Uruguai. Menos de 10 anos mais tarde, ela constitui o principal plantio nesse país de 175.016 km² de superfície, com 500.000 hectares plantados entre 2007-2008. Para estimar o impacto da concorrência pelo uso da

terra no Uruguai, vale lembrar que o Estado do Rio Grande do Sul tem 281.748 km² de superfície e que a província de Buenos Aires, na Argentina, tem uma extensão total de 307.571 km².

Após vários anos de crescimento continuado, a produção de soja foi triplicada em nível mundial em 2006, devido aos novos preços recorde: uma tonelada passou de valer 180-200 dólares nos anos 2000-2002 a 600 dólares no ano 2006. O aumento dos preços foi o resultado de um conjunto de razões, como a oferta limitada devido ao aumento do consumo de farinha de soja para a alimentação animal em países de rápido crescimento econômico, como a China, e de azeite de soja para a fabricação de biocombustíveis. Do ponto de vista financeiro, a soja, do mesmo modo que muitos outros produtos básicos, se transformou numa alternativa de investimento para o mercado financeiro internacional. Além de sua alta rentabilidade, as plantações de soja se expandiram em nível internacional devido ao uso de novas tecnologias associadas ao plantio direto e ao uso de grãos geneticamente modificados, bem como a flexibilidade para a sua comercialização, já que pode ser vendida com antecipação ou armazenada, de acordo com a cotação do produto.

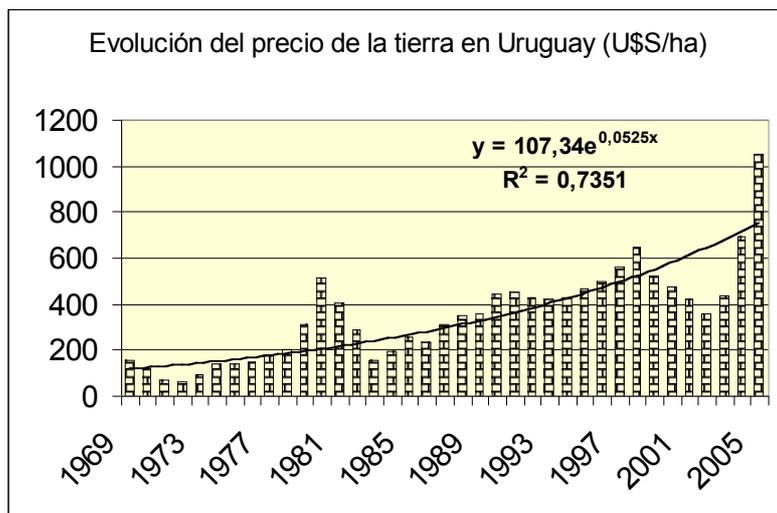
Outros fatores que contribuíram a expansão do cultivo da soja foi o que no Uruguai se chama ironicamente de “fator K”, em alusão ao ex-presidente da Argentina Nestor Kirchner, que estabeleceu taxas impositivas ou “retenções” de 35% às exportações de grãos, ainda vigentes em 2009. Muitos produtores argentinos, especialmente os grandes, arrendaram terras no Uruguai, onde as retenções não existem. O Uruguai não considerou como positiva a chegada “de los argentinos”, como são chamados os investidores oriundos do outro lado do Rio da Prata, pois a renda gerada pela soja não permanece no Uruguai. Ademais, e ao contrário do que acontece na Argentina e no Uruguai, a soja também não tem impactado de maneira positiva no setor industrial nacional: o Uruguai importa a maior parte dos insumos utilizados (especialmente maquinarias e fertilizantes) e não gera uma atividade agroindustrial importante pois a maior parte da soja produzida é exportada para a China. Segundo estimativas dos extensionistas rurais consultados durante o nosso trabalho de campo no litoral oeste e no centro do Uruguai, o nível de emprego gerado pela soja é muito mais baixo que em outras atividades produtivas: para o cultivo de 1000 hectares de soja é necessária uma média de dois empregados permanentes por ano, enquanto que a produção de leite requer uma média de 20 empregados permanentes por ano.

8.3.2.1. O ARRENDAMENTO DE TERRAS, O PRIMEIRO PASO DO ÊXODO

90% da produção de soja no Uruguai se faz sobre terras arrendadas. As empresas de

produção de soja pagam preços muito altos pela terra, ao ponto de o valor da soja ser o ponto de partida para as negociações de arrendamento da terra agrícola nesse país. Da mesma maneira que na Argentina e no Brasil, o aumento do preço da terra tem provocado a realocação ou desaparecimento de outras áreas produtivas, como a pecuária e a produção de leite, uma vez que os produtores não conseguem pagar os novos preços de arrendamento. (Gráfico 8).

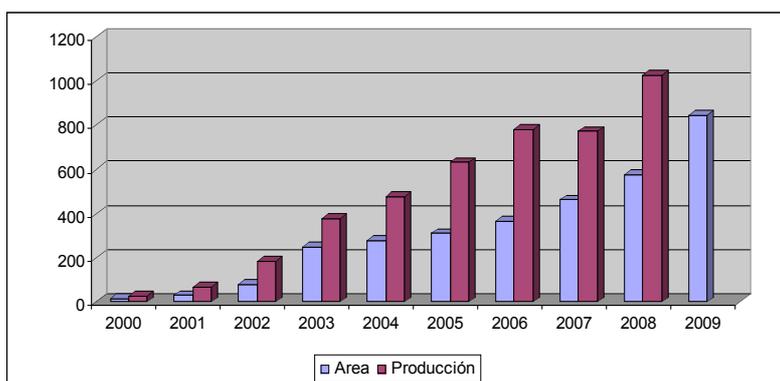
Gráfico 8. Evolução do preço da terra no Uruguai (dólares/hectare)



Fonte: Arbeletche & Carballo, 2006

As cifras oficiais apresentadas por Arbeletche, Litre & Morales (2010) demonstram que a área plantada de soja no Uruguai se multiplicou por 71 em somente 10 anos (entre 2000 e 2009), mesmo em um período de várias secas. Em 2008, as exportações atingiram um nível recorde de 811.000 toneladas, o que implica um crescimento de 70% com relação a 2005 e uma produção 38 vezes superior a 2001, quando a soja voltou a ser exportada no Uruguai.

Gráfico 7. Evolução da área plantada de soja no Uruguai entre 2000 e 2009



Fonte: Arbeletche, Litre & Morales, 2010. Elaborado em base a MGAP-DIEA

As conseqüências na agricultura familiar uruguaia são claras: como indica a Tabela 10, entre 2000 e 2009, 39% dos produtores agrícolas familiares do Uruguai, envelhecidos e incapazes de transferir as unidades produtivas a seus filhos ou netos, abandonaram a atividade.

Tabela 10. Evolução do Número de produtores uruguaios, por sistema de produção (2000-2009)

	Participação área agrícola %		N° de produtores	
	2000	2009	2000	2009
Velhos ou tradicionais				
Familiar	15	6	969	380
Medianeros	30	9	305	151
Empresas medias	23	9	633	244
Grandes (agricultura e pecuaria)	32	19	118	92
Novos				
Gerenciadores	-	35		12
Grandes (agricultura e pecuaria)	-	8		59
Agricultura permanente	-	14		79
Total	100	100	2025	1017

Fonte: Arbeletche, Litre & Morales, 2010.

Outros pecuaristas familiares, que receberam terras do Instituto de Colonización do Uruguai, reclamam da impossibilidade de acesso a mais terras para continuar sustentando a família. Foi o caso de Francisco C., que recebeu do Instituto 103 hectares nas quais cria 100 cabeças de gado, provocando um sobre pastoreio que degrada o solo. O resto do gado (130 bovinos) foi levado “a capitalización” em campos dos vizinhos e no acostamento da estrada (Foto 7).

Habia como 50 candidatos para este pedazo de tierra, pero la ingeniera (del Instituto de Colonización) se la dio a quien tenia la plata para dar la entrada. Yo pagué y lo conseguí, pero para eso tuve que vender vacas y terneros en plena aftosa (...) Esta fracción de tierra es un calabozo, espero que alguien vea la que estamos pasando. Yo ya no pido mas al Instituto que me dé tierra porque me acobardé (...) La ganaderia me gustô siempre. Si yo tuviese un poco mas de tierra, seguiria produciendo, tengo todo nuevito, la casa nuevita, las vacas nuevitas... solo me falta una oportunidad. (Entrevista a F.C. e familia, Paysandú, a 48 km de Guichon, Uruguai. 2/08/2006).

Foto 7. Um vizinho de Francisco C. alimenta as suas vacas no acostamento do caminho de terra. Pela fome, os animais perdem fertilidade.



Fuente: Dados da pesquisa, 2006.

8.3.2.2. A “INVASÃO DOS ARGENTINOS”

Um dos aspectos identificados como negativos pelos pecuaristas familiares uruguaios entrevistados foi o que eles definiram como a “invasão dos argentinos”. Com essa expressão, os pecuaristas uruguaios se referem aos produtores e empresas argentinas que arrendaram grandes quantidades de terra do Uruguai para plantar soja a preços mais baratos. Segundo Bertello (2008), a carga impositiva para produzir na Argentina foi, até 2008, 2,5 vezes maior do que no Uruguai. A carga impositiva na Argentina inclui retenções de 35% para as exportações de soja.

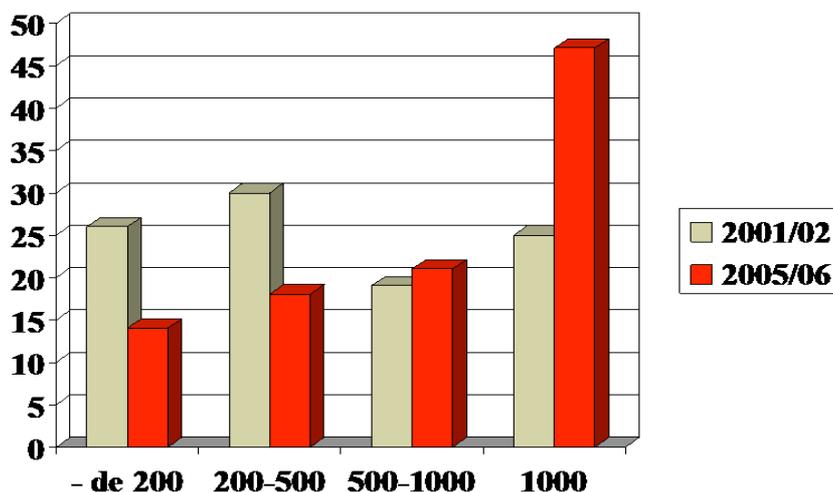
Essa diferença entre as cargas impositivas de cada país explica porque tantos produtores e *pools de siembra* argentinos (como Los Grobo, El Tejar e MSU) escolheram o Uruguai para seus investimentos agrícolas. Segundo estimativas privadas e oficiais do Uruguai, investidores argentinos são responsáveis por mais da metade da superfície plantada de soja

nesse país, que na safra de 2007 atingiu 447.000 hectares. Devido à “invasão” dos investidores argentinos, entre 2004 e 2008, os preços de venda e arrendamento da terra no Uruguai aumentaram 100% (BERTELLO, 2008; ARBELETTCHE & CARBALLO, 2006).

O dado sobre a pressão impositiva no setor rural nos dois países é importante, pois mais de 50% da produção na Argentina se faz em terra de terceiros. Em 2008, somente um rendimento de 4000 quilos por hectare permitia obter uma rentabilidade positiva, 66 dólares por hectare. Para essa estimativa, foi considerada uma carga impositiva de 1% de ingresso brutos, 35% de lucro, 0,50% de *sellos* (carimbos) e 1,20% de imposto aos débitos e a aos créditos bancários. Essa realidade é bem diferente da do Uruguai, que não tem retenções para as exportações de soja e onde o preço líquido dessa oleaginosa é, em consequência, 35% mais alto. Resumindo, unicamente em conceito de retenções, renda, ingressos brutos e débitos e créditos, na Argentina existe 73% de impostos sobre o setor, comparado com 27% no Uruguai.

Como veremos no item sobre os novos atores do bioma Pampa, muitos deles se tornaram fornecedores de serviços agrícolas, vendedores ou intermediários no arrendamento das terras. O êxodo de produtores rurais foi especialmente forte entre os produtores familiares (Gráfico 9 e Tabelas 11 e 12).

Gráfico 9. Evolução percentual da superfície agrícola no Uruguai, por tamanho das unidades produtivas em hectares



Fonte: ARBELETTCHE & CARBALLO, 2008.

Tabela 11. Evolução do Número de produtores segundo o tamanho da unidade produtiva (UP) em hectares no Uruguai em 1990, 2000 e 2005

Superfície da UP	1990	2000	2005
50-100	733	582	242
101-300	733	563	448
301-500	183	151	182

Fonte: Adaptado de ARBELETTCHE & CARBALLO, 2008.

Tabela 12. Evolução do Número de produtores por sistema de produção.

Tipo de produtores	Participação área agrícola (%)		Número de Produtores	
	2000	2005	2000	2005
Familiares	17	12	969	514
<i>Medianeiros</i> pequenos	15	9	226	181
<i>Medianeiros</i> Grandes	24	7	79	68
Empresários médios	24	12	633	348
Grandes produtores de agricultura e pecuária	5	6	10	8
Novos produtores	0	44	0	129
Outros	14	10	222	160
Total	100	100	2139	1408

Fonte: ARBELETTCHE & CARBALLO, 2008.

Os estatísticas apresentadas provam que a área destinada à soja se multiplicou por 25 em apenas 5 anos (entre 2000 e 2005), apesar dos eventos climáticos adversos como as três secas consecutivas desde 2003. Em 2006, as exportações de soja atingiram um nível recorde com 631.000 toneladas exportadas entre janeiro e novembro desse ano, o que implicou em um crescimento de 38% em relação a 2005 e uma produção quase 43 vezes superior que em 2001, quando a soja voltou a ser exportada no Uruguai. (ARBELETTCHE & CARBALLO, 2008; 2006).

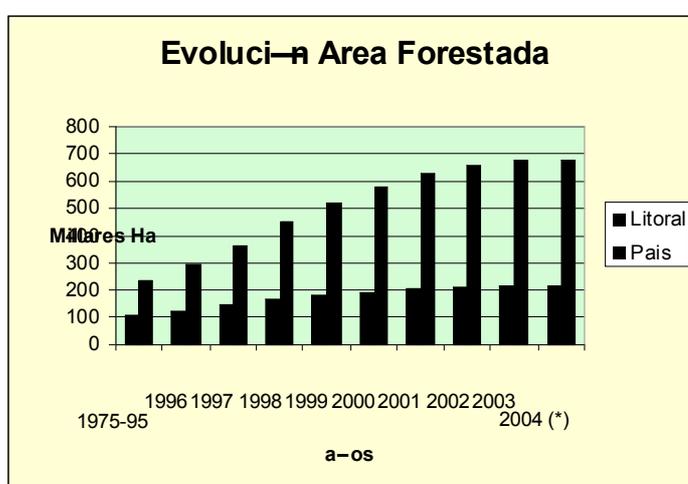
8.3.2.3. AS PLANTAÇÕES DE EUCALIPTOS E PINNUS

Outra monocultura importante, tanto no Uruguai quanto no Brasil, tem sido o plantio de eucaliptos e pinnus para a produção de celulose e carvão vegetal. Devido a suas condições naturais favoráveis e a sua latitude, a atividade tem sido promovida no bioma Pampa pelo governo dos dois países e implementada principalmente por empresas privadas e de

capitais estrangeiros. Na Argentina, a plantação de eucaliptos em escala industrial também está ganhando importância (LITRE et al, 2008).

Na área escolhida para a realização das entrevistas semi-estruturadas, a região litoral oeste do Uruguai, a plantação de eucaliptos em escala industrial já existia desde a década de setenta. Porém, como mostra o Gráfico 10, elaborado por Arbeletche & Carballo (2006), tomou fôlego a partir de 2005 devido a chegada de duas empresas de processamento de celulose de capitais estrangeiros (ENCE, da Espanha, e Botnia, da Finlândia).

Gráfico 10: Evolução da área florestada no Uruguai e no litoral oeste. (*) Estimativa.



Fonte: ARBELETCHE & CARBALLO, 2008.

Diferentemente da soja, que requer os melhores solos aptos para a agricultura, a plantação de eucaliptos em escala industrial concorre de maneira direta com a pecuária extensiva, já que as duas utilizam solos marginais, provocando, conseqüentemente, o aumento do preço da terra.

8.3.3. O “MILAGRE” DA SOJA NO RIO GRANDE DO SUL

As diferentes regiões do Estado do Rio Grande do Sul (Planalto Sul-rio-grandense, Campos de Cima da Serra, Campanha entre outras) tem na pecuária extensiva grande importância econômica, social e cultural. Isso se deve tanto às suas características históricas associadas, quanto às suas particularidades ambientais (ANDRADE MIGUEL et al. [s.d.]). A pecuária de corte no Estado do Rio Grande do Sul tem suas origens no início da ocupação do espaço agrário gaúcho e resulta, por isso, fundamental para a formação da sociedade gaúcha. Como expressou Raymond Pebayle já em 1968:

De um lado e do outro da fronteira, existiu sempre o mesmo gênero de vida de grandes proprietários criadores. Nestas estâncias a agricultura era atividade desprezada entregue aos cuidados de alguns escravos lavradores. Para os primeiros ocupantes, como para a maioria de seus descendentes atuais, o pampa só podia abrigar uma atividade ligada à excepcional riqueza de seu tapete vegetal: criação extensiva. (PÉBAYLE, 1968, p. 20).

8.3.3.1. UMA TRANSFORMAÇÃO DE LONGA DATA

Quase meio século antes do que no Pampa argentino e uruguaio, a típica paisagem da Campanha Gaúcha já sofreu significativas alterações devido à expansão da lavoura empresarial de soja. Após a década de 1950, terras vinculadas à pecuária tradicional cederam espaço para a lavoura de arroz irrigado e de soja em terras arrendadas, processo esse denominado de “despecuarização espacial”. Entre 1965 e 1975, houve no Estado um ligeiro crescimento agrícola através da expansão da produção de soja, da pecuária de corte, da atividade leiteira e do cultivo de trigo e arroz, o que levou o Rio Grande do Sul a condição de *“celeiro do Brasil”*. Foi o “milagre”, que transformou o Brasil num dos principais produtores e exportadores mundiais de soja, sendo o Rio Grande do Sul responsável por quase dois terços da produção nacional (MÜLLER, 1998; JANSEN, 2006). A oferta de crédito rural, no período, foi acompanhada pela criação de um parque industrial especializado em linhas de implementos agrícolas e insumos, o que corroborou para a substituição dos sistemas produtivos de policulturas (que em muitas situações representavam também culturas de subsistência) para sistemas caracterizados por monoculturas (FRITZ FILHO & DE ANDRADE MIGUEL, 2008).

Para Muller (1998) a *“febre da soja”* da década de 1970 foi responsável pelo estado ter se transformado no maior mercado nacional para certas linhas de máquinas e insumos agrícolas, junto a uma política de crédito oficial que estimulou desperdícios como a implantação de um parque de esmagamento de grão e produção de óleo, que se tornaria ocioso à medida que novos estabelecimentos entravam em operação sem que a produção crescesse no mesmo ritmo.

Um fator limitante para uma maior expansão produtiva nas culturas foi o limite da disponibilidade de terra apta para grandes lavouras no Estado. Entre 1980 e 1995 houve um aumento na ordem de 78% no rendimento físico das lavouras de grãos e uma queda de cerca de 1,7 milhão de hectares utilizados por este tipo de cultivo. Para Bezzi (1985), o processo de despecuarização espacial no Rio Grande do Sul foi decorrente de quatro fatores principais, sendo eles:

- ♣ a disponibilidade de áreas propícias à agricultura amplamente mecanizada;
- ♣ a necessidade de diversificar a produção;
- ♣ a euforia do “milagre brasileiro” que proporcionou grande produtividade nos cultivos;
- ♣ a falta de subsídios governamentais a que estava relegada a pecuária, fazendo com que o pecuarista, por meio do arrendamento, obtivesse outras formas de lucro.

Já em 1968, Pébayle percebia as profundas transformações territoriais originadas pelo avanço da lavoura sobre a pecuária extensiva e chamava a atenção dos “amenageurs du territoire” sobre elas:

[...] o gaúcho brasileiro, apesar de sua resistência aos golpes de força dos neo-agricultores e de sua fidelidade a um gênero de vida tradicional não pôde evitar o nascimento de uma vida regional diversificada, que dá a as costas aos exemplos vindos do sul. Justamente, por encontrar-se ainda toda impregnada de espontaneidade, a nova tendência não deve ser menosprezada e os especialistas da organização (*aménagement*) do território, que se preocupam com razão com o caráter marginal da Campanha, podem achar nela uma orientação. (PÉBAYLE, 1968, p. 32).

8.3.3.2. O SUL ATINGE O NORTE: A “DIÁSPORA” DOS GAÚCHOS

A corrente sulista ou “gaúcha” possui ramificações em quase todo o território brasileiro, principalmente acompanhando a expansão das áreas de produção agrícolas desse país, mas também para além das fronteiras políticas adentrando em países vizinhos como Paraguai, Uruguai, Bolívia e Argentina (HAESBAERT, 1998a; OLIVEIRA & BARCELOS, 1999). Nesses países, a presença de população sulista caracteriza-se também pela sua grande presença em atividades agrícolas.

Destacam-se, nessa corrente, mais do que em outros grupos de migrantes nacionais, fortes manifestações étnico-culturais que permanecem como identidade na trajetória do grupo e que são, deliberadamente, difundidas. Alves (2005) menciona, dentre outras: a ideologia da positividade do trabalho, advinda da cultura europeia trazida pelos primeiros imigrantes; o pioneirismo na ocupação dos cerrados para o desenvolvimento da agricultura moderna; os hábitos alimentares originários principalmente no Rio Grande do Sul, como o chimarrão e o churrasco; as instalações dos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) nas áreas onde se fixa o grupo. Tais manifestações são reveladoras das preocupações em preservar e difundir as identidades territoriais do Sul brasileiro, especialmente no que diz respeito à “re-territorialização” das tradições gaúchas. (HAESBAERT, 1997).

A migração ou “diáspora” dos gaúchos do Rio Grande do Sul remonta ao início do século XX, quando se consolida o processo de privatização de terras no Estado e os “colonos”

descendentes de imigrantes (especialmente italianos e alemães) começam a descolar-se para novas áreas. Essas novas áreas, segundo explica Haesbaert (1998b), são inicialmente áreas “de mata”, como nos seus espaços de origem, já que no século XIX lhes foram destinadas as áreas de mata ainda desocupadas do Sul do país, no oeste de Santa Catarina e o oeste do Paraná (HAESBAERT, 1998, p. 56).

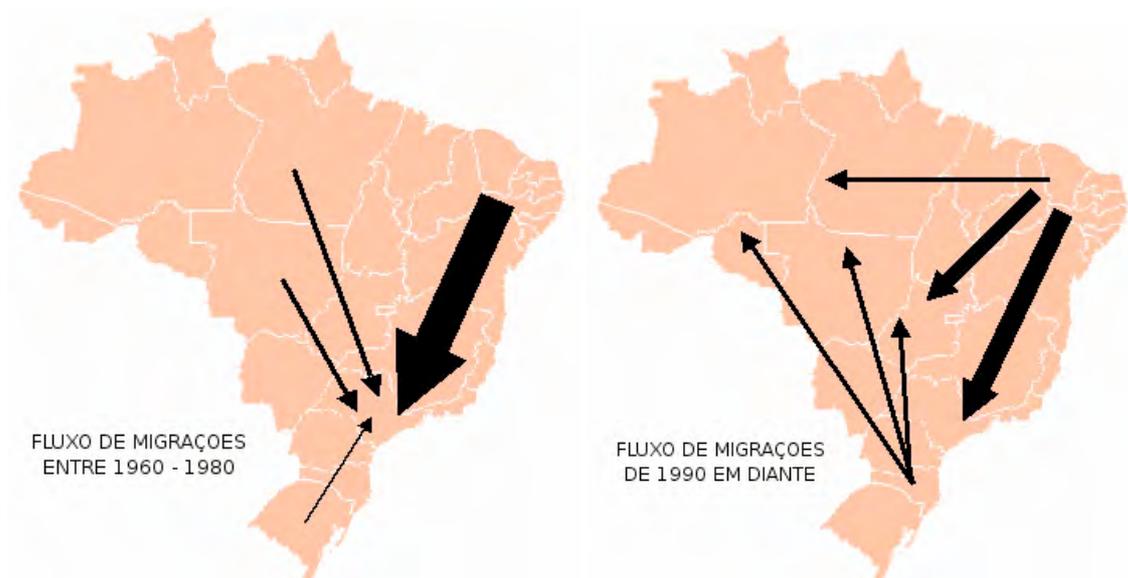
Somente mais tarde e que, naquilo que alguns supõem ser uma confirmação da “índole naturalmente desbravadora” dos sulistas (na verdade referindo-se a um grupo bem definido: pequenos agricultores e capitalistas dedicados a atividade rural, descendentes de imigrantes) passa-se a “colonizar” também áreas de campo e cerrados (HAESBAERT, 1998, p. 56-57).

Ao longo de todo o século XX a migração de sulistas visando ocupar novas áreas, destacadamente as de produção agrícola, continuou ocorrendo, num movimento continuo rumo às terras mais ao norte (Mapas 9 e 10). Na década de 1970, porém, esse fluxo se intensifica com os projetos de colonização dos governos militares, particularmente na Amazônia Legal (ALVES, 2005). Como lembram Camarano & Abramovay (1998), durante os anos 1970, quase a metade (45,5%) da população rural que residia no Sul do Brasil no início da década saiu do campo, originando 28,8% de todos os migrantes rurais desse país. Nesses dez anos, sua população rural teve uma redução de 2 milhões de habitantes. Para os autores, “os subsídios, os incentivos econômicos e o aparato institucional mobilizados para estimular a adoção de técnicas produtivas e culturas altamente poupadoras de mão-de-obra são certamente a razão principal de um êxodo tão rápido” (CAMARANO & ABRAMOVAY, 1998, p. 314).

Abramovay et al. (1997) afirmam que, além disso, numa região em que é tão importante o peso social da agricultura familiar, as taxas de fecundidade das décadas anteriores foram suficientemente altas para que se reduzam significativamente as possibilidades de criação de novas unidades produtivas na própria região para aqueles que vão continuar na profissão.

Nos anos 1990 não acontece um declínio tão significativo da população residente no campo, ate porque a população rural não atinge 10% da população total em 1996. No Sul a probabilidade de migrar, que foi de 38,8% nos anos 1980, cai para 22,7%. “A perda populacional rural absoluta dos anos 1980 de pouco mais de 1,4 milhão de habitantes e agora de 378 mil” (CAMARANO & ABRAMOVAY, 1998, p. 315).

Mapas 9 e 10. O fluxo de migrações desde o Rio Grande do Sul (1960-1980 e 1990-atualidade).



Fonte: Wikimedia Foundation, 2010.

Nem todos concordam em chamar a migração dos gaúchos de “diáspora”. Ao questionar esse conceito, Haesbaert (1998b) lembra que a migração dos gaúchos não tem origem em razões político-culturais:

Aquilo que denominados inicialmente de “diáspora” gaúcha não é um processo de expulsão por motivos político-culturais, como originalmente a noção indica (relacionada ao êxodo dos judeus) mas sim econômicos, pois tanto o capitalista que migra para expandir seus lucros quanto o sem-terra que vai em busca de terra e trabalho são movidos por diferentes faces da mesma lógica de concentração dos meios de produção e da especulação imobiliária e financeira (tão presente nessas “fronteiras agrícolas” dominadas pelo complexo agroindustrial da soja que SANTOS FILHO et al. [1988] usam a denominação fronteiras do capital financeiro). (HAESBAERT, 1998b, 57).

Diferentemente do que acontece com os produtores rurais do Pampa da Argentina e do Uruguai (e em outros cenários migratórios inter-regionais brasileiros), a corrente migratória do RGS destaca-se por seguir, predominantemente, não o caminho das cidades mas o caminho do rural; isto é, “compõe-se em sua essência de agricultores que se deslocam para o campo com o intuito de praticar atividades agrícolas” seja dedicando-se diretamente à produção de mercadorias agrícolas seja para a comercialização de suportes para tal setor (ALVES, 2005; p. 52).

Às vezes, o deslocamento ocorre diretamente de uma área rural para uma outra também rural, como aconteceu com os sítiantes sulistas que migraram para áreas da floresta

amazônica ou dos cerrados, frequentemente desmatando e construindo suas moradias dentro da própria unidade de produção; em muitos casos, distante dos núcleos urbanos locais. Há, ainda, migração de população residente em cidades no Sul do Brasil que, nas regiões de destino, se instalou em áreas essencialmente rurais, ocorrendo assim um fluxo urbano-rural (*Idem*).

8.3.3.3. REFORMAS, ARROZ E NOVOS ATORES

Nos anos 1970, o maior domínio territorial no Rio Grande do Sul ainda encontrava-se nas mãos dos pecuaristas, embora sua atividade fosse eminentemente tradicional. O processo de modernização da pecuária de corte somente tornou-se perceptível no início da década de 1990, quando ocorreu significativa transformação em seu sistema produtivo. Fontoura (2002), citado por Chelotti & Pessoa (2007), ao pesquisar o processo de modernização da pecuária de corte na Campanha Gaúcha, afirma que não há, até a década de 1990, um salto qualitativo no sistema de produção pecuária bovino na região. A partir de então, algumas empresas e pequenos grupos de filhos de estancieiros, vinculados a setores urbanos, formados em Veterinária em sua maioria, começaram a introduzir um sistema de gerenciamento que representou uma mudança de paradigma na produção pecuária.

Nesse sentido, a Campanha Gaúcha caracterizou-se como uma região periférica de crescimento lento no contexto da economia gaúcha e, na década de 1990, foi institucionalizada como área prioritária para a instalação de assentamentos rurais, numa proposta de desenvolvimento regional visando a realização da reforma agrária. Portanto, a década de 1990 foi marcada pelo avanço da luta pela terra e conquista de territórios pela produção familiar no cerne do espaço latifundiário da Campanha Gaúcha (CHELOTTI & PESSOA, 2007). Houve a instalação dos assentamentos rurais pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelo Governo Estadual, que promoveram a divisão do latifúndio pastoril em pequenas unidades de produção familiar e a reterritorialização de milhares de indivíduos que migraram para essa região. Medeiros (2006), citado por Chelotti & Pessoa (2007) ao pesquisar o processo de reforma agrária na região, constatou que a instalação de assentamentos rurais promoveu mudanças na economia, na organização do espaço rural e conseqüentemente no perfil de sua população. Por meio da luta pela terra organizada pelo MST, os sem-terra conquistaram, desde 1989, em torno de 18.000 hectares nos municípios de Hulha Negra e Candiota, assentando 700 famílias. Na medida em que os assentamentos rurais foram instalados, as primeiras transformações ocorreram na paisagem regional, dominada até então pelas grandes

propriedades, pastagens e criação extensiva de gado de corte. A inserção dos trabalhadores sem-terra, novos agentes no espaço agrário da Campanha Gaúcha, alteraram as relações sociais até então vigentes na região. Com esse novo processo, algumas relações sociais tornaram-se mais complexas, tendo em vista a pluralidade de sujeitos que ali passaram a interagir.

Aos novos atores da reforma agrária juntaram-se os investidores de monoculturas de soja, milho, arroz e plantios de árvores exóticas como o pinus e o eucalipto. No caso do arroz, este proporcionou uma alta rentabilidade em municípios gaúchos como Dom Pedrito. A permanente demanda de água desse cultivo provocou a degradação dos recursos hídricos da região, secando o seu rio principal, o Santa Maria, em diversos pontos. Outras atividades, como a fruticultura e a exploração massiva de plantações de eucaliptos e pinus para a produção de celulose também vem gerando alto impacto.

A soja, por sua parte, está saindo das áreas recomendadas para o seu cultivo e invadindo áreas de campo favoráveis para a pecuária extensiva. Segundo Barcellos et al., 2004, para os pecuaristas gaúchos ficou muito difícil competir com a agricultura, mesmo em solos de baixo potencial agricultável. Assim, em 2004 o arrendamento para soja custava 4 sacos por hectare, enquanto o rendimento da cria necessária para a mesma renda era de 125 quilos de bezerros por hectare. Para 8 sacos de soja por hectare, eram necessários 250 quilos de carne de bezerros por hectare (BARCELLOS et al., 2004).

Na região de Bagé, também no Rio Grande do Sul, existe uma probabilidade de 73% de déficit hídrico na época do desenvolvimento do grão de soja. Para Nabinger et al. (2006), o uso de herbicidas de alto impacto necessários para o cultivo de soja, como o glifosato, degrada o solo de maneira quase irreversível e elimina a biodiversidade, dificultando o retorno do pecuarista tradicional à sua atividade original.

Droulers & Broggio anunciaram em 2001 a transformação da atitude do Brasil face ao espaço. Para as autoras, o país passou de uma etapa “geófaga” a outra “geosófica” ou mais respeitosa com os homens e com o meio ambiente:

Marqué depuis son origine par un modèle de développement fortement consommateur d'espace, que ses voisins ne se sont pas privés de dénoncer comme *géophage*, le Brésil semble s'orienter, depuis une vingtaine d'années, vers un mode de gestion plus respectueux des hommes et des milieux, plus économe d'espace. Nous essaierons de montrer ici comment et pourquoi le Brésil tend à modifier ses habituels comportements *géophagiques* au profit de postures plus *géosophiques*; c'est-à-dire comment le pays passe d'une traditionnelle consommation boulimique d'espace à plus de mesure dans la gestion de celui-ci, en relation avec l'évolution récente des pratiques sociales (DROULERS & BROGGIO, 2001: p.1).

Mesmo se essa afirmação é correta no caso da Amazônia e em vários outros biomas

brasileiros, infelizmente ela ainda não pode ser estendida ao Cerrado e ao Pampa gaúcho, que estão sendo literalmente “fagocitados” pela monocultura da soja e pelo avanço dos biocombustíveis. O Pampa gaúcho carece das quatro características que caracterizaram o relativo sucesso das políticas de proteção do ambiente e dos seres humanos na Amazônia: (i) exuberância visual da vegetação, (ii) reconhecimento do valor de sua diversidade biológica e cultural, (iii) importância geoestratégica no nível internacional, (iv), apoio financeiro por parte da comunidade internacional.

A importância desse último ponto na Amazônia é salientado por Le Tourneau, Droulers & Machado (2001) num artigo sobre os conflitos do uso da terra em Rondônia. No caso do Pampa gaúcho, em 1960 existiam no Rio Grande do Sul 16 milhões de hectares de campo nativo (ou pastagens naturais).

Menos de quatro décadas mais tarde, em 1996, essa quantidade se reduziu a 10,5 milhões de hectares. No século XXI, os especialistas estimam que os campos nativos não ocuparão mais do que 8 milhões de hectares, geralmente localizados em áreas usadas pela pecuária extensiva, pois seus solos não são aptos para a agricultura (NABINGER et al., 2006).

Os 8 milhões de hectares de campos nativos eliminados desde 1960 tiveram como principal destinação as monoculturas de soja, arroz, milho e a silvicultura. Inversamente, houve uma redução na quantidade produzida de mandioca, trigo e feijão, culturas, normalmente, associadas à subsistência.

Entre 1990 e 1998 o setor agropecuário do Estado registrou uma taxa média de crescimento de 2,4% ao ano, e nas culturas de lavoura 12,4% de crescimento para o ano de 1999 (SCHNEIDER & WAQUIL, 2004). Esse expressivo crescimento de produtividade no setor agropecuário provocou conjuntamente significativas modificações na dinâmica ocupacional, através da queda do número de famílias ocupadas na atividade agrícola no Rio Grande do Sul. Entre 1981 e 1997 houve uma diminuição de 345 mil famílias (SCHNEIDER & WAQUIL, 2004). Segundo os dados obtidos pelos Censos Agropecuários do IBGE (censos agropecuários entre 1950 e 1995/96), entre 1950 e 1990, a estrutura fundiária do Estado apresentou um aumento significativo da concentração de área, notadamente, nos estabelecimentos com tamanho superior a 500 hectares. A partir de 1990 destaca-se a diminuição do total de estabelecimentos e áreas em propriedades pertencentes a estratos com tamanho entre menos de 10 e 100 hectares (FIBGE, 1998).

Waldir M. B. (53 anos, casado, dos filhos jovens), explica como o avanço da soja na sua zona, na área de Esmeralda, nos Campos de Cima da Serra, aumentou o preço da terra:

Entre 1984, 85 e 90, dava para comprar... depois para nós que trabalhamos com o gado, os ‘lavoureiros’ começaram a inflacionar a terra [N.E.: devido ao avanço da soja, entre outras culturas]. Antes, com 1000 kg de boi você comprava 1 hectare de terra,

hoje, para comprar 1 hectare precisa de 3000 kg de boi! Os meus filhos queriam comprar um potreiro, mais eu fiz a conta, com o preço de 4000 kg de boi / hectare, precisaríamos de 240 vacas para comprar 40 hectares de morro e mato! (Entrevista com Waldir M.B., Esmeralda, RS, 15/01/2007).

Outros produtores, como José N. (viúvo, 78 anos) e o seu filho Chico (ex-bancário de 54 anos que, depois de perder o emprego no banco se mudou para a unidade produtiva do pai com os três filhos), tem tentado resistir à pressão da agriculturização através da prática da lavoura na metade da unidade produtiva e da intensificação da produção de carne de gado de um ano e meio durante 120 dias (Foto 8) em espaços menores. Porém, os entrevistados afirmam que retornariam à pecuária como atividade exclusiva, se isso fosse possível, porque é o que eles “gostam fazer”.

Há 10 anos era só pecuarista (...) Vimos que a lavoura dava um retorno maior que o pasto (...) O que faríamos se a gente ganhasse 55 milhões no Megasena? Aplicaria um pouco em cada atividade, primeiro em poupança para não pensar em trabalhar muito, e depois em terra, para a pecuária, pois pecuária é o que eu gosto de fazer (...) A pecuária pode não dar tanto dinheiro, mas ela dá um retorno, a gente consegue viver, manter os filhos... se trabalhar, dá dinheiro, sim (...) A lavoura dá retorno, mas também tem o problema do clima, mesmo se o Seguro Agrícola é uma solução. A política de preços não ajuda: o custo é alto, isso está acontecendo hoje, muitos estão endividados, os produtores foram e compraram o saco de soja de 60 kg pagando caro e hoje têm dívidas (Entrevista a José N., 78 anos, e seu filho Chico, 54 anos, Esmeralda, RS, 15/01/2007).

Foto 8. Animais de um ano e meio em confinamento por 120 dias na propriedade De José N., na zona de Esmeralda.



Fonte: Dados da Pesquisa (2007).

Devido ao número crescente de famílias que vivem da UP de José N. (3 irmãos e as suas famílias, que moram em Vacaria, além do pai e do empregado e a sua família) a resposta frente ao avanço da soja é a intensificação através do confinamento e a silagem, com uma alta densidade de animais: 330 cabeças em 300 hectares (mais de 1 cabeça/hectare):

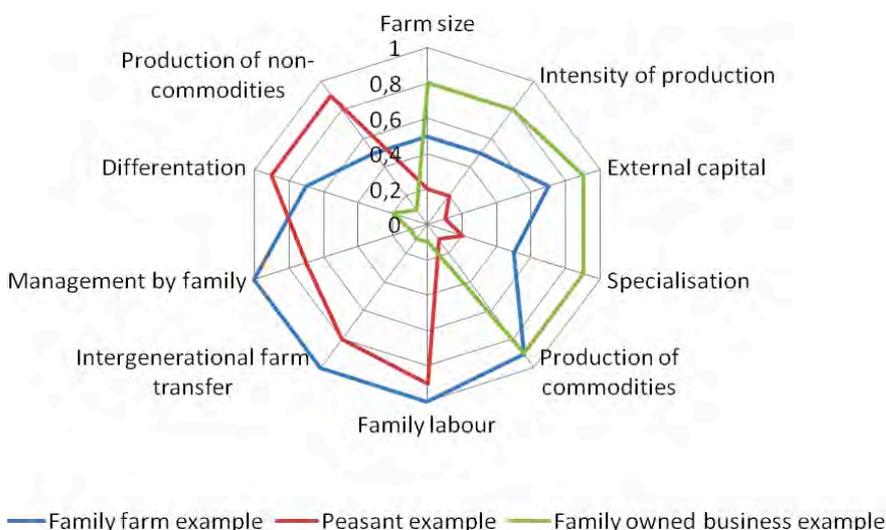
O filho (Chico) começou com o confinamento animal para ter renda mais rápida e também pela curiosidade, numa propriedade cada vez menor. Foi num verão, na seca. Fomos os primeiros a fazer confinamento em Esmeralda.” (José).

9. AS CHAVES DA RESILIÊNCIA DA PECUARIA FAMILIAR: UMA ANÁLISE SWOT

Calus & Lauwers (2009), realizaram um estudo interessante sobre as diferenças entre a agricultura familiar, a de subsistência e a empresarial e das chaves da resiliência dos primeiros. Para marcar as características de cada atividade, os autores utilizaram um modelo de Rede de Cob (Cobweb), reproduzida na Figura 5. A rede inclui aspectos qualitativos e quantitativos, permitindo uma rápida apreciação dos diferentes aspectos de cada tipo de agricultura.

Entre as variáveis utilizadas, os autores incluíram o tamanho da unidade produtiva (*farm size*), a intensidade da produção (*intensity of production*), o capital externo, como os empréstimos bancários, em relação com o capital total da unidade produtiva (*external capital*), o nível de especialização (*specialization*), a diferenciação de seus produtos (*differentiation*), a importância da produção de commodities na gestão da UP (*production of commodities*), a importância da produção de não-commodities na gestão da UP (*production of non-commodities*), a percentagem da mão-de-obra familiar em relação a mão-de-obra total dentro da unidade produtiva (*family labour*), a transmissão inter-geracional ou a probabilidade de achar um sucessor dentro da família principal para garantir a persistência da UP dentro da própria família (*intergenerational farm transfer*) e, finalmente, a gestão familiar, ou a percentagem de gestão familiar na família principal (*management by the family*).

Figura 5. Rede Cob ilustrando os diferentes tipos de organização da agricultura (familiar, de subsistência e empresarial).



Fonte: CALUS & LAUWERS, 2009.

Em 2002 foram identificadas 333.477 unidades produtivas na Argentina, o que implica uma perda de 85.000 (20%) unidades produtivas em relação a 1988 (OBSCHATKO et al., 2006). No Uruguai, entre 2000 e 2007, 52% dos produtores agrícolas desse país, envelhecidos e incapazes de transferir as pequenas unidades produtivas tradicionais a seus filhos ou netos, abandonaram a atividade. No Rio Grande do Sul, entre 1981 e 1997, houve uma diminuição de 345 mil famílias (SCHNEIDER & WAQUIL, 2004). Segundo os dados obtidos pelos Censos Agropecuários do IBGE (censos agropecuários entre 1950 e 1995/96), entre 1950 e 1990, a estrutura fundiária do Estado apresentou um aumento significativo da concentração de área, notadamente, nos estabelecimentos com tamanho superior a 500 hectares. A partir de 1990 destaca-se a diminuição do total de estabelecimentos e da área em propriedades pertencentes a estratos com tamanho entre menos de 10 e 100 hectares (FIBGE, 1998). Nessa seção, inverteremos, porém, a pergunta de por que os pecuaristas familiares estão sumindo, e nos perguntaremos o que leva os “resilientes” a persistir na atividade apesar do aumento dos desafios climáticos e financeiros.

Isso se deve as próprias características da pecuária familiar enumeradas no ponto anterior e ilustradas por Calus & Lauwers (2009) na sua análise SWOT (pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças) da agricultura familiar. Para nosso trabalho, aplicamos a análise SWOT de Calus & Lauwers para estudar os fatores que propiciaram a persistência de algumas unidades produtivas familiares frente a choques internos e externos.

9.1. PONTOS FORTES DA PECUÁRIA FAMILIAR

Mão-de-obra. A vantagem de usar o trabalho familiar (complementado pelo trabalho não remunerado oferecido pelos vizinhos) é que a mão-de-obra familiar pode se adaptar as mudanças típicas das estações do ano e dos ciclos do manejo do rebanho. Isso produz um efeito amortizador que não existe na agricultura empresarial (WALLACE et al., 1994). Devido às características do trabalho agrícola, os empregados não podem ser reunidos num único local para serem facilmente supervisionados. Os trabalhadores familiares, ao contrário, não precisam de supervisão, já que os seus ganhos estão claramente vinculados ao trabalho realizado (CORSI, 2004). Segundo Pollak (1985) a família constitui uma solução organizacional face as dificuldades para monitorar e supervisionar a trabalhadores contratados.

Miguel C. um dos pecuaristas entrevistados na zona de Pigue, Argentina, de 50 anos e pai de 3 filhos adultos jovens, confiou as responsabilidades a seu filho de 20 anos quando teve que iniciar um tratamento contra o câncer:

Mis dos hijas ya se fueron de casa, una casada, y la otra, a estudiar a la universidad. El menor, que es el varon, se quedo a ayudarme en el campo.

Tiene 20 años ya maneja la maquinaria agrícola, tractor, cosechadora, todo. Además, cuando se lo pido supervisa a los dos empleados contratados. Le pone mucha garra [N.E.: faz um grande esforço] al trabajo porque sabe que todo lo que ganemos ahora será suyo en el futuro (Entrevista a Miguel C., 50 años, casado, ensino medio completo, tres hijos, Pigue, Argentina, dezembro de 2008).

O filho, Martin C., concordou com a avaliação do pai e a sua motivação para aumentar a produtividade da unidade familiar ficou evidente na sua resposta sobre suas tarefas:

Yo sé que cuanto más trabajo, más gano. Quiero crear un capital ahora que soy joven. Pero es difícil trabajar con peones contratados (N.E.: empregados temporarios) porque si les das confianza crean manías (N.E.: jeitos para não trabalhar) y si no los seguís de cerca, dejan de trabajar o se ponen a dormir al lado del tractor (Entrevista com Martin C., filho de Miguel C., 20 años, solteiro, ensino medio completo, Pigue, Argentina, dezembro de 2008).

Saberes locais. Outro ponto a favor da mão-de-obra familiar é que as habilidades para o trabalho agropecuário estão fortemente vinculadas à localização geográfica da propriedade, ao sistema produtivo (cria, engorda, ciclo completo) e a(s) raça(s) do rebanho. Assim, quem não trabalha numa unidade produtiva deve aprender a lidar com a heterogeneidade dos solos dentro da mesma unidade produtiva, a variabilidade do clima, e as condições sanitárias especiais. Os membros da família adquirem esses saberes específicos desde a infância, muitas vezes trabalhando junto com os pais e avós. A mão-de-obra familiar é, então, uma das vantagens de ter nascido e crescido na propriedade. Ao mesmo tempo, a pecuária familiar permite aos membros mais velhos continuar ativos após a idade da aposentadoria, combinando seus saberes com os dos filhos e netos. Diferentemente da agricultura, a pecuária não exige grande quantidade de mão-de-obra, e os picos de trabalho podem ser enfrentados com a ajuda dos parentes morando em outras unidades produtivas, vizinho, ou empregados temporários.

União entre trabalho e prazer. Para muitos dos jovens entrevistados para esse trabalho, as tarefas da unidade produtiva constituíam parte de um projeto pessoal e de um modo de vida. Para eles, manejar o gado ou conduzir o trator era fonte de diversão. Como afirmou Ricardo I., de Bordenave, no distrito de Puan, os filhos de 13 e 11 anos gostavam tanto de manejar o gado e o trator e andar a cavalo, que esqueciam de brincar:

Cuando están en el campo, yo llamo a mis hijos para que participen (de las tareas de la UP). Francisco tiene 13 años y ya anda rastreando y sembrando con el tractor. Es chiquito pero es muy responsable. Le gusta la parte de herramientas y manejar. Manuel, de 11 años, ayuda con el manejo del ganado, a caballo, e Ana Carolina, de 16 años cocina, maneja el coche y la camioneta (...) Tenemos una disidencia con mi mujer... ella me pide que no les de tantas responsabilidades a los chicos, ella quiere que tengan tiempo libre para jugar y para hacer los deberes de la escuela. (Entrevista a Ricardo I. 47 años, casado, 4 hijos, 1000 ha., Bordenave, Puan, Argentina, 2007).

Outro filho de pecuarista familiar, Fernando F., de 27 anos, resumiu assim seus planos para o futuro:

Yo, del campo, no me muevo! (Entrevista a Edgardo F. e família, Pigue, Argentina, 2007).

Com algumas exceções, os empregados externos rara vez compartilham esse nível de compromisso como a unidade produtiva. Como o indicou Jorge D., do leste de Salto, no Uruguai, ao lembrar a sua experiência com o “guri” (rapaz) que contratou na sua unidade produtiva quando os filhos saíram para estudar na universidade:

Tuve un peon de confianza, Don José C., que estuvo en la propiedad hace 20 años. Yo me iba a Salto y no habia ningun problema, no precisaba decirle nada porque él ya sabia lo que habia que hacer... Pero ahora tengo otro empleado permanente, Daniel, que esta hace poco. Tiene 36 años y ayuda a mantener los alambrados, a hacer pozos, pero es un loco. Cuando termine el alambrado que esta haciendo, para dividir cerros de bajos y poder presentarnos al PPR (ver Redes de Dialogo) lo voy a echar y contratar a otro que ya conozco al padre, y es de confianza. Antes habia contratado a otros guries, pero tampoco me funcionaron: venian al campo y las primeras preguntas que me hacian era si iban a tener televisión a color y si se podia ir en moto a la ciudad el fin de semana. Cuando veian que no se puede enganchar el celular desde Mataojos, se iban (Entrevista a Jorge D., 61 años, 416 ha., casado, tres filhos, em Salto, Uruguai, 2006).

Stella M.A. de M. sofreu tanto devido a inexperiência ou a falta de compromisso dos empregados permanentes que teve que contratar após o falecimento do esposo, que decidiu trabalhar sozinha na unidade produtiva, ajudada por seu filho de 10 anos. Ademais, os custos trabalhistas ficaram altos demais para o ingresso da UP:

El ultimo peon se fue hace tres años porque decidio irse a vivir a la ciudad. No busqué otro porque me di cuenta de que es mas complicado tener peon que no tener... Si es joven, no tiene experiencia, y si es viejo, esta lleno de manias. Si tenés un empleado, tenés que estar siempre al lado para ver lo que hace y lo que no hace. Los peones me evaluaban todo el tiempo para ver cuanto sabia... Y ademas tenés los sueldos, los aportes (jubilatorios), y a mi eso no me remuneraba, no me compensaba. No me compensaba porque si yo no estaba en el campo, los trabajos no se cumplian en horario. Si se rompía una herramienta a las 11 de la mañana, justo cuando te fuiste, dejaban de trabajar y solo te avisaban al otro dia... Fue una época muy dura, cuando H. (N.E.: el esposo) fallecio. (Entrevista a Stella M.A de M., viuva, 42 años, tres filhos, com uma unidade produtiva de 300 ha. no distrito de Saavedra, provincia de Buenos Aires, Argentina).

Custos fixos baixos. Dentro da pecuária familiar, os membros da família raramente recebem salários completos, ou se recebem um salário, é só durante períodos curtos dentro do ciclo demográfico da família. Isso permite à família reduzir os custos fixos

(WINTER, 1984; GRAY, 1998). Dessa maneira, os recursos internos da unidade produtiva familiar são independentes das oscilações dos preços dos mercados, o que permite pensar em recompensas para os membros da família, em novos investimentos ou em poupança (VAN DER PLOEG, 2000). As unidades produtivas familiares possuem um maior nível de flexibilidade do que outras estruturas na hora de distribuir os retornos líquidos da família entre distintos objetivos, tais como a expansão da produção, o consumo familiar (consumir mais ou “apertar o cinto”) ou os investimentos nos fatores de produção (GASSON et al., 1988). Isso facilita a concorrência com pecuaristas industriais totalmente focados na obtenção de lucro. Essa flexibilidade de custos trabalhistas e de consumo permitem encarar tempos difíceis com maior sucesso do que as unidades produtivas industriais.

Equipamentos Técnicos. Uma outra estratégia usada pelos pecuaristas familiares é continuar usando e consertando ferramentas e equipamentos durante décadas, alongando a vida útil e diminuindo os custos em capital.

9.2. PONTOS FRACOS

Mão-de-obra. O mesmo fator que constitui um ponto forte na pecuária familiar pode se transformar no calcanhar de Aquiles caso um dos membros da família fique doente ou deixe a unidade produtiva. Devido ao importante papel de cada membro da família no equilíbrio da unidade produtiva, uma doença, morte, separação, ou conflito, por exemplo, na hora da transmissão da UP, pode causar a inviabilidade do sistema.

Terra. Como já foi dito na parte inicial desse capítulo, mesmo se o tamanho das unidades produtivas familiares for menor do que a média das unidades produtivas industriais, não podemos considerar os termos “pequeno” e “familiar” como sinônimos. Porém, devemos reconhecer que frequentemente o tamanho relativamente pequeno das unidades produtivas familiares diminui as suas possibilidades de competir com empresas operando em escala industrial e com alto desenvolvimento tecnológico. Não deve surpreender, então, que a grande maioria dos entrevistados para a nossa pesquisa tenha escolhido a opção “comprar mais terras” quando foram consultados sobre o que fariam caso ganhassem uma quantidade substancial (e inesperada) de dinheiro, como por exemplo, na Mega-Sena. Ao observar as estatísticas da evolução da tendência da terra na Argentina, no Uruguai e no Brasil, resulta evidente a concentração da superfície em poucas mãos.

Comercialização. Esse ponto será analisado em profundidade no capítulo sobre os riscos da comercialização e o calote. A pequena escala da maioria dos pecuaristas entrevistados, junto com a falta de informação sobre preços e oportunidades, fazem da comercialização um dos momentos mais críticos para a sobrevivência da unidade produtiva.

Sucessão. A sucessão também será estudada em profundidade abaixo. Abordaremos o problema a partir de um dos calcanhares de Aquiles da pecuária familiar: o tabu da velhice e a da morte, a falta de planejamento e a comunicação deficiente sobre os planos de transmissão da unidade produtiva.

Capital. Muitos pecuaristas familiares compram capital para não ficar atrasados em relação aos seus vizinhos. Porém, só aqueles que conseguem uma escala de trabalho importante (por exemplo, trabalhando em terras arrendadas e/ou vendendo serviços a terceiros) conseguem recuperar o valor investido. Em termos gerais, os pecuaristas familiares percebem, com razão, que o aumento de capital na unidade produtiva aumenta o risco para o produtor. O risco aumenta devido às oscilações dos preços nos mercados, os eventos climáticos desfavoráveis, etc.

Carlos A. L., pecuarista familiar de Pigüé, Província de Buenos Aires, lembra o destino de seu vizinho R., um “fierrero” (amante das maquinarias agrícolas) que investiu as poupanças familiares para adquirir tecnologia mais moderna, mas não conseguiu recuperar o investimento:

R. era un fierrero de alma. Mas que las vacas, le gustaba comprar herramientas [agrícolas] nuevas, repararlas. Cuando el gobierno empezó a hacer publicidad para que nos “modernizáramos” [N.E.; o entrevistado se refere a campanha publicitária realizada na década dos '90 pelo então presidente Carlos Menem] y nos ofreció créditos baratos para comprar equipos nuevos, R. compro de todo. Era lindo ver las pasturas que conseguía hacer, pero el precio de la carne cayó, nos vino encima una sequía, y R. no pudo pagar los créditos que había sacado para comprar tecnología. Terminó vendiendo el campo a un carnicero (Entrevista a Carlos A.L., 60 años, casado, 5 hijos, productor em 196 hectáreas na provincia de Buenos Aires, Argentina. Julho de 2006).

9.3. OPORTUNIDADES

Qualidade alimentar e respeito ao meio ambiente. Como veremos nos capítulos finais dessa tese, a pecuária familiar gaúcha, realizada de maneira extensiva e com baixos insumos e capital, produz produtos muito valorizados pelos consumidores mais “conscientes”. O fato dos animais serem alimentados a pasto gera carne muito apreciada na União Europeia: a cota Hilton de importação de carnes argentinas, uruguaias e brasileira para esse continente não

aceita carne de gado criado em confinamento e exige garantias sobre a origem do gado. A pecuária extensiva é menos agressiva para o meio ambiente que a agricultura, como demonstram Númerosos estudos sobre o vínculo entre biodiversidade e essa atividade (analisaremos esse ponto em maior detalhe no capítulo sobre a relação entre pecuária, identidade e paisagem). Essas características permitem identificar oportunidades para diferenciar e adicionar valor aos produtos da pecuária familiar gaúcha. Porém, várias inovações, como a rastreabilidade do gado e a gestão ambiental das unidades produtivas, ainda parecem fora do alcance de muitos pecuaristas.

Maior protagonismo da mulher. Apesar da firme masculinização do campo, originada pelo êxodo constante de jovens mulheres, nossa pesquisa demonstrou um aumento do papel das mulheres pecuaristas na tomada de decisões produtivas. Já não são unicamente colaboradoras invisíveis ou observadoras que assistem aos maridos e filhos, se não também mulheres com o poder de influenciar o caminho a ser seguido pela unidade produtiva. Esse aspecto será analisado com maior detalhe no capítulo sobre o papel da mulher na pecuária familiar gaúcha.

9.4. AMEAÇAS

Concorrência pelo uso da terra. O aumento dos preços da terra devido ao avanço de monoculturas de soja e eucaliptos no bioma Pampa tem dificultado os planos de expansão dos pecuaristas familiares. O parcelamento se intensifica por causa das heranças e os pecuaristas não conseguem manter a escala da propriedade. A agriculturização do Pampa causa a marginalização da pecuária, que migra para solos mais pobres ou é obrigada a intensificar o sistema de *feedlots* ou confinamento, que sofre resistência dos pecuaristas familiares entrevistados. Como diz um pecuarista argentino entrevistado para essa tese, ao ser perguntado sobre se optaria pelos subsídios do governo para fazer confinamento animal:

Não gosto de vaca criada como porco. O gado tem que caminhar, comer pasto natural, produzir carne sadia, sem colesterol nem hormônios. Cada bezerrinho é para mim como um filho: leva nove meses para nascer, e ao menos um ano para se desenvolver. Gostaria de tê-los comigo até tornarem-se bozinhos, mas tenho que vender para quem vai confiná-los num curral e vender pelo triplo do preço. E o coitado do consumidor vai achar que está comendo carne do “Pampa do Campo Gaúcho”! (Entrevista a Carlos A.L., Pigue, Argentina, 2006).

Êxodo rural. A expulsão da família do campo (especialmente das mulheres e dos jovens) impede a necessária renovação geracional e contribui ao já avançado envelhecimento da população rural. Também priva as unidades produtivas da criatividade, energia e abertura típica dos jovens. Em certas ocasiões, o êxodo rural é inevitável ou até positivo, pois abre

novas perspectivas aos jovens que estudam ou arrumam emprego na cidade. Porém, muitos jovens sentem uma forte vocação pela pecuária e gostariam de suceder a seus pais na unidade produtiva. Nesses casos, a expulsão forçada dos jovens pela falta de terra ou de perspectivas de futuro não só abala a sustentabilidade da unidade produtiva, mas também destrói vocações e projetos de vida.

Mudança do clima. Mesmo se não existem certezas sobre o alcance real das mudanças de clima no bioma Pampa, é aceito que a pecuária familiar está pouco preparada para se adaptar ao aquecimento do planeta. No Rio Grande do Sul, os cada vez mais extensos plantios de arroz e de eucaliptos atentam contra os já reduzidos recursos hídricos do Estado. No Oeste da Província de Buenos Aires, área de nosso estudo na Argentina, as secas tem desertificado vastas áreas antes dedicadas à pecuária. No Uruguai, a seca de 2006 deixou milhares de pecuaristas sem produção. A Embrapa mostrou como as mudanças climáticas podem mudar a geografia e a produtividade da agricultura no Brasil, mudando o mapa das plantações. Assim, o café do Sudeste vai ter que migrar para o Sul, que também vai ser a região mais propícia para mandioca e a cana. A soja, rainha do Rio Grande do Sul, não mais brotará por lá e muitas espécies vegetais autóctones desaparecerão (EMBRAPA, 2008). Em um informe de Terramerica, vinte e três cientistas latino-americanos responderam um extenso questionário sobre os principais desafios decorrentes da mudança climática na América Latina. No relatório, apresentado no INPE em novembro de 2009, os especialistas lembraram que o efeito mais evidente e negativo da mudança climática no Uruguai, no Pampa argentino e no sul do Brasil é o aumento da variação climática e a maior ocorrência de eventos extremos. Segundo o mesmo informe, a América Latina e o Caribe podem sofrer uma perda de renda agropecuária de até 12%, em um cenário de mudança climática leve, e de até 50% num cenário mais grave. (TERRAMERICA, 2009).

Apresentaremos a seguir um estudo aprofundado de alguns aspectos dos pontos fracos e das oportunidades da pecuária familiar gaúcha.

10. PONTOS FRACOS: A COMUNICAÇÃO FAMILIAR NA TRANSMISSÃO DA UNIDADE PRODUTIVA

As pesquisas sobre a temática “juventude” estão muito em voga nas ciências sociais voltadas ao estudo do “rural”. Como lembram Brumer & Dos Anjos (2008) o interesse nessa temática decorre, por um lado, dos elevados índices migratórios do meio rural em direção às cidades, com a predominância de jovens e, entre eles, de mulheres, implicando no envelhecimento e masculinização da população rural; e, por outro lado, do aumento de problemas ligados à sucessão geracional nos estabelecimentos familiares, “seja pela

dificuldade de encontrar sucessor entre os filhos dos proprietários, seja pelos conflitos entre os herdeiros legais em torno da partilha do patrimônio familiar” (BRUMER & DOS ANJOS, 2008, p. 8).

Segundo Almeida (1986), a reprodução na agricultura familiar é abordada de duas formas: como reprodução cotidiana (ou no curto prazo) e reprodução geracional (ou no longo prazo). A primeira abordagem diz respeito à “como a unidade familiar se reproduz no ciclo anual, combinando trabalho, recursos naturais e conhecimento tradicional para atender ao consumo familiar e para repor os insumos necessários ao reinício do processo” (ALMEIDA, 1986, p. 67). Este aspecto envolve a “lógica econômica da família, que preserva famílias via trabalho e consumo”. Na segunda abordagem, são analisadas as condições de permanência – ou reprodução - da unidade produtiva enquanto tal, envolvendo o trabalho dos membros da família.

Brumer & Dos Anjos explicam que no estudo desta reprodução levam-se em conta as formas de utilização da terra e de alocação do trabalho e o uso de recursos naturais e como esses podem garantir ou não a existência da unidade produtiva no curto prazo e por mais de uma geração” (BRUMER & DOS ANJOS, 2008, p. 9).

Nesse sentido, os pecuaristas familiares gaúchos de nossa pesquisa manejam suas unidades produtivas com duas finalidades: (i) no curto prazo, para produzir os meios econômicos para satisfazer as necessidades básicas de suas famílias, (ii) no longo prazo, para reproduzir o seu modo de vida ao longo das gerações. A respeito da segunda finalidade, as entrevistas permitiram confirmar que 9 de cada 10 pecuaristas familiares gaúchos desejam que os seus filhos continuem na atividade, ainda que combinada com uma atividade profissional. Somente aqueles cuja quantidade de terra não era suficiente para garantir a sucessão entre todos os filhos expressaram a intenção de que ao menos alguns deles procurassem trabalho fora da unidade produtiva.

Perguntados sobre que gostariam de fazer caso ganhassem uma grande quantidade de dinheiro (por exemplo, na loteria ou na Megasena), em quase 95% dos casos os entrevistados anunciaram que gostariam de comprar mais terras e gado para poder deixar uma herança aos filhos que lhes permitissem continuar na atividade. Esses resultados se mantiveram estáveis nos três países estudados.

A reprodução dos modos de vida no curto e no longo prazo só pode ser atingida, caso exista terra para dividir entre os filhos, por meio de uma transmissão bem sucedida da unidade produtiva das velhas às novas gerações. Porém, o êxodo massivo dos jovens nas áreas rurais, o envelhecimento da população rural e a falta de inovação e renovação tão necessárias para a melhora da sustentabilidade do modo de vida gaúcho têm demonstrado

o fracasso dos padrões tradicionais da transmissão. Isso acontece por três razões: (i) o aumento do preço da terra, que impede a compra ou o arrendamento de novas terras para dividir entre os herdeiros, (ii) a rápida fragmentação (“parcelamento”) ao longo das gerações, que converte as unidades produtivas em minifúndios economicamente insustentáveis, (iii) um tema muito menos estudado: o papel da comunicação no seio da família.

Em efeito, muitas análises sobre reprodução social na agricultura familiar contemplam os processos sucessórios, e seus diferentes aspectos, tais como as formas, “regras” ou estratégias de sucessão entre gerações na agricultura e suas mudanças; as articulações destas estratégias de sucessão com outras estratégias familiares de reprodução, ou seja, com outras formas de atividade social dos filhos e filhas com origem na agricultura familiar; e como estas estratégias de reprodução social pressupõem diferenças entre os sexos (BRUMER & DOS ANJOS, 2008). Porém, poucos analisam o problema do ponto de vista da comunicação entre gerações. Assim, nesse trabalho, analisaremos o papel da comunicação intra-familiar na transmissão da propriedade através das percepções dos pecuaristas familiares do Rio Grande do Sul, do Uruguai e da Argentina.

O principal objetivo desse capítulo é identificar as dificuldades comunicacionais e de tomada de decisões enfrentadas pelos pecuaristas familiares gaúchos na hora de planejar a transmissão da unidade produtiva. Procuramos identificar as barreiras para conversas produtivas e os obstáculos para a tomada de decisões no seio da família. Os resultados poderiam ajudar os extensionistas rurais e os tomadores de decisões em geral a compreender a importância da comunicação intra-familiar na hora de fornecer assistência para um planejamento sucessório bem sucedido.

Nossas hipóteses são duas: a primeira, que os padrões de transmissão tradicional da pecuária familiar gaúcha não conseguem responder de maneira satisfatória às novas incertezas originadas pelo aumento do preço da terra no bioma Pampa. A inexistência de um modelo alternativo de transmissão para os pecuaristas familiares tradicionais tem-se traduzido na migração dos filhos (e especialmente, das filhas) para as cidades e o arrendamento / venda da terra para a monocultura em grande escala. A segunda hipótese é que a estratégia - frequente entre os pecuaristas gaúchos entrevistados - de adiar o planejamento da sucessão para evitar conflitos e “esperar para ver o que acontece”, agrava essa situação e deveria ser substituída pela inclusão das novas gerações nas discussões e decisões vitais sobre o futuro da unidade produtiva.

10.1. A COMUNICAÇÃO INTRAFAMILIAR: UM ASPECTO POUCO ESTUDADO

A transmissão da unidade produtiva tem sido amplamente estudada em pesquisas quantitativas. Nesse capítulo, tentamos usar o método qualitativo e da análise temática para explorar o papel da comunicação no planejamento da transmissão das unidades produtivas no bioma Pampa. Através da análise temática, analisamos sequências curtas das entrevistas para explorar a relação e a comunicação entre diferentes gerações dentro da mesma unidade produtiva no que respeita a transmissão. Após a realização das entrevistas semi-estruturadas, foram selecionadas aquelas famílias com duas ou mais gerações que participaram voluntariamente e ativamente da entrevista, e que também tinham expressado seus planos de transmissão e suas visões sobre o futuro de suas unidades produtivas. Ao menos nove famílias atingiram esses critérios (3 no Uruguai, 3 no Brasil e 3 na Argentina). Nas entrevistas, tentamos conversar com representantes de pelo menos duas gerações (geralmente o chefe ou chefe da família, seu cônjuge, e algum dos filhos ou netos). Isso permitiu ouvir as perspectivas de distintas gerações sobre a transmissão da unidade produtiva. Os entrevistados selecionados tinham entre 11 e 81 anos. Como mostramos na Tabela 13, as famílias que participaram do estudo constituem uma amostra heterogênea em termos de conformação da família, dos membros da família entrevistados, do tipo de manejo do gado, da superfície da unidade produtiva, da localização geográfica, e do nível de planejamento da transmissão da unidade produtiva (PTUP). Por planejamento da transmissão, entendemos as ponderações e discussões sobre a transmissão que levará a implementação de um plano. Seguindo a matriz de análise de Kaplan et al. (2009) para o estudo da sucessão em unidades produtivas familiares na Pennsylvania, EE.UU., identificamos três categorias de planejamento da transmissão:

Planejamento significativo. Essas famílias desenvolveram planos de transmissão da UP e atuaram para implementar esses planos. Entre outras características, essas famílias demonstraram clareza na hora de identificar o(s) sucessor(es) e de que maneira o capital seria dividido entre os filhos. Um sentido de “urgência” foi evidenciado no discurso de alguns dos membros mais velhos desse tipo de famílias, do tipo “devemos fazer a transmissão agora que estamos vivos” ou “devemos fazer o possível para manter o campo nas mãos da família”. As estratégias de transmissão específicas dessas famílias foram variadas.

Planejamento moderado: esse tipo de família tem começado a desenvolver planos de transmissão e maneiras de implementar esses planos. Apesar dessas famílias também atribuírem um alto nível de importância ao tema da sucessão, por várias razões que explicaremos na parte sobre os resultados da pesquisa, esses planos não foram finalizados

nem implementados. Os membros jovens da família compreendiam claramente o comprometimento de seus pais para manter a UP dentro da família. Porém, os planos específicos de sucessão não eram claros. Não tinham sido definidos assuntos como a maneira em que seria dividido o capital (terra, máquinas, veículo, casa, etc.) entre os irmãos e os papéis e responsabilidades específicos para cada membro da família. Em três dessas famílias, existia um candidato principal para receber a UP, mas esse candidato não confirmou se planejava assumir o controle da UP.

Planejamento limitado: Esse tipo de famílias não tinha desenvolvido planos para a transferência da UP. Não foram percebidos esforços por tratar o tema da transferência nem um sentido de urgência sobre o assunto. Foram várias as razões perce

Tabela 13. Informação sobre os casos selecionados

Família Entrevistada e País de Origem	Conformação da Família	Nível educativo do chefe da UP	Que membros da família foram entrevistados? n = 20	Tamanho da Unidade Produtiva (em hectares)	Tipo de manejo (cria, recria, engorda, ciclo completo)	Nível de Planejamento da Transmissão da UP
R.I. Argentina	Pai, Mãe, três filhos (dois meninos em idade escolar e uma menina cursando o ensino médio)	Médio Completo	Pai, Filho de 11 anos, Filha de 16 anos	486 ha.	Criador	Limitado
C.A.L. Argentina	Pai, Mãe, cinco filhos adultos (quatro mulheres e um homem)	Básico Completo	Pai, Mãe, Filha de 34 anos	196 ha.	Criador	Moderado
R.F. Argentina	Pai, Mãe, oito filhos adultos e adolescentes (seis homens e duas mulheres)	Básico Completo	Pai, Mãe, Filho de 35 anos e filho de 27 anos	150 ha.	Criador	Limitado
A.R. Uruguai	Pai, Mãe, dois filhos (dos homens jovens e uma menina em idade escolar)	Médio Completo	Pai, Mãe, Filho de 27 anos	600 ha.	Ciclo Completo	Limitado
J.R.S. Uruguai	Pai, Mãe e filho adulto	Básico Incompleto	Pai, Mãe e filho de 30 anos	350 ha.	Criador e engordador	Moderado
C. D. Uruguai	Avos, Pais, Filhos e Netos (quatro gerações)	Básico Completo	Avos, Pai, Neto	400 ha.	Ciclo completo	Significativo
W.M.B. Brasil	Pai, Mãe, dois filhos jovens (homens)	Médio incompleto	Pai e Filhos	550 ha.	Ciclo completo	Significativo
J.N. Brasil	Avo, Pai, Neta	Básico Completo	Avo, Pai, Neta de 15 anos	420 ha.	Criador e engordador	Limitado
I.N.D.L. Brasil	Pai, Mãe, Filho adulto	Superior Incompleto	Pai, Mãe, Filho de 50 anos	400 ha.	Ciclo completo	Significativo

Fonte: Dados da Pesquisa, 2006 e 2007

As entrevistas incluíram várias categorias de perguntas: (i) informação socioeconômica e produtiva; (ii) perspectivas sobre o futuro da UP; (iii) tomada de decisões na UP; (iv), planos e processos de transmissão da UP; (v), dinâmicas comunicacionais dentro da família.

As entrevistas duraram entre 90 minutos e duas horas. A análise dos dados incluiu um processo indutivo a partir dos pontos e temas mencionados durante as entrevistas (por exemplo, as respostas relativas à comunicação dentro da família) e dedutivo, a partir do estado da arte que contextualiza o estudo. Usando a técnica de análise temática descrita entre outros por Strauss & Corbin (1990), foram anotados padrões e temas de interesse encontrados nas entrevistas. Cada transcrição da entrevista foi examinada e organizada por temas que eram explícita ou implicitamente mencionados pelos entrevistados na hora de expressar as dificuldades sobre a transmissão e as ações empreendidas para superar esses obstáculos. Para cada tema identificado foram extraídas partes das respostas que serviram como exemplos da dinâmica comunicacional da família sobre a transferência da UP.

10.2. O FIM DA TRANSMISSÃO TRADICIONAL

Até a metade do século XX, os pecuaristas gaúchos garantiam a transmissão através de um conjunto de opções, tais como a repartição do capital entre o herdeiro mais velho (“maiorazgo”, tradicional na Argentina e no Uruguai), ou o mais novo, no “minorato”, que segundo ABRAMOVAY et al (1998) foi praticado no Estado do Rio Grande do Sul até a década de 1970. Os padrões sucessórios que garantiram terra a apenas um entre os diferentes herdeiros respondem, em grande parte, pelo fato de a estrutura agrária da Grã-Bretanha ser tão menos pulverizada que no restante da Europa. Na França, a vigência do Código Napoleônico contribuiu para uma subdivisão, algo que as políticas fundiárias, a partir dos anos 60 do século XX, procuraram corrigir (DROULERS, 2009).

A tradição britânica da primogenitura existe em alguns estados da Alemanha e em Luxemburgo, embora, nestes casos, estejam previstas formas de compensação para os não herdeiros. Assim, a primogenitura não significava abandono dos filhos mais novos, uma vez que era feita uma reserva para o dote das moças, e se considerava o investimento na formação profissional dos filhos não agricultores uma forma indireta de compensação (GASSON e ERRINGTON, 1993).

Com o fim do maiorazgo ou o minorato, os agricultores familiares gaúchos começaram a poupar a vida inteira para comprar ou arrendar mais terras para quando os filhos chegassem à maioridade, facilitando assim a divisão sucessória sem cair na fragmentação excessiva da

unidade produtiva (ABRAMOVAY et al., 1998; DE MELLO et al, 2003). Nessa ótica, a formação de novas gerações de agricultores envolvia um processo composto por três partes: (i) a sucessão profissional, isto é, a passagem do manejo da unidade produtiva e da capacidade de utilização do patrimônio para a próxima geração; (ii) a transferência legal da propriedade da terra e dos ativos existentes; e, (iii) finalmente, a aposentadoria, quando diminui o trabalho e, sobretudo, o poder da atual geração sobre os ativos que compõem a unidade produtiva (DURSTON, 1996; GASSON & ERRINGTON, 1993). Como afirmam Woortmann & Woortmann (1997) em todos os casos se valoriza a manutenção da casa paterna ou materna, mas sobretudo, a reprodução do modo de vida ligado à atividade agrícola.

Porem, as estratégias tradicionais de sucessão estão fracassando. Prova disso são a ruptura da cadeia sucessória, o êxodo massivo dos jovens nas áreas rurais, o fechamento de unidades produtivas familiares e a redução das possibilidades de inovação e renovação tão necessárias para a sustentabilidade de seus modos de vida (DURSTON, 1997; BARDOMAS, 2000).

No caso do Brasil, em 1970 foi registrado o maior índice de habitantes rurais, com 41 milhões de pessoas (44% da população total). À partir de então, tem ocorrido um declínio populacional constante no meio rural, sendo que em 1996 o seu número de habitantes chegou a um total de 33,8 milhões (22% do total da população brasileira). Tratando-se da região Sul, durante os anos 1970, quase metade (45,5%) da população rural que residia nesta região no início da década sai do campo e vem daí nada menos que 29% de todos os migrantes rurais do país. Desde 1995, a população rural do Rio Grande do Sul tem experimentado uma redução de 2 milhões de habitantes. Os subsídios, os incentivos econômicos, o aparato institucional mobilizados para estimular a adoção de técnicas produtivas e culturas altamente poupadoras de mão-de-obra e o parcelamento fundiário entre famílias numerosas são certamente as razões principais de um êxodo tão rápido (ABRAMOVAY, 2000).

O parcelamento das unidades produtivas acontecem num contexto de ruptura do padrão anterior de transmissão e de inexistência de um modelo alternativo, claramente definido e legitimado pelos membros da família (DE MELLO et al., 2003). Diante das dificuldades objetivas para a formação de novas unidades produtivas, os conflitos que surgem durante o processo sucessório agora são maiores.

Em seus trabalhos para a CEPAL, John Durston (1997) indica que a juventude se constitui como uma etapa marcada pela tensão e conflitos estabelecidos em decorrência dos processos típicos da construção de uma personalidade adulta, visto que geralmente os

filhos atingem a maturidade física e produtiva e encontram-se submetidos à autoridade paterna. Este processo assume contornos bastante dramáticos quando os solteiros com mais de 30 anos ainda encontram-se sob a autoridade paterna. Nestes casos, a contradição deve-se ao fato de que os jovens possuem condições para desenvolver projetos próprios, mais não possuem autonomia para o exercício destas capacidades.

Depende, sobre todo, de los padres -en parte porque estas capacidades no están desarrolladas al punto que le sería fácil manejar un hogar autónomo, y en parte porque los padres (con la sanción de la sociedad) no otorgan la autonomía total, y mantienen el control sobre las acciones de sus hijos e hijas, sea para cuidar su formación, sea para beneficiarse de las capacidades de éstos. Aunque es la tendencia predominante, no todos los jóvenes rurales se casan y establecen hogares, y si estos son proyectos personales largamente postergados se convierten en adultos carenciados. Estas vidas adultas carenciadas son el resultado de juventudes carenciadas, faltas de oportunidades de auto desarrollo (DURSTON, 1997).

Durston chama a atenção para o fato de que a maioria dos jovens rurais tem interesse em concretizar projetos próprios, independentes de seus pais. Porém, frequentemente se veem obrigados a postergar sua autonomia em função dos interesses familiares:

Aunque es evidente que no todos los individuos conforman, en su adultez, hogares que son autónomos de sus padres, (...) un individuo de 40 años, aunque no tenga pareja y viva con y depende de sus padres, no puede considerarse un joven. Más bien, puede decirse de él o de ella que se ha constituido sólo parcialmente como adulto. Esta constitución incompleta es aún más clara si el individuo ha tenido metas en su proyecto juvenil de vida (como, por ejemplo, ser independiente, definir y vivir una identidad sexual, ser aceptado y respetado con voz adulta en la sociedad civil) que no ha logrado concretar (*Idem*).

Assim, as questões relacionadas à sucessão não parecem objeto de uma preparação prévia e organizada por parte da maioria das famílias, tanto no que diz respeito à definição sobre quem fica no estabelecimento paterno, quanto à forma de remunerar os irmãos não sucessores, bem como do viés de gênero que parece excluir as filhas da possibilidade de serem sucessoras. A ruptura da cadeia sucessória tem, pelo menos, três causas: (i) as incertezas geradas pelo aumento do preço da terra, que impede a compra ou o arrendamento de novas terras para dividir entre os herdeiros, (ii) a rápida fragmentação (“parcelamento”) ao longo das gerações, que converte as unidades produtivas em minifúndios economicamente insustentáveis, (iii) o fracasso do planejamento da sucessão dentro da família. Os primeiros dois pontos (o aumento das incertezas e o parcelamento) foram amplamente estudados no contexto da sucessão familiar (ZIMMERMAN & FETSCH, 1994; KIMHI & LOPEZ, 1999). Porém, pouco se conhece sobre o último ponto: as razões que levam muitas famílias a adiar ou a evitar o planejamento da transmissão. De Mello et al. (2003), explicam que os planos para a transmissão se ajustam a uma “ótica da

continuidade”: evitar, tanto quanto possível, o parcelamento do seu patrimônio fundiário - cuja partilha, a partir de um certo ponto, constitui sinal inequívoco de debilidade – ou, se aceitarem o parcelamento do patrimônio paterno ou materno, ele não deve comprometer o mínimo necessário para garantir a sobrevivência da família. Neste capítulo exploraremos aspectos da comunicação e do processo de tomada de decisões familiar dos pecuaristas familiares gaúchos que parecem ter dificultado ou adiado os seus esforços de planejamento para uma transmissão bem sucedida, segundo os critérios da “ótica da continuidade”. Para atingir esse objetivo, foram selecionados nove das 75 famílias entrevistadas para essa pesquisa. O critério de seleção foi a presença e a participação ativa do pai, da mãe, e de ao menos um dos filhos na entrevista sobre o futuro da unidade produtiva. Como veremos mais adiante, os estudos de caso permitiram comprovar que a maioria dos entrevistados atribuem muita importância ao problema da sucessão, mas ao mesmo tempo admitem uma grande incerteza sobre a maneira concreta de garantir um processo bem sucedido. A incerteza nasce dos estilos de comunicação passiva característicos das gerações mais velhas, dos assuntos “tabu” (como a futura aposentadoria ou morte dos pais) e de questões sem resolver, como as formas de remuneração dos irmãos não contemplados com a terra paterna e o seu destino profissional, até o viés de gênero,

10.3. AVÔS, PAIS, FILHOS E NETOS...

A análise temática dos relatos sobre a origem familiar dos pecuaristas familiares entrevistados demonstrou que 75% dos chefes de família são filhos de pecuaristas, e 60% são netos de pecuaristas (Tabela 14). Essa característica, que não se encontra em outras profissões, é generalizada, até mesmo no exterior. Na Inglaterra, por exemplo, 80% dos agricultores que se dedicam em tempo integral à sua unidade produtiva são filhos de agricultoras, e metade de todos os agricultores ingleses cultivam exatamente o mesmo pedaço de terra onde trabalharam seus pais (GASSON e ERRINGTON, 1993:184).

Tabela 14. Número de chefes de UP entrevistados segundo a geração de pecuaristas a que pertencem, por país

Origem Familiar	Argentina	Brasil	Uruguai	Total
Filhos de pecuaristas	3	3	2	8
Netos de pecuaristas	3	2	2	7
Bisnetos de pecuaristas	3	1	2	6

Fonte: Dados da Pesquisa

No bioma Pampa, a mobilidade é igual à encontrada nos países europeus. 70% dos pecuaristas entrevistados ocupam aquela que era a sede da propriedade paterna (a proporção sobe para 80% ao se considerar também os casos em que a propriedade atual veio no dote da esposa). Em 25% dos casos, a terra foi comprada pela família (gerações anteriores ao chefe/a da unidade produtiva entrevistado). Nas três regiões, levantamentos de cartório do final dos anos 60 e 70 demonstraram que existia uma importante mobilidade proporcionada pela existência de um mercado de terras bastante dinâmico (alimentado pela venda de unidades e pelo parcelamento). Atualmente, as unidades familiares são adquiridas por grandes pecuaristas, comerciantes ou profissionais liberais, conforme constatado na pesquisa de campo e apontado por diversos autores como Arbeletche & Carballo (2007) e Silvestro et al. (2001).

Como expressa De Mello et al (2003), a nova geração de pecuaristas parece obedecer a uma espécie de automatismo: a agricultura familiar produz novas propriedades familiares.

10.4. UMA POPULAÇÃO ENVELHECIDA

Confirmando as estatísticas disponíveis sobre a população rural dos três países estudados, a pecuária familiar gaúcha é uma atividade relativamente envelhecida. No caso dos chefes de UP, 73% dos pecuaristas homens da Argentina tinham mais de 50 anos, e 37% mais de 61 anos. A maior proporção de chefes de UP jovens foi achada no Uruguai, onde 64% dos entrevistados tinham 50 anos ou menos. O Rio Grande do Sul resultou ser o Estado com maior índice de chefes de UP idosos: mais da metade (55%) tem mais de 60 anos e 1 de cada três tem mais de 70 anos.

No caso das mulheres chefas de unidade produtiva, elas são em geral mais jovens do que os homens nos três países, com a maioria na faixa dos 41 aos 50 anos (Tabela 15).

Tabela 15. Faixas de idades dos chefes e chefas de unidade produtiva entrevistados, por país

Idade	Chefes da UP						Chefas da UP					
	Argentina		Brasil		Uruguai		Argentina		Brasil		Uruguai	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
0-20	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
21-30	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
31-40	6	27	0	0	4	16	2	50	1	20	1	20
41-50	4	18	6	30	12	48	1	25	3	60	3	60
51-60	4	18	3	15	4	16	0	0	0	0	1	20
61-70	8	37	5	25	4	16	1	25	1	20	0	0

70 - Mais	0	0	6	30	1	4	0	0	0	0	0	0
Total	22	100	20	100	25	100	4*	100	5	100	5*	100

Fonte: Dados da pesquisa. (* = o total é maior que 25 pois existem casos de chefia compartilhada entre homem e mulher na UP)

O envelhecimento da população rural não é exclusivo dos Pampas. No Brasil, Chacon apontou o mesmo fenômeno no semi-árido nordestino (CHACON, 2007). Nos Estados Unidos, a idade média dos chefes de unidades produtivas era, no censo de 2002, 55.3 anos. Os chefes de família de 65 anos ou mais eram nesse país 1 de cada 6 em 1978, mas cresceu até chegar a 1 de cada 4 em 2002. No mesmo ano, o número de chefes de família com 65 anos ou mais era 4 vezes maior que o número de chefes de família de menos de 35 anos (ALLEN & HARRIS, 2005).

Como consequência do envelhecimento da população rural, aumenta a quantidade de transferências de propriedades e a concentração de grandes quantidades de terra em novas mãos. Porém, poucos chefes e chefas de família de idade avançada parecem ter planejado satisfatoriamente a sucessão da sua unidade produtiva.

Com relação ao nível educativo, os resultados da amostra coincidiram com as estatísticas de censos realizados nos três países: 29% dos entrevistados dos três países tinham, no mínimo, o ensino médio completo. Desses 29%, 9% tinham realizado estudos superiores completos. Tanto em nossa amostra quanto nos relatórios do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) utilizado pela ONU, verifica-se que os melhores índices são os da Argentina e do Uruguai, ambos com 95% da sua população alfabetizada. O Brasil atingiu um patamar de 78% da população alfabetizada, a menor taxa de alfabetização do Mercosul.

Segundo a ONU, nos três países existe uma grande diferença entre os níveis de escolarização das populações rural e urbana, com desvantagem para a primeira. Na Argentina, esta tendência ainda persiste entre as novas gerações. No país, 96% das crianças em idade escolar frequentam a escola no meio urbano, enquanto no meio rural este índice diminui para 84%, aprofundando-se esta tendência na medida em que aumenta a idade. Nesse país, ainda que a frequência escolar entre os rurais seja maior para o sexo feminino (32%) do que para o masculino (28%), a proporção dos que nunca frequentaram a escola é de 7% para ambos os sexos (MDA/NEAD, 2006).

No Brasil, o índice de pessoas sem escolaridade no meio rural, para ambos os sexos, é quase o dobro do que no meio urbano (respectivamente 31% e 17%). Entre a população rural, o analfabetismo é um pouco menor entre as mulheres (29,9%) do que entre homens (32,9%).

No caso do Uruguai, não existem diferenças em termos relativos, considerando o total da

população, entre homens e mulheres sem escolaridade (a taxa de analfabetismo, para ambos os sexos, é de 4,6%). Observa-se, contudo, uma diferença importante quando se consideram os grupos de idade. Por um lado, constata-se que o índice de pessoas sem instrução tende a ser maior conforme aumenta a faixa etária. Por outro, e talvez este seja o aspecto mais revelador da tendência deste país: entre os mais jovens (grupo de 14 a 24 anos) as mulheres apresentam uma taxa de analfabetismo de 0,8% e os homens de 1,7%. Isto reverte a situação verificada no grupo de mais idade (65 anos e mais) onde as mulheres representam 16,9% e os homens 10,9% dos analfabetos.

Nas pessoas selecionadas para nossa amostra, não foi percebida uma grande diferença entre o nível de escolaridade dos homens e das mulheres chefes de UP. Assim, na província de Buenos Aires e no litoral do Uruguai foi identificada a maior quantidade de pecuaristas com estudos médios e superiores completos, tanto entre homens quanto entre mulheres. No Rio Grande do Sul, a maior parte dos entrevistados (homens e mulheres) tinham ensino fundamental incompleto ou completo, e existiram menos casos de pecuaristas com ensino médio completo (Tabela 16).

Tabela 16 . Nível de escolaridade dos chefes e chefas de família entrevistados, por país, em números e em percentuais

Escolaridade	Argentina				Brasil				Uruguai				Total
	N. Chefes da UP	%	N. Chefas da UP	%	N. Chefes da UP	%	N. Chefas da UP	%	N. Chefes da UP	%	N. Chefas da UP	%	
Analfabeto / semi-analfabeto	0	0	0	0	2	7	0	0	0	0	0	0	2
Ensino fundamental incompleto	0	0	0	0	5	36	4	45	3	14	0	0	12
Ensino fundamental completo	6	24	0	0	6	43	5	55	2	9	1	33,3	20
Ensino médio incompleto	4	16	1	4	0	0	0	0	5	23	1	33,3	10
Ensino médio completo	6	24	1	4	0	0	0	0	5	23	0	0	12
Ensino superior incompleto	2	8	1	4	1	7	0	0	4	18	0	0	8
Ensino superior completo	2	8	2	8	1	7	0	0	3	14	1	33,3	9
Total	20	80	5	20	14*	100	9	100	22	100	3	100	73

Fonte: Dados da pesquisa (* = sem dados para dois entrevistados). (2006-2007)

Em nossa pesquisa, dos 5 pecuaristas familiares entrevistados de 51 anos ou mais, só 2 tinham designado um sucessor (Tabela 17)

Tabela 17. Percentagem dos chefes e chefas de família de 51 anos ou mais que afirmaram ter escolhido o sucessor

Sucessor(a) Escolhido	Argentina	Brasil	Uruguai
Sim	0	1	1
Não	3	2	2
Total	3	3	3

Fonte: Dados da pesquisa

As consequências da falta de planejamento sobre o futuro podem ser graves. Assim, se a unidade produtiva for herdada por vários herdeiros, os impostos, a herança e outras despesas podem afetar negativamente a unidade produtiva e seus novos proprietários. Uma sucessão mal sucedida pode transformar os herdeiros em proprietários incapazes de manejar a unidade familiar devido aos conflitos familiares gerados pela divisão da terra e do capital, principalmente para satisfazer aos herdeiros que procuram simplesmente receber em dinheiro a sua parte do negócio.

10.5. FATORES CHAVES NA DINÂMICA COMUNICACIONAL DA FAMÍLIA

Os temas apresentados a seguir foram identificados como fatores chave na dinâmica comunicacional das famílias e como obstáculos para o planejamento de uma transmissão bem sucedida.

Comunicação Passiva: muitos dos entrevistados poderiam ser retratados como comunicadores passivos. Quando respondiam a perguntas sobre como a família planejava ou negociava os planos de futuro para a UP, parte dos entrevistados evitava dar respostas explícitas, principalmente se estivessem na presença dos filhos, ou davam a entender que preferiam não tratar do assunto. Os comentários a seguir, feitos por familiares com um nível de PTUP limitado ou moderado, expressam a confiança em uma compreensão específica dos respectivos papéis e responsabilidades.

Yo no les pregunto nada a mis hijos sobre sus planes futuros porque no me gusta presionarlos... pero ellos saben que mantener el campo es un deber moral, para no perder las raíces. Cuando yo no este mas, alguno de ellos debera tomar la antorcha (Pai de 5 filhos, com nível de PTUP limitado).

Discutir sobre o processo sucessório e hereditário é, evidentemente, incômodo, não só por

envolver o tema da morte mas também por implicar a questão da transferência do poder sobre o uso dos recursos existentes. O aumento na expectativa de vida profissional dos pais amplia o período de inter-relações de trabalho entre pais e filhos. A partilha das responsabilidades, entretanto, está longe de acompanhar essa nova realidade demográfica: ao invés de criar uma sociedade com distribuição minimamente equânime de direitos e responsabilidades pela qual os filhos pudessem assumir parte da gestão do imóvel - como foi o caso dos *Groupements Agricoles d'Exploitation em Commun* (GAEC), na França - em geral os pais continuam dirigindo os estabelecimentos sem a participação ativa dos sucessores. Essa situação constitui uma ameaça ao próprio desenvolvimento da unidade produtiva, o que inibe a atividade, o talento e a capacidade inovadora dos jovens e os estimula a buscar outras alternativas de vida.

No me gusta hablar de la sucesion, porque es como enterrar a los padres cuando todavia estan vivos. Es una falta de respeto (Pai com nível de PTUP limitado).

Solo los angurrientos (N.E.: muito ambiciosos) hablan de plata y de herencia con los padres. Lo importante es trabajar y estar unidos (Pai com nível de PTUP limitado).

El dia que yo falte (N.E.: quando o entrevistado morrer) no habra problemas en la familia con esos temas de herencias, porque mis hijos son todos muy unidos. Yo los ensenie a no pelear, asi como yo nunca pelee con mis hermanos (Avo com nível de PTUP limitado).

Planejamento adiado devido a incertezas externas e internas: os chefes de UP de seis das famílias estudadas (66%) fizeram comentários indicando atrasos significativos nos planos de transmissão devido ao nível de incerteza nas vidas de alguns membros da família. Os dois tipos mais comuns de assuntos que adiavam ou inibiam os esforços para estabelecer ou finalizar a transmissão eram externas (a incerteza respeito do mercado e das decisões dos governos) e internas (vinculadas a escolha da carreira dos filhos e as relações pessoais dos filhos, como casamentos, gravidez não planejada, etc.)

- Incerteza a respeito do mercado e do governo

Mi anhelo seria que mis hijos pudieran seguir en el campo y que estuvieran bien. Qué va a pasar con mis dos hijos que ahora estan en el campo? No sé!... Yo no soy demasiado optimista sobre el futuro de mis hijos... acá los problemas son de fondo... no sé qué va a pasar con la ganaderia... (Pai, nível de PTUP limitado).

El horizonte del campo esta de color gris oscuro... Con este gobierno, no podemos ser muy optimistas (Mãe, nível de PTUP limitado)

- Esperando a escolha da carreira dos filhos

Os pais de várias das famílias entrevistadas expressaram interesse em vincular os filhos às atividades da UP, mas tiveram que esperar o retorno do filho após os estudos ou a escolha de uma carreira. Um pai com nível moderado de PTUP expressou:

Mi padre me dio a elegir entre estudiar y trabajar. A mi, como me gustaba mucho el campo, se me dio por trabajar. Hoy me arrepiento, porque veo a mis vecinos que estudiaron y que les fue mucho mejor. Por eso a mi hijo lo incentive a que estudie una carrera universitaria. Es veterinario, y el sabra dentro de un tiempo si quiere volver al campo o si es mejor alquilar (Pai com nível de PTUP significativo).

Um outro pai, com um nível de PTUP limitado, diz:

Cuando yo era joven, lo único que queria era poder comprar un pedazo de tierra para poder establecerme como productor ganadero. Ahora que tengo la tierra y el ganado, un hijo se me fue a la ciudad y se caso, y al otro [N.E.: presente na entrevista] no le gusta trabajar en el campo. Parece que tuviera las manos hechas de manteca. (Pai, com nível de PTUP limitado).

Mesmo em famílias com um importante nível de PTUP, existia incerteza a respeito da escolha da carreira dos filhos. O pai de uma outra família afirmou:

Somos dos hermanos viviendo cada uno con sus hijos en la misma propiedad. Hoy estamos en equilibrio y ya hemos pensado en la division cuando mi padre [N.E.: presente na entrevista, de 81 anos) ya no este. Pero no sabemos lo que va a pasar cuando les toque tomar el mando a nuestros hijos. Todo depende de lo que quieran de la vida.

- Preocupação sobre a estabilidade do casamento ou da família do filho/a sucessor.

Os seguintes comentários foram feitos por pais preocupados sobre as relações pessoais dos filhos.

Yo no entiendo lo que este hijo mio quiere hacer cuando yo me muera.... [N.E.: nesse ponto da entrevista, o pai pede ao filho, de 30 anos, que saia da sala para não ouvir a conversa. So o pai e a mãe ficam]. Este hijo nuestro no se ha casado, no ha terminado los estudios, y tenemos miedo de que se le acerque alguna mujer interesada y se lleve lo que nos queda. Por eso, estamos planeando no dejarle el manejo total del campo a el, sino a un vecino mio [N.E.: M.P, também entrevistado para essa pesquisa) que criamos nosotros cuando quedo huerfano y que nos inspira mucha mas confianza (Pai com PTUP significativo).

O pai de uma das famílias com um nível moderado de PTUP resumiu assim o desafio de enfrentar assuntos pessoais:

Es trabajador, pero nunca se sabe bien lo que piensa (Pai, PTUP limitado).

Tentativas para incorporar as percepções dos filhos nas conversas sobre a unidade familiar: mesmo se a maioria dos pais compreenderam que o planejamento da transmissão da unidade produtiva não pode ser realizado de maneira unilateral pela geração mais velha, existiram diferentes graus de envolvimento das perspectivas dos filhos nas conversações. Alguns pais tentaram influenciar nas respostas dos filhos.

Yo lo quiero hacer valorar lo que significa trabajar en el campo, pero lo que le digo le entra por una oreja y le sale por la otra (Pai, nível de PTUP limitado).

Um pai de família com um nível moderado de PTUP descreveu de que maneira ele e seus filhos adolescentes tomam decisões:

Yo cuando era joven tambien era rebelde, asi que los entiendo cuando defienden una idea, aunque yo no este de acuerdo (Pai, nível de PTUP significativo).

O pai citado abaixo demonstrou uma visão mais esclarecida sobre como envolver os filhos no planejamento da transmissão da UP e como comunicar o assunto com eles:

Yo estoy manteniendo el campo todo lo que puedo, para transmitirles la tierra a mis hijos. Yo cumplo con el deber moral que recibí de mi padre y de mi abuelo, y a ellos les tocara seguir con ese deber moral para no perder las raíces. Pero como lo haran, de que manera, eso depende de ellos. El campo es chico y no va a alcanzar para todos. Se podra alquilar, o uno de ellos podra mantener solamente la casa del campo como un centro de reunion para todos (Pai de com nível de PTUP significativo).

Persistência dos chefes de UP idosos: o processo sucessório na agricultura familiar está organizado em torno da figura paterna, que determina o momento e a forma da passagem das responsabilidades sobre a gestão da unidade produtiva para a próxima geração. Enquanto o chefe ou chefe de família tiver condições de dirigir a unidade produtiva, a transmissão não terá lugar. Um exemplo é o caso de um produtor de 68 anos que atingiu essa idade sem que seu pai, que no momento da entrevista tinha 98 anos, aceitasse fazer a transmissão das responsabilidades. Após sofrer anos sem ter absoluta autonomia na gestão da unidade produtiva, o entrevistado aconselhou o filho a estudar uma carreira profissional que fornecesse autonomia.

No quiero que a mi hijo le pase lo que me paso a mi, tener que depender de las decisiones de mi padre cuando ya tengo la cabeza llena de canas.

Solo cuando faltó mi papa (N.E.: eufemismo para indicar que o pai faleceu) pude cambiar el sistema productivo para priorizar la ganaderia vacuna. Hasta ese momento, lo que mi padre decia era la ultima palabra, aunque yo ya tenía 50 años y el 78.

Somente poucos entrevistados concordam em passar seu poder gerencial “quando o sucessor estiver preparado”. No outro extremo, mais da metade dos filhos que participaram das entrevistas disseram que o momento mais adequado para que assumam a responsabilidade pela unidade produtiva é quando “o filho demonstrar capacidade de gestão autônoma”. Como comentou um pai em frente a seus filhos de 35 e 27 anos:

Los chicos tienen mucha voluntad para manejar el campo, pero yo todavía los veo verdes (N.E.: inmaduros)

Quando se trata do gerenciamento do trabalho na unidade familiar, quase um terço dos pais dizem que “todos participam do gerenciamento e do trabalho”. Apesar disso, é importante notar que em quase metade das respostas o pai controla todas as atividades e todos trabalham em todas as atividades. Em quase dois terços dos casos, portanto, o poder paterno é praticamente absoluto sobre a gestão do estabelecimento. Assim, o próprio reconhecimento e a remuneração do trabalho dos filhos tornam-se problemáticos. Um filho de 47 anos admitiu em frente ao pai, de 79 e quase cego:

Eu gosto de propor ideias, mas é o meu pai quem tem sempre a última palavra. É assim como deve ser. O filho deve respeitar os pais.

É verdade que o caráter rigidamente hierárquico da organização da unidade produtiva familiar tradicional parece hoje atenuado, o que permite diálogos mais abertos em torno dos processos sucessórios. São poucos os pais que não aceitam propostas vindas dos filhos, e a grande maioria valoriza os olhares “frescos” dos filhos. Também mostram orgulho da iniciativa dos filhos:

Uno de mis hijos esta estudiando en Austrália para ver como mejorar la productividad del campo. Cuando vuelva, voy a mandar al otro. Me gusta mucho que lleguen con iniciativa y con ideas frescas.

10.6. CONFLITOS E INCERTEZAS

As importantes transformações territoriais ocorridas no bioma Pampa da Argentina, do Uruguai e do Brasil devido ao avanço das monoculturas de grande escala tem alterado os modelos sucessórios tradicionais na pecuária familiar gaúcha. Essas mudanças têm originado um grande número de conflitos que vão desde as formas de remuneração dos irmãos não contemplados com a terra paterna, seu destino profissional, até a questão

relacionada com o viés de gênero, que tende a acompanhar o processo sucessório e parece responder, em grande parte, pela severidade do êxodo das jovens agricultoras.

Uma descoberta interessante foi que na metade das famílias estudadas para esse capítulo, os entrevistados sentiram-se incapazes de progredir no planejamento da transmissão da unidade produtiva devido a problemas não resolvidos ou a incerteza atrelada à vida dos membros da família (especialmente dos filhos). Muitas famílias experimentam um alto nível de estresse quando discutem o planejamento da transmissão (FETSCH & ZIMMERMAN, 1999; BARDOMAS, 2000; RUSSELL, GRIFFIN, FLINCHBAUGH, MARTIN, & ATILANO, 1985).

A dinâmica da comunicação intra-familiar indicou uma forte dependência em acordos e expectativas implícitas sobre as intenções, os papéis e as responsabilidades de outros membros da família. Essa atitude comunicativa “passiva”, junto com o sentido de que algumas famílias tinham uma atitude de “esperar e ver” (sobre todo no que respeita a escolha da carreira ou o casamento dos filhos) deixa questões importantes sem resolver. A principal questão não resolvida é quem será o sucessor na unidade produtiva e como serão compensados os outros membros da família.

Uma grande parte da discussão sobre a sucessão familiar está inserida numa abordagem de poder e a atenção está focada na maneira que os chefes ou chefas de família preparam seus herdeiros e transferem o controle da gestão da UP (por exemplo GASSON ET AL., 1988; HASTINGS, 1984).

Em contraste, outras pesquisas indicam que existem fatores a ser levados em conta nas vidas das gerações mais jovens, além do “controle” das gerações mais velhas, que podem adiar ou dificultar o planejamento da transferência da unidade produtiva.

Daí a importância de envolver filhos e netos nas conversas sobre a herança e a transmissão da unidade familiar. Os jovens precisam de maiores oportunidades para compartilhar as suas opiniões, para explorar metas e valores comuns no seio da família e para estabelecer objetivos compartilhados para a unidade produtiva. Isso é o que Errington chama de (1993/94) marco de parceria (ou *partnership framework*) para preparar os potenciais sucessores. Essa parceria inclui o desenvolvimento das habilidades gerenciais dos filhos através de práticas guiadas e um aumento progressivo nos níveis de responsabilidade e de decisão. Isso é consistente com outras pesquisas que salientam a importância das relações familiares e da comunicação nos planos de transmissão de empresas familiares (DAVIS, 1999; FETSCH, 1998).

Esse estudo apresenta duas limitações: primeiro, devido ao tamanho pequeno e não representativo do grupo de famílias estudadas, os resultados não podem ser generalizados

a uma população maior com a confiança associada aos surveys quantitativos. Porém, acreditamos que o tipo de informação tratada exigia um nível de profundidade e de confiança no entrevistador que são difíceis de gerar em surveys impessoais e com perguntas fechadas.

O método de entrevistas utilizado forneceu informação das percepções das famílias de pecuaristas gaúchos sobre as dinâmicas comunicacionais e de negociação dentro das unidades produtivas. Estudos que combinem surveys com pesquisas qualitativas deveriam ser feitos para explorar o vínculo entre nível de educação e sucesso na transmissão e sobre como as diferenças entre as gerações influenciam as visões de futuro (por exemplo, no estilo de gestão, na atitude respeito ao risco e na atitude vis a vis as inovações técnicas).

11. PONTOS FRACOS: O PROBLEMA DA COMERCIALIZAÇÃO

A comercialização do gado é um dos momentos mais críticos e arriscados na pecuária em geral e especialmente na bovinocultura familiar gaúcha. Os riscos nascem das incertezas dos produtores em relação a dois fatores principais: i) durante a produção, os riscos climáticos (como secas e geadas) que condicionam a alimentação do gado e as características do rebanho, que nem sempre atinge as demandas de qualidade dos compradores; ii) durante a venda, a incerteza sobre os preços do mercado (afetados cada vez mais por eventos que acontecem longe da UP) e a falta de garantias de pagamento por parte dos compradores (intermediários, açougueiros ou frigoríficos).

Uma falha em qualquer desses pontos (produção ou comercialização) pode causar a falência da UP e a destruição da família, o que efetivamente tem ocorrido frequentemente no Rio Grande do Sul, como veremos em vários casos a seguir.

O objetivo desse capítulo é analisar como os pecuaristas familiares gaúchos percebem a importância estratégica da comercialização do gado. E também como, ao mesmo tempo, tentam se proteger das incertezas vinculadas à sua inserção no mercado. Para isso, estudaremos três aspectos:

1. As percepções sobre as características dos rebanhos, especialmente a raça.
2. Os problemas na comercialização (inadimplência, falta de regulação do Estado na compra e venda de gado, inexperiência dos pecuaristas, especialmente dos que possuem UP menores e nível educativo mais baixo).
3. As estratégias para enfrentar as incertezas da comercialização (relações de confiança com o comprador, pagamento antecipado, etc.).

11. 1. A RELAÇÃO HOMEM-ANIMAL: DIGA-ME QUAL É O TEU GADO, E TE DIREI QUEM ÉS

O gado tem um significado especial para o pecuarista familiar gaúcho. Não serve apenas de “caderneta de poupança” e fonte relativamente rápida de liquidez em caso de necessidade. Para o produtor familiar, o gado é um símbolo de status e de prestígio social. A nossa pesquisa de campo na região gaúcha do Brasil, do Uruguai e da Argentina demonstrou fortes tendências comuns no que diz respeito ao manejo do gado. Na maioria dos casos, o sonho dos pecuaristas familiares é aumentar o plantel e torná-lo mais homogêneo por meio da aquisição de animais de raça europeia e descarte de animais de outras raças, tais como zebuínas.

As práticas de manejo (entore, desmame, descarte, vacinação, rastreabilidade, suplementação animal) estão fortemente vinculadas ao perfil sócio-cultural do produtor. O mesmo acontece com o sistema produtivo, que reflete as motivações e até mesmo a personalidade do pecuarista. Sendo assim, mesmo quando a qualidade do solo aumenta a possibilidade de estabelecer uma exploração de engorda e terminação de animais (que requer ricas pastagens), a maior parte (60%) dos pecuaristas familiares opta pela criação, da mesma forma que aqueles localizados em áreas de menor fertilidade. Ribeiro (2009), técnico da EMATER/RS que acompanhou a autora dessa tese em várias das visitas de campo no Rio Grande do Sul, explica esse fenômeno a partir da constante procura de autonomia e segurança dos produtores:

Embora os dados e os inúmeros argumentos existentes, dos pontos de vista técnicos e econômicos, sobre as possibilidades de uma maior produtividade, um maior ganho, da geração de mais renda e maior giro do capital, os pecuaristas preferem se dedicar à produção de terneiros. Desta forma, evitam a necessidade de ter que correr riscos na compra e venda de animais. Buscam manter a sua relativa autonomia e o estabelecimento de o maior número possível de mercadorias de reserva (RIBEIRO, 2009, 237).

Isto significa que, apesar de estarem em melhores ambientes para a produção agrícola, o que dirige e conduz as suas estratégias de sobrevivência e reprodução é o modo de vida que definiram para si. A cria e a cria também permitem ao pecuarista manter-se afastado dos frigoríficos e dos abatedouros ilegais, já que somente vendem para outros produtores (geralmente vizinhos ou conhecidos de confiança) engordar ou terminar o animal. Essa autonomia mercantil (VAN DER PLOEG, 1990) está relacionada com formas produtivas até então praticadas de baixa externalização e de íntima relação e dependência dos recursos naturais.

11.2. O PROBLEMA DA QUALIDADE

Na pecuária familiar, nem sempre o produto final satisfaz as demandas dos compradores, especialmente em aquelas unidades produtivas onde os animais não possuem uma raça definida. Nos casos onde o pecuarista realiza o ciclo completo, muitas das características físicas procuradas pelos frigoríficos (como peso, estado e nível de terminação) também não são satisfeitas. Champrendonde & Coquart [s.d.], que tem estudado em profundidade alguns desses entraves à qualidade na pecuária gaúcha, definem a qualidade como a adequação do produto às expectativas ou exigências do usuário. Segundo os autores, a falta de satisfação dos compradores (atravessadores, intermediários, leilões, etc.) constitui um dos principais entraves à comercialização do gado originado em unidades produtivas familiares. Mas nem sempre a culpa é do produtor: às vezes, alguns compradores criticam o gado ou diminuem o peso do animal na balança para pagar menos. A.R., pecuarista de Paysandu, Uruguai, ficou tão frustrado com esse problema que optou por uma solução drástica: criou o seu próprio açougue, com a sua própria balança, eliminando atravessadores e frigoríficos:

En mi carniceria yo mato a mis propias vacas terminadas, pongo mi precio y tengo mi propia balanza. El seguimiento del ganado con balanza es muy importante, porque si bien uno anda todos los días entre el ganado, a veces parece que los bichos estan mejor y cuando se los lleva a la balanza, no es asi. Y solo vengo en efectivo, despues de que un escritorio que me entregô un cheque diferido de 30.000 dolares sin cobertura (Entrevista a A.R., Uruguai, 2006).

Isso ocorre porque o conceito de qualidade difere segundo o padrão de cultura do indivíduo, e varia de acordo com o espaço sensorial no qual ele evolui: pecuarista, transformador, distribuidor ou consumidor final. Na cadeia produtiva de carne bovina, por exemplo, para a indústria de transformação o rendimento é fundamental. Já para o distribuidor, importa saber qual o tempo que a carcaça ou a carne se mantêm próprias para consumo. O consumidor, por sua vez, possui um conceito de qualidade que abrange aspectos variados, tais como, qualidade nutricional, qualidade higiênico-sanitária, qualidade do serviço e qualidades sensoriais.

Para o pecuarista familiar, produzir carne que satisfaça o comprador de seu gado não é uma atividade simples. Cada elo da cadeia possui peculiaridades que são importantes e determinantes da qualidade ou sua ausência no produto final. A.R., pecuarista familiar da área de Paysandu, no Uruguai, tenta satisfazer as demandas dos compradores através do cruzamento de raças:

Empecé con Hereford, con algun animal que me traje de la estancia El Algarrobo, y al poco tiempo ya tenia 100. Es una raza muy buscada (por los compradores) “Al

principio trataba de sacar la mayor cantidad de terneros posible. Entoraba todo el ano, tenia animales de todos los pelajes y asi fui armando un ciclo completo. Después me fui preocupando por mejorar la clase de ganado, echando toros Hereford. Después empecé a cruzar y ahora estoy mas inclinado por el Braford (Entrevista com A.R., Uruguai, 2006).

Na unidade produtiva, os cuidados devem se iniciar pela própria escolha do gado, que deve ser sempre saudável. Muitos dos pecuaristas entrevistados sonhavam com homogeneizar o plantel com uma única raça. É o caso de F.B.L, pecuarista de 88 anos de Esmeralda, no RS: “Antes tinha zebu, e Charolais. A Charoleis é uma raça bonita, mas não dá gordura, não pesa. Agora já não quero cruza. Estou tentando ter todo Devon, que é a melhor carne”.

O gado deve ser vacinado conforme a idade e o período de vacinação, estabelecido pelos órgãos oficiais. No caso do rebanho de cria (o sistema produtivo mais comum entre nossos entrevistados) os cuidados devem ser redobrados, já que os aspectos reprodutivos requerem mais atenção do pecuarista com relação às vacinações e aos exames porque estes são fatores determinantes para o sucesso da operação. As falhas nos cuidados sanitários de um rebanho de cria reduzem os índices de fertilidade e de natalidade e o potencial de disseminação de doenças neste rebanho é altíssimo, reduzindo drasticamente os lucros do pecuarista.

A alimentação do gado deve garantir um ganho de peso constante, uma vez que estudos mostram que em períodos sem ganho de peso, o chamado efeito sanfona, contribuem para o endurecimento da carne. Desta forma é importante manter o animal ganhando peso diariamente, mas cabe ao pecuarista decidir o método. No caso do uso de sal ou ração deve-se observar a procedência do produto, validade e a não utilização de componentes que comprometam a saúde do animal. Para isto é preciso estar atento às leis e ao mercado, como por exemplo, a recente proibição do uso de ração produzida com farinha de carne e osso. Além disso, é fundamental manejar o gado segundo os princípios de bem estar animal, para não estressá-lo. As pessoas que lidam com o gado devem estar preparadas para fazê-lo com responsabilidade, tratando os animais sem agredi-los.

Os animais podem ser conduzidos sem que se use ferrões, choque elétrico ou varas. Cuidados redobrados devem ser tomados quando os animais forem passar por porteiras ou no embarque e desembarque de caminhões. As pancadas das porteiras causam machucados, quando isso ocorre próximo ao período do abate as contusões ficam expostas e representam prejuízos financeiros para o pecuarista e para a indústria, além de causar

estresse no animal. O estresse do animal é prejudicial para o produto final porque faz com que as reservas musculares de glicogênio sejam queimadas, impedindo que as atividades anaeróbicas realizadas no músculo *post mortem* ocorram de forma natural, resultando em uma carne dura, escura e ressecada.

Apesar de todos esses esforços, nem sempre é fácil compreender as preferências do comprador. Como aconteceu com E.F, de Pigüé, Argentina, que engordava ao máximo os bois da raça Shorton antes de vender, até que percebeu que o comprador não gostava de gordura. A partir desse momento, mudou de raça:

Antes teníamos Shorton, pero nos castigaban (los compradores) por la grasa, tenían demasiada grasa. También hay terneros de tambo, raza Holando, que es muy lento, y come mucho (Entrevista a E.F, Pigue, Argentina, 2006).

Outro pecuarista argentino, C.V. e sua esposa, L.L., reduziram o tamanho de seus animais através do cruzamento para responder as demandas do frigorífico que compra seu gado:

Tengo Aberdeen Angus Colorado. La cruce anduvo lo mas bien, porque los animales no tienen cuernos (...) Ahora se cruzan mas con Hereford, porque el animal es mas huesudo y mas pesado. Los frigorificos de aca no quieren animales huesudos o pesados (Entrevista com C.V. e sua esposa, L.L, Pigue, Argentina, 2007).

11.3. PROBLEMAS NA COMERCIALIZAÇÃO

Como já foi dito, um dos aspectos mais frágeis da pecuária familiar gaúcha é a inserção no mercado. O trabalho de campo no Uruguai, no Brasil e na Argentina permitiu comprovar que os produtores veem a comercialização como uma tarefa complexa e de alto risco devido à falta de pagamentos e pelos baixos preços obtidos. Considerando a quantidade de produção normalmente obtida por um pecuarista familiar, é muito difícil que ele ou ela, sozinho/a, detenha ou domine as condições que se fazem necessárias para que consiga superar a dependência em relação ao atravessador.

Para muitos dos pecuaristas familiares entrevistados, um dos únicos caminhos para desenvolver um mínimo de autonomia na comercialização de sua produção é criar um processo de vendas coletivo (por exemplo, coordenando entre os vizinhos para que um mesmo caminhão leve os lotes de gado de cada UP). É o caso de G. e L. R., um casal de pecuaristas de Paysandu, Uruguai, que vendem o gado em associação com outros produtores da região:

Vendemos de manera colectiva a través de la cooperativa Dayqué Dayman Quegual. Hay que unirse para llenar un camion de ganado porque estamos a 120 km de Paysandu y nadie te va a venir a buscar una vaca (Entrevista a G. e L. R, Paysandu,

Uruguai, 2006).

Porém, nas atividades econômicas, a maioria dos pecuaristas familiares tende a agir individualmente. Não tem sido desenvolvida, ainda, uma cultura de tratar coletivamente as atividades de cunho econômico, em geral, e a comercialização, em particular. Além do individualismo econômico da pecuária familiar gaúcha, outro problema adicional é a pequena escala de produção (com um plantel reduzido que desestimula o comprador a enviar seu caminhão para recolher o gado em pequenas propriedades). A inserção no mercado dos pecuaristas familiares gaúchos sofre ainda da falta de informação adequada sobre os preços, do atraso nos pagamentos e inadimplência por parte dos compradores, do plantel de qualidade heterogênea que afeta negativamente o preço final e das novas exigências sanitárias que aumentam o custo de produção, tais como rastreabilidade.

A partir de nossas entrevistas com representantes dos pecuaristas, empregados de um frigorífico, técnicos agropecuários e dois economistas, chegamos à conclusão de que os problemas da comercialização nascem principalmente de duas áreas: i) o conhecimento das práticas que se fazem necessárias para se conseguir vender bem a produção, e ii) as relações a serem estabelecidas entre os associados, as regras do jogo, nas quais a transparência, a solidariedade e a cooperação mútua, se constituem em fatores condicionantes para serem atingidos bons níveis de eficácia no processo coletivo.

Os pecuaristas entrevistados demonstraram frustração, e até temor, pela figura do atravessador, que possui conhecimentos que eles não têm. Mas quais são esses conhecimentos? A partir do trabalho de COSTA (2002) e de nossas conversas com os pecuaristas pampianos, identificamos os seguintes conhecimentos que permitem aos atravessadores agir num contexto de assimetria de poder:

1. Conhecimento da região. Em cada região onde trabalha, o atravessador conhece cada produtor, sabe onde mora, quanto produz, conhece a qualidade de sua produção. Quando chega na região, ele sabe exatamente aonde deve ir para comprar sua mercadoria. E tem uma ideia muito precisa sobre a quantidade total de produção que conseguirá comprar. Apesar da boa vontade e de contar com a confiança dos pecuaristas da região, muitas associações/cooperativas não têm esse nível de conhecimento a respeito de seus próprios associados. Cada produtor sabe quantos bezerros tem e quantos pensa em vender, mas não existe a preocupação de saber a soma dessas produções. Essa informação é indispensável para estabelecer um processo de venda coletiva. Para vender a produção de forma coletiva, a associação ou a cooperativa precisa ter uma ideia do montante de sua produção em conjunto. Ninguém consegue vender uma mercadoria sem saber a quantidade que pode comprometer

com o comprador.

2. O conhecimento dos preços e de seu comportamento. Quando o atravessador sai para comprar sua mercadoria, ele já sabe o preço que pode pagar aos pecuaristas. Porque tem a informação do preço pelo qual vai conseguir vender. Fica sabendo rapidamente quando o preço começa a variar, seja na alta, seja na baixa, e é nessas fases que ele ganha mais. Está em constante contato com seus compradores, busca informações sobre as safras, faz telefonemas, enfim, mantém-se informado. Antes de a colheita começar, ele já sabe as tendências dos preços. Por não se mobilizarem, a tempo e a hora, para obter essas informações, muitos produtores se veem forçados a negociar em situação desvantajosa, porque não sabem o valor real de seus produtos. M.P., pecuarista de Salto, Uruguai, é um produtor familiar atípico, pois está muito informado dos preços e diz que não enxerga o boi como “um animal, mas como um preço”:

Yo no espero a que el animal este terminado” (N.E.: que haya alcanzado un determinado peso) sino que los vendo cuando el precio esta bueno (...) El productor tradicional suele ver al ternero como un animal, y vende según el desarrollo y la situación el animal, pero se olvida del precio. Para mi, el animal es un precio que debe ser seguido con atención, y me ha ido bien (Entrevista com M.P., Salto, Uruguai, 2006).

3. O conhecimento dos compradores. Uma das principais fontes em que o atravessador consegue essas informações sobre o mercado é constituída por seus compradores, que ele sabe quem são e onde estão. A pergunta é: como ele adquiriu esse conhecimento? A resposta é uma só: viajando. Só se pode conhecer o mercado, saindo para procurá-lo. Só se aprende a vender vendendo. Esse é o tipo de conhecimento que não se adquire sem sair de casa. Aqui reside o investimento a ser feito coletivamente: uns poucos produtores que façam viagens para conhecer onde estão os compradores retornarão com informações úteis para todos os demais. Começam então a aparecer as vantagens da venda coletiva. A produção de um único produtor não teria valor suficiente para justificar tal gasto, mas, quando se trata da produção de diversos produtores, os ganhos em preços e em condições de venda já começam a superar os gastos. Essas viagens são bem menos complicadas do que possam parecer à primeira vista. As cidades a serem visitadas inicialmente são aquelas para onde o atravessador já vende. À medida que se vai acumulando prática, vão-se selecionando outros mercados a serem “descobertos”. Já existem diversas organizações em condições de orientar os agricultores familiares sobre como programar essas viagens. Um exemplo de pecuaristas que conhecem aos compradores são os uruguaios R.B. e N.B, de Salto, Uruguai. Ademais da UP, os dois trabalham como inspetores

num importante frigorífico local, o que, segundo eles, “abriu seus olhos” sobre as estratégias dos compradores de carne:

La mayoría de nuestras informaciones para vender viene de nuestro empleo en el frigorífico como inspectores del Ministerio de Gandería. Sabemos que hace el frigorífico con los cortes, a cuanto los vende, cuanto peso se pierde cuando el frigorífico “limpia” el animal, cual es el peso ideal para la venta... A esa información la completamos con Internet, donde averiguamos los precios del ganado y el pronóstico del tiempo (Entrevista con N.B. e R.B., Salto, Uruguay, 2006).

4. A importância da informação. O atravessador nunca sai com a mercadoria no caminhão, à procura de quem a queira comprar. Porque ele conhece uma das regras mais importantes do comércio: o que primeiro circula são as informações. Não se mexe no produto antes de ter as informações sobre preço, sobre o frete, sobre a quantidade que cada produtor tem para vender e a quantidade que o comprador quer comprar, etc. O produto só é deslocado no final, quando todos os detalhes da venda estão acertados.

5. O capital de giro. Um problema que se coloca com frequência é o do capital de giro. O atravessador tem o “dinheiro na mão” e usa esse poderoso instrumento para convencer o produtor menos avisado a aceitar preços mais baixos. É comum a ideia de que, se a associação ou a cooperativa não tiver capital de giro, não conseguirá competir com o atravessador.

Hace tiempo que le vendemos a la misma persona... además no me gustan los remates se llevan los animales mas bonitos y te los pagan como si fueran de lo peor. Vendemos a quien tiene un respaldo, sabés que te va a pagar (Entrevista com M.B., Uruguay, 2006).

Yo le vengo a un vecino, con el que tengo un arreglo: el mira el ganado y le pone el precio a los terneros, y me paga al contado... es de confianza, yo ya hacia negocios con el tío de él (Entrevista com F.C., Uruguay, 2006).

11.4. ESTRATÉGIAS COMERCIAIS

Face aos problemas que acabamos de descrever, as estratégias comerciais de cada pecuarista são heterogêneas. Como salienta Van der Ploeg (1990) o processo de inserção no mercado não avança de maneira uniforme, havendo diferentes “estilos de agricultura” que são mais ou menos autônomos em relação às suas relações produtivas e mercantis.

Os pecuaristas familiares, como um tipo de agricultor familiar, também não são homogêneos nas suas relações mercantis, não havendo apenas uma única lógica (RIBEIRO, 2009). Assim, a maioria dos pecuaristas familiares ainda preferem formas produtivas que utilizam poucos insumos externos e são feitas a partir dos recursos naturais (especialmente, com o

pastoreio em campo nativo). Estas formas permitiram baixo custo e pouco investimento. A maior parte dos pecuaristas familiares entrevistados busca ao máximo manter uma autonomia em relação ao mercado. Alguns fatores contribuem para esta autonomia e servem também para a explicação de sua manutenção.

No estudo de Ribeiro (*Idem*) sobre os pecuaristas familiares do Rio Grande do Sul, o autor menciona vários fatores que influenciam as estratégias mercantis dos pecuaristas e que podem ser aplicados aos bovinocultores de corte do Pampa argentino e Uruguaio. Esses fatores são:

a) O fator determinante para a venda dos seus produtos “é o bolso”, numa referência ao fato de realizar vendas apenas quando têm necessidades financeiras. Seguindo a análise de Van der Ploeg, (1990) não há uma exclusão das relações mercantis, mas, a produção e a reprodução são feitas com uma “relativa autonomia”. Além disso, um entrevistado informou que não realizava vendas há dois anos, pois “não precisou”, reforçando o caráter da autonomia em relação ao mercado.

Yo vendo cuando preciso dinero, o cuando me falta pasto por la sequia o por la helada. Si no, a las vacas me gusta tenerlas en casita (Entrevista a E.F, Pigue, Argentina, 2006).

Elegimos vender lo que vale, tratando de vender la menor cantidad posible (Entrevista com G.P, Paysandu, Uruguai, 2006).

b) Outro fator se refere aos altos índices de lotação. Os pecuaristas familiares raciocinam em relação aos bovinos como mercadorias de reserva que são comercializados apenas quando há uma necessidade financeira, não estabelecendo relações mercantis guiados pelos melhores preços ou pelas diferentes épocas do ano. As estratégias dos pecuaristas familiares, neste sentido, são de garantir a sobrevivência e a reprodução a partir da maior quantidade de animais e não pela busca de uma maior produtividade. Desta forma, os pecuaristas familiares conservam altos índices de lotação de animais como uma reserva de valor para os momentos de necessidade como uma estratégia de sobrevivência e de autonomia em relação aos momentos de vulnerabilidade que a família enfrenta. O problema da alta lotação em superfícies reduzidas é frequentemente uma motivação para vender mais importante do que o preço, como admite P.B., pecuarista argentino:

A diferencia de muchos vecinos, nosotros no vendemos porque necesitamos de liquidez, porque somos ordenados y no tenemos problemas de liquidez. Vendemos o porque el animal ya alcanzó el peso, o porque los terneros que vienen atrás nos aprietan y no nos alcanza el pasto y tenemos que vender (Entrevista com P.B, Pigue, Argentina, 2006).

c) A aposentadoria rural é um fator que contribui, de forma bastante significativa para a manutenção desta relativa autonomia dos pecuaristas familiares. O estudo de Ribeiro (2009) no RS demonstrou que 70% dos entrevistados recebem aposentadorias que têm grande importância na composição da sua renda. Essa renda acaba favorecendo a autonomia mercantil dos pecuaristas familiares, pois garante o pagamento de algumas despesas que as famílias têm sem necessidade de vender mercadorias.

A nossa pesquisa confirmou o fato de que muitos pecuaristas familiares possuem relações mercantis restritas e limitadas. Como afirma Ribeiro,

Pelo lado da compra de insumos, os pecuaristas familiares por suas formas produtivas, são pouco consumidores (adquirem basicamente produtos de sanidade animal). E, pelo lado das vendas se limitam àquelas necessárias para a sobrevivência e reprodução da família durante o ano, tendo a possibilidade de inclusive não realizar vendas durante o ano (RIBEIRO, 2009).

d) A confiança e o pagamento à vista são muito mais importantes do que o preço. Muitos pecuaristas preferem ganhar menos, mas ter garantia de pagamento. Como explicou N.C., de Pigüé, Argentina: “Yo vendo a quien me paga al contado. Ningun camion con vacas se va de mi campo sin antes haber cobrado”. C.A.L., também de Pigue, vende seu gado a cooperativa agrícola local, da que é sócio a muitos anos: “Pueden pagar menos que en un remate o en un frigorifico, pero yo prefiero vender en la barraca de la cooperativa porque me conocen, conocen a mis animales, y yo se que pagan”.

e) Finalmente, os pecuaristas familiares devem criar estratégias originais para canalizar a venda da carne, já que devido a sua pequena escala de produção existe uma dificuldade de buscar mercados distantes e diferentes. Para a comercialização de bovinos, especialmente os carneiros e as vacas de descarte, os principais compradores são produtores vizinhos, com maiores áreas e com maior poder aquisitivo, estabelecendo uma relação de subordinação em que, quem determina os preços e prazos de pagamento é o comprador. Apesar disso, são identificados pelos pecuaristas familiares como o “melhor” canal para a venda dos seus produtos. A partir daí se estabelece uma relação de fidelidade e de confiança entre as duas partes que é vista como positiva pelos pecuaristas familiares devido as suas poucas alternativas. “Eu sei que meu vizinho estipula o preço que quer, mais prefiro isso a não cobrar”, disse um pequeno pecuarista da zona de Esmeralda, nos Campos de

Cima da Serra, que, como veremos no ponto seguinte, sofreu um calote massivo por parte de um frigorífico.

11.4.1. O CALOTE

A pecuária familiar está associada com uma quantidade única de fatores de estresse, incluídas as condições ambientais muitas vezes adversas e as pressões financeiras ou comerciais. Essas fontes de estresse afetam tanto os pecuaristas quanto as comunidades que dependem da pecuária. Como vimos, a comercialização dos produtos é uma etapa claramente estressante para muitos dos produtores familiares entrevistados, especialmente quando a venda do gado acaba em “calote” ou no não cumprimento das obrigações de pagamento assumidas por parte dos compradores do rebanho (frigoríficos, intermediários, açougueiros, etc.).

Encontramos um exemplo claro da maneira em que a inadimplência pode destruir unidades produtivas e famílias durante o nosso trabalho de campo nos Campos de Cima da Serra, na metade Norte do Rio Grande do Sul. A nossa intenção nessa área de “Pampa marginal”, com terras ricas e aptas para a agricultura, era entender melhor a dinâmica da concorrência pelo uso da terra entre “agricultores” ou “granjeiros” e os pecuaristas. Foi assim que visitamos, acompanhados por membros da Secretaria de Agricultura do Estado, a pequena localidade de Esmeralda. Trata-se de uma cidade de 3165 habitantes (dos quais cerca de 900 moram na área rural), localizada a 302 quilômetros de distância de Porto Alegre. A paisagem da cidade é formada por campos e pinheirais que deram origem ao nome da cidade. No pequeno município de Esmeralda a principal fonte de renda local é a criação do gado de corte. Segundo o censo do IBGE sobre Produção da Pecuária Municipal 2003, Esmeralda possui 33.601 bovinos, o que leva a uma média de 10 bovinos por habitante. A localidade também vive da agricultura e de pequenas casas de comércio.

Vários dos pecuaristas dessa cidade sofreram o calote de um frigorífico conhecido como “a Frigheri”, que comprou o gado de muitas famílias mas não pagou. Como consequência desse choque, soubemos de pelo menos 3 – 4 suicídios e tentativas de suicídio de pecuaristas que sofreram calote. As entrevistas com vítimas do calote da Frigheri foram as mais difíceis de nosso trabalho de campo, pois percebemos a dor e o trauma de famílias humildes que tinham perdido tudo, inclusive a saúde mental de alguns de seus membros.

Um dos casos mais dramáticos foi o do irmão de W.M.B, que se suicidou após levar calote da Frigheri. O entrevistado, que lembra do episódio com lágrimas nos olhos, aprendeu a lição:

Eu só vendo através de um intermediário que é amigo meu e para o meu cunhado, que tem a casa de carne em São Pedro. Também vendo para o abate de Caxias (...) Vender bois para exportação? Três vezes veio um cara de Bom Jesus, mas eu não vendi não, porque tem que dar garantia de negocio... precisam 3 dias na 'plancha', 'carteado', dizem que o responsável é o frigorífico, que você pode ser muito melhor do que eu, mas eu não conheço o senhor. E se o caminhão bate no caminho a Bagé, onde fica o frigorífico Mercosul? Eu nunca levei calote e não quero que aconteça o do meu irmão, que confiou, abriu as portas, e não deu certo (N.E.: se suicidou apos o calote da Frigeri). Eu não tenho estudo, mas exijo confiança, uma garantia (Entrevista a W.M.B, Esmeralda, RS, 2007).

S. e sua esposa D., da região de Lagoa Vermelha, em Esmeralda, também ficaram traumatizados após o calote da Frigeri: perderam todo o gado, 150 hectares que precisaram vender para pagar dívidas, a saúde da esposa, e quase a vida do filho, que se envenenou após a tragédia familiar:

Eu entreguei para a Frigeri 200 bois gordos, o que tinha e o que não tinha. Passaram 30 dias e o pago não chegou. O cheque que tinham em entregue não tinha fundos. Eu senti que tinha perdido tudo.... me arrepio de só lembrar (Entrevista com S. sua esposa D. e o filho D., Lagoa Vermelha, Esmeralda, RS, Janeiro de 2007, Foto 9).

Foto 9. S. e D. perderam todo o gado, parte da unidade produtiva, a saúde, e quase um de seus filhos apos o calote da Frigeri. Na foto, com o cheque assustado do frigorífico, que receberam em 1999.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2007.

Não encontramos bibliografia sobre os efeitos do calote sobre a saúde emocional dos pecuaristas familiares, mas sim sobre outros choques nas unidades produtivas. Assim, existe um interessante trabalho publicado em 2008 por Sartore et al. sobre o impacto psicológico da seca entre os produtores de Austrália. Nesse país, o maior índice de mortes por lesão entre os agricultores são suicídios. O estudo também salienta que os níveis de mortes auto-provocadas na população rural são muito mais altos do que da população urbana.

Essa realidade não é exclusiva da Austrália nem do mundo ocidental: em 2009, 1500 agricultores indianos se suicidaram por não poder pagar as suas dívidas após uma seca que destruiu as lavouras. Segundo reportou o jornal *The Belfast Telegraph* (2009), a falta de água destruiu as culturas no estado agrícola de Chattisgarh, deixando os agricultores inadimplentes, sem sementes para o próximo ano e com dívidas de cerca de 600 dólares por unidade produtiva. Segundo os vizinhos, a única opção para os agricultores em falência era a morte.

Sartore et al. (2008) salientam que os agricultores constituem um grupo de “alto risco” que deveria ser melhor atendido através de medidas de saúde preventivas por parte dos governos. A angústia e o trauma vinculados aos calotes, como o da Frigeri em Esmeralda, podem afetar comunidades inteiras, especialmente aquelas que sofrem a desvantagem adicional de estar relativamente isoladas e de contar com poucos serviços de saúde mental.

A impunidade de muitos frigoríficos no Brasil, que tem a possibilidade de solicitar uma “recuperação judicial” após decretar falência, levam a sentimentos de perda de controle, medo, impotência e incerteza entre os pecuaristas familiares. Como demonstraram nossas conversas com parentes e amigos, muitos acabam sofrendo de depressões e ansiedade, mas sofrem a portas fechadas.

Foi precisamente o calote dos frigoríficos que levou as federações de pecuaristas de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás a iniciar a campanha “Boi, Só a Vista”. A ideia da campanha era convencer os produtores de carne dos três estados a abandonar o “fiado” e só vender bois à vista. De acordo com as entidades, embora a venda a prazo seja uma prática comum, os calotes de frigoríficos ameaçam a sobrevivência econômica dos produtores. Os números de 2009 confirmam seus temores: afetados pela crise financeira internacional, que derrubou as exportações e restringiu o crédito, pelo menos 46 frigoríficos pertencentes a grandes empresas do setor encontram-se em situação de recuperação judicial, segundo a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC).

Segundo reportou o site G1 (2009) na recuperação judicial, a empresa apresenta um plano à Justiça e, durante o período de reorganização, o pagamento das dívidas fica suspenso. A estimativa das federações de agricultura e pecuária de Mato Grosso (Famato), Mato Grosso do Sul (Famasul) e Goiás (Faeg) é de que a inadimplência atinge 1.554 produtores dos três estados, credores de uma soma total calculada pelas entidades em R\$ 194 milhões. Para a campanha, foi criada uma cartilha que sugere aos pecuaristas estratégias de negociação que viabilizem a compra à vista e deem mais segurança para o negócio, já que as entregas aos frigoríficos muitas vezes são feitas antes de formalizada a transação. Segundo a Associação Brasileira dos Frigoríficos (Abrafrigo), depois da campanha, as vendas à vista já representam cerca de 30% das vendas totais - antes, quase 100% eram a prazo.

A campanha surgiu depois que começaram a se intensificar as reclamações de pecuaristas às federações. De acordo com as entidades, a venda com 30 dias de prazo para pagamento tinha a preferência dos pecuaristas porque garantia um acréscimo de cerca de 4% no preço final:

Isso [a inadimplência] leva a uma preocupação muito grande, porque nesse mercado o produtor muitas vezes vende em um único negócio o gado de um ano inteiro e, de repente, se vê em estado de insolvência. Alguns chegam a praticamente falir (Entrevista com o presidente da Faeg, José Mário Schreiner, Jornal G1, 2009, documento online).

Sandro Jaime Belo, criador de gado em São Francisco de Goiás (GO), esperava na segunda metade de 2009 receber mais de R\$ 158 mil pelos 180 bois que vendeu ao frigorífico Independência em fevereiro desse ano. Segundo relatou em entrevista ao site G1, Belo só soube da falência do frigorífico pelos jornais:

Eu descobri que não ia receber antes de chegar o dia do vencimento do prazo. Uns 15 dias após eles abaterem os meus bois, meu irmão abriu o jornal e viu que o frigorífico estava em concordata. Fiquei apavorado (Entrevista com Sandro Jaime Belo, Goiás, Jornal G1, 2009, documento online).

Outro pecuarista entrevistado pelo G1, Marcos da Rosa, presidente da Comissão de Produtores Credores de Frigoríficos em Recuperação Judicial da Famato e produtor em Camarana, no interior de Mato Grosso, havia vendido R\$ 478 mil a dois frigoríficos diferentes quando descobriu que as duas unidades entraram em recuperação judicial:

Me senti desamparado. Eu tinha crédito nos bancos, utilizei de todos os créditos, vendi mais gado e consegui empurrar minhas dívidas para um ano depois, na esperança de receber (Entrevista com Marcos da Rosa, Jornal G1, 2009, documento online).

Para conviver com o desfalque no caixa, Rosa mudou hábitos:

Meu nível de vida diminuiu muito: cortei mercado, levei um dos filhos para a escola pública, tirei todos do [curso de] inglês, tinha quatro funcionários e deixei só um. Além disso, não se investe em mais nada na fazenda: se está quebrado, remenda-se (Idem).

Diferentemente do acontecido em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, os pecuaristas de Esmeralda não souberam, ou não puderam, se organizar para reclamar contra a Frigeri, mas aprenderam a lição. Como sentenciou o ex-prefeito de Esmeralda entre os anos 1973 e 1976, Irineu Nery da Luz, durante a entrevista para a nossa pesquisa: “Não vendo gado fiado, porque já levei calote, mesmo se nunca tive negócio com frigoríficos. O importante é a confiança do comprador” (Entrevista com Irineu Nery da Luz, 81 anos, Esmeralda, RS, 14 de fevereiro de 2007).

Outro pecuarista de Esmeralda, F.P.L., de 88 anos, também levou calote da Frigeri: “Eu termino o gado, mas agora só vendo para os tropeiros que vem para o campo. Eu não quero nem saber de frigorífico”.

Resulta importante lembrar que o vínculo do pecuarista com o gado é diferente do de um produtor de carros ou mesmo de um agricultor dedicado à lavoura: mesmo se todas as atividades incluem processos e esforços, o pecuarista familiar espera o nascimento do boi após 9 meses de gestação (mesmo período que o ser humano), conhece o bezerro desde o nascimento, o cria e deve esperar pelo menos dois anos até vendê-lo. Em muitos casos, tentam ficar mais tempo com o gado, através da engorda, e alguns chegam a terminação do animal, “ciclo completo”. Todo esse processo demora entre 3 e 4 anos e não deve surpreender que o pecuarista conheça em detalhes cada membro do rebanho, e o que é mais interessante, que o rebanho conheça e reaja aos chamados do proprietário. Alguns, como C.A.L. colocam até nomes nas vacas, touros e alguns terneiros:

Conheço cada um de meus bois, vacas e touros. Alguns deles nasceram no dia do aniversário de meus netos, outros em aniversários de casamento.... e coloco o mesmo nome do neto, do sogro... Quando chego ao curral, eles já sabem quem só e se aproximam, mas se vem alguém que não conhecem, ficam com medo e se afastam. Quando um deles fica doente, faço todo para curar, mesmo se o preço do remédio acaba sendo mais alto do que a vaca. O mais triste e quando tem que vender. As vacas mais velhas olham desde o caminhão e parece que entendem que vão para o abate (Entrevista com C.A.L., Argentina, Julho de 2006).

Z.T., de 74 anos, e sua esposa H.K., de 71, de Esmeralda, no RS, também sentem afeto pelos animais. Como explica Z.T.: “A coisa mais linda que eu vejo no campo é uma vaca com um terneiro. Se fico dois dias na cidade, sem ver o meu gado, fico doente”.

Esse vínculo especial e de vários anos só aumenta a sensação de perda e frustração na hora do calote. Como muitos pecuaristas entrevistados confessaram, um dos momentos mais tristes do ano é quando o caminhão do comprador leva o gado embora. A isso deve se adicionar a sensação de desproteção, impunidade e desespero na hora do calote.

12. PONTOS FRACOS: OS LIMITES DAS REDES DE DIÁLOGO PROFISSIONAIS NA PECUÁRIA FAMILIAR GAUCHA

Com o processo de modernização passou a prevalecer nas sociedades industriais uma forma de racionalidade: a racionalidade instrumental. Essa racionalidade define-se pela relação meios-fins, ou seja, pela organização de meios adequados para atingir determinados fins ou pela escolha entre alternativas estratégicas com vistas à consecução de objetivos.

Nesse contexto, e com o crescimento das forças produtivas, modificaram-se as atribuições do Estado. A empresa passou, de forma crescente, a intervir no planejamento da vida econômica, direcionando decisões que anteriormente cabiam à esfera social, e assumindo atribuições que eram tradicionalmente da competência dos aparelhos do Estado. Este, por sua vez, passou a intervir diretamente na economia, assumindo, no capitalismo contemporâneo, a função de preservar as relações de produção, submetendo-se às determinações do capital global, com o qual busca conciliar os interesses nacionais.

Em suas análises a respeito da sociedade capitalista moderna, Max Weber (1864-1920) introduz o conceito de "racionalização" para descrever o processo de desenvolvimento existente nas sociedades modernas. Esse processo caracteriza-se pela ampliação crescente de esferas sociais que ficam submetidas a critérios técnicos de decisão racional, isto é, a critérios de adequação e organização de meios em relação a determinados fins, como, por exemplo, acontece na urbanização das formas de existência, na tecnificação do tráfego e da comunicação. O planejamento e o cálculo foram tornando-se, cada vez mais, partes integrantes de procedimentos envolvendo questões administrativas.

A transformação pela qual passaram as sociedades industriais nesse processo de modernização, ou seja, de racionalização da ação social, está diretamente associada às formas de desenvolvimento do trabalho industrial na sociedade capitalista, que expandiram os procedimentos e a racionalidade a eles inerente para outros setores do âmbito da vida social. O desenvolvimento industrial, por sua vez, está estreitamente vinculado ao progresso da ciência e da técnica.

Jürgen Habermas (1929) - um filósofo e sociólogo alemão contemporâneo, que tem seu nome associado à Teoria Crítica da Escola de Frankfurt – buscou superar o conceito de racionalidade instrumental, ampliando o conceito de razão, para o de uma razão que contém em si as possibilidades de reconciliação consigo mesma: a razão comunicativa. Habermas

não se posiciona radicalmente contra a racionalidade instrumental da ciência e da técnica em si mesmas, na medida em que essas contribuem para a autoconservação do homem. Habermas considera que o trabalho, pela sua essência de dominar a natureza para pô-la a serviço do homem, possui uma racionalidade do mesmo tipo da racionalidade da ciência e da técnica, isto é, uma racionalidade que consiste na organização e na escolha adequada de meios para atingir determinados fins (1987d).

Para ele, a ciência e a técnica ampliam as possibilidades humanas, libertando o homem do jugo das necessidades materiais, sendo o desenvolvimento da espécie humana resultado de um processo histórico de desenvolvimento tecnológico, institucional e cultural, processos que são interdependentes. Habermas posiciona-se radicalmente contra a universalização da ciência e da técnica, isto é, contra a penetração da racionalidade científica, instrumental, em esferas de decisão onde deveria imperar um outro tipo de racionalidade: a racionalidade comunicativa.

Nesse capítulo, estabeleceremos limites do uso da racionalidade instrumental predominante na extensão rural, definida pela relação meios-fins, ou seja, pela organização de meios adequados para atingir determinados fins ou pela escolha entre alternativas estratégicas com vistas à consecução de objetivos (no caso da pecuária, o aumento da produtividade). Junto com Habermas, não nos posicionaremos radicalmente contra a racionalidade instrumental da ciência e da técnica em si mesmas, na medida em que essas contribuem para a autoconservação do homem. Criticamos, junto com o pensador da Escola de Frankfurt, a universalização da ciência e da técnica, isto é, contra a penetração da racionalidade científica, instrumental, em esferas de decisão onde deveria imperar um outro tipo de racionalidade: a racionalidade comunicativa.

Segundo Habermas, as comunicações que os sujeitos estabelecem entre si, mediadas por atos de fala, dizem respeito sempre a três mundos: o mundo objetivo das coisas, o mundo social das normas e instituições e o mundo subjetivo das vivências e dos sentimentos. As relações com esses três mundos estão presentes, ainda que não na mesma medida, em todas as interações sociais.

Em primeiro lugar, as pessoas, ao interagirem, *coordenam* suas ações. Do conhecimento que elas partilham do mundo objetivo depende o sucesso ou o insucesso de suas ações conjuntas, sendo que a violação das regras técnicas conduz ao fracasso. Em segundo lugar, as pessoas interagem *orientando-se segundo normas sociais* que já existem previamente ou que são produzidas durante a interação. Essas normas definem expectativas recíprocas de comportamento, sobre as quais todos os participantes têm conhecimento. Esse tipo de ação

não é avaliada pelo seu êxito, mas pelo reconhecimento intersubjetivo e pelo consenso valorativo, sendo que sua violação gera sanções. Em terceiro lugar, em todas as interações as pessoas *revelam algo de suas vivências*, intenções, necessidades, de seus temores etc., de tal modo que deixam transparecer sua interioridade. Embora as pessoas, em maior ou menor grau, possam controlar as manifestações de suas vivências subjetivas, das suas ações podem-se tirar conclusões a respeito da sua veracidade. Usaremos precisamente essa perspectiva – a da necessidade de considerar as vivências e os valores dos pecuaristas familiares - para analisar os limites e as potencialidades das redes de diálogo profissionais na inovação para o desenvolvimento sustentável da pecuária familiar gaúcha. Como veremos, essas experiências nem sempre são satisfatórias, pois a extensão rural é frequentemente pensada a partir de uma racionalidade instrumental e não comunicativa. A escassa margem de erro e a escala usualmente pequena ou média da unidade produtiva fazem com que qualquer risco ou investimento para inovar deva ser cuidadosamente analisado pelo produtor. Mas apesar dessas precauções, têm sido muitas as experiências frustrantes dos pecuaristas e suas famílias com as receitas técnicas da extensão rural. Como sintetizou um pecuarista argentino que pagou uma quantia importante para executar um sistema de contenção da terra (*terraplenes*) de uma colina para evitar a erosão do solo durante a chuva, tal como tinha aconselhado um órgão de extensão rural: “Não deu certo. Mas o engenheiro foi embora, e eu fiquei com a terra erodida e as contas no vermelho”.

12.1. DIÁLOGO E INOVAÇÃO

Considerando, como acabamos de ver, que o ser humano não reage simplesmente a estímulos do meio, mas atribui um sentido às suas ações e, graças à linguagem, é capaz de comunicar percepções e desejos, intenções, expectativas e pensamentos, acreditamos junto com Habermas que, através do diálogo, o homem possa retomar o seu papel de sujeito. Esse diálogo deve reconhecer e respeitar os valores e as experiências das pessoas. Isto é também válido na hora de analisar o diálogo entre os extensionistas rurais e os pecuaristas familiares gaúchos, especialmente no que diz respeito à incorporação de inovações técnicas.

Num contexto de constantes mutações, as necessidades dos pecuaristas familiares gaúchos para se antecipar e reagir aos novos desafios são complexas e variadas. Essas necessidades podem surgir sob a forma de perguntas a respeito do modo de produção, da comercialização, da organização do trabalho, do uso da terra, das exigências dos governos, e, cada vez com maior frequência, das expectativas da sociedade. Os pecuaristas procuram

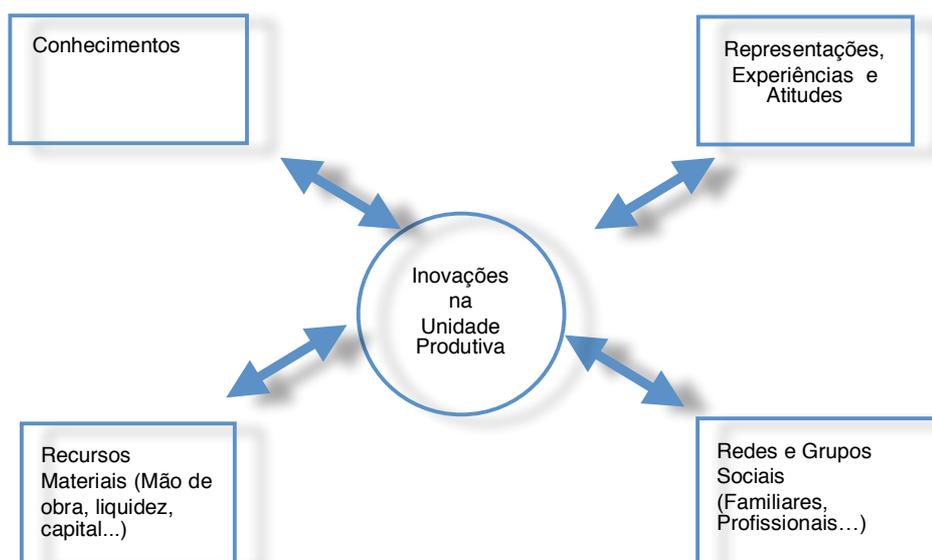
conselhos técnicos para tomar decisões táticas (curto prazo), ou estratégias (longo prazo). Os intercâmbios dentro dos grupos de pecuaristas permitem a seus membros orientar suas formas de agir e de ver as coisas (DARRÉ, 1999). Através desses diálogos, não só dentro do mesmo grupo, mas também através de grupos diferentes que estão conectados por indivíduos que desenvolvem o papel de ponte ou intermediários, as práticas e as ideias agrícolas evoluem (COMPAGNONE, 2004).

O que origina uma mudança técnica ou inovação no seio de uma unidade produtiva? Durante muito tempo, isso vem sendo estudado pelas ciências sociais, especialmente pela sociologia rural (que estuda a difusão de técnicas agrícolas), a psicologia, que ajuda a entender os fatores individuais que causam mudanças, e até a filosofia e a pedagogia, que centra o estudo no papel do extensionista / conselheiro rural.

Todas essas disciplinas salientam a complexidade do processo de construção da inovação e o papel dos distintos contextos sociais e econômicos na formação de informações, conhecimentos, saberes e normas que determinam as escolhas técnicas (DARRÉ *et al.*, 1988 ; COMPAGNONE, 2004).

A partir das entrevistas realizadas aos pecuaristas, e da extensa bibliografia disponível sobre o assunto (i.e. DOCKES, MORHAIN & TCHAKERIAN, 2004; DEDIEU *et al.*, 2000; BOUSQUET & CAPTAIN, 1999), podemos resumir dessa maneira os quatro tipos de fatores que explicam a adoção de inovações dentro das unidades produtivas (Figura 6):

Figura 6. Fatores que explicam a adoção de inovações dentro das UP.



Fonte: Dados da pesquisa (2009), e DOCKES, MORHAIN & TCHAKERIAN (2004).

Conhecimentos. São importantes pois permitem tomar decisões de maneira informada. Assim, ter conhecimentos atualizados sobre a resistência das pastagens à seca, do nível de fertilidade do solo, ou de novas vacinas, ajuda a escolher a melhor opção. Porém, nem sempre ter conhecimento sobre um assunto leva o produtor a tomar uma decisão determinada. Para isso, o conhecimento deve ser integrado dentro do sistema conceitual e das percepções e experiências prévias dos pecuaristas sobre o assunto.

Representações, Experiências e Atitudes. Definiremos as “representações” seguindo a Jodelet (1989), como uma forma de conhecimento, ou uma percepção socialmente elaborada e compartilhada que possui um perfil prático. Soriano & Sens (1998) explicam que cada pecuarista organiza seus conhecimentos seguindo uma coerência própria. Experiência indica a vivência das pessoas ao longo de sua trajetória (familiar e da UP) e frequentemente se traduz em “lições aprendidas”, que podem aumentar ou reduzir a disposição do pecuarista a respeito da inovação. “Atitude” é um termo extraído do marketing (F.KLING EVEILLARD, 1999; LENDREVIE & LINDON, 1990) e pode ser definido como maneira de agir ou como disposições socialmente adquiridas. A atitude se refere a objetos concretos, como a atividade pecuária, a situação do animal, a relação-homem animal, os empréstimos, os conselhos dos extensionistas rurais e a situação dos pecuaristas na sociedade em geral. As representações, as experiências e as atitudes são exteriorizadas através de opiniões e ações concretas. Assim, um produtor que nunca participa de um grupo profissional pode ser extremadamente crítico dos órgãos de extensão rural, evitar o contato com profissionais agrícolas ou fugir de qualquer inovação na UP, mesmo aquelas de baixo custo.

Redes e Grupos Sociais. Após as teorias epidemiológicas de difusão e inovação que ignoravam as relações entre os atores, autores como Rogers & Kincaid (1981), citados por Sabourin & Toneau (1998), propuseram um “novo paradigma da pesquisa” a partir da análise de redes. Esses trabalhos foram retomados no Brasil por Rodrigues (1979) e na França por Darré (1986, 1994). Darré (1986) descreveu uma rede de maneira geral como um útil intelectual utilizado para por em evidência as diferentes formas de relações sociais. O mesmo autor utilizou o conceito de “redes de diálogo” para designar o “desenho de vínculos ente as pessoas que permitem prever quem tem maiores possibilidades de falar com quem, entre quem e quem, e que ideais tem maiores chances de ser transmitidos e transformados”. Foi ao redor dessa rede que o autor definiu o “grupo profissional local” (GPL), que reúne as pessoas que possuem relações de diálogo vinculadas ao trabalho (em nosso caso, a pecuária). O grupo profissional local é territorializado. Como explica Darré, o

grupo profissional “existe porque as pessoas se veem (...) e realizam atividades similares” (DARRÉ, 1986, citado por SABOURIN & TONNEAU, 1998). Os conhecimentos, as representações, as experiências e as atitudes são sempre elaboradas no seio de grupos sociais (familiares, profissionais ou técnicos). Os grupos profissionais de agricultores são fontes de inovações, pois os pecuaristas entram em contato com pessoas na sua mesma situação, em outras palavras, pessoas para as quais a inovação também implica um risco (diferentemente dos extensionistas rurais, que não sofrem diretamente as consequências de uma mudança técnica mal sucedida). Mas nem sempre os grupos profissionais de agricultores conseguem manter o nível de participação, pelos motivos que analisaremos a seguir. Finalmente, os grupos familiares são altamente importantes na tomada de decisões sobre inovações. A pecuária familiar (onde a unidade de produção e a unidade familiar estão identificadas) está fortemente influenciada pela opinião da família e pelo ciclo de vida de seus membros (filhos em idade escolar, adultos jovens casados ou solteiros, chefes de unidade produtiva em idade de aposentadoria, etc.). Um mesmo pecuarista pode procurar distintas respostas em distintos grupos. Assim, pode consultar a família (esposa, filhos ou pais) sobre a conveniência de tirar um empréstimo no banco (a trajetória e a atitude da família influem fortemente); um grupo de pecuaristas sobre a adaptabilidade de uma determinada raça de gado ao clima local (é fácil visitar e observar empiricamente, mesmo na UP do vizinho, o que é recomendado); e o extensionista rural sobre o melhor estudo para comprovar a fertilidade do solo (a decisão inclui um nível técnico - científico que só o profissional agrícola pode fornecer).

Recursos Materiais. Um ponto frequentemente esquecido pelos extensionistas rurais é a disponibilidade de recursos materiais (mão-de-obra, capital, liquidez, margem de erro e de risco) do pecuarista familiar. Na década de 90, um anúncio publicitário do governo do então presidente argentino Carlos Menem estimulava a tomada de empréstimos rápidos entre os produtores rurais, com o fim de aumentar a tecnologização das unidades produtivas. Alentados pelas dicas oficiais e pelos órgãos de extensão rural local, muitos produtores (incluídos pequenos, com baixo nível de capitalização) optaram pelos empréstimos rápidos e investiram em maquinarias para intensificar a produção. Porém, eventos climáticos extremos (especialmente secas) destruíram várias colheitas e deixaram os produtores sem possibilidades de pagar os empréstimos, levando muitos deles à falência ou à venda de terras para cancelar as dívidas. O governo não implementou nenhum tipo de plano de resgate. Outro ponto importante a respeito dos recursos materiais é a disponibilidade de mão-de-obra necessária para implementar as inovações: assim, uma mudança no modo de

produção (da criação à engorda) pode ser interessante do ponto de vista da intensificação e da rentabilidade, mas impossível devido à falta de mão-de-obra na UP. Cittadini et al., 2000, foram os primeiros a analisar o impacto da disponibilidade da mão-de-obra na adoção de inovações. Os autores se perguntaram por que os pecuaristas familiares do Oeste da província de Buenos Aires (a mesma área de nosso estudo) continuavam a produzir a metade (70/100 kg/hectare/ano) da quantidade de carne por hectare que poderia ser obtida (260-300 kg/hectare/ano) se aceitassem incorporar as inovações tecnológicas disseminadas pela estação experimental (EEA) do INTA em Bordenave. Os autores chegaram a conclusão de que o trabalho (sua duração e organização entre família e empregados permanentes e temporários) pode explicar a rejeição à adoção de determinados “pacotes tecnológicos”. A importância da mão-de-obra aumentava nos casos dos pecuaristas que não moravam de maneira permanente na unidade produtiva e que realizavam outras atividades remuneradas.

12.2. ATITUDES DOS PECUARISTAS FRENTE À INOVAÇÃO

Os pecuaristas familiares, assim como o restante dos produtores rurais, constituem uma população de grande heterogeneidade, não só pela diversidade de atitudes a respeito da inovação, mas também pelo seu relacionamento com os extensionistas rurais e os grupos de produtores. Entre as causas pelas quais muitos pecuaristas gaúchos rejeitam “pacotes tecnológicos” que poderiam aumentar a produtividade da UP, podemos mencionar, a partir de nossas entrevistas e do trabalho de Cittadini et al. (2000) as seguintes:

- As características do **meio ambiente pampiano**, propenso aos eventos climáticos extremos, colocam em risco o uso de fórmulas de produção intensiva (que consomem mão-de-obra e poupança). Assim, as frequentes secas e as inundações condicionam o sucesso de muitas das inovações promovidas pelos órgãos de extensão rural.
- Os pecuaristas não pensam somente na melhora da produtividade e na especialização de um único modo de produção (por exemplo, a cria), mas também em **outras orientações produtivas** (como a engorda ou o ciclo completo) ou estratégias de longo prazo (como aumentar o tamanho da unidade produtiva). Em nossas entrevistas de campo, 95% dos pecuaristas dos três países que foram perguntados sobre o que fariam se ganhassem um milhão de dólares, mencionaram a compra de mais terras, e 70% disseram que gostariam de passar da cria ao ciclo completo e, se possível, à exportação de carne.
- Muitos pecuaristas pluriativos enxergam a **pecuária como uma “poupança”** de valor mais patrimonial do que econômico. Por essa razão, não procuram a

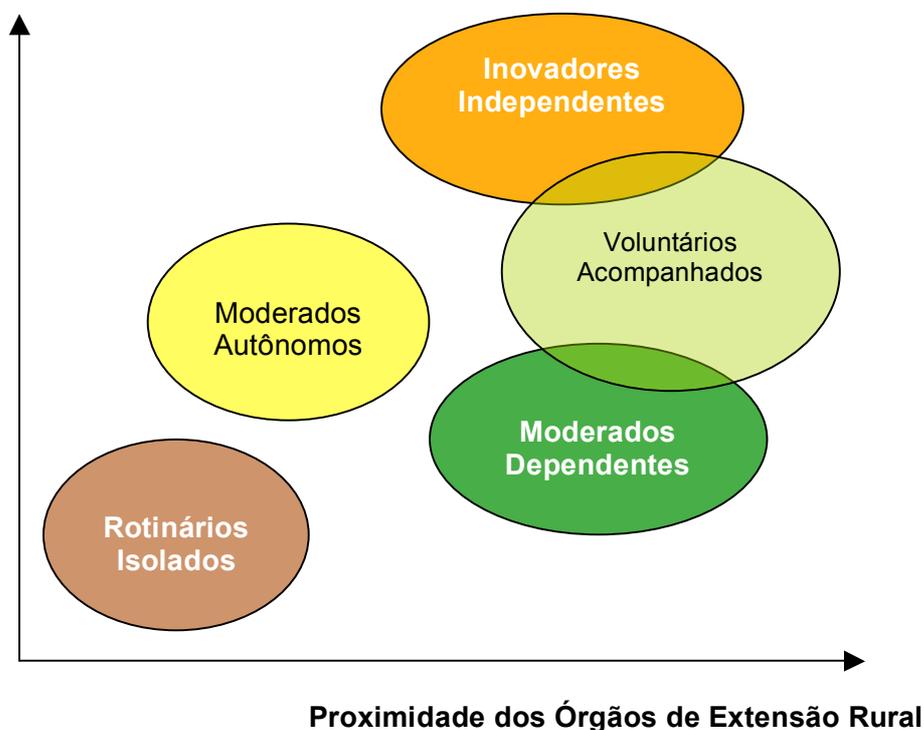
maximização do “resultado operativo” da atividade e sim a continuidade da mesma, para garantir a segurança e o modo de vida familiar atrelado ao campo.

➤ Finalmente, e como temos visto em capítulos anteriores, os pecuaristas familiares estão longe de aplicar unicamente uma racionalidade técnico-econômica na hora de realizar suas escolhas produtivas. Cada decisão está inserida no contexto familiar e resulta condicionada pelas **motivações e pelos valores do pecuarista**. Isso explica a resistência de muitos pecuaristas familiares em optar pela soja, muito mais rentável, e insistir na pecuária extensiva (mesmo em países que têm castigado a bovinocultura de corte, como a Argentina), ou para intensificar a produção através do confinamento dos animais em currais (em *feedlots*).

A partir de nossas entrevistas de campo, e de uma tipologia criada pelo Institut de l'Élevage na França (DOCKES, MORHAIN & TCHAKERIAN, 2004), estabelecemos os seguintes grupos de pecuaristas segundo a suas atitudes a respeito da inovação técnica e dos órgãos de extensão rural (como o INTA, o IPA e a EMATER). Esses grupos reúnem os pecuaristas que expressaram pontos de vista similares sobre os mesmos assuntos (Figura 7).

Figura 7. Grupos de pecuaristas segundo as suas atitudes respeito a inovação técnica e aos órgãos de extensão rural.

Abertura às Mudanças Técnicas



Fonte: Adaptado de DOCKES, MORHAIN & TCHAKERIAN (2004) e pesquisa de campo (2006-2007).

12.2.1. INOVADORES INDEPENDENTES

Mesmo se escutam com atenção os órgãos de extensão rural, os pecuaristas desse grupo reivindicam uma relativa independência na hora de tomar decisões. Sabem onde procurar informação e não se limitam a uma única fonte, geralmente engenheiros agrônomos locais, e pesquisam em publicações especializadas e programas informativos. Trata-se, em geral, de pecuaristas com um nível de escolaridade médio ou alto e com experiência no campo (segunda ou terceira geração). Possuem unidades produtivas maiores do que a média na zona, e têm inclinação a tomar riscos financeiros. Em relação aos conselhos técnicos, são críticos e exigentes. Apreciam diagnósticos, mas não receitas feitas.

Caso 1 - A.R. Um bom exemplo de inovador independente é A.R., chefe de uma unidade produtiva de 807 hectares a 15 quilômetros da cidade de Paysandu, no Oeste do Uruguai. De 51 anos, casado e com três filhos (dois homens de 27 e 22 anos e uma menina de 10), A.R. tem nível médio de escolaridade (técnico agropecuário). Sua trajetória demonstra grande esforço e explica a valorização de sua independência de critério: começou trabalhando como encarregado numa estância e foi comprando aos poucos frações de terra e gado. Hoje, além do campo, possui um açougue com o qual consegue comercializar seu próprio gado ao preço que ele escolhe, outra prova de sua busca permanente pela autonomia. A.R. tem uma atitude crítica ao que ele chama de “mudanças de escritório”:

Soy medio reacio a los técnicos. Aunque estoy vinculado con el Instituto Plan Agropecuario, que me ha invitado a visitas demostrativas, yo no soy muy proclive a lo que llamo ‘cambios de escritorio’, a esa tecnología que surge de la noche a la mañana y que no esta probada. Por esas cosas no me juego porque mi capital siempre fue chico y muy grande no esta; entonces, cuando adopto una tecnología, lo hago sobre seguro, sabiendo que la voy a poder manejar (Entrevista a A.R., Uruguai, 2006).

O entrevistado afirma também que é muito mais fácil para o pecuarista compreender o que pode observar diretamente sobre o terreno, de maneira empírica:

Yo creo que las cosas le entran a uno por los ojos. Es mucho mas facil comprender lo que uno ve. Una vez M.P. (N.E. técnico del IPA – Paysandu), me invito a una gira que organizo el Plan Agropecuario a Saladillo, Argentina, y ahí me abrieron mucho los ojos. Yo para convencerme preciso ver las cosas claras, concretas, preciso verlas funcionar (*Idem*).

Foi precisamente a experiência direta que o ajudou a optar pelo plantio direto e o uso de

herbicidas:

La gira en Saladillo, Argentina, me permitio averiguar qué hacian los otros para obtener resultados, parar el deterioro del suelo sin dejar de producir. Me puse entonces en contacto con la gente de Soriano, con AUSID (N.E.: um grupo profesional) y con M.P. (N.E.: tecnico do IPA), hasta que adopté las nuevas técnicas de siembra directa y herbicidas (Idem).

A.R. parece confiar mais nas redes de diálogo informal, como os vizinhos. Ele mesmo dá dicas a outros produtores mais pequenos da zona. “Yo prefiero los consejos de D., mi vecino e ex patron. Los técnicos te mandan de cabeza (N.E.: te estimulan a invertir en innovaciones) porque no pagan ellos”, diz. É membro ativo da Liga de Trabajo de Guichon do gremio trabalhadores rurais de Guichon. Também está filiado ao “Partido de Colonizacion”, através do qual tenta influir nas decisões do Instituto Nacional de Colonizacion do Uruguai, dono de parte das terras de sua UP.

Caso 2 – D.C. Com 47 anos e uma esposa de 37 que mora na cidade de Salto, Uruguai, para cuidar dos filhos em idade escolar, D.C. constitui outro bom exemplo de inovador independente que conseguiu multiplicar o número de hectares e de gado através de compra e venda permanentes. Durante a entrevista em sua UP, D.C. se comunicava por telefone e por fax para manter-se informado do preço do gado, e mostrava os detalhados cadastros do rebanho e da chuva, que guarda na UP há vários anos. D.C. tem ensino médio incompleto (até o terceiro ano) e fez cursos de especialização agrotécnica. Sua UP, no Paraje Cuchilla de Salto, começou com 149 hectares, por herança paterna. Hoje, D.C. tem 507 hectares próprias e 250 hectares arrendados, e ainda planeja comprar as frações de seus irmãos. A UP está localizada a 45 quilômetros de Salto, por caminho de terra, o que faz com que D.C. só visite essa cidade uma vez a cada 20 dias. Todos os finais de semana, a sua esposa e filhos viajam em ônibus para visitá-lo.

A personalidade e a trajetória de D.C. o converteram num “produtor modelo”, e a sua UP foi escolhida pelo IPA do Uruguai como “prédio demonstrativo” em 1991: “Me usan para levantar el animo de los otros productores, porque la gente se reconforta al ver que al otro le va peor y eso le levanta el animo”, diz com certa ironia.

D.C. também tem vínculos com outro órgão de extensão rural, o SUL (para pecuaristas ovinos). A respeito de sua relação com o IPA e o SUL, D.C. deixa clara sua independência:

Yo soy capitán de barco, polizon, jamás. La última palabra siempre es mía, pero mi decisión es el resultado de todo el conocimiento acumulado gracias a mis interlocutores. Por eso, tener asesoramiento de profesionales en lo nuestro nos hace acertar con mas frecuencia (Entrevista com D.C., Uruguai, Agosto de 2006).

D.C. é crítico de um tipo de associação que seduz a muitos outros produtores: as cooperativas agrícolas. Considera que não se responsabilizam pela informação fornecida aos pecuaristas:

No me gustan las cooperativas porque si tenés un tractor en sociedad, se lo llevan y le cambian las ruedas. Se suele mentir mucho y también inducir a error si no hay un buen técnico que filtre todos los datos (Idem).

Como é característico dos inovadores independentes, D.C. aceita o risco e não expressa preocupação, no momento da entrevista, por ter uma dívida de 100.000 dólares:

Mi estrategia productiva? Yo soy un negociante que vive comprando y vendiendo. Para hacer buenos negocios, lo primero que tenés que hacer asumir es riesgos. Quien nunca se equivoca, es que nunca se arriesga, y seguro que perdio muchas oportunidades (Idem).

Essa inclinação ao risco tem permitido a D.C. aproveitar oportunidades e enfrentar as crises:

El corto plazo, en Uruguay, es de siete días. Las cosas cambian tanto, que todo se da vuelta en pocos días, para bien y o para mal. En las épocas de crisis, como cuando yo estaba con el problema del Banco Republica, yo sabia que estaba haciendo la cosa correcta: no tomar decisiones ni cuando estoy demasiado levantado (N.E.: optimista) ni cuando estoy demasiado caído. Para qué te sirve a veces hacer cuentas? Yo prefiero cuidar mi capital animico: cuando esta todo mal, pienso que va a mejorar, y cuando esta todo bien, pienso que puede empeorar (Idem).

Ao enfrentar crises, D.C. usou a criatividade, como quando criou o que ele chama de um “método alternativo de financiamento” que o ajudou a “negociar e deixar contentes os bancos” privados com os quais está endividado:

Vendo animales a tres años, pagando intereses con 20 terneros por año. Como la gente a veces no tienen donde poner la plata, me dan 50.000 dolares y yo les hago un contratito y les doy una guía de prioridad (...) Yo cambié la forma de financiamiento, financiandome a mi mismo, y quedé espectacular con los bancos porque pagué. Con esa estrategia, crecí sin dejar de deber y sin dejar de vivir (Idem).

12.2.2. VOLUNTÁRIOS ACOMPANHADOS

Eles (ou elas) frequentemente desenvolvem um papel dinamizador dentro dos grupos profissionais. Estudam as suas decisões técnicas e econômicas desde uma lógica de administradores depois de ter coletado informações de distintas fontes, especialmente dos órgãos de extensão rural. Com um nível de escolaridade em geral médio, e com unidades

produtivas de tamanho médio ou pequeno, apreciam os conselhos dos extensionistas rurais, especialmente nas áreas de produção e de organização do trabalho. Muito abertos ao trabalho em grupo com outros pecuaristas, aceitam o risco das inovações sempre e quando elas não comprometam o equilíbrio de suas unidades produtivas.

Caso 1. N.B. e R.B. N.B. (50 anos) e R.B. (60 anos) possuem uma pequena unidade produtiva de 228 hectares (entre próprias e arrendadas ao Instituto de Colonización de Uruguai) em sociedade nos arredores de Salto, no Oeste do Uruguai. Os dois têm filhos e estão casados com mulheres que realizam atividades remuneradas na cidade de Salto (cabeleireira e professora). Tanto N.B quanto R.B. possuem um bom nível de escolaridade (um é técnico agropecuário e o outro concluiu o ensino médio na Universidade Tecnológica do Uruguai). Para os sócios, aumentar a produtividade sem ameaçar o delicado equilíbrio da pequena UP é fundamental. A chave para atingir os dois objetivos está, segundo eles, no seu acesso a informação: os dois visitam com frequência os técnicos do IPA – Salto, que os aconselharam melhorar 7 hectares de pastagem com lócus *rincon* e *trevo* branco. Porém, eles conseguem a maior parte da informação por conta própria graças a sua pluriatividade: os dois trabalham como inspetores do Ministério de Pecuária do Uruguai no frigorífico *La Caballada*. Esse trabalho permitiu que eles tivessem acesso a dados sobre a comercialização do gado (por exemplo, de que maneira o frigorífico realiza os distintos cortes de carne, a que preços vende, em quanto diminuiu o peso do corte após “limpar” o animal, qual é o peso ideal para a venda do animal, etc.). Essa informação de primeira mão, a que quase nenhum outro produtor tem acesso, tem sido uma das chaves do sucesso da UP. Mais isso não é tudo: diferentemente da maioria dos pecuaristas familiares com seu perfil, N.B. e R.B. são usuários permanentes de Internet, através da qual se informam sobre os preços do gado e da previsão do tempo “de arriba”, quer dizer, do estado brasileiro de Santa Catarina.

Os “voluntários acompanhados” são frequentemente beneficiários dos projetos e programas de ajuda rural oficiais, pois a riqueza de seu “capital social” (BOURDIEU, 1972) lhes permitem conhecer oportunidades e prazos e aprender a preencher os muitas vezes burocráticos questionários. Bourdieu (1995) considera quatro tipos de capitais: econômico, cultural, social e simbólico. O capital econômico é definido como a dotação de recursos, o capital cultural como a posse de informações, o capital simbólico como “o capital econômico ou cultural, quando é conhecido e reconhecido”, e o capital social, ou relacional, que nos ocupa, como “a soma de recursos, atuais e potenciais, correspondentes a um indivíduo ou grupo, em virtude de que estes possuem uma rede duradoura de relações,

conhecimentos e reconhecimentos mútuos mais ou menos institucionalizados”.

Caso 2. J.N.D. Uma boa ilustração de como a disponibilidade de capital social por parte dos voluntários acompanhados facilita o acesso a projetos de apoio à pecuária familiar (como o Plan Ganadero no Uruguai e o Fondo Ganadero, na Argentina) é o de J.N.D. Trata-se de um pecuarista de 51 anos, com estudos primários completos e casado com uma professora de literatura de 47 anos que trabalha na cidade de Salto. Pai de três filhos homens, possui uma unidade produtiva de 413 hectares em uma área isolada no oeste do departamento de Salto, no Uruguai: Mataojos. Salto fica a 190 quilômetros de distância da UP, por caminho de terra de difícil transitabilidade. Mataojos é uma região de 540.000 hectares, que possui aproximadamente 1000 UPs e 4000 habitantes. É considerada a maior produtora de lã do país. Devido às distâncias, J.N.D. quase não viaja para a cidade. É sua esposa que vai visitá-lo quando consegue carona. Apesar de todas as dificuldades, esse produtor tem conseguido se manter conectado e informado devido ao importante capital social que construiu durante o período em que fundou, em 1989, um ano de grande seca, o Departamento de Negocios Rurales da cooperativa agrícola de Salto (CALSAL). Atualmente é presidente da Junta de Fomento da região de Mataojos, e uma de suas metas é que a Comisión de Nomenclatura local “le ponga nombres a los caminos de la campania”. Durante a entrevista, realizada numa visita de dois dias à sua UP, no inverno de 2006, J.N.D. relata que está tentando conseguir um subsídio do Programa de Desarrollo Rural Sustentable do Banco Mundial (PPR), que paga 80% dos investimentos da UP orientados a melhorar a produtividade respeitando o meio ambiente. A esse respeito, o entrevistado confessa que é muito ciente das vantagens de estar informado sobre esse tipo de ajuda e de pertencer a redes de diálogo profissionais:

Para sobrevivir hay que estar en el conocimiento. Mis hijos estan en el conocimiento, pero mis paisanos, mis cabocos, no lo estan y no veo su futuro muy promisorio (...) Por eso creo que los planes (N.E.: PPR) solo seran distribuidos a aquellos que tengan la informacion y los contactos necesarios para convencer a los tomadores de decision, porque hay gente mucho mas informada, mejor informada, consultores, consultoras, que se contactan directamente con el Ministerio (Entrevista a J.N.D., Uruguai, Julho de 2006).

H., esposa de J.N.D., que participa da entrevista, comenta: “Los PPR son como las becas, te prometen, te prometen, pero nunca llegan” (Idem).

A proposta que J.N.D. prepara para apresentar ao Ministerio de Ganaderia foi planejada com a ajuda de um de seus três filhos, E., que é engenheiro agrônomo:

Yo tuve un cambio de mentalidad. Antes los corrales los hacia derechos, como me ensenaron, ahora los hacemos ondulantes según el relieve del suelo. Eso me lo ensenio mi hijo E., que es ingeniero agronomo. Ahora si me interesa mantener los montes nativos de molle, arueras y laurel blanco y negro (Idem).

Apesar de seus bons contatos profissionais, J.N.D. é muito critico de alguns dos órgãos de extensão rural do Uruguai, como o IPA:

El Plan (N.E.: Instituto Plan Agropecuario – IPA) ya no se acerca a los productores, y el SUL (N.E.: sindicato da produção de la) tiene mucha 'pata', mucho acomodo... su presidente es de San José, que tiene solo el 1% de las ovejas del pais mientras que Mataojos es la principal zona lanera del Uruguay! (Idem).

Como acontece nos outros grupos de pecuaristas incluídos nessa tipologia, a classificação em uma ou outra categoria não é fixa, já que um pecuarista que hoje é um “voluntário acompanhado” com um nível importante de envolvimento num grupo profissional, no futuro pode se sentir desapontado e se transformar num pecuarista isolado e crítico dos órgãos de extensão rural. Vejamos dois casos, na Argentina:

Caso 3. E. F. e família. E.F. tem 8 filhos (6 homens e duas mulheres) e 420 hectares no distrito de Puan, Argentina. Desse número de hectares, unicamente 100 são próprios e o restante arrendados a parentes e vizinhos. Depois de participar durante anos de um grupo de pecuaristas criado por um engenheiro agrônomo ex-funcionário do INTA, no seio da Cooperativa Agrícola de Pigue, o ACER, E.F. decidiu abandonar essa rede:

Estuve en un grupo ACER, donde saqué conclusiones de lo que sirve y lo que no sirve, pero llego un punto en que estaban estancados. Ademas, las condiciones economicas nos limitaban, podriamos por ejemplo haber comprado herramientas en conjunto (Entrevista com E.F., Argentina, Fevereiro de 2007).

Caso 4 – A.M. e sua esposa T.G., têm 54 e 61 anos, respectivamente. A.M. tem nível superior completo (é professor do ensino médio) e tem 4 filhos (3 mulheres e um homem). Chefe de uma UP de 614 hectares na zona de Pigue, Argentina, que foram herdadas por sua esposa. A.M. também participou do grupo ACER de pecuaristas, e se afastou pelas mesmas razões que E.F.: já não aprendia muito, e além disso tinha que pagar uma mensalidade para continuar sendo membro:

El grupo ACER, que compartia con vecinos, funciono muy bien al principio, pero luego era solo juntarse para comer chorizo. Ademas esta el costo del asesor, que hay

que pagar. Ahora que no estoy mas en el grupo contrate a G. (N.E.: engenheiro agronomo da Cooperativa Agricola La Alianza) a quien le pagamos solo 100 pesos por mes y con mi esposa le preguntamos de todo, desde la venida de nuestra hija al campo, si hay que hacer rotacion en el potrero, planificacion del campo. Todos los anios nos entrega una planilla con calculos de los costos de cosecha fina, gruesa, silaje (Entrevista a A.M. e T.G., Argentina, Fevereiro de 2007).

A.M. também é membro da equipe “de Yerra y de Fertilizadora”, um grupo informal de 12 produtores que se ajudam mutuamente para realizar tarefas nos picos de trabalho nas UP:

Nos decimos: ‘Veni a ayudarme’, entre los vecinos J., O., C., V., P.B.... y ahí estamos para darnos una mano con la yerra (N.E.: marcação do gado) y algunos trabajos agricolas como la fertilizacion (Idem).

Caso 5 – J.C.F. e sua esposa, G.C. Com 39 anos e 1700 hectares que maneja junto com seu pai, J.C.F. e outro “voluntário acompanhado” com uma longa experiência em grupos profissionais, já que seu pai o incentivou a se manter informado e contatado com grupos de pecuaristas e técnicos desde a adolescência. Hoje, com nível universitário incompleto (estudou um ano de administração de empresa agropecuária na Universidad Nacional del Sur, em Bahia Blanca), está casado com G.C., de 38 anos, e tem três filhos homens em idade escolar, que moram na cidade. A UP se encontra a 13 quilômetros de Pigue, na Argentina, e J.C.F. viaja do campo para a cidade todas as noites. J.C.F. ainda participa do grupo ACER, onde desde os 19 anos aprendeu novas técnicas, mas considera que o grupo “já cumpriu seus objetivos”:

Estoy en un grupo de productores, que se llama ACER, organizado por la Cooperativa La Alianza con el ingeniero agronomo G.S. Lo integran productores de punta (...) Los temas que mas se charlan en esos grupos son la ganaderia y la agricultura. Hoy el grupo no funciona tan bien como antes, hay un desgaste por el paso de los anios, ademas de que a algunos productores les fue mal con el campo y se retiraron del grupo. Yo creo que ACER cumple con su objetivo (Entrevista com J.C.F., Argentina, Junho de 2006).

Como parte de sua transição do grupo ACER a outros grupos e redes, J.C.F. tem começado a pedir conselhos técnicos a um engenheiro agrônomo da Cooperativa Agrícola La Alianza, de Pigüe (o esmo que A.M., do caso 4). Para a comercialização do gado prefere perguntar ao pai ou diretamente aos consignatários de gado. Também é ao pai a quem consulta sobre a compra de novas maquinarias e de terras. Se informa sobre preços e outras notícias vinculadas com o campo através do rádio, da TV, de jornais, revistas, e de cursos. Sua esposa, G.C., professora e dona de uma loja de roupas na cidade, realizou um curso de inseminação artificial do rebanho.

12.2.3. MODERADOS DEPENDENTES

São, assim como os voluntários acompanhados, os “motores” ou dinamizadores dentro dos grupos de pecuaristas. Porém, diferentemente do grupo anterior, são muito mais dependentes dos conselhos técnicos e confiam plenamente nos órgãos de extensão rural. Suas trajetórias e experiências passadas parecem explicar essa necessidade de assessoramento: tratam-se em geral de pecuaristas de baixo nível de formação ou de profissionais oriundos da cidade que enfrentam pela primeira vez os desafios da pecuária. Os membros desse grupo sofrem frequentemente devido a falta de conhecimentos econômicos e precisam de ser guiados de maneira integral pelo extensionista rural pois carecem de uma visão global ou de conjunto de seu próprio sistema produtivo.

Uma parte importante das mulheres à frente de unidades produtivas (solteiras profissionais, viúvas, divorciadas ou filhas sem irmãos homens na UP) pode ser incluída nesse grupo. Permeáveis aos conselhos técnicos, frequentemente carecem de uma visão coerente que permita conciliar os distintos conselhos, como aconteceu com M.B., do Uruguai.

Caso 1 – M.B. Solteira e sem filhos, de 44 anos, M.B. mora na UP com a mãe desde a morte do pai. Tem dois irmãos homens, mas como nenhum dos dois quis ficar à frente da UP, M.B. aceitou feliz a responsabilidade. Com ensino médio incompleto, possui 398 hectares do Instituto de Colonización no Oeste do Uruguai, a 20 quilômetros da localidade de Guichon e a 120 quilômetros da capital do departamento, Paysandu. Mesmo tendo uma casa em Paysandu, prefere alugá-la e morar no campo, viajando só a cada 15 dias a cidade para pagar impostos ou ir a oficina mecânica. Apesar de ter adquirido experiência no campo desde a sua infância – “Con mi padre conversabamos todas las decisiones productivas y no habia secretos para los hijos. En mi casa siempre tuvimos opinion”, diz -, M.B. se mostra altamente dependente dos conselhos de distintos órgãos de extensão rural e de outras redes de informação menos formais. Assim, a tomada de decisões na UP de M.B. se faz em dois níveis: i) o diálogo informal dentro da família, com a mãe, o empregado permanente que mora na UP há 30 anos, e com um vizinho que é engenheiro agrônomo; ii) o diálogo profissional, com técnicos de ao menos quatro órgãos de extensão rural: o IPA, o SUL (ovelhas), a Faculdade de Agronomia e o Instituto de Colonización (gado bovino). M.B. explica assim a sua relação com os extensionistas rurais:

Siempre que tenemos que tomar una decision grande, como vender, hacer pradera, comprar un fertilizante, etc. consultamos al técnico. Lo llamamos por telefono y viene a visitarnos. A lo largo de los años, en nuestro establecimiento hemos ido mejorando con un Plan Ganadero del Ministerio... aprendimos a mejorar el rodeo, a organizar el

entore y a hacer el destete precoz, a los 6 meses, para poder vender. Hoy me asesoro con tecnicos del Plan (N.E.: IPA - Paysandu), Facultad de Agronomia, ingenieros del Instituto de Colonizacion y, para las ovejas, el SUL (Entrevista a M.B., Uruguay, julho de 2006).

Essa quantidade de conselhos técnicos resulta, em alguns casos, contraproducentes, pois às vezes os distintos órgãos carecem de uma visão integral e coerente da UP. M.B., mesmo se muito aberta às dicas dos técnicos, fica por vezes confundida com essas contradições e luta por seguir a sua intuição, como quando se negou, apoiada pela mãe, a usar pesticidas para melhorar as pastagens, por considerar que não é bom “envenenar a água ou matar os insetos”. Incentivada durante uma viagem de formação a Argentina (Balcarce e Dolores, na província de Buenos Aires) organizada pela Sociedade Rural de Paysandu, M.B. também tentou fazer engorda do gado, mas o projeto fracassou por problemas climáticos. O mesmo aconteceu com outra iniciativa, que tinha sido encorajada após uma viagem à Colonia (Uruguai) pela Associação de Produtores de Ovelhas Merino.

En el viaje (de formación) a Balcarce y Dolores, en la Argentina, vi que tienen un clima muy humedo y muchas pasturas buenas... por eso pueden realizar engorde... yo probé hacerlo pero tuve que dejarlo porque en nuestra region los novillos tardan mucho en engordar y quedar terminados (Idem).

Caso 2. S.L. Como veremos, S.L. joga o papel de dinamizadora dentro do grupo de pecuaristas mulheres da área de Bordenave, na Argentina. Divorciada, com 37 anos, filha única, com estudos universitários completos (é professora de Belas Artes), ficou à frente da UP após o pai ficar doente. A sua UP, de 376 hectares, fica a 9 quilômetros da cidade de Puan por caminho de terra e asfalto. Cientes de sua falta de experiência para manejar uma unidade produtiva, S.L. é um típico exemplo de “moderada dependente”: a sua necessidade de receber conselhos técnicos, nem sempre acompanhados de uma visão de conjunto de seu próprio sistema produtivo, tem levado a investimentos falidos e experiências frustrantes.

Con mis padres costaba muchisimo que hablaran los temas actuales... se hablaba del pasado (...) Las mujeres en el campo quedamos limitadas, sin salida, sin dinero y sí profesion (...) A a hija mujer es comun que la manden a estudiar y a mi me mandaron a estudiar a la ciudad (Entrevista com S.L., Puan, Fevereiro de 2007).

S.L. viu uma oportunidade de superar o seu desconhecimento inicial da atividade, assim como o seu isolamento e as dificuldades de ser mulher num mundo masculino quando soube da criação do grupo de mulheres “Cambio Rural”, fundado por um engenheiro agrônomo do INTA de Bordenave. Como dinamizadora do grupo, foi ela mesma quem pegou a lista telefônica e começou a ligar para mulheres que, como ela, estavam

administrando de unidades produtivas e sofriam de isolamento ou do controle indesejado de um homem sobre suas propriedades:

El Grupo Cambio Rural se forma en junio de 2006 por iniciativa de Nelson Gibelli, ingeniero del INTA. Nelson dio el puntapié inicial para formar este un grupo de productoras mujeres de la zona, mi mama y yo siempre buscamos el asesoramiento. Nelson nos tenia 'vizualizadas' a cuatro mujeres, dos separadas y dos casadas. Una cosa es una mujer que estudiô para ingeniera agronoma y otra cosa es una mujer como yo, que no sabia si en el campo me estaban pasando la rastra o el rastrillo. Sin hermano varon, sin marido, sin padre, sin hijo, pense en encontrarme con mujeres en mi situacion. Busqué en la guia telefonica y las empecé a llamar. Las encontré: mujeres ignoradas por el padre, el hermano varon que administraba mal y que endeudaba el campo pero que seguia ahí por ser el varon... el ingeniero del Grupo (Gibelli) tuvo que tener toda la paciencia del mundo, porque teniamos campo pero no estabamos listas para manejarlo. Al principio eramos 8 mujeres, hoy somos 9 porque vino otra hija unica, como yo, que aun tiene la madre pero que se esta preparando por si en el futuro se tiene que encargar de la UP (Idem).

De sua participação do grupo Cambio Rural, S.L. valoriza a possibilidade de fazer perguntas técnicas num ambiente de confiança:

Lo positivo del grupo de mujeres? Ha sido muchisimo! Dejas de sentirte sola y ya no te da vergüenza preguntar (Idem).

Apesar dessa boa experiência, S.L. admite que cometeu vários erros por causa de sua excessiva confiança nos conselhos dos técnicos do INTA:

Al principio me asesoraba con una ingeniera agronoma del INTA recién recibida, a la que le faltaba experiencia practica. Nos aconsejô que hiciéramos 70 has de pastura de lloron y mijo que saliô carisima y que fracasô por el mal trabajo hecho por el contratista. También me sugiriô que contratara a una familia completa para trabajar en el campo, y al anio los tuve que despedir con 'todos los papeles' (N.E.: con pago de las indemnizaciones debido a que se trataba de un contrato formal)... Aprendimos la leccion (Idem).

12.2.4. MODERADOS AUTÔNOMOS

Constituem um grupo muito interessante para os serviços de extensão rural do mundo inteiro (ver, por exemplo, o recente estudo da Universidade de Utah sobre o isolamento de pequenos produtores norte-americanos em CARTMELL, ORR, & KELEMEN, 2006). Ficam frequentemente afastados dos órgãos de extensão rural e não procuram de maneira constante informações sobre melhoras técnicas. O maior objetivo é atingir e manter a autonomia econômica, e só aceitam a ideia da inovação se ela não inclui riscos financeiros e não ameaça o seu sistema de produção tradicional. Mesmo se apreciam os diagnósticos

técnicos e ouvem com atenção as opiniões dos outros quando eventualmente participam de um grupo de pecuaristas, não gostam do apoio técnico constante, pois acham que condicionaria a sua liberdade de critério. Muitas vezes críticos dos órgãos de extensão rural, esperam que eles reconheçam o mérito de suas decisões produtivas e que os técnicos aceitem, nas palavras de um entrevistado, “ensuciarse los zapatos en la tierra y caminar al lado del productor”.

Caso 1. W.M.B. Dono de 486 hectares na região dos Campos de Cima da Serra, no Rio Grande do Sul, W.M.B. sempre foi autônomo e pouco amigo das inovações. Porém, esse pecuarista descendente de alemães, com estudos básicos completos, casado e com dois filhos adultos jovens, sabe recorrer aos órgãos de extensão rural ou à Inspeção Veterinária de Esmeralda quando precisa tomar uma decisão técnica importante, como a rastreabilidade do gado. Infelizmente, o veterinário da Inspeção foi embora e a região ficou sem autoridade fiscalizadora para avaliar o esforço – e o investimento:

Meus bois são rastreados, eu fui o primeiro em fazer ‘rastreamento’. Eu assistia muito pela TV, comecei a me informar, o veterinário da Inspeção (da Secretaria de Agricultura) era credenciado... mas agora esse veterinário foi embora e não tem mais credenciado, nem consigo (Entrevista a W.M.B., Brasil, Agosto de 2006).

Talvez devido a essa inovação frustrada, W.M.B. prefere observar os vizinhos na hora de fazer uma pastagem ou se informar diretamente pela TV sobre as novas regulamentações sanitárias para o rebanho:

Eu sempre tive um campinho arrendado para dar comida (aos animais) mas agora eu vi os meus vizinhos e eu também vou fazer minhas próprias pastagens. Também gosto de assistir programas de pecuária na TV. Foi assim que eu soube da rastreabilidade (Idem).

Caso 2 - R.B. e filho. R.B. tem 69 anos, cursou o ensino básico completo e administra sua UP de 270 hectares na Argentina, a 20 quilômetros de Pigüe (entre rota asfaltada e caminho de terra). Casado, e com dois filhos homens, o mais velho trabalha com ele na UP e o caçula é médico numa cidade na Patagônia. Por razões de segurança (a UP foi roubada várias vezes) viajam para a UP todos os dias junto com a esposa de R.B. mas passam as noites em Pigüe. R.B. e seu filho, F., são sócios da Cooperativa Agrícola La Alianza, de Pigüe. Com um passado social bastante ativo, R.B. foi membro do conselho diretor dessa cooperativa durante 12 anos e seu filho está associado há 20 anos. Ainda hoje consultam o veterinário da cooperativa sobre o manejo do rebanho bovino e o engenheiro agrônomo da

cooperativa para os assuntos vinculados com a agricultura, como a melhor data para plantar, a necessidade de fumigação, o tipo e a quantidade de herbicidas necessários, etc. R.B. explica assim essa procura por informação técnica: “Tenés que consultar, no podés tomar ciertas decisiones sin consultar”, diz. Porém, na prática R.B. não se mostra aberto a participar de novos grupos profissionais ou cursos técnicos, especialmente após a falência de muitos produtores que investiram em inovações sem estar preparados financeiramente:

Ninguno en la familia hizo cursos técnicos o va a grupos. Me avisaron el otro día que va a haber una charla en la Sociedad Rural, no sé bien de qué, algo de los animales, pero la verdad es que uno está ‘tan podrido’ (N.E.: cansado, desapontado), de que en la época de Menem (ex presidente) nos metieron tanto que había que comprar esto, había que sembrar aquello ... y la verdad es que el desordenado, se fundió y se fundió, listo, ya está. Ibas a esas charlas (técnicas) y te aburrían charlando y charlando, algunas servían, pero la mayoría, no servían para nada. (Entrevista com R.B. e filho, Argentina, Julho de 2006).

12.2.5. ROTINÁRIOS ISOLADOS

Assim como o grupo anterior, uma quantidade significativa dos pecuaristas familiares gaúchos entrevistados se encaixa nesse grupo. Foram os produtores mais difíceis de contatar para as entrevistas, precisamente porque os grupos de extensão rural têm pouco ou nenhum contato com eles. Porém, insistimos especialmente em visitar produtores com esse perfil pois sabíamos, por experiência própria, que apesar de ficar fora do cenário e das preocupações dos extensionistas rurais, sua existência é importante, especialmente entre os produtores mais idosos. Não têm relação com órgãos de extensão rural nem com grupos de pecuaristas ou de conselho profissional (e até sociais). Desconfiam dos conselhos técnicos e seguem com atenção os fracassos e as frustrações das inovações mal sucedidas dos vizinhos que aceitam o risco, porque elas confirmam a “inutilidade” dos conselhos técnicos. De formação geralmente básica, possuem longa experiência no campo, sendo netos, e até bisnetos, de produtores rurais. Suas práticas produtivas poderiam ser descritas como tradicionais, com um grande apego pela terra e um forte vínculo inclusive afetivo com os animais. Rejeitam as mudanças, especialmente aquelas que colocam em risco o precário equilíbrio econômico de suas unidades produtivas, em geral pequenas e de baixo nível de capitalização. Para eles, as fontes de informação nascem de suas redes sociais, e não das instituições de extensão rural (BRUNSON & PRICE, 2009). Assim, se informam sobre novidades e preços nas cooperativas agrícolas, onde encontram espontaneamente a outros produtores na hora de comprar comida, combustível ou sementes; no veterinário, que visita a unidade produtiva quando o gado está pronto para parir ou precisa ser vacinado; no

banco, e até na Igreja. Os extensionistas rurais que conseguem se aproximar dos pecuaristas rotinários isolados devem fornecer conselhos altamente personalizados, que levem em conta as experiências e as formas de fazer tradicionais do produtor, e procurar que as soluções propostas não sejam caras.

Caso 1. C.A.L. Com 64 anos, ensino primário completo, e 5 filhos (4 mulheres e um homem) que estudam e trabalham fora da UP, C.A.L. luta junto com a sua esposa para sobreviver em uma pequena UP de 196 hectares herdada do pai na zona de Pigue, Argentina. A propriedade da UP é compartilhada com outros 4 irmãos que moram e trabalham fora da UP. A propriedade fica a 8 quilômetros da localidade de Arroyo Corto (for rota asfaltada), a 14 quilômetros de Pigüé (também rota asfaltada) e a 32 quilômetros de Coronel Suarez. C.A.L. viaja quatro vezes por semana a Pigüé para pagar impostos, comprar insumos para a UP e fazer compras no supermercado.

Um típico “rotinário isolado”, C.A.L. não participa de grupos profissionais nem consulta a engenheiros agropecuários, tal vez, pelo custo do assessoramento, de 100 pesos por mês, um preço razoável para outros produtores, como temos visto, mas caro no cenário de escassa liquidez da UP de C.A.L. Por isso, o entrevistado se informa através do rádio e de publicações do INTA que são distribuídas pela cooperativa agrícola La Alianza, de Pigüé. Também lê o caderno rural incluído no jornal semanal de Pigüé, “Reflejos”. Muito mais inclinado a compartilhar experiências e informações com outros pecuaristas, especialmente parentes e vizinhos, ultimamente a rede social no qual estava inserido tem se desintegrado devido ao êxodo massivo de pequenos pecuaristas falidos da região.

O único contato permanente com um técnico é o que mantém com o seu sobrinho F.C., um médico veterinário que visita a UP quatro vezes ao ano, quando C.A.L. o chama por algum problema com o gado, como um parto difícil, uma cesariana, ou a doença de algum animal.

Ao ser perguntado sobre a utilidade dos órgãos de extensão rural, C.A.L. responde com uma anedota da época em que o governo do então presidente argentino Carlos Menem incentivava os produtores rurais a tomar empréstimos rápidos para a compra de “pacotes tecnológicos”. “Los pocos que se animaron no pudieron pagar y se fundieron. Mira alrededor”, diz o entrevistado, apontando os campos vazios de seus vizinhos de várias gerações, que precisaram vender ou arrendar o campo para pagar esse tipo de empréstimos recomendados pelos extensionistas rurais. Dos 5 vizinhos que limitam com sua UP, três perderam tudo ao longo de uma década (de 1990).

Mesmo considerando “boas” as inovações técnicas, o preocupa o fato de que “necesitan de mucha inversión, que muchas veces está fuera de tu alcance, y eso es peligroso, porque si

te sale bien te va bien, pero si te sale mal sonaste. Eso le pasó a 120.000 productores que “se fundieron” en la década de los 90”, lembra com tristeza. Finalmente, critica os extensionistas que passam o dia inteiro na cidade, em um escritório, dando dicas arriscadas para os pecuaristas: “No tienen experiencia, solo estudio. Si les miras las manos, las tienen blanquitas, de tocar el piano”, ironiza.

Caso 2 - C.V. e esposa L.L. C.V. tem 64 anos e sua esposa, L.L., 60. C.V. é técnico contábil (apesar de ter estudado dois anos, a contabilidade de sua UP, de 380 hectares, é feita por um contador na cidade) e a sua esposa tem primário completo. Pais de 4 filhos (dois homens e duas mulheres), só o caçula, de 20 anos, mora com os pais pois tem problemas de saúde. A UP esta localizada a 15 quilômetros de Pigüé e a 11 quilômetros de Arroyo Corto, em ambos casos, por uma rota provincial asfaltada. Na hora de explicar por que não pertencem a grupos profissionais, é a esposa que responde, com tom crítico sobre os extensionistas rurais:

Los ingenieros agronomos hacen muchos estudios con vos, experimentan con vos, pero muchas cosas no estan a nuestro alcance. Para 100 has. no vas a comprar una cosechadora de 600.000 pesos, o insumos, o una maquina de siembra directa (Entrevista com C.V. e sua esposa L.L., Argentina, Julho de 2006).

A respeito das redes de diálogo informal, C.V. e sua esposa são muito cuidadosos de sua intimidade, e preferem não compartilhar informação sobre a sua UP com vizinhos ou mesmo parentes. Porém, estão dispostos a colaborar com os vizinhos para proteger a segurança dos campos e combater o roubo de gado, freqüente na área.

12.3. AMIGOS ÍNTIMOS: PECUARISTAS E EXTENSÃO RURAL NA FRANÇA

Nesse ponto, compararemos o vínculo que os pecuaristas familiares gaúchos e os franceses têm com os órgãos de extensão rural. Contrariamente ao que acontece na pecuária familiar gaúcha, os produtores franceses estão muito próximos dos técnicos agropecuários e dos grupos de informação profissional. Nossas visitas de campo junto com técnicos do Institut de l'Élevage na região de Auvergne (Clermont Ferrand), na França, em outubro de 2007, permitiram comprovar que os pecuaristas familiares franceses não só utilizam os conselhos técnicos para soluções táticas (de curto prazo), mas também para a criação de estratégias de longo prazo, que incluem a posição de suas próprias famílias na sociedade.

A diferença no nível de proximidade com os órgãos de extensão rural na França se torna explicável, no nosso entender, pelas particularidades das políticas públicas e da própria

produção agrícola no outro lado do Atlântico. Assim, ser pecuarista na França implica na necessidade constante de intensificação da produção (devido ao reduzido tamanho das unidades produtivas), e no cumprimento das cada vez mais numerosas exigências do consumidor e das autoridades (nacionais e da União Europeia) em matéria de sanidade animal, bem estar do gado e proteção ambiental.

Na França, o conceito de cadeia produtiva é muito desenvolvido do que nos Pampas do Cone Sul. Uma indústria de nutrição animal está bem informada – e se interessa – pelo que pensa e deseja o consumidor. Todas as empresas ligadas à cadeia da carne sofreram com a queda do consumo depois do aparecimento da vaca louca e hoje sabem que é importante trabalhar para que o consumidor tenha acesso a um produto seguro e que atenda seus anseios, de qualidade e de segurança.

Outra diferença importante a respeito do que acontece com os pecuaristas familiares gaúchos é o nível de organização dos produtores franceses. Esses últimos sabem que toda e qualquer mudança que afete o agronegócio, terá impacto primeiro no produtor, e por isso, tentam se antecipar às mudanças de maneira constante. Como foi possível comprovar em nossas visitas de campo e nas conversas com pecuaristas e com técnicos do Institut de l'Élevage, os problemas ocasionados com o surgimento da vaca louca deixaram todos mais preparados para lidar com crises e conscientes de que uma resposta rápida, firme, e coordenada com os órgãos de extensão rural é o melhor caminho.

Nesse sentido, os grupos profissionais e as organizações de produtores são fortes e têm apoio dos produtores. Assim, quando decidiu-se que a contribuição para a associação de produtores passaria de 5 euros (por tonelada de equivalente carcaça vendido) para 10 euros, simplesmente o dobro, a medida foi aprovada pelos produtores, que acreditam que esse dinheiro é bem empregado e que mais recursos trariam mais possibilidades de melhoras para o setor.

Os pecuaristas franceses apreciam os conhecimentos sobre tendências no mercado e novas exigências públicas obtidos nos órgãos de extensão rural. Assim, o Centre d'Information des Viandes (CIV) tem como objetivo informar o consumidor e dar-lhe a oportunidade de fazer escolhas corretas, por si próprio.

Também há uma tendência clara na pecuária francesa de se especializar em produtos de nicho de mercado, produtos tradicionais, gourmet, refinados, etc. Os selos de qualidade primam por sua credibilidade, pois sabe-se que de nada adianta ter um selo dizendo "produto de alta qualidade" ou "produto especial" se os consumidores não conhecem ou não confiam naquele selo. É notável o zelo existente com o selo francês mais famoso, o *Label Rouge*. Para obtê-lo, tudo deve ser feito dentro de normas muito específicas, desde número

de dias de maturação da carne ao tamanho e localização do logo *Label Rouge* na embalagem.

A pecuária francesa tem sofrido fortes ameaças que a levam a procurar soluções coletivas e bem informadas. A crise da vaca louca afetou a credibilidade na segurança do consumo de carne. Alguns dados informam que 80% das propriedades francesas são inviáveis economicamente sem a ajuda dos subsídios do governo. A concorrência com outros países está cada vez maior, dentro e fora da Europa, uma vez que a França sempre foi uma tradicional exportadora de carne.

O bioma Pampa, por outro lado, não está sofrendo nenhuma dessas ameaças. Os três países analisados possuem um importante potencial produtivo, com preços competitivos (sem subsídios) e possibilidade de produzir com alta qualidade. Porém, como veremos nos capítulos sobre globalização e adaptação, existem ainda muitos desafios que os pecuaristas familiares gaúchos não podem enfrentar sem a ajuda dos órgãos de extensão rural: rastreabilidade para ter (e manter) acesso a mais mercados externos, sanidade do rebanho, aumento da qualidade da carne, melhoria da imagem da carne (especialmente da brasileira) no exterior e valorização da pecuária em nossa sociedade.

12.4. NA PROCURA DE NOVOS ARRANJOS INSTITUCIONAIS

As dificuldades dos pecuaristas familiares gaúchos para se antecipar e responder aos novos desafios da globalização tem se traduzido no fechamento em massa de unidades produtivas. Só uns poucos conseguem inovar de maneira constante sem arriscar os seus modos de vida. Os órgãos de extensão rural, por sua parte, nem sempre compreendem que a sua função vai além de garantir que as tecnologias de produção e processamento estejam disponíveis através de excelentes pesquisas sobre pecuária, de extensão rural ou de outros serviços de apoio. Faltam arranjos sociais e institucionais que reconheçam os limites da racionalidade instrumental (orientada quase exclusivamente ao aumento da produtividade) e que valorizem os valores, experiências e atitudes dos pecuaristas familiares gaúchos.

Geralmente é esquecido que os produtores não só tomam decisões técnicas, econômicas ou organizacionais a partir das informações disponíveis e dos debates sobre o problema em distintos grupos sociais ou institucionais, mas também a partir de seus valores, conhecimentos e percepções. A inovação requer redes de diálogo baseadas na confiança e capazes de integrar retro-alimentações “de baixo para cima”, tais como as percepções dos pecuaristas sobre a sua situação. As percepções sobre um problema são frequentemente mais importantes que o problema *per se*, pois a tomada de decisões se baseará nas percepções. Existem muitas estratégias que os órgãos de extensão rural podem utilizar

para apoiar os pecuaristas familiares gaúchos por meio de conselhos técnicos. Os extensionistas rurais devem se interessar pela realidade concreta de cada unidade produtiva, assim como pela trajetória, as experiências passadas e o perfil sócio-econômico de cada produtor e suas famílias. Assim, em cada UP existem distintas maneiras de organização do trabalho, com um sutil equilíbrio entre filhos e empregados que pode ser alterado de maneira negativa pelas modificações do sistema produtivo. As mudanças podem provocar conflitos familiares e até inter-geracionais.

13. OPORTUNIDADES: OS NOVOS ATORES DO PAMPA

Além dos pecuaristas familiares resilientes - que continuam a optar pela receita da rotação de cultivos com pastagens para o gado - e dos que ficam gradualmente fora da atividade - realizando plantios de maneira continuada, plantando soja sobre soja e deixando o solo sem vegetação durante o inverno-, o Pampa também criou oportunidades e abriu as portas para novos atores. Trata-se de produtores articulados em empresas de grande escala ou profissionais liberais que combinam o trabalho na cidade com breves visitas diárias a unidade produtiva ou nos fins de semana. Através de uma análise de matérias jornalísticas, construímos um perfil desses novos atores do Pampa e de sua forma de transformar desafios em oportunidades:

Hubo un cambio enorme. Ésta era una zona básicamente agrícola-ganadera y hoy nos encontramos con que la mayoría de nuestros vecinos ha desaparecido. Hay mucho menos gente que antes, prácticamente no conocemos a los dueños. Y evidentemente está predominando el uso agrícola de los suelos, incluso con escasa presencia de animales, porque la gente que está haciendo agricultura hace una rotación agrícola en siembra directa, sin que los animales entren en el sistema, salvo en los bajos. (Citação do Engenheiro Agrônomo Roberto Symonds, pecuarista e agricultor de Young, Río Negro, Uruguai, e ex presidente da ARU. Citado em EL PAIS, 2009, documento online).

Muchos productores que antes hacían su propia agricultura han optado por darles sus campos a empresas más grandes. Seguramente somos menos los productores que hacemos agricultura propia. Incluso lo vemos en los pequeños productores, colonos, que tenemos de vecinos, que prácticamente no hacen más agricultura y dan los campos en arrendamiento (*Idem*).

A revisão da literatura e nossas conversas com pecuaristas familiares, acadêmicos, empresários, extensionistas rurais e tomadores de decisões nos permitiram enxergar dois grandes grupos de novos atores:

♣ Os “gerentes agropecuários”, que com um capital mínimo ou inexistente canalizam fundos de inversão e atuam como unidades de gerenciamento e negócios, arrendando terras e contratando serviços. No caso do Uruguai, gerentes agropecuários plantam uma média de 16.000 hectares (ARBELETCHÉ & CARBALLO, 2008). São empresas agropecuárias organizadas em rede, que articulam o fornecimento de serviços agrícolas (plantio, fumigação e fertilização, colheita) numa grande quantidade de unidades produtivas pequenas em diferentes zonas, quase sempre sobre terras arrendadas. Por não ter capital próprio (equipamentos agrícolas, terra), essas empresas baseiam o seu sucesso no

gerenciamento, em grande escala, da informação e do conhecimento. No Brasil, elas são conhecidas como o setor do “agronegócio” ou do agribusiness. Na Argentina, são chamadas de *pools de siembra*, que operam através de “fundos de investimento” que captam o dinheiro de contadores, advogados, médicos, esportistas, empresários e até de fundos de pensão privados. Em 2007, entre US\$ 700 e 900 milhões (aproximadamente 10% do investimento na safra desse ano) chegaram ao Pampa argentino de fontes não agrícolas e com a finalidade de plantar soja e milho, dentre outras lavouras. Uma parte importante dos *pools de siembra* cresceu com os fundos liberados após o “corralito financeiro” estabelecido pelo governo argentino após a saída da convertibilidade 1 dólar = 1 peso, a finais de 2001. Os investimentos foram potenciados pelo boom dos preços da soja de 2004-2006, quando a oleaginosa superou a barreira dos 700 pesos por tonelada.

♣ Os “novos pecuaristas”, que realizam investimentos de maneira individual, combinando a agricultura com a pecuária, mas que, ao contrário do produtor tradicional, tem começado a enxergar a pecuária como uma atividade marginal que se desenvolve nos solos de menor qualidade ou confinada, através do *feedlot*.

A pergunta sobre as estratégias produtivas e de adaptação do segundo grupo, o dos “novos pecuaristas”, que conseguem permanecer e crescer, é relevante, especialmente para o desenho de políticas públicas e instituições com a capacidade de responder as consequências da globalização na pecuária extensiva. A seguir analisaremos algumas de suas principais estratégias de adaptação.

13.1. OS NOVOS PECUARISTAS GAÚCHOS

Um estudo de diversos jornais e revistas especializadas disponíveis em Internet (EL PAIS, de Uruguai, 2009; LA NACION, de Argentina, 2009; COMPROMISO GANADERO, 2009) tem nos permitido caracterizar o perfil desses novos pecuaristas que conseguem se manter na atividade de maneira individual e sem necessariamente integrar o setor do agronegócio de grande escala ou *pool de siembra*.

El productor que quedó es un empresario que recurre a Internet, se informa sobre el mercado de Chicago, está informado, investiga en tecnología, invierte en tecnología, construye y busca capital humano. (Miguel Carballal, produtor de Soriano, Uruguai, citado em EL PAIS, 2009, documento online).

Os pecuaristas que conseguiram se manter na atividade tem desenvolvido um conjunto de capacidades para se adaptar a um cenário em permanente transformação:

- Conviver e se antecipar aos crescentes riscos e ameaças, usando seguros e a pecuária como uma poupança frente aos riscos climáticos sofridos pela agricultura
- Obter informação de alta qualidade e de maneira permanente sobre possibilidades de comercialização, nichos de mercado, melhora da qualidade do produto, inovações técnicas e rentáveis
- Procurar oportunidades para crescer sem correr riscos desnecessários
- Acumular o capital suficiente para poder inovar ou correr riscos prudentes
- Aprimoramento continuado, sobretudo na aplicação de novas tecnologias
- Treinamento de recursos humanos (filhos, empregados permanentes, etc.) para o manejo e a gestão de empresas e equipamentos cada vez mais sofisticados
- Flexibilidade e abertura constante as mudanças
- Essas características se traduzem em um conjunto de decisões estratégicas que vão do aumento da produtividade, já descrito nos itens anteriores, a outras mais novas, como a terceirização dos serviços agropecuários ou o arrendamento da terra de produtores menores.

13.2.1. ARRENDAMENTO DA TERRA

O arrendamento de terra constitui uma estratégia chave para a expansão dos novos atores rurais do bioma Pampa. No Uruguai, 90% da agricultura é realizada em terras arrendadas. Na Argentina, 60% da produção agrícola – 18,8 milhões de hectares – é feita sobre campos arrendados (LA NACION, 2009, documento online). Segundo um estudo da consultoria de agronegócios Openagro, citado pelo jornal *La Nación*, de Buenos Aires (*Idem*) o pagamento de arrendamentos de terra na Argentina em 2009 chegou aos 3,3 bilhões de dólares. A cifra, apesar de alta, foi inferior a de 2008 (4 bilhões de dólares) devido a queda dos preços da soja, o aumento do custos de produção e a seca.

Na Argentina, o *boom* da soja multiplicou o preço de arrendamento da terra: na fértil área do norte da província de Buenos Aires, o custo do hectare passou de 160 dólares em 2002 a 550 dólares em 2008. Por causa dessa realidade, combinada com a falta de mão-de-obra originada pelo êxodo dos jovens para as cidades, muitos produtores familiares passaram a arrendar suas terras para que outros produzam. O preço também afetou os planos de produtores familiares que, para aumentar a sua escala, arrendavam a seus vizinhos. Devido ao aumento dos preços, esses produtores tiveram que devolver as terras vizinhas, perdendo

escala e comprometendo seriamente a sua sustentabilidade. Na Argentina, só 65 grandes empresas (também conhecidas como fundos de investimento ou *pools de siembra*) plantam 2,4 milhões de hectares, sobre um total de quase 30 milhões de hectares, investindo 20% da produção total.

Mas também existem os produtores que querem manter a sua individualidade, sem se associar com empresas em rede. Eles optam por arrendar a terra a seus vizinhos ou familiares ou criam sociedades com outros produtores.

13.2.2. TERCEIRIZAÇÃO DOS SERVICOS AGROPECUÁRIOS

As mesmas mudanças que, por um lado, tem expulsado do território muitos produtores familiares, por outro, criou oportunidades para os “novos pecuaristas”, que aproveitam os benefícios da abundância de “serviços” (plantios, reparação de maquinarias agrícolas, fumigação, etc.). Tal abundância permite que eles enfrentem grandes colheitas com pouca mão-de-obra familiar ou com maquinarias agrícolas com defeito. Os “serviços” agropecuários são frequentemente gerados pelos próprios pecuaristas, que diante da impossibilidade de aumentar a escala de sua unidade produtiva pelo aumento dos preços da terra, tem transformado a crise em oportunidades. No caso do Uruguai, muitos agricultores individuais oferecem serviços às grandes empresas do agribusiness, vindas tanto da Argentina como do Brasil.

Creo que estamos mucho mejor [que hace 15 años]. Antes éramos productores, ahora somos empresarios. La figura del empresario es fundamental. El productor que quedó es un empresario que recurre a Internet, se informa sobre el mercado de Chicago, está informado, investiga en tecnología, invierte en tecnología, construye y busca capital humano (Citação de Miguel Carballedo, produtor da zona de Mercedes, Uruguai. Citado no jornal EL PAIS, 2009, documento online).

En mi empresa tengo un agrónomo que trabaja para mí full-time. Y creo que todos lo hacen. Los productores, ahora, no andan cada uno suelto, a su libre albedrío, haciendo lo que les parece. Están todos con un profesional, que cuida los cultivos, los ganados, la suplementación, la genética, las raciones, las aplicaciones. El productor trabaja de otra manera y no está corriendo atrás de bancos y cheques (*Idem*).

Os produtores tradicionais que tem se transformado para sobreviver e crescer procuram a especialização de tarefas por meio da reorganização do trabalho na sua unidade produtiva. Um exemplo é a terceirização do uso das máquinas agrícolas para diminuir as despesas de manutenção e de mão-de-obra permanente.

Un productor de mi zona, que se expandió y compró campos grandes con maquinaria

incluida, llave en mano, vendió las máquinas o se las dio a otro, tercerizando la actividad. No es el único caso. Le dan las máquinas a gente que quiere trabajarlas, incluso los financian y piden preferencia en las tareas. Así, los nuevos contratistas, empresas de servicios de maquinaria, van pagando con trabajo. Estos grandes productores agrícolas no quieren tener las máquinas, no quiere 'tener lío' con las máquinas y se enfocan en los cultivos. (Citação do Engenheiro Agrônomo Roberto Symonds, pecuarista e agricultor de Young, Río Negro, Uruguai, e ex presidente da ARU. Citado em EL PAIS, 2009, documento online).

Para incentivar a terceirização, alguns produtores “grandes” compram máquinas agrícolas e as entregam a pessoal especializado no seu uso, que paga pelas máquinas através de serviços e dando preferência (não exclusividade) ao produtor que facilitou a compra do equipamento. O armazenamento em sacas de grãos úmidos para *feedlot* ou suplementação da pastagem é um dos serviços que tem sido terceirizados, já que os produtores entendem que não é necessário ter equipamento de uso exclusivo na unidade produtiva para uma tarefa tão específica e limitada.

Para responder a essa nova demanda, as próprias empresas de serviços trocam informações e coordenam seus trabalhos com rapidez e flexibilidade para que o produtor sempre ache um fornecedor disponível. A mudança nessa área tem sido rotunda: há alguns anos, o produtor encarava a prestação de serviços de maneira “oportunista”, usando os equipamentos agrícolas de sua propriedade para executar primeiro as tarefas na sua unidade produtiva e saindo ao mercado só depois, quando tivesse tempo, para prestar serviços para os outros. O incremento da sofisticação do gerenciamento desse tipo de serviços “profissionalizados” tem criado oportunidades para jovens profissionais (em geral engenheiros e engenheiras agrônomas filhos de produtores tradicionais) que, sem acesso a terras caras e divididas, podem usar o seu conhecimento para continuar trabalhando no setor rural. O problema da falta de mão-de-obra capacitada e confiável, frequente em qualquer unidade produtiva, também afeta a expansão dos serviços agropecuários. Os serviços terceirizados utilizam, para serem competitivos, equipamentos agrícolas de maior escala e sofisticação que exigem pessoal idôneo, eficiente, capacitado e confiável para seu funcionamento e para sua manutenção.

No tenemos gente preparada para este tipo de máquinas. Además, cualquier problema que surge requiere un experto, un entendido en electrónica. Ya no es más el mecánico de overol, es un experto que llega con el *laptop* para analizar el problema y ajustarlo. (Citação de Miguel Carballeda, produtor da zona de Mercedes, Uruguai. Citado no jornal EL PAIS, 2009, documento online).

13.2.3. COMERCIALIZAÇÃO INFORMADA

Muitos dos produtores, tanto grandes quanto de pequena e mediana escala, que tem conseguido permanecer na atividade tem melhorado o seu poder de barganha, especialmente na hora de se informar sobre os preços do mercado para negociar a compra de insumos e a venda de produtos. O *boom* da soja tem aumentado o número de compradores e os produtores familiares que tem conseguido negociar melhores preços, mas com uma margem menor de barganha devido à necessidade constante de gerar liquidez.

¿Qué pasa con los productores más chicos, que tienen de 200 a 500 hectareas? El productor uruguayo que está vigente hoy es porque fue prolijo toda la vida, es responsable y gasta cuando puede. Ese hombre se defiende bien, porque los compradores son muchos y buscan tanto al de 200 hectáreas como al de 4.000. Creo que esa gente no tiene problema ninguno hoy. Incluso yo le he ofrecido a alguno vender conmigo, para facilitarle, y me dicen que venden a los mismos precios que vendo yo. (Citação de Alberto “Toto” Gramont, produtor uruguaio de grande escala. Citado no jornal EL PAIS, 2009 documento online).

Outra alternativa, para quem tem margem para arriscar, é a utilização da venda antecipada ou *venta a futuros*, que permite negociar distintas quantidades de grãos aproveitando os preços mais altos.

13.2.4. ATITUDE FACE AO RISCO

As grandes empresas que operam em rede e em grande escala podem minimizar o risco climático através de plantios em distintas regiões. Os produtores individuais, no entanto, devem ter seguro, que podem ter preços altos para os pequenos produtores. Justamente essa situação faz com que muitos produtores recorram à pecuária, que dá estabilidade à unidade produtiva, pois não sofre – tanto quanto a lavoura – os riscos climáticos. Eles optam pela pecuária em solos que não são adequados para a agricultura, como uma atividade marginal, uma poupança.

Tenemos, cada vez con más firmeza, una pata en la ganadería, porque le da estabilidad a la empresa agrícola, que tiene una gran variabilidad por el clima. Es un capital que crece y al cual se puede recurrir para invertir. (Citação de Miguel Carballal, produtor da zona de Mercedes, Uruguai. Citado no jornal EL PAIS, 2009, documento online).

14. OPORTUNIDADES: O NOVO PAPEL DA MULHER NA PECUÁRIA FAMILIAR GAÚCHA

A participação das mulheres na agricultura existe desde a época em que as culturas mesopotâmicas começaram a domesticar animais e a plantar perto de seus lares (STEPHENS, 1990, MAZOYER & ROUDART, 2006). As mulheres representam 40-60% da força de trabalho na agricultura e no cuidado dos animais no mundo (FINNEY, 1988). No caso da pecuária, o envolvimento das mulheres tem uma longa tradição na África, na Ásia e na América Latina. Mesmo se os modelos produtivos da pecuária variam muito segundo as zonas ecológicas e os sistemas sócio-políticos (extensivos e nômades no Tibete e na região do deserto do Saara, no norte da África; intensivos no Japão, na Jordânia e em áreas do Altiplano na América Latina), tanto na África e no Oriente Próximo quanto na Ásia e na América Latina, existe um padrão comum entre as mulheres que trabalham na agricultura.

Assim, segundo o IFAD (1991c) as mulheres possuem um importante conhecimento sobre a pecuária e a natureza, e também boas habilidades no manejo do gado, que são frequentemente ignoradas ou pouco valorizadas pelos homens da família, por pesquisadores e pelos tomadores de decisões.

Ainda segundo o IFAD, as mulheres rurais não são vistas como agentes de mudanças, mas sim como observadoras passivas (IFAD 1991). Isso acontece porque as relações sociais de produção utilizam a distinção de gênero, construída social e culturalmente, para atribuir papéis sociais para homens e mulheres.

Assim sendo, existe um baixo reconhecimento, inclusive por parte das próprias mulheres, da sua participação no trabalho familiar, percebido como trabalho doméstico, auxiliar ao do marido ou frequentemente caracterizado por elas próprias como ajuda (NEAD/MDA, 2005). Como consequência, o conhecimento sobre o papel real das mulheres na pecuária é muito limitado, o que dificulta a criação de políticas de apoio destinada às mulheres para melhorar suas condições de vida e a produtividade de seu trabalho.

A falta de valorização do papel da mulher no campo é especialmente significativo no caso da pecuária na América latina, onde a atividade é fortemente dominada pelo homem e onde o rol da mulher é menos visível do que na África e na Ásia (IFAD, 1994). As diferenças baseadas em gênero também são notórias quando se trata da divisão da herança entre homens e mulheres rurais. Existe uma tendência histórica a deixar a terra com o filho mais velho (ou mais novo, nos casos onde existe o “minorato”), apesar da mulher ser tão ativa no processo produtivo quanto o homem. Dentro dessa tendência existe, porém, uma exceção: as mulheres que decidem ficar no (ou voltar ao) campo por razões pessoais (divórcio, morte do esposo, etc.) ou porque possuem contatos sociais e educação suficientes e exigem

maiores responsabilidades e poder de decisão.

Como veremos abaixo, a invisibilidade da participação das mulheres na tomada de decisões produtivas é evidente nos três países de nossa pesquisa: o Brasil, o Uruguai e a Argentina. Isso acontece porque o valor econômico do trabalho não remunerado da mulher no campo é subestimado: as estatísticas econômicas dos países não consideram as economias informais, como a do lar, ou não remuneradas, como “produtivas”. Kleysen y Campillo (1996), autores de um dos estudos mais abrangentes sobre o trabalho das mulheres rurais na América Latina, salientam que muitas das mulheres que trabalham em unidades produtivas familiares não são consideradas parte da população economicamente ativa (PEA) e que a produção agrícola, especialmente a de alimentos, está pobremente representada nas estatísticas do mercado de trabalho. Isso acontece, segundo Chiappe (2001) pois a estatísticas de trabalho definem o trabalho não remunerado como não produtivo e, em consequência, consideram as tarefas não remuneradas como sem qualquer valor econômico.

Campillo (1994) afirma que a análise do rol da mulher na agricultura permite abandonar a ideia da família como um grupo monolítico e harmônico de interesses administrados por um chefe de unidade produtiva masculino. O enfoque de gênero permite enxergar a família como uma unidade dinâmica e em constante evolução, na qual coexistem indivíduos com diferentes expectativas de poder e subordinação que são expressados em maior um menor grau. No mundo rural, a subvalorização do trabalho feminino é ainda maior do que no meio urbano pois as definições estatísticas do que é “trabalho produtivo” e “trabalho não produtivo” são arbitrárias e confusas (*Idem*). Como bem salienta Campaña (1992), os censos utilizam definições muito limitadas do que é a “atividade agrícola”, incluindo dentro dessa categoria o cultivo da terra, o manejo do gado, e trabalhos do campo vinculados a essas atividades. Outras tarefas, como a seleção de sementes, o armazenamento e conservação, e a transformação de produtos agrícolas, nas quais as mulheres estão fortemente envolvidas, são ignoradas pelos pesquisadores.

Seguindo essa lógica, as mulheres são vistas como passivas ou secundárias na esfera de relações produtivas, como força auxiliar à dos homens. Não é preciso ir muito longe para ver o quanto esta ideia é falsa. Sem o trabalho doméstico, o trabalho produtivo não se viabiliza, visto que as condições de produção e reprodução de tarefas consideradas produtivas dependem da realização de tarefas domésticas. Em muitas oportunidades, as mulheres vão além das tarefas domésticas e executam trabalhos tradicionalmente considerados “masculinos”, como o manejo e a sanidade do gado, as partições, a contabilidade da unidade produtiva, o manejo do trator e a comercialização.

Como resultado de sua “invisibilidade” no meio rural, as mulheres cada vez mais optam por alternativas para melhorar o seu poder de barganha dentro da unidade produtiva: seja através da educação, da associação com outras mulheres, da implementação de empreendimentos próprios com a ajuda de pequenos empréstimos ou da migração em busca de trabalhos não agrícolas.

Ao mesmo tempo, existe uma tendência histórica a deixar a terra com o filho mais velho (ou mais novo, nos casos onde existe o “minorato”), apesar da mulher ser tão ativa no processo produtivo quanto o homem. Brumer & Dos Anjos (2008), Woortmann (1995) e Siliprandi (2009) lembram que as diferentes práticas de herança e sucessão são acompanhadas ou supõem a exclusão feminina da sucessão em um estabelecimento familiar. As mulheres, ao mesmo tempo em que não são reconhecidas como prováveis “chefes” da unidade produtiva, entram nesta atividade através do casamento. “De qualquer forma, as mulheres são encaminhadas a diferentes formas de desistência da terra familiar (casamento com dote, êxodo, celibato), que podem ser considerados equivalentes a mecanismos de exclusão feminina da chefia de estabelecimentos agrícolas”, afirma Brumer (BRUMER & DOS ANJOS, 2008, p. 13). Numa pesquisa recente, citada por Brumer & Dos Anjos (2008), e realizada numa região de agricultores familiares descendentes de imigrantes italianos no estado do Rio Grande do Sul, Spanevello (2008) verificou que os pais entrevistados acreditam serem os filhos homens os mais capacitados para suceder-lhes; as filhas mulheres somente são herdeiras da terra por exceção (por *default*), em casos em que são filhas únicas, ou quando permanecem solteiras e a terra é explorada junto com o irmão. Como explicaremos abaixo, essa mesma situação foi constatada em nossa pesquisa de campo no Pampa do Uruguai, Argentina e Brasil.

Segundo Brumer & Dos Anjos (2008), Siliprandi (2009) e Carneiro (2001) o êxodo feminino da agricultura é equivalente ao êxodo masculino de não sucessores, mas, ao que indicam estudos que mostram a masculinização do meio rural, mais intenso que aquele.

Um outro ponto que influi na tomada de decisões é a propriedade da terra ou do gado. Segundo Deere & Leon (2000) citado por Chiappe (2001), apesar dos avanços em matéria legal para que tanto homens quanto mulheres tenham igualdade formal na propriedade da terra, é menos provável que as mulheres sejam compradoras efetivas. Elas dependem em maior medida da herança, e mesmo assim, como já vimos, os irmãos homens possuem maior probabilidade de serem escolhidos como sucessores do comando da unidade produtiva paterna.

Significativamente, as perspectivas de herança de mulheres rurais também condicionam suas possibilidades de casamento e as relações dentro deste; a propriedade da terra afeta a capacidade das mulheres de influenciarem as decisões econômicas da família, separar-se

em um casamento infeliz e barganhar em termos de granjear a assistência dos filhos. Mas ela também pode ser uma causa de tensão e conflito doméstico, pois desafia as relações de poder entre os homens e as mulheres (DEERE & LEON, 2002).

Na ampliação dos direitos de propriedade, a brecha temporal entre os países, no que se refere às mulheres, é maior, iniciando em 1869 na Argentina e apenas mais tarde, já no século XX, nos demais países do Mercosul. Também há diferenças nas conquistas obtidas, com destaque para o Brasil e o Uruguai, onde existe igualdade legal entre homens e mulheres na representação e administração da família e de seus bens (conquistas obtidas, respectivamente, em 1988 e 1946), enquanto que na Argentina essa igualdade ainda não existe (Tabela 18).

Tabela 18. Evolução dos direitos de propriedade da mulher casada, nos países do Mercosul.

	Código Civil Reformado	Capacidade Legal da Mulher Casada	Administração dos próprios bens	Igualdade de gênero na representação da família
Argentina	1869	1968	1926	Não
Brasil	1916	1962	1962	1988
Uruguai	1855	1979	1925	Não

Fonte: Baseado em MDA/NEAD (2006).

Como indicam Deere & León (2000), até o início do século XX, um dos fatores que mais limitavam o acesso da propriedade da terra entre as mulheres era a natureza restrita dos direitos de propriedade das mulheres casadas. Deere & León (2002) defendem que “a titulação conjunta da propriedade da terra e de outros bens, como moradia, é um mecanismo de suma importância para a inclusão da mulher”. Ela tem “o potencial de beneficiar mais mulheres rurais do que qualquer outra medida”, principalmente em casos de abandono, separação ou viuvez. (DEERE & LEÓN, 2002).

Ademais, segundo as autoras, na América Latina, existe um volume crescente de evidências que demonstram que a mulher tem maior probabilidade de colocar qualquer renda que receba individualmente no fundo comum para o benefício da família. Esse fato tem sido amplamente confirmado em outras regiões, como a África.

No outro extremo, o homem tem maior probabilidade de gastar parte de sua renda em desejos pessoais (especialmente bebidas alcoólicas e fumo), contribuindo com apenas uma parte de seus ganhos para o fundo da família” (*Idem*).

Um outro fator que influi na tomada de decisões é a tradição e as divisões de tarefas baseadas no gênero, que estabelecem que o homem deve se dedicar com prioridade ao

trabalho produtivo, e a mulher às tarefas reprodutivas (CHIAPPE, 2001). Conseqüentemente, se entende que é o homem quem deve tomar as decisões, controlar e ser responsável pelo produto, e que a mulher, ou “reina do lar”, deverá decidir sobre o universo doméstico.

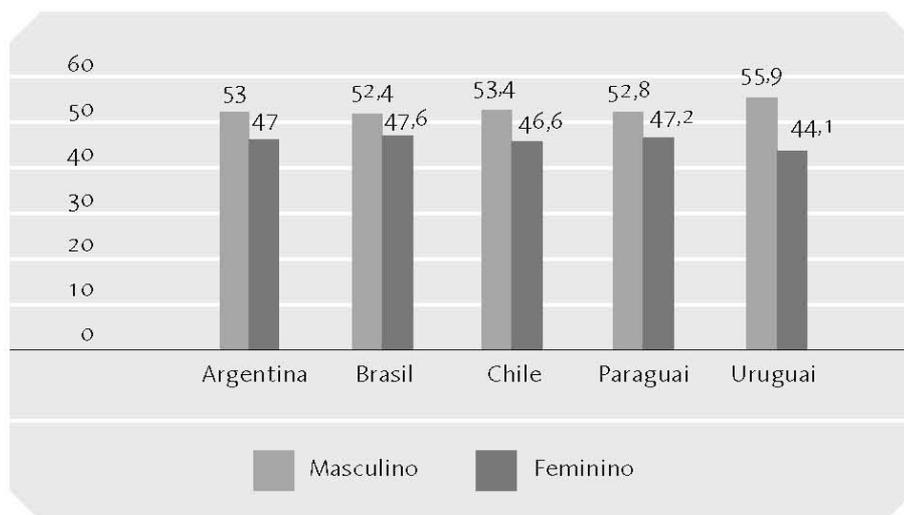
Devido as poucas possibilidades de que elas fiquem à frente da unidade produtiva, as famílias investem mais na educação das filhas do que dos filhos. Assim, tanto no Brasil quanto na Argentina e no Uruguai é possível identificar no meio rural uma tendência de desempenho melhor das mulheres do que dos homens em relação aos indicadores educacionais, principalmente entre os mais jovens (MDA/NEAD, 2006). Este avanço educacional entre as mulheres certamente possibilitará dinâmicas positivas sobre as áreas sociais, uma vez que se pode supor que a escola se tornará um dos espaços mais legitimados para as novas gerações de mulheres.

Alguns estudos de caso, como os realizados por Weisheimer (2004) vêm demonstrando que o incentivo à escolarização visa possibilitar às filhas uma melhor colocação profissional no mercado de trabalho não agrícola, visto que, por razões culturais, não se costuma reservar às filhas mulheres o papel de sucessoras na administração da unidade produtiva na agricultura.

Voltando às restrições na tomada de decisões baseadas no gênero, Brumer (2004) afirma que a maior preparação das mulheres para o exercício profissional (na agricultura ou em atividades não agrícolas), a baixa valorização atribuída a seu trabalho e a falta de perspectiva de receber herança da terra tem originado um fenômeno conhecido como a “masculinização do campo” (CAMARANO & ABRAMOVAY, 1988; ABRAMOVAY, 1988), que resulta em um êxodo rural relativamente maior por parte de mulheres do que de homens.

A distribuição da população rural por sexo nos países do Mercosul (Gráfico 11) confirma essa tendência. Como a migração rural-urbana também é maior entre a população em idade produtiva (14 a 65 anos), está ocorrendo, ainda, nas zonas rurais, comparativamente às zonas urbanas, um relativo envelhecimento populacional.

Gráfico 11. Distribuição da população rural por sexo, nos países do Mercosul, para o ano 2006.



Fonte: MDA/NEAD (2006)

A tendência do aumento do número de homens solteiros no meio rural, principalmente na agricultura familiar, pode ter consequências para o desenvolvimento de atividades produtivas agrícolas, tendo em vista o importante papel desempenhado pelas mulheres e filhos como mão-de-obra familiar não remunerada.

É possível que homens sozinhos, ou morando só com sua parceira, tenham preferência pela monocultura, grandemente apoiada em tecnologia poupadora de mão-de-obra. Também podem optar pela pecuária (cria), nos casos de baixo nível de capital tecnológico.

Neste trabalho, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com famílias para identificar os diferentes graus de envolvimento das mulheres na pecuária familiar gaúcha, desde chefas e co-chefas da unidade produtiva até as “observadoras”, ou aquelas que permanecem sem envolvimento na tomada de decisões ou nas atividades produtivas. Exploraremos as percepções que essas mulheres tem de seu rol e as modificações nas relações de gênero na pecuária familiar gaúcha. Assim, tentaremos descobrir o que mudou, e também o que não mudou, na relação entre homens e mulheres na pecuária familiar. Finalmente, indagaremos se existe um estilo propriamente “feminino” na atividade pecuária e na relação com a natureza.

14.1. A MULHER NA PECUÁRIA FAMILIAR GAÚCHA

A análise das transcrições das entrevistas de campo em 75 unidades produtivas de pecuária familiar na Argentina, no Brasil e no Uruguai permitiram identificar o papel das mulheres nas

unidades produtivas dedicadas à bovinocultura de corte no bioma Pampa. Esse papel foi avaliado através de dois critérios: (i) o envolvimento (ou não) da mulher na tomada de decisões produtivas, e (ii) o envolvimento (ou não) da mulher nas atividades produtivas da UP.

As principais atividades das mulheres que geram receita para o lar são: atividades agropecuárias no domicílio voltadas para o mercado, considerando as tarefas de comercialização que levam a cabo; produção de alimentos para consumo próprio; e como assalariadas em atividades agropecuárias ou não. Além disso, elas produzem objetos artesanais ou assumem micro-empresendimentos agroindustriais que geram recursos econômicos para o lar. Geralmente, essas situações são específicas e/ou suas receitas não são regulares.

No que se refere à sua inserção em atividades agropecuárias no domicílio, as mulheres assumem, em muitos sistemas, uma “segunda” atividade economicamente importante para a unidade familiar (pluriatividade). Isso é comum quando são adotadas políticas de diversificação da produção, quando os homens continuam sendo responsáveis pelas culturas que geram uma renda maior (por exemplo, o tabaco) e as mulheres desenvolvem opções de diversificação (produção de frutas ou hortaliças para mercados locais). Isso também acontece quando, além da produção para o mercado, as mulheres criam cabras – ou outros animais – que consomem regularmente e vendem em épocas específicas do ano. As atividades de comercialização variam de acordo com os produtos cultivados pela unidade produtiva e há casos em que vendê-los é uma tarefa quase que exclusivamente feminina. Em outras situações, as mulheres saem para vender seus produtos em feiras livres. O tempo, a variedade e o tipo das atividades para consumo próprio variam nas diferentes regiões, tanto por questões agroecológicas como por razões culturais.

Além de desenvolverem atividades “produtivas”, as mulheres no campo são quase sempre responsáveis pelas tarefas domésticas. Em geral, como demonstraremos através das entrevistas realizadas, quanto menor é a unidade produtiva, maior é a carga de trabalho produtivo e doméstico das mulheres, principalmente em zonas nas quais os recursos naturais são escassos e/ou de baixa qualidade.

Diferentemente das atividades produtivas na unidade familiar, as tarefas do lar são realizadas quase que exclusivamente pelas mulheres. A colaboração dos homens em atividades puramente domésticas é muito baixa, embora elas aumentem suas horas de trabalho em, por exemplo, atividades assalariadas.

Além de implicarem mais horas de trabalho por dia para as mulheres, as atividades domésticas geralmente as impedem de se capacitar e participar de espaços decisórios

locais, além de dificultar oportunidades de trabalho assalariado para elas.

Em quase todos os casos analisados, os afazeres domésticos eram exclusivamente realizados pelas mulheres em combinação com as atividades produtivas mencionadas. Como resultado, as mulheres têm uma extensa e pesada jornada de trabalho diária, que dificulta, quando não inviabiliza completamente, a possibilidade de frequentar cursos de capacitação ou participar dos espaços de decisão local.

No seio de cada unidade produtiva, procuramos identificar o papel da mulher durante as conversas com o chefe ou a chefe da unidade produtiva (UP), os pais, e os filhos. Consideramos “chefe” ou “chefe” da UP a pessoa que toma as decisões produtivas. Na maior parte dos casos, o papel de chefe da UP coincidia com o papel de esposo e pai (Tabela 19). Nos casos das mulheres chefas de UP, como veremos abaixo, elas eram divorciadas, viúvas, solteiras e, se casadas, tinham herdado terras próprias ou desempenhavam um papel importante devido a habilidades únicas, como fazer a contabilidade da UP, obtendo assim o “direito ao voto”. Nos casos das chefas de UP casadas, esse papel foi sempre compartilhado com o esposo. Dentro do universo das casadas, é significativo o fato de não ter sido identificados casos de UPs chefiadas por mulheres exclusivamente. As chefas da UP casadas tinham em geral famílias pequenas ou médias, de até três filhos (Tabela 20).

Tabela 19. Estado civil das chefas e chefes de unidade produtiva entrevistados, por país

Estado Civil	Chefes da UP			Chefas da UP		
	Argentina	Brasil	Uruguai	Argentina	Brasil	Uruguai
Solteiro/a	2	0	2	0	0	1
Casado/a	20	18	22	2	3	3
Viúvo/a	0	0	0	1	2	0
Divorciado	0	0	1	1	0	1
Total	22	22	25	4*	4	5*

Fonte: Dados da pesquisa. (* = o total e maior que 25 pois existem casos de chefia compartilhada entre homem e mulher na UP) (2006-2007)

Tabela 20. Número de filhos das chefas de unidade produtiva entrevistados, por país

Número de Filhos	Chefas da UP		
	Argentina	Brasil	Uruguai
Sem filhos	1	0	2
0-2	1	3	3
3-5	2	1	0
5 – Mais	0	0	0
Total	4	4	5

Fonte: Dados da Pesquisa (2006-2007)

14.2. MULHERES E PECUÁRIA NO BRASIL

A masculinização do campo é evidente no Brasil. Nas áreas urbanas, para cada 100 mulheres registra-se um número médio de 94,19 homens, mas nas áreas rurais, a relação é inversa, para cada 109,22 homens foram registradas 100 mulheres (Tabela 21):

Tabela 21: Razão entre o Número de mulheres e o de homens na população total – Brasil, 1980/2000

Razão entre o número de mulheres e o de homens na população total (m/h)- Brasil 1980/2000								
Total			Urbana			Rural		
1980	1991	2000	1980	1991	2000	1980	1991	2000
98,74	97,5	96,93	95,19	94,26	94,19	106,56	108,3	109,22

Fonte: Censo Demográfico 2000 - Características da População e dos Domicílios. Resultados do Universo. IBGE, 2001

Nesse país, o trabalho feminino poderia ser descrito como invisível no setor rural, devido ao “critério restrito” para apuração da População Ocupada (PO). Essa limitação afeta a percepção da ocupação feminina, uma vez que ficariam de fora 48% das mulheres envolvidas na agropecuária em 2003 (MDA/NEAD, 2006).

Do total de excluídos no setor rural, a maioria, tanto mulheres quanto homens, dedicam-se à produção para autoconsumo: 90,1% das mulheres e 83,5% dos homens, em 2003. Neste ano, 3.319.977 pessoas dedicaram-se a atividades de autoconsumo, com uma taxa de participação de 69% de mulheres e 31% homens. Isto demonstra que estas são atividades vinculadas principalmente às mulheres.

A ocupação feminina brasileira é predominante em jornadas de menos de 15 horas semanais, atingindo 68% do total feminino na categoria, ao passo que em relação aos homens essa proporção é de apenas 33%. Esses dados demonstram o peso da divisão sexual do trabalho, uma vez que as mulheres necessitam conciliar os afazeres domésticos com atividades produtivas, sejam elas remuneradas ou não, destacando-se a sua responsabilidade com a reprodução da família.

Diferentemente das trabalhadoras urbanas, que têm que sair de casa para realizar suas tarefas extra-casa, no campo essa questão aparece de forma diversa. A distinção, na prática, é bastante sutil, na medida em que é difícil distinguir o trabalho por elas realizado na horta e no quintal, no seu cotidiano de donas-de-casa, o que leva a uma subestimação da jornada dedicada à atividade agropecuária (*Idem*).

O NEAD (2006), analisou a população ocupada nas diferentes atividades agropecuárias no Brasil para os anos de 1998 e 2003, e confirmou que na produção das lavouras e na

pecuária a taxa de participação feminina é muito baixa e permanece constante nos anos de 1998 e 2003, enquanto que no cuidado com aves e pequenos animais a taxa de participação feminina atinge mais de 80%. Nas demais atividades há um predomínio masculino.

Segundo o mesmo estudo, entre os homens brasileiros predominam as ocupações remuneradas em quase todas as atividades (73,8%), exceção feita para aves e pequenos animais, onde a maior taxa de participação masculina é na rubrica do autoconsumo (42,4%). Esta parece ser uma característica dessa atividade, porque para as mulheres envolvidas ela também é considerada como uma atividade de autoconsumo. Apenas 26,2% da ocupação masculina aglutinam-se em atividades sem remuneração ou para o autoconsumo.

A forte presença feminina na ocupação rural está concentrada no trabalho não remunerado e no autoconsumo, ocupando 80,4% das mulheres do mundo rural. Como empregadores, as mulheres são menos de um por cento da sua ocupação total, taxa inferior à da economia como um todo.

Estes dados permitem concluir que genericamente predomina o trabalho feminino não remunerado na lavoura e na pecuária, atribuindo isto à visão de que a mulher tem papel de coadjuvante no âmbito da família, como membro não remunerado da unidade domiciliar, representado por 59,7% na lavoura e 56,9% na pecuária. Diversa é a característica do trabalho não remunerado das mulheres ocupadas nas culturas de aves e pequenos animais e horticultura/floricultura. Nessas atividades as mulheres se destacam como provedoras da alimentação familiar, uma vez que predomina o trabalho na produção para autoconsumo, que representa, do total feminino, 90,6%, em aves e pequenos animais, e 58,1% em horticultura / floricultura.

No Brasil, de modo geral, predominam as mulheres cônjuges (68,2%), mas cresceu em 2003, em relação a 1998, a participação das mulheres chefes de família (14,8%). Na zona rural esta posição é tradicionalmente um lugar masculino. A taxa de participação das “filhas” é relativamente mais significativa na apicultura e lavoura, respectivamente 30,6% e 19,6% do total dessas mulheres.

Considerando-se o conjunto dos trabalhadores brasileiros urbanos e rurais, a diferença entre os sexos diminuiu entre 1998 e 2003, pois, em 2003 os rendimentos médios das mulheres atingem 70% dos percebidos pelos homens. Na pecuária, as mulheres brasileiras conseguem obter rendimentos mais próximos aos dos homens, com uma taxa de participação de 86% do rendimento masculino. Isso talvez se explique por que nessa atividade há uma maior participação de mulheres empregadoras, o que aumenta os rendimentos.

Sobre a renda rural, a diferença entre a renda das mulheres e dos homens no campo caiu a partir de 2004, mas a desigualdade entre os dois gêneros permanece, tanto no que se refere ao valor do rendimento, quanto à jornada de trabalho, entre outros fatores. Em 2006, a renda média mensal dos homens na agricultura foi de R\$ 496,59 e para as mulheres, de R\$ 338,32 (NEAD, 2009).

Em 1993, 20% das mulheres que trabalhavam no campo tinham um rendimento médio mensal de R\$ 318,37, enquanto os homens ganhavam R\$ 636,99 (*Idem*). Essa melhoria na agropecuária brasileira está relacionada ao aumento do crédito rural, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e pela expansão da venda de alimentos para o consumo. Segundo a mesma pesquisa do NEAD, as mulheres do campo ainda não estão cientes de que, ao sair de casa para cuidar da horta ou do galinheiro, por exemplo, estão fazendo um trabalho econômico. Essa é uma das razões pela qual as mulheres declaram uma jornada de trabalho tão inferior à dos homens na área rural. Se de um lado os homens declararam, em 2006, uma jornada média semanal de 39 horas de trabalho, para as mulheres a carga declarada é de apenas 21,7 horas. Isso acontece pois existe o desentendimento do que é sair para trabalhar e o que é o trabalho para a casa. Em 1993, as mulheres declaravam uma jornada de 24 horas semanais e os homens de 42 horas.

Segundo o NEAD (2009), um milhão de mulheres no campo declararam ter renda, ante 8,372 milhões de homens. Isso confirma a existência de um contingente enorme de mulheres rurais que declara não ter rendimento e que trabalha no campo sem remuneração. Assim, mais de 70% das mulheres que estão no campo e são trabalhadoras rurais dizem que não têm renda ou que trabalham para o autoconsumo. Em 2006, 80% das mulheres no campo disseram ter rendimento zero. Para os homens, essa parcela foi de 26,7%. Por outro lado, 26% dos homens declararam receber entre 0,5 salário e um salário mínimo/mês, ante 6% da faixa de 20% das mulheres que declaram renda.

Diferentemente do que acontece na Argentina e no Uruguai, as trabalhadoras rurais brasileiras apresentam menos anos de estudo do que os homens. Isso reflete as dificuldades de escolas na zona agrícola e o fato de as mulheres se casarem mais cedo no campo e terem filhos ainda muito novas.

14.3. MULHERES E PECUÁRIA NO URUGUAI

A masculinização do campo também é clara no caso do Uruguai, onde há uma relação de uma mulher para cada dois homens na população rural ocupada, indicando um predomínio masculino bastante significativo na estrutura ocupacional do país. Assim, o censo de população de 1996 indica que só 18.3% da população economicamente ativa (PEA) rural do Uruguai é formada por mulheres. As características extensivas da pecuária no Uruguai (a atividade ocupa 90% da área produtiva desse país e emprega uma média de 3 trabalhadores por cada 1000 hectares) explicam a baixa concentração de mão-de-obra feminina no campo uruguaio (NIEDWOROK, 1986). Segundo Chiappe (2001), as características do trabalho não remunerado da mulher rural uruguaia também fazem que a sua contribuição seja praticamente invisível, ficando excluída dos dados dos censos, focados na PEA.

Tabela 22. Número de pessoas que residem em unidades produtivas rurais, por gênero, segundo grupos de idade, no Uruguai.

Grupos de idade	Número de pessoas				
	Total	Sexo			
		Homens		Mulheres	
		(N°)	(%)	(N°)	(%)
TOTAL	189.838	111.761	58,9	78.077	41,1
Menores de 14 anos	39.394	20.766	52,7	18.628	47,3
De 14 a 64 anos	129.551	78.670	60,7	50.881	39,3
De 65 anos e mais	20.893	12.325	59,0	8.568	41,0

Fonte: Censo Agropecuário do Uruguai, 2000

Tabela 23. Número de pessoas que moram em unidades produtivas rurais no Uruguai, por sexo, segundo o seu vínculo com o chefe da família.

Vínculo com o Chefe da UP	Número de pessoas					
	Total		Sexo			
			Homens		Mulheres	
	Número	(%)	Número	(%)	Número	(%)
TOTAL	189.838	100,0	111.761	100,0	78.077	100,0
Familiar	127.818	67,3	69.502	62,2	58.316	74,7
Não familiar	62.020	32,7	42.259	37,8	19.761	25,3

Fonte: Censo Agropecuário do Uruguai, 2000

Niedworok (1986) lembra também que a invisibilidade da mulher uruguaia no campo é alimentada pelo o isolamento e o baixo nível de interação social, pela diversidade e fragmentação do trabalho produtivo (alternado com o trabalho doméstico), pela falta de remuneração e pela pouca valorização social do seu trabalho, inclusive por elas mesmas. Uma prova da falta da valorização do trabalho rural feminino pelas próprias mulheres é, como salienta De Leon (1993), o fato de que uma parte importante das mulheres que realizam trabalho produtivo em unidades familiares se auto-qualifiquem como “donas de casa”, dessa forma excluindo-se da PEA. Um exame detalhado da população rural feminina demonstra que 55,2% delas ocupam-se de afazeres domésticos, o que envolve, além das tarefas cotidianas relacionadas aos cuidados da casa, preparação de alimentos e outras tarefas destinadas ao atendimento dos membros da família, o cuidado de animais e o cultivo de hortas para o autoconsumo, que não são percebidas como atividades produtivas. Ainda entre as mulheres consideradas ‘inativas’, 24,1% são aposentadas e 10,2% estudantes.

Tabela 24. Número de trabalhadores residentes em unidades produtivas no Uruguai, por sexo, segundo a sua situação empregatícia e o local de trabalho

Situação Empregatícia	Número de pessoas		
	Total	Sexo	
		Homens	Mulheres
Trabalham na UP	114.488	76.734	37.754
Fora da UP - Atividades agropecuárias	9.983	8.840	1.143
Atividades não agropecuárias	14.159	7.618	6.541

Nota: Não são apresentados totais gerais, já que as três situações empregatícias não se excluem mutuamente

Fonte: Censo Agropecuário do Uruguai, 2000

Tabela 25. Mão de obra permanente na unidade produtiva no Uruguai: Número de trabalhadores por sexo, segundo a categoria categoria

Categoria	Número de trabalhadores				
	Total	Homens		Mulheres	
		Número	%	Número	%
TOTAL	157.009	111.915	100,0	45.094	100,0
Subtotal não remunerados	100.965	64.366	57,5	36.599	81,2
Chefe de Família/Parceiro	55.849	45.258	40,4	10.591	23,5
Famíliares do Chefe de Família	41.931	16.859	15,1	25.072	55,6
Outros	3.185	2.249	2,0	936	2,1

Subtotal remunerados	56.044	47.549	42,5	8.495	18,8
Chefe de Família/Parceiro	1.804	1.468	1,3	336	0,7
Profissionais e/ou técnicos	2.999	2.652	2,4	347	0,8
Administradores e.ou capatazes	7.907	7.675	6,9	232	0,5
Operadores de maquinaria ou tratoristas	4.967	4.915	4,4	52	0,1
Outros	38.367	30.839	27,6	7.528	16,7

Fonte: Censo Agropecuário, Uruguai, 2006

Dos três países estudados, o Uruguai é o mais fortemente orientado à pecuária: a criação de gado é a principal atividade produtiva dos trabalhadores rurais no Uruguai, envolvendo 51,5% da população rural masculina e 38,9% da feminina.

Por sua vez, há uma série de atividades em que a participação das mulheres é maior do que a dos homens, como o cultivo de hortaliças e legumes. Percebe-se que a participação feminina na exploração agropecuária ocorre sem o recebimento de remuneração ou reconhecimento de sua importância como produtora, estando deste modo desprovida do acesso aos benefícios sociais com os quais contam os demais trabalhadores. A maioria do pessoal assalariado nos estabelecimentos agropecuários com mais de um hectare trabalha como peões (70,7%); a maioria das mulheres estão nesta categoria (92,3%), assim como os homens, embora a inserção dos homens nesta posição represente 66,9% das atividades por eles ocupadas. Entre os homens, 16,7% são administradores, enquanto que apenas 2,8% das mulheres têm responsabilidades administrativas.

14.4. MULHERES E PECUÁRIA NA ARGENTINA

A população rural da Argentina era de pouco menos de quatro milhões de habitantes em 2001, representando 11 % da população total do país. Essa população rural só é um pouco maior do que a registrada no censo de 1914, quando a população urbana já havia superado a rural. Em termos absolutos, a população rural teve o seu pico em 1947, quando chegou a seis milhões de pessoas, mas essa cifra vem caindo ininterruptamente desde então. Essa perda de importância da população rural pode ser explicada pela combinação de dois processos demográficos: as migrações do campo para as cidades e o crescimento de centros povoados com menos de 2.000 habitantes (os quais, segundo a definição do censo, eram considerados rurais) e que, com o tempo se transformaram em centros com mais de

2.000 habitantes e, portanto, passaram a ser considerados urbanos.

Segundo o censo do INDEC do ano 2001, nesse ano havia, em todo o país, 93 homens para cada 100 mulheres nas zonas rurais, 103 nas zonas rurais agrupadas e 118 nas zonas rurais dispersas. Comparando-se a pirâmide etária da população urbana e rural argentina (especialmente a das zonas rurais dispersas) em todo o país, o MDA/NEAD (2003) observou o seguinte:

- Uma proporção maior de crianças abaixo de 15 anos na zona rural, certamente em função de uma natalidade mais alta e de um nível mais baixo de emigração nessa faixa etária;
- Uma maior taxa de homens a partir dos 10 anos nas zonas rurais (devido à emigração de mulheres para centros urbanos);
- Uma proporção mais baixa de mulheres nas zonas rurais em relação às urbanas e uma presença maior de homens em zonas rurais a partir dos 20 anos (maior emigração feminina das zonas rurais);
- Uma proporção mais alta de homens em zonas rurais em relação às urbanas na faixa etária dos 50 aos 70 anos.

Como indica a Tabela 26, a população rural argentina em 2001 era de 3.828.180 habitantes, representando 11% da população total do país (INDEC, 2001). Desse total, 1.798.407 são mulheres (47% da população total), entre as quais 1.200.496 têm 14 anos ou mais. Em outras palavras, 67% das mulheres rurais têm 14 anos ou mais e 33% têm menos de 14 anos de idade (Tabela 27).

A população rural diminuiu entre os dois últimos censos. Em 1991, ela respondia por 13% da população total do país. Em 2001, essa cifra caiu para 11%. Em termos absolutos, houve uma diminuição de 351.238 pessoas. Esse processo é ainda mais acentuado em Buenos Aires, Chaco, Córdoba e Santa Fé, que correspondem ao bioma Pampa.

Tabela 26. População rural e urbana na Argentina, diferenciada por gênero

	População em áreas rurais – Dispersas		População em Áreas Rurais - Agrupadas	
Homens	1.409.674	54%	620.099	51%
Mulheres	1.194.973	46%	603.434	49%
Total	2.604.247		1.223.533	

Fonte: MDA/NEAD, 2003, baseado em dados do Censo Populacional Nacional argentino de 2001 (INDEC).

Tabela 27. População na faixa etária dos 14 anos ou mais em áreas rurais na Argentina

População na faixa etária dos 14 anos ou mais em áreas rurais		
Homens	1.395.183	54%
Mulheres	1.200.496	46%

Fonte: MDA/NEAD, 2003, baseado em dados do Censo Populacional Nacional argentino de 2001 (INDEC).

Como também pode ser observado na Tabela 26, e seguindo com o padrão de masculinização do campo brasileiro e uruguaio, o número de homens em relação ao de mulheres é maior na população rural do que nas áreas urbanas.

As condições salariais das mulheres argentinas são geralmente desfavoráveis, pelos seguintes motivos: (i) sua impossibilidade de escolher tipos de trabalho ou atividades de maior produtividade e, portanto, mais rentáveis, pelo fato de serem mulheres; (ii) salários mais baixos que os dos homens pelo mesmo trabalho; (iii) falta de capacitação; e sua condição de “trabalhadoras sem carteira”, sem recibos por seus salários e sem contribuições para o sistema de seguridade social (*Idem*).

As mulheres rurais do setor dos pequenos produtores cumprem uma jornada de trabalho média de 16 horas de trabalho produtivo, reprodutivo e doméstico.

14.5. CHEFAS, CO-CHEFAS, COLABORADORAS E OBSERVADORAS

Como já foi dito, existem diferentes maneiras nas quais as mulheres podem participar da organização do trabalho nas unidades produtivas dedicadas a pecuária. O envolvimento das mulheres pode incluir a tomada das decisões (de maneira individual ou em parceria com um homem ou uma mulher, em geral irmã ou mãe), as atividades produtivas (para o autoconsumo ou a comercialização), o trabalho doméstico (dentro e fora da UP), e a realização de atividades não-rurais para a geração de renda (na UP ou na cidade).

A análise das 75 entrevistas semi-estruturadas permitiu ilustrar a variedade de afazeres realizados pelas mulheres da pecuária gaúcha e identificar quatro tipos de situações que ilustram o seu papel nas unidades produtivas dedicadas a pecuária de corte no bioma Pampa: (i) as UP chefiadas exclusivamente por mulheres que tomam sozinhas as decisões produtivas, (ii) aquelas onde as mulheres compartilham as decisões produtivas com outra pessoa (um pai, o esposo, o filho), (iii) as “colaboradoras”, que participam das atividades produtivas mas não da tomada de decisões na UP, e (iv) as “observadoras”: mulheres que limitam sua intervenção na

UP aos afazeres do lar e da criação dos filhos, sem intervir na tomada de decisões produtivas ou nas atividades produtivas da UP. A Tabela 28 resume o papel das mulheres nas unidades produtivas visitadas para o nosso estudo. Os números finais não correspondem ao total de 75 entrevistas pois existiram casos onde não há mulheres nas UPs visitadas (homens viúvos, solteiros, divorciados, etc.).

Tabela 28. Papel e situação familiar das mulheres das UP visitadas, por país

Situação	Chefas da UP	Co-Chefas da UP	Colaboradoras	Observadoras
Solteiras	1 (UY)	0	0	0
Viúvas	1 (AR)	0	0	0
Divorciadas	1 (AR)	0	0	0
Casadas	0	3 (AR), 1 (UY)	3 (AR), 3 (UY), 4 (BR)	7 (AR), 6 (UY)
Filhas sem irmãos homens morando na UP	2 (AR), 1 (UY)	0	0	0
Com filhos	1 (AR)	2 (AR)	1 (AR), 3 (UY)	2 (AR), 5 (UY), 7 (BR)
Possui Terra Própria	3 (AR), 1 (UY)	1 (AR), 1 (UY)	1 (AR), 2 (UY)	0
Trabalha em atividades não rurais	1 (AR)	2 (AR)	6 (BR)	2 (AR), 2 (UY)

Nota 1: AR = Argentina; BR = Brasil; UY = Uruguai.

Nota 2: Os totais são diferentes de 75 pois existem superposições (i.e. mulheres divorciadas + com filhos + com terra própria) e unidades produtivas sem mulheres (homens solteiros, viúvos, etc.).

Fonte: Elaboração própria, 2006-2007.

14.5.1 CHEFAS DA UNIDADE PRODUTIVA

Consideraremos como “chefas da UP” as mulheres que tomem as decisões produtivas na UP. Em geral, as mulheres ocupam a posição de chefas da UP devido à ausência de um homem que assuma essa responsabilidade. Por isso, a maioria das mulheres chefas da UP identificadas em nosso trabalho de campo eram solteiras, viúvas, divorciadas, ou filhas sem irmãos ou homens morando na unidade produtiva. Outra das características muito marcantes entre as chefas da UP foi a propriedade da terra (e às vezes, do gado). Como fica evidente na Tabela 29, que ilustra quatro casos de chefas de UP nos três países, todas elas eram total ou parcialmente proprietárias da UP. Todas as chefas eram relativamente jovens (45 anos ou menos).

Tabela 29. Perfil de quatro casos de chefas de UP, por país

Características Socio-Estruturais	Caso 1 S.L. (AR) *	Caso 2 S.M.A. de M (AR)	Caso 3 M.B. (UI) **	Caso 4 S.E.L.R. (BR)
Tamanho da UP (em hectares)	376	300	398	236
Possui terra própria	Sim	Sim	Sim	Sim
Idade	37	45	44	45
Nível de Escolaridade	Superior Completo	Médio Completo	Secundário Incompleto	Primário Completo
Situação Familiar	Divorciada	Viúva	Solteira	Divorciada ***
Empregados Permanentes	Sim	Não	Sim	Sim
Empregados Temporários	Sim	Sim	Não	Não
Filhos (se sim, quantos)	Não	Sim (3)	Não	Sim (2)
Realiza Atividades Não – Agrícolas	Não	Sim (secretaria tempo parcial)	Não	Não
Sistema Produtivo	Cria + arrendamento de terras a terceiros para agricultura)	Cria + arrendamento de terras a terceiros para agricultura)	Cria + agricultura	Cria
Irmãos Homens Morando na UP	Não (filha única)	Não (filha única)	Não (irmãos não tem interesse no campo)	Não (arrenda terras da mãe e dos irmãos)

Notas: * (S.L.) e ** (M. B.) são chefas da UP mais consultam algumas decisões com suas mães, co-proprietários da terra

*** (S.E.L.R.) se define como divorciada, mas seu empregado permanente tem virado o seu parceiro e companheiro

Fonte: Elaboração própria, 2006-2007.

O nível educativo não parece influenciar no fato da mulher estar ou não à frente da unidade produtiva, mesmo se mantida a tendência de que as chefas mais jovens tenham uma escolaridade mais elevada do que as mais velhas. A respeito da mão-de-obra, apesar do relacionamento frequentemente problemático com os empregados homens (como veremos na análise detalhada de alguns casos) a maioria das chefas da UP contrata mão-de-obra permanente ou temporária. O tamanho da UP é em geral médio ou pequeno e uma parte da mesma é frequentemente arrendada a terceiros para gerar renda sem aumentar a necessidade de mão-de-obra. Finalmente, as chefas da UP entrevistadas demonstraram uma grande abertura aos conselhos técnicos de extensionistas rurais e muito interesse em aprender mais sobre a atividade. Nesse sentido, ao ser mulheres, parecem ter maior liberdade para fazer perguntas e se informar do que os homens. A seguir, analisaremos cinco casos de chefas de

UP que ilustram as características que acabamos de resumir.

Caso 1. S. L. (Argentina)

S.L., de 37 anos, e chefe de uma UP de 376 hectares em Bordenave, Partido de Puan, na Argentina. A vida de S.L. tem sido marcada desde o começo por conflitos entre homens: primeiro, entre o pai e um tio que disputavam a propriedade e o manejo da UP; e depois, entre o pai, que ficou impossibilitado de comandar a UP por sofrer do mal de Parkinson, e o esposo, que tentou controlar a propriedade e acabou aprofundado a crise na UP. Somente depois do divórcio, e quando todas as “alternativas” masculinas foram esgotadas (a entrevistada é filha única e o pai sofre de Parkinson), S.L. ficou à frente da UP junto com a sua mãe, já idosa.

Sobre as motivações para ficar à frente da UP, S.L. cita um conjunto de razões, que vão desde a necessidade de melhorar a sua qualidade de vida após uma crise de saúde (câncer), que ela atribuiu ao estresse de dar aulas, até a falta de um homem que continuasse no campo. As razões econômicas, segundo ela, foram apenas secundárias:

Yo daba clases (N.E.: era professora de Belas Artes) 8 horas por día. Venir a vivir al campo fue una eleccion de vida: queria levantarme y ver las plantas, el sol, el horizonte (...) Yo elegi esto. Pagué un precio muy alto, pero no es un precio economico: me costo asentarme aca, y hoy me siento bien. Tuve cancer hace 5 años. No queria dejar a mi madre sola. Ahora empiezo a ver la vida mas a corto plazo. Proyecto anio a anio. Si viene un hombre a mi vida, tendria que tener su propia renta. Ya tuve esa experiencia (N.E.: su ex marido intentaba controlar la UP y vivir del campo de Soraya pues no tenia ingresos propios) (Entrevista com S.L., Argentina, 2007).

Uma outra razão para morar no campo é a tranquilidade e da qualidade de vida:

Cuando yo veo amenazada mi tranquilidad, salgo corriendo para cuidar de mi salud. Lo economico no me interesa... si me interesara, seguramente me molestaria haber estado toda la vida aca y no poder comprar ni siquiera una TV. Que haria si ganase la loteria o el 'Quini 6'? (N.E.: loteria argentina). Yo me quedaria aca, en el campo! Claro, me sale la cosa bohemia, porque yo estudié Bellas Artes, y me gustaria también viajar muchisimo, conocer gente... pero volveria aca, al campo. Si me quedaran dos horas de vida, me vendria corriendo para el campo, para ver el atardecer. (Entrevista com S.L., Argentina, 2007).

Porém, S.L. também admite a solidão de morar sozinha na UP: “Yo aqui siento que no tengo a nadie, no tengo hermanos... me siento sola”. A respeito das razões para a escolha da pecuária como modo de produção, S.L. menciona a segurança e a tradição: “En mi casa siempre preferimos la hacienda porque tarda mas, pero es mas segura”, diz.

Mesmo se a entrevistada teve uma experiência ruim ao tentar inovar, seguindo as dicas de um

extensionista, S.L. participa ativamente de “Cambio Rural”, um grupo de mulheres produtoras do Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuaria Argentino (INTA). O vínculo com essas mulheres, que passaram por situações muito similares às de S.L., tem sido enriquecedor, e reconfortante, para ela.

El Grupo Cambio Rural se forma em junio de 2006 por iniciativa de Nelson Gibelli, ingeniero del INTA. Nelson dio el puntapié inicial para formar este un grupo de productoras mujeres de la zona, mi mama y yo siempre buscamos el asesoramiento. Nelson nos tenia ‘vizualizadas’ a cuatro mujeres, dos separadas y dos casadas. Una cosa es una mujer que estudió para ingeniera agronoma y otra cosa es una mujer como yo, que no sabia si en el campo me estaban pasando la rastra o el rastrillo. Sin hermano varon, sin marido, sin padre, sin hijo, pense en encontrarme con mujeres en mi situacion. Busqué en la guia telefonica y las empecé a llamar. Las encontré: mujeres ignoradas por el padre, el hermano varon que administraba mal y que endeudaba el campo pero que seguia ahí por ser el varon... el ingeniero del Grupo (Gibelli) tuvo que tener toda la paciencia del mundo, porque teniamos campo pero no estabamos listas para manejarlo (*Idem*).

O contato com outras mulheres chefas de UP no Grupo Cambio Rural permitiu a S.L. superar o seu desconhecimento do campo e o medo de fazer perguntas, bem como entender as limitações que enfrentam as mulheres que decidem ficar à frente de uma unidade produtiva:

Con mis padres costaba muchisimo que hablaran los temas actuales... solo se hablaba del pasado. Mi madre viene de una familia con campo... son tres hermanas y un varon... Yo, cuando tocan el tema economico en el campo, me pongo brava (se rie). No es por el tema economico, sino por la calidad de vida. Las mujeres en el campo quedamos limitadas, sin salida, sin dinero y si profesion. [En el Grupo Cambio Rural] al principio eramos 8 mujeres, hoy somos 9 porque vino otra hija unica, como yo, que aun tiene la madre pero que se esta preparando por si en el futuro se tiene que encargar de la UP. Lo positivo del Grupo? Ha sido muchisimo! Dejas de sentirte sola y ya no te da vergüenza preguntar (*Idem*).

S.L. também descobriu que existe um modo feminino de trabalhar na UP, que inclui um maior nível de organização e de atenção ao detalhe nas despesas e a procura pela eliminação do risco:

Si hay una forma femenina de manejar el campo? Si! Lo notamos en el Grupo: somos mucho mas organizadas en el gasto, lo analizamos de forma mas minuciosa, queremos que ‘den’ todos los Números (N.E.: que cierran las cuentas). Por ejemplo, tengo 1 kg de arroz y sé exactamente cuanto me tiene que durar. Lo malo es que las mujeres solemos arriesgar menos (*Idem*).

S.L. também rejeita os empréstimos bancários, devido a experiência de seus antepassados:

Los créditos son un paraguas que el banco te da cuando hace sol, y que te saca cuando llueve’, decia mi abuelo materno, y tenia razon... Yo aprendi muy bien la leccion con la deuda de mi padre y mi tio, y antes de sacar un crédito prefiero cortar todo lo que tenga que ver con el placer de vivir, viajar, conocer un lugar, si es necesario, hasta corto la peluqueria!... Pero hay cosas que no se pueden achicar, como los impuestos, los salarios de los peones (*Idem*).

Da mesma maneira que em outro dos casos selecionados (S.M.A. de M., que chegou ao comando da UP depois de enviudar), após divorciar-se, S.L. teve que atravessar um longo período de aprendizado através de tentativa e erro. Dentre as dificuldades por ela citadas, S.L. lutou para obter o respeito de um empregado permanente, idoso, que rejeitava as inovações ordenadas pela chefe da UP, como o plantio semi-direto e a rotação dos animais em parcelamentos do campo. Um ponto interessante é a estratégia de sobrevivência de S.L. Em um cenário de incerteza: arrendar a terceiros (quase sempre homens), que realizam agricultura numa parte da UP, mantendo, entretanto, a pecuária, que não demanda mão-de-obra nem o uso do trator.

Sobre os conselhos técnicos recebidos do INTA, nem sempre as suas experiências foram boas, entretanto, ela continua procurando os conselhos dos extensionistas dessa instituição:

Yo al INTA lo quiero (N.E.: precisamente un ingeniero del INTA, Marcelo Champredonde, integra el equipo de esta entrevista). Al principio me asesoraba con una ingeniera agronoma recién recibida, a la que le faltaba experiencia practica. Nos aconsejo que hiciéramos 70 has de pastura de lloron y mijo que salio carisima y que fracaso por el mal trabajo hecho por el contratista. También me sugirio que contratara a una familia completa para trabajar en el campo, y al año los tuve que despedir con 'todos los papeles' (N.E.: con pago de las indemnizaciones debido a que se trataba de un contrato formal)... Aprendimos la leccion (ironiza) (*Idem*)..

S.L. Considera os empregados permanentes como uma fonte de apoio e de tranquilidade na solidão da UP. M., o empregado permanente, mora na unidade produtiva há 20 anos:

Cuando esta M. me siento mas tranquila. M. se jubilo en 2006 y se fue a vivir al pueblo, pero continua encargado del manejo de la hacienda (...) Tiene experiencia de años con la hacienda y a veces patea en contra [N.E.: se opoe] del ingeniero agronomo, que quiere hacer siembra semidirecta. Un ejemplo concreto fue la rotacion del ganado en la pastura: yo le pedia que hiciera parcelas diarias, pero el peon dejaba los animales 3 o 4 días en el mismo lugar. Se oponia a cambiarlas todos los días. Yo le expliqué todo lo que nos habia dicho el ingeniero agronomo y ahora lo acompaño: cargamos juntos las varillas en la camioneta y hacemos las parcelas (*Idem*).

Após a aposentadoria de M., S.L. começou a procurar um novo empregado permanente e de confiança que pudesse morar na UP e realizar tarefas de manutenção. Foi um processo difícil e frustrante para a entrevistada. Desde que se tornou chefe da U.P., S.L. teve três empregados permanentes, e todos foram mandados embora por incompatibilidade com o perfil do trabalho na UP. Sobre as causas das experiências negativas com os empregados anteriores, S.L. aponta a origem e a falta de valores e de vontade de trabalhar:

Creo que los problemas vienen de la falta de valores, de voluntad de crecer gracias al trabajo. Tuve unos que dormian todo el dia y que igual querian el sueldo. A otros

siempre habia que pagarles por adelantado (*Idem*).

O projeto de S.L. de mudar de sistema produtivo e passar da cria ao ciclo completo para exportação está ameaçado por várias razões, como a sua dificuldade inicial para entender os detalhes da comercialização de gado:

Antes no conocia lo que vendia, era como que vendiera lauchas. Ahora pongo cara como que entiendo (risos). El veterinario me entreno el ojo, ahora entiendo el tacto y detecto aftosa, y el ingeniero me ayudo con la rotacion en parcelas, que también depende de la época del año. La venta me genera algun miedo: el año pasado (2006) se vendió la hacienda de fideicomiso y me faltaron 4000 pesos! (*Idem*).

As medidas do governo argentino, como a proibição das exportações para baixar os preços do mercado interno da carne também complicaram os planos de S.L.:

Yo siempre habia pensado que haciendo las cosas bien, iba a salir todo bien, pero ahora veo que incluso si hago todo lo posible, con el gobierno puede salir todo mal! Yo no queria culpar al gobierno como mis padres lo hacian, pero la realidad es esa (*Idem*).

Caso 2. S.M.A.de M. (AR).

S.M.A. de M. ficou à frente da UP de maneira inesperada após o falecimento de seu marido, quando ela ainda não tinha cumprido os 30 anos. Tinha três filhos pequenos. Para sobreviver, S.M.A. de M, hoje com 45 anos e dona de 300 hectares herdados de sua mãe e de uma tia (e filha única), tem desenvolvido códigos para poder ser respeitada e comunicar-se com sucesso com os homens num mundo essencialmente masculino como a pecuária gaúcha. S.M.A. de M. também criou um sistema de trabalho pluriativo trabalhando meio período na cidade para manter a sua conexão com o mundo urbano. A respeito das razões pelas quais faz pecuária, S.M.A. de M. explica que tem mais experiência nessa área do que na agricultura (que deixa nas mãos de arrendatários), e que não tem problemas em realizar tarefas consideradas tradicionalmente masculinas, como o manejo sanitário do gado:

Ahora alquilo una parte del campo para agricultura y yo me dedico pura y exclusivamente al manejo (del ganado): me siento mejor y mas segura en el manejo, y no me molesta tener que trabajar en la manga, por ejemplo, para la sanidad de los animales... Con la agricultura, hay que saber poner una sembradora a punto, cuales son los labores para hacer una avena... en agricultura yo me quedé en el tiempo, exige mucha preparacion que yo no tengo (Entrevista a S.M.A. de M., Argentina, 2007).

Sobre os seus primeiros tempos como mulher (e jovem viúva, mãe de três filhos) à frente da UP, S.M.A. de M. lembra como foi adquirindo autoconfiança ao longo dos anos num mundo dominado pelos homens:

Yo ahora me puse fuerte y pude enfrentar la situación... pero al principio me costo, me daba vergüenza (N.E.: realizar tareas físicas con el ganado) y hoy por hoy enfrento las cosas con mas naturalidad. El hecho de vivir en un pueblo chico (Pigüé) no facilita las cosas, porque no es comun que una mujer este al frente del campo, no es comun que te vean vacunando o trabajando con los animales en la manga (*Idem*).

S.M.A. de M. desenvolveu uma delicada arquitetura para organizar e conciliar seu trabalho no campo, pela manhã, e na cidade, pela tarde (é secretária durante meio período num consultório odontológico), com a criação de seus filhos.

Yo no puedo dejar mi trabajo para ir al campo. Le dedico el 70 % de mi tiempo al campo y el 30 % al trabajo (N.E.: resulta interesante ver la distincion que la entrevistada realiza entre “campo” y “trabajo”, como si el campo no fuese realmente un “trabajo”). El trabajo (en el consultorio odontologico) me da un compromiso social, si no lo tuviese, me abandonaria yo como persona. El trabajo lo tengo en cuanto mi persona. El sueldo del trabajo solo paga las cuentas de las clases particulares de inglés, del colegio y las actividades extraescolares de los chicos, ademas de la ninierea de Juan (N.E.: o filho cacula) (*Idem*).

Da mesma maneira que no Caso 1, S.M.A. de M. teve dificuldades para encontrar um empregado permanente confiável, até o ponto em que desistiu de ter um. A razão principal foi, segundo a entrevistada, o fato dela ser mulher e não conseguir o respeito do empregado ou de outros homens envolvidos na atividade:

El ultimo peon se fue hace tres años porque decidio irse a vivir a la ciudad. No busqué otro porque me di cuenta de que es mas complicado tener peon que no tener... Si es joven, es inexperto, y si es viejo, esta lleno de manias. Si tenés un empleado, tenés que estar siempre al lado para ver lo que hace y lo que no hace. Los peones me evaluaban todo el tiempo cuanto sabia... Y ademas tenés los sueldos, los aportes (N.E.: jubilatorios), y a mi eso no me remuneraba, no me compensaba. No me compensaba porque si yo no estaba en el campo, los trabajos no se cumplian en horario. Si se rompía una herramienta a las 11 de la mañana, justo cuando te fuiste, dejaban de trabajar y solo te avisaban al otro día... Fue una época muy dura, H. (N.E.: o esposo) fallecio y hubo muchos que no me dieron una mano, que se me acercaron al dia siguiente para cobrar una deuda. Y con las vacas, habia hombres que cuando iba a Pigüé a tratar temas de ganado que me hacian preguntas para medir lo que (sobre manejo). Hoy no me pasa mas. Me respetan.

S.M.A. de M. considera que o “pecuarista moderno” é aquele que consegue intensificar a sua produção mesmo se não gosta (como a maioria dos pecuaristas familiares entrevistados para esta tese), de ver os animais confinados:

Qué es para mi un ganadero moderno? Es el que puede llegar a hacer un *feed lot*, un

manejo del engorde con picadas de cereales con maiz. No sé como es la calidad de la carne del animal en *feed lot*, no tengo mucha experiencia en ese tema, pero todo lo que he escuchado hasta ahora es que la calidad es mejor... Igualmente... me 'da cosa' (N.E.: me duele, me incomoda) ver a los animales encerrados (*Idem*).

A respeito das redes de diálogo, a entrevistada não tem tempo de participar de grupos de produtores, mas gostaria de fazê-lo. S.M.A. de M. tenta estar bem informada através das dicas de um veterinário e de um engenheiro agrônomo (que arrenda 2/3 de sua UP para a agricultura).

No participo de ningun grupo de productores porque no me dan los tiempos, pero no tendria drama (N.E.: no le molestaria) participar en uno. Yo trato de asesorarme, sobre todo cuando hacia engorde con verdeo, pasturas, rollos y maiz para vender los novillos con 400 kg a los 2 años de edad (*Idem*).

Mesmo estando associada à tradicional Cooperativa Agrícola-Ganadera “La Alianza”, de Pigue, como o seu já falecido pai, a entrevistada é muito crítica em relação à entidade:

Soy socia de la cooperativa, porque heredé eso de mi padre. Pero no le veo nada de positivo... en realidad, no es una cooperativa, no ayudan al socio en nada. Cuando Hugo (su esposo) se enfermô, me torturaban para pagar cuentas. Yo a la cooperativa trato de usarla, porque creo que funciona mas para el directorio que para los socios. La cooperativa no vuelca sus beneficios a los socios (*Idem*).

Caso 3. M.B. (Uruguai)

M.B. tem 44 anos e é solteira. É chefa de uma UP de 398 hectares no distrito de Paysandú, no oeste do Uruguai. Mora na UP junto com sua mãe. Após a morte do pai, os irmãos homens de M.B. não quiseram ficar no campo, surgindo a oportunidade para a única filha mulher assumir o comando da UP. A sucessão não foi traumática pois o pai tinha organizado a transferência da UP com antecipação: “Nosotros estabamos informados de todo en nuestra casa porque en nuestra familia no habia secretos, siempre se hablo de todo en familia. Los hijos siempre tuvimos opinión y no hubo sorpresas en la sucesion”.

Mesmo se o gado tem quatro donos (M.B., a sua mãe e os dois irmãos homens), os irmãos não interferem nas decisões da UP: “Los hermanos no mandan en el campo”, salienta a entrevistada.

M.B. constituiu uma equipe com a mãe e o empregado permanente para organizar as tarefas na UP: ela realiza a maioria das atividades no campo, incluídas aquelas que demandam o uso da força física, e depois, com a sua mãe, cuidam dos frangos para o autoconsumo. “Vacaciones? Si hay plata, podemos pasar 8 dias en Paysandu o dos o tres

dias en Colonia”, diz a entrevistada.

Sobre o empregado permanente, e diferentemente do Caso 1 (no qual o empregado permanente se aposentou), a entrevistada ainda tem a companhia do peão que trabalhava para o seu pai e que esta há quase três décadas na UP: “Tenemos un colaborador que esta con nosotros desde hace 26 años, P.C. P.C. es parte de la familia, come con nosotras. Lo cuidamos mucho, es excepcional”, diz a entrevistada. A mãe de M.B., que também participa da entrevista, descreve as atividades realizadas pelo empregado permanente: “P.C. era alambrador y su esposa tiene campo propio. El recorre, durante los temporales arregla los alambrados que se llevo la corriente y saca los bichos (N.E.: los vacunos) de la isla (N.E.: el campo tiene una pequena isla en el rio Queguay, que atraviesa la propiedad), vacuna y en invierno pica lenia para la estufa”. O empregado permanente não participa da entrevista, mas a sua casa, feita de material de boa qualidade, fica a poucos metros da casa de M.B.. A tomada de decisões dentro da UP é realizada em dois níveis: (i) o diálogo informal, dentro da família, junto com um empregado permanente e um vizinho/amigo que é engenheiro agrônomo; (ii) diálogo profissional, com técnicos de quatro entidades (SUL para as ovelhas, a Faculdade de Agronomia da Universidade da Republica do Uruguai (UDELAR), o Instituto Plan Agropecuario (IPA) e o Instituto de Colonización, para a pecuária).

Siempre que tenemos que tomar una decision grande, como vender, hacer pradera, comprar un fertilizante, etc. consultamos al técnico. Lo llamamos por telefono y viene a visitarnos. A lo largo de los años, en nuestro establecimiento hemos ido mejorando con un Plan Ganadero del Ministerio... aprendimos a mejorar el rodeo, a organizar el entore y a hacer el destete precoz, a los 6 meses, para poder vender (Entrevista com M.B., Uruguay, 2006).

A grande disponibilidade de assessoramento técnico nem sempre tem dado bons resultados: a entrevista mostra que existe um conflito silencioso entre os distintos grupos de extensão rural, cada um tentando impor inovações que nem sempre são compatíveis. M.B. precisa do apoio dos extensionistas, mas também usa o seu próprio critério, como quando rejeitou o uso de pesticidas por considerá-los prejudiciais para a natureza: “No me gusta ni envenenar el agua ni matar los insectos. Si la naturaleza puso los insectos, por algo lo hizo”, diz.

Essa mesma sensibilidade pela natureza se faz evidente no trato do gado: as suas escolhas e apreciações estão frequentemente baseadas em critérios estéticos, como quando explica que optou pela raça Hereford porque é “la mas linda” ou que não gosta de leilões “porque los compradores se llevan los animales mas bonitos y te pagan como si fueran de lo peor”.

Caso 4. S. E.L.R. (Brasil).

Dona de 236 hectares (186 herdados mais compra posterior) e de várias parcelas arrendadas de sua irmã e de sua mãe, S.E.L.R., de 44 anos, divorciada, com dois filhos homens que moram fora da UP, é chefe de uma unidade produtiva que luta por subsistir através da cria e da produção de leite para autoconsumo em Rio Grande do Sul. Ao morrer, o pai de S. E.L.R. tinha 1000 hectares, que dividiu entre 4 irmãos e a mãe. Sobre as razões pelas quais ela assumiu o comando da UP, S. E.L.R. explica que se separou do marido porque ele não gostava de trabalhar:

Somos quatro irmãos. Um so homem. Meu pai se suicidou pois tinha problemas psicológicos. Divorcei de meu marido pois ele não gostava de trabalhar... Eu criei meus filhos sozinha (Entrevista com S. E.L.R., Brasil, 2007).

Para S. E.L.R., as razões para enfrentar as limitações da vida numa UP isolada em com pouco conforto são claras: “Gosto do que faço, e eu não sei fazer outra coisa. Se não for aqui, teria que trabalhar como empregada domestica”. S. E.L.R. não tem empregados permanentes, ainda que na verdade, o seu atual parceiro, M. que mora com ela na UP, começou sendo o seu empregado permanente.

S. E.L.R. tem dois filhos homens, um morando na Espanha (para quem emprestou 4000 dólares que o filho devolve aos poucos) e o outro numa cidade perto da UP. Tal qual as outras chefas da UP analisadas, S. E.L.R. rejeita os empréstimos bancários. Muito autônoma e independente, S. E.L.R. diz não consultar extensionistas rurais. Porém, reconhece que tem recebido dicas do filho de um vizinho e amigo, que é engenheiro agrônomo. Sobre a transmissão da UP, S. E.L.R. gostaria que o filho caçula (o mais velho está na Espanha, onde trabalha como mecânico) ficasse à frente da UP, mas com um título universitário.

14.5.2. CO-CHEFAS DA UP

Chamaremos de “co-chefas da UP” as mulheres que compartilham a tomada de decisões produtivas dentro da UP em situação de igualdade com outro/a chefe/a. Na maioria dos casos, tratam-se de mulheres casadas com filhos adolescentes ou jovens ou de filhas mulheres com pais idosos mas ainda ativos. Em alguns casos, as co-chefas contratam empregados, mas são os esposos, e em alguns casos os filhos, que realizam a maioria das atividades físicas na UP.

Foto 10. “Yo en Virginia descanso”, diz Don Enrique C., de Paysandú, Uruguai. Virginia, a filha, foi a única dos três filhos que escolheu ficar na UP, como “co-chefa”. Ela é engenheira agrônoma.



Fonte: Elaboração própria, 2007, 2006.

Tabela 30. Perfil de Quatro Casos de Co-Chefas de UP

Características Socio-Estruturais	Caso 1 C. de R. (BR)	Caso 2 Z.B. de R. (UI)	Caso 3 S.T. de M. (AR)	Caso 4 M.A.S. de M. (UI)
Tamanho da UP	30	1087	650	540
Possui terra própria	Não	Sim	Sim	Sim
IDADE	63	69	58	43
Nível de Escolaridade	Secundário Completo	Primário Incompleto	Médio Completo	Médio Incompleto
Situação Familiar	Casada	Casada	Casada	Casada
Empregados Permanentes	Não	Sim	Sim	Sim
Empregados Temporários	Não	Sim	Sim	Não
Filhos (se sim, quantos)	Sim (3)	Sim (3)	Sim (2)	Sim (2)
Realiza Atividades Não Agrícolas	Não	Não	Não	Não
Sistema Produtivo	Cria	Cria + Engorde	Cria	Cria
Irmãos Homens Morando na UP	Não	Não	Não	Não

Fonte: Dados da Pesquisa (2006-2007)

Caso 1. C. de R. (Brasil)

C. de R., casada e de 63 anos, e co-chefa de uma pequena propriedade, de 30 hectares. Seus três filhos moram fora da UP e trabalham na cidade. Junto com o seu esposo, um ano mais jovem, C. de R. aplica uma estratégia de sobrevivência, reduzindo despesas e multiplicando modos de produção (cria de coelhos, de frangos, etc.) com atividades não agropecuárias, como a fabricação de comidas prontas que ela vende de casa em casa na cidade. O estilo de gestão de C. de R. fica evidente na maneira de gerar renda através de micro-empresendimentos e do controle detalhado das despesas. Toda a entrevista, realizada junto com o esposo J.C., evidencia o esforço por manter um modo de vida digno e por obter o máximo benefício da aposentadoria rural de C. Tomam as decisões juntos, especialmente porque C. de R. tem formação contábil e consegue organizar as contas da UP. J.C. se encarrega sozinho das atividades vinculadas ao engordamento e a comercialização do gado na pequena UP e em terras emprestadas por vizinhos. Mesmo sendo pecuaristas por tradição, a superfície mínima da UP os obriga a procurar assessoramento e conselho de extensionistas rurais, nem sempre com bons resultados. O caso da criação de coelhos, por exemplo, gerou renda no início até que o frigorífico que tinha se comprometido a comprar a produção abandonou o projeto. C. de R. e o marido ficaram endividados pelo investimento e sem compradores.

Caso 2. Z.B. de R. (Uruguai)

Aos 69 anos, e co-chefa de uma UP de 1087 hectares Z.B. de R. junto com o seu esposo e seus três filhos (dois homens e uma mulher, cada um dono de parcelas de 311 hectares dentro da UP). Z.B. de R. demonstra uma grande habilidade para administrar heranças recebidas da sua família e da de seu esposo, C., que está quase cego. Também, para manter a harmonia entre as várias gerações que moram juntas na UP: filhos, genros, noras, netos. “Cada cual decide en su propiedad y manejan sus animales en su lugar, en sus 311 hectarias. Yo crecí en una época en la que a los hijos no se los dejaba participar: nosotros queremos que los nuestros puedan hacerlo” explica a entrevistada. Para ilustrar o processo de tomada de decisões coletivas, Z.B.de R. explica como se realiza a comercialização do gado:

Para hacer una venta, mi esposo, mi hijo y mi cuniado tambien deben estar de acuerdo y tener la idea de vender. Ponen juntos los animales y los compradores

miran (N.E.: evalúan y ofrecen precios) al ganado de los tres, pero cada uno pone su precio por sus animales... es como un local de remate. También hay corrales de uso común, para trabajos “grandes”, como el banio de las ovejas, que hacen juntos, y corrales de uso exclusivo de cada hijo, para los trabajos “menores”. (Entrevista a Z.B. de R., Salto, Uruguay, 2006).

Z.B. de R. también explica que, apesar da idade avançada e dos problemas de saúde, ela e seu esposo continuam na UP porque gostam do campo e porque não confiam em empregados permanentes:

Es un problema dejar el campo en manos de capataces y de administradores, no les tengo confianza. Mi hijo J.C., mi hija N., mi cunhado J. y yo siempre nos turnamos para ir al pueblo, nunca dejamos al personal (empleados) solos, siempre queda una parte interesada, porque el personal primero quiere tener su propio ganado, después se empieza a sentir dueño... tuvimos uno así y C. (N.E.: el esposo) lo hecho. Por eso hay tantos campos fundidos: porque los dueños se van a vivir al pueblo y dejan el campo en manos de capataces o administradores (Entrevista con Z.B. de R., Salto, Uruguay, 2006).

Após mandar embora a um contador que “cobrava uma cuota muy cara” pelos seus serviços, Z.B. de R. diz que quer aprender a fazer a contabilidade num computador. Cheia de força, a entrevistada tem uma atitude enérgica, quase matriarcal, e parece ser reverenciada pelo esposo e J.C., um dos filhos que também participa da entrevista: “Pagamos todos los gastos de nuestros hijos, incluyendo los salarios de los peones y el casero y el costo de la luz del generador. Por eso no nos agrandamos” (N.E.: “agrandarse = conseguir expandirse, comprar mas tierras y animales”), explica.

Caso 3. S.T. de M. (Argentina)

Desde o começo da entrevista com S.T. de M. 58 anos, com uma UP de 650, e seu esposo, fica claro que ela é muito mais do que uma companheira ou esposa: ela intervém nas respostas, toma a iniciativa para adicionar informação e demonstra um grande conhecimento da unidade produtiva. Após fazer engordamento por muitos anos, os dois decidiram retomar a criação de gado. Possuem um empregado permanente, N. que está na UP há 30 anos. S.T. de M. explica:

N. realiza todas las tareas que requieren de fuerza: descascarriar las ovejas, arreglar alambrados... Esta desde hace casi 30 años con nosotros, crío todos sus hijos en el campo. Sus hijos son como nuestros, los queremos como si fueran nuestros, los queremos pilas. N. tiene un gran amor propio y es muy testarudo, a veces le pedimos que haga una cosa pero él la hace a su manera. También tenemos un capataz y un mayordomo, que es el administrador, y un esquilador y un alambrador para ayudar a N. (Entrevista con S.T. de M. e seu esposo J., Argentina, 2006).

Quando perguntados sobre o que fariam se ganhassem um milhão de dólares, S.T. de M. toma iniciativa e responde que compraria mais terras e continuaria morando na UP: “Yo compraria campo, porque yo soy feliz en el campo. Siempre vivi en el campo”. O esposo, J., concorda e afirma: “Yo me levanto y tengo que poder mirar lejos, no puedo abrir la ventana y ver edificios y casas... lo que me gusta a mi es ver el horizonte”.

Caso 4. M.A.S. de M. (Uruguai)

“Yo decido y yo misma llevo los papeles, y el ganado que tenemos es de los dos”. M.A.S. de M., 43 anos, casada e com dois filhos, resume assim a sua função como co-chefa da UP de 540 hectares do Instituto de Colonización de Uruguai, divididas em duas frações de 265 (herança de Maria) e 275 hectares (herança de C.).

O marido, C., confirma a afirmação de M.A.S. de M. quando diz: “Yo soy carretero: voy para donde me arrastran. Por ejemplo mi hijo, C.A. me convencio de cambiar las ovejas Corridale para Merino, por consejo de un tecnico, y yo cambie”. A divisão de terras se reflete na divisão dos modos de produção: a parcela de C. está voltada para a criação e para a terminação de bois em capitalização (para terceiros), e a fração da esposa, M.A.S. de M., serve para a criação de ovinos e a produção de leite com 24 vacas.

M.A.S. de M. salienta o seu papel como co-chefa da UP na hora de explicar a conformação do rebanho: insiste em que o gado é “dos dois” e, quando o casal é perguntado sobre o tipo e as categorias do gado, é ela quem sai da sala para voltar com os registros que ela mesma produz com dados de vacas, bezerros, touros, pesos, idades, fertilidade e condição sanitária.

M.A.S. de M. também administra a renda pela produção de leite e de queijos, que constituem a única renda permanente e estável da UP, e controla fortemente as despesas. Através da venda de terneiros de vacas de leite, ela planeja comprar do Instituto de Colonización a terra que herdou de seu pai em 4 anos. Esse mesmo nível de organização permitiu ao casal sobreviver ao choque de perder uma grande parte de seu capital em 2004, devido a um empréstimo que não foi pago ao Banco República.

Caso ganhasse um milhão de dólares, M.A.S. de M. sonha com “poblar el campo” (colocar mais gado), e além disso: “Nos libramos de las deudas, nos iriamos de vacaciones a Brasil y, por qué no? Trabajaríamos un poco menos!”. Vale salientar que a maioria das mulheres à frente de UPs entrevistadas mencionaram desejo de viajar caso tivessem um aumento considerável dos ingressos.

14.5.3 MULHERES COLABORADORAS

Incluímos nessa situação as mulheres que participam das atividades produtivas na UP, mas sem tomar decisões produtivas. Existe uma forte divisão do trabalho entre elas e os seus esposos e/ou filhos homens, que tomam as decisões produtivas e assumem a responsabilidade principal pelas tarefas produtivas. Também existem filhas colaboradoras, que lutam para manter o seu lugar e a sua voz em um meio dominado pelos irmãos homens. As mulheres colaboradoras investem a maior parte de seu tempo nas tarefas domésticas ou são pluriativas, gerando renda através de atividades como no atendimento de uma loja na cidade, com trabalho doméstico na casa de terceiros ou na produção de artesanato. Diferentemente de autores como Chiappe et al. (2001), consideramos as mulheres pluriativas como “colaboradoras”, pois a renda gerada pelo trabalho fora da UP permite pagar dívidas impostergáveis (como saúde e educação dos filhos) e gerar uma liquidez que facilita a implementação das atividades produtivas diretamente relacionadas com a UP. Apesar das chefas e as co-chefas da UP também realizarem tarefas no lar, no caso das “colaboradoras” as responsabilidades domésticas adquirem maior importância. A presença de um ou mais filhos homens e em idade de trabalhar explica que a mulher esteja usualmente relegada aos afazeres domésticos. No caso das mulheres colaboradoras, ou aquelas que “fazem para que outros possam fazer”, as atividades produtivas tem um teor tipicamente feminino, como a alimentação dos bezerros ou a limpeza das seringas para a vacinação. Porém, muitas das mulheres “colaboradoras” vão além desse tipo de tarefas femininas, e ajudam em atividades que precisam de força física, como a ajuda nas partições.

Tabela 31. Perfil de três casos de colaboradoras na UP

Características Socio-Estruturais	Caso 1 C. de H. (BR)	Caso 2 N.S. de B. (AR)	Caso 3 A.C. (UI)
Tamanho da UP	676	270	103
Possui terra própria	Sim	Não	Sim
Idade	50	64	23
Nível de Escolaridade	Médio Completo	Primário Completo	Médio Completo
Situação Familiar	Casada	Casada	Casada
Empregados Permanentes	Não	Não	Não
Empregados Temporários	Sim	Sim	Não
Filhos (se sim, quantos)	Sim (3)	Sim (2)	Sim (1)
Realização de Atividades Não Agrícolas	Não	Não	Não
Sistema Produtivo	Cria e Produção de Leite	Cria	Cria
Irmãos Homens Morando na UP	Não	Não	Não

Fonte: Fonte: Elaboração própria, 2006-2007.

Caso 1. C. de H. (Brasil).

Com 50 anos, três filhos, e 676 hectares (das quais uma parte vem da sua herança familiar), C. de H. compartilha com seu esposo e família um forte vínculo com o campo. Juntos tem conseguido pagar hipotecas e dívidas. Inspiradas pela mãe colaboradora, as filhas, que estão cursando carreiras universitárias, ajudam em todas as tarefas da UP, incluindo a reparação de arames. C. de H. não toma decisões produtivas (o que é feito por H., o esposo) mas o substitui à frente da UP quando ele está viajando ou durante os picos de trabalho estacional. Ela se encarrega do manejo e do cuidado do gado com a ajuda das filhas, que voltam à UP nos finais de semana, e que a ajudam a colocar os arames elétricos.

Devido a forte ajuda de C. de H. e das filhas, a UP não precisa de empregados permanentes, o que resulta em uma importante redução dos custos fixos. Ele têm, sim, empregados temporários, como “tanteros” para a colheita, para a confecção dos fardos e para a vacinação do gado. O restante das tarefas são realizadas com a colaboração de vizinhos e parentes que participam de um sistema de permuta de trabalho.

Caso 2. N.S. de B. (Argentina)

Mesmo sem ter trazido terras próprias à UP, N.S. de B., casada, 64 anos e com dois filhos homens, tem conseguido um lugar importante no seio da UP devido ao seu critério e à sua colaboração permanente nas tarefas produtivas. Ela sente fortemente a tradição da pecuária na família, como ela mesma explica: “Somos ganaderos porque ya los antepasados, los padres nuestros, lo hacían”.

N.S. de B. constitui um claro exemplo das mulheres que “fazem para que outros possam fazer”: junto com o esposo R. e o filho mais velho, F. (o caçula e médico e mora fora da UP), N.S. de B. cuida da UP de 270 hectares familiares. Apesar de dormirem na cidade mais próxima devido ao medo e à insegurança (foram roubados várias vezes), todas as manhãs acompanha o marido nas viagens ao campo, de segunda a segunda, ou como ela diz, “sete dias por semana”. Na UP, ela se encarrega da manutenção do lar, cozinha para a família, e ajuda nas tarefas produtivas. Tem um forte envolvimento na UP e, mesmo não tendo a última palavra nas decisões produtivas, fica claro na entrevista que o seu marido e seu filho respeitam a sua voz e a sua opinião antes de executar inovações na UP.

Caso 3. A. C. (Uruguai)

A mais jovem das mulheres entrevistadas para nosso trabalho, A.C., de 23 anos, casada e mãe de uma filha pequena, tem renovado as energias do pai, F.C., e se transformado numa importante colaboradora dentro da pequena UP de 103 hectares do Instituto de Colonización em Paysandú, no Uruguai. Junto com a mãe, E., que ordenha a única vaca familiar e cuida das galinhas e das ovelhas, A.C. ajuda o pai idoso na manutenção dos arames, na luta contra os vermes nas ovelhas “abichadas” e no combate contra as ervas daninhas, como a carqueja.

A.C. assumiu o papel de colaboradora principal na UP de seus pais porque o filho mais velho, homem, foi trabalhar em outra UP como empregado permanente. A. C. mora numa localidade vizinha, perto da UP, e viaja ao campo a cada sete dias, junto com a sua pequena filha, pegando um táxi. “Vengo al campo una semana si, y una semana no. Trato de llegar a la salida del sol y me vuelvo a la noche. A veces es difícil, porque no tengo transporte y pagar un remise me cuesta 370-400 pesos el tiraje (el viaje)”. O esposo de A.C. é mecânico e trabalha em uma oficina e faz *changas* (trabalhos por encomenda).

Apesar de A.C. contar com o afeto e o respeito do pai, a jovem ainda não o convenceu de realizar certas inovações que exigiriam um empréstimo bancário. Como o próprio pai confessa: “Mi hija me quiere comer (N.E.: está enojada por eso) porque no me gustan los credits”.

Além de promover inovações na UP, A.C. gostaria de melhorar os vínculos de cooperação entre os *colonos* (proprietários de terras do Instituto de Colonización do Uruguai). Por iniciativa própria, ela age como uma ponte entre a UP dos pais e a cidade, viajando 48 quilômetros desde Guichon com a filha de 3 anos para ajudar na administração e no manejo da UP.

14.5.4. AS OBSERVADORAS

Chamamos de mulheres “observadoras” aquelas que não participam de atividades vinculadas diretamente com a produção na UP. Alguns autores como Chiappe et al. (2001), incluem dentro dessa categoria as mulheres que participam da gestão contábil da UP, fazendo a contabilidade e os cadastros reprodutivos e físicos do gado, mas não das atividades tipicamente produtivas na UP. Em nosso caso, incluímos as mulheres que participam da gestão da UP, ou que “levam os papeis” da mesma, na situação anterior (c, as “colaboradoras”) e não como “observadoras”. Isso, pois consideramos como atividades produtivas não somente as tarefas que demandam força física, mas também todas que sejam vinculadas com a produção de bens na UP. Por isso, quando as mulheres

observadoras são as mais frequentes nos trabalhos de Chiappe (*Idem*), em nosso caso elas são uma minoria. Na maioria das “observadoras”, as famílias estão formadas por filhos homens jovens ou adultos que moram na UP, além de um ou dois empregados permanentes. O tamanho das UPs é em geral maior do que nos outros grupos e podem co-existir várias famílias (ou gerações) dentro de uma única UP. As observadoras descrevem a suas ações como estritamente dedicadas ao lar e a criação dos filhos e não intervêm nem nas tarefas propriamente produtivas nem na gestão da UP. Diferentemente dos outros grupos, raramente realizam atividades não agrícolas.

Tabela 32. Perfil de quatro casos de observadoras na UP

Características Socio-Estruturais	Caso 1 G. de R. (UI)	Caso 2 H. de D. . (BR)	Caso 3 N.F. de R. (AR)	Caso 4 E. O. V. (AR)
Tamanho da UP	807	40	300	660
Possui terra própria	Não	Não	Não	Sim
Idade	48	55	45	40
Nível de Escolaridade	Primário Completo	Primário Completo	Superior Completo	Médio Completo
Situação Familiar	Casada	Casada	Casada	Casada
Empregados Permanentes	Sim	Não	Sim	Sim
Empregados Temporários	Sim	Não	Não	Sim
Filhos (se sim, quantos)	Sim (3)	Sim (3)	Sim (3)	Sim (3)
Realiza Atividades Não Agrícolas	Não	Sim (artesanato)	Sim (dona de uma farmácia)	Não
Sistema Produtivo	Cria e Engorde	Cria	Ciclo Completo	Cria + Agricultura + Tambo
Irmãos Homens Morando na UP	Não	Não	Não	Não

Fonte: Elaboração própria, 2006-2007.

Caso 1. G. de R. (Uruguai).

G. de R. está presente ao longo da entrevista mas não fala. Quem fala é o seu marido, A. R., que descreve assim o papel de sua mulher na UP de 807 hectares: “Con mi esposa armamos un buen equipo: al principio, cuando llegamos al campo del Instituto de Colonizacion, la consigna era ahorrar; salia del campo cada seis meses (...) En realidad, yo soy el padre de G.”, conclui, não só pela diferença de idades (ele é 20 anos mais velho do que ela) mas também pelo perfil passivo da esposa. O rol de G. de R. fica, segundo o esposo, reduzido a duas atividades: “Griselda lleva a la gurisada (N.E.: os filhos) a la escuela y cocina”.

Caso 2. H. de D. (Brasil)

H. de D. não participa nem das decisões produtivas nem das atividades agrícolas na UP. Porém, o seu papel de observadora na UP não pode ser confundido com passividade. Como ela mesma indica, é ela quem paga as despesas da casa quando a atividade pecuária não gera a liquidez suficiente (o que acontece com frequência): “Eu faço artesanato, ovelhinas de la, para vender nas ferias. Sei que é um trabalho humilde, mas no final, é o artesanato que paga a comida e as despesas de todos os dias”. O marido confirma.

Caso 3. N.F. de R. (Argentina)

N.F. de R. só viaja a UP de seu marido, G.R., nos finais de semana. A sua mão feminina é visível na organização e na decoração da atípica casa familiar no campo, cheia de detalhes estéticos raros em outras unidades produtivas. N.F. de R. também gera renda: farmacêutica, e dona de uma tradicional farmácia em Pigue, na Argentina. O esposo administra a parte contábil da farmácia e viaja diariamente a UP. Devido a “juventude” do projeto familiar na pecuária, a renda da farmácia permite enfrentar a maior parte das despesas familiares e concretizar o sonho do esposo que sempre quis comprar uma UP. Devido a pluriatividade de G.R. e da não participação de N.F. de R. na UP familiar, existem um alto grau de delegação do trabalho do campo em A., um jovem empregado permanente que mora em casa própria na UP com a sua família e que cuida do gado.

Caso 4. E. de O.V. (Argentina).

E. de O.V., 40 anos e três filhos, mora na cidade e não intervém na UP. Porém, sendo dona de 340 hectares que herdou do pai, ela requer do marido o pagamento de uma renda pelo uso dessa terra de 3500 pesos (por volta de 1000 dólares/ano). Também compartilham a propriedade do gado. Com o dinheiro da renda, a mulher mantém a casa na cidade (Pigüé) e paga a educação dos filhos, dos impostos, das despesas de luz e calefação e da comida de toda a família. A decisão de cobrar um arrendamento ao marido chegou depois dele ter realizado vários investimentos falidos na propriedade. E. de O.V. foi contra o estabelecimento de uma unidade de produção de leite, mas o marido insistiu e o projeto não deu certo.

14.6. CADA VEZ MAIS ENVOLVIDAS

O envolvimento das mulheres na pecuária familiar gaúcha pode ser analisado segundo dois critérios principais: a sua participação, ou não, na tomada das decisões produtivas, e a sua participação (ou exclusão) das atividades produtivas da UP. Esses dois eixos permitem classificar o papel das mulheres como chefas ou co-chefas da UP (aquelas que participam da tomada de decisões produtivas), colaboradoras (aquelas que não participam da tomada de decisões, mas sim das atividades produtivas), e as observadoras (o grupo mais Númeroso, integrado pelas mulheres que limitam o seu envolvimento na UP ao cuidado dos filhos e à realização dos afazeres domésticos).

As estatísticas têm ignorado longamente o papel da mulher, por considerar o trabalho não remunerado como sinônimo de não produtivo. Porém, nos países analisados existe um aumento do interesse sobre o envolvimento da mulher (esposa, mãe, filha, irmã...).

Nossa pesquisa comprovou que as três primeiras categorias (chefas, co-chefas e colaboradoras) estão aumentando, enquanto o quarto grupo (o das observadoras) está diminuindo. Isso, por duas razões: primeiro, devido às novas perguntas incluídas nos censos e nas pesquisas, que permitem identificar atividades antes ignoradas ou desvalorizadas (até pelas próprias mulheres). Em segundo lugar, o aumento do protagonismo das mulheres na UP nasce da melhora de suas oportunidades educativas, do aumento de sua autoestima e da conscientização da igualdade de direitos entre homens e mulheres (principalmente na herança e na propriedade de bens) por parte de pais e de esposos. Entretanto, quando há homens na UP, a posição da mulher dentro da mesma depende em grande medida deles.

Os homens tradicionalistas tendem a excluir as mulheres da tomada de decisões e das atividades consideradas masculinas (como o manejo do gado ou do trator), no entanto, outros dão boas vindas a um papel mais significativo das mulheres nessas esferas. As mulheres adquirem maiores possibilidades de protagonismo na UP quando, por diversas razões, não há homens ao redor. Assim, as solteiras, viúvas, divorciadas, e as filhas sem irmãos homens morando na UP, mostraram mais chances de atingir posições de decisão e intervenção do que aquelas que estavam casadas ou que tinham irmãos homens com vontade de suceder aos pais no comando da UP.

Nos casos nos quais o homem está presente, a mulher consegue saltar as fronteiras do lar e tomar decisões produtivas quando são proprietárias de bens (terras ou gado) que obrigam ao parceiro ou irmão a dividir o poder, ou quando possuem um atributo que o homem não tem, como a capacidade de fazer a contabilidade da UP ou outras atividades administrativas complexas.

Um dado importante que surgiu de nossas entrevistas é que o relacionamento dos homens e das mulheres é diferente segundo a idade da mulher, o tamanho da UP, a situação dos filhos, e o sistema de produção escolhido (cria, recria, engorde e ciclo completo, combinadas, ou não, com agricultura, produção de leite, etc). Assim, comprovamos que nas UP de menor superfície, em geral dedicadas à cria, as mulheres estão muito mais envolvidas na tomada de decisões e nas atividades produtivas, enquanto que as mulheres que moram em UP maiores e com empregados permanentes (onde frequentemente se faz ciclo completo) tendem a ficar à margem das decisões (observadoras).

Outro ponto interessante é que apesar das mulheres com filhos pequenos terem menos tempo para participar das atividades produtivas do que as mães de filhos adultos, elas têm, em contrapartida, uma maior possibilidade de ser chefas ou co-chefas do lar, influenciando na tomada das decisões produtivas. No entanto, as mães de filhos adultos frequentemente têm que ceder o seu protagonismo nas tarefas produtivas (não as domésticas) e na tomada de decisões aos filhos homens em idade produtiva.

A propriedade da terra e/ou do gado aumentam as possibilidades de que a mulher desempenhe um papel importante na UP, em geral, como chefe ou co-chefe da mesma. O fato de ser proprietária “no papel” obriga ao homem a negociar e a ouvir, e isso aumenta a autoestima da mulher.

Podemos afirmar que existe um modo “feminino” de fazer pecuária familiar. Assim, as mulheres no comando de unidades produtivas familiares visitadas demonstraram uma maior tendência à minimização do risco (evitando, por exemplo, grandes investimentos ou empréstimos bancários) e a sua diversificação, por meio, por exemplo, da pluriatividade. Muito atentas às micro-finanças, utilizam o estilo de gestão doméstica na administração da UP, e estão mais inclinadas a poupar, inclusive cortando despesas pequenas.

A respeito da inovação, mesmo sendo cautelosas, são mais “permeáveis” e estão mais abertas aos conselhos dos extensionistas rurais do que os pecuaristas homens. São altamente flexíveis e aprendem rapidamente, tal vez, por uma questão de sobrevivência. Nesse sentido, os relatos das chefas ou co-chefas da UP tem evidenciado uma dramática evolução desde a chegada ao “comando” até o momento atual, passando das freqüentes situações de humilhação e insegurança à valorização do próprio estilo de gestão e o respeito “ganho” dos pecuaristas homens.

Entre as travas ao papel da mulher na pecuária gaúcha, encontramos a dificuldade para encontrar mão-de-obra capacitada para ajudar na UP, o relacionamento com empregados homens (permanentes ou temporários) que não aceitam chefas mulheres; problemas na comercialização do gado (calotes, vendedores que não respeitam o critério da mulher, falta

de conhecimento e de poder de barganha das mulheres); insegurança na UP (como o roubo de gado); e a dificuldade de combinar o manejo do gado e da UP com as atividades do lar e da criação dos filhos. Isso as obriga frequentemente a arrendar partes substanciais da UP a terceiros para garantir uma renda sem necessidade de aumentar a mão-de-obra e o investimento em insumos e máquinas.

Finalmente, as mulheres no comando de unidades produtivas exibiram maior preocupação pelo bem estar do gado (por exemplo, usando grãos e até sons para atrair o rebanho em lugar do uso de cachorros que mordem os animais) e um marcado respeito pela natureza, evidenciado através de seus comentários sobre o impacto de pesticidas e outros insumos sobre a biodiversidades de sua unidade produtiva e sua região.

Apesar dos avanços das mulheres na pecuária gaúcha, a maioria delas ainda desvaloriza o seu próprio trabalho e continua se definindo no as pesquisas e censos como simples “chefas do lar”. Isso acontece pois, embora trabalhem em culturas comerciais, as mulheres não são, em sua maioria, reconhecidas como produtoras e sua tarefa é considerada “auxiliar”. As longas horas de trabalho e a simultaneidade das tarefas produtivas e domésticas camuflam a efetiva produção trabalhista da mulher e seu valor econômico.

Enxergar o que até hoje aparece como invisível (o papel fundamental da mulher na pecuária), conscientizar as mulheres sobre a importância produtiva de seu trabalho, e conseguir responder aos novos desafios e oportunidades nascidos dessa realidade através da capacitação e do acompanhamento permanente, deveriam ocupar um lugar prioritário nas agendas dos formadores de políticas de apoio à agricultura familiar e dos extensionistas rurais.

15. OPORTUNIDADES: GLOBALIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO

Salientando o lado mais negativo da globalização, Boaventura de Souza Santos (2002) afirma que ela constitui um campo de contestação social e política, na medida em que produz e reproduz socialmente a miséria, a marginalização e a exclusão da grande maioria da população mundial. E é justamente nesse contexto conflitivo que se formam os espaços de enfrentamento das lutas anticapitalistas que, em escala ampliada, poderão futuramente estimular a internacionalização de inúmeros focos de resistência em todo o mundo (principalmente na periferia), associado à idéia de uma possível solidariedade transnacional. Porém, nem todos enxergam a globalização como o autor da Escola de Lisboa. Anthony Giddens, co-autor de um livro sobre o tema junto com Beck (GIDDENS et al., 1997) é um “otimista” ao respeito. Numa entrevista com o jornal argentino La Nacion, o autor da “terceira via” definiu a globalização como libertadora das mulheres, difusora da democracia e criadora de novas riquezas (LA NACION, 2006). Para Giddens, os detratores radicais da globalização caem frequentemente em reducionismos ao acreditar que sua principal força impulsora é a expansão do mercado, e não a comunicação:

Las simplificaciones sobre la globalización conducen a conclusiones erróneas. Quizás usted esté pensando que la principal fuerza impulsora de la globalización es la expansión mercado, y no es así. Es la comunicación, más específicamente la comunicación electrónica, que se ha venido desarrollando desde el "casamiento" entre el satélite y la tecnología de la información de los años 70. Este "casamiento" permitió la comunicación instantánea entre lugares y culturas remotas (...) También creo que hay muchos aspectos positivos de la globalización (...) La globalización, que favorece el desarrollo económico de los países pobres, permite liberar a las mujeres dominadas por sus familias, por medio de la educación y del mercado laboral (LA NACION, 2006).

Em seu livro *O que é globalização? Equívocos do globalismo respostas à globalização* (1999), Ulrich Beck também enxerga o processo de globalização através de uma perspectiva menos pessimista do que Boaventura Santos. Nesse sentido, propõe um debate político da globalização, pois, segundo ele, o “choque da globalização”, que se constitui no traço marcante da transição para a segunda modernidade, teria um efeito politizante sobre todos os atores e organizações e em todos os domínios da sociedade. Dessa forma, Beck procura delinear um conjunto de respostas à globalização com o objetivo de propor um conjunto de ações políticas (principalmente institucionais) para fazer frente aos paradoxos e às novas exigências de um mundo globalizado (RODRIGUES DE CAMPO, 2006).

Tais respostas se constituem, de fato, numa espécie de um receituário com o qual Beck acredita ser possível superar as distorções sociais, econômicas e políticas da globalização

neoliberal em curso. Esse receituário estaria fundamentado em dez proposições políticas, das quais selecionamos quatro por sua relevância para esse capítulo:

Cooperação Internacional. Beck propõe uma intervenção política em favor de uma cooperação mais eficiente e estreita entre as organizações internacionais, pois, segundo ele, “cresce com a globalização a necessidade de regulamentações internacionais para transações que ultrapassam fronteiras” (BECK, 1999, p. 227). Dentro dessa proposta, espera-se que o modelo de economia de Mercado com responsabilidade social e ecológica, transforme-se agora no fundamento social para uma nova ordem econômica mundial;

Formulação de um novo contrato social. Neste contrato social, Beck propõe uma responsabilização social por parte das empresas transnacionais no que se refere à qualidade do processo de produção e dos produtos. Tal proposta estaria alicerçada na idéia de um controle social (politização do consumo) e no autocontrole empresarial (responsabilidade social empresarial), em que os produtos seriam identificados por meio de etiquetas sociais, democráticas e ecológicas;

Determinação de novos objetivos culturais, políticos e econômicos. Esta proposta se fundamenta na necessidade de substituição do modelo tradicional de economia exportadora de bens de consumo em massa por um modelo centrado e adequado na “capacidade de inovação”, em razão da multiplicidade socioeconômica mundial da segunda modernidade. Nesse sentido, Beck aponta para as possibilidades que se efetuam na produção de produtos ecológicos, produtos e serviços altamente individualizados, produtos concebidos e elaborados a partir de uma política transparente de produção, produtos produzidos a partir de biografias socioecológicas voltados para os mercados regionais de curta distância. No que se refere à dimensão cultural, insere-se a questão dos direitos civis dos estrangeiros numa sociedade multicultural;

Culturas experimentais, mercados-nicho e auto-renovação social. A partir da idéia de *individualização* proposta em sua teoria, Beck visualiza o surgimento de novas fontes culturais associadas ao surgimento de novos atores sociais e consumidores da segunda modernidade, o que pressupõe a existência de mercados-nicho ou minimercados alternativos regionais. A generalização desses mercados-nicho seria uma das respostas centrais aos dois problemas da primeira modernidade: o fim da produção em massa e o fim do emprego integral, e, por outro lado, a cultura e a produção do nicho tenderiam a

desenvolver um modelo alternativo à racionalização econômica do grande capitalismo;

Essas formulações políticas, que Beck apresenta como um conjunto de estratégias capazes de criar as condições sociopolíticas para o enfrentamento e a superação das contradições e dos desafios da globalização apontados, por exemplo, por Boaventura Santos, inspiraram esse capítulo. A ideia de apresentar a globalização, não só como uma fonte de exclusão social liderada pelo Mercado, se não também como uma fonte de oportunidades (O'BRIEN et al, 2009) para a pecuária familiar gaúcha. A partir das sugestões apresentadas por Beck para criar nichos diferenciados para produtos ecológicos e/ou regionais, apresentaremos brevemente os limites e as potencialidades de três estratégias de adaptação possíveis para os pecuaristas familiares do Pampa: a rastreabilidade, a criação de marcas geográficas e os sistemas de gestão ambiental da pecuária. Antes, porém, devemos definir primeiro o que entendemos por “adaptação”.

15.1. PECUARIA FAMILIAR E ADAPTAÇÃO

Adaptação é o processo ou ação dentro de um sistema (lar, unidade produtiva, comunidade, grupo, setor, região, país) que procura reduzir a sua vulnerabilidade e melhorar as chances de tolerar, administrar ou se ajustar às mudanças, estresse, choques, riscos ou oportunidades (SMIT & WANDEL, 2006). Segundo o momento em que acontece, a adaptação pode ser antecipatória ou reativa, e dependendo de seu grau de espontaneidade, pode ser autônoma ou planejada (FRANKHAUSER, 1998; SMIT et al., 1999). Nas ciências sociais, o estudo da adaptação em sistemas humanos tem se focado no “êxito” ou sobrevivência de uma cultura ou modo de vida. Os cientistas sociais sugerem que a adaptação é uma consequência da seleção surgida das variações das práticas culturais (adaptações) que tem permitido a uma cultura sobreviver ao longo da história (O'BRIEN & HOLLAND, 1992). Nessa abordagem “darwiniana”, as práticas culturais ficam equiparadas com as características genéticas, e os grupos que não possuem métodos adequados para tolerar o estresse ambiental, social ou econômico não serão capazes de lutar pelos recursos escassos e serão condenados a desaparecer.

Foi a partir da perspectiva das ciências sociais que abordamos, nessa última seção de nossa tese, o problema da adaptação dos pecuaristas familiares gaúchos face aos novos desafios da globalização. Para isso, descreveremos três práticas socioeconômicas e ambientais através das quais algumas famílias de pecuaristas estão tentando responder a esses desafios. Trataremos, em primeiro lugar, do uso de indicações geográficas, uma das

formas especiais de proteção aos produtos, que visam, principalmente, destacar seus aspectos distintivos, pela identificação e uso dos fatores naturais e humanos.

No capítulo seguinte abordaremos o desafio da rastreabilidade do gado, que tem sido estimulada pela Argentina, pelo Brasil e pelo Uruguai com diferentes resultados, e que é enxergada com ceticismo pelo reduzido número de pecuaristas familiares que investiu nesse procedimento de informação sobre a carne.

Finalmente, exploraremos uma opção a pecuária sustentável que tem tido grande sucesso no Hemisfério Norte mas que ainda está longe das práticas cotidianas dos pecuaristas familiares gaúchos: os sistemas de gestão ambiental que permitem a certificação ambiental de produtos e processos. Em todos os três casos, privilegiamos um olhar realista e crítico, tentando nos afastar da propaganda oficial que promove uma ou outra medida, e ouvindo com atenção as opiniões de pecuaristas, frigoríficos e extensionistas rurais sobre os limites e potencialidades de cada estratégia.

15.2. INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NA PECUÁRIA DE CORTE GAÚCHA: MUITO BARULHO POR NADA?

Como resposta à crescente preocupação dos consumidores sobre a insegurança alimentar, o setor privado, as organizações não governamentais e o setor público tem desenhado sistemas de garantia de origem, inocuidade e qualidade (BREDAHL *et al.*, 2001). Esses sistemas são sustentados por protocolos de origem e de qualidade do rebanho e da carne. As indicações geográficas se constituem numa das formas especiais de proteção aos produtos, que visam, principalmente, destacar seus aspectos distintivos, pela identificação e uso dos fatores naturais e humanos.

A informação sobre a origem da carne é uma ferramenta que permite ao pecuarista e ao empresário se diferenciar de seus competidores (BRIZ & PENNA, 2002). A aplicação de indicações de origem implica transparência sanitária, fiscal e provisional sobre o rebanho. A informação é, precisamente, o atributo diferenciador no mercado. Obter esse tipo de informação é caro e, como adiciona valor ao produto, em geral o consumidor está disposto a pagar mais caro.

Nesse sentido, a criação de indicações geográficas permite explorar valores, tradições e conhecimentos locais para facilitar a inserção dos pecuaristas familiares no contexto cada vez mais competitivo do mercado. É geralmente aceito que as indicações geográficas são uma maneira viável de promoção do desenvolvimento em áreas rurais, já que elas permitem o acesso aos processos da globalização e da modernização da agricultura (MALAFAIA *et*

al., 2007).

No setor público, os países com o maior número de leis para garantir a inocuidade e a origem da carne são Estados Unidos e os que pertencem a União Europeia. No setor não-governamental, são geralmente as associações que procuram garantir se o animal foi bem tratado, se existe algum tipo de modificação genética, se a produção é sustentável e se é necessária a aplicação de normas de inocuidade a diferentes atores do sistema agro-alimentar. No setor privado, os sistemas de Indicações Geográficas nascem de empresários ou de grupos de produtores que elaboram e comercializam produtos com protocolos de origem e qualidade. Para manter a diferenciação de sua carne, geralmente são amparados por uma marca, uma cadeia de supermercados ou uma denominação de origem.

O conceito de indicações geográficas desenvolveu-se lentamente no transcurso da história, e de modo natural, quando produtores, comerciantes e consumidores comprovaram que alguns produtos, oriundos de determinados lugares, apresentavam qualidades particulares, atribuíveis a sua origem geográfica, e passaram a denominá-los com o nome geográfico de procedência. Foi uma resposta ao que os economistas, séculos depois, chamariam de problema de assimetria de informação. No caso, a indicação geográfica era uma garantia, para comerciantes e consumidores, de que o produto tinha certa qualidade, o que facilitava a realização de transações sem a presença física do produto (os comerciantes ingleses de vinho, por exemplo, adquiriam o produto em barril antes da safra). Este fenômeno teve início com os vinhos, nos quais o efeito dos fatores naturais era mais evidente.

Quando se escolhem produtos de proveniência com origem garantida, é normal que se disponha de um valor superior ao preço médio praticado pelo mercado, tendo em vista a confiança adquirida com o controle das características inerentes ao artigo durante décadas de comercialização. Mesmo quando o preço não é significativamente superior, a indicação geográfica pode ser relevante na disputa da fatia do mercado com outros produtos similares, como estratégia de diferenciação voltada para a fidelização de um grupo de consumidores.

A relação entre o consumo e a origem geográfica do produto não se dá apenas por questões afetivas, mas especialmente pela confiança na estabilidade dos padrões de qualidade. Na indústria agro-alimentar, os setores artesanais e as pequenas empresas formulam estratégias de posicionamento baseadas, em parte, na defesa da qualidade e na tipicidade de seus produtos, com vistas a garantir a autenticidade e a origem de seus produtos. Para isso, os produtores passaram a utilizar selos distintivos em seus produtos. Notam-se aí aspectos da concorrência desleal, e a necessidade do estabelecimento de normas legislativas capazes de proteger eficazmente os direitos dos produtores que se delineavam na época.

O desenvolvimento da cultura e regulamentação técnica e legal das indicações geográficas procede, indiscutivelmente, da Europa. Muñhoz-Nájan (2001) assinala que é muito antigo o costume de designar produtos com o nome do lugar de sua fabricação ou de sua colheita. Por exemplo, o queijo Roquefort adquiriu sua notoriedade sob o nome de seu local de origem, desde o século XIV. As Ordenanças Municipais de Ribadavia, em 1579, já se preocupavam em proteger os vinhos produzidos na Galícia, especificamente na Comarca do Ribeiro (EIJÁN, 1920).

No contexto internacional surgiram disposições quanto à rastreabilidade e procedência do produto, como aquelas advindas da Cúpula da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Cancun, em 2003, que garantiu ao cidadão o direito de obter informações sobre a procedência do seu consumo alimentar (CALDAS, 2004) em relação aos produtos fabricados em larga escala.

Em nível internacional, as indicações geográficas são reguladas por meio do Acordo de Direitos da Propriedade Intelectual vinculados ao Comércio (ADPIC o TRIPS). O Acordo TRIPS cria um regime que estabelece um piso mínimo de proteção dos direitos de propriedade intelectual. O artigo 22 do Acordo estabelece que as indicações geográficas são as que identificam um produto como originário de um país, de uma região ou localidade desse território, quando determinada reputação ou outra característica do produto seja imputável fundamentalmente à sua origem geográfica. O Acordo estabeleceu um regime geral de proteção aplicável a todos os produtos e um regime especial aplicável só aos vinhos e bebidas.

As indicações geográficas possuem duas classificações: indicação de procedência e denominação de origem:

- A indicação de procedência destaca uma localidade conhecida por produzir determinada mercadoria, mas sem a interferência de características naturais. A cidade de Franca, em São Paulo, especialista na produção de calçados seria uma boa candidata a esse tipo de reconhecimento.
- A denominação de origem representa uma área precisamente demarcada que fornece produtos agropecuários influenciados pelas características geográficas (solo e vegetação), meteorológicas e pela forma de cultivo tipicamente adotada na região. Exemplos: Champagne, região francesa produtora do espumante, e Parma, cidade italiana produtora do presunto.

Na setor da carne bovina, a denominação de origem Pampa possui um grande reconhecimento no mercado internacional. Champredonde (2002, 2008) tem estudado em profundidade o impacto dessa denominação entre os consumidores. Assim, confirmou que a

carne do Pampa é considerada sinônimo de carnes naturais e de bom sabor. Essa reputação está associada a elementos simbólicos como a paisagem pampiana, com extensas pastagens naturais e o gaúcho recorrendo o campo a cavalo (CHAMPREDONDE, 2007).

Os sistemas de diferenciação e de garantia da qualidade da carne carregam distintas mensagens, que Champredonde [s.d.] sintetizou assim:

- Um produto seguro (rastreabilidade)
- Um produto natural (orgânico)
- Um produto de boa reputação (Indicação de Procedência)
- Um produto típico (Denominação de Origem)
- Um produto diferente (marcas coletivas, i.e. da raça Hereford; certificados de qualidade)

Assim, a imagem positiva do produto e de sua região de origem poderia ser utilizada por meio das indicações geográficas, concretamente, de denominações de origem. Porém, uma análise mais realista dos distintos projetos executados nesse sentido, tanto na planície central argentina quanto no Rio Grande do Sul demonstram a existência de inúmeros obstáculos originados tanto pelas características socioeconômicas e políticas de cada região quanto pelo desenho dos próprios projetos de indicação geográfica.

15.3. AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NA PECUÁRIA BOVINA DE CORTE GAÚCHA

É consenso dentro da academia (ZILBERSZTAJN & MACHADO FILHO, 2003; FERREIRA, 2003; PIGATO *et al.*, 1999; entre outros), que a cadeia da carne bovina gaúcha apresenta baixos níveis de coordenação, onde a comercialização é um sistema defasado e ineficiente, repleto de oportunismo, assimetria de informações e falta de estabilidade de preços. Aliado a isto, problemas de ordem sanitária e a concorrência desleal de frigoríficos que abatem clandestinamente contribuem para a ineficiência deste sistema (CHAMPREDONDE, 1998).

Os pecuaristas familiares gaúchos sofrem também da incapacidade de elevar a produtividade e reduzir custos de forma sistêmica, mantendo a competitividade de seus produtos, o que se traduziu em acentuada perda de mercado para outras carnes. Exigências quanto a critérios mais rígidos de fiscalização sanitária e atributos de qualidade, segurança alimentar, higiene e confiabilidade no produto consumido, faz com que a carne bovina adquira mais especificidade, determinando a ineficiência do mercado na execução das transações. Neste sentido, a coordenação da cadeia da carne bovina via mercado promove falta de rastreabilidade dos produtos, ou seja, o consumidor não consegue identificar a relação entre o produto que adquire e o fornecedor (CHAMPREDONDE, 1998; MALAFAIA

et al., 2005)

Assim, a diferenciação dos produtos é limitada e fica quase que inteiramente nas mãos do varejista. Nesta situação, o produtor que trabalha com qualidade não obtém uma valorização real por um produto com melhores atributos. Cabe salientar, que historicamente as relações entre os agentes da cadeia bovina são frequentemente conflituosas, o que define uma relação entre seus membros exclusivamente via mercado. Exemplos disso são as várias tentativas frustradas de se estabelecer arranjos produtivos neste setor (MALAFAIA *et al.*, 2007; ROCHA *et al.*, 2001). Apresentamos abaixo os obstáculos para a implementação da identificação geográfica na pecuária familiar gaúcha do Brasil, o Uruguai e a Argentina (para uma descrição mais detalhada sobre a origem e a regulamentação das iniciativas de identificação geográfica nesses três países, ver Anexo).

15.3.1. OBSTÁCULOS PARA O SUCESSO DA IDENTIFICAÇÃO GEOGRÁFICA DA CARNE NA PECUÁRIA FAMILIAR DO RS

A região gaúcha do Brasil possui uma enorme vocação ganadeira, devido ao privilegiado (porém, frequentemente esquecido) ecossistema do Pampa, sua base genética e os processos de produção, criação a pasto, abate humanitário, grandes extensões de campo nativo, conhecimento tácito dos produtores, pesquisa agropecuária, cultura e tradição do povo gaúcho, entre outros (MALAFAIA *et al.*, 2005)

Estes fatores valeram o reconhecimento de Indicação de Procedência da “Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional”, pelo INPI (Instituto Nacional de Propriedade Intelectual), pela ABNT e, através desse ONN, pelo sistema ISO 14001.

No Brasil, o quadro legislativo sobre as indicações geográficas esta baseado em acordos internacionais e na adesão ao TRIPS. As indicações geográficas são definidas nesse país pela lei federal N° 9279/96, que regula os direitos e as obrigações relativas à propriedade industrial. O já mencionado INPI estabelece as condições para o cadastro das indicações geográficas e define os tipos de selos: Indicação de Procedência e Denominação de Origem. O reconhecimento de uma indicação geográfica só pode ser requisitado pelos produtores estabelecidos na região demarcada geograficamente².

² No dia 19 de dezembro de 2006 foi realizada a solenidade de outorga de procedência e a concessão do selo Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional, resultado do trabalho em conjunto do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Rio Grande do Sul (Sebrae/RS), da Associação dos Produtores do Pampa Gaúcho (Apropampa) e do governo do Estado e é a primeira na América Latina a ser concedida para este tipo de produto.

O processo de outorga da indicação de procedência teve o incentivo do programa “Juntos para Competir”, desenvolvido pelo Sebrae/RS, pela Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). O programa busca organizar e aprimorar as cadeias produtivas de bovinocultura de corte, cana-de-açúcar e derivados, suinocultura, fruticultura, floricultura, vitivinicultura, ovinocaprino e apicultura.

Através do código único e específico impresso neste selo - concedido pelo INPI – os consumidores podem acessar o site www.carnedopampagaucho.com.br e ter acesso a todas as informações pertinentes ao corte que adquiriram: um número de registro identifica o animal, juntamente com raça, idade, peso e o criador.

Os padrões produtivos para o Selo da Carne do Pampa Gaúcho são altamente exigentes: somente animais das raças Hereford e Angus e suas cruzas; alimentados exclusivamente em pastagens nativas ou nativas melhoradas podendo ser engordados em pastagens cultivadas de inverno; devem estar no mínimo um ano dentro da região delimitada.

Os padrões de qualidade da carne do Pampa Gaúcho foram elaborados para responder as novas exigências do mercado internacional, o que transformou os padrões de qualidade em protocolos sofisticados e de difícil aplicação na realidade (CHAMPREDONDE, 2008). Assim, a eleição de raças “britânicas” puras (Aberdeen Angus e Hereford e seus cruzamentos), habituais no Pampa do Uruguai e da Argentina, deixa de lado a realidade dos rebanhos da grande maioria dos pecuaristas do Rio Grande do Sul, de raça zebuína ou sem identificação racial. Ainda que existam reprodutores Aberdeen Angus e Hereford no estado desde a metade do século XIX, uma grande parte do gado bovino do Rio Grande do Sul é de origem “crioulo”, quer dizer, descende de raças originárias das ilhas de Cabo Verde e Canárias (GAINARD, 1979).

O gado crioulo foi introduzido na Argentina e no Brasil pelos jesuítas das missões guaranis entre 1550 e 1580. Entre 1850 e 1910 foram introduzidas as raças britânicas, seguidas pelas raças da Europa continental. Anos mais tarde, foram introduzidas outras raças europeias e, no caso do Brasil, as raças zebuínas. Um diagnóstico dos sistemas de produção bovina de corte no Rio Grande do Sul, realizado em 2003 e citado por Champredonde (2008) e confirmado durante as nossas visitas a 25 unidades produtivas no estado em 2006, informou que 35,2% do rebanho está integrado por bovinos sem raça identificada, 44,8% tem origem em cruzamentos entre raças europeias e zebuínas e 10,2 % provem de cruzamentos entre raças europeias (Angus e Hereford, 74%), 6,6% provem de raças britânicas puras (4,8 % Angus e 1,8 % Hereford), 0,9 % raça Devon, 0,9 % Charolais e 0,7 % zebu puro.

A exigência do selo de Carne do Pampa Gaúcho de alimentar o gado de raças Aberdeen Angus e Hereford exclusivamente em pastagens naturais também afronta restrições, como a degradação das pastagens devido a exploração e introdução de monoculturas exóticas (como a soja, o arroz e os eucaliptos). Como a suplementação animal está proibida nos últimos doze meses de engorda, resulta difícil “terminar”, ou seja, engordar o animal nos invernos habitualmente secos do bioma Pampa.

A concorrência da carne produzida em outras regiões do Brasil (como a Centro-oeste ou no Cerrado e em áreas pré-amazônicas) também contribui para a fragilidade do posicionamento da produção gaúcha no mercado brasileiro: as raças zebuínas, melhor adaptadas ao clima tropical e subtropical, constituíam 80% do rebanho brasileiro em 2008 (CHAMPREDONDE, 2008).

A comercialização da carne do Pampa Gaúcho vem ocorrendo nas cidades de Bagé e Porto Alegre, ambas no Rio Grande do Sul. Entretanto, este produto não dispõe ainda de volume de oferta suficiente para abastecer o mercado internacional e seu mercado ainda é de nicho e reduzido, mesmo na região produtora (MASCARENHAS, 2008).

No Brasil, as questões referentes à segurança e à indicação geográfica do alimento não são prioridade para uma parte importante da população. Saab (1998) identificou o fator preço como o preponderante na hora da escolha pelo consumidor brasileiro. Em uma pesquisa realizada nas principais redes varejistas de Londrina (Paraná), Montini (2005) descobriu que os consumidores dão importância à garantia de higiene e qualidade da carne, que atrelam a coloração do produto, para depois se preocuparem com o preço.

No Rio Grande do Sul, Barcellos & Callegaro (2002) realizaram um estudo aprofundado do processo decisório da compra de carne bovina na cidade de Porto Alegre e concluíram que o consumidor, tanto de baixa como de alta renda, adquire carne bovina principalmente porque gosta, decidindo sobre a compra tanto em casa quanto no ponto de venda. A maioria dos entrevistados por Barcellos & Callegaro procura informações de compra com o açougueiro, especialmente sobre a data de validade do produto. Ainda segundo os autores, fica claro que na hora da compra, a maciez da carne e a característica esperada mais importante, sendo que os consumidores também consideram a limpeza do ambiente e do vendedor como fundamentais no ponto de venda. Sempre segundo a pesquisa de Barcellos & Callegaro (2002), a maioria dos consumidores brasileiros não sabe diferenciar o tipo de corte, raça, sexo, idade, ou ainda características da carne que determinam a inocuidade do alimento. Especialistas em indicações geográficas afirmam que é preciso trabalhar a percepção do consumidor para compreender se o que o pecuarista está fazendo é também o que o consumidor quer. Agregam que a estratégia não pode se reduzir a levar um conceito

histórico do Pampa gaúcho para a mesa e mostrar que naquela região se faz a melhor carne sem perguntar para os consumidores do Rio Grande do Sul ou de Porto Alegre se eles querem isso (JORNAL DO COMERCIO, 2009). Se o diferencial da maciez não é exclusivo da carne do Pampa Gaúcho, os pecuaristas devem demonstrar que existem outros diferenciais que justifiquem o pagamento de um preço levemente superior.

15.3.2. OBSTÁCULOS PARA AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS DE CARNE NA PECUÁRIA FAMILIAR ARGENTINA

Nos anos 1990, surgiram na Argentina vários programas para atribuir indicações geográficas (mais concretamente, denominações de origem) para a carne bovina. O primeiro desses programas nasceu em 1995 em Entre Rios e, se ainda não utilizava a denominação “Pampa”, já falava de “carnes vacinas entrerrianas”. O limite territorial eram as fronteiras administrativas da província de Entre Rios. Para Champredonde (2008), foi um erro atribuir uma denominação de origem a uma área administrativa, já que dentro da província de Entre Rios existem várias áreas agro-ecológicas com particularidades paisagísticas e culturais bem diferenciadas e com uma diversidade de solo e do clima capaz de provocar diferentes características nas carnes produzidas.

Após a experiência de Entre Rios, outros programas de denominação de origem estabeleceram áreas mais reduzidas dentro das regiões administrativas. Assim, nasceu o programa denominado “Ternero del Centro” da província de Buenos Aires, limitado a um número muito reduzido de distritos. Segundo Champredonde (Idem), a reduzida escala não permitiu diferenciar o produto da carne produzida no restante da planície central argentina.

Para esse autor, o programa mais importante de construção de uma denominação de origem para a carne dessa região foi estabelecido nos distritos da chamada “Cuenca del Salado”, que abarca uma região de 9 milhões de hectares no coração da província de Buenos Aires. Em 2004, o consórcio *Pampas del Salado* reunia 21 associações rurais e 700 pecuaristas, que certificavam por volta das 165.000 cabeças de gado. O objetivo declarado dos membros do programa era:

Identificar y registrar las características intrínsecas de la cría de ganado bovino bajo un sistema extensivo tradicional de la región, con alimentación a pasto, la no utilización de productos hormonales de crecimiento (mas tarde prohibido por el SENASA), Bienestar Animal y recomendaciones de sanitarias y de manejo del rodeo (ACOSTA et al., 2004)

As raças bovinas certificadas eram, como no caso da Carne do Pampa Gaúcho do Rio Grande do Sul, a Aberdeen Angus e a Hereford e os seus cruzamentos. No caso da

Argentina, os rebanhos são majoritariamente dessas raças, chamadas “britânicas”. Uma primeira dificuldade para a implementação do programa foi a exigência de rastreabilidade imposta pelo *Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria* (SENASA). Se bem o sistema de rastreabilidade era similar ao desenvolvido pelo próprio Consórcio e fornecia o mesmo tipo de informação sobre processos e produtos, a rastreabilidade imposta pelo SENASA não era exigida ao restante dos pecuaristas pampianos, criando uma assimetria entre os produtores do Consórcio e produtores externos.

Em 2005, a proibição das exportações decretada pelo então presidente Nestor Kirchner aumentou as dificuldades para o Consórcio. Desacordos internos também estiveram na origem do enfraquecimento do programa: a *Facultade de Agronomía da Universidade de Buenos Aires* (FAUBA), encarregada de assessorar os coordenadores do programa, procurava uma oferta expandida ao mercado global. Porém, os delegados das “Comissões Locais” do Consórcio preferiam um cenário local de venda de bezerras, ao oeste da província de Buenos Aires, para a internada. A equipe da FAUBA saiu do programa em 2003. Outro problema importante foi a ausência do setor industrial e de exportação na cadeia. O caso do Consórcio *Pampas del Salado* revelou muitos dos obstáculos que devem ser enfrentados pelos produtores que procuram agregar valor a carne através de identificações geográficas (nesse caso, através de uma denominação de origem).

Ao mesmo tempo, a maioria das unidades familiares dedicadas a bovinocultura de corte são mistas (dedicadas a lavoura e a pecuária). Nossas visitas de campo no Pampa de transição na província de Buenos Aires confirmaram que em muitas dessas unidades a pecuária só representa a metade da renda total anual. A pecuária, nelas, é considerada uma “poupança” e um sinal de prestígio para produtores que praticam a bovinocultura de corte há várias gerações. Porém, a agricultura permite rápida liquidez (a criação de gado demora dois anos). Essa realidade dificulta a especialização dos produtores e seus empregados, assim com o registro das atividades.

Os pecuaristas familiares do Pampa argentino também salientaram a falta de um benefício econômico imediato e as dificuldades para realizar empreendimentos coletivos desse tipo. Entre essas dificuldades, apontaram a falta de tempo e de recursos para viajar e manter reuniões na cidade, a falta de confiança para compartilhar dados de sua unidade produtiva com outros pecuaristas, o temor ao ridículo devido a falta de informação, o medo ao risco, a pouca margem para investimentos em inovações, e a incerteza política e econômica que sofre o setor da carne bovina na Argentina.

Com base na nossa pesquisa de campo na Argentina entre o inverno de 2006 e o verão de 2007 e tendo em conta um estudo de Palau (2005) sobre as razões da baixa implementação

das indicações geográficas na Argentina, especialmente para o consumo local, sintetizamos assim os obstáculos para os sistemas de diferenciação e qualidade nesse país:

- Baixo cumprimento da lei e dos contratos, o que leva a altos níveis de evasão fiscal e de incerteza institucional e organizacional
- Alto nível de evasão fiscal e sanitária, o que exclui os produtores que trabalham na informalidade do processo de adesão as indicações geográficas
- Baixa participação nas exportações de carne: na Argentina só se exporta 15% do total produzido, devido às barreiras tarifárias e não-tarifárias (sanitárias, como a aftosa) e ao alto consumo interno (uma média de 68 quilos por pessoa por ano, o maior consumo de carne bovina por habitante do mundo, segundo o IPCVA, 2005)
- A carne é um produto de primeira necessidade no mercado interno, e os setores com poder aquisitivo baixo e médio (80% da população) não desejam pagar mais por carnes com indicações geográficas
- Círculo vicioso de evasão/consumo, sustentado pela grande demanda de carne vacina no mercado doméstico e a necessidade de pagar preços baixos
- Os pecuaristas e os agentes comerciais locais experimentam dificuldades para formar redes devido à falta de confiança (baixo respeito pela lei e pelos contratos)
- Falta de especialização na pecuária familiar de corte bovina, devido ao grande número de unidades produtivas mistas (lavoura e pecuária) no Pampa gaúcho argentino
- Existe pouco interesse em agregar valor à carne bovina de exportação pois os exportadores argentinos consideram que a única maneira de agregar valor à carne exportada é através da cota Hilton. A proibição das exportações ordenada pelo então presidente argentino Nestor Kirchner acentuou o desinteresse para melhorar a qualidade e o diferenciamento da carne bovina
- Sistema de comercialização *media res*, que não possibilita agregar valor e que permite a evasão fiscal (ORDÓÑEZ, 1998)
- Baixo conhecimento e acesso às tecnologias de processo e de produto necessárias para a implementação das indicações geográficas
- Maiores custos de implementação e de incerteza comercial, que aumentam a rejeição a esse tipo de inovações
- Apropriação dos ganhos do valor agregado pelos atores do final da cadeia produtiva (mais próximos ao consumidor final).
- Relocalização da pecuária bovina de corte fora do Pampa devido a agriculturização desse bioma, o que obriga a produção da mesma quantidade de carne em

superfícies menores através da artificialização da alimentação do rebanho (alimentação em confinamento ou *feedlots*).

Esse último ponto (a realocação da pecuária bovina de corte) é consequência da importante expansão das monoculturas de soja e eucaliptos no bioma Pampa. Esse fenômeno, conhecido como a “agriculturização” do Pampa, não é exclusivo das pradarias argentinas: também acontece no Rio Grande do Sul e no Uruguai.

Segundo Rearte (2007) desde a metade da década de 1990 o aumento da superfície plantada com oleaginosas (especialmente a soja) superou os 11 milhões de hectares. A soja passou, nesse período, de ocupar 5.8 a 16.1 milhões de hectares.

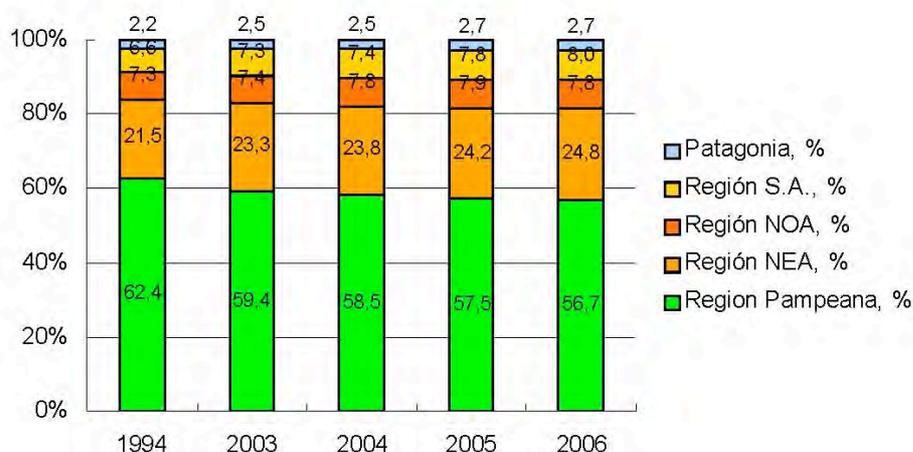
Apesar dessa redução da superfície para a pecuária, estimada em 11 milhões de hectares na Argentina, o rebanho bovino tem se mantido estável, até o ano 2006, por volta dos 54 milhões de cabeças (*Idem*).

Em 1994, antes do chamado *boom* da soja, a região pampiana da Argentina continha 62.4% do rebanho bovino. Em 2007, só 56.7% do rebanho estava no Pampa. Essa diminuição em 5.7 unidades percentuais sobre um estoque nacional de 55 milhões de cabeças implica que mais de 3 milhões de cabeças abandonaram a região nos últimos 14 anos.

O Nordeste argentino, segunda região ganadeira do país, foi o primeiro receptor da migração da pecuária gaúcha argentina: recebeu 1.9 milhões de animais entre 1994 e 2007 (Gráfico 12).

A qualidade da carne gaúcha, garantida através de selos de indicação geográfica, resulta obviamente ameaçada por causa da migração do gado para biomas com distintos climas e solos.

Gráfico 12. Relocalização regional da produção de carne bovina na Argentina



Fonte: REARTE (2007)

Os fenômenos que acabamos de descrever reduzem o sucesso dos programas de diferenciação de carne e abrem interrogações sobre as possibilidades reais da Argentina para desenvolver indicações de origem não exclusivamente para o mercado internacional, mais também para o consumo local.

15.3.3. OBSTÁCULOS PARA A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA NA PECUÁRIA FAMILIAR DO URUGUAI

Por ser um país que exporta 70% da sua produção de carne, há um grande estímulo no Uruguai para que os produtores implementem as certificações de qualidade exigidas pelos mercado externo (SCHIAVO, 2003). Porém, as indicações geográficas da carne gaúcha do Uruguai não tem obtido os resultados esperados. Consultado para este trabalho, um especialista em certificação do Instituto Plan Agropecuário (IPA) do Uruguai, que participou da comissão do INAC que criou o selo “Carne Natural”, explicou que o valor agregado à carne através das certificações não resultou, na prática, em uma maior venda de carne:

En Uruguay existe el sello "Carne Natural" (...) Yo participé inicialmente en la comisión, pero como ví que era poco serio, me fui). Ese sello tiene un protocolo que es aprobado incluso por el USDA, pero que comercialmente no vende ni un kilogramo, y existe desde hace siete años!. Todas las expectativas sobre la carne orgánica ("ecológica" en español según el reglamento oficial de la UE) certificada según normas del UE, son solo eso, expectativas. En el mejor de los casos, se consigue un 30% adicional por el 10% de la res, es decir nada (no es suficiente ni para pagar los servicios de certificadores baratos). Hay especialistas entusiastas sobre la certificación, lo que por ahora es desmentido por la realidad. (Entrevista com um especialista do Instituto Plan Agropecuario, IPA, Uruguai, 16 de novembro de 2009).

Mesmo com qualidade garantida, as carnes certificadas uruguaias enfrentam um enorme obstáculo: o desconhecimento desse produto no exterior. Numa entrevista com o portal de notícias do agribusiness uruguaio Campolider sobre a nova homologação com a GlobalGap, o uruguaio Richard Yudin, que trabalha para uma empresa certificadora alimentar norte-americana, confirmou a avaliação do funcionário do IPA:

(No Uruguai) somos muy buenos técnicos, pero muy malos vendedores tanto de lo que hacemos como de los productos que certificamos. (Hay) muchos productos nacionales de muy buena calidad, que en el exterior no tienen un mercado seguro porque nadie los conoce (OCAMPO, 2009).

Os mercados internacionais, dos quais o Uruguai é dependente, é muito variável e instável, como afirmou outro especialista em certificação desse país:

El mercado al que le vende Uruguai es variable e inestable. Los negocios son tan *spot*, que cualquier esquema de diferenciación te lo hacen puré en unos meses, por

el surgimiento de un país que precisa carne, y paga cualquier precio por cualquier tipo de calidad, frustrando todo un esfuerzo previo de consolidar una línea, o simplemente porque cambian las tasas de cambio, o hay nuevas medidas de políticas, que modifican toda la rentabilidad de una corriente de comercio a un país de destino (Entrevista con un especialista do Instituto Plan Agropecuario, IPA, Uruguai, 16 de novembro de 2009).

Um empresário da carne de Vaqueria del Este, Rocha, Uruguai, sofreu na própria carne a frustração de não conseguir diferenciar seu produto no mercado internacional após trabalhar seis anos com 24 produtores que tinham aderido ao protocolo para o selo Carne Natural do INAC. Os produtores só conseguiram uma diferenciação importante para um comprador internacional, mas como o protocolo de qualidade do INAC não proíbe o uso de antibióticos, o comprador internacional desistiu. Como o empresário de carne uruguaia afirmou: “Esto cuestiona todo lo de INAC entre otras cosas, porque nos mete en semejante esfuerzo, y luego no asegura nada”.

Outro dos obstáculos apontados pelo especialista do IPA é o gargalo dos frigoríficos e dos *brokers*, que preferem manter o controle sobre a qualidade da carne em lugar de confiar nos produtores e suas associações:

El mundo de los negocios de la carne vacuna comercializada internacionalmente (probablemente más de 36000 millones de dólares) tiene un nodo en los frigoríficos y los brokers, que no tienen ninguna disposición a trasladar la responsabilidad de la calidad del producto a alguna organización local que avale el origen, o la dieta, o algo por el estilo. Las propuestas orgánicas, ecológicas o de diferenciación por raza, pasan el control de la calidad - características del proceso de producción primaria - a los ganaderos. Y esto no les interesa a los frigoríficos. (Entrevista con un especialista do Instituto Plan Agropecuario, IPA, Uruguai, 16 de novembro de 2009).

A opinião do especialista do IPA sobre o obstáculo apresentado pelos frigoríficos para a adição de valor à carne por parte dos produtores foi confirmada por Alberto González, presidente da *Cámara de la Industria Frigorífica* (CIF) do Uruguai:

La industria cárnica debe procurar ofrecer un producto que sea lo más masivo posible en materia de consumo. **La búsqueda de incorporar valor a la carne, que es una de las alternativas que tiene el producto para ser competitivo a nivel mundial, limita el acceso a diferentes mercados.** De hecho, ha habido mil intentos en torno a ese tema en los últimos setenta años de la industria frigorífica en Uruguay. A pesar de dichos esfuerzos, la participación de esos productos más elaborados en el contexto de las exportaciones cárnicas ha sido casi nula con respecto a lo que significa el commodity. En síntesis, la carne se comercializa mayormente en su estado natural (EL PAIS Digital, 2006).

15.4. UM CLARO POTENCIAL

O Selo Carne do Pampa Gaúcho, no Rio Grande do Sul, o *Consortio Pampas del Salado* na Argentina e o *Programa de Carne Natural Certificada del Uruguay* (PCNCU) constituem exemplos do claro potencial para a indicação geográfica e a instrumentação de selos de qualidade para a carne do Pampa. Os selos nasceram, nos dois primeiros casos, de uma organização de produtores e empresas de serviços associadas por suas características e seu funcionamento em um território específico, buscando através dos recursos estratégicos presentes no local uma vantagem competitiva sustentável.

Entretanto, até hoje, só cerca de 100 produtores aderiram ao selo Carne do Pampa Gaúcho no Rio Grande do Sul, um número pequeno quando se sabe que existem nesse estado oito mil famílias de pecuaristas gaúchos. Na Argentina, os números são superiores, com aproximadamente 700 pecuaristas filiados ao *Consortio Pampas del Salado*. Mesmo assim, o seu número é ínfimo comparado com a quantidade de pecuaristas pampianos, e raramente inclui pecuaristas familiares. No Uruguai, o PCNCU foi implementado de maneira exitosa em nível nacional graças aos esforços do setor público, mas a carne natural certificada desse país ainda sofre da instabilidade e do desconhecimento dos compradores internacionais.

Para o êxito da indicação geográfica voluntária é necessário que haja inovações institucionais, organizacionais e tecnológicas. O resultado seria transparência, valor agregado, menos custos de transação, menos oportunismo, e um único padrão sanitário e fiscal. Também é importante que os protocolos de qualidade reflitam a realidade dos rebanhos e que respondam as demandas dos consumidores internos (mais preocupados pela maciez que pelas certificações e responsáveis pelo consumo de 70% da produção de carne bovina na Argentina e no Brasil), e não só os internacionais.

Um ponto importante a ser destacado refere-se à coordenação deste sistema, onde a ação coletiva torna-se fundamental para criação de novas oportunidades e novos espaços de atuação para os agentes envolvidos. Para que a indicação geográfica torne a pecuária gaúcha competitiva e facilite seu acesso aos mercados internacionais, é necessário que haja uma mudança na atitude dos agentes, incluídos os frigoríficos. O comportamento oportunista dos agentes é um problema comumente abordado na literatura das cadeias produtivas da carne bovina, fazendo com que muitos arranjos produtivos fracassassem (ROCHA, NEVES & LOBO, 2001).

Para que a operacionalização da identificação geográfica voluntária tenha êxito, a presença de uma ação cooperativa é fundamental para o êxito da coordenação e das estratégias a serem desenvolvidas pelos agentes. É frequente o fracasso de experiências que tentam estimular a cooperação entre empresas do mesmo setor numa determinada cidade ou

região, dado o problema de comportamento oportunista, que só parece ser superado pelos regulamentos técnicos (obrigatórios). Nessa ótica, a construção coletiva de uma coordenação torna-se fundamental para a sustentabilidade da normalização não compulsória, pois proporciona uma conciliação da heterogeneidade dos indivíduos e os seus princípios unificadores, gerando com isso regras e bases de coordenação.

Uma ameaça importante às indicações geográficas é a forte “relocalização” da produção de carne bovina fora do bioma Pampa dos três países estudados (CHAMPREDONDE, 2008a). A tipicidade e o bom nome das carnes do Pampa foram construídos sobre a imagem de carnes naturais, originadas em rebanhos de raças “britânicas”, de idade precoce e engordados em pastagens naturais (CHAMPREDONDE & CASABIANCA, 2002). Desde o início do século XXI, os avanços das monoculturas de soja e eucaliptos em grande escala causaram a “deslocalização” da produção de carne gaúcha e a uma maior “artificialização” da alimentação do gado bovino através da suplementação e da engorda em confinamento (*feedlot*) para manter a produtividade em espaços cada vez menores. Isso está gerando questionamentos sobre a qualidade da carne e a sua reputação, especialmente nos exigentes mercados internacionais. No caso das exportações argentinas, uruguaias e brasileiras para a Europa, a cota Hilton só aceita carnes de rebanhos criados em sistema extensivos e de pastagens naturais, numa clara mensagem sobre o que o consumidor europeu considera “carne de qualidade” no bioma Pampa. Porém, hoje são poucos os pecuaristas familiares gaúchos que implementaram a rastreabilidade necessária para acessar a cota Hilton, com a exceção do Uruguai, onde o rebanho é totalmente rastreado. Finalmente, as indicações geográficas devem ser validadas pelo mercado consumidor e levar em conta outros critérios que assegurem a qualidade. É necessário integrar as percepções e os valores do consumidor em um processo dinâmico.

15.5. PERSPECTIVAS SOBRE A RASTREABILIDADE NA PECUÁRIA FAMILIAR GAÚCHA

O conceito de segurança alimentar foi definido pela FAO como uma situação na qual as pessoas desejam ter acesso físico e econômico para adquirir alimentos seguros, nutritivos e em quantidade suficiente para suprir suas necessidades básicas (FAO, 2001 e 2000). Do inglês *food safety*, a segurança alimentar visa fortalecer as ações de segurança, prevenção e controle com finalidade de obter segurança e qualidade dos alimentos, ou seja, ausência de contaminação (FELÍCIO, 2001). O Food Marketing Institute (2004) descreveu as ameaças percebidas pelos consumidores dos Estados Unidos e Europa em termos de segurança alimentar e de proteção do meio ambiente:

- Deterioração/microrganismos
- Resíduos de defensivos agrícolas
- Embalagem imprópria
- Químicos em geral
- Fraudes
- Manuseio inadequado
- Conservantes
- Aditivos
- Poluição ambiental

A União Europeia é um dos maiores mercados mundiais de carne bovina *in natura*. Seus 27 países produzem cerca de oito milhões de toneladas e consomem cerca de 8,5 milhões. Embora o comércio de carne bovina *in natura* seja majoritariamente realizado na modalidade intra-bloco, a importação do produto de terceiros países vem crescendo nos últimos anos, com destaque para o Brasil.

A UE-27 importou 367,6 mil toneladas de carne bovina *in natura* de terceiros mercados, em 2006. Quatro países - Brasil, Argentina, Uruguai e Austrália – foram responsáveis por 95% dessas importações. Somente o Brasil forneceu 71% da carne bovina *in natura* importada pela União Europeia naquele ano. Em 2007, as exportações brasileiras recuaram, em volume, para 195 mil toneladas, não obstante o valor tenha se mantido próximo a US\$ 1,1 bilhão, o que demonstra um preço maior pela tonelada do produto.

A rastreabilidade foi desenvolvida na Europa em resposta a vários eventos de insegurança alimentar, como a Encefalopatia Espongiforme Bovina, (BSE¹) mais conhecido como mal da vaca louca, nos bovinos da Inglaterra (PIÑEDA, 2002), os hambúrgueres contaminados por *Echerichia coli* 0157H nos Estados Unidos, os frangos e suínos contaminados com dioxina na Bélgica e os focos de febre aftosa na Argentina, Rio Grande do Sul e Inglaterra. A reação dos consumidores e do mercado foi imediata: houve um declínio de cerca de 40% no consumo de carne bovina na Europa e uma queda de 20% nos preços deste produto. As autoridades, para contornarem a situação, propuseram medidas como restrições ao comércio de certos tipos de carnes, elevação dos estoques de intervenção, introdução de programas de abates de animais e incentivos a sistemas de produção menos intensivos. Porém, o maior desafio foi a definição de padrões que permitissem o rastreamento (*product tracing*: identificação do centro de origem do problema) e o acompanhamento (*product tracking*: monitorar e identificar riscos) do produto para que, em um momento de emergência, houvesse a possibilidade do recolhimento do produto contaminado.

Em decorrência do surgimento de focos daquela doença em território europeu, na década

de 90, as autoridades do bloco europeu começaram a empreender esforços para desenvolver um sistema que pudesse identificar e rastrear o processo produtivo da pecuária. Assim, ao surgir um caso, seria possível conhecer, a partir do produto final, qual teria sido o animal infectado, bem como o tipo de alimentação que aquele animal teria recebido, entre outras informações. Desde o início do século, a União Europeia vem cobrando do Brasil, da Argentina e do Uruguai que rastreie o rebanho destinado ao abate de exportação para o bloco (LOMBARDI, 1998).

Como veremos mais abaixo, apesar das vantagens da universalização da rastreabilidade na pecuária bovina de corte, o Brasil deu marcha a ré com a obrigatoriedade do sistema em 2005. Como o indica a Tabela 33, na Argentina, a adesão também é voluntária. Só a identificação individual dos bezerros é obrigatória desde janeiro 2007. No Uruguai, um país de superfície e rebanho muito menor e de forte vocação exportadora (70% de sua produção de carne vai para o mercado externo) a rastreabilidade é obrigatória para todo o rebanho desde setembro de 2006 (para uma descrição mais detalhada dos sistemas de rastreabilidade na Argentina, no Uruguai e no Brasil, ver o Anexo).

Voluntária ou obrigatória, a rastreabilidade tem poucas chances de sucesso nesse setor devido a uma série de obstáculos - reais e percebidos - que serão descritos ao longo deste capítulo. Sem uma política de subsídios e de apoio permanente similar a fornecida pelo Uruguai, a pecuária familiar gaúcha ficará excluída da rastreabilidade e estará cada vez mais marginalizada do restante dos atores da cadeia produtiva de carne de corte bovina.

Tabela 33. Comparativo dos sistemas de rastreabilidade do Brasil, do Uruguai e da Argentina

Assunto	Brasil	Uruguai	Argentina
Adesão	Adesão voluntária dos produtores rurais (a obrigatoriedade foi revogada em janeiro de 2005, pela Instrução Normativa nº 01/2005). A rastreabilidade é obrigatória apenas para aqueles produtores que fornecem gado à para a exportação à União Européia.	Adesão obrigatória para todo o rebanho a partir de setembro de 2006.	Adesão voluntária. A rastreabilidade é obrigatória apenas para produtores que fornecem gado para a exportação à União Européia. Não obstante, a partir de 2007, todos os bezerros devem ser individualmente cadastrados, para que, no futuro, 100% do rebanho possa estar identificado.
Intervalo entre vistoria de fazendas credenciadas	Máximo 180 dias; confinamento a cada 60 dias	Não determina	180 dias
Controle de eventos zoo e fito sanitários e insumos	Exigido	Exigido	Exigido
Profissionais habilitados	Fiscais agropecuários	Profissionais da DICOSE	Veterinários credenciados

para auditorias		(Dirección Controladora de Semovientes)	
Ajuste do rebanho caso de não conformidade com o BND	Não permitido	Não permitido	Não permitido
Níveis de tolerância para não conformidade (exigência UE)	Zero	Zero	Zero
Número de animais a serem vistoriados durante as auditorias	Estabelecimento Rural Aprovado (ERAS) até 300 animais: todo o rebanho; ERAS até 600 animais: leitura de 300 números e contagem de 600	Não determina	Não determina
Documentação de Identificação Animal	Documento de Identificação Animal (DIA) para cada bovino ou bubalino identificado sem dispositivo eletrônico, ou Planilha de Identificação Individual	Identificação eletrônica (RFID) e visual com formulário de identificação (D1). No caso de perda de uma das identificações, é obrigatória a reidentificação	Identificação com único brinco e Livro de Registros e Documentação de Movimentos. Se ocorrer perda de identificação, animal pode ser reidentificado com outro brinco
Transferência entre fazendas	Somente fazendas credenciadas. Permitido o ingresso no Estabelecimento Rural Aprovado (ERAS), apenas de animais oriundos de outro ERAS a partir de 2009	Obrigatório a todos os bovinos, portanto, não se aplica. A movimentação de animais é gerida por um operador independente, habilitado pelo Ministério de Agricultura, que emite guias de trânsito e realiza outros procedimentos.	Somente fazendas credenciadas. Permitido o ingresso em apenas de bovinos cria própria ou de Estabelecimento Rurais de Origem (ERO)
Marcação	Um brinco e um boton, chip, tatuagem ou marca a fogo	Um dispositivo visual (brinco) e outro eletrônico (radiofrequência)	Um brinco e um boton
Estabelecimento certificado	Obrigatório, com protocolos básicos de produção e manejo (79 itens de controle)	Registro da fazenda	Registro da propriedade, exige dados da fazenda, produtor, localização e tipo de criação
Inclusão do rebanho total da propriedade	Todo o rebanho	Todo o rebanho	Todo o rebanho
Organismo certificador	Privado. Supervisão de uma certificadora credenciada pelo MAPA .	Público. Não há certificadoras privadas. Brincos e formulários são solicitados ao MGAP por meio do correio. Os brincos e os formulários são gratuitos.	Privado. Não existem certificadoras, mas empresas são responsáveis pela venda dos brincos. Os estabelecimentos argentinos precisam ser previamente registrados como Estabelecimento Rural Provedor de Gado para Abate de Exportação (EPRGFE), o equivalente ao ERAS brasileiro. As propriedades só podem ter bovinos de cria própria ou de Estabelecimentos Rurais de Origem (ERO).

Custo aproximado para o produtor	U\$S 3. Se paga pelo serviço prestado pela certificadora credenciada pelo MAPA.	U\$S 2,81. Não há custo ao produtor. Brincos e formulários são fornecidos gratuitamente pelo MGAP.	O custo é muito variável, segundo o tipo de rastreabilidade escolhida pode ir dos 2 aos 10Kg de carne/cabeça. Não existem pagamentos pela certificação, mas os brincos são comprados das empresas credenciadas pelos produtores.
Rastreabilidade do boi para o invernista	Não existe, é necessária a certificação	Não existe, é necessária a certificação	Não existe, é necessária a certificação

Fonte: Dados da autora e dos quadros comparativos elaborados por CANOZZI, M.A – NESPRO/UFRGS (2008) e BERALDO et al. (2008).

Dos três países analisados na Tabela 33, somente a Argentina tem definições de princípios de certificação de propriedade e definição de protocolos de procedimentos. Nos outros casos, o registro da fazenda e os dados do produtor são suficientes para dar andamento ao processo/ O número de animais a serem vistoriados por fazenda não está definido de forma rígida e não se configura uma amostragem estatística no rebanho.

O sistema mais evoluído é do Uruguai, onde se utilizam brincos eletrônicos auriculares que são subvencionados pelo governo, os deslocamentos estão em parte sendo monitorados por GPS, e a meta de ter todo o rebanho no sistema deve ser atingida este ano (12.000.000 cabeças aproximadamente).

A Tabela 33 só descreve e compara os regulamentos, mas não reflete o que acontece na prática. Assim, no Brasil, devido ao enorme volume de animais abatidos por dia no país, mesmo implantado o SISBOV, fica impossível a transferência da identificação única do animal para as embalagens dos produtos. Por essa razão, também é impossível rastrear cada corte até a propriedade de origem e muito menos o animal. O resultado é apenas a certificação de origem do lote abatido no dia, pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF), e a transferência da origem ao conjunto de fazendas responsáveis pelo abate do dia.

A UE requer equivalência com o sistema de rastreamento europeu, sempre baseado no controle individual dos animais. Não estão impondo o que está sendo feito por eles, mas querem um sistema individual de identificação como base em um sistema robusto de controle e não um sem fim de processos desnecessários para o reconhecimento da UE. Ou seja, fazer de forma equivalente, ainda que seja com um sistema mais simples e factível.

A prática e as conversas com os produtores também revelam outros limites, como o fato de que colocar brinco em todos os bezerros quando nascem e colocá-los em pasto, como ocorre na maior parte do rebanho do Brasil, dificilmente garantirá que eles continuem

brincados até o momento de abate. Outra falha que precisa ser resolvida é quanto à documentação dos insumos que são aplicados no rebanho. Muitas fazendas não têm cálculo de custo de produção e nem controle de notas fiscais de insumos. Dessa maneira, fica difícil certificar o manejo do gado. Em todos os casos, é preciso que os sistemas de rastreabilidade sejam revistos para ter baixo custo, ser de fácil implantação e ser de fácil acesso ao pecuarista.

15.5.1. A PERCEPÇÃO DOS PECUARISTAS GAUCHOS

Nossa pesquisa de campo revelou um grande desconhecimento sobre a rastreabilidade entre os bovinocultores familiares da Argentina e do Brasil, onde o sistema é voluntário. Ainda que muitos dos pecuaristas familiares entrevistados afirmaram ter “ouvido falar” do sistema de certificação, só uns poucos conseguiram descrever de maneira correta o processo ou a maneira de implementá-la. No caso do Uruguai, os pecuaristas estavam melhor informados devido a obrigatoriedade da rastreabilidade nesse país (ver Tabelas 35 e 36).

Dos 75 pecuaristas entrevistados para essa pesquisa, demonstraram ter conhecimentos concretos sobre a rastreabilidade 4 de 25 na Argentina; 5 de 25 no Brasil; e 22 de 25 no Uruguai. O caso do Uruguai é facilmente explicável: a rastreabilidade é obrigatória nesse país. Esses números, porém, não possuem valor quantitativo pois, como já foi dito na metodologia, a amostra selecionada não é estatisticamente representativa. Os pecuaristas foram selecionados para ilustrar a heterogeneidade dessa atividade no bioma Pampa dos três países, não para fazer inferências estatísticas.

A rastreabilidade era um tema de conversa frequente entre os pecuaristas do Rio Grande do Sul, devido ao impulso que o governo deu a esse tema na época de nossas entrevistas nessa região (2006-2007). Porém, somente cinco dos 25 entrevistados nos Campos de Cima da Serra (Pampa de transição) e na Metade Sul do Estado admitiu ter “tentado” implementar o sistema, com resultados frustrantes devido a falta de um fiscal agropecuário para realizar as auditorias.

Meus bois são rastreados, eu fui o primeiro em fazer ‘rastreamento’. Eu assistia muito pela TV, comecei a me informar, o veterinário da Inspeção (da Secretaria de Agricultura) era credenciado... mas agora esse veterinário foi embora e não tem mais credenciado, nem consigo (Entrevista a W. M. B., 53 anos, dois filhos, dono de 486 hectares e de 440 cabeças de gado, em Esmeralda, Campos de Cima da Serra, Janeiro de 2007).

Foto 11. Promoção do brinco do SISBOV para a rastreabilidade na Inspeção Veterinária da Secretaria de Agricultura de Esmeralda, Campos de Cima da Serra, RGS.



Fonte: Pesquisa de campo, Janeiro de 2007.

A maioria dos que tinham conhecimento da rastreabilidade a valorizaram de maneira positiva. Porém, quando consultados sobre a sua disposição para implementar o sistema de maneira concreta nas suas unidades produtivas, expressavam dúvidas e temores. Essa atitude se traduz em estatísticas: em setembro de 2009, o Rio Grande do Sul, em relação aos outros estados brasileiros, era o que tinha menor adesão ao sistema da rastreabilidade, resultando na diminuição da competitividade nos mercados, tanto locais quanto internacionais (JORNAL DO COMERCIO, 2009).

Dentre os problemas e os obstáculos da implantação da rastreabilidade, o mais mencionado foi o do custo elevado. Em segundo lugar, surgiu a dificuldade de utilizar os brincos de plástico, já que os animais os arrancavam ao jogar-se contra os arames dos currais. Em terceiro lugar foram mencionadas as complicações burocráticas adicionais para a já complexa comercialização do gado. Uma causa menos mencionada, mas sempre admitida em voz baixa, foi o temor de ter que pagar mais impostos. Um elemento positivo foi a maior

dificuldade para o roubo de animais.

Uma exceção é o caso de Jorge “T”. C, de 65 anos, pecuarista familiar de Pigüé, de 65 anos, casado, com 4 filhos e dono de 380 hectares. Jorge é engordador, principalmente para o mercado interno, e só ocasionalmente para a exportação. Seu caso é atípico pois a maioria dos pecuaristas familiares da zona só vendem para o mercado interno. O fato de tentar se orientar para a exportação levou Jorge a tentar a rastreabilidade. Porém, a proibição das exportações estabelecida pelo ex-presidente argentino Nestor Kirchner em 2006 destruiu os planos para garantir a qualidade do gado.

Jorge explica a sua experiência com a rastreabilidade (*trazabilidad*, em espanhol) e posteriormente com a proibição das exportações:

Que entiendo por ‘trazabilidad’? Para mi es una forma de obtener lo mejor de la producción ganadera, sobre todo un mejor precio... pero todo eso de la trazabilidad quedó medio en suspenso por el cierre de las exportaciones. Además, la trazabilidad se usa habitualmente con el ganado de exportación, y no con ganado de consumo interno, que es más mi caso. (Entrevista con Jorge “T”. C., 65 años, dono de 380 has, na area de Pigue, Provincia de Buenos Aires, Argentina, 14 de julio 2007).

O entrevistado considerou que a rastreabilidade agrega valor à carne, mas que são os frigoríficos que ficam com esse valor, e não o produtor:

(...) el precio de la carne disminuyó para el ganadero, pero continúa vendiéndose a Europa en cumplimiento de la cuota Hilton, y Europa paga hasta 30 euros por ciertos cortes de carne. (...) Infelizmente, son los frigoríficos, al final de la cadena de producción, quienes se quedan con la diferencia de precios (Idem).

J.M.G.M, um pecuarista familiar “grande”, da mesma zona de Pigue que Jorge “T”. C, na província de Buenos Aires, ficou tão frustrado após investir na rastreabilidade e ver as exportações proibidas pelo governo argentino que desejou abandonar a pecuária por completo. Só continuou com o rebanho para satisfazer a vontade do pai, pecuarista de vocação:

En el pasado exportabamos carne, con el cierre de las exportaciones decretado por el presidente Kirchner ahora solo vendemos los animales al mercado interno, donde no se exige aun la trazabilidad. Son varios los engordadores de la zona que han pasado por la situación de invertir en trazabilidad para exportar y luego no poder hacerlo. (Entrevista realizada em 17 de julio de 2007 com J.M.G.M, 45 anos, casado, dois filhos, dono de 1400 has para a agricultura e a pecuaria e 910 cabeças de gado. Pigue, Provincia de Buenos Aires, Argentina).

Um outro entrevistado da região - que pediu para não ser identificado - experimentou temporariamente a rastreabilidade mais “confessou” que deixou de usar o sistema pois “os

animais não gostavam.... tentavam retirar o brinco com os arames do campo. Eu fervia e botava de novo, mas cansei e não faço mais” (Pigue, Argentina, julho de 2007).

Implementação deficiente, custos, imprevisibilidade do governo, baixo valor agregado, rentabilidade só para os frigoríficos, são alguns dos obstáculos identificados pelos poucos pecuaristas familiares que expressaram conhecimentos concretos sobre a rastreabilidade. A Tabela 34 ilustra os principais três problemas identificados pelos pecuaristas familiares que conheciam o sistema.

Tabela 34. Principais entraves identificados, por Número de menções, entre o total dos pecuaristas entrevistados que ouviram falar da rastreabilidade, por país (cada produtor pode escolher varias opções).

Entrave	Argentina	Uruguai	Brasil
Custos	4	0	4
Imprevisibilidade	4	1	3
Educação	1	18	5
Total	4	22	5

Fonte: Dados da pesquisa (2006, 2007, 2008).

A seguir, discute-se algumas dessas limitações mencionadas pelos pecuaristas entrevistados, por ordem de prioridade, que devem ser levadas em consideração para implementação de um programa abrangente como este.

1. Custos. Esse entrave foi mencionado pela maioria dos pecuaristas que consideraram alguma vez a implementação da rastreabilidade. Como já foi indicado na Tabela 35, os custos da rastreabilidade para o produtor variam segundo o país. No Brasil, os produtores pagam U\$S 3 por cabeça pelo serviço prestado pela certificadora credenciada pelo MAPA. No Uruguai, o custo de U\$S 2,81 por cabeça de gado não é pago pelo produtor, já que os brincos e formulários são fornecidos gratuitamente pelo MGAP. Na Argentina, o custo é muito variável, segundo o tipo de rastreabilidade escolhida pode ir dos 2 aos 10Kg de carne/cabeça. Nesse país, não existem pagamentos pela certificação, mas os brincos são comprados das empresas credenciadas pelos produtores. Com a exceção do Uruguai, os brincos e formulários de identificação são solicitados pelos proprietários cadastrados no Ministério da Agricultura do Uruguai pelo correio, portanto, sem a intermediação de uma empresa certificadora e sem custo, os preços da implementação da rastreabilidade representam um entrave para a introdução do sistema na pecuária familiar gaúcha. Isso porque, como já relatado nos tópicos anteriores, esses custos de rastreabilidade não

existiam para os produtores, e agora, os pecuaristas familiares devem mobilizar parte de suas escassas margens para fazer frente a este novo custo. Como atualmente as margens de comercialização para os pecuaristas extensivos em pequenas e médias unidades produtivas estão cada vez mais estreitas, o aumento dos custos de produção apenas trará desvantagens ao produtor, já que os benefícios diretos com o sistema de rastreabilidade são lentos e geralmente absorvidos pelos agentes localizados mais perto do consumidor, como os frigoríficos.

2. Imprevisibilidade e incerteza. Os poucos pecuaristas familiares entrevistados que superaram a aversão ao risco e realizaram a rastreabilidade na Argentina expressaram a sua frustração pela proibição das exportações ordenada pelo então presidente Nestor Kirchner para baixar os preços da carne no mercado interno. Depois de ter investido no sistema para agregar valor à carne produzida e facilitar a exportação, o sistema implementado resultou inútil. Mesmo com incentivos e novas promessas governamentais, esses pecuaristas expressaram uma grande rejeição a qualquer retorno à rastreabilidade sem garantias firmes por parte do governo. É importante salientar que os pecuaristas familiares que optaram pela rastreabilidade eram os de maior escala (com uma média de 400 hectares e 500 cabeças de gado por unidade produtiva). Os pecuaristas familiares de menor escala não poderiam ter absorvido o custo da rastreabilidade após a repentina proibição oficial das exportações na Argentina. No Rio Grande do Sul, o único pecuarista familiar entrevistado que implementou a rastreabilidade sofreu a frustração de ficar sem fiscal autorizado para a auditoria, o que invalidou o investimento em dinheiro e trabalho.

3. Educação. Foi um problema comum detectado entre os pecuaristas familiares dos três países. O fato de não entender como implementar a rastreabilidade ou de como preencher os formulários foi mencionado por dois deles. O nível educacional e de informação, particularmente baixo no caso brasileiro, dificulta a implementação de novos e amplos sistemas de rastreabilidade, necessitando um período longo para a difusão e o entendimento de todos sobre as novas regulamentações. Fazer com que os pecuaristas familiares e funcionários considerem as vantagens da rastreabilidade sem levar em conta os custos e trabalho adicionais, em unidades gerenciadas pelos pais e os filhos, é uma tarefa bastante difícil. A isso, soma-se a aversão ao risco de muitos dos pecuaristas familiares, que os tornam resistentes às mudanças ou ao emprego de novas tecnologias no seu sistema de produção.

Os especialistas em rastreabilidade consultados para essa pesquisa (quatro do Instituto Plan Agropecuário, no Uruguai; três da EMATER, a FARSUL, e a UFGRS, no Brasil; e dois do INTA, na Argentina) concordaram em identificar outros cinco entraves comuns para uma implementação exitosa do sistema de rastreabilidade nos três países:

1. Sistema de Informações. Falhas na cadeia de informações podem ser relacionadas ao item anterior. Porém, é relativamente mais difícil fazer com que uma informação chegue a um produtor no meio rural do que no meio urbano, pela falta de meios de comunicação (computadores ligados à internet, jornais, telefone, etc) e também de canais publicitários e educativos que realmente levem a informação diretamente ao público-alvo.

2. Adaptação dos Agentes. Além dos produtores, os frigoríficos, as certificadoras e o próprio governo estão tendo que se adaptar ao novo sistema. Os frigoríficos, por exemplo, têm que ajustar seus sistemas de controle, etiquetamento e linhas de produção, para permitir o relacionamento do animal ao seu produto, a carne. Haverão modificações físicas e ajustes financeiros significativos. Porém, o repasse desse aumento de custos aos consumidores não seria interessante e poderia levar a uma redução no consumo. Então, como no caso dos produtores, os frigoríficos também terão investimentos e custos sem retorno imediato com o sistema de rastreabilidade da carne bovina.

3. Legitimidade. Perguntados sobre o sistema de rastreabilidade implantado no seu país e quais as perspectivas em torno dele, representantes de entidades do Brasil e da Argentina (e em menor medida, no Uruguai) discordaram em vários aspectos, demonstrando que ainda não há um consenso sobre os sistemas de rastreabilidade entre todos os agentes da cadeia, dividindo opiniões e implicando em maiores dificuldades na sua implantação.

4. Adequação as realidades locais. O problema da legitimidade se agrava devido a falta de adequação do sistema da rastreabilidade às realidades locais. Isso é especialmente importante no caso do estado Rio Grande do Sul, que não produz carne suficiente para o consumo interno. Sendo um estado consumidor, a produção rio-grandense não consegue suprir a demanda interna e chega a importar mais carne (10 mil toneladas por mês, incluídas carnes *nobres* ou desossadas) de outros estados do que o estado exporta (3 mil toneladas por mês). Com uma produção de 30 mil toneladas por mês no Rio Grande do Sul, mil toneladas por dia, a indústria frigorífica desse estado trabalhou em 2008 com uma ociosidade em torno de 40%. Assim, de janeiro a julho de 2009, entraram no Rio Grande do

Sul, procedentes do Uruguai, o equivalente a 38 mil cabeças (Jornal do Comércio, 2009). O abate clandestino, junto com o abate que não é contabilizado fiscalmente, são outro fator a ser considerado na hora de estimular a rastreabilidade nesse estado. Segundo dados da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul, publicados pelo Jornal do Comércio (2009) ao redor de Porto Alegre existem 198 abatedouros, com só três fiscais para supervisionar o processo. A partir dessa perspectiva, resulta fácil compreender por que os pecuaristas familiares rio-grandenses não se sentem incentivados a investir três dólares por cabeça de gado em rastreabilidade, quando o rebanho não tem chances de ser comercializado no exterior.

5. Espacialidade. Dadas as dimensões do Brasil, a implantação de um sistema de rastreabilidade torna-se difícil principalmente quando comparada com países europeus ou com o Uruguai, que possuem tamanhos de propriedade menores que os existentes no Brasil, ou com a Argentina, que tem um rebanho três vezes menor que o brasileiro.

15. 6. A CHAVE DA CONTINUIDADE

Os sistemas de gestão da qualidade de produtos pecuários tem se transformado numa das condições determinantes para a continuidade das exportações de carne aos mercados internacionais mais exigentes. Dentre eles, os sistemas de rastreabilidade constituem uma ferramenta para a diminuição do risco relativo à segurança e à qualidade dos alimentos que demandam os consumidores dos países desenvolvidos. Porém, a implementação efetiva da rastreabilidade na Argentina e no Brasil tem dificuldades para sair do papel, especialmente entre os pecuaristas familiares. A exceção é o Uruguai, onde a rastreabilidade é obrigatória e conta com o apoio do governo através de subsídios e de acompanhamento permanente ao produtor. Nesse país, o principal entrave é a educação, que se traduz no desconhecimento dos detalhes da rastreabilidade entre muitos dos produtores entrevistados.

Os obstáculos para a implementação exitosa da rastreabilidade entre os produtores familiares argentinos e brasileiros tem causas estruturais e individuais. No nível estrutural, existe uma grande heterogeneidade na implementação dos sistemas de rastreabilidade do gado e da carne entre os países estudados. Assim, o sistema mais avançado é o brasileiro, que possui um cadastro informatizado de animais em nível nacional e tem previsto um cronograma para a incorporação da totalidade de seu gado. Porém, a sofisticação no papel não garante uma implementação efetiva: problemas como a desinformação, a aversão ao

risco e a inovação sem retorno assegurado, a excessiva burocracia e a carga adicional de trabalho geram desconfiança entre os pecuaristas familiares gaúchos do Brasil e da Argentina, deixando-os cada vez mais afastados dos mercados mais competitivos.

Parte desses problemas tem sido resolvidos pelo sistema de rastreabilidade do Uruguai, um país de superfície e rebanho menor, que utiliza dispositivos eletrônicos de identificação e leitores de radiofrequência. Em outro extremo, a Argentina utiliza o brinco (*caravana*, em espanhol) visual, que são difíceis de manter no animal desde o nascimento até o abate, segundo a experiência de alguns dos pecuaristas familiares entrevistados para este trabalho.

No nível familiar, os custos dos sistemas de identificação são assumidos pelos produtores, com a única exceção do Uruguai, de forte vocação exportadora, onde existe um programa estatal para a distribuição de um número limitado de dispositivos de identificação subsidiados. Diante desse cenário, os pecuaristas familiares enxergam a rastreabilidade como uma nova exigência que aumenta custos e carga de trabalho sem resultados importantes para a unidade produtiva. Impossibilitados de agregar valor à carne através desse sistema de certificação, aumenta o risco de isolamento num mercado cada vez mais exigente.

15.7. A CRIAÇÃO DE VANTAGENS COMPETITIVAS PELA GESTÃO AMBIENTAL NA PECUÁRIA FAMILIAR GAÚCHA

Como vimos no início desse trabalho, os pecuaristas familiares gaúchos têm sido percebidos durante décadas como pouco modernos e ineficientes. Teorias sobre agricultura familiar, como a vertente funcionalista-difusionista citada por Schneider (1999) afirmam que as sociedades tradicionais deveriam se “aprimorar” cedendo lugar a uma sociedade mais moderna. Partiam do princípio de que as sociedades tradicionais (“atrasadas”) existentes nos países subdesenvolvidos, ao passarem por um processo de aprimoramento cederiam seu lugar a um tipo mais moderno. O objetivo seria transformar sociedades atrasadas em sociedades similares às sociedades existentes nos países desenvolvidos (é significativo que a maioria dessas teorias teve origem nos Estados Unidos). Para isso, deveriam utilizar a tecnologia como caminho natural de desenvolvimento. Sacco dos Anjos (2000), citado por Ribeiro (2009), refere-se a esta vertente como aquela que analisa a agricultura através do pensamento ortodoxo e neoclássico. Segundo ele, esta corrente considera a agricultura tradicional como um entrave ao processo de desenvolvimento econômico, sendo “*elementos retardadores do processo*” por sua baixa produtividade, por sua ineficiência no uso dos

recursos e sua lentidão no processo de adoção. Seria necessário, portanto, *modernizar* esta agricultura tradicional. Ou seja, este seria o destino de todos os agricultores. Os atrasados teriam como destino ser modernizados através da tecnologia ou então extintos. Haveria então um modelo único a ser alcançado, que seria aquele que utilizasse tecnologias modernas que lhes permitissem sair do atraso.

Ribeiro (2009) acrescenta ainda que todos os modelos implementados sob o paradigma da economia ortodoxa não tinham como foco o destino da economia camponesa (e ou familiar), mas sim entender como esta forma social de produção, dentro da agricultura, poderia contribuir para o processo global de desenvolvimento econômico. Para isso, era necessária a transformação da agricultura atrasada através da modernização (SACCO DOS ANJOS, 2000).

As teorias da modernização encontraram terreno especialmente fértil no campo agrícola através de diversas experiências dentro do que se convencionou chamar de difusão de tecnologia, difusão de inovações, ou simplesmente, difusionismo.

Na Argentina, no Brasil e no Uruguai, o difusionismo se arraigou de forma profunda nos planejamentos e procedimentos agrícolas oficiais. Paiva (1979), citado por Ribeiro (2009), afirma que a agricultura teria papel importante no desenvolvimento econômico de um país e que para isso deveria se “modernizar”. Para se modernizar eram necessários processos de difusão que superassem o “*comportamento tradicionalista dos agricultores*”. Este seria, inexoravelmente, o destino definitivo dos agricultores que desejassem permanecer na atividade.

Nossas entrevistas e visitas a 75 unidades produtivas do bioma Pampa da Argentina, do Brasil e do Uruguai confirmaram que a relação entre o tamanho das unidades produtivas e a disponibilidade de terras mudou significativamente com a repartição das terras pelo processo natural da herança. A consequente diminuição do tamanho dos estabelecimentos provocou uma redução no ganho da atividade pecuária nos moldes extensivos ou “tradicionalistas”. Assim, o aumento da renda passou a ser possível unicamente pela intensificação da produção na pecuária. Esta progressiva divisão deu origem a um grupo significativo de pequenos bovinocultores que passou a trabalhar com mão-de-obra familiar e que mantém a conduta dos pecuaristas tradicionais. Embora tenha havido a diminuição da área, não houve uma intensificação das atividades ou uma diversificação. Os pecuaristas familiares permaneceram praticando a bovinocultura de corte em pequenas áreas nos moldes extensivos “herdados” da estância. Segundo um trabalho sobre a bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul (SEBRAE/RS, SENAR/RS e FARSUL, 2005 e MIGUEL et al., 2006), as tecnologias de produção e as relações comerciais dos bovinocultores de corte do

Rio Grande do Sul permaneceram praticamente inalteradas, apresentando poucos avanços. O estudo aponta que grande parte dos bovinocultores de corte gaúcho tem um perfil de “pecuarista tradicional”, sendo a pecuária praticada mais por motivos de tradição (26%), satisfação (25%) e por segurança (14%) do que pela busca do lucro (apenas 8%). Além disso, a maior parte das propriedades (70,9%) tem origem na herança familiar. Os mesmos resultados foram encontrados em nossa pesquisa de campo no Uruguai, no Brasil e na Argentina, realizada principalmente entre 2006 e 2007.

Quanto aos aspectos produtivos das unidades estudadas, comprovamos que a maior parte dos rebanhos é alimentada durante todo o ano com pastagem nativa sem qualquer suplementação. Apenas 25% dos produtores entrevistados utilizam pastagens cultivadas que ocupam 5% da área total, principalmente com espécies hibernais. As cargas animais encontradas são muito elevadas (1,1 UA/ha) o que, conforme Nabinger (2006), demonstra pouca consistência técnica nos critérios de ajuste, sendo atribuída esta decisão a outros fatores (o gado como mercadoria de reserva, por exemplo (RIBEIRO, 2009)).

Nesse trabalho, tentaremos demonstrar que os “gargalos” identificados na pecuária familiar gaúcha podem ser transformados em vantagens competitivas através do uso dos sistemas de gestão ambiental. Assim, o baixo uso de insumos e a alimentação do gado em campos abertos (mesmo dentro de unidades produtivas de tamanho relativamente pequeno), podem gerar produtos diferenciados que se encaixem dentro de nichos de consumidores conscientes que rejeitam carne com hormônios (ou estimuladores do crescimento) ou de animais alimentados em confinamento (*feedlots*). Porém, isso não poderia ser conseguido pelos pecuaristas familiares de maneira individual, o que torna necessário ações coletivas, através de cooperativas e associações, ou diretamente através dos órgãos de extensão rural de cada país (EMATER e EMBRAPA, no Brasil; INTA, na Argentina, e IPA, no Uruguai).

15.7.1. OS SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL NO BIOMA PAMPA

Grande parte dos pecuaristas familiares estudados durante a nossa pesquisa de campo está assentada sobre ambientes considerados frágeis (do ponto de vista produtivo, mas também ecológico). Muitas das famílias entrevistadas no Rio Grande do Sul vivem no Planalto Sul Rio-grandense (Serra do Sudeste) e na região do arenito na Fronteira Oeste. Na província de Buenos Aires, na Argentina, os pecuaristas familiares vivem no “Pampa Marginal”, muito exposto a eventos climáticos extremos, como as secas, e com carência de água. No Uruguai, os solos do noroeste do país, onde realizamos as entrevistas, é relativamente

superficial e facilmente sujeito a erosões. Mesmo assim, encontra-se nessas áreas uma rica biodiversidade, que prospera atrelada às práticas extensivas da pecuária tradicional. Isto acontece porque, embora empobrecidos economicamente e relativamente abandonados em termos de acesso às políticas públicas, estes produtores desenvolveram modos de sobrevivência, de produção e de relação com o ambiente, que também precisam ser melhor compreendidos e descritos. A existência de produtores que apresentaram uma adaptabilidade ao meio ambiente, mantendo formas produtivas mais “tradicional”, exige um estudo mais aprofundado inclusive para o estabelecimento de propostas técnicas de intervenção, como a promoção dos sistemas de gestão ambiental.

BOX 4. Os sistemas de gestão ambiental na pecuária (GAP)

Um sistema de gestão ambiental (SGA) pode ser definido como a parte do sistema global de gestão que inclui a estrutura funcional, responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e recursos para a definição e realização da política ambiental (CADETE FERRÃO, 1998). Em outras palavras, um SGA é um conjunto de atividades que visam, não só a redução da carga poluente, mas, também, uma maior racionalização da utilização dos fatores de produção. Como explicamos no Anexo XXXXX, as atividades implementadas pretendem melhorar o desempenho ambiental da unidade produtiva, racionalizar os recursos e melhorar a qualidade intrínseca dos produtos obtidos, decorrente da melhoria ambiental resultante, por exemplo, de uma redução, ou melhor utilização de produtos fitofarmacêuticos e de fertilizantes (SPEDDING et al., 1993). Os sistemas de gestão ambiental na pecuária (GAP) são uma opção a ser considerada na hora de melhorar a conexão entre a pecuária familiar gaúcha e os mercados internacionais. Os GAP se propõem a avaliar a produção pecuária a partir dos principais fundamentos das normas ISO 14001.

15.7.2. OS SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL NUMA ATIVIDADE QUE REJEITA O RISCO

Os Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) na produção de gado bovino de corte procuram fornecer aos pecuaristas ferramentas que lhes permitam:

- Diagnosticar a situação ambiental atual de suas propriedades
- Planejar objetivos e metas ambientais
- Implementar um Sistema Gestão Ambiental
- Realizar melhorias contínuas no Sistema de Gestão Ambiental (SGA)
- Preparar-se para certificação ambiental (ISO 14001(6), por exemplo)
- Iniciar a construção de bancos de dados ambientais, contendo informações sobre as fazendas participantes.

O objetivo da Gestão Ambiental na pecuária é proporcionar aos produtores agropecuários

os seguintes benefícios (QUALIAGRO, 2006).

De mercado:

- Preparar toda a unidade produtiva para obter a certificação ambiental ISO 14000
- Após a certificação ISO 14000, a unidade produtiva será diferenciada no mercado, pois ainda não existem fazendas de atividade pecuária que possuam tal certificado, no Brasil e no mundo (existe por enquanto uma fazenda de café, no Brasil)
- A unidade produtiva passará a produzir animais com maior valor agregado, podendo colocar o seu produto em faixas mais elevadas de preço no mercado
- A unidade produtiva poderá atingir com maior facilidade os mercados internacionais, pois a certificação ISO 14000 é reconhecida internacionalmente
- A certificação ambiental é uma poderosa ferramenta de negociação em qualquer mercado
- A unidade produtiva será exposta ao público, passará a ser reconhecida e servirá como ponto de referência para a preservação ambiental

Benefícios internos:

- Detectar todos os pontos da unidade produtiva onde estão acontecendo desperdícios de água, energia elétrica, combustíveis, má utilização dos insumos, solucionar tais gastos desnecessários e monitorar tais pontos, para que o problema não aconteça novamente: economia de recursos
- Otimizar todos os seus processos, aumentando a produtividade
- Treinar todos os funcionários da unidade produtiva, para atuarem de acordo com os padrões estabelecidos nas normas ISO 14000
- A unidade produtiva passa a ser vista como uma indústria que estabelece objetivos e metas para serem atingidos em prazos de tempo pré-determinados
- Criar rotinas gerenciais para controle dos aspectos ambientais, utilizando-se de bancos de dados estruturados especialmente para isso.
- Focar o gerenciamento nas atividades principais da unidade produtiva, trazendo à tona muitos problemas que poderiam estar ocultos pela rotina do dia-a-dia;
- Favorecer as mudanças, já que todas as pessoas da unidade produtiva devem participar das atividades de conscientização e dos programas de gestão ambiental;
- Minimizar os riscos potenciais dos processos visto que a unidade produtiva passa a funcionar de acordo com as legislações ambientais vigentes, demonstrando

- publicamente que está trabalhando de forma ambientalmente correta;
- Contribuir para a melhoria real do meio ambiente (QUALIAGRO, 2006).

Os benefícios potenciais são muitos. Porém, como já foi explicado em nosso capítulo sobre as atitudes dos pecuaristas familiares face ao risco, os produtores de gado de corte não somente percebem e avaliam o risco pela sua potencial eficiência imediata ou relação custo-benefício. Eles também agem segundo suas trajetórias e histórias de vida, suas percepções, o contexto no qual vivem, suas estratégias de longo prazo e suas metas familiares. Assim, os pecuaristas que começaram a atividade com grande dificuldade tendem a uma atitude defensiva com respeito ao risco (diversificação, diminuição de despesas, ajuste, etc.). Nas trajetórias com um começo mais fácil (por exemplo, através da herança de uma grande quantidade de terra), os pecuaristas entrevistados exibiram uma tendência clara a uma atitude ofensiva face ao risco. Eles se adaptam aos novos riscos através do endividamento para melhoras técnicas, suplementação ou alimentação artificial, etc.

A estratégia de manejo de risco está composta por uma parte deliberada e uma parte improvisada (MOULIN *et. al.*, 2001). Essas diferenças devem ser levadas em conta pelos extensionistas rurais na hora de promover o uso de sistemas de gestão ambiental. Sendo assim, devem atuar com responsabilidade e sensibilidade, tendo sempre em mente a vulnerabilidade dos pequenos produtores. Nem todas as lições aprendidas após um risco determinado são positivas: em muitos casos, “a saída” da situação de risco foi êxodo dos jovens para a cidade. Em outros, o pecuarista vendeu ou arrendou a sua unidade produtiva, alimentando a concentração da terra em mãos de grandes proprietários ou sociedades anônimas. Como afirmou um pecuarista familiar argentino ao lembrar do conselho de um técnico rural para evitar a erosão hídrica do solo num esforço para melhorar a sustentabilidade ambiental de sua unidade produtiva: “Fracassou. Mas só eu que sofro. O técnico fez um experimento e voltou para sua casa na cidade. Eu paguei e estou pior do que antes. Nunca mais entro nessa”.

15.7.3. ESTUDO DE CASO: A GESTÃO AMBIENTAL NA PECUARIA DO RIO GRANDE DO SUL

Não existem muitas experiências de aplicação concreta de um sistema de gestão ambiental na pecuária familiar gaúcha. Porém, no Rio Grande do Sul existem algumas iniciativas ao respeito, que analisaremos nesta seção. Os produtores familiares de gado bovino do Rio Grande do Sul vêm enfrentando constantes dificuldades decorrentes da falta de subsídios para nortear o setor de forma sistêmica (EUCLIDES FILHO; 2004). As limitações do sistema

produtivo, em termos de sustentabilidade, de eficiência de desempenho, da necessidade de se abordar o assunto sob o enfoque de cadeia produtiva e de agronegócios, determinam que ações devem ser tomadas de imediato para reverter a situação atual do setor bovino de corte, que vem ao longo dos anos perdendo mercado para outras cadeias agroalimentares concorrentes. É consenso dentro da academia (ZILBERSZTAJN & MACHADO FILHO, 2003; FERREIRA, 2003; PIGATO, SILVA & SOUZA, 1999; entre outros), que a cadeia da carne bovina, no Brasil, apresenta baixos níveis de coordenação, onde a comercialização é um sistema defasado e ineficiente, repleto de oportunismo, assimetria de informações e falta de estabilidade de preços. Aliado a isto, problemas de ordem sanitária e a concorrência desleal de frigoríficos que abatem clandestinamente contribuem para a ineficiência deste sistema.

Os pecuaristas familiares gaúchos sofrem também da incapacidade de elevar a produtividade e reduzir custos de forma sistêmica, mantendo a competitividade de seus produtos, que se traduziu em acentuada perda de mercado para outras carnes. Exigências quanto a critérios mais rígidos de fiscalização sanitária e atributos de qualidade, segurança alimentar, higiene e confiabilidade no produto consumido, faz com que a carne bovina adquira mais especificidade, determinando a ineficiência do mercado na execução das transações. Neste sentido, a coordenação da cadeia da carne bovina via mercado promove falta de rastreabilidade dos produtos, ou seja, o consumidor não consegue identificar a relação entre o produto que adquire e o fornecedor (MALAFAIA ET AL., 2005)

Assim, a diferenciação dos produtos é limitada e fica quase que inteiramente nas mãos do varejista. Nesta situação, o produtor que trabalha com qualidade não obtém uma valorização real por um produto com melhores atributos. Cabe salientar, que historicamente as relações entre os agentes da cadeia bovina sempre foram conflituosas, o que define uma relação entre seus membros exclusivamente via mercado. Exemplos disso são as várias tentativas frustradas de se estabelecer arranjos produtivos neste setor (ROCHA, NEVES & LOBO, 2001).

No Estado do Rio Grande do Sul, quarto maior produtor de carne bovina no Brasil (FÜRSTENAU 2004; MALAFAIA *et al.*, 2005), os reflexos das questões discutidas anteriormente são percebidos, principalmente, nos resultados agro-econômicos, que na maioria das vezes são negativos, bem como uma elevada dependência de rendas não agrícolas (em especial decorrentes de arrendamentos e aposentadorias). Igualmente, os sistemas produtivos apresentam, na maioria das vezes, um valor da terra relativamente baixo, um nível de capital imobilizado baixo, uma baixa utilização de mão-de-obra e indicadores de eficiência econômica baixos ou negativos (SEBRAE/FARSUL/SENAR 2005). A globalização impactou fortemente na pecuária familiar gaúcha, principalmente devido à

concorrência com os países do Mercosul, onde muitos produtores foram excluídos do processo produtivo e muitas indústrias faliram (FAVERETT FILHO & LIMA DE PAULA; 1997).

Nota-se, também, que o estado não está conseguindo enfrentar a concorrência de alguns pólos mais recentes na criação de bovinos, como, por exemplo, os estados da região Centro-Oeste, no que diz respeito à atividade de exportação de carne bovina, que, pelas exigências do mercado externo, requer uma maior qualificação no processo produtivo do que a produção para o mercado interno. Segundo Fürstenau (2004), enquanto a participação do Rio Grande do Sul no total de exportações em 1990 era de 22%, em 2002 caiu para menos de 6%. Esse “espaço” perdido pelo Estado foi ocupado, além de por São Paulo, pelo Paraná e pelos estados da Região Centro-Oeste (MALAFAIA *et al.*, 2005)

Sendo as exportações brasileiras de carne bovina *in natura* um reflexo do grau de evolução do setor, o estado do Rio Grande do Sul seria o menos dinâmico, porque acompanhou os movimentos dos demais estados, mas sempre com menor amplitude. Mais ainda, essa falta de eficiência na produção de carne, no Estado, reflete-se numa perda de importância das vendas externas gaúchas em relação aos demais estados, já que outro movimento claramente identificado em vários estudos é a rapidez com que outros estados produtores ocuparam os mercados cedidos pelo Rio Grande do Sul. Nesse contexto, identifica-se claramente a falta de competitividade do Rio Grande do Sul em relação aos estados concorrentes (MALAFAIA *et al.*, 2005).

Entretanto, nota-se a existência de um grande potencial competitivo no estado, fruto de recursos estratégicos disponíveis em seu território, quais sejam: alta genética dos rebanhos; animais alimentados em campo nativo; grandes extensões de campo; boas condições de clima e solo; a presença de indústria exportadora; a expressão das Associações de Produtores; a internacionalmente conhecida Exposição Agropecuária de Esteio; o suporte científico-tecnológico das Embrapas; a formação do conhecimento através das Universidades; a cultura e a tradição do povo gaúcho, entre outros, mas que necessitam serem trabalhadas de forma coordenada, a fim de se obter vantagens competitivas sustentáveis (EMBRAPA, 2006).

Os problemas apontados anteriormente pelos quais se defronta a cadeia da carne bovina no Rio Grande do Sul, bem como a possibilidade de reverter este cenário mediante a eficiente exploração dos recursos estratégicos presentes em seu território, tornam-se elementos instigadores de investigação. O reconhecimento pelo INPI (Instituto Nacional de Propriedade Intelectual) da Indicação de Procedência da “Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional”, situado na Região da Campanha do Rio Grande do Sul, apresenta-se como

uma interessante oportunidade de estudar a cadeia da carne bovina através da abordagem da normalização, como veremos no seguinte apartado.

15.8. GARGALOS OU OPORTUNIDADES?

Esse capítulo confirma que vários fatores que antes eram considerados como gargalos competitivos (produção em baixa escala; baixo uso da tecnologia de insumos químicos; características territoriais e culturais, etc.) agora podem tornar-se fatores de diferencial competitivo graças à valorização dos produtos alimentares seguros, livres de agroquímicos e produzidos em ambientes sustentáveis, tanto do ponto de vista ecológico quanto social (MALAFAIA *et al*, 2005).

Os Sistemas de Gestão Ambiental (SGAs) contribuem de forma indelével para a certificação de produtos de qualidade de uma exploração agropecuária, por meio: (1) de uma melhoria comprovada das condições ambientais da exploração que, de forma consciente e proativa, passa a adotar uma estratégia de sustentabilidade e um conjunto de técnicas e comportamentos com melhor performance ambiental e gestão mais racional dos recursos; (2) da introdução de um conjunto de estruturas de gestão interna, de controlo operacional e documental, que servem de base à estrutura burocrática necessária à certificação, no que concerne à detecção de problemas e ineficiências e à rastreabilidade. Porém, os sistemas de gestão ambiental só poderão ter sucesso na pecuária familiar gaúcha se os produtores perceberem as mudanças de suas práticas como uma oportunidade de pouco risco, e não como um novo fator de endividamento. Ao mesmo tempo, só as ações coletivas podem levar ao sucesso de qualquer empreendimento de gestão ambiental dadas a pouca escala das unidades produtivas dos pecuaristas familiares e as suas tradicionais dificuldades para serem reconhecidos e valorizados pelos tomadores de decisões. Nesse sentido, a gestão ambiental precisa ser legitimada. Para isso, é necessário um aparato legal e institucional: registro e proteção da marca do produto, negociação das condições de produção e da área geográfica, legitimação das ações coletivas desenvolvidas pelo sistema operacional. Sem essa legitimação, o risco de estabelecer sistemas de gestão ambiental em unidades produtivas familiares superara os potenciais benefícios da inovação.

CONCLUSÃO

O objetivo desta tese foi dar visibilidade a um modo de vida ignorado num bioma desvalorizado: a pecuária familiar gaúcha no Pampa da Argentina, Brasil e Uruguai. Para atingir esse objetivo buscamos responder a cinco perguntas básicas: Quem são? Onde moram? O que fazem para se adaptar às mudanças do Pampa e da pecuária? Por que estão desaparecendo? Quais são as suas perspectivas de futuro? Confirmamos a nossa hipótese de que a pecuária familiar é uma categoria social especial dentro da agricultura familiar. A pecuária familiar que se desenvolve no bioma Pampa merece uma análise diferenciada por parte do mundo acadêmico, dos formadores de políticas públicas e das organizações de proteção do meio ambiente. Isso, devido ao seu convívio em relativa harmonia com a natureza durante mais de dois séculos, e pelas características desses pecuaristas, que colocam a tradição, o prazer de trabalhar no campo e a família acima do lucro econômico.

A pecuária familiar gaúcha só começou a ser reconhecida como uma categoria social com características e problemáticas próprias a partir do ano 2000. O Brasil é o país que mais tem avançado no tema, tanto no âmbito político quanto no acadêmico. Apesar das diferentes definições da agricultura e da pecuária familiar em cada país, existe uma realidade comum: a família está no centro da unidade produtiva e suas lógicas criam um modo de vida especial que deve ser atendido pelos tomadores de decisão.

Muitas vezes vista como atrasada, a pecuária familiar possui características que a tornam resiliente às rápidas mudanças no contexto econômico e social. A mão-de-obra familiar, a flexibilidade, a possibilidade de “apertar o cinto” e de considerar o trabalho prazeroso, os saberes locais e as fortes motivações para continuar na atividade constituem alguns dos pontos fortes da pecuária familiar. Existem, também, pontos fracos, como a dificuldade de manter a competitividade em unidades produtivas relativamente pequenas voltadas para a produção extensiva e o envelhecimento dos membros da família pelo fracasso na transmissão às gerações mais jovens.

As mudanças globais abrem oportunidades e ameaças para a pecuária familiar. Dentre as oportunidades, encontramos a possibilidade de criar vantagens competitivas na carne “criada a pasto”, em sistemas extensivos e respeitosos do meio ambiente. As ameaças também são muitas: a concorrência pela terra originada pelo avanço das monoculturas obriga a uma intensificação produtiva (como o *feedlot*) que os pecuaristas familiares não desejam ou não podem pagar.

Tanto na Argentina quanto no Brasil e no Uruguai, a “agriculturização” do Pampa, através das monoculturas de soja, milho e eucalipto, não foi resultado de uma expansão produtiva

planejada em função de objetivos de desenvolvimento econômico e social, mas consequência do avanço do capital – em grande medida financeiro - na produção agrária. Esse avanço do capital foi impulsionado pelas novas condições do mercado, geradas a partir da liberalização do mercado nesses países a partir dos anos 1990, atingindo o seu ponto máximo nos últimos cinco anos, com o recorde dos preços internacionais da soja.

O processo de agriculturização traduz-se não somente na perda de uma atividade ambientalmente sustentável, a pecuária extensiva, mas também nos modos de vida dos pecuaristas gaúchos e suas famílias. Com a nossa análise, não pretendemos cair numa posição politicamente “imobilizante”, num mundo globalmente móvel, sem estabilidade, marcado pela imprevisibilidade e fluidez das redes e pela virtualidade do ciberespaço.

Também não queremos cair nas visões mais reacionárias que veem o lugar apenas como um espaço estável, de fronteiras bem delimitadas e identidades fixas. O processo de exclusão social e econômica parece ser uma fatalidade inerente à atual modernidade e a sua expressão é tão evidente e grave, que atrai a atenção de formuladores de políticas públicas e constitui um novo campo do pensamento social.

Para responder ao processo de exclusão, surgem propostas políticas compensatórias (baseadas na transferência de renda) e iniciativas inclusivas (com destaque para a formação para o mercado de trabalho e o apoio ao empreendedorismo). Consideramos que as políticas compensatórias deveriam ser aplicadas unicamente em situações de emergência (por exemplo, quando ocorrem eventos climáticos extremos), mas que, no longo prazo, além de não serem efetivas, contradizem o espírito empreendedor e autônomo do pecuarista familiar. Existe, sim, um grande potencial para iniciativas inclusivas que criem conexões positivas entre as transformações territoriais do bioma Pampa e os modos de vida da pecuária tradicional gaúcha. Nesse sentido, os formuladores de políticas públicas possuem uma melhor compreensão de que desenvolvimento produtivo, equidade social e proteção do meio ambiente estão atrelados.

A valorização internacional da carne produzida através de métodos extensivos constitui um bom exemplo: ela permitiria adicionar valor ao produto e ganhar compradores entre os principais – e cada vez mais informados – mercados do Hemisfério Norte. Porém, o uso generalizado de certificações de qualidade que permitam adicionar valor à “carne verde” produzida no bioma Pampa (como o selo “Carne do Pampa Gaúcho”, recentemente instaurado pela EMATER no Rio Grande do Sul, e o selo “Carne Argentina”, impulsionado pelo governo desse país) não será incorporado pelos produtores até que eles entendam os benefícios e recebam apoio para enfrentar os custos adicionais. Os jovens, impossibilitados na maioria dos casos de herdar unidades produtivas, já pulverizadas pelas subdivisões

geracionais, poderiam fornecer serviços agrícolas aos novos pecuaristas descritos neste trabalho: eles precisam de pessoal de confiança e devidamente treinado. Também poderiam aproveitar o sucesso do *boom* da agricultura prestando serviços terceirizados para gerar uma renda que permitia, no futuro, voltar à pecuária por meio da compra de sua própria unidade produtiva.

A pecuária, ao final, continua tendo mais estabilidade que a agricultura e será menos afetada pela mudança do clima. Finalmente, a pluriatividade, que permite gerar renda fora da unidade produtiva, também constitui uma boa maneira de gerar “ar fresco” nas pequenas propriedades pressionadas pela agricultura. Mas tudo isso demanda mais infra-estrutura, universidades e centro de treinamento para os jovens e as jovens das famílias dos pecuaristas tradicionais, créditos acessíveis para um primeiro investimento e serviços de saúde para os mais velhos.

As novas instituições criadas desde o começo do século no âmbito do Mercosul e de cada país ainda não conseguem compensar o baixo poder de negociação dos pecuaristas familiares. Se faz necessário fortalecer as associações, capacitando os dirigentes e melhorando as condições de negociação, já que o grande agricultor tem um poder de negociação infinitamente maior do que os pecuaristas familiares. Nesse sentido, o Estado deve ajudar a facilitar esse encontro, bem como elevar o poder de negociação da agricultura familiar. Sem esse apoio, é razoável temer que as ameaças impostas pelo rápido avanço da globalização cheguem à pecuária familiar muito antes do que as vantagens originadas pelos mercados diferenciados.

Também demonstramos nesta tese o forte vínculo entre as famílias dos pecuaristas e uma maneira de fazer e de enxergar o mundo, expressada na cultura gaúcha e em símbolos insubstituíveis na paisagem do gaúcho, tais como o cavalo, o gado, o folclore e o campo aberto. Esses símbolos estão perdendo espaço devido ao avanço das muito mais rentáveis monoculturas de soja e eucalipto em grande escala. Por uma questão econômica, os produtores rurais são empurrados em direção aos rincões mais baratos e menos férteis do Pampa. Sem terras para herdar, muitos dos jovens pecuaristas que gostariam de suceder seus pais (a grande maioria, segundo nossa pesquisa) são obrigados a migrar para áreas urbanas a fim de achar um emprego. Poucos voltam, e os que o fazem, encontram terras altamente fragmentadas ao longo de gerações.

Não procuramos aqui mostrar a perda dos modos de vida dos gaúchos dos Pampas como uma tragédia, pois mesmo diante de obstáculos e desafios, muitos deles não são “excluídos” de um padrão razoável de bem-estar. Outros grupos sociais e outros modos de vida também sofreram o impacto da globalização, e muitas vezes de forma mais acentuada do que no caso dos produtores familiares gaúchos. Procuramos, sim, dar a palavra aos

pecuaristas e as suas famílias para compreender o seu apego pela atividade. Nesse sentido, a técnica de entrevistas semi-estruturadas foi útil para que os entrevistados construíssem suas histórias de vida, ou o relato de suas lembranças, de forma bastante livre, sem se prenderem a uma organização cronológica. Entrevistas, depoimentos e histórias de vida são técnicas que vêm sendo utilizadas já há bastante tempo para se conhecer, ainda que parcialmente, determinados processos sociais desde a ótica daqueles que estão imersos nesses mesmos processos. Não tivemos a ingenuidade de interpretar as entrevistas como histórias espontâneas e como experiências vividas em estado puro. As entrevistas semi-estruturadas mostram menos a experiência direta dos informantes do que o resultado do trabalho que a memória e as percepções fazem com essa experiência. Em se tratando de fontes orais, as narrativas são uma produção do pesquisador que, após a transcrição das entrevistas, as organiza em função de seu interesse de pesquisa.

A metodologia de análise temática das entrevistas provou ser útil para entender as lógicas de sobrevivência dos pecuaristas familiares gaúchos, que os leva a tentar permanecer no mesmo lugar, ancorados num modo de vida secular e em formas de produção extensivos face ao aumento da concorrência pelo uso da terra.

Em muitas ocasiões, um extensionista rural conhecido pela família acompanhou esta pesquisadora nas entrevistas. Isso teve conseqüências positivas e negativas: as positivas foram o acesso a unidades produtivas e a lares que de outra forma teriam sido difíceis de contactar por uma pessoa vinda de fora (não só de fora da região, mas também de outro país, no caso do Brasil e do Uruguai). O viés negativo vem do fato de que alguns pecuaristas tentaram acomodar as suas respostas para satisfazer o que eles ou elas achavam “correto” do ponto de vista da extensão rural. Em algumas ocasiões (pouco freqüentes) o extensionista interveio na conversa para dizer ao pecuarista “como a coisa deve ser feita”, mas isso foi rapidamente solucionado após uma conversa.

Não obstante suas limitações, as entrevistas semi-estruturadas devem ser entendidas como um método capaz de produzir interpretações e percepções que claramente escapam aos *surveys*. O entrevistado encontra um interlocutor com quem pode trocar impressões sobre a vida que transcorre ao seu redor; é um momento no qual lembranças são ordenadas com o intuito de conferir, com a ajuda da imaginação, ou da nostalgia, um sentido às suas vivências.

As dinâmicas familiares dão-se sempre em determinados contextos. Nesta tese apresentamos as principais características dos contextos históricos, políticos, econômicos, nacionais e internacionais do bioma Pampa de cada país. Confirmamos assim que os pecuaristas familiares do bioma Pampa da Argentina e do Brasil têm muitos pontos em comum: uma mesma cultura – a gaúcha – o mesmo bioma, um grande apego à terra e uma

mesma maneira de ver a pecuária como um modo de vida que vai muito além de uma simples atividade econômica. Compartem também os mesmos desafios que a globalização apresenta cada vez com mais frequência: mercados imprevisíveis, novas exigências sanitárias e ambientais, novos cultivos que aumentam a competição pela terra e novos atores em um território “dramaticamente” dinâmico.

Mesmo tão parecidos, os pecuaristas familiares gaúchos de cada país lidam com contextos político-administrativos e econômicos diferentes. Esses diferentes contextos – ou “marcos de exposição ao risco” –, afetam em grande medida suas possibilidades de sobrevivência e de reprodução social. Isso é evidente no caso da Argentina, onde os sucessivos governos de Nestor e Cristina Kirchner desestimularam a produção de carne bovina em sistemas extensivos, obrigando o país, em 2009 e 2010, a importar carne pela primeira vez na sua história.

POR QUE DAR APOIO À PECUÁRIA FAMILIAR GAÚCHA?

Como já foi dito, seria injusto com outros setores da população, muito menos favorecidos do ponto de vista social e econômico, apresentar os pecuaristas familiares gaúchos como vítimas exclusivas da globalização. Apesar de sua massiva desapareção, a maioria dos que ainda continuam na atividade (diretamente ou por meio do arrendamento temporário de suas terras) desfrutam de um nível de vida razoável e digno. Alguns – mesmo poucos – conseguiram melhorar significativamente seus ingressos por meio do uso do confinamento animal (alentado, no caso argentino, por meio de subsídios) ou da combinação da pecuária extensiva com o cultivo da soja. Porém, o centro de nossa pesquisa são os pecuaristas que pretendem, por vocação e tradição, continuar criando o seu gado a campo aberto, e com a família como principal mão de obra.

Diante do cenário do Pampa transformado (pouco encorajador, apesar do otimismo e da resiliência desses produtores), fazemos os seguintes questionamentos. Primeiro: vale a pena procurar apoio público para a pecuária familiar? Segundo: caso concordemos com a necessidade de se criar políticas de apoio específicas para a pecuária familiar gaúcha, que passos deveriam ser tomados para implementar essas políticas? A modo de conclusão, apresentamos abaixo alguns argumentos para dar apoio esse modo de vida.

JUSTIÇA INDIVIDUAL

A primeira razão pela qual apoiar os pecuaristas familiares gaúchos é a justiça individual. Não só a nossa pesquisa, mas muitos outros trabalhos sobre agricultura familiar têm

demonstrado que os agricultores e as suas famílias trabalham duro e bem apesar de receber poucos benefícios econômicos por seus esforços. Como temos visto ao longo da análise das entrevistas, a maioria das famílias pecuaristas trabalha muitas horas, tantas, que os produtores têm pouco tempo para viajar para a cidade, até mesmo para ir ao médico ou para participar de atividades de formação. O trabalho é frequentemente perigoso (com acidentes provocados pelo gado ou pelo uso de maquinarias) e os riscos financeiros e climáticos são altos. A renda gerada por essas unidades produtivas é geralmente pequena, e oscilante, como demonstram muitos trabalhos sobre o setor que apontam a agricultura familiar como “um entrave ao progresso”.

Por causa da íntima vinculação entre identidade e atividade, perder a terra quer dizer muito mais do que perder um trabalho: perde-se, também, um lar, um lugar na comunidade, e a herança familiar. Estudos recentes sobre o destino dos pecuaristas pampianos que precisaram fechar suas unidades produtivas na década de 1990 e migrar para a cidade demonstraram que idosos e homens e mulheres sem outro treinamento ou experiência que o trabalho no campo não são os mais competitivos no mercado do trabalho não agrícola. Isolamento, depressão e sensação de fracasso são sentimentos comuns, sem contar a perda de identidade e a dificuldade de ter que morar “entre muros”, como definiu um dos pecuaristas entrevistados, que deixou o campo rumo à cidade, no Uruguai.

Os pecuaristas familiares do Pampa tendem a ser muito reservados e, como vimos no capítulo sobre as redes sociais, muitos não gostam de compartilhar seus problemas econômicos com terceiros, incluídos seus parentes e vizinhos. Por isso, os protestos do campo gaúcho são muito menos frequentes do que os da Europa ou do que os trabalhadores do meio urbano. Muitos resistem em silêncio e suas redes sociais só sabem da magnitude do problema quando já estão em falência. Certamente é possível afirmar que a falência e a desigualdade salarial são normais em todos os setores do trabalho, e não só na agricultura. Porém, na agricultura, a desigualdade entre a renda dos grandes produtores e as multinacionais dedicadas ao agronegócio e a agricultura familiar é enorme, e tende a se agravar.

Os críticos desse argumento da justiça individual podem dizer que os pecuaristas familiares possuem um nível de capitais suficiente para enfrentar períodos de “vacas magras”. Isso é verdade para alguns, mas não para todos os pecuaristas. A maioria de nossos entrevistados tinha um baixo nível de capitalização e, como vimos nos capítulos sobre o risco, a comercialização e a inovação, um pequeno erro financeiro ou uma seca podem inviabilizar o futuro de uma unidade produtiva. Finalmente, o fato de muitas mulheres, e, no caso do Rio Grande do Sul, minorias raciais, como os quilombolas, estarem à frente de unidades

produtivas familiares também merece ser tido em conta na hora de falar de justiça individual na pecuária familiar gaúcha.

EQUIDADE E CONTENÇÃO SOCIAL

Imaginemos dois Pampas: um com milhares de agricultores familiares, incluídos pecuaristas familiares, e um outro só com algumas dezenas de multinacionais realizando lavoura em grande escala. No primeiro caso, famílias inteiras e alguns empregados permanentes e temporários ocupam o lugar. No segundo, os administradores moram nas capitais de cada estado e contratam somente alguns empregados altamente treinados para manejar maquinarias que devoram hectares em grande velocidade. Vale lembrar que no Brasil, cerca de quatro milhões de pequenas propriedades rurais empregam 80% da mão-de-obra do campo e produzem 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira. Na Argentina, 66% das unidades produtivas estão em mãos de agricultores familiares, ocupando 13,5% da superfície do país, sendo responsável por 53% do emprego rural. No Uruguai, 74% das unidades produtivas são familiares (cerca de 39.000 unidades produtivas) gerando cerca de 70% do emprego rural. Existe uma sólida bibliografia sobre como a agricultura familiar contribui para a construção de comunidades mais sadias e equitativas do que as comunidades em grande escala, e sobre as consequências sociais, econômicas e até psicológicas da migração forçada de pecuaristas e empregados rurais do campo para a cidade.

MEIO AMBIENTE

Muito tem sido escrito sobre ameaça que a pecuária implica para o meio ambiente. Ainda que a ameaça em potencial é conhecida há muito tempo, não deve ser subestimada. Reconhece-se também que o possível impacto ambiental varia com o sistema de gestão. É muito importante, portanto, enfatizar a busca de soluções específicas a partir da análise dos fatores associados com a produção e o manejo da pecuária nos diferentes ambientes. Ao mesmo tempo, resulta essencial difundir as experiências bem sucedidas e as conquistas alcançadas por muitas unidades produtivas ambientalmente sustentáveis no Pampa.

Para buscar soluções reais é necessário considerar, em primeiro lugar, a diversidade de regiões e de sistemas de produção com suas características tecnológicas e seus ambientes socioeconômicos e culturais, nos quais se desenvolve a atividade pecuária. De igual forma, é muito útil distinguir os atores e os níveis de gestão de cada um deles para uma abordagem integral na busca de soluções que permitam evitar, reduzir ou mitigar o possível impacto negativo dos sistemas pecuários sobre o meio ambiente. É muito importante

esclarecer que o grau de ameaça não é igual em todas as regiões pecuárias. A ameaça e as alternativas de solução são definidas pelas variáveis de diferente natureza como:

- Localização geográfica. Existem regiões com maior ou menor vulnerabilidade à degradação dos recursos naturais. O Pampa, por exemplo, não corre o mesmo risco de desmatamento do que a Amazônia (mesmo se as matas ciliares estejam ameaçadas pelo avanço das monoculturas).
- Características biofísicas como o tipo de solo, a disponibilidade de água e os fatores climáticos desempenham um papel importante no grau de vulnerabilidade.
- Critérios produtivos como a intensidade do sistema e o grau de especialização influem sobre a sustentabilidade ambiental.
- Componentes tecnológicos como a mecanização, o uso de insumos exógenos no sistema como fertilizantes químicos e herbicidas, as fontes de alimentação e nutrição, o potencial genético animal e sua relação com a oferta de recursos para a produção (interação genótipo x ambiente), definem em grande medida o grau de sustentabilidade.
- A diversidade de sistemas de manejo animal, como sistemas em pastoreio; em confinamento; sistemas silvo pastoris; e sistemas mistos ou agrícola-ganadeiros, abarcam uma ampla variedade de fatores que determinam diferenças importantes na sustentabilidade ambiental dos sistemas produtivos pecuários.
- Fatores socioeconômicos como a disponibilidade de mão-de-obra e a relação de preços insumo produto, o pagamento da qualidade do produto, o pagamento de serviços ambientais, e a própria qualidade da gestão da empresa pecuária, influem na aplicação de práticas de manejo mais ou menos sustentáveis.

Frente a esta grande variedade de situações, é obvio que as generalizações podem distorcer não só a própria dimensão do problema, mas também a busca de soluções adequadas e de atores pertinentes para a sua aplicação.

Desde o ponto de vista de atores e níveis de gestão para a busca de soluções, a situação é igualmente complexa e requer um alto nível de interação entre atores públicos e privados. É necessário desenvolver estratégias de gestão na escala do país; região, território, ou comunidade; e focalizar ações no ambiente da cadeia produtiva ou do *cluster* agroindustrial. As ações vão desde o campo da política pública até a gestão empresarial. No caso de políticas públicas destacam-se os temas de ordenamento territorial, manejo ambiental, e desenvolvimento agropecuário, políticas comerciais e de mercados, fortalecimento dos sistemas nacionais de sanidade e inocuidade; e política científica, tecnológica e educativa.

Uma pergunta importante se evidencia: até que ponto os pecuaristas familiares são capazes de se adaptar às políticas que demandam ou apoiam a proteção ambiental? Tentamos responder a essa pergunta na última seção da tese, onde exploramos os limites e as potencialidades da aplicação de boas práticas agrícolas e pecuárias, os programas de rastreabilidade e as estratégias de certificação de inocuidade e qualidade de produtos. A chave do sucesso dessas iniciativas está numa gestão adequada de informação para tomar decisões ao nível do sistema produtivo e para melhorar a percepção e compreensão dos consumidores e da comunidade em geral com respeito à pecuária sustentável.

DIVERSIDADE CULTURAL

A importância das pequenas unidades produtivas para o patrimônio cultural nacional e regional é muito mais valorizada na Europa do que no Cone Sul. A partir das entrevistas observa-se que a pecuária familiar gaúcha não é somente um jeito de produzir no campo: é um modo de viver e uma cultura própria de relação com a natureza, além de uma forma diferenciada de vida comunitária. Uma marca forte da pecuária familiar no bioma Pampa é a cultura gaúcha, que cria identidades locais e ambientais ligando território, práticas sociais, ambiente e cultura. A cultura gaúcha produz sujeitos políticos coletivos que lutam por direitos, por tradições, por sobrevivência e por perspectivas de futuro sem destruição de sua própria história e seus meios de vida. Levanta o desafio do diálogo, do respeito e da construção da unidade política entre várias culturas e identidades camponesas para a luta comum pelo direito à existência e pelo direito à construção do futuro.

A diversidade cultural e produtiva própria da pecuária familiar gaúcha e extensiva facilita a preservação da biodiversidade. Mas não existe pecuária familiar em estado puro: ela está sempre marcada por contradições e enfrentamentos para sua própria afirmação, assim como as permanentes pressões para seu desaparecimento. Vive um processo continuado de afirmação e de tentativas de varrê-la do mapa. Sua existência é sua resistência e sua luta permanente.

A QUESTÃO DA EFICIÊNCIA

Trata-se de um ponto importante: por que dar apoio público a um sistema de produção extensivo como a pecuária familiar, que muitas vezes produz 70 quilos de carne por hectare, quando um método industrial ou intensivo poderia obter o dobro ou até o triplo? A noção, equivocada a nosso ver, de que o progresso técnico na agricultura evolui de forma análoga àquela na indústria, e que escala e eficiência andam juntas, é usada para justificar a adoção de estratégias de modernização baseadas na grande produção em detrimento de uma

supostamente não-competitiva pecuária familiar. Os pecuaristas familiares são frequentemente excluídos quanto ao emprego de tecnologias caras, mas estes produtores encontram como alternativa para produção, produtos com sabor e qualidade, não só visando a onda dos produtos orgânicos, mas também produtos regionais e especiais, para o atendimento aos mercados mais diversificados.

Quanto maior a disponibilidade de mão-de-obra desses pecuaristas (especialmente a gerada pela própria família), maior a possibilidade adaptativa destes em relação às novas tecnologias e ao mercado consumidor destes produtos diferenciados, devido a sua maior quantidade de trabalho disponível.

Pode-se dizer que sistemas complexos, ecologicamente equilibrados, só são viáveis economicamente se operados com base no trabalho familiar. Finalmente, a diversificação de atividades por parte dos pecuaristas familiares passou a ser vista, inclusive, como alternativa para alguns problemas das sociedades europeias: superprodução agrícola, déficit público, êxodo rural, aglomeração urbana excessiva, degradação ambiental. Mantendo-se os trabalhadores no campo, reproduzindo-se a produção agrícola, multiplicando-se as atividades, pode-se ter, ao mesmo tempo, ampliação da renda geral no meio rural, redução dos gastos públicos e preservação do meio ambiente.

A agricultura familiar – e dentro dela, a pecuária familiar - tem muitos aspectos fascinantes. Apesar de tudo o que tem sido escrito sobre elas, as razões de sua teimosa sobrevivência ao longo das gerações continua sendo um quebra-cabeça. Ao final, o destino da pecuária familiar (e da agricultura familiar em geral) dependerá da maneira como a sociedade decida pensar, e construir, o seu próprio futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A GREEN NEW DEAL: Joined-up policies to solve the triple crunch of the credit crisis, climate change and high oil prices. First Report of the Green New Deal Group, 2009. Disponível em: <<http://www.neweconomics.org/gen/uploads/2ajogu>

ABNT. A História da ABNT em Detalhes. 2005. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br/default.asp?resolucao=800X600>> Acessado em novembro de 2006.

ABNT. Avaliação da conformidade. PG-02.03, 2006. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/imagens/certificacao/PG-02.03_Avaliação%20da%20conformidade.pdf?cod_pagina=1000>. Acessado em dezembro de 2006.

ABRAMOVAY, R, O Futuro das Populações Rurais. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2003.

ABRAMOVAY, R. et al. Juventude e Agricultura Familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO. 1998.

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão, São Paulo: Anpocs; Unicamp; Hucitec, 1992.

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 2ª ed. - Campinas: Unicamp, 1998.

ABRÃO, N. História do Município de Caçapava do Sul. 2. Ed. Santa Maria: Pallotti, 1980.

ABREU LIMA, R.C. de et al. O Impacto das Barreiras Sanitárias nas Exportações Brasileiras de Carne *in natura*. São Paulo, ICONE, 2004.

ACICI (AGENCIA DE COOPERACIÓN y de Información para el Comercio Internacional). Nota Informativa: Indicaciones Geográficas: ¿Proteger la Calidad o los Mercados?. Julio de 2005. Disponível em: <http://www.acici.org/acici/documentos/notas/download/nota31_esp.pdf>. Acessado em: Setembro de 2009.

ACOSTA D., LUCESOLI R., PETINARI J., 2004. Consorcio Pampas: Certificación de origen y calidad en ganados y carnes."Del ternero de la Cuenca del Salado al novillo de la Pampa Argentina. In. Sistemas Agroalimentarios Localizados: Procesos de innovación y valorización de los recursos Locales, Ed. INTA. 2004.

ACTIONAID BRASIL. Agricultura, Meio Ambiente e Acesso ao Mercado Internacional: Para quê e quem? Rio de Janeiro, ActionAid Brasil, 2002.

ADGER, W.N. et al. Adapting to climate change: perspectives across scales. *Global Environmental Change* 15 (2), 75-76. 2005.

ADGER, W.N. Vulnerability, *Global Environmental Change* 16 (3), 268-281. 2006.

ADORNO, T. e HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

AGRONEGOCIAR. Brasil reforça prevenção contra a febre aftosa nas fronteiras. 2009. Disponível em: <http://agronegociar.com/pecuaria/29922-brasil-reforca-prevencao-contrafebre-aftosa-nas-fronteiras.html>. Acessado em: Novembro de 2009.

AGROONLINE. Sistema de Gestão Territorial vai apoiar o controle e a prevenção da aftosa na fronteira brasileira. 2006. Disponível em: <<http://www.agronline.com.br/agronoticias/noticia.php?id=2087>>. Acessado em: setembro de 2006.

ALBANESI, A., ROSENSTEIN, S., et. al. La adopción de nuevas tecnologías para soja en pequeños y medianos productores del Centro-Sur de la pcia de Santa Fe. *Revista de Investigaciones de la Facultad de Ciencias Agrarias. UNR. Año 1. N° 1: 75-89, 2001.*

ALBECHE, D.L. *Imagens do gaúcho: história e mitificação*. Coleção História 13. Porto Alegre: EDIPUCR, 1996.

Alegre: Grafosul, 1981. Cortez, 2002.

ALENCAR, E.; MOURA FILHO, J.A. *Caracterização sócio-econômica de unidades de produção no campo*. Lavras: COOPESAL, 1988, 27 p. apostila.

ALLEN, R.; HARRIS, G. What we know about the demographics of U.S. farm, operators, National Agricultural Statistical Service, U.S. Department of Agriculture, February 25. 2005

ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobrimo a família rural. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.1, n.1, p.66-93, 1986.

ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P.S. Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1994. 227 p.

ALVES, V.E.L. A Mobilidade Sulista e a Expansão da Fronteira Agrícola Brasileira. Agrária. São Paulo, Nº 2, pp. 40-68, 2005

AMORIM, C.C. Discutindo o conceito de região. Estação Científica Online Juiz de Fora, n. 04, abr./mai. 2007

ANDRADE MIGUEL, L. et al. Caracterização socioeconômica e produtiva da Bovinocultura de corte no estado do Rio Grande do Sul. PGDR/UFRGS. Porto Alegre, RS, Brasil. Apresentação na SOBER, Sistemas agroalimentares e cadeias Agroindustriais [s.d.]. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/5/1016.pdf>>. Acesso em: 20/06/2007.

ANDREU, J. et. al. Les Averoyonnais dans la Pampa. Fondation, developement et vie de la colonie aveyronnaise de Pigue, Argentine, 1884-1974. Toulouse: Editions Edouard Privat, 1977.

ANDRIGUETO, J.R.,KOSOSKI, A.R. Desenvolvimento e Conquistas da Produção Integrada de Frutas no Brasil – até 2004. Brasília, MAPA, 2005.

ANUÁRIO ESTADÍSTICO. Montevideo: MGAP/OPYPA-Oficina de Programación y Política Agropecuaria, 1998, 2000

APARICIO, S. & BENEZIA, R. Empleo rural en la Argentina, Viejos y nuevos actores sociales en el mercado de trabajo. IN: Seminario Empleo Rural en tiempos de flexibilidad. Buenos Aires, 1 y 2 de diciembre de 1997.

APM. Crean en el Mercosur Observatorio de Agricultura Familiar, [en línea]. Agencia Periodística del Mercosur. 03-05-2007. Sección: Otro mundo posible, 2007. Disponible en: <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=50402>. Consultado en: Marzo de 2009.

ARAOZ, L. F. Trazabilidad de la Carne Bovina en la Argentina. Proyecto FAO – Países del MERCOSUR ampliado, “Apoyo a la Integración del Sector Agropecuario del Cono Sur para Contribuir a las Políticas de Seguridad Alimentaria” (TCP/RLA/2910). Documento de Perfil detallado de Proyecto. Buenos Aires, enero 2004. Disponible en: < http://www.ipcva.com.ar/files/trazabilidad_ra.pdf>. Consultado en: noviembre de 2009.

ARBEICHE, D.L. Imagens do gaúcho. Porto Alegre, Edipucrs, 1996.

ARBELETICHE, P., CARBALLO, C. Dinámica Agrícola y Cambios en el Paisaje. Artículo presentado en el Simposio ESE-6: Dinámicas productivas, territorios y planificación en las periferias latinoamericanas y europeas del Consejo Europeo de Investigaciones Sociales de América Latina – CEISAL, 2007.

ARBELETICHE, P., LITRE, G., MORALES, H. Ganadería Familiar y Transformaciones Territoriales: El Impacto del Avance de las Monoculturas en el bioma Pampa. Trabajo presentado al VIII Bienal del Coloquio de Transformaciones territoriales a desarrollarse en Facultad de Ciencias Económicas (UBA) del 25 al 27 de agosto de 2010, Buenos Aires.

ARBELETICHE, P.; CARBALLO, C. Crecimiento agrícola y exclusión: el caso de la agricultura de secano en Uruguay. Trabajo presentado en el Congreso da Alasru, Quito, Ecuador. 2006.

ARBELETICHE, P.; CARBALLO, C. Sojización y concentración de la agricultura uruguaya. Trabajo presentado en el XXXIV Congreso da Associação Argentina de Economía Agrícola. Córdoba, Argentina. 2006.

ARONSON, J. A pragmatic view of thematic analysis. Qualitative Report, vol. 2 (1), 1994.

ASOCIACIÓN INDUSTRIA ARGENTINA de CARNES , "Evaluación de la Competência Desleal por Evasión en Ganados y Carnes", Buenos Aires, noviembre 1997.

ASSIS PERINA, M. de et al. As Notificações do Brasil no Acordo TBT e a Importância das Normas Técnicas no Comércio Internacional. Artigo elaborado em março/2003 aprovado para o XLI congresso brasileiro de economia e sociologia rural (Sober), 2003. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/tbt-sober2003.pdf>>. Acessado em dezembro de 2006.

ASTORI, Danilo et al. La Agricultura Familiar Uruguay: Orígenes y Situación Actual Montevideo: CIEDUR, Fundación de Cultura Universitaria, Colección Temas Nacionales, Nº 8, 1982.

ATKINSON, J.M. & HERITAGE, J. Structures of social action: studies in conversation analysis. Cambridge University Press, 1984.

AVÉ-LALLEMANT, R. Viagem pela província do Rio Grande do Sul (1858) In CESAR, Guilhermino. *O gaúcho morreu --desde quando?* Porto Alegre: Correio do Povo, Caderno de Folclore, 14/12/1976.

BALBIM, R. N. Região, território, espaço: funcionalizações e interfaces. In CARLOS, A. F. A. (Org.) Ensaio de geografia contemporânea. São Paulo: Hucitec, 1996.

BALDI, G.; PARUELO, J.M. Land-use and land cover dynamics in South American temperate grasslands. *Ecology and Society* 13(2): 6, 2008. Disponível em: <http://www.ecologyandsociety.org/vol13/iss2/art6/>. Acesso em: 10/07/2009.

BANCO MUNDIAL, (Anual) World Development Report, World Development Indicators, Washington. Base de datos en Internet.

BARBOSA LÔBO, R., Tecnologia ao Serviço de uma Raça. Universidade de São Paulo. F.M.R.P. - Departamento de Genética / Grupo de Genética, Melhoramento Animal e Computação, 2001. Disponível em: <<http://www-gen.fmrp.usp.br/gemac/pmgrn/sumario/ano2001/apresent.html#Anchor>>. Acessado em junho de 2006.

BARBOSA, F. D. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST, 1983. 248 p.

BARCELLOS, J. O J., et al.. A bovinocultura de corte frente a agriculturização no Sul do Brasil. In: XI CICLO DE ATUALIZAÇÃO EM MED. VET. - CAMEV, Lages, 2004. Anais... Centro Agroveterinário de Lages: Lages. 2004.

BARCELLOS, M. D. de. "Beef Lovers": um estudo cross-cultural sobre o comportamento de consumo de carne bovina. Tese. Doutorado em Agronegocios. Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegocios. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

BARCELLOS, M. D. de. Processo decisório de compra de carne bovina na cidade de Porto Alegre. Dissertação. Mestrado em Agronegocios. Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegocios. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.

BARCELLOS, M.D. de; CALLEGARO, C.A..M. A importância da informação como indicador de qualidade: o caso da compra de carne bovina em Porto Alegre. In: Associação Nacional dos Programas de Posgraduacao em Administração, 26, 2002, Salvador. Anais.... Salvador: ENAPAD, 2002.

BARDOMAS, S. M. La transmisión de la propiedad como factor relevante en la continuidad de la agricultura familiar en la region pampeana. Un estudio de caso: colonos de origen frances en Pigue. Revista Ciclos, Año X, Volumen X, N. 20, Segundo semestre de 2000.

BECK, U. La sociedade del riesgo: hacia una nueva modernidad. Barcelona: Paidós, 1998.

BECK, U. O que é globalização? equívocos do globalismo: respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BECKER, H. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec, 1997.

BEEFPOINT. Uruguai é o primeiro país a contar com carne natural certificada pela Globalgap. Publicado em BeefPoint.com.br em 09/09/2009. Disponível em: <

<http://www.beefpoint.com.br/?noticialID=56795&actA=7&arealD=15&secaoID=155>>.

Acessado em: Outubro de 2009.

BENCKE, G. Pampa: Uma Fronteira em Extinção. IHU On-Line, São Leopoldo, RS. Edição 190, 7/8/2006. Disponível em: < http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=det_alhe&id=876>. Acesso em: 19/08/2009.

BERALDO et al. Rastreabilidade Bovina e Exportações para a União Européia. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Superintendência Técnica. Brasília, 2008. Disponível em: < <http://www2.faeq.com.br/downloads/RastreabilidadeUE.pdf>>. Acesso em: Julho de 2009.

BERKES, F.; FOLKE, C. (Eds). Lining Social and Ecological Systems: Management Practices and Social Mechanisms for Building Resilience. Cambridge University Press, Cambridge.

BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. p.84-91.

BERRETTA, E. Aspectos de Manejo del campo natural. In: El campo natural y la empresa ganadera. Montevideo: Instituto Plan Agropecuario, p. 29-32. 2003.

BERTELLO, F. En Uruguay es más rentable el negocio de la soja que en Argentina. In La Nacion, 02/09/2008. Disponível em: < http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=1045163>. Acesso em: 26/09/2009.

BERTELLO, F. Soja: Avances en la agricultura sustentable. Buenos Aires. Artigo publicado no Jornal La Nacion, 30/08/2009. Disponível em: <http://especiales.lanacion.com.ar/destacados/09/soja/nota5.asp>. Acesso em: 04/09/2009.

BERTRAND, C.; BERTRAND, G. Pour une géographie traversière: l'environnement à

travers territoires et temporalités. Paris: Éditions Arguments, 2002.

BERTRAND, G. La géoagronomie, en nouveau territoire? In: Dir. PREVOST, P. Agronomes et territoires. Actes du colloque. Paris: Edition Entretiens Du Pradel. 2005.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. In: Caderno de Ciências da Terra, São Paulo, no. 13. 1971.

BEZZI, M. L. São Borja – Transformações no espaço agropecuário: o processo de despecuarização. 1985. 198 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1985.

BIAFARETTI, A. Salud y nutrición en las acciones de marketing de carnes rojas. Relatorio para o Instituto de Promocion de la Carne Argentina [s.d.]. Disponível em: <<http://www.ipcva.com.ar/vertext.php?id=536&palabra=>>. Acessado em: 07/01/2009.

BIANCO, M., CHIAPPE, M. Estado Actual de los Sistemas de Trazabilidad para los Bovinos de Carne en los países del Cono Sur. PROCISUR/IICA. Montevideo, Uruguay. Mayo de 2004.

BIDART, R., Actualidad y Perspectivas de las Exportaciones de Carnes Vacunas. Tesis ISEG, Buenos Aires, 1998.

BILENCA, D., CODESINO, M. & FISCHER, C.G. Cambios en la fauna pampeana. In: Revista Ciencia Hoy en línea. Volumen 18, número 108, Diciembre 2008/Enero 2009. Disponível em: <http://pt.calameo.com/read/0000735907ae09a38fb3a>. Acessado em: 1/09/2009.

BILENCA, D., MIÑARRO, F. Identificación de Áreas Valiosas de Pastizal (AVP) en las Pampas y Campos de Argentina, Uruguay y sur de Brasil, Buenos Aires, Fundación Vida Silvestre Argentina, 2004.

BIRDLIFE Brasil. Conservação dos Pampas do Mercosul. Folder. São Paulo: BirdLife Brasil. Outubro de 2004.

BISANG; R., Las tramas de carne bovina. Estudio 1.EG.33.7 Componente B-1; Coord: R. Bisang y G. Gutman. Préstamo BID 925/OC-AR. Pre II. Coordinación del Estudio: Oficina de la CEPAL-ONU en Buenos Aires, a solicitud de la Secretaría de Política Económica, Ministerio de Economía de la Nación.

BLANC-PAMARD, C. Dialoguer avec le paysage ou comment l'espace écologique est vu et pratiqué par le communautés rurales des hautes terres malgaches. In: Milieux et paysages: essai sur diverses modalités de connaissance. Paris: Mason, 1986.

BODDEY, R. M. et al. (2004) Nitrogen cycling in Brachiaria pastures: the key to understanding the process of pasture decline. Agriculture, Ecosystems and Environment, n. 103 p. 389-403, 2004. Disponível em www.sciencedirect.com. Acesso em: 20 junio de 2007.

BOLDRINI, I.I. Campos do Rio Grande do Sul: caracterização fisionômica e problemática ocupacional. Boletim do Instituto de Biociências, n. 56, Porto Alegre: UFRGS, p. 1-39. 1997.

BONNAL, P. Et al.. Multifuncionalidad de la agricultura y Nueva Ruralidad: Reestructuración de las políticas públicas a la hora de la globalización. Fundación Tierra, Documento de Trabajo, Outubro de 2003.

BORBA, M. S. La marginalidad como potencial para la construcción de "otro" desarrollo. El caso de Santana da Boa Vista, RGS, Brasil. Córdoba, Espanha: Universidad de Córdoba, 1999. (Tese de Doutorado)

BORGES, J.L. Prólogo a una colección de fotografías de la Argentina. In: THORLICHEN, G. La República Argentina: nuestro pabellón. Buenos Aires, Argentina, 1958.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BORREGARD et al. Mercados Verdes. Oportunidades Prometedoras y Desafiantes. Santiago, CIPMA- RIDES, 2003.

BOURDIEU, P. Esquisse d'une theorie de la pratique. Seuil, Points – Essais, 2000.

BOURDIEU, P. Interest, habitus and rationality. In: Bourdieu P, Wacquant L, organizadores. An invitation to reflexive sociology. Chicago: University of Chicago Press; 1992.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. Respuestas por una antropología reflexiva. Grijalbo. México, 1995.

BOURSCHEIT, A. Pampa Ameaçado - O rico, desconhecido e ameaçado Pampa. In:

Revista IBAMA, 2005b.

BOURSCHEIT, A. Pampa Ameaçado - Paisagem ainda preservada. In: Revista IBAMA, 2005a.

BOUSQUET, D.; CAPTAIN, M. La démarche de conseil technico-economique pastel:
BOYATZIS, R.E. Transforming qualitative information: thematic analysis and code development. Sage, 1998.

BRANDÃO, Z. Entre questionários e entrevistas. In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (orgs.). Família & escola. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 171-83.

BREDAHL, M.E. et al. Consumer demand sparks the growth of wuality assurance schemes in the European food sector. In: Regmmi, A. (Ed.): Changing Structure of the Global Food Consumption and Trade. Market and Trade Economics Division, Economic Research Service, US Department of Agriculture, Agriculture and Trade Report. WRS - 01-1, May. Pp. 90-102. 2001.

BRIZ, J. et al.. International beef chain analysis and quality policy: The case of Argentina-Spain. X Congreso EAAE - Asociación Europea de Economistas Agrarios. Zaragoza. Agosto. 2002.

BROSE, M. Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas. Nove anos de experiência do Projeto Prorenda – agricultura familiar no Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. p. 21-107.

BRUMER, A.; DOS ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. Revista NERA. Presidente Prudente. Ano 11, nº. 12 pp. 6-17 Jan.-jun./2008. Disponível em: < http://www4.fct.unesp.br/nera/revistas/12/6_brumer_e_anjos_12.pdf>. Acesso em: Janeiro de 2009.

BRUNSON, M.; PRICE, E.A. Information Use and Delivery Preferences Among Small-Acreage Owners in Areas of Rapid Exurban Population Growth. October 2009. Volume 47 Number 5. Article Number 5FEA4.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o Novo Mundo Rural. Revista Sociologias. Ano 5, n. 10, 2003. p. 312-347.

BUAINAIN, A.; ROMEIRO, A. A agricultura familiar no Brasil. (agricultura familiar e sistema de produção) FAO FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION / INCRA. Relatório do Projeto UTF / BRA / 051 / BRA Brasília: 2000, 58 p. Buenos Aires.

BURAWOY, M. Critical Sociology: A Dialogue Between two Sciences, Contemporary Sociology, 27 (1), 1998.

BUREL, F., BAUDRY, J. Écologie du paysage. Éditions TEC & DOC, Paris. 1999.

BURSZTYN, M. (org) A Díficil Sustentabilidade. Rio de Janeiro, Garamond, 2001.

BURSZTYN, M. A EXCLUSÃO E O LOCAL: Tempos e Espaços da Diversidade ... União Européia e do Brasil. Editora Universidade de Brasília, 2007, pp. 79-102.

BURSZTYN, M. A. & BURSZTYN, M., Contribuições para o Aprimoramento dos Sistemas de Licenciamento Ambiental nos Estados, Doc. Preliminar, Brasília, MMA/PNMA, 1998.

CABANETTES, E., GOMBERT, P. Pigüé, Ces Français Devenus "Gauchos". Editions du Rouergue, 1988.

CABRAL, L. O. A paisagem como campo de visibilidade e de significação: um estudo de caso. Espaço e cultura, Rio de Janeiro, n. 13, p.47-62, Janeiro/Junho 2002.

CABRAL, L.O. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC, v. 41, n. 1 e 2, p. 141-155, Abril e Outubro de 2007. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~revista/rch41/RCH41_artigo_7.pdf>. Acessado em: 27/09/2008.

CADETE FERRÃO, P. Introdução a Gestão Ambiental: A Avaliação do Ciclo de Vida de Produtos. Lisboa, IST Press, 1998.

CALCANHOTO, F. A. Diagnóstico e Análise de Sistemas de Produção no Município de Guaíba/RS: uma abordagem agroeconômica. Porto Alegre: UFRGS, 2001. 218p. (Dissertação de Mestrado).

CALDAS, A. D. S. Novos usos do território: as indicações geográficas protegidas como unidades de desenvolvimento regional. Bahia Análise e Dados, Salvador: SEI, v. 14, n. 3. Dezembro de 2004.

CALUS, M.; LAUWERS, L. Persistence of family farming, learning from its dynamics. Artigo apresentado no seminário 111 EAAE-IAAE 'Small Farms: decline or persistence' University of Kent, Canterbury, UK, 26th-27th June 2009.

CAMARANO, A. A. & ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 15, n. 2, p. 45-66, jul./dez. 1998.

CAMARGO, A. Os Usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas. Revista de Ciências Sociais, v. 27, n. 1, p. 5-28, 1984.

CAMPAÑA, P. El contenido de género en la investigación en sistemas de producción. Santiago de Chile: RIMISP, 1992.

CAMPILLO, F. El enfoque de género en el desarrollo rural: elementos para la discusión en el marco del Procodeer. In: Campos, C. (Comp.). Desarrollo rural con equidad de género. Londrina, PR: Procodeer/IICA/ IAPAR, 1994.

CAMPOLINA DINIZ, Clélio. Políticas de Desenvolvimento Regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil. Editora Universidade de Brasília, 2007, pp. 79-102.

CAMPOS, L.B. & CORRÊA, G.A. Comércio e Meio Ambiente: Atuação Diplomática Brasileira em Relação ao Selo Verde. Brasília, Instituto Rio Branco – Fundação Alexandre de Gusmão, 1998.

CANÉ, B. Informe de situación de la Fiebre Aftosa en la República Argentina, OPIC, Buenos Aires, 1997.

CARAMBULA, M. Pasturas naturales mejoradas. Montevideo: Ed. Hemisfério Sur, 1997. p. 05-63.

CARDOSO, C. F. S. de. Agricultura, escravidão e capitalismo. 2. ed. Petrópolis: Vozes,

1982.

CARLEIAL, L. M. DA F. A questão regional no Brasil contemporâneo. In: LAVINAS, L. et al. (Orgs.) Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993.

CORRÊA, R. L. Região: a tradição geográfica. In: ---. Trajetórias geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CORRÊA, R. L. Região e organização espacial. São Paulo: Ática, 1986.

DUARTE, A. C. Regionalização- Considerações Gerais. In: Boletim de Geografia Teórica, Vol. 10. N. 20, São Paulo, 1980

ESTRADA, Ezequiel Martínez. Radiografía de la pampa. I. Buenos aires. Editorial Losada, 1946.

FLACAM & UNESCO. Programa camino del gaucho. Paisaje cultural y territorio en el bioma pampeano. Teatro de experimentación del desarrollo sustentable propuesta para la cooperación con unesco-orcyt Bienio 2004-2005. 2003.

GOMES, P. C. da C. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GOMES, P. C. da C. Geografia e Modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GUIBERT, M. La Cuenca del Plata: ¿un espacio regional transfronterizo en el Mercosur? Reflexiones preliminares sobre los resultados del programa CDP - Cuenca del Plata. Pampa, revista interuniversitaria de Estudios Territoriales. Universidad Nacional del Litoral (Argentina) e Universidad de la República (Uruguay). Volumem 01. 2005. p251-255. Disponível em: http://bibliotecavirtual.unl.edu.ar:8180/publicaciones/bitstream/1/54/1/pampa_a1_n1_p251-255.pdf. Acessado em: 26/09/2009.

GUIBERT, M. Re-territorialización del sector agropecuario cuencaplataense: apuntes de

base sobre las reconfiguraciones productivas actuales. In: Agricultura, Desenvolvimento e Transformações socio-espaciais, Actas do III encontro dos grupos de pesquisa, UFRGS, Porto Alegre, 30/07 ao 01/08/2007, livro no prelo, 2008.

CARDOSO, R. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, R. (org.). A Aventura antropológica: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-106.

CARNEIRO, M.J. Acesso à terra e condições sociais de gênero: reflexões a partir da realidade brasileira. Texto apresentado no VII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural. Quito, 20-24 de novembro de 2006, 16p. Disponível em: <www.alasru.org/cdalasru2006/01%20GT%20Maria%20Jos%C3%A9%20Carneiro.pdf>. Acesso em: 27/09/2008.

CARNEIRO, M.J. Camponeses, agricultores e pluriatividade. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1998.

CARNEIRO, M.J. Herança e gênero entre agricultores familiares. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.9, n.1, p.22-55, 2001.

CARNEIRO, M.J. O ideal *rurbano*: campo e cidade no horizonte dos jovens. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, et al. (orgs). Mundo Rural e Política; ensaios

CARRILLO J. Manejo de un rodeo de cría. 2° Ed. INTA Centro Regional Buenos Aires Sur, 507 p., 1997.

CARRILLO, J. & SCHIERZMANN, G. Beef cattle production in the temperate zone of South America (Argentina and Uruguay). IN: Jarrige, R.; Béranger, C. eds. Beef cattle Production. Elsevier, Amsterdam. World Animal Science, C, Production-system approach, 5, 1992.

CARTMELL, D. D. II, ORR, C. L., KELEMEN, D. B. Effectively disseminating information to limited-scale landowners in the urban/rural interface. *Journal of Extension* [On-line], 44(1), 2006. Article 1FEA5. Disponível em: <http://www.joe.org/joe/2006february/a5.php> . Acessado em: Maio de 2009.

CASABURI, G.; PERONA, E., RECA, A. ¿Preparados para alimentar el mundo? El agro

argentino en el Siglo XXI. IERAL de Fundación Mediterránea. 1998.

CASTRO, D. et al. A Rotulagem Ambiental no Contexto de Comércio Internacional. Ribeirão Preto, Esalq/USP, 2004. Disponible no site http://cepea.esalq.usp.br/pdf/cma_maio04_rotul_amb.pdf, acessado em setembro de 2006.

CENSO AGROPECUARIO 1990. Montevideo: DIEA/MGAP, 1994.

CENSO DE POBLACIÓN Y VIVIENDA. Montevideo: INE, 1996.

CENSO NACIONAL AGROPECUARIO (CNA), Buenos Aires, República Argentina : República Argentina, Ministerio de Economía y Producción, Secretaría de Política Económica, Instituto Nacional de Estadística y Censos, 2006.

CEP Secretaría de Industria Comercio y Minería, "Carnes: de la Tradición al Marketing" en Notas de la Economía Real, N° 9, Buenos Aires, diciembre 1998.

CESAR, G. O gaúcho morreu... desde quando? Jornal Correio do Povo. Caderno de Folclore. Porto Alegre, 14/12/1976.

CHACON, S.S. O Sertanejo e o caminho da s águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido. Fortaleza: BNB, 200. Série Teses e Dissertações. Vol. 8.

CHAMBERS, R. & CONWAY, G. R. Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21 st century. Institute of Development Studies (IDS) Discussion Paper, 1991.

CHAMBERS, R. Whose Reality Counts?: Putting the First Last. London: Intermediate Technology Publications, 1997.

CHAMPREDONDE M, ALBALADEJO C., ERCOLI F. Local territorial insertion of cattle breeders and artificialization of production systems: logics of cattle feeding in the Southwest of the Argentine Pampa, En XII Congreso Mundial de la Asociación Internacional de Sociología Rural (IRSA), 6 a 11 de julio de 2008, Goyang, Corea del Sur, 2008b.

CHAMPREDONDE M., CASABIANCA F. Quelles échelles territoriales pour des politiques publiques favorisant la construction d'appellation d'origine ? Le cas des viandes bovines pampéennes en Argentine. En coloquio internacional « Systèmes agro-alimentaires localisés: produits, entreprises et dynamiques locales ». 16 a-18h Octubre de 2002, Montpellier, Francia, 2002.

CHAMPREDONDE M., COUDERC J., TOURRAND JF. Factores explicativos de la implementación de la suplementación y sus modalidades en bovinos. En actas del 30° Congreso Argentino de Producción Animal, 3 a 5 de octubre de 2007, Santiago de Estero, Argentina, 2007.

CHAMPREDONDE, M. et al. La Pampa como indicación geográfica para diferenciar carnes vacunas en Argentina y en Brasil: motivaciones de los actores locales, limitantes para su implementación. Artículo presentado no IV Congreso Internacional de la Red SIAL, Mar del Plata 27 al 31 de octubre de 2008.

CHAMPREDONDE, M. Localización, deslocalización, ¿relocalización? de la calidad de las carnes vacunas pampeanas argentinas. Impacto territorial. INTA Bordenave. In: Velarde I, Maggio A., Otero G., (Compiladores), Sistemas Agroalimentarios Localizados en Argentina. Edición INTA, 2008a.

CHAMPREDONDE, M. Una integración de dos dimensiones. Grupo de productores que instalaron su propia carnicería. Bordenave, Argentina, INTA, 1998. Disponible em: <http://www.inta.gov.ar/bordenave/contactos/autores/champre/carniceria.pdf>. Acceso em Dezembro de 2006.

CHAMPREDONDE, M. Valorización de carnes producidas en sistemas pastoriles: Oportunidades y Desafíos. INTA EEA Bordenave, Argentina [s.d.]

CHAMPREDONDE, M., COQUART, D. Gestión de incertidumbres y calidad de productos. El caso de los vacunos producidos en el sudoeste pampeano. INTA E.E.A. Bordenave [s.d.].

CHAYANOV, A. V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Vision. 1974.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. IN: GRAZIANO DA SILVA, J.; STOLKE, V. (org.) A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 133-163.

CHELOTTI, C. M, PESSOA SALAZAR, V.L. (Re)visitando a geografia agrária de Raymond Pébayle: Interpretações sobre o espaço agrário gaúcho. CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de geografia agrária, v.2, n. 4, p. 38-61, ago. 2007.

CHIA E. et al., Proposição metodológica para el estudio de las lógicas socio-económicas de los Productores agropecuarios. Seminario INTA INRA IDEAS. Balcarce, Argentina, 1998.

CHIAPPE, M. Cada Uno a lo Suyo: Contribuciones de las Mujeres a la Producción Lechera del Uruguay. Agric. São Paulo, SP,48(2):15-31, 2001

CHIRIBOGA, M. Desafíos de la pequeña agricultura familiar frente a al globalización. Centro Latino Americano para el Desarrollo Rural –RIMISP-, Boletín Intercambio. No. 13, Abril de 2002.

CHOMENKO, L. O Bioma Pampa no atual modelo de desenvolvimento econômico. In Zoobotânica Informa - Retrospectiva 2003-2006. Ano VIII, Dezembro 2006.

CITTADINI R.; BURGÉS J.; GONZÁLEZ GARCÍA M.; HAMDAN V.; URCOLA H. PÉREZ R.; NATINZON P.; LUCESOLI R., CHIA E. y DEDIEU B. 1999. "Diversidad de Sistemas y de prácticas en Ganadería" Primeras Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales. Facultad de Ciencias Económicas - UBA/FLACSO/INTA. Buenos Aires 4 e 5 de nov. de 1999 (Publicação em CD ISBN 950-29-0556-3)

CITTADINI, R. Articulación entre los organismos de investigación y de desarrollo y las colectividades rurales locales. Tesis de doctorado en Desarrollo Rural. Toulouse. Mimeo, 1993.

CITTADINI, R. et al. Diversidad de Sistemas y de prácticas en Ganadería. Primeras Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales. Facultad de Ciencias Económicas - UBA/FLACSO/INTA. Buenos Aires, 4 y 5 de nov. de 1999.

CITTADINI, R; DEDIEU, B; DERAIL, L AND PEREZ, R. Explotaciones agropecuarias, trabajo y tecnología. Artigo apresentado no X World Congress of Rural Sociology, Rio de Janeiro, 2000.

COMISIÓN NACIONAL DE FOMENTO RURAL (CNFR). Propuesta de Políticas Públicas Diferenciadas para el Desarrollo de la Agricultura Familiar. Setembro de 2009. Disponível em: <http://cnfr.org.uy/uploads/files/propuestapoliticas.pdf> Acessado em: 1 de novembro de 2009.

COMPAGNONE, C., Agriculture raisonnée et dynamique de changement en viticulture bourguignone, *Recherches sociologiques*, n°3, p. 103-21, 2004.

CONSTANZA, R., et al. The value of the world's ecosystem services and natural capita. In: *Nature*, 1997, 387.

CORIN E, UCHÔA E, BIBEAU G, HARNOIS G. Les attitudes dans le champ de la santé mentale. Repères théoriques et méthodologiques pour une étude ethnographique et comparative. Montréal: Centre de Recherche de l'Hôpital Douglas, Centre Collaborateur OMS; 1989.

CORSI, A. Intra-family succession in Italian farms. *Colloque SFER*. La Sorbonne, Paris, pp. 14, 2004.

CÔRTEZ, J. C. Paixão. Falando em tradição e folclore gaúcho. Excertos jornalísticos. Porto

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. p. 92-122.

COSTA, R. Comercialização e transformação dos produtos da agricultura familiar: alguns pontos a discutir. Encontro Nacional de Agroecologia (ENA). Rio de Janeiro, 2002.

COSTA, R. H. Da & MOREIRA, I. A. G. Espaço & sociedade no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. 110 p. (Série Revisão, 10).

- COSTA, R. H. da. Latifúndio e identidade regional. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.
- COTRIM, M. S. "Pecuária familiar" na região da Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem a situação socioagroeconômica do pecuarista familiar no município de Canguçu RS. Porto Alegre: UFRGS / PGDR (Dissertação de Mestrado) 2003.
- COUTINHO, I. & FERRAZ, J, Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira. Campinas, SP - Editora da Unicamp, 1995.
- COVELLO, V.T., JOHNSON, B.B. The social and cultural construction of risk: issues, methods, and case studies. In: Johnson BB, Covello VT, organizadores. The social and cultural construction of risk. Dordrecht, Holland: D. Reidel Publishing Company; 1987. p.vii-xii.
- COZZARIN, B. P. E BARRY, P. J. Organizational Structure in Agricultural Production Alliances. In: International Food And Agribusiness Management Review, 1 (2), 1998.
- DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. RS: Economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p.7-28, 93-117, 229-254, 358-402. (Documenta, 2)
- DARRÉ, J. P. L'invention des pratiques dans l'agriculture. Vulgarisation et production locale de connaissance. Karthala. Paris, 1996.
- DARRÉ, J. P. La parole y la technique. L'univers de pensée des éleveurs du Ternois. L'Harmattan. Paris, 1985.
- DARRÉ, J.-P. Comment les façons de faire et de penser se transforment : l'étude des
DARRÉ, J.-P. La production de connaissance dans les groupes locaux d'agriculteurs, *Agriscopes*, Angers, ESA, 7 : 24-36, 1986a.
- DAVIS, P. S. In the founder's shadow: Conflict in the family firm. *Family Business Review*, 12, 299. 1999.
- DE LAS CARRERAS A., La modernización del consumo de carnes, Buenos Aires, 1996.
- DE LEON, K. El Uruguay rural y sus mujeres: producción, trabajo, y organización. Montevideo: GRECMU, 1993.
- DE MELLO, M.A. et al. Sucessao Hereditaria e Reproducao Social da Agricultura

Familiar. Agricultura Sao Paulo. SP 50 (1) 11-24, 2003.

DEDIEU B., SERVIERE G. Des pistes pour améliorer le travail des éleveurs. POUR, 182, 32-38. 2004.

DEDIEU, B. et al. Bilan travail pour l'étude du fonctionnement des exploitations d'élevage. Méthode. Collection Lignes, 1993 modifié et réédité en 2000, Institut de l'Elevage/INRA, 27p. 2000.

HABERMAS, J. Teoria de la acción comunicativa I - Racionalidad de la acción y racionalización social. Madri: Taurus, 1987b.

HABERMAS, J. Teoria de la acción comunicativa: Complementos y estudios previos. Madri: Catedra, 1994

HABERMAS, J.. Teoria de la acción comunicativa II - Crítica de la razón funcionalista. Madri: Taurus, 1987c.

HAESBAERT, R C. Região, diversidade territorial e globalização. Geographia, Niterói, v. 1, n. 1, 1999.

HAESBAERT, R.C. O mito da desterritorialização: do " fim dos territorios"à multiterritorialidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R C. Morte e vida da região: antigos paradigmas e novas perspectivas da Geografia Regional. 2002 [mimeo.]

IANNI, O. A sociedade global. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

IANNI, O. Teorías de la globalización. Mejico, Siglo veintiuno. 1997.

IANNI, O. As Ciências Sociais Na Época Da Globalização. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 1998, vol.13, n.37, pp. 33-41 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-

69091998000200002&Ing=en&nrm=iso>. Acesso em: Julho de 2009.

DEDIEU, B. Reflexions sur l'organisation du travail en systemes d'eleveage extensif a partir de "bilan travail. Revue Travaux et Innovation, 17, 19-26. Francia, 1994.

DEDIEU, B., et.a. Introduction générale. IN: B. Dedieu, E. Chia, B. Leclerc, Ch. Moulin, M. Tichit (eds) L'élevage en mouvement. Flexibilité et adaptation de exploitations d'herbivores. Paris: Ed Quae, pp. 11-24, 2008.

DEDIEU, B., SERVIERE, G. Des pistes pour améliorer le travail des éleveurs, POUR, 182, pp. 32-38, 2004.

DEDIEU, B.; CHAUVAT, S.; SERVIERE, G.; TCHAKERIAN, E., Bilan Travail pour l'étude du fonctionnement des explotations d'eleveage. Institut de l'Elevage – INRA, 2000.

DEERE, C. D.; LEON, M. Género, propiedad y empoderamiento: tierra, estado y mercado en América Latina. Bogotá: Tercer Mundo, 2000.

DEFFONTAINES, J.P. Dynamique physiologique d'un paysage rural. Essai de modélisation de la composante agricole. Paris: Cahiers d'études et de recherches francophones / Agricultures. Volume 4, Numéro 6, Novembre-Décembre, 1995.

DEFFONTAINES, J.P., BENOÎT, M., LARDON, S. ED. Acteurs et territoires locaux. Vers une géoagronomie de l'aménagement. Editions INRA, Savoir faire. 2006.

DELGADO, G. C. Agricultura familiar e política agrícola no Brasil. In: RAMOS, P. & REYDON, B.P. (Orgs.). Agricultura e agroindústria no Brasil. Campinas: ABRA, 1995.

DEMARIA, M. R. et al. Pampas deer conservation with respect to habitat loss and protected area considerations in San Luis, Argentina. Biological Conservation Volume 115, Issue 1, January 2004, Pages 121-130. 2004.

DEPIGNY, S. Le modele PAYSAGRI. Experimentation de la sensibilite au paysage des agriculteurs comme facteur des evolutions du paysage rural. These pour l'obtention du Doctorat d'Agronomie d'AgroParis Tech. Paris, 14 dezembro de 2007.

DIARIO POPULAR (2005). Forte impulso à pecuária regional. Pelotas 21/08/2005. Disponível em www.diariopopular.com.br, acessado em novembro de 2006.

DIRECCIÓN NACIONAL DE MERCADOS Agroalimentarios. Alimentos Argentinos. Publicación periódica. 1996 en adelante, Buenos Aires.

DOCKES, A.C.; MORHAIN, B.; TCHAKERIAN, E., Accompagner les eleveurs dans les processus de changement technique, les methodes et outils de l'Institut de l'Elevage. Presentacao no seminário INRA, "Transformation des Pratiques techniques et flexibilité des systemes de'élevage", 15-16 marco, 2004. Institut de l'Elevage, Article Ref. Number 240459030.

DOMINGUEZ, A. El desarrollo local en el marco del proceso de globalización. In: LINCK, T.; SCHIAVO, C., (org.). Globalización y Territorio. Nueva Ruralidad, Patrimônios Colectivos Y Sustentabilidad en La Cuenca Del Plata. Montevideo, Editorial Nordan-Comunidad, 2003.

DOUGLAS, M. Implicit meaning. London and New York: Routledge; 1999.

DOUGLAS, M. Risk acceptability according to the social sciences. New York: Russell Sage Foundation; 1985.

DOUGLAS, M. Risk and Blame: essays in cultural theory. London: Routledge; 1992.

DOUGLAS, M., WILDAVSKY, A. Risk and culture: an essay on selection of technological and environmental dangers. Berkeley: University of California Press; 1982.

DROULERS, M. Trajetórias e cenários de integração das populações rurais. Exemplos Brasil e França. XIX Encontro nacional de Geografia agrária - São Paulo USP, 2009.

DROULERS, M., BROGGIO, C. L'espace et le développement au Brésil : de la géophagie à une géosophie ? Revue Tiers Monde. Juillet-Septembre, 167, 2001. Disponível em: < <http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/29/07/77/PDF/Tiers-Monde-2001.pdf>>. Acessado em: 05/03/2009.

DROULERS, M., BROGGIO, C. L'espace et le développement au Brésil : de la géophagie à une géosophie ? Revue Tiers Monde. Juillet-Septembre, 167, 2001. Disponível em: < <http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/29/07/77/PDF/Tiers-Monde-2001.pdf>>. Acessado em: 05/03/2009.

DUARTE, S.; PALMEIRA, M. O impacto da crise econômica americana no bioma pampa. In: Observatorio de la Economía Latinoamericana. Número 105, 2008.

DUFFY, M. B.; LAMBERTI, A. Who will farm the land? No easy answers. 2000. Disponível em: http://www.leopold.iastate.edu/pubs/nwl/2002/2002-1-leoletter/farm_succession.htm Acessado em Abril de 2008.

DUFUMIER, M. Les projets de développement agricole: manual d'expertise. Paris: Karthala et CTA, 1996. 354 p.

DUFUMIER, M. Sistema de producción y desarrollo agrícola en el Tercer Mundo. Paris: INA-PG, 1986. 18p.

DURSTON, J. Comparative International Analysis of Rural Youth Policy in Developing Countries: Coping with Diversity and Change. CEPAL, Santiago de Chile, Rome, 1995.

DURSTON, J. Estratégias de vida de los jóvenes rurales en América Latina. In: CEPAL, Juventud rural - modernidad y democracia en América Latina. Santiago, Chile, 1996.

DURSTON, J. Juventud rural. Datos para superar la invisibilidad y los estereotipos. Trabajo presentado en el XX. Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología (ALAS) Sao Paulo, 31 de agosto al 5 de setiembre de 1997.

ECODEBATE. MMA e Ibama divulgam Nota Retificadora sobre o Monitoramento do Desmatamento no bioma Cerrado. 2009. Disponível em: < <http://www.ecodebate.com.br/2009/11/27/mma-e-ibama-divulgam-nota-retificadora-sobre-o-monitoramento-do-desmatamento-no-bioma-cerrado/>>. Acesso em: 2/02/10.

EIJÁN, S. História de Rivadavia y sus Alrededores. Madrid, 1920.

EL PAIS Digital. Frigoríficos: No estamos muy lejos de duplicar las exportaciones. Ha quedado demostrado que incorporar valor agregado a la materia prima limita el acceso del producto a diferentes mercados. Montevideo, Uruguay: 21 de agosto de 2006. Disponível em: <
http://www.elpais.com.uy/Suple/EconomiaYMercado/06/08/21/ecoymer_232986.asp>. Acessado em: Novembro de 2009.

EL PAIS. Los que juegan libres. 27/05/2009. Montevideo, Uruguay. Disponível em: http://www.elpais.com.uy/Suple/Agropecuario/09/05/27/agrope_419605.asp. Acesso em: 24/07/2009.

ELLIS, F. & BIGGS, S. Evolving themes in Rural Development 1950s-2000s. Development Policy Review, 19 (4), p. 437-448, 2001.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. The Journal of Development Studies, 35 (1): 1998, p.01-38.

ELLIS, F. Peasant economics. Farm households and agrarian development. New York: Cambridge University Press, p.1-15. 1988.

ELLIS, F. Rural livelihoods and diversity in developing countries. Oxford, Oxford University Press. 2000.

EMATER RS / ASCAR – Escritório Municipal de Caçapava do Sul. Sumário do Diagnóstico Sócio-Econômico do Município. Caçapava do Sul, 1994. 24 P.

EMATER RS / ASCAR. Caracterização do pecuarista familiar da extensão rural no Rio Grande do Sul com vistas as ações para o desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: EMATER / RS. 2000.

EMATER RS / ASCAR. Programa Estadual de Pecuária Familiar. EMATER RS – ASCAR, 2004. 12 p.

EMATER RS. ASCAR. Caracterização do pecuarista familiar da extensão rural no Rio Grande do Sul com vistas as ações para o desenvolvimento rural sustentável. Porto

Alegre: EMATER / RS, 2000.

EMATER. Pecuária familiar. Série Realidade Rural, 34. Porto Alegre: EMATER RS, 2003.

EMATER. RS / ASCAR. Pecuária familiar. Porto Alegre: EMATER RS / ASCAR, 2003. 79 p. (Série Realidade Rural, 34)

EMATER. RS / ASCAR. Pecuária familiar. Porto Alegre: EMATER RS. (Série Realidade Rural, 34) 2003.

EMBRAPA Gado de Corte, Manual de Boas Práticas Agropecuárias – Bovinos de Corte. Editor Técnico: Ezequiel Rodrigues do Valle. Campo Grande, MS: Embrapa Gado de Corte. Disponível na íntegra no site <http://www.cnpqg.embrapa.br/bpa/pdf/ManualBPA2006.pdf>, acessado em dezembro de 2006.

EMBRAPA Informação Tecnológica, Elementos de Apoio para as Boas Práticas Agrícolas e o Sistema APPCC. 2ª Edição. Brasília. DF (Série Qualidade e Segurança dos Alimentos). Convênio PAS, 2005.

EMBRAPA. Aquecimento Global e a Nova Geografia da Produção Agrícola no Brasil, 2008. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/aquecimentoglobal.pdf>>. Acessado em: Novembro de 2009.

ERRINGTON, A. Managing succession in the farm family business. Farm Manag., 8, 1993.

EUCLIDES FILHO, K. et al. Boas Práticas na Produção de Bovinos de Corte. Campo Grande, MS : Embrapa Gado de Corte, 2002.

EUCLIDES FILHO, K. Supply chain approach to sustainable beef production from a Brazilian perspective. In: Livestock Production Science 90, 2004.

EUREPGAP Regulamento Geral Eurepgap – IFA, Pontos de Controle e Critérios de Cumprimento Eurepgap – IFA, check list Eurepgap – IFA. Versão 2.0. (S.I.): Planejar

Brasil, 2005.

EUREPGAP, Regulamento Geral Eurepgap – IFA, Pontos de Controle e Critérios de Cumprimento Eurepgap – IFA, check list Eurepgap – IFA. Versão 2.0. (S.I.): Planejar Brasil, 2005.

EUROGAP. Regulamento Geral Garantia Integrada da Fazenda - Versão Português - Br (1) Cód Ref: IFA 2.0 RG. Versão: 2.0-Mar05. 2005. Disponível em: <http://www.eurepgap.org/documents/webdocs/EUREPGAP_GR_IFA_V2-0Mar-05_PT_update_19July05.pdf>. Acessado em julho de 2006.

FALK, I., KILPATRICK, S. What is social capital? A study of interaction in a rural community. Sociologia Ruralis. Vol 40, Nº1: 87-109. European Society for Rural Sociology. Blackwell Publishers. UK, 2000.

FANKHAUSER, S. The Costs of Adapting to Climate Change. GEF Working Paper 16, The Global Environmental Facility, Washington, 1998.

FAO (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION) / INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Análise diagnóstico de sistemas agrários. Guia metodológico. Brasília: PCT INCRA/FAO (UTF/BRA/051/ BRA), 1997.

FAO (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION) / INCRA. Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. Brasília: 2000, 74 p.

FAO (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION) Livestock's Long Shadow – Environmental Issues and Options. Programa LEAD. 2006. Disponível em: http://www.virtualcentre.org/en/library/key_pub/longshad/A0701E00.pdf Acesso em: 25/05/2007.

FAO (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION) El estado mundial de la agricultura y la alimentación: enseñanzas de los cincuenta últimos años”. Roma, 2000.

FAO. Some issues relating to food security in the context of the WTO negotiations on agriculture. FAO Geneva Round Table on Food Security in the Context of the WTO Negotiations on Agriculture – Anais. Roma, Julho/2001.

FARINA, E., Challenges for Brazil's Food Industry in the Context of Globalization and Mercosur Consolidation. In: International Food And Agribusiness Management Review, 2(3/4): 315–330, 2001.

FAVERET FILHO, P.; PAULA, S.R.L. de. Cadeia da carne bovina: O novo ambiente competitivo. Versão Preliminar, 1997.

FEE - FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. Região Sul / RS Indicadores econômicos. Porto Alegre, 1995. 36 p.

FELÍCIO, P.E. de. Rastreabilidade aplicada à carne bovina. In: MATTOS, W.R.S. et al. (Ed.). A produção animal na visão dos brasileiros. Piracicaba: FEALQ, 2001. p294-301.

FERREIRA FILHO, A. História Geral do Rio Grande do Sul: 1503-1957. Porto Alegre: Globo, 1958. 184 p.

FERREIRA, A. B. H. Novo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

FERREIRA, A.J.D et al. On the need for the development of a holistic and integrated Environmental Management paradigm. Lessons learned so far with the implementation of the EMAS@SCHOOL project. I Conferência Luso-Espanhola de Gestão e Contabilidade Ambiental, 2005.

FERREIRA, G. Alianças Empresariais em Cadeias de Produção: Estrutura, Motivação e Estratégias na Produção de Carne Bovina. In: Anais do I Encontro de Estudos em

FERREIRA, G. Alianças Empresariais em Cadeias de Produção: Estrutura, Motivação e Estratégias na Produção de Carne Bovina. In: Anais do I Encontro de Estudos em Estratégias, 2003.

FERREIRA, J.R.C. Evolução e diferenciação dos sistemas agrários do município de Camaquã - RS: uma análise da agricultura e suas perspectivas de desenvolvimento. Porto Alegre: UFRGS, 2001. 181 p. (Dissertação de Mestrado).

FETSCH, R. J. Ranching and farming with family members (Doc. 10.217). Fort Collins, CO: Colorado State University Cooperative Extension. 1998.

FETSCH, R. J., & ZIMMERMAN, T. S. Marriage and family consultation with ranch and farm families: An empirical family case study. *Journal of Marital and Family Therapy*, 25, 1999.

FIALHO, M. A. V. Rincões de pobreza e desenvolvimento: interpretações sobre comportamento coletivo. 2005. Tese (Doutorado no Curso de Pós – Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2005.

FIBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Econômicos do Rio Grande do Sul, 1950 - 1995/96. Rio de Janeiro: IBGE, 1998, n.22.

FIFRA. Las carnes Argentinas. Buenos Aires. Abril de 2002.

FINUCCANE, M.L, SLOVIC, P., MERTZ, C.K., FLYNN, J, SATTERFIELD, T.A. Gender, race, perceived risk: The "white male" effect. *Health, Risk & Society* 2000; 2, 159-172.

FIORELLI, C. et al. Why livestock farming while having another job? Communication. Published by INRA, UMR1273 Métafort, Equipe Transformations des Systèmes d'Élevage. 2007.

FLEURY, A. & FLEURY, M.T. Estratégias Empresariais e Formação de Competências: um quebra-cabeça caleidoscópico da Indústria Brasileira. São Paulo: Atlas, 2000.

FLORA, J. Social capital and communities of place. *Rural Sociology* 63 (4): 481-506. Rural Sociological Society. Washington, 1998.

FLORES, M.; FLORES, H.A.H. Rio Grande do Sul: aspectos da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993. 124 p.

FLORIANI, N. et al. Desvendando Os *Terroirs* Agroecológicos De Rio Branco Do Sul-Pr:

Uma Abordagem Geo-Sócio-Agrônoma Da Paisagem Rural E Do Diagnóstico Participativo Do Território. Revista Geografar. Curitiba, v.3, n.1, Jan./jun. 2008. Disponível em: < www.ser.ufpr.br/geografar>. Acessado em: novembro de 2009.

FMI (Food Marketing Institute). Trends in The United States - Consumer Attitudes and the Supermarket, 2004. Disponível em http://www.fmi.org/forms/store/ProductFormPublic/search?action=1&Product_productNumber=2052. Acessado em novembro de 2006.

FOCHEZZATO, A. et al Apontamentos para o estudo da pecuária familiar na Metade Sul do Rio Grande do Sul. ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA (2. 2004; Porto Alegre, RS) Anais... Porto Alegre: FEE / PUCRS. 2004. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/eeg>. Acessado em: 31/12/2004.

FOLKE, C. Resilience and the emergence of a perspective for social-ecological systems analyses.. Global Environmental Change 16 (3), 253-267, 2006.

FONAF. Fondo Nacional de Agricultura Familiar Argentina. 2004. Disponível em < http://fonaf.com.ar/index.php?option=com_content&task=view&id=14&Itemid=28>. Acessado em: 30 /08/2007.

FONAF. Foro Nacional de la Agricultura Familiar. Segundo Plenario. Agosto, 2006.

FONSECA, P. C. D. RS: Economia & conflitos na República Velha. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. 144 p. (Documenta, 18).

FONSECA, P.A.V.D. Formação do Gaúcho. Passo Fundo: Diário da Manhã, 1982.

FONTOURA, L. F. M. Macanudo Taurino: uma espécie em extinção? Um estudo sobre o processo de modernização na pecuária da Campanha gaúcha. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2000. 273 p. (Tese de Doutorado em Geografia Humana).

FONTOURA, L. F. M. O desenvolvimento da Metade Sul e a pecuária. In: ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA, 22., 2002, Rio Grande. Anais... Rio Grande: AGB, 2002. p. 89-91.

FONTOURA, L. F. M. O desenvolvimento da Metade Sul e a pecuária. In: ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA, 22., 2002, Rio Grande. Anais... Rio Grande: AGB, 2002. p. 89-91.

FOOD MARKETING INSTITUTE (FMI) Trends in The United States - Consumer Attitudes and the Supermarket., 2000. (http://www.fmi.org/forms/store/ProductFormPublic/search?action=1&Product_productNumber=2052. Acessado em novembro de 2006).

FOSSATTI, M. Uruguay, Producción rural familiar y formulación de políticas diferenciadas. Montevideo: IICA, Oficina Uruguay, 2007. Disponível em: <<http://www.iica.int/prensa/comuniica/2006/n7-esp/n3.asp>>. Acesso em: 15/07/2007.

FOSSATTI, M. Producción rural familiar en Uruguay: caracterización para la formulación de políticas diferenciadas. Oficina del IICA en Uruguay. 2006. Disponível em: <<http://www.iica.org.uy/data/documentos/247418.pdf>>. Acessado em Setembro de 2009.

FOSSEY, E. Et al. Understanding and evaluating qualitative research. Australian and New Zealand Journal of Psychiatry; 36: 717-732, 2002.

FREITAS, D. O mito da "produção sem trabalho". In: DACANAL, José H. E GONZAGA, Sergius (orgs.). RS: cultura & ideologia. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980. p.7-24. (Série Documenta, 3).

FRIEDMANN, H. Simple Commodity Production and Wage Labour in the American Plains. Journal of Peasant Studies, London, v.6, n.1, p.71-100, 1978a.

FRIEDMANN, H. World Market, State and Family Farm: social bases of household production in the era of wage labour. Comparative Studies in Society and History, Cambridge, v.20, n.4, p.545-586. 1978

FRITZ FILHO, L.F.; DE ANDRADE MIGUEL, LOVOIS. A importância do Estado na evolução da agricultura no Planalto Médio do Rio Grande do Sul. Capítulo apresentado no Quarto Encontro de Economia Gaúcha, 29-30/05/2008. Disponível em: <www.pucrs.br/eventos/eeg/trabalhos/agricultura-sessao1-1.doc>. Acesso em: 30/07/2009.

FÜRSTENAU, V. Pecuária de corte: baixos índices zootécnicos e eficiência no setor exportador. In: INDICADORES ECONÔMICOS FEE / Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Porto Alegre. V.32., N.01, 2004.

G1. Calote estimula campanha de pecuaristas do Centro-Oeste por venda de boi à vista. Por Ligia Guimarães, do G1, em São Paulo. 30/07/09. Disponível em: http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1247988-9356,00.html. Acessado em: 21/08/2009.

GAINARD, R. FIGUEIRA, R. La pampa argentina: ocupación-poblamiento-explotación de la conquista a la crisis mundial, 1550-1930. Buenos Aires: Ediciones Solar, 1989

GALVÃO DE MIRANDA, S.H et al. (2003) As Questões Sanitárias e o Comércio Internacional. Cepea / USP - Ribeirão Preto, Brasil, 2003.

GARCÍA SANZ, B. La sociedad rural ante el siglo XXI. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, Serie Estudios, 1997.

GASSON, R., et al. The farm as a family business: A review. Journal of Agricultural Economics, 39, 1-41. 1988.

GEERTZ, C. Local knowledge. New York: Basic Books; 1983.

GEERTZ, C. The interpretation of cultures. New York: Basic Books. Inc; 1973.

GHEZAN, G. La dimensión tecnológica y la capacidad de integración económica y social de la agroindustria". En: CEPAL, Las relaciones agroindustriales y la transformación de la agricultura. Santiago de Chile, 1995.

GIARRACA, N. (comp.) Una nueva ruralidad en América latina?. Buenos Aires: FLACSO, 2001.

GIBERTI, H. Historia Económica de la Ganadería Argentina. Editorial Hyspamérica, Buenos Aires. 1985.

GIDDENS, A. As conseqüências da modernidade. São Paulo: UNESP; 1991.

GIDDENS, A.; BECK, U; LASH, S. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp Editora, 1997.

GIMENO, M. Quién es Quién en Identificación Animal y Trazabilidad en la Argentina. Edit. MCA Comunicación. Buenos Aires 2003.

GIORDANO, S. R. Mapeamento Internacional de Redes Orgânicas Certificadas. In: IV Congresso Internacional de Economia e Gestão de Redes Agroalimentares. FEA / USP - Ribeirão Preto, Brasil. 2003.

GIRARD, D. D., & BAKER, J. Farm and ranch succession in a rural California county: Extending the Farm Transfer project. Paper presented at the Annual Meeting of the Rural Sociological Society, Tampa, FL, August 11, 2005.

GIUBERGIA, A., Comisión para la Identificación de Ganado y Trazabilidad en Carnes, Proyecto Giubergia, Buenos Aires, 2001.

GLASER, B. G. Basics of grounded theory analysis: emergence vs forcing. Mill Valley, Ca.: Sociology Press. 1992.

GLASER, B. G., ed. More grounded theory methodology: a reader. Mill Valley, Ca.: Sociology Press. 1994.

GLASER, B.G. & STRAUSS, A. Discovery of Grounded Theory. Strategies for Qualitative Research. Sociology Press. 1967.

GMFREEZE. Undoing the ISAAA Myths on GM Crops. Media Briefing by GM Freeze and Friends of the Earth Europe. 11 February 2009. Disponível em: http://www.gmfreeze.org/uploads/ISAAA_myths_briefing.pdf. Acesso em: 14/02/2009.

GONÇALVES, E. dos S. Pecuária familiar do município de Cachoeira do Sul: importância histórica, entraves e potencialidades. Seropédica: UFRRJ / ICHS, novembro 2002, p. (Monografia do Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)

GONZAGA, S. As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da literatura. IN: GONZAGA, Sergius, DACANAL, José Hildebrando (Org.). RS: Cultura e ideologia. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1980.

GONZALEZ, A.A., NIGH, R. Certification and smallholder participation in the global market (Mexico), Journal of Rural Studies, 2005.

GOODMAN, D.; SORJ. B. WILKINSON, J. Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1990, 181 p.

GRAÑA, F. La resistencia a la sucesión femenina en el predio rural: el caso de los productores familiares en la lechería uruguaya. Revista de Ciencias Sociales, n.12, 1996.

GRAY, J. Family farms in the Scottish Borders: a practical definition by Hill sheep farmers. Journal of Rural Studies, Vol. 14, pp. 341-356. 1998.

GRAZIANO DA SILVA, José. Tecnologia e agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1999. 239 p.

GREEN, Raúl, Michel HY. La trazabilidad como Instrumento de Seguridad Alimentaria, Nota en Cuadernos del CEAgro N° 4, Pág. 111 a 119, Facultad de Ciencias Agrarias, Universidad Nacional de Lomas de Zamora, Buenos Aires 2003.

GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M.; DI SABATTO, A.; BITTENCOURT, G. Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI. Rio de Janeiro: Garamond., 2001. p. 15-45.

GUANZIROLI, C. et al. Desenvolvimento sustentável e produção familiar. CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL. (10. 2000a: RJ) Anais... Rio de Janeiro: SOBER, jul-ago, 2000. 21 p.

GUDYNAS, E. El Concepto de Regionalismo Autónomo y el Desarrollo Sustentable en el

Cono Sur. En Becker et al., Sustentabilidade y Regionalismo en el Cono Sur. Coscoroba Ediciones, Montevideo, Uruguay, 2002.

GUEYDON, A. & RODER, N. Institutional Settings in Co-operative Pastoral Systems in Europe: First Results from the LACOPE Research Project. Apresentado en "The Commons in Transition: Property on Natural Resources in Central and Eastern Europe and the Former Soviet Union," a Regional Conference of the International Association for the Study of Common Property, Prague, April 11-13, 2003.

GUIBERT, M. et al. Le bassin du Rio de la Plata - Développement régional et intégration régionale, Editeur: Presses Universitaires Mirail, 2009.

GUILHOTO, J. M. et al. Agricultura Familiar na Economia – Brasil e Rio Grande do Sul. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. (Estudos NEAD, 9).

GUIVANT, J. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 16, p. 95 – 112, 2001.

GUIVANT, J. A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. Revista de Informações Bibliográficas – ANPOCS, n. 46, p. 3 – 38, 1998.

GUTFREIND, Ieda. A historiografia Rio-Grandense. Porto Alegre, Editora da Universidade / UFRGS, 1992.

HABERMAS, J. Dialética e Hermenêutica - para a crítica da hermenêutica de Gadamer. Porto Alegre: L&PM, 1987a.

HAESBAERT, R. Des-Territorialização e Identidade: A Rede Gaúcha no Nordeste. Niterói/RJ, EDUFF, 1997.

HAESBAERT, R. Região e Redes Transfronteiriças em Áreas de Migração Brasileira nos Vizinhos de Mercosul. IN: STROHAECKER, T.M. [et. al.] (orgs.) – Fronteiras e Espaço Global. Porto Alegre, AGB (Seção Porto Alegre), 1998a. pp.59-68.

HAESBAERT, R. A Noção de Rede Regional: Reflexões a Partir da Migração “Gaúcha” no Brasil. Revista Território. Ano III. Número 4. Jan./Jun. 1998b.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro. 2004.

HANNINGAN, J. Environmental Sociology. Londres, Routledge. 1995.

HANSEN, P. (Um Modelo Meso-Analítico de Medição de Desempenho Competitivo de Cadeia Produtivas. Tese de Doutorado. PPGEP/UFRGS, Porto Alegre, RS, 2004.

HASTINGS, M. R. Succession on farms. Agricultural Manpower, 8, 4-8, 1984.

HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. W. Desenvolvimento agrícola: teoria e experiências internacionais. Brasília: EMBRAPA, 1988.

HOLFELDT, A. O gaúcho: ficção e realidade. Rio de Janeiro, Antares, 1982.

HOLLING, C.S. Resilience and stability of ecological systems. Annual Review of Ecology and Systematics 4, 2-23. 1973.

HOLLING, C.S. Resilience and stability of ecological systems. Annual Review of Ecology and Systematics 4, 2-23. 1973.

HORLICK-JONES, T., SIME, J., PIDGEON, N. The social dynamics of environmental risk perception: implications for risk communication research and practice. In: Pidgeon N, Slovic P, Kasperson R, organizadores. The social amplification of risk. Cambridge: Cambridge University Press; 2003. p.262-285.

HORSTER, Detlef et alii. Habermas zur Einführung. Hamburg: Soak, 1988.

HOUAISS, A. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva; 2001.

HOUDART M. et Al. Dynamique D'acteurs (Agriculteurs et Institutions) et Innovation

Agro-Ecologique pour la Gestion des Risques Environnementaux en Guadeloupe. Vertigo – La Revue en Sciences de l'Environnement, Volume 9 Numéro 1, Mai 2009.

HOWELLS, G. Food Safety: certificate of origin and traceability. In: XIII World Meat Congress, 2000. Belo Horizonte MG. International Meat Secretariat. Disponível em: <http://www.faemg.org.br/palestras.html>. Acesso em: 08/05/2006.

HUGARTE, R.P. *Los indios de Uruguay*. 2.ed. Colección Pueblos y Lenguas Indígenas 3, Quito: Mapfre, 1995.

IANNI, O. As ciências sociais na época da globalização. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 13, n. 37, Junho de 1998.

IANNI, O. Teorias da globalização. 4ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.

IBAMA. Parecer da equipe técnica do IBAMA – Grupo de Trabalho do Bioma Pampa – sobre o Zoneamento Ambiental da atividade da silvicultura no Rio Grande do Sul. 2006. Disponível em: http://www.natbrasil.org.br/Docs/monoculturas/parecer_zoneamento_ibama_2007.pdf. Acesso em: 11/10/2009.

IBASE, Democracia Viva: 21, Especial Mercado de Trabalho. Rio de Janeiro, abril/maio de 2004, in DE'NADAI, A., OVERBEEK, W., SOARES, L. A. Plantações de eucalipto e produção de celulose: Promessas de emprego e destruição de trabalho: O caso Aracruz Celulose no Brasil. Movimento Mundial Pelas Florestas Tropicais (WRM), Brasil. 2005.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/default.shtm>. Acessado em: 7/07/2009.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário, 1995-1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

IFAD. A participatory method to understand farmer perceptions of risk so as to improve

the delivery, adoption and impact of East Coast fever control, IFAD & International Livestock Research Institute (ILRI). [s.d]. Disponível em: <<http://www.ifad.org/lrkm/tans/11.htm>>. Acesso em: 17/08/2009.

IFAD. Women Livestock Managers in the Third World: a focus on technical. Relatório de M. Niamir-Fuller, 1994. Disponível em: <http://www.ifad.org/gender/thematic/livestock/live_toc.htm>. Acesso em: 3/05/2009.

IICA. Escenarios internacionales para el SAA argentino, Buenos Aires, 2001a.

IICA. Contexto internacional de la cadena de carnes vacuna. Buenos Aires, 2001b.

IICA. Encuesta mujer productora de alimentos: tecnología y comercialización. Montevideo: BID/IICA, 1993.

INAC; INIA; INSTITUTO PLAN AGROPECUARIO; FACULTAD DE VETERINARIA; ARU; SOCIEDAD DE CRIADORES DE HEREFORD; MGAP; DILAVE "M. C. RUBINO", INDUSTRIA FRIGORÍFICA; PARTNERS OF AMERICA; UNIVERSIDAD DE MINNESOTA. Efectos de los diferentes sistemas de producción de bovinos sobre la composición y calidad de las carnes. In: Seminario Regional sobre Bienestar Animal: Estrategias de Difusión de Buenas Practicas Ganaderas. Universidad de la Republica, Facultad de Veterinaria, Programa de Educación Continua, Montevideo, 1994. Disponível em: <http://www.bienestaranimal.org.uy/documentos.htm>. Acesso em: 10/04/2008.

INDEC, Encuesta Nacional Agropecuaria. Buenos Aires, 2000

INMETRO. Acesso aos Mercados e Proteção ao Consumidor. Relatório de Atividades Inmetro 2002-2003. Disponível no site http://www.inmetro.gov.br/gestao/pdf/R_PR_2002-2003.pdf , acessado em outubro de 2006.

INMETRO. Manual de Barreiras Técnicas às Exportações - "O que são e como superá-las". Xerém, Rio de Janeiro, Inmetro/Cplan/Caint, 2005. Disponível em: http://www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas/Manual_BarrTecnicas.pdf. Acessado em outubro de 2006.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. IBGE Cidades. Disponível em : www.ibge.gov.br . Acessado em: 07/07/2006.

INE. INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS. URUGUAI. Censo Agropecuario 2000. www.ine.gub.uy . Acessado em: 07/07/2006.

INDEC. INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS Y CENSOS. ARGENTINA. Censo Agropecuario 2002. www.indec.gov.ar . Acesso em: 07/07/2006.

INTA. INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA AGROPECUARIA. Documento Base del Programa Nacional de Investigación y Desarrollo tecnológico para la Pequeña Agricultura Familiar. 2005.

INTEGRATED RISK GOVERNANCE PROJECT. Science Plan. 1 ed. Postdam: IHDP, 2009.

IOLSTER, P. Involving private landowners in conservation of pampas grasslands. Sustainable Development and Conservation Biology Program. University of Maryland. Unpub. Report (1999) 39 pp.

IPCVA. INSTITUTO DE PROMOCION DE LA CARNE VACUNA ARGENTINA. Estudio de Usos y Actitudes sobre el consumo de Carne Vacuna en Argentina En Población Nacional y en Hogares, 2005. Disponível em: < <http://www.ipcva.com.ar/vertext.php?id=365>> Acessado em: Novembro de 2009.

ISAAA. Global Status of Commercialized Biotech/GM Crops: 2008. Executive Summary. Brief 39-2008: p.9. Disponível em: <http://www.isaaa.org/resources/publications/briefs/39/executivesummary/default.html>. Acesso em: 10/07/2009.

ISO. ISO in figures for the year 2005 (at 31 December), 2006. Disponível em: <http://www.iso.org/iso/en/aboutiso/isoinfigures/January2006-p1.html>. Acessado em outubro de 2006.

IUCN. Acciones para conservar las pampas y campos de Sudamérica. Resolución 4.044/2008 da IUCN, 2008. Disponível em:

http://intranet.iucn.org/webfiles/doc/IUCNPolicy/Resolutions/2008_WCC_4/Spanish/RES/res_4_044_acciones_para_conservar_las_pampas_y_campos_de_sudamé.pdf. Acesso em: 14/07/2009.

JANK, M.S. Competitividade do Agribusiness Brasileiro Discussão Teórica e Evidencias no Sistema Carnes. São Paulo. FEA/USP. Tese de Doutorado, 1996.

JANSSEN, M.; OSTROM, E. Editorial. Resilience, Vulnerability and Adaptation: A Cross-Cutting Theme of the International Human Dimensions Programme on Global Environmental Change. *Global Environmental Change* 16, 237-239. 2006.

JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea.: sobrevivência ou criação da economia moderna. *Cadernos de Sociologia*, PPGS/UFRGS, Porto Alegre, v.6, p. 76-89, 1994;

JEAN, B. Territoires d'avenir. Pour une sociologie de la ruralité. Sainte-Foy: Presses de l'Université du Québec, Coleicao Sciences Régionales. 318 p., 1997.

JORNAL DO COMERCIO. Perspectivas para a cadeia da carne. Mesa redonda coordenada por Danilo Ucha e Luiz Guimarães. Notícia da edição impressa de 04/09/2009. Disponível em: < <http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=7258>>. Acessado em: 11/09/2009.

KAISER, J. O Brasil dos gaúchos. Florianópolis, Insular, 1999. KANDIYOTI, D. Women in rural production systems: problems and policies. Paris: UNESCO, 1985.

KANDIYOTI, D. Women in rural production systems: problems and policies. Paris: UNESCO, 1985.

KAPLAN, M.S. et al. Communication Barriers to Family Farm Succession Planning. *Journal of Extension*. Volume 47, Number 5. October 2009.

KARANTININIS, K. & ZYLBERSZTAJN, D. The Global Farmer: Typology, Institutions and Organization. In: 15th Annual Iama World Forum - Chicago, Illinois, USA, 2005.

KARANTININIS, K. & ZYLBERSZTAJN, D. The Global Farmer: Typology, Institutions and

Organization. In: 15th Annual Iama World Forum - Chicago, Illinois, USA, 2005.

KAULE, G. Common large scale grazing systems: A model for sustainable development? In Our shared landscape. Integrating ecological, socio-economic and aesthetic aspects in landscape planning and management, Editado por Eckart Lange & David Miller. 2005. Disponível em: <http://osl.ethz.ch> . Acesso em: 07/07/2007.

KAUTSKY, K. A questão agrária. São Paulo, Nova Cultural (Coleção Os Economistas), 1986 (p.7-23; 87-119; 149-175; 207-271).

KAYSER, B. A região como objeto de estudo da Geografia. In: GEORGE, P. A geografia ativa. São Paulo: Difel, 1966.

LA'BLACHE, P.V. de. Princípios da geografia humana. Lisboa: Luna, 1921.

KIMHI, A., & Lopez, R. A note on farmers' retirement and succession considerations: Evidence from a household survey. *Journal of Agricultural Economics*, 50, 154-162. 1999

KLEYSSEN, B.; CAMPILLO, F. Productoras de alimentos en 18 países de América Latina y el Caribe: síntesis hemisférica. In: Kleysen, B. (Ed.) Productoras agropecuarias en América del Sur: programa de análisis de la política del sector agropecuario frente a la mujer productora de alimentos en la Región Andina, el Cono Sur y el Caribe. San José, CR: BID-IICA, 1996. p. 37-114.

KLOOSTER, D., Environmental certification of forests: the evolution of environmental governance in a commodity network. *Journal of Rural Studies*, 2005.

KOUABENAN, D.R. Beliefs and the perception of risks and accidents. *Risk Analysis* 1998; 18(03):243-252.

KRAPOVICKAS, S. & DI GIACOMO, A. Conservation of Pampas and Campos Grasslands in Argentina. *Parks* 8(3) 47-53, 1998.

LA NACION. Alquileres, un rubro clave de la expansión agrícola. Por Fernando Bertello. *Jornal La Nacion*. Buenos Aires, Argentina. Disponível em: http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=1167903>. Acesso em: 29/08/2009.

LA NACION. El Censo Agropecuario Confirmo la Desaparicion de 57.000 Explotaciones. Publicado na editoria de Economia em 30/10/2009. Disponível em: < http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=1192524> Acessado em: outubro de 2009.

LA NACION. Las Democracias Venceran al Terrorismo. Entrevista con Anthony Giddens. Jornal La Nacion. Buenos Aires, Argentina. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=585306> Acesso em: 24/07/2007.

LA REPUBLICA. Uruguay cuenta con certificación para carne. Montevideo, 7/08/2009. Disponível em: < <http://www.larepublica.com.uy/economia/375662-uruguay-cuenta-con-certificacion-para-carne>>. Acessado em: Setembro de 2009.

LAMARCHE, H. (coord.) L'agriculture familiale. 1. Une réalité polymorphe. Paris. L'Harmattan, 1993. 304 p. 2. Du mythe à la réalité. Paris, L'Harmattan, 1994.

LAMARCHE, H. (Coord.). A agricultura familiar. Campinas, Editora da UNICAMP, 1993 e 1999 (Tomo I e Tomo II) p. 13-34, 61-88 e 303-338.

LAMBERTY, S.F. ABC do Tradicionalismo gaúcho. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1996.

LANDAIS E. Systèmes techniques agricoles, organisation de l'espace rural et production de paysage. Le projet MAP. Document de travail INRNSAD, Versailles, 1996.

LANDAIS E., DEFFONTAINES J.P. L'espace d'un berger. Pratiques pastorales dans les Ecrins. Présentation d'un vidéogramme de 60 minutes D. In: A la croisée des parcours. Pasteurs, deveurs, cultivateurs. ORSTOM, C. Colloques et séminaires, Paris, 1994.

LARA, Elizabeth Rizzato. O gaúcho a pé. Porto Alegre, Movimento, 1985.

LE TOURNEAU F.M., DROULERS M., MACHADO L. Conflits d'usage de l'espace au Rondônia. Cybergéo, Revue Européenne de Géographie, 194. 2001. Disponível em: <http://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00007069/fr/>. Acesso em: 30/06/2009.

LEICHENKO, R. O'BRIEN, K.; SOLECKI, W. Climate Change and the Global Financial Crisis: A Case of Double Exposure. Forthcoming (2010) in the Annals of the Association of American Geographers.

LEICHENKO, R., O'BRIEN, K. Environmental Change and Globalization: Double Exposures. New York, Oxford University Press, 2008.

LEICHENKO, R.; O'BRIEN, K.; SOLECKI, W. Global Change and the Global Financial Crisis. IHDP UPDATE Magazine, Bonn, v. 2, p. 25-28, 2009.

LEICHENKO, Robin; SOLECKI, William D. Exporting the American Dream: The Globalization of Suburban Consumption Landscapes. Regional Studies v. 39.2, p. 241-253, 2005.

LÉMERY, B. et al. Agir en situation d'incertitude : le cas des éleveurs de bovins allaitants, Economie Rurale, juillet-août, 288 : 57-69, 2005.

LEV, L.; CAMPBELL, D. The temporal dimension in Farming Systems Research: The importance of maintaining flexibility under conditions of uncertainty. Journal of Rural Studies 3(2): 123-132, 1987.

LEVIGARD, Y.E. A interpretação dos profissionais de saúde acerca das queixas do nervoso no meio rural: uma aproximação ao problema das intoxicações por agrotóxicos [dissertação]. Rio de Janeiro (RJ): Escola Nacional de Saúde Pública; 2001.

LEVROUW, F. *et al.* Les élevages uruguayens, le long terme et les incertitudes: une diversité de stratégies pour se maintenir dans la production. Renc. Rech. Ruminants, v. 14, p. 413-416, 2007.

LIMA, D. M. de ALBUQUERQUE & WILKINSON, J. (org.) Inovação nas tradições da agricultura familiar. Brasília: CNPq / Paralelo 15. 2002.

LION, R, MEERTENS, R.M, Bot I. Priorities in information desire about unknown risks. Risk Analysis 2002; 22 (4).

LITRE, G., *et al.* Ganaderos Familiares Gauchos: Una opción hacia la producción sustentable? Asian Journal of Latin American Studies, v.20, n°404, p. 105-147, 2008.

LOMBARDI, M.C. Rastreabilidade: exigências sanitárias dos novos mercados. In: III

LONG, N. Commoditization: thesis and antithesis. In: LONG, N. et al. The commoditization debate: labor process, strategy and social network. Netherlands, Agricultural University of Wagening, 1986, p. 8-23.

LONG, N.; VAN DER PLOEG, J. D.; Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. (ed.) Rethinking Social Development: theory, research and practice. England, Longman, 1994, p. 62-90.

LOPES NETO, J. S. Terra gaúcha. Porto Alegre: Sulina, 1955.

LOPES NETO, S. Contos Gauchescos . L&PM, Porto Alegre, 1998.

LOPES NETO. S. Lendas do Sul. L&PM, Porto Alegre, 1998.

LOPES, C.E.; ABIB, J.A.D. Teoria da Percepção no Behaviorismo Radical. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Mai-Ago 2002, Vol. 18 n. 2, pp. 129-137.

LUIZELLI, J. C. Pecuária familiar na região de Santiago: caracterização, origem e situação atual". Porto Alegre: UFRGS / PGDR, 2001. 96 p. (Monografia do Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural e Agroecologia)

LUTZENBERGER, J. A. Prefacio para "Índices de lotação pecuária para o Rio Grande do sul". Porto Alegre: Comissão de Assuntos Fundiários da Federação de Agricultura do RS – FARSUL, 1997. Disponível em: <http://fgaia.org.br/texts/t-pref.html>. Acesso em: 10/11/2007.

MACHADO. A.C. Elucidário Crioulo. In: BARBOSA LESSA, História do Chimarrão, 57 [s.d.].

MACIEL, Maria Eunice. Tradição e tradicionalismo no RS. Humanas – Revista do instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, Porto Alegre, vol. 22, n. ½, p. 127-146, 1999.

MALAFAIA, G. et al. Building Competitive Advantages to the Livestock farming in Rio Grande do Sul: the case of the Indication of Origin to the "Meat of the Gaúcho Pampas". International Food & Agribusiness Management Association 17th Annual World Symposium, Parma, Italy, June 23-24, 2007a.

MALAFIA, G., BARCELLOS, J. Sistemas Agroalimentares Locais e a Visão Baseada em Recursos: Construindo Vantagens Competitivas para a Carne Bovina Gaucha. Economia Aplicada. UVF. Volume 2/07. 2007b. Disponível em: http://www.economia-aplicada.ufrgs.br/revista/pdf/2007/Volume_n2_07.pdf. Acessado em: Novembro de 2009.

MALAFIA, G.C.; BARCELLOS, J.O.J.; POLETTO, D.B.; ESTEVES, T. As convenções de qualidade como suporte à configuração de arranjos produtivos sustentáveis na pecuária de corte. In: JORNADA TÉCNICA EM SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE BOVINOS DE CORTE E CADEIA PRODUTIVA: TECNOLOGIA, GESTÃO E MERCADO, 1., Porto Alegre, 2006. Anais... Porto Alegre: UFRGS – DZ – NESPRO, 2006.

MALMBERG, A., HAWTON, K., SIMKIN, S. A study of suicide in farmers in England and Wales. Journal of Psychosomatic Research, 43, 107-111, 1997.

MALMBERG, A., SIMKIN, S., HAWTON, K. Suicide in farmers. British Journal of Psychiatry, 175, 103-105, 1999.

MANN, S., DICKINSON, J. Obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista. Literatura Econômica, São Paulo, v.9, n.1, p.7-26. 1987.

MARCUSE, H. A ideologia da sociedade industrial - O homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARINO, G.D et al.. Buenas prácticas ganaderas para conservar la vida silvestre de las pampas: una guía para optimizar la producción y conservar la biodiversidad de los pastizales de la Bahía Samborombón y la Cuenca del Río Salado. 2008. Coeditado pela Fundación Vida Silvestre Argentina e BirdLife International. Disponível em: <http://www.vidasilvestre.org.ar/descargables/noticias/buenas_practicas_ganaderas_guia.pdf> Acesso em: Outubro de 2009.

MARTINO, D. 2004. Conservación de praderas en el cono sur: Valoración de las áreas protegidas. Ecosistemas 2004/2. Disponível em: <<http://www.aeet.org/ecosistemas/042/informe1.htm>>. Acesso em outubro de 2009.

MARTINS, M.H. (org). Fronteiras Culturais (Brasil - Uruguai - Argentina), Ateliê Editorial -

São Paulo / CELPCYRO / SMC - Porto Alegre, 2002.

MESQUITA, Z. Divisões, recortes, partilhas: isto está mudando. O que há para aprender? In:

MORIN, E. (Org.) A religação dos saberes: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

REARTE, D. Perspectivas de la Produccion de Carne dentro del Nuevo Conexto Productivo. INTA, 2008.

PRIGOGINE, Y. O fim da ciência. In: SCHNITMAN, D. S. (Org.) Novos paradigmas, cultura e subjetividade. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

PRIORI, A. História regional e local: métodos e fontes. Revista Pós-História, Assis, SP, 1994.

MARTINS-COSTA, T. V. et al. O setor de carnes no Mercosul: dimensão econômica, intensidade de comércio, tendências estruturais e efeitos intersetoriais. IN: XXXVIII BRAZILIAN CONGRESS OF RURAL ECONOMICS AND SOCIOLOGY. Anais, SOBER, Rio de Janeiro. 2000.

MARTINS-COSTA, T.V. O papel da pecuária bovina de corte no Brasil e suas contribuições para o efeito estufa. Artigo presentado en el XLIV Congreso de la Sober, "Cuestiones Agrárias, Educación en el Campo y Desarrollo". 2007.

MASCARENHAS, G.C.C. Indicações Geográficas no Brasil: principais fatores determinantes de seu reconhecimento e desempenho. In: Encontro Nacional de Estudos do Consumo – ENEC. Novos Rumos da Sociedade de Consumo. Anais... 4, 2008. Rio de Janeiro.

MATTOS, M. Grupo de trabalho terá agenda para conservação do bioma Pampa. Ambiente Brasil, 30/03/2006. Disponível em <http://noticias.ambientebrasil.com.br/noticia/?id=23921>, Acessado em: 24/10/2006.

MAZOYER, M., ROUDART, L. A History of World Agriculture: From the Neolithic Age to the Current Crisis. Earthscan, London, 2006.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. História das Agriculturas no mundo: do Neolítico à crise contemporânea. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

Mc CLOSKEY, D. Si eres tan listo. La narrativa de los expertos en economía. México, Alianza. 1994.

MCCARTHY, T. La teoría crítica de Jürgen Habermas. Madri: Tecnos, 1995.

MDA/NEAD. Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: Um olhar Sobre o Trabalho das Mulheres. Brasília, 2009.

MDA/NEAD. Gênero, Agricultura familiar e Reforma Agrária no Mercosul. Brasília, 2006.

MEDEIROS, R.M. V. Camponeses, cultura e inovações. Campo-Território: revista de geografia agrária, Uberlândia, v. 1, n.1, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.campoterritorio.ig.br> > Acesso em: 24/07/2008.

MEDEIROS, R. M. V. As formas de produção no Rio Grande do Sul e sua relação com a emigração rural. Revista Agrária. São Paulo, n. 2, 2005. p 69-92.

MELLO, M. I. Normas de apresentação para trabalhos científicos. Porto Alegre: UFRGS / Faculdade de Ciências Econômicas, abril 2001. 26 p.

MELLO. M.A. de et al., Sucessão Hereditária e Reprodução Social da Agricultura Familiar, Agric. São Paulo, SP. 50 (1): 11-24, 2003.

MIGUEL, L. de A.; MIELITZ NETTO, C. G. A.; NABINGER, C.; SANGUINÉ, E.; WAQUIL, P. D.; SCHNEIDER, S. Caracterização socioeconômica e produtiva da bovinocultura de corte no estado do Rio Grande do Sul. ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA (3. 2006; Porto Alegre, RS) Anais... Porto Alegre: FEE / PUCRS, 2006. 21 p. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/eeg>. Acessado em 22/09/2009.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. Ecosystems and Human Well-being: A Framework for Assessment. Island Press, Washington DC, 2003.

MINAYO, C. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? Cad Saúde Pública 1993; 9 (3):239-262.

MIRANDA, A. C. Análise dos dados de estabelecimentos rurais na microrregião de Santiago, RS. Porto Alegre: EMATER RS / ASCAR, 2000. 8 p.

MMA. MINISTERIO DE MEDIO AMBIENTE DO BRASIL. Rotulagem Ambiental: Bases para o Programa Brasileiro. Brasília, Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável, 2002 (www.mma.gov.br)

MMA, Rotulagem Ambiental: Bases para o Programa Brasileiro. Brasília, Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável, 2002.

MONTEIRO, K. V. Pampa, 2006. Disponível em:http://www.riosvivos.org.br/canal.php?canal=369&mat_id=9410. Acesso em: 4/11/2006.

MONTINI, A.L. Consumo de carne bovina: uma análise aplicada as redes varejistas. Informacoes Economicas, Sao Paulo, v. 35, n. 10, outubro 2005.

MORAIS, L.C. de. Vocabulário Sul-Rio-Grandense, 72. Em História do Chimarrão, de Barbosa Lessa, 57 [s.d.]

MORALES, H. et al. Knowing the strategies of the livestock farmers of the NW of Uruguay. In: Proceedings of the VIIth International Rangelands Congress. Editors: N. Allsopp, A.R. Palmer, S.J. Milton, K.P. Kirkman, G.I.H. Kerley, C.R. Hurt, C.J. Brown Durban, South Africa 26th July-1st August 2003. p. 1857-1859. 2003.

MORALES, H. et al.(2003), Knowing the strategies of the livestock farmers of the NW of Uruguay, in N. Allsopp, A.R. Palmer, S.J. Milton, K.P. Kirkman, G.I.H. Kerley, C.R. Hurt, C.J. Brown Durban(eds.), Proceedings of the VIIth International Rangelands Congress, South Africa, 26th July-1st August, pp. 1857-1859.

MOULIN, C.H. *et al.* Les exploitations d'élevage en mouvement. Ed. Quae, 2007.

MOYANO ESTRADA, E. El enfoque del capital social y su utilidad para el análisis de las dinámicas de desarrollo. Revista de Fomento Social. Nº 221, Vol 56: 35-64. INSA-ETEA. Córdoba, 2001.

MÜLLER, C. A. A história econômica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Bannisul, 1998.

MUÑOZ-NAJAN, A. Algunos apuntes sobre la protección de las denominaciones de origen en países de economías emergentes; la comunidad andina. In: Simpósio sobre la Protección Internacional de las Indicaciones Geográficas, 2001.

NABINGER, C. Características fisionômicas e práticas para a melhor utilização das pastagens naturais do sul do Brasil. Notas do Módulo 2 da Disciplina AGR 05003 - Fundamentos da produção e utilização de pastagens. Porto Alegre: Departamento de Plantas Forrageiras e Agrometeorologia/UFRGS. 2002.

NABINGER, C. *et al.* Produção de bovinos de corte com base na pastagem natural do RS: da tradição à sustentabilidade econômica. In: FEDERACITE. (Org.). Pecuária Competitiva. Esteio: Federacite, v. , p. 37-77. 2006.

NABINGER, C. *et al.* Produção de bovinos de corte com base na pastagem natural do RS: da tradição à sustentabilidade econômica, in Federacite(org.), Pecuária Competitiva, Esteio: Federacite, pp. 37-77, 2006.

NABINGER, C. Manejo e produtividade das pastagens nativas do subtropico brasileiro. IN: DALL'AGNOL, M.; NABINGER, C.; ROSA, L. M. *et al.* (ed.) SIMPÓSIO DE FORRAGEIRAS E PRODUÇÃO ANIMAL, 1o. Anais... Canoas: Ed. Ulbra. 2006. p.25-76.

NABINGER, C. Princípios de manejo e produtividade de pastagens. In: Carlos Santos Gottschall; Jamir Luis Silva da Silva; Norma Centeno Rodrigues. (Org.). Anais do III Ciclo de Palestras em Produção e Manejo de Bovinos de corte. Canoas: ULBRA, 1998.

NABINGER, C.; DALL'AGNOL, M.; CARVALHO, P. C. F. Biodiversidade e produtividade em pastagens. IN: PEDREIRA, C. G. S; MOURA, J. C.; SILVA, S. C. *et al.* (ed.) As pastagens e o meio ambiente. SIMPÓSIO SOBRE MANEJO DE

NAVARRO M. Trazabilidad de Ganado para la exportación. Carne Argentina Certificada, Buenos Aires IDIA XXI INTA, Julio 2002.

NAVARRO, Z. Do “mundo da roça” ao mercado: mudanças recentes e o desenvolvimento agrário no Sul do Brasil (políticas públicas e desenvolvimento rural). Brasília: NEAD, Relatório de Pesquisa, 2002.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. Revista Estudos Avançados. São Paulo, USP, v. 16, n. 44, 2001, p. 83-100.

NEVES, D. Agricultura familiar: categoria de ação política. IN: LOPES, E.S.A.;MOTA, D.M. e SILVA, T.E.M. (Org.) Ensaio: desenvolvimento rural e transformações na agricultura. Embrapa/Universidade Federal Sergipe, 2002, p. 135-159; PORTO, M. S. G., 1995.

NEVES, D. Agricultura familiar: questões metodológicas. Revista Reforma Agrária, Campinas, v.25, p.21-37, maio/dez 1995.

NICHTER, M. Anthropology and international health: South Asian case studies. Dordrecht: Kluwer Publications;1989.

NIEDWOROK, N. La mujer rural: familia y trabajo en el Uruguay. In: Filgueira, N. (Comp.). La mujer en el Uruguay: ayer y hoy. Montevideo: GRECMU/EBO, 1986.

NIELSEN, AC. Preferências alimentares no Brasil. Em Revista Indústria de Laticínios, 32, 2001.

NILSSON, H. et al. The use of eco-labeling like initiatives on food products to promote quality assurance – is there enough credibility?. Journal of Cleaner Production, 12, 2004.

O'BRIEN, M.; HOLLAND, T.D. The role of adaptation in archeological explanation. American Antiquity.

OBSCHATKO E. 1994. Efectos de la desregulación sobre la competitividad de la

producción argentina. Ed. Gel, Bs.As., 1994.

OBSCHATKO, E. Las etapas del cambio tecnológico. En: La agricultura pampeana. Transformaciones productivas y sociales. FCE/IICA/CISEA. Buenos Aires, 1988.

OBSCHATKO, E. S. et al. Los pequeños productores en la República Argentina. Importancia en la producción agropecuaria y en el empleo en base al Censo Nacional Agropecuario 2002, Buenos Aires: Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentos: Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura I.I.C.A., p. 127, 2006.

OBSCHATKO, E., (IICA); Perfil exportador del sector agroalimentario argentino (Doc.A-2); Estudio 1.EG.33.7, Componente A; Préstamo BID 925/OC-AR. Pre II. Coordinación del Estudio: Oficina de la CEPAL-ONU en Bs. As., a solicitud de la Secretaría de Política Económica, Ministerio de Economía de la Nación [s.d.]

OBSERVATORIO DO PAMPA. Dados do Projeto de Pesquisa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://www1.ufrgs.br/pesquisa/forms/form_dadosProjetoPesquisa.php?Cod=12882>. Acesso em: Outubro de 2008.

OCAMPO, H. Uruguay afianzó su imagen de exportador de carnes de calidad. Campolider, 28 de setembro de 2009. Disponível em: <<http://campolider.com/php/index.php?id=2576&title=>>>. Acessado em: 6/11/ 2009.

OFFUTT, S. Can the farm problem be solved? Presentation at M.E. John Lecture at The

OLIVEIRA, N. & BARCELOS, T.M. Fronteiras no Mundo Globalizado: o Fim dos Limites? Indicadores Econômicos, FEE, v.27, no.2, Porto Alegre. Set., 1999.

OLIVEN, R. G., A Polêmica Identidade Gaúcha, 4 (1992) pág. 1- 56.

OLIVEN, R., A fabricação do gaúcho. In: Ciências sociais hoje. São Paulo: Cortez, 1984. p.57-68.

OLIVEN, R.G., A fabricação do gaúcho. Revista Ciências Sociais Hoje, 1984, pág. 57-68.

ORDÓÑEZ, H.A. Alternative chain management in beef agribusiness. The PRINEX Case. Concurrent Session 8A. VIII IAMA World Congress Food & Agribusiness. Punta del Este, Uruguay. 1998.

OSTY, P.L.; LANDAISE, E. Fonctionnement des systems d'exploitation pastorale. IV Congres International des Terres de Parcours, Montpellier, Avril 1991.

PAARLBERG, D. Agriculture: Two Hundred Years From Now. Agricultural History 50 (11), January, 1976.

PAIVA, R. M. A agricultura no desenvolvimento econômico: suas limitações como fator dinâmico. Rio de Janeiro, IPEA/INPES , 1979, p. 7-49.

PALAU, H. Agronegocios de ganados y carnes en la Argentina: restricciones y limitaciones al diseño e implementación de sistemas de aseguramiento de origen y calidad. Estudio de caso múltiple. Tese de Mestrado. Universidade de Buenos Aires. Buenos Aires, 2005.

PAREDES PEÑAFIEL, A. P. Modos de vida e heterogeneidade das estratégias de produtores familiares de pêssego da região de Pelotas. Porto Alegre: UFRGS / PGDR, 2006. 129 p. (Dissertação de Mestrado).

PARERA, A, BEADE, M. El venado de las pampas (*Ozotoceros bezoarticus* Linnaeus 1758) en Argentina: diagnóstico de su situación actual y perspectivas de conservación. Congreso Iberoamericano de Biodiversidad y Zoología de Vertebrados. Museo Argentino de Ciencias Naturales "Bernardino Rivadavia". 24 al 27 de abril del 2000. Págs. 172-174.

PARUELO, J.M. et al. Cambios estructurales y funcionales asociados al pastoreo en los pastizales del Río de la Plata. In: Saldanha S., et al. (eds). Sustentabilidad, desarrollo y conservación de los ecosistemas. XX Reunión del Grupo Técnico Regional del Cono Sur en Mejoramiento y Utilización de los Recursos Forrajeros del Área Tropical y Subtropical-Grupo Campos. Salto. p.53-60. 2004.

PASTAGENS, 23o. Anais.... Piracicaba: FEALQ. 2006. p. 37-86.

PATTON, MQ. Qualitative evaluation and research methods, 2nd edn. Newbury Park, CA: Sage, 1990.

PEAGUDA, C. Las mujeres productoras de alimentos en Uruguay: diagnóstico y políticas. San José, C.R.: IICA, 1996.

PÉBAYLE, R. A vida rural na Campanha Rio-Grandense. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, n. 207, p.18-32, 1968.

PEREIRA, M. Manejo y conservación de las pasturas naturales del basalto. Instituto Plan Agropecuario, Servicios Agropecuarios (MGAPBID). Montevideo. 2002.

PERES, F. Onde mora o perigo? O processo de construção e validação de uma nova metodologia de diagnóstico rápido para a avaliação da percepção de riscos no trabalho rural [tese de doutorado]. Universidade Estadual de Campinas/Unicamp; 2003.

PERRY, B.; SONES, K. Poverty Reduction Through Animal Health. Science, 315: 333 – 334, 2007.

PESAVENTO, S. J. História do Rio Grande do Sul. 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. 142 p. (Série Revisão, 1).

PIGATO, G. et al. Alianças Mercadológicas: A busca da Coordenação na Cadeia de Gado de Corte Brasileira. In: II Workshop Gestão dos Sistemas Agroalimentares. PENSA/FEA/USP. Ribeirão Preto, 1999.

PIÑEDA, N. Rastreabilidade: uma resposta aos anseios do consumidor. In: 4o Encontro Nacional do Boi Verde. Uberlândia, 2002. Anais. Uberlândia. MG. Brasil. 2002.

PIÑEIRO, D.; CHIAPPE, M.; GRAÑA, F. La gestión en los establecimientos lecheros: una tipología de los productores según su disposición al uso de los registros físicos y

económicos. Montevideo: Universidad de la República, Facultad de Agronomía, 1997.

PITTS, M., et al. "Let's do it the way we've always done it": Dialectical tensions underpinning family farm succession planning. *Journal of Applied Communication Research* (na prensa).

PIZARRO, J. Evolución y perspectivas de la actividad agropecuaria pampeana argentina. Cuadernos de P.I.E.A. UBA. Buenos Aires, 1998.

PLOEG, J. D. V. der et alli. Rural development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*. Netherlands, 40 (4): 391-407, 2000a.

PLOEG, J. D. V. der. & LONG, A. Born from within: practice and perspectives of endogenous rural development. Assen: Van Gorcum. 1994.

PLOEG, J. D. V. der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. IN: GUZMÁN, E. S; MOLINA, M. G. *Ecología, campesinado e historia*. Madrid: La Piqueta, 1992a. p. 153-195.

PLOEG, J. D. V. der. Farming styles as socio-technical networks. IN: PLOEG, J. D. V. der. *The virtual farmer. Past, present, and future of the Dutch peasantry*. Assen: Van Gorcum. p. 101-144. 2003.

PLOEG, J. D. V. der. Heterogeneity and Styles of Farming. IN: PLOEG, J. D. V. der. *Labor, markets and agricultural production*. Boulder, San Francisco & Oxford, Westview Press. p. 1-35. 1990.

PLOEG, J. D. V. der. O modo de produção camponês revisitado. IN: SCHNEIDER, Sérgio (org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 13-54.

PLOEG, J. D. V. der. Revitalizing agriculture: farming economically as starting ground for rural development. *Sociologia Ruralis*. Netherlands, 40 (4): 497-511, 2000b.

PLOEG, J. D. V. der. The agricultural labour process and commoditization. In: LONG, N. et al. The commoditization debate: labor process, strategy and social network. Netherlands, Agricultural University of Wagening, 1986, p. 24-57.

PLOEG, J. D. V. der. The reconstitution of locality: thecnology and labour in modern agriculture. IN: MARSDEN, T.; LOWE, P.; WHATMORE, S. (org.) Labour and locality: uneven development and the rural labour process. London: David Fulton Publishers, 1992b. p. 19-43.

PLOEG, J. D. V. der; VAN DIJK, G. Beyond modernization: the impact of endogenous rural development. Assen: Van Gorcum. 1995. 293 p.

POLLAK, R.A. A transaction cost approach to families and households. Journal of Economic Literature, Vol. 23, pp. 581-608, 1985.

POMER, L. El Gaucho. Coleccion La Historia Popular (29). Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1971.

PORTER, Michael. 1991. La ventaja competitiva de las naciones. Ed. Vergara, Buenos Aires.

PRESOTTO NUNES, S. A agricultura familiar no Mercosul. Conjuntura Agricola N. 160. Agosto 2007. Disponível em: http://www.faser.org.br/anexos/AF_Mercosul.pdf. Acessado em: 21/09/2007.

PRIMAVESI, O. et al. Metano entérico de bovinos leiteiros em condições brasileiras. Pesquisa Agropecuária Brasileira, Brasília, v. 39, p. 277-283. 2004.

PROCISUR. Sistemas de tipificación de canales bovinas, Uruguay 1999.

PRONAF. PROGRAMA NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR, BRASIL. O que é o Pronaf. SAF / MDA (2002). Disponível em: http://www.pronaf.gov.br/quem_somos/perguntas.htm, Acesso em: 5/11//2006

QUALIAGRO, Sistemas de Qualidade nas Cadeias Agroindustriais. Ribeirão Preto, Esalq/USP, 2006. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/qualiagro/index.php>, acessado em: 10/02/2006.

RAGIN, C. Constructing Social Reserch. Thousand Oaks: Sage, 1994.

RAGIN, C. The Comparative Method: Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies. Berkerley: University of Califórnia Press, 1987.

RAPOPORT, M., CERVO, A.L. (comp) El Cono Sur: una historia común. Buenos Aires, CFE. 2001.

SÁNCHEZ-GIJÓN, A. La integración en la Cuenca del Plata. Madrid, Ed de Cultura Hispánica. 1990.

REARTE, D. Situación de la Ganadería Argentina en el contexto Mundial. Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuaria (INTA). 2007. Disponível em: <<http://www.inta.gov.ar/balcarce/Carnes/SituacGanad2007.pdf>>. Acessado em Novembro de 2009.

RESILIENCE ALLIANCE. Key Concepts [s.d.]. Disponível em: <<http://www.resalliance.org/564.php>>. Acesso em: 5/05/2009.

REVERBEL, C. O gaúcho. Aspectos de sua formação no Rio Grande e no Rio da Prata. Porto Alegre: L&PM, 1986. 109 p.

RIBEIRO, C. Estudo do Modo de Vida dos Pecuaristas Familiares da Região da Campanha do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR). Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS. Port Alegre. 2009. (Tese de doutorado).

RIBEIRO, C. M. "Pecuária familiar" na região da Campanha do Rio Grande do Sul. ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO. / SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO SOBRE INVESTIGAÇÃO E EXTENSÃO EM PESQUISA AGROPECUÁRIA (V. maio, 2002) Anais... Florianópolis: SBSP / IESA. 2002(a).

RIBEIRO, C. M. "Pecuária familiar" na região da Campanha do Rio Grande do Sul.

ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO. / SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO SOBRE INVESTIGAÇÃO E EXTENSÃO EM PESQUISA AGROPECUÁRIA (V. maio, 2002) Anais... Florianópolis: SBSP / IESA, 2002.

RIBEIRO, C. M. "A "Leitura da Paisagem" como estratégia de Planejamento Municipal e Regional" ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO. / SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO SOBRE INVESTIGAÇÃO E EXTENSÃO EM PESQUISA AGROPECUÁRIA (V. maio, 2002) Anais... Florianópolis: SBSP / IESA, 2002b. 20 p.

RIBEIRO, C. M. Estudo de quatro municípios da Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul e possíveis alternativas para o seu desenvolvimento. Lavras: Universidade Federal de Lavras, 1996. 141 p. (Dissertação de Mestrado).

RIBEIRO, C. M. Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da região da Campanha do Rio Grande do Sul. 2009 (Tese, Doutorado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

RIBEIRO, C. M. Pecuária Familiar na região da Campanha do Rio Grande do Sul: definições e estratégias. Bagé: EMATER/ RS, 2001. (não publicado)

RIBEIRO, C. M.; REQUIÃO, C. W. C. Pecuária Familiar – Principais Estratégias e Resultados. Bagé: EMATER RS (relatório – documento interno). 2002.

RIBEIRO, C. M.; REQUIÃO, C. W. C. Pecuária Familiar – Principais Estratégias e Resultados. Bagé: EMATER RS, 2002. (relatório – documento interno) 9 p.

RIBEIRO, C. M.; VILLELA, G. P. (Coordenadores) Diagnóstico dos Sistemas Agrários da localidade dos Olhos D'água – Bagé. Bagé: EMATER RS / ASCAR - Prefeitura Municipal de Bagé, 1999. 127p.

RIBEIRO, C. M.; BALDASSO, N. A. (Coord.) Diagnóstico dos Sistemas Agrários de Caçapava do Sul. Porto Alegre: EMATER-RS, 1998. 127p.

RIBEIRO, C.M. Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da região da campanha do rio grande do sul. Tese de doutorado em Desenvolvimento Rural. Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR). Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

RIBEIRO, C.M. Identificação e Descrição do “Pecuarista Familiar” na Região da Campanha do Rio Grande do Sul – Tese de doutorado (UFRGS), em preparacion. Bagé – Porto Alegre. 2007.

ROCHA, J.C.M., NEVES, M.F., R.B. LOBO. Experiências com Alianças Verticais na coordenação da Cadeia Produtiva da Carne Bovina no Brasil. In: III Congresso Internacional de economia e gestão de negócios. Ribeirão Preto. Anais. Ribeirão Preto:FEA-USP, 2001.

RODRIGUES DE CAMPO, G. L. Globalização E Trabalho Na Sociedade De Risco: Ameaças Contemporâneas Resistências Local-Globais E A Ação Política De Enfrentamento. Teor. e Evid. Econ. Passo Fundo v. 14 n. 26 p. 135-156 maio 2006.

RODRIGUES, C.M. Análise comparativa de redes de comunicação interpessoal em duas comunidades rurais sob a ótica de mudanças tecnológicas, Brasília, Universidade de Brasília (UnB), 123 p. multigr. (Mémoire de maîtrise), 1979.

RODRIGUES, M. Impactos diferenciados de la liberalización comercial sobre la estructura agrícola de América Latina, Serie Desarrollo Productivo, División de Desarrollo Productivo y Empresarial, CEPAL, Santiago de Chile, 2005.

ROGERS, E.M. Diffusion of innovations, New York, The Free Press, 1983, 1962.

ROLAND-HOLST, David; FREDRICH; Kahrl. California Climate Risk and Response: Executive Summary. Berkeley: University of California at Berkeley, 2008. Disponível em: <www.next10.org>. Acesso em: 15/08/2009.

ROMAN, M. LOS JOVENES RURALES EN ARGENTINA. Elementos para una estrategia de desarrollo rural. Ministerio de la Producción Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentos. Dirección de Desarrollo Agropecuario. Buenos Aires:

PROINDER, 2003.

ROMAN, M. Los jóvenes rurales en la Argentina. Elementos para una estrategia de desarrollo rural. Serie Estudios e Investigaciones. Ministerio de la Producción Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentos. Dirección de Desarrollo Agropecuario – PROINDER. Buenos Aires. 2003.

ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (orgs.). Família & escola. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 171-83.

ROSENGRANT, M.W. et al. Looking into the future for agriculture and AKST (agricultural knowledge science and technology). In: Agriculture at a Crossroads. Edited by McIntyre B.D. et al. Island Press; 2009:307-376.

ROSENSTEIN, S., et. al. Las redes de diálogo como herramienta de cambio de las formas de “ver y actuar”: el caso de la localidad de Zavalla (Pcia. de Santa Fe). Revista de Investigaciones de la Facultad de Ciencias Agrarias. UNR. Número V, 2003. Disponible em: <http://www.fcagr.unr.edu.ar/Investigacion/revista/rev5/4.htm>

ROSS, L., ANDERSON, C.A. Shortcomings in the attribution process: on the origins and maintenance of erroneous social assessments. IN: Kahneman D, Slovic P, Tversky A, organizadores. Judgment under uncertainty: heuristics and biases. Cambridge: Cambridge University Press; 1982. p. 129-152.

ROSSI, E. L. Pecuária familiar do município de Formigueiro: caracterização, origem e situação atual. Seropédica: UFRRJ / ICHS, novembro 2002, p. (Monografia do Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)

RUAULT, C. Con qué unidad social trabajamos ? Entender las dinámicas sociales y tomar les en cuenta. Documento de trabalho do Grupo de Investigación y Experimentación para el Desarrollo y la Acción Local de Francia (GERDAL) / UCA / ADAA, 2007.

RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. Petrópolis: Vozes, 1986.

RUSSELL, C. S., et al. Coping strategies associated with intergenerational transfer of the family farm. Rural Sociology, 50, 361-376, 1985.

SAAB, M.S. A diferenciacao de produto como um agente de mudanca nas relacoes contratuais. Um exemplo no SAG da carne bovina no Brasil. Dissertacao, FEA/USP, 1998.

SABOURIN, E. TONNEAU, J-P. Réseaux de proximité et diffusion des innovations techniques. Le cas des communautés paysannes de Massaroca. (Bahia, Brésil). Lusotopie 1998, p. 67-89.

SABOURIN, E.P., Viabilidade da Agricultura Familiar Nordestina e Globalização: Mitos e Desafio. IN: Política & Trabalho, 16 - Setembro / 2000 - pp. 25-39

SACCO DOS ANJOS, F. Agricultura Familiar, pluriactividad y Desarrollo Rural en el Sur de Brasil. Universidad de Cordoba, UC, Espanha. 2000. (Tese de Doutorado)

SACCO DOS ANJOS, F. Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SACHS, C. E. Gendered fields: Women, agriculture and environment. Boulder, CO: Westview Press, 1996.

SACHS, I. Brasil rural: da redescoberta à invenção. Universidade de São Paulo, Estudos Avançados. Volume 15, número 43, set/dez, 2001. Disponível em: <http://nead.org.br>, acessado em março de 2006.

SACK, R. Human Territoriality: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.

SAGPyA. SECRETARIA DE AGRICULTURA, GANADERIA Y PESCA DE LA ARGENTINA. Noticias de los mercados de la carne vacuna. Julio, Diciembre. 2003.

SALLES ALMEIDA, J.. Acordo sobre a aplicação de medidas sanitárias e fito sanitárias: balanço de uma década buscando o equilíbrio entre a proteção do comércio e a proteção da saúde dos consumidores, 2005. CEPAL/Serie Comercio Internacional (59).

SANDRINI, G. B. D. Processo de inserção dos pecuaristas familiares do Rio Grande do Sul na cadeia produtiva da carne. Porto Alegre: UFRGS / PGDR, 2005. 178 p. (Dissertação de Mestrado)

SANDRONI, P. H. Dicionário de Administração e Finanças, de Paulo Sandroni, Ed. Best Seller, Sao Paulo, 1994.

SANTÁGELO F. "Argentine Beef" Panorama y Perspectivas Futuras. Trabajo de Tesina. Universidad del CEMA, Buenos Aires, 2000.

SANTOS, A. P. et al. Traceability as Competitive Advantage in Beef Calf Marketing. In: International Food and Agribusiness Management Association, 2006, Buenos Aires. International Food and Agribusiness Management Association, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Toward a New Common Sense. Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition. New York: Routledge. 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). A globalização e as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS FILHO et al. O processo de urbanização do oeste bahiano. Recife. SUDENE. 1988.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço : técnica e tempo, razão e emoção. Ed. Hucitec, S.Paulo, 1996.

SANTOS, M. et al. O papel ativo da Geografia: um manifesto. Florianópolis: XII Encontro Nacional de Geógrafos. 2000.

SANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988

SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. A natureza do espaço. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M. Por uma Geografia Nova. Ed. Hucitec, S.Paulo, 1978

SANTOS, M. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec. 1994.

SANTOS, M. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. Território n.

6. Rio de Janeiro: UFRJ/Garamond. 1999.

SAUER, C. (1998) [1925]: A morfologia da paisagem. In: Corrêa, R. e Rosendhal, Z. (orgs.) Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ.

SARTO, F.M. Análise dos Impactos Econômicos e Sociais da Implementação da Rastreabilidade na Pecuária Bovina Nacional. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA “LUIZ DE QUEIROZ”. LES - Departamento de Economia, Administração e Sociologia. Trabalho para Estágio Profissionalizante em Engenharia Agrônômica, 2002.

SARTORE, G.M. et al. Control, uncertainty, and expectations for the future: a qualitative study of the impact of drought on a rural Australian community. *Rural and Remote Health* 8: 950. (Online), 2008. Disponível em: <http://www.rrh.org.au> Acessado em: Dezembro de 2008.

SCHERER DUARTE & MAUCH PALMEIRA. O impacto da crise econômica americana no bioma pampa. In: Observatorio de la Economía Latinoamericana, número 105, 2008.

SCHIAVO, C. El Espacio Rural y sus Atores. Un Proyecto alternativo de gestion territorial participativa y sustentable en Microcuencas del sur de Uruguay, In: LINCK, T; SCHIAVO, C., (org.). Globalizacion Y Territorio. Nueva Ruralidad, Patrimônios Colectivos y Sustentabilidad en la Cuenca del Plata. Editorial Nordan – Comunidad. Montevideo, Uruguay, 2003.

SCHNEIDER, I. Êxodo, envelhecimento populacional e estratégias de sucessão na exploração agrícola. In: Perfil etério da População Economicamente Ativa na Agricultura gaúcha. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística do Estado do RGS, 1991.

SCHNEIDER, S. (org). A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (Org.). Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Unijuí, 2006.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e pluriatividade. Programa de Pós-Graduação em

Sociologia/ IFCH, UFRGS (Tese de Doutorado). 1999.

SCHNEIDER, S. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, Embrapa, Volº 14, nº 02, 1997 p.21-54.

SCHNEIDER, S. O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural. In: Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, 2005. Brasília/DF, 2005.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.18, n.51, pp. 99-122. 2003.

SCHNEIDER, S.; SCHMITT, C.J. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. Desenvolvimento agrário e desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: uma caracterização socioeconômica a partir dos municípios. IN: *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação*. Verdum *et al.*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SCHULTZ, T. W. A transformação da agricultura tradicional. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

SCHUTZ, A. & LUCKMANN, T. Las estructuras del mundo de la vida. Amorrortu. Buenos Aires, 1977.

SCOONES, I. Sustainable rural livelihoods: a framework for analysis. Institute of Development Studies (IDS) Working Paper 72, 1998.

SEBRAE, Carne do Pampa da Campanha Meridional recebe indicação de procedência. Reconhecimento para este tipo de produto é o primeiro da América Latina. Nota de imprensa, 2006. Acessado no site <http://sebraers2.interjornal.com.br/noticia.kmf?noticia=5593262&canal=226> em 20 de dezembro de 2006. Porto Alegre, Agência Sebrae de Notícias RS

SEBRAE. Carne do Pampa da Campanha Meridional recebe indicação de procedência. Reconhecimento para este tipo de produto é o primeiro da América Latina. Agência

Sebrae de Notícias RS. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://sebraers2.interjornal.com.br/noticia.kmf?noticia=5593262&canal=226>>.

Acessado em 20 de dezembro de 2006.

SEBRAE/RS (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas); SENAR/RS (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural); FARSUL (Federação de Agricultura do Rio Grande do Sul). Diagnóstico Integrado Dos Sistemas de Produção de Bovinos de Corte no Estado do Rio Grande do Sul: Relatório de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS/IEPE, 2005.

SEN, A. Capacidad y bienestar. 2005. Disponível em: <<http://www.geocities.com/WallStreet/Floor/9680/nobel.htm?200528>>> Acesso em: 02/12/05.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo, Companhia das Letras. 2001.

SEN, A. Editorial: human capital and human capability. World Development, (1997), vol. 25, nº 12, pp. 1959-1961.

SENASA. Fiebre Aftosa: Informe sobre cierre de los mercados internacionales. Notificaciones Oficiales. Disponível em: http://www.senasa.gov.ar/Archivos/File/File243-informe_aftosa.pdf. Acessado em: Novembro de 2009.

SENS, S. & SORIANO, V. Parlez-moi d'élevage. Analyse de représentations d'éleveurs. Educagri Editions. 2001.

SIEGRIST, M., CVETOVICH, G. Perception of hazards: The role of social trust and knowledge. Risk analysis 2000; vol. 20, No. 5.

SILIPRANDI, E. C. Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese de doutorado defendida na Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Curso de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, Área de Concentração Política e Gestão Ambiental em 06/04/2009.

SILVA NETO, B. (coord.) Avaliação e caracterização sócio-econômica dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul. Ijuí: Departamento de Estudos Agrários/ UNIJUÍ, 2002. (Estudo Especial RS-Rural).

SILVA, C.F.D.; ALVES, T.W. Perfil da Pecuária de Corte do Rio Grande do Sul. In: III Encontro de Economia Catarinense, 2009.

SILVA, F. I. C.; SOUZA, E. D. Informação e formação da identidade cultural: o acesso à informação na literatura de cordel. Revista Informação & Sociedade. João Pessoa, v.16, n.1, 2006, p.274-284.

SILVA, V. A. C. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: SILVA, M. (org.) República em migalhas: história local e regional. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SIMOES PIRES, F. Gaúcho, o Dialeto Crioulo Rio-Grandense [s.d.]. Disponível em: http://www.orbilat.com/Languages/Portuguese-Brazilian/Dialects/Brazilian_Dialects-Gaúcho.html. Acessado em: Julho de 2006.

SOUZA, M. A. de (org.). Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1997.

THRIFT, N. Visando o âmago da região. In: GREGORY, D. et al. Geografia humana. São Paulo: Jorge Zahar, 1995.

VAINER, C. B. Região e interesses regionais: subsídios para uma discussão do regionalismos contemporâneos no Brasil. São Paulo: FUNDAP, 1995.

VISCARDI, C. M. R. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 3, n.1, 1997

VOCABULÁRIO PAMPEANO. Pátria, Fogões e Legendas. Martins Livreiro Editor. 1987.

ZAIDAN FILHO, M. O fim do Nordeste & outros mitos. São Paulo: Cortez, 2001.

SIMON, H. A. A behavioral model of rational choice. Quarterly Journal of Economics. v. 69, p. 99-118, 1955.

SIMON, H. A. Models of Man. New York: John Wiley and Sons, 1957.

SINDICATO RURAL DE DOM PEDRITO - SEBRAE - EMBRAPA / CPPSul. Diagnóstico Técnico e Sócio-Econômico da Agropecuária em Dom Pedrito / RS. Sindicato Rural: 199-.

SIQUEIRA, D. E. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. Cadernos de Sociologia, PPGS/UFRGS, Porto Alegre, v.6, p. 76-89, 1994.

SKINNER, B.F. About Behaviorism. New York: Appleton- Century-Crofts, 1974.

SKINNER, B.F. Why I Am Not a Cognitive Psychologist. In: B.F. Skinner & R. Epstein (Orgs.), Skinner for the Classroom (pp. 177-191). Illinois: Research Press, 1982.

SKINNER, B.F. Contingencies of Reinforcement: A Theoretical Analysis. New York: Appleton-Century-Crofts, 1969.

SKINNER, B.F. Science and Human Behavior. New York: The Macmillan Company, 1966.

SKINNER, B.F. The Operational Analysis of Psychological Terms. Em: B.F. Skinner (Org.), Cumulative Record. New York: Appleton-Century-Crofts, 1961.

SKINNER, B.F. The Technology of Teaching. New York: Appleton-Century-Crofts, 1968.

SKINNER, B.F. Verbal Behavior. New Jersey: Prentice-Hall, 1957.

SLOVIC, P. Perception of risk posed by extreme events. Paper prepared for discussion at the conference "Risk management strategies in an uncertain world," Palisades, New York, April 12-13, 2002.

SLOVIC, P. Perception of risk. Science 1987; 236:280-285.

SLOVIC, P. Perception of risk: Reflexions on the psychometric paradigm. In: Krimsky S, Golding D, organizadores. Social theories of risk Nova York: Praeger; 1992. p.117-152.

SLOVIC, P. The perception of risk. London: Earthscan Publications Ltd; 2000.

SLOVIC, P. Trust, emotion, sex, politics, and science: Surveying the risk assessment battlefield. *Risk Analysis* 1999;19(4):689-701.

SLOVIC, P. Trust, emotion, sex, politics, and science: surveying the risk-assessment battlefield. *Risk Analysis* 1999; 19(4).

SLOVIC, P., FISCHHOFF, B., LICHTENSTEIN, S. Facts and fears: understanding perceived risk. Schwing R, Albers Jr. WA, organizadores. *Societal risk assessment: How safe is safe enough?* Nova York: Plenum Press; 1980. p.181-214.

SMIT, B. et al. The science of adaptation: a framework for assessment. *Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change* 4, 199-213 1999.

SMIT, B.; WANDEL, J. Adaptation, adaptive capacity and vulnerability. *Global Environmental Change* 16, 282 – 292, 2006.

SMITHSON, M. *Ignorance and uncertainty: emerging paradigms.* Springer-Verlag: New York; 1989.

SORIANO, A. Rio de la Plata Grasslands. IM: *Natural Grasslands. Introduction and Western Hemisphere.* Coupland, R.T. eds., 1991.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. IN: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas.* Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p.77-116.

SPEEDING, L. et al. (1993), *Eco-management and Eco-auditing – Environmental Issues in Business,* Chancery Law Publishing.

SPERBER, W.H. HACCP and transparency. *Food Control*, 16, 2005a.

SPERBER, W.H. HACCP does not work from farm to table. *Food control*, 16, 2005.

STANFIELD J., Manual del Gadero, Editorial Limus, México, 1986.

STERNS, J. & PETERSON, C. The Globalization of smaller agri-food firms: a decision – making framework tested through case research. In: International Food And Agribusiness Management Review, 4, 2001

STJERNA, M.L, LAURITZEN, S.O, TILLGREN, P. "Social thinking" and cultural images: teenagers' notion of tobacco use. Soc Sci Med 2004; 59:573-583.

STRAUSS, A. & CORBIN, J. Basics of Qualitative Research: Grounded Theory Procedures and Techniques. London: Sage. 1990.

SUAREZ, M. A perspectiva de genero no desenvolvimento rural: fundamentos teórico metodológicos. In: Campos, C. (Comp.) Desenvolvimento rural com equidade de gênero. Londrina, Brasil: Procoder/IICA/lapar, 1994. p. 11-28.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço geográfico: uno e múltiplo. In: SUERTEGARAY, D. M. A.; BASSO, A.; VERDUM, R. (Orgs.). Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000. p.13-34.

SYLVANDER, B., BELLETTI, G., MARESCOTTI, A., THÉVENOD-MOTTER. Establishing a quality convention, certifying and promoting the quality of animal products: the case of beef. In: Livestock Farming Systems. Product quality based on local resource leading to improved sustainability. EAAP publication, n.118, Benvenuto, Italy, 2006.

TAMBARA, E. RS: Modernização e crise na agricultura. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. 96 p.

TARGA, L. R. P. O Rio Grande do Sul: fronteira entre duas formações históricas. IN: TARGA, L. R. P. (org.) Gaúchos e paulistas: dez escritos de história regional comparada. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1996. p. 17-47.

TAYLOR, P. A fair trade approach to community forest certification?: a framework for

discussion. *Journal of Rural Studies*, 2005.

TAYLOR, S.J. & BODGAN, R. *Introducción a los métodos cualitativos de investigación*. Buenos Aires: Paidós. 1990.

TEUBAL, M. Globalización y sus efectos sobre las sociedades rurales de América latina. IN: *Globalización, Crisis y Desarrollo Rural en América Latina. Memoria de Sesiones Plenarias, V Congreso Latinoamericano de Sociología Rural de ALASRU*. 13 a 15 de Octubre, Colegio de Postgraduados y Universidad Autónoma de Chapingo, Texcoco, México, 1998.

THE BELFAST TELEGRAPH. 1,500 farmers commit mass suicide in Índia, Avril 2009. Disponível em: <http://www.independent.co.uk/news/world/asia/1500-farmers-commit-mass-suicide-in-india-1669018.html>. Acesso em: Novembro de 2009.

THÉRY, H.; MELO, N.A. *Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território*. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

THORNTON, P.K., et al. Mapping climate vulnerability and poverty in África. *Int. Livestock Res. Inst.*, 2006.

TIERRAMERICA. América Latina ante los efectos irreversibles de un planeta más caliente. *Primer Informe Regional sobre Cambio Climático*, 2009. Disponível em: <http://www.tierramerica.info/docs/informe-cambio-climatico-2009.pdf>. Acesso em: Novembro de 2009.

TONELLI V. Integración de la cadena de carnes. Una necesidad impostergable. IDIA XXI INTA. Buenos Aires, Noviembre 2001.

TORRES, J. E. H. *A pecuária familiar uma realidade pouco conhecida: estudo de caso sobre a caracterização e análise sócio-econômica da pecuária familiar no município de Santana do Livramento/RS*. Porto Alegre: UFRGS / PGDR, 2001. 175 p. (Monografia Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural e Agroecologia)

TORRONTEGUY, T. O. V. *As origens da pobreza no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto / IEL, 1994. 192 p.

TOURRAND, J. F. & VEIGA, J. B. Viabilidade de sistemas agropecuários na agricultura familiar da Amazônia. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2003. 468 p.

TOURRAND, J.F. L'élevage dans la révolution agricole au Waalo, delta du fleuve Sénégal France : CIRAD, 2000.

TOURTE, R.; BILLAZ, R. Enfoque de los sistemas agrarios y función investigación - desarrollo: contribución a la elaboración de un modo de acción. Paris: L'Agronomie Tropicale, 1982. 26 p.

TUCKER, M., NAPIER, T.L. Determinants of perceived agricultural chemical risk in three watersheds in the Midwestern United States. Journal of Rural Studies 2001; 17: 219-233.

UNESCO. Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions, Paris, 20 October 2005. Paris: UNESCO, 2005. Disponível em: <http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=31038&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Versão em português disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001497/149742POR.pdf>>. Acesso em: 24/07/2008.

PLOEG, J.V.D. Knowledge systems, metaphor and interface: the case of potatoes in the Peruvian Highlands. In: Encounters at the interface. A perspective on social discontinuities in rural development, 1990.

VEIGA, J. E & EHLERS, E. Diversidade biológica e dinamismo econômico no meio rural. In: May, P., Lustosa, M.C. e Da Vinha, V. (orgs.), Revista Economia e Meio Ambiente, Teoria e Prática. Editora Campus/Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, sem data no xérox.

VEIGA, J. E & EHLERS, E.(sem data no xérox), "Diversidade biológica e dinamismo econômico no meio rural" em May, P., Lustosa, M.C. e Da Vinha, V. (orgs.), Revista Economia e Meio Ambiente, Teoria e Prática. Editora Campus/Sociedade Brasileira de Economia Ecológica.

VEIGA, J. E. O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica. São Paulo, Hucitec, 1991.

VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. (org.) Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 319 p.

VERÍSSIMO DA FONSECA, P. A. A formação do gaúcho. Passo Fundo: Diário da Manhã, 1982. 222 p.

VIEIRA, O. Reconversão dos pequenos agricultores de tipo familiar: uma exigência de cidadania. In: Workshop: Desenvolvimento de uma outra agricultura. Vol. I. Curitiba: UFPR, 1995.

VIEIRA, O., Reconversão dos pequenos agricultores de tipo familiar: uma exigência de cidadania. In: Workshop: Desenvolvimento de uma outra agricultura. Vol. I. Curitiba: UFPR, 1995.

VIGLIZZO, E.F., Frank, F.C., CARREÑO, L. Situación Ambiental en las Ecorregiones Pampa y Campos y Malezales. In: La Situacion Ambiental Argentina 2005. Fundacion Vida Silvestre, Argentina, 2005. Disponível em <http://www.vidasilvestre.org.ar/descargables/libro_imperdible/pampa.pdf> Acessado em Outubro de 2008.

VOCABULÁRIO Ortográfico da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras. Bloch Editores, 1998.

WALLACE, C. et al. Young people and the division of labour in farming families. Sociological Review, Vol. 42, 501-530. 1994.

WANDERLEY, M. N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. Revista da ABRA, nº 2/3, V. 25, mai-dez, 1995.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Rio de Janeiro, In: Estudos Sociedade e Agricultura, 2003, nº 21, p. 42-62.

WANDERLEY, M. N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. IN: FERREIRA, A. D. D. e BRANDERBURG, A. Para pensar outra agricultura. Curitiba, Editora UFPR, 1998, p. 29-50.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. IN: TEDESCO, J. C. (org.) Agricultura familiar: realidade e perspectivas. Passo Fundo, EDIUPF, 2001.

WANDERLEY, M.N.B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Estudos Sociedade e Agricultura, nº 15, p. 87-145, 2000; (Teoria Social e Desenvolvimento Agrário)

WAQUIL P. et al. Caracterização socioeconômica e produtiva da bovinocultura de corte no estado do Rio Grande do Sul. (Trabalho inédito apresentado no Encontro de Economia Gaúcha). Porto Alegre. UFRGS, 2006.

WAQUIL, P.D et al. Censo de Ganaderos en Rio Grande do Sul. Universidad Federal de Rio Grande do Sul – Farsul, Porto Alegre. 2005.

WAQUIL, P.D. et al. Censo de Ganaderos en Rio Grande do Sul. FARSUL, Porto Alegre: Universidad Federal de Rio Grande do Sul, 2005.

WATSON, C. Unreliable narrators? ‘Inconsistency’ (and some inconstancy) in interviews. In: Qualitative Research. SAGE Publications (London, Thousand Oaks, CA and New Delhi vol. 6(3) 367–384, 2006.

WATSON, G. Generations X, Results of WWF’s European Family Biomonitoring Survey. Detox Campaign, WWF, Brussels, 2005.

WEBER, M. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. 3ª edição, Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1994.

WEBER, M. Ensaios de Sociologia. São Paulo: Ed. Atlas, 1979.

WEBER, M. Metodologia das Ciências Sociais. São Paulo: Cortez e Editora UNICAMP, 1992. (2 volumes).

WEISS, R. Learning from strangers. New York: Free Press; 1995.

WEJNERT, B. Integrating models of diffusion of innovation: a conceptual framework. *Annual Review of Sociology* 2002;8:297-326.

WINTER, M. Corporatism and agriculture in the U.K.: the case of the milk marketing board. *Sociologia Ruralis*. Vol. 24, pp. 106-120. 1984.

WOLPERT, L. Risk. University College, MRC National Institute For Medical Research, London, 1996. Disponível em: <http://www.nimr.mrc.ac.uk/MillHillEssays/1996/risk.htm>

WOOD, C. H. Introdução Metodológica ao Estudo da Pecuária, Uso da Terra e Desmatamento no Brasil, Peru e Equador. Brasília: UnB, En prensa. 2007.

WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. O trabalho da Terra. Brasília: Ed. UNB. 1997.

WOORTMANN, E.F, WOORTMANN, K. .O trabalho da terra. A lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília, Editora UnB, 1997.

X. HARDAKER, J.B.; HUIRNE, R.B.M.; ANDERSON, J.R. Coping with Risk in Agriculture. Oxon, United Kingdom: CAB International, 1997.

YATES, F., STONE, E. The Risk Construct. In: Yates F, organizador. Risk-taking behaviour. Chichester: Wiley; 1992.

ZILBERSZTAJN, D., MACHADO FILHO, C.P. Competitiveness of meat agri-food chain in Brazil. In: *Supply Chain Management An International Journal*, V.8, N.2. 2003.

ZIMMERMAN, T. S., & FETSCH, R. H. Family ranching and farming: A consensus management model to improve family functioning and decrease work stress. *Family Relations*, 43, 125-131. 1994

ZOTTER, K.A. "End-of-pipe" versus "process-integrated" water conservation solutions. A comparison of planning, implementation and operating phases. *Journal of Cleaner Production*, 12, 2004.

ANEXO I - FORMULÁRIO DA ENTREVISTA

PAIS:
 AÑO AGRICOLA:
 FECHA DE REALIZACIÓN:

Datos Personales del Entrevistado

Nombre:
 Edad:
 Género: () M () F
 Estado Civil:
 Hijos?:
 () Arrendatario () Capataz () Proprietario () Hijo(a) () Otro: () Condómino
 Fecha de la Entrevista:
 Localidad máx próxima a la Unidad Productiva: _____
 Municipio: _____
 Teléfono: _____
 Distancia Sede Municipio: _____
 Vías de Acceso (Tipo/Situación): _____

1. Caracterización de la Unidad Productiva

1.1. Situación del Lote y Uso de la Tierra

Situación Del lote	Area (has)									Otros
	Propia	En sociedad				Alquiladas				
		De Terceros	Per'odo	Para Terceros	Per'odos	De Terceros	Per'odo	Para Terceros	Per'odos	
Área total (has)										

1.2. Cuál es el valor promedio de la hectárea en la zona en la que está ubicada su propiedad? \$/ha

1.3. Cómo obtuvo el campo?

Ítem	Cantidad de tierra (has)
() por herencia	
() compra a otros parientes	
() compra a terceros	
() por donación	
() de propiedad provisoria	
() por colonización	
() no sabe/no responde	

1.4. Situación Jurídico-Legal de la Propiedad

Individual		En Sociedad		Mixta
Persona	Persona Jurídica	Persona Física	Persona Jurídica	

Física	Condominio	Empresa	Otro	Condominio	Otro	Condominio	Empresa	
	o			o Informal		o		

1.5. Quién toma las decisiones en esta unidad de producción?

- () miembros de la familia Quién? _____
 () terceros (no pertenecen a la familia) Quién? _____

1.6. Quién implementa la mayor parte de las decisiones tomadas?

- () los mismos de la respuesta anterior
 () un técnico
 () otra persona (empleado, peón, etc.)

2. Caracterización general del sistema de producción y uso de la tierra

2.1. Cuál es el sistema de producción más importante en la unidad productiva?

- () sólo ganado bovino
 () bovinos con ovinos
 () bovinos con agricultura
 () bovinos con tambo
 () otro (especificar): _____

2.2. Ha cambiado recientemente su sistema de producción?

- () no
 () sí, aumento de la agricultura sin disminuir el lote de animales
 () sí, aumento de la agricultura con disminución de lote de animales
 () sí, aumento del lote de animales con disminución de la agricultura
 () sí, cambio en el manejo de los animales (cría, engorde,
 especificar): _____

2.3. Por favor explique cómo cambió y por qué: _____

2.4. Detalle del Uso de la Tierra en la Unidad de Producción

	ç rea (has)
ç rea ocupada con agricultura	
ç rea ocupada con pecuaria	
Bosques/Montes plantados	
Bosques/Montes naturales	
Tierras no cultivables, casas, caminos, construcciones	

2.5. Tipo de suelo.

(__ % o __ha) Humus/Tierra Negra (__ % o __ha) Arcilloso (__ % o __ha)
Pedregoso
(__ % o __ha) Anegados/Lagunas

2.6. Hace análisis del suelo?

() seguido; () raramente; () nunca hizo

2.7. Realiza actividades para conservar la calidad del suelo?

() sí

Cuáles? _____

() no
() no porque no lo preciso
() no sabe

2.8. Cuál es su opinión con respecto a los recursos hídricos de la unidad de producción?

() no tiene problemas
() no tiene idea del asunto
() se preocupa y ha tomado medidas para solucionar el problema

Cuáles? _____

() Conoce el problema pero no le interesa

2.9. Si posee una alta concentración de ganado en el campo, qué hace con el estiércol de los animales?:

() No hay gran concentración () Los arroja en los cursos de agua () Basurero ()
Alimentación animal
() Directo al suelo () Lo quema () Los trato () Otros

--	--	--	--	--	--

3.2. Cuáles son las principales inversiones que ha realizado en los últimos años?:

Tipos de Inversión	Año	Valor
() Equipamientos/Máquinas	2004	\$
	2005	\$
	2006	\$
() Instalaciones. Cuáles?	2004	\$
	2005	\$
	2006	\$
() Infraestructura Productiva (corrales/alambre eléctrico/ etc.)	2004	\$
	2005	\$
	2006	\$
() Mejora del suelo (calcáreo, etc.)	2004	\$
	2005	\$
	2006	\$
() Cultivos permanentes (pastura permanente/ reforestación, etc.)	2004	\$
	2005	\$
	2006	\$

3.3. Ha comprado máquinas o equipamientos? (del 2004 al 2006)

Especificación	Cantidad	Antigüedad	Valor actual estimado
Camión			
Vehículo utilitario			
Caballos para trabajo			
Microtractor (< 20 Hp)			
Tractor > 20 Hp < 80 Hp			
Tractor > 80 Hp			
Secadora			
Siloaeradora			
Cosechadora			
Pala Mecánica			
Sembradora			
Regadora			
Arado			
Bomba eléctrica			
Generador eléctrico			
Trituradora			
Otros (especificar)			

Raza \ Ciclo	Ciclo Completo	Cr'a	Recr'a	Cr'a/ Recr'a	Recr'a/ Terminaci-n	Terminaci-n
Trabaja raza pura						
Trabaja con cruza						

OBS: Ciclo Completo: cría/recría/terminación.

4.2. Predominancia de razas en el sistema de cría:

- () Pura Cuál? _____
 () Cruza entre Europeas - Cuáles? _____
 () Cruza entre Zebu x Europeas - Cuáles? _____

4.3. Sólo para ganado de comercialización (preguntas 4.3.1. a 4.3.9.)

4.3.1. Cuál es el criterio para descartar las vacas?:

- () edad. Cuál es la edad promedio? _____
 () falla en una monta
 () falla en dos montas consecutivas
 () falla en más de dos montas consecutivas
 () examen ginecológico
 () programa de selección
 () otra razón. Cuál? _____

4.3.2. Cuál es la edad y / o el peso promedio de preñez o de inseminación artificial de la vaquillona

_____ nº de meses y/o _____ kg () no sabe () indefinido

4.3.3. Cuál es el peso promedio de las vaquillonas en la Primera Parición?:

A la salida del invierno	_____ kg de peso		
	promedio		
En el destete	_____ kg de peso		
	promedio		

4.3.4. Cuál es el peso promedio de las vacas con Varias Pariciones?:

A la salida del invierno	_____ kg de peso		
	promedio		
En el destete	_____ kg de peso		
	promedio		

4.3.5. Qué tipo de destete realiza, en condiciones normales?

Primera Parición	Con Varias Pariciones
() Destete precoz (90 días)	() Destete precoz (90 días)
() Destete anticipado (60 días)	() Destete anticipado (60 días)
() Destete normal (6-8 meses)	() Destete normal (6-8 meses)
() No desteta (natural)	() No desteta (natural)
() Según la condición / salud de la vaca	() Según la condición / salud de la vaca

Cuál es el peso promedio de los terneros al nacer y al destetarlos?

Nacidos de primera parición	_____ kg de peso	() No sabe
-----------------------------	------------------	-------------

	promedio	
Nacidos de vacas con varias pariciones	_____ kg de peso promedio	() No sabe
En el destete precoz (90 días)	_____ kg de peso promedio	() No sabe
En el destete anticipado (60 días)	_____ kg de peso promedio	() No sabe
En el destete normal (6 a 8 meses)	_____ kg de peso promedio	() No sabe

4.3.7. Alquila o usa toros prestados por terceros?

() No () Sí

4.3.8. Hace exámenes andrológicos de los toros?

() Sí () No () A veces

4.3.9. Cuál es el criterio principal para el descarte de los toros?

- () edad. Cuál es la edad promedio? _____
- () examen andrológico
- () edad o examen andrológico (lo que ocurra primero)
- () programa de selección
- () otra razón. Cuál? _____

4.4. Manejo del ganado

4.5. Mortalidad y Manejo Sanitario.

Manejo	MESES												Más Indefinido	Todo el Año		
	ENE	FEB	MAR	ABR	MAY	JUN	JUL	AGO	SET	OCT	NOV	DIC				
Servicio natural																
Inseminación artificial																
Tacto																
Parición																
Destete																
Descarte/venta																
Compra/reposición																
MANEJO DE LA ALIMENTACIÓN																
Pasto natural																
Pasto cultivado																
Sal proteinada																
Ración																
Suplementación																
Suplementación Silo																
Sal mineral*																
Sal común																

*Sal mineral = sal mineral + harina de hueso

4.5.1. Mortalidad de los animales y vacunas usadas

Categoría/vacina	Mortalidade (nº OU %)	Aftosa*	He mog lob.	Clos tridim	Hb+ Clos trd.	Cer ato con j.	Lept ospira	Bru celo se	IBR	IBR +B VD	IBR+ BVD + Lept ospira	Car bún culo	Out ras
Terneiras													
Terneiros													
Novilhas de 1 ano													
Novilhas de 2 anos													
Novilhas de 3 anos													
Vacas Primiparas													
Vacas Multiparas													
Terneiras de Descarte													
Novilhas de Descarte													
Primíparas de Descarte													
Vacas de Descarte													
Novilhos de 1 ano													
Novilhos de 2 anos													
Novilhos de 3 anos													
Bois de 4 anos													
Touros													
Cavalos													

*Se efetivamente houve imunização dos animais contra aftosa, com aplicação de duas doses ao ano.

4.5.2. Usa tratamiento contra los parásitos? () Cuál? _____

Hubo alguna muerte por parásitos? () Cuántos? _____

5. Características de las pasturas

5.1. Campo nativo

5.1.1. Cómo ve el pasto natural?

- () como un recurso de poca importancia y de poca calidad
- () como un recurso razonable que necesita ser complementado con pasturas sembradas
- () como un recurso excelente y de bajo costo que debe ser conservado
- () si pudiese, reemplazaría todo el pasto natural por pasturas sembradas

5.1.3. Cuáles son los pastos naturales que predominan en su campo?_

5.1.4.Cuál es el criterio para controlar la cantidad de animales por hectárea?

- () la situación del animal (por ejemplo, si está perdiendo o ganando peso)
- () la altura del pasto
- () la cantidad de animales (por experiencia previa)
- () otro criterio (especificar): _____

5.1.5. Usa rotación de potreros?

- no, trabaja con pastoreo continuo
- sí, sin alambre eléctrico
- sí, con alambre eléctrico
- sí, sacando los animales a la calle (banquina, etc.)
- sí, alquilando potreros de terceros
- a veces realiza rotación (en ciertas épocas del año), y a veces usa pastoreo continuo

5.1.6. Cuáles son las principales hierbas indeseables (yuyos) de su campo?

.....

5.1.7. Estas hierbas perjudican la situación de su ganado?

- No Sí. Por qué? _____

5.1.8. Utiliza alguna práctica contra los yuyos?

- fumigación. Con qué? ;
- herbicidas. Cuáles?;
- ambos. Cuáles?;
- animales que los comen. Cómo?
- ninguna

5.1.9. Si no fumiga, por qué no lo hace?

- muito caro
- não resolve o problema
- não tem roçadeira e não tem de quem alugar
- não tem roçadeira e alugar custa muito caro
- outro: não é necessário

5.1.10. Si fumiga, en qué época del año lo hace y con qué frecuencia en la misma área?

- | Época del año | Frecuencia |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> otoño | <input type="checkbox"/> Todo el año |
| <input type="checkbox"/> invierno | <input type="checkbox"/> Cada dos años |
| <input type="checkbox"/> comienzo de la primavera | <input type="checkbox"/> Cada tres años |
| <input type="checkbox"/> verano | <input type="checkbox"/> Cuando puede |

5.1.11. Quema el campo?

- No. Por qué? _____
- Sí. Por qué? _____
- Periodicidad: 1x p/año cada 2 años cada 3 años o más

6. Características de la Comercialización del Ganado Bovino

6.1. Cómo ha evolucionado el lote de animales durante los últimos tres años?

- Se achicó
 - Se mantuvo estable
 - Aumentó
- Cuánto? _____
- Por qué? _____

6.2. Qué categorías de animales cambiaron? (vacas, terneros, toros, etc.):

6.3. En caso de compra de animales, a quién se los compra?

Toros	Vacas	Novillos o Terneros
(%) intermediarios	(%) intermediarios	(%) intermediarios
(%) consignatarios	(%) consignatarios	(%) consignatarios
(%) ferias agropecuarias	(%) ferias agropecuarias	(%) ferias agropecuarias
(%) otros productores ganaderos	(%) otros productores ganaderos	(%) otros productores ganaderos
(%) otros	(%) otros	(%) otros
Peso medio: _____ kg	Peso medio: _____ kg	Peso medio: _____ kg

6.4. A quién vende los animales?

Toros	Vacas	Novillos o Terneros
(%) intermediarios	(%) intermediarios	(%) intermediarios
(%) consignatarios	(%) consignatarios	(%) consignatarios
(%) ferias agropecuarias	(%) ferias agropecuarias	(%) ferias agropecuarias
(%) otros productores ganaderos	(%) otros productores ganaderos	(%) otros productores ganaderos
(%) frigorífico	(%) frigorífico	(%) frigorífico
(%) supermercados	(%) supermercados	(%) supermercados
(%) carnicero	(%) carnicero	(%) carnicero
(%) otros	(%) otros	(%) otros
Peso medio: _____ kg	Peso medio: _____ kg	Peso medio: _____ kg

6.5. Criterios relevantes en la comercialización del ganado, según su grado de importancia [Leer las alternativas y jerarquizarlas según su grado de importancia: de 0 a 3]

Item	Grado de Importancia			
1. Contrato previo con el comprador	() 0	() 1	() 2	() 3
2. Vender cuando necesita el dinero	() 0	() 1	() 2	() 3
3. Vender cuando el precio está bueno	() 0	() 1	() 2	() 3
4. Vender cuando necesita liberar el campo	() 0	() 1	() 2	() 3
5. Fidelidad del comprador	() 0	() 1	() 2	() 3
6. Pago diferenciado según la calidad del ganado	() 0	() 1	() 2	() 3
7. Pago diferenciado según la raza del ganado	() 0	() 1	() 2	() 3
8. Regularidad del pago	() 0	() 1	() 2	() 3
9. Otros:	() 0	() 1	() 2	() 3

Explicación:

0 = Ninguna importancia	1 = Poca importancia	2 = Importancia regular	3 = Muy importante
-------------------------	----------------------	-------------------------	--------------------

6.6. Cuáles son los principales problemas encontrados en la comercialización del ganado? [Jerarquizar de 0 a 3, según la explicación de abajo]

Item	Grado de Importancia			
1. incumplimiento por parte de los compradores	() 0	() 1	() 2	() 3

2. distancia hasta los frigoríficos o carnicerías	() 0	() 1	() 2	() 3
3. bajo precio del ganado	() 0	() 1	() 2	() 3
4. falta de alternativas de compradores	() 0	() 1	() 2	() 3
5. exigencias sanitarias	() 0	() 1	() 2	() 3
6. controles impositivos	() 0	() 1	() 2	() 3
7. incerteza	() 0	() 1	() 2	() 3
8. Otros	() 0	() 1	() 2	() 3

Explicación:

0 = Ninguna importancia	1 = Poca importancia	2 = Importancia regular	3 = Muy importante
-------------------------	----------------------	-------------------------	--------------------

6.7. Ya oyó hablar de la “rastreadabilidad” (animales con chip)?

- () Sí. Dónde? _____
 () No.

6.8. Sus animales son “rastreadables” (están identificados con un chip)?

- () No. Por qué? _____
 () Sí. Desde cuándo? _____ año
 Cuántos animales (% del total del lote) _____ %
 Percibió alguna ventaja con el chip a la hora de comercializar?
 () No
 () Sí. Cuál? _____

6.9 En el año último, ha habido robos de ganado en su propiedad?

- () No () Sí.

Cuáles robos?	Cuántos animales?

Insumos adquiridos para las actividades de producción animal [Año agrícola 2006]

Especificación	Cantidad/ Unidad	Valor Pagado (Promedio por Unidad)
Raciones para Bovinos		
Sal		
Sal proteinado		
Harina de hueso		
Componentes para raciones para bovinos (maíz/sorgo, vitaminas, etc.)		
Productos veterinarios para bovinos:		
Vacunas		
Antiparasitarios		
Otros Productos Veterinarios (Antibióticos; Desinfectantes, ...)		
Otros insumos animales		

(especificar)		

8. Cultivos

8.1. Tipos

Especificación	Superficie Área Sembrada (has)	Cantidad Total Cosechada	Venta y/o Comercio			Para Consumo Animal
			Cantidad	Valor/Unidad (\$)	Destino de la producción Vendida (%) [usar explicación]	
Trigo						
Girasol						
Soja						
Avena						
Maíz						
Sorgo granífero						
Sorgo forrajero						
Cebada						
Trigo candeal						
Otros (cuáles):						

Explicación:

1 venta directa para consumidores – en la propia casa, en ferias, etc.
2 para la cooperativa
3 para la agroindustria y/o empresa privada
4 para un intermediario
5 otro _____

8.2. Florestamiento y Reforestamiento (Considerar área plantada y área cortada)

Tipos	Área Plantada	Área Cortada	Edad (promedia)	Valor (\$)

--	--	--	--	--

Tiene huerta doméstica?

8.3.1. Para la familia Sí () No ()

8.3.2. Para los empleados Sí () No ()

8.3.3. Si tiene huerta, cuánto le parece que valen los productos extraídos?.....

Insumos adquiridos para los cultivos (Año Productivo 2006)

Especificación	Cantidad/ unidad	Valor Promedio Pago por Unidad	Destino
Semillas para siembra			
Semillas para pasturas			
Fertilizantes químicos			
Fertilizantes orgánicos			
Gasoil / Diesel para cultivar			
Agrotóxicos (fungicidas, insecticidas, herbicidas, formicidas)			
Mano de Obra contratada*			
Otros			

*Terceros contratados para fumigar, sembrar, cosechar, construir alambrados, etc)

10. Producción de Origen Animal No Transformado (Leche, Miel, Huevos, etc)

[Usar producción por Día, Semana, Mes o Año] [Año Agrícola 2006]

Especificación	Unidad	Cantidad producida	Cantidad vendida	Precio de venta	A quién vende
Leche					
Huevos					
Miel					
Peces					
Otros					

11. Rentas obtenidas con trabajos no-agrícolas y en actividades fuera de la Unidad Productiva (Año Agrícola 2006)

Condición Familiar (A)	Actividades No-Agrícolas (C)	Periodicidad		Valores Recibidos en \$		Ingreso por Producto	
		Nº Días	Localización (B)	Mes	Año	Mes	Año

(A) 1. Padre; 2. Madre; 3. Hijo; 4. Hijo; 5. Yerno; 6. Nuera; 7. Nietos; 8. Abuelo; 9. Abuela; 10. Hermano; 11. Otro

(B) 1. En la localidad/comunidad rural; 2. En el centro urbano del propio municipio; 3. En otro municipio

(C) 1. Industria; 2. Comercio; 3. Servicios: Profesional Liberal; 4. Servicios: Otros. Cuál? (informar al lado del código)

11.1. Utiliza los recursos obtenidos con actividades no-agrícolas en la Unidad de Producción?

- () Sí Finalidad: () Gastos () Capital
 () No
 () No sabe

11.2. Renta y beneficios no-agrícolas (recibidos durante el Año Agrícola 2006)

Transferencias Sociales	Item	Periodicidad		Valor (\$)
		Mes	Año	
	Jubilaciones			
	Pensiones			
	Becas escolares			
	Jefes y Jefas de Hogar			
	Otros			
Otros Ingresos	Alquiler			
	Arrendamiento			
	Intereses			
	Dinero del Exterior			
	Donaciones			
	Herencias			

11.3. Utiliza los recursos obtenidos con actividades no-agrícolas en la Unidad de Producción?

- () Sí Finalidad: () Gastos () Capital () No () No sabe

12. Família e Trabalho

12.1. Detalle de la composición de la familia que viven en la Unidad de Producción

Nombre	Relación de parentesco (A)	Edad	Trabajo en la Unidad Productiva (B)	Escolaridad (C)	Formación vinculada a la agricultura (D)

5. Parcial: 5 días/semana	(2) curso técnico de corta duração
4. Parcial: 4 días/semana	(100) Agronomia
3. Parcial: 3 días/semana (<6h/d)	(101) Veterinaria
2. Parcial: 2 días/semana (< 4h/d)	(102) Zootecnia
1. Parcial: 1 día/semana (<2h/dia)	(8) Otro: _____
0. No trabaja	(9) Sin calificación formal

12.3. Crédito y Financiación en el Año Agrícola 2006.

Operação Instituição (A)	Destino (B)	Ano de Contratação	Período de Carência	Valor Total Financiamento (R\$)	Periodicidade das Amortizações	Nº Parcelas	Taxa de Juros (mês ou ano)	Valor Amortizado (ano) (Jun/03 a Mai/04)	Saldo Devedor

Código:

(A)	(B)
1 Bancos (Qual?)	1 Custeio Agrícola
2 Cooperativas	2 Custeio Pecuária
3 Fundo Municipal	3 Comercialização Agrícola
4 Emp. Integradora/Agroind.	4 Comercialização Pecuária
5 Vizinhos	5 Investimento Agrícola
6 Parentes	6 Investimento Pecuária
7 Pronaf	
8 RS-Rural	
9 Outros	

16.1. Securitização ou dívidas antigas pendentes ou negociadas (quais/ valor, etc.):

Qual	Período contratado	Valor	Situação	Outro

16.2. Em caso de endividamento elevado, como o produtor/agricultor vê a sua situação:

- () Muito Fácil
 () Fácil
 () Difícil
 () Muito Difícil

17. Outros gastos anuais no ano agrícola (Jun/03 a Mai/04)

Discriminação	Valor (R\$)
ITR	
FUNRURAL	
ICMS*	
Sindicato	
Luz	
Água	
Telefone	
Gasolina	
Seguro agrícola	
Assistência técnica**	
Arrendamento (Pagos)	
Impostos com veículos	

* Se não foi computado no momento das vendas dos produtos agrícolas de criação ou transformados.

** Se não declarada como Serviços Terceiros ou como mão-de-obra contratada.

[APLICAR AS QUESTÕES RELATIVAS AO AMBIENTE SOCIOECONÔMICO UNICAMENTE PARA O CASO DO ENTREVISTADO SER O PROPRIETÁRIO OU MEMBRO DA FAMÍLIA]

18. Ambiente socioeconômico e lógica do pecuarista

18.1 Os membros da família costumam participar de atividades na comunidade local e/ou no município [Assinale todas em que houver a participação de algum membro da família]

Especificação	Informar se participa
Associação local de produtores e/ou criadores	Sim () Não ()
Associação regional/nacional de produtores e/ou criadores	Sim () Não ()
Cooperativas (créditos, eletrificação, produção, etc.)	Sim () Não ()
Grupo de produtores para compra e venda	Sim () Não ()
Participa de CITES (Centro de Integração e Troca de Experiência)	Sim () Não ()
Sindicato de trabalhadores	Sim () Não ()
Associação de mulheres/clubes de mães	Sim () Não ()
Associação vinculada a igreja (pastoral, canto, etc.)	Sim () Não ()
Clube de futebol, bocha, etc ligado ao lazer	Sim () Não ()
Sindicato Patronal	Sim () Não ()
Partido Político	Sim () Não ()
Outros tipos de entidade (especificar)	Sim () Não ()

18.2 Realiza controle contábil (entradas e saída) das atividades da propriedade agrícola?

() Sim. Desde quando? _____ ano

Quem realiza? () O(A) próprio(a) () membro da família, não

Contador () Outro

Tipo: () Livro caixa () Outro tipo de controle

Não

18.3. Estes controles são repassados para um Contador?

Sim Não

18.4. A gestão da propriedade é informatizada?

Não

Sim. Tipo: Controle contábil/financeiro Controle e Registro dos animais

Outros

18.5. Recebe assistência técnica? Sim Não

Se sim, de quem? _____

Qual a periodicidade? _____

18.6. Qual é o meio de comunicação mais importante para sua informação?

Ouvir rádio Ler material técnico

Assistir TV Dia de campo, palestras e cursos

Ler Jornais ou Revistas Internet

18.7. Qual sua principal motivação para ser criador de gado de corte (ler ou apresentar as sugestões para o produtor)

Porque permite lucro

Porque permite o sustento da família

Porque permite ocupação de membros da família

Porque permite vender em período de necessidade

Segurança (baixo risco)

Porque é a única alternativa possível/viável na sua propriedade ou em parte dela

Satisfação pessoal

Tradição familiar

Não sabe fazer outra coisa

Não sabe/não respondeu

18.8. Se tivesse algum dinheiro sobrando hoje, no que investiria prioritariamente? (ler as sugestões)*

na pecuária de corte

na compra de terras

na melhoria das condições da moradia

ajudaria os filhos

atividade fora da agricultura

não sabe/não respondeu

19. Representações dos produtores/ agricultores sobre o seu futuro:

19.1. O Sr.(a) se identifica melhor como:

Agricultor

Agricultor familiar

Pecuárta

Pecuárta familiar

Empresário rural

Trabalhador rural

Produtor rural

Outro: _____

19.2. Em relação há 20 anos atrás, como considera o período atual? (assinalar apenas uma alternativa):

- melhorou muito
- melhorou pouco
- piorou muito
- piorou pouco
- nada mudou/está igual

19.3. O que o Sr.(a) considera em primeiro lugar quando planeja mudanças na produção (no modo como produz, no sistema)

- oportunidade de mercado
- aumento da produtividade
- diminuição dos custos
- melhorar as condições de trabalho (diminuir p.ex. a penosidade)
- não sabe/não respondeu

19.4. O projeto de sua família é permanecer na agricultura/pecuária?

- Sim
- Não
- Não sabe/ não respondeu

19.5. O Senhor gostaria que seus filhos seguissem a profissão de agricultor/pecuarista?

- Sim
- Não
- Não sabe/ não respondeu

19.6. Existe algum membro da família (filho ou outro) que o Senhor prevê que continuará a trabalhar em sua propriedade depois que o Senhor não puder mais trabalhar nela?

- Sim
- Não
- Não sabe/ não respondeu

19.7. Caso haja uma piora na renda da sua atividade nos próximos anos, pensa em fazer o quê? (Assinalar apenas uma alternativa e não apresentar a lista para não induzir a resposta)

- continuar a fazer o mesmo que atualmente e esperar que a crise passe ou volte ao normal;
- deixar de trabalhar na agricultura, arrendar e/ou vender a terra;
- buscar aperfeiçoamentos tecnológicos para melhorar a produção na propriedade;
- procurar emprego em alguma atividade não-agrícola, sem vender a terra;
- Não sabe/ não respondeu

19.8. Dentre as seguintes melhorias, qual considera a mais importante para sua região?

- melhoria de acesso ao crédito e financiamento
- melhoria das estradas, da água e da luz (infra)
- melhoria da segurança, saúde e educação (sociais)
- melhoria da assistência técnica
- não sabe/ não respondeu

19.9. Quais os critérios preponderantes que utilizas (se baseia) para a escolha do candidato ou do partido político?

- filiação político-ideológica do candidato
- perfil pessoal do candidato, independentemente do partido
- plataforma de proposições do candidato
- não sabe/ não respondeu

19.10. O fato da proposta de um candidato em uma disputa eleitoral identificar-se com a agricultura/pecuária e com o meio rural influencia a sua decisão de voto?

- Sim
- Não
- Não sabe/ não respondeu

da criação, ou seja, desde a cria de terneiros até a terminação dos animais. Esses produtores comercializam animais terminados (novilhos, novilhas e bois) e animais de descarte (vacas de cria e touros);

Cria: corresponde ao sistema de criação onde o produtor realiza apenas a cria de terneiros. Além da produção de terneiros esses produtores comercializam animais de descarte (vacas de cria e touros);

Cria e Recria: corresponde ao sistema de criação onde o produtor realiza a cria de terneiros e a produção de animais para engorde/terminação. Além da produção de terneiros esses produtores comercializam animais de engorde e animais de descarte (vacas de cria e touros);

Recria e Terminação: corresponde ao sistema de criação onde o produtor adquire terneiros e animais de engorde. Esses produtores comercializam animais terminados para abate.

ANEXO II - Exemplos da análise temática das entrevistas

ARGENTINA

Entrevistado(s): E.F., G.C. (esposa) e filhos R. e F.

Lugar de la entrevista: UP del entrevistado, en Colonia Nueva, Puan

Fecha de la entrevista: 9 de Febrero de 2007

Equipo de la entrevista: Gabriela Litre y Marcelo Champredonde

Teléfono: (02923) 69 6671

Edad del entrevistado: Edgardo, 68. Gloria, 56. Hijos presentes: Roberto (35) y Fernando (27).

Formacion: Edgardo, primario completo; Gloria, primario completo; hijo Roberto, secundario completo - técnico (Escuela Técnica); hijo Fernando, secundario completo - bachiller.

Estado civil: casados

Hijos: si, 8 (seis varones y dos mujeres). En la entrevista hay dos presentes, Roberto, tractorista de profesion, y Fernando, que trabaja con las herramientas. Los otros 4 varones trabajan en otros campos o viven en otras ciudades (La Plata y Bahia Blanca). Tres hijos aun estan cursando estudios (secundarios o universitarios – Administracion de Empresas).

Distancia de la UP del centro urbano más cercano: 20 Km.

Frecuencia con que viaja de la UP al centro urbano más cercano: 1 vez/semana.

ORIGEN FAMILIAR

El bisabuelo de Edgardo, don Julian Fraysse, llegó a la region en 1910 y tuvo 12 hijos, de los cuales uno era el abuelo de Edgardo. Los 12 hijos fueron comprando campo en distintas partes de la provincia de Buenos Aires, como Azopardo y Carhué. El abuelo de Edgardo tenia 300 has. El padre del entrevistado, Ernesto Fraysse, y un hermano (tio del entrevistado) “fueron comprando la tierra con la produccion agricola lanar. Llegaron a tener 500 o 600 ovejas de raza Lincoln, y mas tarde pasaron a tener Corriedale”, cuenta Edgardo. Don Ernesto tuvo 6 hijos, 2 varones (uno de los cuales es Edgardo) y 4 mujeres (de las cuales una vive en el campo y 3 “en el pueblo”). “Si recuerdo alguna tradicion? Es medio complicado porque todo ha cambiado mucho. Del abuelo (Julian) seguro que no me acuerdo

de nada. De mi padre, yo segui.... Fuimos evolucionando en todo”. “A mi madre le encantaban las ovejas, decia que la oveja le daba fertilidad al suelo y que distribuian mejor los excrementos, pero yo sé que se comian hasta la tierra... Eran un cancer, asi que a la oveja la fuimos dejando de a poquito, nunca tomamos una decision de un dia para otro, cuando la dejamos totalmente, hace 25 anios, la lana ya no valia nada”.



Gloria, Edgardo y dos de sus ocho hijos. Al fondo, una de las dos Chevrolet y la cosechadora Vassalli

CARACTERIZACION DE LA UP

Superficie de la UP: La UP tiene un total de 420 has, de las cuales 100 son de Edgardo y el resto alquiladas a un hermano y a un sobrino. Gloria es dueña de 70 has ubicadas a 5 km de la UP.

Uso del Suelo: 60 % de la UP dedicada a la agricultura (trigo y girasol) y 40% a la ganaderia. Edgardo explica que hace 15 anios, a principios de la década del 90, y con la convertibilidad monetaria (1 dólar = 1 peso), la proporción era la inversa: dedicaban 60 % a la ganaderia y 40% a la agricultura. “No podia seguir asi, con la agricultura el ciclo es mas corto y la plata

llega mas rapido, claro que con sus riesgos, como lo climatico y la falta de previsibilidad del gobierno”. Hace pastoreos rotativos diarios cuando esta en la UP otro de sus hijos, Guillermo, de lo contrario, no consigue realizar todo. “Hoy no te alcanza el dia para hacer todo”, explica Edgardo. Sobre la posibilidad de sembrar soja, Edgardo explica: “Hasta el dia de hoy no he probado con la soja. Yo creo que no abusando no tiene que haber problema, el problema es el monocultivo. Lo bueno es que con la soja se controlan las malezas. Empezaria con 20 has, ya tengo e equipo de siembra”. él propio entrevistado reconoce que con la sequia se le ha “despelotado” todo (N.E.: despelotado = desordenado, desequilibrado). “Tenia 35 has de pastoreo anual, de sorgo, maiz, y 30 has de pastura perenne de alfalfa, pero se me perdiô todo por la sequia y por el sobrepastoreo”.

Preocupacion por la calidad del suelo: “Hasta el dia de hoy no he probado con la soja. Yo creo que no abusando no tiene que haber problema (con el suelo). El problema es el monocultivo. Lo bueno es que con la soja se controlan las malezas. Empezaria con 20 has, ya tengo e equipo de siembra”.

Infraestructura

Vivienda familiar: la del campo es una casa antigua, que en su momento debiô haber sido elegante, de alrededor del anio 1910, al igual que el galpon. Poseen, ademas, una vivienda “en el pueblo” (en Pigüé).

Maquinarias: cosechadora Vassalli y tractor, casi todo modelo '70 y '80. Edgardo expresa que, si ganase dinero en una loteria (ver Futuro), renovaria las herramientas.

Medios de transporte: 2 camionetas marca Chevrolet, de los anios 1979 y 1974. Gloria aclara que ella también “maneja” las camionetas.

SISTEMA GANADERO

Cria, recria y engorde. “Como me definiria? Yo hago un poquito de todo... sé que habria que definirse, pero ante la imprevisibilidad, yo hago un poquito de todo, cria, recria, engorde... en la recria, después del destete llevo al ternero hasta novillo. Con el engorde, consigo un novillo de un anio y medio de 450 kg.”

Ganado vacuno: 180 cabezas, “entre chico y grande”. Tiene 55 vacas, de las cuales 15 son vaquillonas, 70 terneros y 2 toros (1 Aberdeen Angus y 1 Hereford que comprô en la cabania de Nito Oustry). Proporción de ½ vaca por hectarea.

Entore: realiza dos entores por año debido a las “vacas vacias”: “Por la miseria (sequia) del año pasado, me quedô un 30 % de vacas vacias”. Entora en agosto y paren en primavera, y excepcionalmente vuelve a entorar en junio, para tratar de recuperar a las vacas vacias.

Paricion: “Con la sequia se me ha despelotado todo... no podemos hacer paricion concentrada en algunos meses”, confiesa (ver Entore).

Destete: “Entre los 5 y los 7 meses” “Acollaramos (ponen un collar) al ternero con un guacho...”

Razas: “Tenemos ‘raza vaca’”, bromea Fernando, el hijo de 27 años, en alusion a la falta de definicion en ese aspecto. El padre agrega: “No tengo un lote uniforme de hacienda. Me compran todo... (ver Comercializacion). “Tenemos 1 toro Aberdeen Angus y un Hereford comprado en cabania. Los animales se terminan mas facil si son cruza con negro (A. Angus). No son toros grandes, paletudos, ni gruesos de pecho, porque eso daria problemas de paricion. Antes teniamos Shorton, pero nos castigaban (los compradores) por la grasa, tenian demasiada grasa. También hay terneros de tambo, raza Holando, que es muy lento, y come mucho”.

Descarte: “El toro dura 7 años. Lo descarto cuando se pone saltador de alambres o cuando se entora con la hija”. Descarta a las vacas por “diente bajo” (dientes gastados), pero no por fallas en el entore. Guarda entre 8 y 10 vaquillonas de reposicion por año.

Tacto: no. “No hacemos tacto porque venimos mal, Se nos murieron varias vacas por la debilidad (debido a la falta de pasto originada por la sequia). No las calcifiqué... si hubiera tomado esa precaucion, si les hubiera dado algun suplemento, quizas eso no habria pasado”.

Suplementacion: “Historicamente, nosotros no suplementabamos. Se empezô a suplementar por las crisis climaticas de los años 63 y 88... en la seca de 1963, me acuerdo de que suplmentabamos a las ovejas con granos de avena”. “En 2005 tuve animales encerrados a

corral, con rollo y grano. En 2006 (el año anterior a la entrevista), les di maíz en grano, comprado en 'negro' porque si no el precio estaba muy alto por la fabricación de etanol. El encierre no funcionó, no me daban los Números, porque comían mucho y no engordaban proporcionalmente". "Ahora solo uso suplementación para terminar el novillo. Les doy 5 kg de maíz entero por día, en julio y en agosto". Cuando Marcelo Champredonde, el ingeniero agrónomo del INTA que participa de la entrevista, le pregunta a Edgardo qué es, para él, ser un "ganadero moderno", el entrevistado responde: "Es tener una parición cortita, buenos pastoreos, pasturas perennes, bien ordenadas... posiblemente suplementar con una carga mayor de hacienda..." "Si con la suplementación cambia la calidad de la carne? No sé si la carne es la misma, creo que tiene otra grasa, otra firmeza... A mis animales los pesan en la Rural, pero no sé si el frigorífico le da bola a la suplementación".

Sanidad animal: "A la hacienda nueva la vacuno contra la mancha, aftosa y brucelosis, que es obligatoria". Desparasita con IVOMEC al ternero chico.

Trazabilidad: "Sé lo que es, pero no tuve ningún interés en hacerlo para no complicarme la existencia... Como hacés con los terneros venidos de afuera? Madre e hijo? Sé que el 1° de febrero (de 2007) todo el lote tiene que tener caravana, pero no sé el precio... sé que es para evitar la evasión (impositiva)".

Comercialización: "Yo vendo por dos motivos: si necesito el dinero, que es el motivo principal, y si se me termina el pasto". "Compro terneros a tambos y vendo el animal 'completo' (terminado/gordo) con estos pesos: vaquillona gorda de 300 kg, novillos gordos de 450 kg y vacas de descarte de 400 kg. A quién le vendo? A un intermediario, que es un representante del frigorífico. Hace 3 años que le vendo a él. Lo elegí porque me gustó la manera de ser de él, la formalidad, me gustó que cumple, paga al contado... no se sabe cual es el nombre del frigorífico... También le vendo a veces a la Cooperativa de Puan". "Yo sé que en Uruguay no hay vaquillonas engordadas para exportación. En la Argentina, las engordamos para consumo interno". La estrategia de comercialización de ganado de Edgardo y su familia se ha visto seriamente afectada por imprevistos. "Yo con el ganado ya no planifico nada... en 2005 tenía 30 vaquillonas más, pero con el cierre de las exportaciones decidí dejar de criar y las vendí... Hay cosas que no podés prever, ni entender", dice, con los ojos llenos de lágrimas (N.E.: el cierre de las exportaciones fue decidido por el entonces presidente argentino, Néstor Kirchner, que suspendió las exportaciones de carne bovina para bajar el precio de ese producto en el mercado interno).

Edgardo anticipa: “Este año (2007) voy a tener que vender la invernada... se tarda 2 años y medio para llegar a los 450 kg”.

Ganado ovino: “A mi madre le encantaban las ovejas, decía que la oveja le daba fertilidad al suelo y que distribuían mejor los excrementos, pero yo sé que se comían hasta la tierra... Eran un cáncer, así que a la oveja la fuimos dejando de a poquito, nunca tomamos una decisión de un día para otro, cuando la dejamos totalmente, hace 25 años, la lana ya no valía nada”. En el momento de la entrevista solo tienen 20 ovejas.

TIEMPO LARGO – TRAYECTORIA

1963: “Ese fue el año de la gran sequía, cuando mi padre estaba al frente de la UP. Después de esa sequía, que fue la peor, tuvimos la mejor cosecha”. “Ahí empezamos a suplementar, a las ovejas, con granos de avena”.

1982 – 1983: Llegan a la UP Edgardo y Gloria, que ya tienen el sexto hijo.

1988: después de la del año '63, es la segunda gran sequía, que los obliga a suplementar nuevamente.

1990: Edgardo explica que hace 15 años, a principios de la década del 90, y con la convertibilidad 1 dólar = 1 peso, la proporción era la inversa: dedicaban 60 % a la ganadería y 40% a la agricultura. “No podía seguir así, con la agricultura el ciclo es más corto y la plata llega más rápido, claro que con sus riesgos, como lo climático y la falta de previsibilidad del gobierno”.

2005: ante el cierre de las exportaciones de carne decretado por el gobierno del entonces presidente Néstor Kirchner, Edgardo debe vender las 30 vaquillonas que había reservado para la cría. La caída de los precios de la carne lo llevan a dedicar la mayor parte de la superficie de la UP a la agricultura, dejando a la ganadería en segundo término.

2007: 60 % de la UP dedicada a la agricultura (trigo y girasol) y 40% a la ganadería.

COMO ENTRO EN LA GANADERIA

Edgardo heredó la actividad ganadera de su bisabuelo, abuelo y padre. Sin embargo, hasta la generación de su padre, la producción ovina también tenía un rol importante en la UP (primero ovejas Lincoln y luego raza Corriedale – Ver Sistema Ganadero). Persistente, el entrevistado intenta mantenerse en la ganadería a través de una dinámica flexible, en la que es criador, recriador y eventualmente, engordador. Sin embargo, diferentes motivos (ver Motivación para ser Ganadero y Estrategia Productiva) lo han obligado a restringir su actividad ganadera y priorizar la agricultura.

MOTIVACION PARA SER GANADERO

Edgardo explica que hace 15 años, a principios de la década del 90, y con la convertibilidad monetaria (1 dólar = 1 peso), dedicaban 60 % de la superficie de la UP a la ganadería y 40% a la agricultura. Sin embargo, el cierre de las exportaciones de carne y la caída del precio de la carne lo obligaron a dejar de planificar a largo plazo (como lo exige la ganadería, en especial de engorde) y a invertir en agricultura: “No podía seguir así, con la agricultura el ciclo es más corto y la plata llega más rápido, claro que con sus riesgos, como lo climático y la falta de previsibilidad del gobierno”. Por eso, actualmente dedica la mayor parte de la superficie de la UP (60%) a la agricultura y estudia la posibilidad de sembrar soja (ver Uso del Suelo).

TIEMPO CICLICO – ORGANIZACIÓN DEL TRABAJO

A diferencia de muchos otros entrevistados, la disponibilidad de mano de obra no es un problema en la UP de Edgardo: con ocho hijos, de los cuales 6 son varones, abunda la fuerza de trabajo. Sin embargo, la escala de la UP es demasiado pequeña para atender a las necesidades de una familia tan grande, por lo que solo 2 de los varones están actualmente en la UP. Uno de ellos (Roberto, de 35 años) es, además, pluriactivo, ya que ofrece sus servicios de tractorista a terceros.

Fernando, el hijo de 27 años, explica que “no contratan a nadie” y que ellos mismos realizan las tareas, como “tractorista, escardillar, cosechar, cuidar los animales”. El padre coincide: “En el campo compartimos todas las tareas... ya no estoy para exigirle al físico, pero no contratamos a nadie porque tenemos que ‘apechugar’ (N.E.: apechugar = ahorrar) para pagar los estudios de los 3 hijos que están afuera estudiando”.

Gloria: “Yo ahora vivo la mayor parte del tiempo en la casa de Pigüe... coso y tejo para afuera, y con eso gano unos 200 pesos por mes...”.

ESTRATEGIA PRODUCTIVA

Edgardo ha dado prioridad a la agricultura por la necesidad de liquidez y por la mayor rentabilidad – al menos coyuntural- de ese sector frente al ganadero: “Con la agricultura el ciclo es mas corto y la plata llega mas rapido (que en la ganaderia)... Claro que tiene sus riesgos, como lo climatico y la falta de previsibilidad del gobierno. Frente al gobierno no se puede hacer nada, te cambian del dia a la maniana... pero frente al clima si se puede, trabajando bien”. El hecho de que haya perdido varios animales por falta de pasto, y que 1/3 de las vacas no hayan dado terneros, también por desnutricion, demuestran la vulnerabilidad de la UP de Edgardo frente a las variaciones climaticas, como la seca, en este caso. Cabe destacar, sin embargo, que otros entrevistados con UP pequenas, que han pasado por la misma situacion, han sorteado esos obstaculos con alimentacion del ganado en baquinas (pese a que eso esta prohibido por las autoridades locales), pastoreos en lotes de vecinos, etc (ver por ejemplo la entrevista a C.A.L.). Con respecto a la ganaderia, la estrategia de Edgardo es de “ensayo y error” y alta flexibilidad: intentô el engorde con encierre pero tuvo que abandonarlo porque los costos superaban los beneficios. Sin embargo, continua terminando algunos animales, ademas de seguir siendo criador y recriador. El propio Edgardo explica esta estrategia: “Como me definiria? Yo hago un poquito de todo... sé que habria que definirse, pero ante la imprevisibilidad, yo hago un poquito de todo, cria, recria, engorde... en la recria, después del destete llevo al ternero hasta novillo. Con el engorde, consigo un novillo de un anio y medio de 450 kg.” Edgardo recibe 600 pesos de jubilacion, lo que constituye un ingreso extra y regular importante. Ademas, dice el entrevistado, “los hijos ayudan”, aunque en la entrevista no se entra en detalles sobre ese tipo de ayuda, que por lo general consiste en remesas enviadas por los hijos que trabajan fuera de la UP. Cuando Marcelo Champredonde, el ingeniero agronomo del INTA que participa de la entrevista, le pregunta a Edgardo qué es, para él, ser un “ganadero moderno”, el entrevistado responde: “Es tener una paricion cortita, buenos pastoreos, pasturas perennes, bien ordenadas... posiblemente suplementar con una carga mayor de hacienda...” “Si con la suplementacion cambia la calidad de la carne? No sé si la carne es la misma, creo que tiene otra grasa, otra firmeza... A mis animales los pesan en la Rural, pero no sé si el frigorifico le da bola a la suplementacion”.

POSICION CON RESPECTO AL RIESGO

Como fue dicho en Estrategia Productiva, Edgardo confía en una alta flexibilidad (“yo con el ganado ya no planifico nada”) y en la diversificación ganadera como una forma de disminuir el riesgo de medidas oficiales negativas para el sector de la carne y de inclemencias del tiempo. Con respecto a las políticas nacionales para la carne, el entrevistado señala: “Yo con el ganado ya no planifico nada... en 2005 tenía 30 vaquillonas más, pero con el cierre de las exportaciones decidí dejar de criar y las vendí” (N.E.: el cierre de las exportaciones fue decidido por el entonces presidente argentino, Néstor Kirchner, que suspendió las exportaciones de carne bovina para bajar el precio de ese producto en el mercado interno – Esta controvertida medida será frecuentemente mencionada en otras entrevistas, tanto en la Argentina como en Uruguay e incluso en Brasil). Con respecto a la sequía, que mató varios animales y le hizo perder un 30% de la producción esperada de terneros. “Como me definiría? Yo hago un poquito de todo... sé que habría que definirse, pero ante la imprevisibilidad, yo hago un poquito de todo, cria, recria, engorde... “Frente al gobierno no se puede hacer nada, te cambian del día a la mañana... pero frente al clima sí, se puede, trabajando bien en la parte de agricultura”. Sin embargo, con respecto a la agricultura, él propio entrevistado reconoce que con la sequía se le ha “despelotado” (N.E.: desordenado, desequilibrado) todo. “Tenía 35 has de pastoreo anual, de sorgo, maíz, y 30 has de pastura perenne de alfalfa, pero se me perdió todo por la sequía y por el sobrepastoreo”. Sobre el nivel de endeudamiento de la UP, Edgardo comenta: “Las deudas que tenemos son manejables, pero a pagar en 2 o 3 años por los intereses... la cosecha gruesa fue razonable, pero la cosecha fina (trigo) fue un fracaso, siempre rinde 2000 kg y este año rindió solo 800 kg” (por la sequía).

REDES DE DIALOGO

“Estuve en un Grupo ACER, donde saqué conclusiones de lo que sirve y lo que no sirve, pero llegó un punto en que estaban estancados. Además, las condiciones económicas nos limitaban, podríamos por ejemplo haber comprado herramientas en conjunto. Pertenecíamos al grupo yo, Héctor Otondo, Domergue, Daniel y Hugo Feuilles, Reynaldo... planeábamos salir a trabajar afuera juntos. Uno de los miembros, Rekowksy, Osvaldo, hoy es un gran sembrador (N.E.: Rekowski es un joven ingeniero agrónomo clave en la región de Pigüé, que ha alquilado grandes cantidades de campo a productores en situación de vulnerabilidad. Cfr por ejemplo la entrevista a Stella A. de Machay – pagando un alquiler superior al del

mercado, para sembrar soja y a su vecino C.A.L., que se opone a alquilar su campo pues considera el alquiler el paso previo a la venta). “Yo me asesoro en la Cooperativa (Cooperativa Agrícola Ganadera La Alianza). Consulto sobre temas como la siembra directa para pastoreos, para fumigar contra la isoca (N.E.: una mariposa que, en su etapa de gusano o isoca, destruye las hojas de los cultivos, especialmente del girasol), la clase de semilla. Gaston Persichini (veterinario) me asesora cuando tengo algun problema con algun animal, alguna enfermedad, pero yo con el ganado ya no planifico nada... en 2005 tenia 30 vaquillonas mas, pero con el cierre de las exportaciones decidi dejar de criar y las vendi... Hay cosas que no podés prever, ni entender”, dice, con los ojos llenos de lagrimas por primera vez en toda la entrevista (N.E.: el cierre de las exportaciones fue decidido por el entonces presidente argentino, Néstor Kirchner, que suspendió las exportaciones de carne bovina para bajar el precio de ese producto en el mercado interno – Esta controvertida medida sera frecuentemente mencionada en otras entrevistas, tanto en la Argentina como en Uruguay e incluso en Brasil). Gloria, la esposa de Edgardo, es hermana de Jorge Couderc, extensionista rural del INTA Pigüé.

FUTURO

“Mi anhelo seria que mis hijos pudieran seguir en el campo y que estuvieran bien. Qué va a pasar con mis dos hijos que ahora estan en el campo? No sé! (N.E.: los dos hijos a los que se refiere Edgardo son Roberto y Fernando, de 35 y 27 años respectivamente, que participan de toda la entrevista, casi siempre en silencio pero muy atentos... Yo no soy demasiado optimista sobre el futuro de mis hijos... acá los problemas son de fondo... no sé qué va a pasar con la ganaderia...”. Roberto, el hijo de 35 años, interviene para bromear, con un toque de pesimismo: “Nos vemos en el ring!”(N.E.: la “broma” de Roberto sobre un eventual encuentro “en el ring” entre hermanos parece insinuar la proximidad de un conflicto por la transmision de la UP)”. Su hermano Fernando responde: “De aca (del campo) yo no me muevo”. Mas tarde, Roberto agrega: “El horizonte del campo esta de color gris oscuro...”. Gloria, la madre, agrega: “Con este gobierno, no podemos ser muy optimistas”. Edgardo agrega que la familia está “apechugando” (ahorrando) para pagar los estudios de los tres hijos que aun estan cursando estudios secundarios o superiores. Cuando se les pregunta qué harian si ganasen mucho dinero en el PRODE (N.E.: el Prode, o “pronostico deportivo” es una tradicional loteria oficial en la Argentina, que entrega premios millonarios a quienes aciertan en el pronostico de resultados de futbol), Edgardo responde: “Yo seguiria con lo que hago... qué otra cosa sé hacer? Renegamos (N.E.: renegar = protestar) pero

seguiríamos... (reflexiona) Primero, pagar las deudas, y después, comprar herramientas, porque el tractor, las herramientas que tenemos, son del '80, del '70...". Gloria, que ahora pasa la mayor parte del tiempo en Pigüé, generando un ingreso extra de 200 pesos por mes con sus trabajos de costura y tejido a pedido, agrega: "Yo pasearía (N.E.: pasear = viajar) y arreglaría la casa del pueblo".

Nota: Pese a la jovialidad y calidez de los entrevistados, es posible vislumbrar en la entrevista la fragilidad y el sombrío futuro de esta UP. La actual estrategia de supervivencia (pluriactividad, diversificación, minimización del riesgo, inversiones casi nulas, mano de obra gratis a través del esfuerzo familiar, etc) tendrá dificultades para ser sustentable en el momento de la transmisión de la UP, en la que una superficie de tierra chica para la zona deberá ser dividida entre 8 hermanos, de los cuales 6 son varones. La evidente vulnerabilidad ha sido empeorada por la suspensión de las exportaciones de carne vacuna, que han incrementado la incertidumbre del sector en general y alterado los planes de esta familia en particular, junto con la sequía (pasturas arruinadas, fracaso de la cosecha fina). En uno de los momentos más emotivos de la entrevista, Edgardo confiesa, con los ojos llenos de lágrimas: "Hay cosas que no podés prever, ni entender".

BRASIL

Entrevistado(s): J.N. e seu filho, C.N.

Local da entrevista: Esmeralda (cidade), Campos de Cima da Serra, Rio Grande do Sul.

Data da entrevista: 15 de Janeiro de 2007

Equipe da entrevista: Gabriela Litre

Idade do(s) entrevistados: José tem 78 anos e o Chico, 54.

Formação: Chico tem secundário completo (foi empregado bancário até os 35 anos)

Estado civil: José é viúvo. Chico é casado.

Filhos: José tem 3 filhos (dentre eles, o Chico). O Chico, é pai da Fernanda, de 15 anos, que participa da entrevista.

ORIGEM FAMILIAR

A maior parte da superfície da UP (80%) foi herdada. O resto foi comprado por José, junto com o gado, no ano 1956. O filho Chico trabalhou como empregado bancário até os 35 anos. Depois voltou para o campo: “Aos 35 anos sai do banco, pedi exoneração... o banco faliu... foi uma época muito difícil”, lembra Chico.



De direita a esquerda: José, seu filho Chico, e Fernanda (15 anos), filha do Chico

CARACTERIZACAO DA UP

Superfície da UP: 650 hectares. “Mas essa superfície se torna minifúndio, pois são muitas famílias que vivem daqui: o pai mais 3 irmãs com as suas 3 famílias, que moram em Vacaria, além do funcionário (empregado) e a sua família”.

Uso do Solo: Do total de 650 hectares, 350 hectares são dedicadas a lavoura (milho, soja,

feijão) e o restante (300 hectares) a pecuária (densidade de 1 animal/há). “Há 10 anos era so pecuarista”, esclarece José, e Chico explica: “Vimos que a lavoura dava um retorno maior que o pasto”. O milho ocupa umas 10-15 hectares que são feitas pelo Chico.

Infra-estrutura

Moradia: a casa familiar é grande e antiga, com características européias/alemãs, com paredes de madeira pintadas de azul claro e chão também de madeira.

Maquinarias: “Tem trator, do ano 1980, ensiladera e carretão” (Chico).

SISTEMA PECUARIO

“Criador + eventualmente terminador”: “Depende de se tem alguma vaca falhada... se a vaca falha no primeiro entore, a gente termina e vai embora” (N.E.: é interessante que os entrevistados não se definem como “engordadores”, mesmo quando eles engordam os animais até os 400-420 kg através do confinamento – ver Suplementação).

Gado bovino: 330 cabeças em 300 hectares (alta densidade, mais de 1 cabeça/hectare). Quatro toros.

Raça: os toros são 1 Bradford, 2 Hereford e 1 Devon. “As vacas são cruza ‘geral’, Aberdeen Angus com Hereford... todo mocho” (N.E.: mocho = sem cornos, “polled”).

Entore: “De 2 anos para acima”. “Tivemos o problema do IVR, o touro teve uma doença reprodutiva e passou para as vacas... então falhou o 50% das vacas em 2006. Agora vacinamos 24 vacas falhadas e só falharam 4, o 20%”.

Desmame: 6-8 meses.

Suplementação: “O filho (Chico) começo com o confinamento animal para ter renda mais rápida e também pela curiosidade, numa propriedade cada vez mas pequena. Foi num verão, na seca. Fomos os primeiros em fazer confinamento em Esmeralda. A lavoura para o gado é aveia e azevein” (José). “O confinamento começa a 1 ½ ano ou 250 kg. Não gosto de deixar muito tempo pois o custo é alto. Em 120 dias levo até 400-420 kg” (Chico).

“Também fazemos silagem de milho, complementado com ração. A ração é so resíduo de soja, milho, aveia, trigo... depende” (Chico). “Antes precisava de muito pasto, quase 500 has, agora em 5 ou 6 hectares consigo a mesma coisa” (José).

Sanidade: “Tivemos o problema do IVR, o touro teve uma doença reprodutiva e passou para as vacas... então falhou o 50% das vacas em 2006. Agora vacinamos 24 vacas falhadas e só falharam 4, o 20%”.

Rastreabilidade: “Fiz e deixei de fazer, porque não compensa no preço. Tentei levar o cadastro e não consegui no computador”.

Descarte: “Se a vaca falha no primeiro entore, a gente termina e vai embora”.

Comercialização: “Os compradores são muito enjoados: os bois de engorde são comprados, mas quando vendo as vacas crioulas, então não tem lugar”. “Vendo o terneiro quando desmamo, ou vendo o boizinho. Fico com as terneiras. Seguro as fêmeas para reposição”. “Vendo os terneiros para outros pecuaristas e o boizinho gordo para frigorífico”. “Compro a outros produtores”. “Calote? Teve um comprador que levou tuda a produção de gado engordado em 1990... Foi a Frigheri, um golpista. Na hora de vender, o primeiro é a confiança, depois a gente discute se da praço” (N.E.: o famoso calote da “Frigheri” será lembrado por vários entrevistados na zona de Esmeralda).



Acima: os terneiros a campo aberto e, abaixo, o gado de 1 ½ ano em confinamento por 120 dias.



As sacolas com a suplementação e, escondido no fundo, um gato para matar ratos

TEMPO LONGO – TRAJETORIA

1956: José compra terra e gado. A UP será dedicada 100% a pecuária.

1990: O ano do calote. Da mesma maneira que com muitos outros produtores de Esmeralda, o comprador “Frigheri” leva toda a produção de gado desse ano sem pagar.

1997: começam a praticar lavoura na metade da UP (ver Uso do Solo).

2007: “Hoje é mais difícil que nos últimos 15 anos... agora tem que pagar as contas, e há dois anos que a gente vai remando, pagando as contas, mas não dá para investir, os custos são demasiado altos” (José).

COMO COMEÇOU NA PECUARIA

Por tradição (80 % da UP foi herdada) mas também por opção, já que em 1956 José comprou mas terras com mais gado.

MOTIVACAO PARA SER PECUARISTA

José e Chico são pecuaristas por tradição; porém, há 10 anos eles começaram a dedicar a metade da UP a “lavoura” pela maior rentabilidade da agricultura. “Há 10 anos era só pecuarista”, esclarece José, e Chico explica: “Vimos que a lavoura dava um retorno maior que o pasto”. Porém, quando são perguntados sobre o que fariam se ganhassem vários milhões de reais no Megasena, Chico responde: “O que faríamos se a gente ganhasse 55 milhões no Megasena? Aplicaria um pouco em cada atividade, primeiro em poupança para não pensar em trabalhar muito, e depois em terra, para a pecuária, pois pecuária é o que eu gosto de fazer”. “A pecuária pode não dar tanto dinheiro, mas ela dá um retorno, a gente conseguiu viver, manter os filhos... se trabalhar, dá dinheiro, sim”. “A lavoura dá retorno mas também tem o problema do clima, mesmo se o Seguro Agrícola é uma solução. A política de preços não ajuda: o custo é alto, isso está acontecendo hoje, muitos estão endividados, os produtores foram e compraram o saco de soja de 60 kg pagando caro e hoje tem dívidas”.

TEMPO CICLICO – ORGANIZACAO DO TRABALHO

José: uma visita a casa permite descobrir que o José está encarregado da cozinha. José mostra as panelas no fogão e comenta, sorrindo, que ele é o “cozinheiro” da família.

Chico: é, em certa medida, o chefe da UP. Se encarrega do gado com a ajuda dos empregados permanentes e faz a lavoura, usando as máquinas da UP (ver Uso do Solo).

Empregados permanentes: um, que mora e trabalha na UP junto com a sua família.



Os empregados permanentes, manejando o gado em um dos currais.



Chico (no alto) e seu pai José mostram com orgulho a silagem de milho

ESTRATEGIA PRODUTIVA

Devido ao Número crescente de famílias que vivem da UP (3 irmãos e as suas famílias, que moram em Vacaria, além do pai e do empregado e a sua família) a tendência é a intensificação através do confinamento e a silagem, com uma alta densidade de animais: 330 cabeças em 300 hectares (mais de 1 cabeça/hectare). “O filho (Chico) começou com o confinamento animal para ter renda mais rápida e também pela curiosidade, numa propriedade cada vez mas pequena. Foi num verão, na seca. Fomos os primeiros em fazer confinamento em Esmeralda. A lavoura para o gado é aveia e azevein” (José). “Também fazemos silagem de milho, complementado com ração. A ração é só resíduo de soja, milho, aveia, trigo... depende” (Chico). “Antes precisava de muito pasto, quase 500 hectares, agora em 5 ou 6 hectares consigo a mesma coisa” (José). Nos últimos dois anos, a situação da UP

parece ter se fragilizado, segundo o José: “Hoje é mais difícil que nos últimos 15 anos... agora tem que pagar as contas, e há dois anos que a gente vai remando, pagando as contas, mas não dá para investir, os custos são demasiado altos”.

POSICAO RESPEITO AO RISCO

“Calote? Teve um comprador que levou toda a minha produção de gado gordo em 1990... Foi a Frigheri, um golpista. Na hora de vender, o primeiro é a confiança, depois a gente discute se dá praço”.

REDES DE DIALOGO

Um irmão do Chico, que é engenheiro agrônomo, o assessorou para fazer a lavoura de milho. A comunicação, nesse caso, parece se dar principalmente no seio da família, mesmo se o Chico tem contato com a Inspetoria da Secretaria de Agricultura (de fato, é o inspetor da Secretaria de Agricultura de Esmeralda quem faz o contato entre a entrevistadora e eles).

FUTURO

Chico: “Hoje é bom ter uma renda extra, um emprego paralelo, o sítio é bom, mas é diferente”. A filha do Chico, Fernanda, de 15 anos, confirma: “Eu penso trabalhar em Passo Fundo e voltar ao sítio”. José Neves: “Hoje é mais difícil que nos últimos 15 anos... agora tem que pagar as contas, e há dois anos que a gente vai remando, pagando as contas, mas não dá para investir, os custos são demasiado altos”. “O que faríamos se a gente ganhasse 55 milhões no Megasena? Aplicaria um pouco em cada atividade, primeiro em poupança para não pensar em trabalhar muito, e depois em terra, para a pecuária, pois é o que eu gosto de fazer. Depois teria que ver... na verdade, eu não gostaria de ganhar tanto dinheiro assim não, entram outros interesses e a gente acaba assassinada como o cara do Rio” (N.E.: o Chico se refere ao caso de um homem que ganhou o Megasena e que foi assassinado nessa época, por conhecidos, quando estava num bar com amigos no Rio de Janeiro).

Nota: Mais uma vítima do calote da empresa compradora de gado “Frigheri”, que assolou Esmeralda em 1999. É interessante a evolução do uso da solo, no começo 100% pecuária e agora num delicado balanço entre vocação (pecuária, 50%) e rentabilidade (soja e milho, 50%).

URUGUAI

Entrevistado(s): Familia Caravia-Volpe.

Lugar de la entrevista: UP de los Caravia, en Quebracho, depto de Paysandu.

Fecha de la entrevista: 1 de agosto de 2006

Equipo de la entrevista: Gabriela Litre y Marcelo Pereira (IPA Paysandu)

Edad o año de nacimiento de la entrevistada principal: Virginia Caravia, 31 años. (N.E.: Virginia fue elegida como entrevistada principal debido a que la propiedad está a su cargo y maneja los resultados. Además, tiene un rol fundamental en la toma de las decisiones productivas, que es nuestro criterio para elegir al "jefe de la UP"). Don Enrique Caravia: 70 años. Donia Sheila Volpe de Caravia: 65 años.

Estado Civil: casada (N.E.: el marido de la hija, Virginia, tiene su propia actividad (contratista de maquinarias) y posee su UP, por lo que no influye en las decisiones productivas en la UP de la familia Caravia).

Hijos: Virginia aun no tiene hijos

Formación: Virginia - universitario completo (ingeniera agrónoma). Su madre es maestra jubilada.

Distancia de la UP del centro urbano más cercano: la UP se encuentra a 22 km. de Quebracho y a 60 km. al norte de la ciudad de Paysandu.

Frecuencia con que viaja desde la UP al centro urbano más cercano: "No vivo en la UP. Trabajo toda la semana (N.E.: Virginia es profesora en la Facultad de Agronomía y consultora de asuntos agrícolas) y solo voy al campo los fines de semana". (N.E.: pese a eso, Virginia sigue siendo fundamental en la toma de decisiones productivas, por lo que seguimos considerándola la jefa de la UP).

ORIGEN FAMILIAR

El apellido Caravia es de origen español, vasco. Es una antigua familia en Uruguay, ya que el tatarabuelo de Virginia ya era uruguayo. El abuelo de Virginia era ingeniero agronomo y trabajó en el Instituto de Colonización. Era el encargado de mensurar y dividir las fracciones para los colonos y director de una colonia de origen inglés. Su hijo, el padre de Virginia (Don Enrique Caravia), se crió en varias colonias. La madre de Virginia, por su parte, cuenta que es descendiente de italianos venidos de Calisano de Vetricia, en el Norte de Italia, en 1836: “Mi bisabuelo italiano, Juan Batista Volpe Revetricia, intentó desembarcar en Montevideo pero no lo dejaron por la peste... terminó bajando en la Argentina, frente a Paysandu, y lo anotaron allá”. Explica que tiene parientes en Pigüé, Argentina.



Don Enrique nos da la bienvenida a la entrada de su UP

CARACTERIZACION DE LA UP

Superficie de la UP: 477 has. (300 propias y 177 has. arrendadas a un vecino).

Uso del suelo: suelos de arena sobre basalto (9 cm.), cretáceos. En esa zona, Virginia estima que el valor de la hectárea ronda los 2000 dólares, según el lugar. La topografía es quebrada (30% de cuchillas, 60 % de laderas productivas y parcialmente arables, 10% de

bajo o “caniadas”). Praderas mejoradas: 30 has. de Lotus Caniculatus y raigrâs. Colocan 4 ppm. de fosforo para fertilizar el Lotus Rincon. Campo natural: tienen un campo natural de chilca (unico potrero) en el que han colocado “trampas” o jaulas para hacer “medicion de exclusión” del crecimiento y la evolucion del forraje y tambien de las malezas. Poseen una rica flora nativa, en la que se destaca un monte natural de palmeras Butiã Yatay (“son diferentes de las palmeras Butiã Capitata”, aclara Virginia), algarrobos y coronillas.

Infraestructura: poseen casa de material, moderna, construida con un plan MEVIR. Tambien tienen galpon bueno y las instalaciones para el remate (manga, corrales, cantina).

Vehiculo: si, una camioneta nueva.

Medios de Comunicación: “Les puse Direct TV (televisión satelital), que no es basico para el sistema de producción pero si para ellos”, explica Virginia.



Virginia y Don Enrique frente a la casa familiar, en el campo

SISTEMA GANADERO

Cria

Ganado vacuno: el rodeo se ha triplicado de tan solo 100 animales (en 2001) a alrededor 300 cabezas en 2006, de las siguientes categorías: 126 vacas preñadas, 57 vaquillonas de entre 1 y 2 años, 52 vaquillonas “mas grandes” (que estan a pastoreo en el campo de la suegra de Virginia), 56 terneras, 6 toros, 2 “terneritos”.

Razas: “Al viejo (N.E.: a Don Enrique) le gusta el Hereford y yo lo respeto, aunque tarda mas en desarrollarse y suele tener cancer de ojo por el efecto del sol en los ‘carita blanca” (Virginia). Consideran la opcion del Hereford pigmentado.



Las “caritas blancas” (Hereford) - preferidas de Enrique – suelen sufrir de kerato conjuntivitis por el sol

Ganado ovino: tenían ovejas Merilin (raza de origen uruguayo), que eran la pasión de Don Enrique (“la oveja es un animal noble”, dice el entrevistado) pero dejaron de criarlas por la inseguridad. “En una noche nos robaron entre 290 y 300 ovejas en Quebracho” (Virginia).

Entore: empieza el 10 de noviembre y termina en diciembre. En enero entablilla el ternero (para que deje de mamar) y las vacas “vuelven a ovular). En esa época Virginia va al campo (cada 14 días) para hacer ella misma el destete.

Suplementacion: si, con un aparato muy especial que han construido artesanalmente. Se llama el “melacero” y es un tambor de chapa (de los que se usan para el gasoil) vacio y cortado al medio, con un sistema interno que va rotando a medida que el animal se alimenta. El melacero es llenado con una mezcla de melaza de azucar Lito (que traen crudo de la Argentina y que refinan en Uruguay), urea y azufre. “Es el chupetin de las vacas”, bromea Virginia mientras lo muestra. Y las vacas confirman lo dicho: cuando ven a la productora cerca del “melacero”, se acercan rapidamente. Virginia ha colocado dos melaceros entre montones de pasto seco, para que las vacas puedan mantenerse en buen estado con esa combinacion de materia seca y nutrientes.



El “melacero”, original invento para nutrir al ganado a bajo costo y poca mano de obra

Comercializacion: en el momento de la entrevista, Virginia pensaba vender 30 vacas viejas y 30 terneros en marzo de 2007. En un corral con manga y cantina que han creado especialmente, los entrevistados organizan remates una vez por mes. “Es un ingreso extra, que representa 1/3 de los ingresos totales del campo. Lo que organizamos con la SUL – Secretaria Uruguaya de Lana”, dice Virginia. Los ingresos del remate son asi: 30 dolares por hectarea arrendada (23 dolares/ha. (neto animal) + 10 dolares/ha por el remate).



Enrique muestra las instalaciones para remate en el casco, con corrales, manga y cantina

EVOLUCION DE LA SUPERFICIE DE LA UP

1. El abuelo de Virginia, que era ingeniero agronomo, trabajô en el Instituto de Colonizacion. Era el encargado de mensurar y dividir las fracciones para los colonos y recibio un porcentaje de tierras por su labor. Era director de una colonia de origen ingles. El padre de Virginia se crio en varias colonias.
2. 13 de abril de 1965 (N.E.: notar que el entrevistado recuerda el dia exacto): Don Enrique Caravia, padre de Virginia, recibe de su tio una fraccion del Instituto de Colonizacion, primero en calidad de arrendatario y luego, durante 6 años, como “promitente comprador” de la UP. Finalmente consigue adquirir la tierra.
3. Década del '90: llega el momento de la transmisión de la UP. Uno de los dos hermanos varones de Virginia se hace cargo de la propiedad, especialmente por los problemas de salud de Don Enrique, que no consigue andar mas a caballo. La transmisión, sin embargo, no funciona, lo que fuerza una sucesion en vida.

4. 1996: Desanimado por el fracaso de la transmisión a su hijo, Don Enrique “se entregó” (N.E.: “bajô lo brazos”), según cuenta su hija, y “arrendo todo su campo” a otros productores.
5. 2001-2002: crisis de la aftosa. “Uruguay era libre de aftosa sin vacunación y el kilo de novillos valia 1,1 dolares... con la crisis, empiezan los problemas financieros”, dice Virginia. En 2001 Don Enrique “recupera” 77 has. con los “muy buenos precios en reposicion”. En 2002 recuperará “dos potreros” (de 55 y de 52 has.).
6. Enero/Febrero de 2005: Con la ayuda de su esposa Sheila y de su hija, Don Enrique “recupera” las 300 has. de su propiedad, que habia arrendado a terceros casi una década antes.
7. 2006: en el momento de la entrevista, y ya realizada la sucesion en vida, Virginia está a cargo de las 300 has. en Quebracho, que maneja junto con sus padres, además de 170 has. arrendadas a un vecino (superficie total: 477 has.)
8. Se abre un nuevo interrogante con respecto a la transición: qué pasara cuando los padres de Virginia ya no esten? “Vamos a rematar y dividir entre los tres hermanos, aunque no se puede hacer nada con 130 has cada uno”, anticipa Virginia (Ver Futuro).

TIEMPO LARGO – TRAYECTORIA

1965: Don Enrique, padre de Virginia, recibe una fraccion del Instituto de Colonizacion que le traspasa su tio. Una hermana le presta 50 vacas y consigue 300 ovejas. “A mi me gustaba tener ovejas, porque la oveja es un animal noble, que siempre responde” (Don Enrique).

1994: Don Enrique tiene un problema de salud (es operado y no puede andar mas a caballo) por lo que uno de sus dos hijos varones, que estaba haciendo la carrera de ingeniero agronomo en Montevideo, abandona la carrera y vuelve al campo para hacerse cargo de la UP. “Cuando estabamos en quinto y ultimo anio del secundario, ibamos para Montevideo para ir a la universidad... era el destete”, recuerda Virginia. Ese primer intento de transimision no funciona.

1996: Ante los problemas familiares, Don Enrique arrenda toda la UP a terceros. También organiza la sucesión en vida y liquida todo el ganado de esa sucesión, entregando sus vacas a capitalización. Tras la sucesión, el hermano de Virginia, que en el momento de la entrevista tiene 35 años, hoy vive en otra fracción que recibió tras la división de la UP por la sucesión en vida (ver Futuro) y que está ubicada a 30 km de la UP de Virginia.

COMO ENTRO EN LA GANADERIA

Don Enrique recibió 50 vacas de una hermana, en 1965, cuando se instaló en la fracción. También tenía 300 ovejas, que eran su verdadera pasión (“La oveja es un animal noble”, dice Don Enrique). Sin embargo, debido a la inseguridad (robo de ovejas), ahora están concentrando la producción en la cría de bovinos para carne.

MOTIVACION PARA SER GANADERO

“Ser ganadero es algo afectivo... uno valoriza y disfruta de cada detalle, de cada pedacito del campo”, dice Virginia, mientras su madre asiente y muestra a los entrevistados una flor silvestre que “ha vuelto a crecer en el campo, después de muchos años”.

TIEMPO CICLICO – ORGANIZACIÓN DEL TRABAJO

Entrevistados: Don Enrique, el padre, recorre en camioneta ya que no puede andar más a caballo o realizar tareas que requieran esfuerzo desde hace al menos diez años. Su esposa suele acompañarlo. También coordina una feria de remates de ganado que se realiza periódicamente en el casco, para lo que han construido corrales, manga y hasta una cantina (Ver Redes de Diálogo). Hijos – Virginia: además de ayudar a sus padres en el campo, Virginia es ingeniera agrónoma y docente de la Facultad de Agronomía (sector bovinos de leche), además de consultora en temas agrícolas. Si bien Virginia tiene dos hermanos mayores, ninguno de los dos está en la UP. Uno vive en el exterior y sin relación con el sector agropecuario (“Al hijo mayor hubo que mantenerlo... ahora es arquitecto y vive en Chile”, cuenta Don Enrique). El segundo varón es arrendatario del Instituto de Colonización a 30 km. de la UP de su padre. Tiene 35 años y su caso es ilustrativo de las desavenencias que pueden surgir entre generaciones. Según explica Virginia: “Ese hermano no se llevaba bien con mi Viejo (N.E.: “viejo” = forma cariñosa de llamar al papa). Él trataba de cambiar a mi papa, que es una persona mayor que tiene 70 años... quería que mi papa hiciera ciclo

completo, y chocaba mucho con mi papa, que es un ganadero tradicional, con miedo a los créditos”.

Empleado Permanente: se encarga del manejo del ganado. “Va y viene en bicicleta pedaleando 22 km. desde Quebracho, donde come y duerme” (N.E.: caso similar al del empleado permanente del entrevistado José Ripa).

ESTRATEGIA PRODUCTIVA

Virginia ha sabido encontrar una receta que equilibra la tradición y el miedo al riesgo de su padre, ya septuagenario, con las innovaciones que ella conoce por su formación y su trabajo profesional como ingeniera agrónoma. Presenta a sus padres ideas simples, de bajo costo y originales, que les permitieron ir recuperando el campo que habían arrendado y triplicar la cantidad de ganado en 5 años. Entre esas ideas, están: la feria de remate de animales en el casco (por la que reciben un ingreso), postularse para recibir ayuda del Programa de Producción Responsable (PPR) del Banco Mundial (ver Redes de Diálogo); entablillar el ternero para repetir el celo de la vaca; colocar las “trampas” para medir la evolución de forrajes y malezas, y colocar los originales “melaceros” para suplementar a los animales. Los melaceros tienen un costo relativamente bajo (1200 pesos) y, lo que es más importante (debido a la edad de los padres y a las frecuentes ausencias de Virginia), casi no requieren casi mano de obra. La estrategia ha tenido éxito, al combinar producción con el bienestar familiar, en una UP que no es vista solo como una fuente de ingresos, sino también como un modo de vida: “Yo hoy, en lo personal, estoy mucho mejor... empecé sin nada, solo tenía 50 vacas prestadas de una hermana y 300 ovejas. Hoy estoy mucho mejor... además, descanso en Virginia” (Don Enrique). “Yo les puse Direct TV (televisión satelital), que no es básico para el sistema de producción, pero sí para ellos... Ya no les puedo exigir más de lo que han luchado... y el sistema funciona porque están vivos... cuando no estén, vamos a tener que rematar y dividir entre los tres hermanos” (Ver Futuro).



Virginia y Sheila, su madre, en una visita a las “trampas” que permiten medir la evolución de las hierbas

REDES DE DIALOGO

Tanto Don Enrique como su hija son altamente escépticos con respecto a las cooperativas y a las asociaciones de productores. “Hay que ser muy desprendido para ser cooperativista” (Enrique). Virginia explica: “En la cooperativa el que se beneficia es el gerente, y el que es piojo, sigue siendo piojo”. Enrique cuenta que ya militô en política (pero dejô porque “se cansô”) y participô de una sociedad de fomento que facilitaba la compra de maquinarias, pero que se alejô porque el grupo ya no respondía a sus objetivos iniciales: “Yo fui secretario de la sociedad de fomento durante mucho tiempo, compramos maquinaria, etc. pero al final solo servía para el asado con cuero del fin de semana” (Enrique). Sin embargo, se mantienen informados de programas de apoyo a la producción y de innovaciones técnicas a través de técnicos como Marcelo Pereira (IPA – Paysandu), los contactos de Virginia (consultora y profesora en la Facultad de Agronomía, en Paysandu) y del mercado de la carne en la feria que organizan periódicamente en su casa, reuniendo a muchos vecinos y productores. Fueron esas redes de dialogo las que les permitieron conocer el programa PPR, del Banco Mundial, que incentiva la producción rural sustentable. “Es un programa que maneja 40 millones de dolares, de los cuales 8 fueron destinados a Uruguay”, cuenta

Virginia. El programa cubre el 80 por ciento de las inversiones realizadas en la UP durante 3 años, y mide el impacto de esas inversiones a través de una serie de indicadores de sustentabilidad. La idea de Virginia y sus padres es construir nuevas aguadas y colocar alambre eléctrico en potreros para rotacion. Esos potreros permitiran realizar un manejo diferenciado de los diferentes sectores del campo, dejando que este “descanse” durante dos o tres semanas. Uno de los potreros seria el de monte nativo, que hace sombra y alimenta a los animales con sus molles, coronillas, arrayanes, palos jamon y timbo (“oreja negra”).



El monte natural de palmeras Butiá Yatay, que Virginia quiere proteger con el programa PPR del Banco Mundial



Virginia y sus padres analizan el pasto con un técnico del IPA – Paysandu, Marcelo Pereira (en el centro)

FUTURO

En este caso, se hizo un primer intento (fallido) de transmisión de la UP con uno de los dos hijos varones, pero no funcionó por incompatibilidades y desavenencias intergeneracionales (Ver Tiempo Largo – Trayectoria). Esto forzó la realización de la sucesión en vida, lo que no consiguió evitar los conflictos familiares, que persisten en el momento de la entrevista. “Mi hermano no se llevaba bien con mi papa, trataba de cambiarlo, pero mi papa es una persona mayor, que tiene 70 años... quería que mi papa hiciese ciclo completo, y chocaba mucho con mi papa, que es un ganadero tradicional, con miedo a los créditos”, recuerda Virginia. “Era la forma de actuar de mi hermano lo que dio problemas... mi papa es un ganadero tradicional y mi hermano era más negociante” (N.E.: en el contexto de la charla, “negociante” es un término relativamente negativo, calificando a alguien como más interesado en el lucro propio que en el bienestar de todos los miembros de la familia). Como el otro hijo varón vive en Chile y no tiene relación con el campo (es arquitecto), Virginia quedó posicionada como la candidata natural en el segundo intento de transmisión. Esta vez funcionó, ya que Virginia entiende los ritmos de su padre y los respeta sin dejar de tener voz y voto en las decisiones productivas (como la inscripción en el programa de

desarrollo PPR – Ver Redes de Dialogo). En el medio plazo, el futuro de la UP parece estar garantizado, y así lo dice, emotivamente, Don Enrique: “Yo descanso mucho en Virginia”. Sin embargo, en el largo plazo surgiran nuevos problemas: “Hoy el sistema funciona porque ellos (Don Enrique y Donia Sheila) están vivos... pero tienen 70 y 65 años y cuando tengamos que dividir todo en tres partes (N.E.: entre Virginia y sus dos hermanos varones), vamos a tener que rematar... y 130 has. para cada uno no alcanzan” (Virginia). “Si ganase un millón? Compraría campo y les pagaría un viaje a mis viejos”, concluye la entrevistada.



En la entrada de la casa de Don Enrique y Sheila, el orgullo por la hija ingeniera agrónoma



“Yo en Virginia descanso”, dice Don Enrique, al final de una recorrida por el campo

NOTA: Este caso nos hace pensar en otro similar, el de Nana y Mariela: la jefa de la UP es una mujer, joven, que queda al frente de la propiedad porque ninguno de sus hermanos varones consigue asumir exitosamente la transmisión. Otra similitud con el caso de Nana y Mariela: ambas jefas de UP demostraron mayor capacidad para lidiar con las diferencias intergeneracionales (Mariela con su madre, Virginia con sus padres), además de una marcada preocupación por la conservación de la biodiversidad del campo, aun a costa de disminuir la producción. En ese sentido, Virginia y su madre son altamente conscientes de la riqueza de la flora de la UP, y la describen con orgullo, llevando a los entrevistadores al campo para mostrar plantas silvestres. También piensan inscribirse en un proyecto de producción sustentable del Banco Mundial (PPR), justamente proponiendo la conservación del monte nativo. Esto último nos deja una pregunta abierta: hay un vínculo entre el género del jefe de la UP (Mariela, Virginia...) y la conciencia ecológica? O será más bien un vínculo generacional? (mayor preocupación de los jóvenes por la preservación de la biodiversidad).

ANEXO III - OPORTUNIDADES DA GLOBALIZAÇÃO

AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NO PAMPA: O CASO DA “CARNE DO PAMPA GAÚCHO”

No Estado do Rio Grande do Sul, quarto maior produtor de carne bovina no Brasil (FÜRSTENAU, 2004; MALAFAIA *et al.*, 2005), os resultados agro-econômicos são negativos na maioria das vezes. Existe uma elevada dependência de rendas não agrícolas (em especial decorrentes de arrendamentos e aposentadorias). Igualmente, os sistemas produtivos apresentam, na maioria das vezes, um valor da terra relativamente baixo, um nível de capital imobilizado baixo, pouca utilização de mão-de-obra e indicadores de eficiência econômica baixos ou negativos (SEBRAE/FARSUL/SENAR, 2005).

Existe no estado (e de forma significativa na metade sul) um grupo numeroso de produtores com pequenas áreas, com características de agricultura familiar que tem como atividade principal a bovinocultura de corte. A partir de alguns dados levantados (IBGE, 1998, citado por RIBEIRO, 2009) constatou-se que as propriedades com áreas menores de 100 hectares representam cerca de 70% dos estabelecimentos da região. E menores de 200 hectares representam um total de 86% do total dos estabelecimentos. Isto evidencia um grupo que tem representatividade numérica e importância social e econômica.

Apesar de possuir pequenas áreas, estes estabelecimentos se dedicam à bovinocultura de corte em combinação com outras atividades com a utilização, predominantemente, de mão-de-obra familiar. Assim, passou-se a identificar este tipo diferenciado de agricultores familiares como “pecuaristas familiares”.

Este grupo de famílias, apesar de numericamente significativo - estimado por Ribeiro (2002) em cerca de oito mil famílias na região da Campanha e Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul - não tem sido, historicamente, reconhecido pelas entidades representativas da sociedade rural rio-grandense e pelos governos. Isto se deve, em grande parte, a sua pouca organização, a sua pouca representatividade política e ainda por se tratar de uma categoria social, até então, pouco descrita e estudada. Como afirma Ribeiro (2009):

De certa forma, até os anos 2000 [os pecuaristas familiares gaúchos] foram “invisíveis” à sociedade. Esta desconsideração (até recentemente estes agricultores não tinham acesso às políticas públicas específicas de apoio) associada às baixas rentabilidades das suas atividades têm contribuído para agravar as dificuldades desta

população. Além disso, são sempre identificados como atrasados e como entraves ao desenvolvimento e ao “progresso” (RIBEIRO, 2009, p.20).

A globalização impactou fortemente na pecuária familiar gaúcha, principalmente devido a concorrência com os países do Mercosul, onde muitos produtores foram excluídos do processo produtivo e muitas indústrias faliram (FAVERETT FILHO & LIMA DE PAULA; 1997). Nesse contexto, o estado não está conseguindo enfrentar a concorrência de alguns pólos mais recentes na criação de bovinos, como, por exemplo, os estados da região Centro-Oeste, no que diz respeito à atividade de exportação de carne bovina, que, pelas exigências do mercado externo, requer uma maior qualificação no processo produtivo do que a produção para o mercado interno.

Segundo Fürstenau (2004), enquanto a participação do Rio Grande do Sul no total de exportações em 1990 era de 22%, em 2002 caiu para menos de 6%. Esse “espaço” perdido pelo Estado foi ocupado, além de São Paulo, pelo Paraná e pelos estados da região Centro-Oeste (MALAFAIA et al., 2005; MALAFAIA et al., 2007)

Sendo as exportações brasileiras de carne bovina in natura um reflexo do grau de evolução do setor, o estado do Rio Grande do Sul seria o menos dinâmico, porque acompanhou os movimentos dos demais estados, mas sempre com menor amplitude. Mais ainda, essa falta de eficiência na produção de carne no Estado reflete-se numa perda de importância das vendas externas gaúchas em relação aos demais estados, já que outro movimento claramente identificado em estudos é a rapidez com que outros estados produtores ocuparam os mercados cedidos pelo Rio Grande do Sul. Nesse contexto, identifica-se claramente a falta de competitividade do Rio Grande do Sul em relação aos estados concorrentes (MALAFAIA et al., 2005).

Entretanto, nota-se a existência de um grande potencial competitivo no Estado, fruto de recursos estratégicos disponíveis em seu território, quais sejam: alta genética dos rebanhos; animais alimentados em campo nativo; grandes extensões de campo; boas condições de clima e solo; a presença de indústria exportadora; a expressão das Associações de Produtores; a internacionalmente conhecida Exposição Agropecuária de Esteio; o suporte científico-tecnológico das Embrapas; a formação do conhecimento através das Universidades; a cultura e a tradição do povo gaúcho, entre outros, mas que necessitam serem trabalhadas de forma coordenada, a fim de se obter vantagens competitivas sustentáveis (MALAFAIA & BARCELLOS, 2007b).

Os problemas apontados anteriormente pelos quais se defronta a cadeia da carne bovina no Rio Grande do Sul, bem como a possibilidade de reverter este cenário mediante a eficiente exploração dos recursos estratégicos presentes em seu território, tornam-se elementos instigadores de investigação. O recente reconhecimento pelo INPI (Instituto Nacional de

Propriedade Intelectual) da Indicação de Procedência da “Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional”, situado na Região da Campanha do Rio Grande do Sul, apresenta-se como uma interessante oportunidade de estudar a cadeia da carne bovina através da abordagem da normalização, como veremos a seguir.

A região gaúcha do Brasil possui uma enorme vocação ganadeira, devido ao privilegiado (porém, frequentemente esquecido) ecossistema do Pampa, sua base genética e os processos de produção, criação a pasto, abate humanitário, grandes extensões de campo nativo, conhecimento tácito dos produtores, pesquisa agropecuária, cultura e tradição do povo gaúcho, entre outros (MALAFAIA *et al.*, 2005)

Estes fatores valeram o reconhecimento de Indicação de Procedência da “Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional”, pelo INPI (Instituto Nacional de Propriedade Intelectual), pela ABNT e, através desse ONN, pelo sistema ISO 14001.

No Brasil, o quadro legislativo sobre as indicações geográficas esta baseado em acordos internacionais e na adesão ao TRIPS. As indicações geográficas são definidas nesse país pela lei federal N° 9279/96, que regula os direitos e as obrigações relativas a propriedade industrial. O já mencionado INPI estabelece as condições para o cadastro das indicações geográficas e define os tipos de selos: Indicação de Procedência e Denominação de Origem. O reconhecimento de uma indicação geográfica só pode ser requisitado pelos produtores estabelecidos na região demarcada geograficamente³.

O processo de outorga da indicação de procedência teve o incentivo do programa “Juntos para Competir”, desenvolvido pelo Sebrae/RS, pela Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). O programa busca organizar e aprimorar as cadeias produtivas de bovinocultura de corte, cana-de-açúcar e derivados, suinocultura, fruticultura, floricultura, vitivinicultura, ovinocaprino cultura e apicultura.

Através do código único e específico impresso neste selo - concedido pelo INPI – os consumidores podem acessar o site www.carnedopampagaaucho.com.br e ter acesso a todas as informações pertinentes ao corte que adquiriram: um número de registro identifica o animal, juntamente com raça, idade, peso e o criador.

Os padrões produtivos para o Selo da Carne do Pampa Gaúcho são altamente exigentes: somente animais das raças Hereford e Angus e suas cruzas; alimentados exclusivamente

³ No dia 19 de dezembro de 2006 foi realizada a solenidade de outorga de procedência e a concessão do selo Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional, resultado do trabalho em conjunto do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Rio Grande do Sul (Sebrae/RS), da Associação dos Produtores do Pampa Gaúcho (Apropampa) e do governo do Estado e é a primeira na América Latina a ser concedida para este tipo de produto.

em pastagens nativas ou nativas melhoradas podendo ser engordados em pastagens cultivadas de inverno; devem estar no mínimo um ano dentro da região delimitada.

O ponto de partida para a certificação é que o bioma Pampa confere características organolépticas na carne de forma diferenciada, fazendo com que haja uma agregação de valor a esse produto. Os produtores devem seguir a definição de características de produção dos animais para abate, indicações para o processo industrial (abate, aprovação das carcaças, identificação das carcaças com a identificação geográfica, desossa e maturação da carne) e etiquetagem dos cortes. As normas de programa incluem a idade dos animais para abate (até 42 meses) seguindo a característica de peso, grau de gordura na carne e conformação de carcaça. A rastreabilidade dos animais deve ser dada desde o nascimento. Cabe salientar que nesse programa são os animais que são credenciados e não as propriedades.

Participam atualmente do programa, cerca de 100 criadores, associados na APROPAMPA – Associação dos Produtores da Carne do Pampa Gaúcho. A APROPAMPA tem a finalidade de acompanhar todo o processo de certificação, funcionando também como um conselho regulador. O objetivo do projeto de obter um total de mil pecuaristas até junho de 2010 (dentro que quase seis meses) parece muito ambicioso. A Casa Moacir é o único ponto de venda das carnes certificadas com o indicação geográfica Pampa Gaúcho, em Porto Alegre. Vender carne certificada em supermercado não funcionou porque o consumidor brasileiro ainda não valoriza esse tipo de certificações.

INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NA ARGENTINA: O CONSÓRCIO PAMPAS DO SALADO

Na Argentina, a lei 25.380, sancionada em 2000 e reformada pela lei 25.966, define as indicações geográficas e as denominações de origem que se utilizam para a comercialização de produtos de origem agrícola e alimentar, em estado natural, acondicionados ou processados no território da República Argentina.

A autoridade de aplicação e registro da lei é a *Secretaria de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentos de la Nación*¹⁰, (SAGPyA). A SAGPyA controla o Registro Nacional de Indicações Geográficas e Denominações de Origem.

No nível privado, a Argentina não possui um número significativo de associações de produtores aplicando indicações geográficas para a carne. A única é a *Asociación de Productores Exportadores Argentinos* (APEA), integrada por PRINEX, Argentine Beef Producers, Carnes de Praderas, Cía. Rioplatense de Carnes y Ganados, APEX, FV y Asociados, Grupo Semillero, Carne Angus Certificada, Asociación Argentina de Hereford

(Carnes Hereford), Asociación Argentina de Brangus, ECOPAMPA, EXAL, Limangus, Proliar, MYT S.A., Pampas Argentinas e La Morocha (PALAU, 2005)

Outras empresas e grupos de produtores que tem desenvolvido indicações geográficas de maneira mais ou menos formal para procurar a diferenciação de sua carne são: *Consortio Pampas del Salado* (que analisaremos em maior detalhe a seguir), Frigorífico AB&P, Rioplatense, ECO-FOOD, ECO-CARNES, Rosenbusch, Estancias Unidas del Sur, Las Lilas, Quickfood, Swift, e os supermercados Carrefour, Jumbo, Norte, Disco.

Segundo Palau (*Idem*), o denominador comum dessas empresas e que elas agregam valor a carne a partir de uma definição ampla do conceito de qualidade: origem, certificações, selos, marca, sanidade, segurança alimentar etc.

Na Argentina existem nichos de consumidores de nível educacional médio e alto que não se importam em pagar mais pela carne diferenciada (IPCV, 2005). São exemplos dessas carnes as produzidas para os mercados internos e externos pelos estabelecimentos Las Lilas, Carne Angus Certificada e Hereford. Porém, a venda de carnes diferenciadas só representa 5% do total comercializado no mercado interno e 25% do exportado (SAGPyA, 2003 e CASABURI et al., 1998).

Tabela 35. SAOC desenvolvidos pelo setor publico, ONGs e o setor privado

Setor Publico		
EE.UU	U.E.	Argentina
Nuevas resoluciones del USDA (United States Department of Agriculture), FDA (Food and Drug Administration), FSIS (Food Safety and Inspection Service).	“Libro Blanco de la Seguridad Alimentaria”, Resoluciones 1760/00 y 1825/00, “Autoridad Europea de Seguridad Alimentaria”.	RS. 15/03 y 391/03 sobre certificación de origen de carne vacuna, SAT, Normativa HACCP obligatoria para Frigoríficos exportadores.
ONGs		
EE.UU.	U.E.	Argentina
www.factoryfarming.com www.gefoodalert.org JIFSAN (Joint Institute for Food Safety and Applied Nutrition), U.S. Meat Export Federation, American Meat Institute.	www.globalfoodnetwork.org EurepGAP (EurepGAP: Euro-Retailer Produce Working Group Good Agricultural Practices), Label Rouge, AESA (AESA: Agencia Española de Seguridad Alimentaria).	APEA (Asociación de Productores Exportadores Argentinos).
Setor Privado		
EE.UU.	U.E.	Argentina
US Prime Beef,	Filière Carrefour (Francia).	Las Lilas,

Laura's Lean Beef, Coleman Natural Beef, Certified Angus Beef.	Empresas asociadas a Label Rouge, "Carne Asturiana", CAG (Cooperativa Agropecuaria Guissona) y "Ternera Gallega" (España), PGI "Vitellone Bianco dell' Appenino Centrale" (Italia).	Carne Angus Certificada, Asociación Argentina de Hereford, PRINEX y EXAL, Consorcio Pampas del Salado , Carrefour, Jumbo, Norte, Disco (supermercados).
--	---	--

Fonte: PALAU (2005)

A planície central argentina (o Pampa) tem uma superfície de 55 milhões de hectares e possui 31.8 milhões de cabeças (REARTE, 2007). Até o começo do século XIX, a produção de gado crioulo era feito através da caça do gado (*vaquerias*) para o aproveitamento do couro, primeiro, e da carne seca e salgada (*tasajo*) mais tarde. Durante o século XIX, o produto foi exportado para Cuba e destinado a alimentação de escravos que trabalhavam nas plantações de açúcar. Segundo Gaignard (1979) os couros eram destinados ao Mercado europeu.

Na segunda metade do século XIX foram importados os primeiros reprodutores das raças "britânicas": Shorthorn, Polled Hererfod e Aberdeen Angus. Porém, essas raças se tornaram mais comuns na Argentina só no final do século XIX. Nessa época, segundo Champredonde (2008), se expandiu a utilização de sistemas de conservação para a exportação de carnes com destino a Inglaterra. Isso estimulou a proliferação de raças britânicas nos rebanhos locais e, a partir de 1910, as raças britânicas (especialmente a Shorthon) passam a predominar nos rebanhos locais (GIBERTI, 1985).

Nos anos 1990, surgiram na Argentina vários programas para atribuir indicações geográficas (mais concretamente, denominações de origem) para a carne bovina. O primeiro desses programas nasceu em 1995 em Entre Rios e, se ainda não utilizava a denominação "Pampa", já falava de "carnes vacinas entrerrianas". O limite territorial eram as fronteiras administrativas da província de Entre Rios. Para Champredonde (2008), foi um erro atribuir uma denominação de origem a uma área administrativa, já que dentro da província de Entre Rios existem várias áreas agro-ecológicas com particularidades paisagísticas e culturais bem diferenciadas e com uma diversidade de solo e do clima capaz de provocar diferentes características nas carnes produzidas.

Após a experiência de Entre Rios, outros programas de denominação de origem estabeleceram áreas mais reduzidas dentro das regiões administrativas. Assim, nasceu o programa denominado "Ternero del Centro" da província de Buenos Aires, limitado a um número muito reduzido de distritos. Segundo Champredonde (Idem), a reduzida escala não permitiu diferenciar o produto da carne produzida no restante da planície central argentina.

Para esse autor, o programa mais importante de construção de uma denominação de

origem para a carne dessa região foi estabelecido nos distritos da chamada “Cuenca del Salado”, que abarca uma região de 9 milhões de hectares no coração da província de Buenos Aires.

Em 2004, o consórcio *Pampas del Salado* reunia 21 associações rurais e 700 pecuaristas, que certificavam por volta das 165.000 cabeças de gado. O objetivo declarado dos membros do programa era:

Identificar y registrar las características intrínsecas de la cría de ganado bovino bajo un sistema extensivo tradicional de la región, con alimentación a pasto, la no utilización de productos hormonales de crecimiento (mas tarde prohibido por el SENASA), Bienestar Animal y recomendaciones de sanitarias y de manejo del rodeo (ACOSTA et al., 2004)

As raças bovinas certificadas eram, como no caso da Carne do Pampa Gaúcho do Rio Grande do Sul, a Aberdeen Angus e a Hereford e os seus cruzamentos. No caso da Argentina, os rebanhos são majoritariamente dessas raças, chamadas “britânicas”. Uma primeira dificuldade para a implementação do programa foi a exigência de rastreabilidade imposta pelo *Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria* (SENASA). Se bem o sistema de rastreabilidade era similar ao desenvolvido pelo próprio Consórcio e fornecia o mesmo tipo de informação sobre processos e produtos, a rastreabilidade imposta pelo SENASA não era exigida ao restante dos pecuaristas pampianos, criando uma assimetria entre os produtores do Consórcio e produtores externos.

Em 2005, a proibição das exportações decretada pelo então presidente Nestor Kirchner aumentou as dificuldades para o Consórcio. Desacordos internos também estiveram na origem do enfraquecimento do programa: a *Facultade de Agronomía da Universidad de Buenos Aires* (FAUBA), encarregada de assessorar os coordenadores do programa, procurava uma oferta expandida ao mercado global. Porém, os delegados das “Comissões Locais” do Consórcio preferiam um cenário local de venda de bezerras, ao oeste da província de Buenos Aires, para a invernada. A equipe da FAUBA saiu do programa em 2003. Outro problema importante foi a ausência do setor industrial e de exportação na cadeia. O caso do Consórcio *Pampas del Salado* revelou muitos dos obstáculos que devem ser enfrentados pelos produtores que procuram agregar valor a carne através de identificações geográficas (nesse caso, através de uma denominação de origem). Analisaremos esses obstáculos com mais detalhes a seguir.

AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NO URUGUAI: A CERTIFICAÇÃO GLOBALGAP

O panorama do Uruguai no cenário das identificações geográficas da carne gaúcha é bem

diferente do que acontece no Rio Grande do Sul e na Argentina. O Uruguai não tem os mesmos problemas estruturais que ameaçam o êxito das indicações geográficas no Rio Grande do Sul e no Pampa argentino. O rebanho uruguaio é homogêneo (com uma clara predominância das raças “britânicas”) e com boas condições sanitárias (livre de aftosa e com rastreabilidade total).

No Uruguai, os protocolos de qualidade da carne são estabelecidos pela lei nº 17.011, denominada « Normas relativas a las marcas » e publicada em outubro de 1998. No capítulo 74 dessa lei a indicação de procedência é definida como:

(...) el uso de un nombre geográfico sobre un producto o servicio que identifica el lugar de extracción, producción o fabricación de determinado producto o prestación de determinado servicio, en tanto que lugar de procedencia.

No seu capítulo 75, a mesma lei define assim a denominação de origem:

Denominación de origen es el nombre geográfico de un país, una ciudad, una región o una localidad que designa un producto o servicio cuyas cualidades o características se deban exclusivas o esencialmente al medio geográfico, incluidos factores naturales o humanos.

Essa definição implica que o comitê de defesa da denominação de origem do produto, integrado por todos os atores envolvidos no processo de produção primária, devem aprovar que a qualidade desse produto só pode ser obtida na região de origem que eles mesmos delimitaram. Na área das carnes bovinas existem poucos exemplos de denominação de origem, com as exceções da Espanha, França e Portugal.

Há sete anos, o Instituto Nacional de Carnes do Uruguai (INAC) estabeleceu o selo “Carne Natural”. Em setembro de 2009, o INAC anunciou que o Uruguai será o primeiro país do mundo a contar com carne natural certificada de bovino e ovino de acordo com as diretrizes da Globalgap.

A Globalgap é uma associação da iniciativa privada formada por comerciantes varejistas, supermercados e produtores agropecuários. Como parte de suas iniciativas, a Globalgap estabeleceu um programa normativo voluntário que busca garantir a inocuidade dos produtos. Esses produtos também devem ser fabricados em locais seguros para os trabalhadores, onde se respeite o bem-estar animal e se tenha cuidado com o meio-ambiente.

O INAC considera que tanto a conquista desse certificado como a rotulagem facultativa, obtida há pouco tempo, ajudarão a posicionar a carne uruguaia como um produto de qualidade ao redor do mundo (BEEFPOINT, 2009).

Para atingir a certificação da Globalgap, o INAC implementou um processo de homologação técnica do selo “Carne Natural”, de seu Programa de Carne Natural Certificada del Uruguai (PCNCU), com a norma internacional. Em 2009, o protocolo se achava em pleno processo de implementação, com o objetivo de gerar uma massa crítica de produtores uruguaios prontos para implementar a certificação. Por meio da homologação entre o PCNCU e a Globalgap na certificação de carne natural e a rotulagem (etiquetado) seletiva, o Uruguai procura melhorar a sua inserção nos mercados internacionais da carne (LA REPUBLICA, 2009).

ANEXO IV - O DIFÍCIL ACESSO AOS MERCADOS INTERNACIONAIS

Em termos gerais, a cadeia produtiva da carne bovina registra um quadro protecionista bastante heterogêneo e que vai além dos aspectos sanitários. Na realidade, a União Europeia aplica altas tarifas na carne bovina. Mesmo em países com tarifas mais baixas, como os EUA (todas as carnes) e o Canadá (carnes bovina e suína), o acesso a mercados é severamente restringido pela existência de barreiras sanitárias custosas e de difícil controle. As dificuldades de acesso poderiam ser resumidas assim:

Barreiras sanitárias – são um forte obstáculo às exportações gaúchas de carne *in natura*. Em 2002, 39% dos 20 maiores mercados importadores de carne *in natura* podiam ser considerados abertos e 61% fechados. Por exemplo, a participação das exportações brasileiras nos 20 maiores mercados de carne bovina é de somente 11%. Note-se que dentre estes 20 maiores mercados importadores, destacam-se como mercados fechados para a carne bovina brasileira os EUA, Japão, Coreia do Sul, México, Canadá e Taiwan. Já os mercados abertos, embora de grande relevância para o Brasil, representam menor parcela das importações mundiais (ABREU LIMA et al., 2004).

Uma diretiva da União Europeia de 1992 exige que a totalidade dos produtos de origem animal importados de terceiros países pela UE sejam provenientes de estabelecimentos habilitados pela Comissão Europeia. O processo de habilitação é lento. Ademais, a obtenção de habilitação europeia não tem somente como efeito uma possível inserção no mercado da UE, mas vale também como referencial para a exportação para outros países, como a Rússia e o Oriente Médio. Os padrões europeus de controle sanitários são cada vez mais parâmetros mundiais para o comércio. Registre-se, ainda, a preocupação com enfermidades exóticas que não existem no Brasil, como a doença da vaca louca, uma vez que a presença de um foco da mesma poderia trazer prejuízos imediatos às exportações. Saliente-se que a doença da vaca louca e as encefalopatias espongiformes transmissíveis representam 40% das notificações sobre doenças animais feitas por membros da OMC ao comitê do acordo SPS e outros 26% das notificações relacionam-se com a febre aftosa.

Tem-se buscado uma harmonização das regras sanitárias por meio da ação de três instituições internacionais científicas. São elas: o *Codex Alimentarius* (Codex), no âmbito de segurança alimentar; a Organização Internacional de Epizootias (OIE), que trata das questões pertinentes à saúde animal; e a Convenção Internacional para Produção Vegetal (IPPC), no que tange aos vegetais. As normas avalizadas por essas instituições garantem os níveis de segurança necessários, embora muitos países venham adotando padrões

diferentes. Mais do que harmonizar as políticas, a equivalência entre as normas dos países tende a ser uma solução mais viável para facilitar o comércio. Ou seja, as medidas adotadas devem garantir um nível de segurança considerado adequado, mesmo que difiram nos métodos e procedimentos (GALVÃO DE MIRANDA et al., 2003). Isso permite que os países adotem procedimentos diferentes, desde que comprovada a equivalência de seus resultados. Alguns efeitos negativos sobre o comércio podem ser mencionados quando as medidas sanitárias são adotadas e geram conflitos entre os países. Na história recente do comércio internacional, casos clássicos podem ser citados, como o da proibição da importação de carne norte-americana, de animais criados com hormônio, pela UE; e o caso da febre aftosa.

Meio ambiente e bem-estar humano – alinham-se aqui as relacionadas ao meio ambiente, à legislação trabalhista e outros aspectos sociais.

A segurança dos alimentos e a rastreabilidade – a UE estabeleceu um regulamento (Regulamento N° 178/2002 de 28.01.2002) que determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a autoridade europeia para a segurança dos alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos gêneros alimentícios, implementando a obrigatoriedade da rastreabilidade. Também deve-se citar a revisão da regulamentação de Higiene Alimentar EC/93/43 HACCP, da União Europeia, que foi tornada obrigatório para a agricultura em geral, recomendando para as propriedades a implementação de sistemas de gestão da qualidade segundo a norma ISO 9001 (Embrapa, 2006).

Ao mesmo tempo, foram estabelecidos em vários mercados requisitos em campos como: controle de dioxinas, exigências de planos de controle de resíduos biológicos, como hormônios, medicamentos veterinários e contaminantes, proibição do uso de hormônios de crescimento na produção animal, bem estar animal na exploração, no transporte animal e no abate (Diretiva 98/58/CE de 20.07.1998, Regulamento 01 / 2005 de 22.12.2004 e Diretiva 1993L0119 de 05.06.2003, respectivamente).

O MERCADO DA CARNE NA ARGENTINA, NO BRASIL E NO URUGUAI

Dos três países estudados para essa pesquisa, o Brasil é o que possui o maior rebanho bovino: por volta de 170 milhões de cabeças, três vezes mais do que a Argentina (50 milhões de cabeças) e muito acima do Uruguai, com 13,2 milhões de cabeças de gado

bovino (ARAOZ, 2004). Além das diferenças de rebanho, os perfis dos mercados da carne são distintos em cada país: o Brasil e a Argentina são claramente superavitários, mas as suas exportações não superam 20% da produção total de carne. Já o Uruguai destina mais de 2/3 da sua produção aos mercados externos (ARAOZ, 2004).

O Brasil se destaca entre os países da região devido ao dinamismo da sua produção interna e a agressividade com que desenvolve as suas exportações. Um dos pontos de partida, nesse país, é uma pecuária extensiva com gado de raças variadas. Um diagnóstico dos sistemas de produção bovina de corte no Rio Grande do Sul, realizado em 2003 e citado por Champredonde (2008) e confirmado durante as nossas visitas a 25 unidades produtivas no estado em 2006, informou que 35,2% do rebanho está integrado por bovinos sem raça identificada, 44,8% tem origem em cruzamentos entre raças europeias e zebuínas e 10,2 % provem de cruzamentos entre raças europeias (Angus e Hereford, 74%), 6,6% provêm de raças britânicas puras (4,8 % Angus e 1,8 % Hereford), 0,9 % raça Devon, 0,9 % Charolais e 0,7 % zebu puro.

O outro ponto de partida nas exportações brasileiras são os frequentes problemas sanitários, como a aftosa e a falta de controle do gado, que entra no Brasil através das fronteiras com os países vizinhos (AGRONEGOCIAR, 2009; AGROONLINE, 2006). O problema da aftosa não é, porém, exclusivo do Brasil: a Argentina teve um problema similar na província de Corrientes, na fronteira com Brasil, Uruguai e Paraguai, no ano 2006, segundo confirmou o Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria – SENASA (SENASA, 2006).

Mesmo assim, o rebanho de gado brasileiro cresce rapidamente, apesar do baixo consumo, o que impulsiona o aumento das exportações como solução produtiva. Como consequência, o Brasil é hoje o maior exportador de carne de aves (40% das exportações mundiais) e de bovinos (26% das exportações mundiais), e o quarto maior exportador de carne suína (14% das exportações mundiais).

O aumento das exportações de carne bovina brasileira vem aumentando ao longo das décadas. Em 2004 o Brasil tornou-se o maior exportador mundial, superando a Austrália, especialmente em mercados pouco exigentes em matéria de rastreabilidade, como Oriente Médio, o norte da África, Rússia e o Sudeste Asiático. Porém, as barreiras sanitárias condicionam negativamente as exportações de carne, não só do Brasil, mas também da Argentina e do Uruguai. Isso torna necessário o desenvolvimento de sistemas de rastreabilidade mais eficientes e confiáveis.

BARREIRAS SANITÁRIAS E RASTREABILIDADE

Após indícios que correlacionaram a BSE ao mal de Creutzfeldt-Jacob (CJD), que afeta o sistema neurológico do ser humano, governos de diversos países, principalmente o da Inglaterra, país mais afetado pela BSE, aprovaram legislações rigorosas para tentar controlar o problema (PIÑEDA, 2002). A regulamentação definitiva, que data do ano 2005, visou controlar, principalmente, o processo de produção nas fazendas, estabelecendo registros, controles e inclusive a identificação individual. A esse processo de controle, identificação e certificação de origem deu-se o nome de *rastreabilidade bovina*.

Assim como o Brasil, a Argentina e o Uruguai também estão "correndo" para pôr em prática uma política eficaz de "rastreabilidade" dos seus rebanhos para satisfazer as exigências da União Europeia. Apesar de não constar de dicionários brasileiros de Língua Portuguesa ou dicionários de Espanhol, o termo "rastreabilidade" (ou *trazabilidad*, em espanhol) já é muito popular no cotidiano da pecuária de corte, no ambiente acadêmico, nos centros de pesquisa e nos contratos e transações comerciais de importação e exportação de carne. Ele vem do inglês *traceability* que remete à capacidade ou habilidade de rastrear, seguir pistas, vestígios, rastros. Já rastreamento, é a ação em si de monitorar, de acompanhar e fazer controle de algo ou de alguma informação. Apesar de serem palavras diferentes, a base de um rastreamento ou de uma política de rastreabilidade é a mesma: a identificação do animal.

A palavra "rastreabilidade" está registrada no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras (1998). Essa publicação não é um dicionário, não traz o conceito, apenas registra o uso de vocábulos. Em outro sentido, o termo é popular no mundo das finanças e tem espaço no Dicionário de Administração e Finanças:

Processo mediante o qual a gerência de uma empresa pode saber quem são os funcionários responsáveis por cada etapa de produção de um bem ou serviço (...). À medida em que o objetivo da qualidade se torna cada vez mais importante para as empresas, o conceito de rastreabilidade tende a se generalizar como processo administrativo indispensável (SANDRONI, 1994, [s.p.])

Conforme a Norma ISO 8402, rastreabilidade é a capacidade de traçar o histórico, a aplicação ou a localização de um item por meio de informações previamente registradas. Traduzindo para a pecuária, a rastreabilidade bovina implica que seria possível, a partir de determinado corte encontrado no açougue, identificar a origem do animal bem como os tratamentos que recebeu durante sua vida. A identificação é o procedimento aprovado e autorizado pelo órgão competente, destinado à marcação permanente de animais ou à aplicação de dispositivos internos ou externos, visando à caracterização e ao monitoramento

individual de bovinos e bubalinos, em todo o território nacional.

A União Europeia passou a exigir que todos os países que exportam para seu mercado adotem sistemas de controle e gerenciamento de risco semelhantes ao seu processo de identificação e registro de animais, e também de rotulagem, a fim de garantir a rastreabilidade. Tal exigência é baseada no princípio de equivalência, estabelecido pelo Acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS). Este princípio estabelece que um país pode apenas exigir dos demais países exportadores o cumprimento de legislações que são aplicadas no seu mercado doméstico. Portanto, a União Europeia primeiramente organizou e implementou seu sistema de identificação de bovinos para poder exigir esse mesmo sistema de identificação e controle dos países que para lá exportam.

Após o primeiro passo dado pela União Europeia, outros países também passaram a implantar e exigir os procedimentos para garantir a rastreabilidade e a certificação da carne bovina produzida em seus países ou importada.

A RASTREABILIDADE NO BRASIL

As deficiências do controle sanitário e ausência de um sistema de registro e identificação nacional de bovinos foram alguns dos aspectos que levaram uma missão da União Europeia a classificar o Brasil, em abril de 2002, como um dos países que apresentavam risco de manifestar a BSE, apesar de nunca ter havido um único caso desta enfermidade no país.

Os motivos para tal desconfiança por parte das autoridades europeias deveram-se às irregularidades no preenchimento das Guias de Trânsito Animal (GTAs), que registram o trânsito de animais e atestam a sanidade destes, irregularidades nas notas fiscais e também pelo fato de haver em nosso território animais vindos da Inglaterra (região originária da BSE e mais afetada), cujo paradeiro era desconhecido.

Esta missão, apesar de reconhecer o esforço do governo brasileiro para implementar um sistema de medidas preventivas e de monitoramento relacionado à BSE, fez duras críticas ao sistema de defesa agropecuária existente no país, que o Brasil rejeitou. A missão enfatizou a ausência de fatores essenciais para que o sistema de defesa funcione, citando apropriadamente a não existência de um sistema de identificação individual de animais como um dos principais fatores para que o combate à BSE seja eficiente.

Desta forma, a comissão não encontrou maneiras de identificar se estes animais vinham originalmente de outros países onde a BSE manifestou-se porque os documentos oficiais brasileiros apenas registram o número de animais, e não a sua procedência. Esses fatores – segurança do alimento, tendência de certificação dos alimentos de origem animal e vegetal,

equivalência sanitária e falta de controle de registros de rebanho – levaram o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) à criação do SISBOV, Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina, que foi promulgado através da Instrução Normativa nº 01, de 10 de janeiro de 2002.

A Instrução Normativa que criou o SISBOV o define como "o conjunto de ações, medidas e procedimentos adotados para caracterizar a origem, o estado sanitário, a produção e a produtividade da pecuária nacional e a segurança dos alimentos provenientes dessa exploração econômica". Estabelece também seu objetivo: "Identificar, registrar e monitorar, individualmente, todos os bovinos e bubalinos nascidos no Brasil ou importados", conforme procedimentos previamente aprovados pelo MAPA. No organograma do Ministério o SISBOV está subordinado à Secretaria de Defesa Agropecuária.

Inicialmente o SISBOV era obrigatório a todos os bovinos. Essa necessidade foi revogada em janeiro de 2005, pela Instrução Normativa nº 01/2005. Além disso, o certificado sanitário aprovado pela União Europeia para exportação de carne bovina do Brasil deve assegurar que a carne bovina provenha de animal nascido e criado no Brasil; que esteja em área habilitada pela União Europeia há pelo menos 90 dias antes do abate; e que esteja na última propriedade há pelo menos 40 dias antes do abate. A Instrução Normativa nº 17/2006, de julho de 2007, trouxe mudanças e estabeleceu o novo SISBOV. O próprio conceito de rastreabilidade foi alterado no Brasil: se antes apenas o animal deveria ser rastreado, o SISBOV passou então a compreender o conceito de Estabelecimento Rural Aprovado no SISBOV (ERAS). Outra importante mudança do novo SISBOV determina que, a partir de 2009, somente poderão ter o certificado ERAS animais nascidos na própria propriedade ou provenientes de outros ERAS. Vale ressaltar, no entanto, que o novo SISBOV manteve o caráter voluntário de adesão.

Apesar de o SISBOV ter sido criado para atender às exigências da União Europeia, ele servirá também para modernizar a pecuária nacional, que é uma importante geradora de empregos, pelos investimentos existentes em estrutura, de divisas para a balança comercial brasileira, através das exportações (embora apresente uma produtividade baixa e deva modernizar-se) e, principalmente, por ser uma das mais importantes fontes de proteína animal para a população, esta atividade requer atenção e reconhecimento dos órgãos públicos para seus problemas. Como já foi dito, o consumidor está cada vez mais consciente da importância de adquirir alimentos saudáveis, sobre os quais tenham conhecimento da origem, do valor nutricional e da qualidade. É crescente a preocupação com a segurança do alimento. Essa mudança na tendência dos consumidores foi um dos principais fatores estimulantes para desencadear a proposta e instalação de programas de

rastreabilidade e certificação de produtos de origem animal e vegetal no mundo.

A RASTREABILIDADE NA ARGENTINA

Na Argentina, a rastreabilidade para exportação à UE é realizada por meio do Sistema de Identificación de Ganado Bovino para Exportación (SIGBE) do Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria (SENASA). O marco normativo que regulamenta o Sistema compreende: i) a Resolución SENASA nº 15/2003, que cria o sistema e une os marcos regulatórios anteriores, como às resoluções de “Registro de Establecimiento Rurais Provedores de Gado para Abate de Exportação à União Européia” e “Registro de Establecimientos Pecuários de Engorda a Curral provedores de bovinos para abate com destino a exportação” (Resolución SENASA nº 496/2001 e a Resolución SENASA nº 2/2003).

Além do sistema voltado à exportação, outro sistema de rastreabilidade coexiste na produção bovina, voltado ao mercado interno. Até 2006, a identificação dos bovinos voltados ao mercado interno era feita por meio da identificação em grupos de animais, com menor rigor de rastreabilidade. No final de 2006, foi implementada a Chave Única de Identificação Pecuária (CUIG), que, por meio da Resolução nº 746/2006, convocou os produtores rurais, mesmo àqueles que produziam apenas para o mercado interno, a identificar individualmente os bezerros e bezerras nascidos a partir de 2006. O objetivo era que, até 1º de janeiro de 2007, todos os bezerros e bezerras fossem animais identificáveis individualmente, e, dessa forma, gradualmente todo o rebanho argentino se tornaria individualmente rastreado.

As principais características do sistema de rastreabilidade são:

- a. A partir de 2007 a identificação individual dos animais passou a ser obrigatória a todos os produtores rurais. Não obstante, o processo de rastreabilidade completo, que, além do registro dos animais e propriedades, também compreende o registro dos eventos e movimentação, é obrigatório apenas àqueles produtores que desejarem fornecer gado para exportação à UE;
- b. A identificação dos animais é realizada por meio de um único brinco na orelha esquerda com o nº de Registro Nacional Sanitário de Produtores Agropecuários (RENSPA) do produtor. Os animais de confinamento levam uma identificação adicional, para diferenciação dos animais de cria extensiva;
- c. Os brincos são vendidos aos produtores por empresas credenciadas no SENASA. O Serviço autoriza lotes de produção dos brincos, distribuindo os números de identificação às

empresas. Quando o lote termina de ser fabricado, as empresas podem contatar o Senasa para adquirir a autorização de produção de mais um lote; Caso o animal perca o brinco de identificação, o animal poderá ser reidentificado por outro brinco, desde que essa ocorrência seja registrada no Livro de Registro de Movimentos e Existências;

e. Assim como no novo SISBOV, os estabelecimentos argentinos precisam ser previamente registrados como Estabelecimento Rural Provedor de Gado para Abate de Exportação (EPRGFE), o equivalente ao ERAS brasileiro. Para que o cadastro das propriedades seja aprovado, é necessário comprovar que os animais nunca tenham sido tratados com substâncias hormonais tirostáticas ou qualquer outra com princípio ativo que tenham efeito anabolizante. Os bovinos de um estabelecimento registrado somente podem ser cria do próprio rebanho ou de Estabelecimento Rurais de Origem (ERO) – propriedades de cria.

f. O registro de movimentação contém informações sobre os brincos recebidos e utilizados pelo produtor, os eventos e a movimentação propriamente dita (nascimentos, mortes, ingressos e saída), e a existência dos animais;

g. Para cada saída de animal em uma propriedade, são feitos registros do grupo de animal movido (TRI), com a identificação dos locais e de cada animal envolvido na movimentação. Para cada entrada de animal, são utilizadas guias de trânsito de animais (DTA) com suas respectivas guias de movimentação (TRI);

h. Antes de saírem das propriedades rumo ao abate para exportações, veterinários habilitados pelo SENASA realizam o despacho conferindo a documentação de movimentação (DTA, TRI e guias de movimentação).

Apesar de ser lei no país, a picanha argentina, famosa nos melhores mercados de carne do mundo, não tem lá seus melhores padrões de rastreabilidade. Isso, apesar de o rebanho argentino ser, pelo menos, três vezes menor do que o do Brasil. A rastreabilidade na Argentina não funciona de maneira adequada devido as fragilidades no sistema de identificação do gado para os frigoríficos que exportam. Por exemplo, não se registram tratamentos nos animais. Sabe-se apenas o número de cada gado, que muitas vezes pode ser falso para "legalizar" animais que não tinham identificação. E é isto, teoricamente, que o frigorífico registra na hora de exportar.

É muito comum se ouvir que nem todos os animais são vendidos com identificação, pois existe ainda muita informalidade. Um pecuarista familiar argentino entrevistado para essa pesquisa relatou que alguns vizinhos “recolhiam e ferviam os brincos que os animais arrancavam ao jogar-se contra os arames do campo para colocar de novo em outro animal”, violando assim o princípio básico da rastreabilidade, que determina que os brincos só

podem ser utilizadas uma vez. Apesar dessas informalidades, a União Europeia parece ser tolerante com os problemas da rastreabilidade argentina, possivelmente porque a Argentina se mostrou com menor risco nas auditorias feitas pela Comissão Europeia.

A RASTREABILIDADE NO URUGUAI

Diferentemente do Brasil e da Argentina, a rastreabilidade no Uruguai é obrigatória para todo rebanho desde 1º de setembro de 2006. Cada animal possui uma identificação individual. Não existem certificadoras nem outras empresas envolvidas na comercialização de brincos, que são gratuitos, assim como outros formulários, fornecidos pelo Ministério de Agricultura do Uruguai. A movimentação de animais é gerida por um operador independente, habilitado pelo Ministério de Agricultura, que emite guias de trânsito e realiza outros procedimentos. Como todo o rebanho e todas as propriedades são registrados, a movimentação tem requisitos mais brandos que no caso brasileiro. Com todo o rebanho rastreado, o Uruguai não tem necessidade de saber se o animal deixou uma área específica ou se deslocou para áreas não habilitadas, por exemplo.

A rastreabilidade no Uruguai é realizada por meio do *Sistema de Identificación y Registro Animal (SIRA)*, administrado pela *Dirección General de Servicios Ganaderos del Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca (MGAP)*. O marco normativo que regulamenta o SIRA compreende a Resolução Ministerial nº 10.569, de 21 de março de 2006, e a Lei nº 17.997, de 8 de agosto de 2006. A implementação do sistema foi organizada para ocorrer em duas etapas, a primeira, de 1º de setembro de 2006 até 2009, e a segunda etapa, de 2010 (como meta) em diante. Na primeira fase, a rastreabilidade compreende apenas a produção primária, ou seja, a identificação individual dos bovinos e o registro dos acontecimentos até o seu abate. Na segunda fase, a rastreabilidade passará a compreender também o processamento e distribuição, ou seja, a identificação e registro da carne.

São quatro os elementos básicos que compõem o SIRA:

- a. Identificação animal e individual: cada identificação individual está associada apenas a um animal e cada animal está associado apenas a uma identificação individual.
- b. Identificação dos locais: cada identificação de local está associada a um lugar geográfico único e específico (fazenda, frigorífico, etc) e cada local possui uma identificação. Os números de identificação de local são depositados na *División de Contralor de Semovientes* (nº DI.CO.SE. físico) do Ministério de Agricultura uruguaio.
- c. Registro de informações: são registradas as informações de local (informação do

proprietário, da fazenda, etc), dos animais (raça, sexo, idade de nascimento) e da ocorrência de eventos (alimentação, vacinas, etc.).

d. Movimentação e mudança de propriedades: são registradas as movimentações dos animais, para outras fazendas, locais de abates, etc.

Outras características importantes do SIRA uruguaio são:

a. Adesão obrigatória a partir de 1º de setembro de 2006, tanto para a identificação individual, como para o registro individual da movimentação de todos os animais;

b. Identificação dos animais até 6 meses após o nascimento ou até a primeira movimentação, caso ocorra antes dos 6 meses;

c. Os brincos e formulários de identificação são solicitados pelos proprietários cadastrados ao Ministério da Agricultura do Uruguai pelo correio, portanto, sem a intermediação de uma empresa certificadora. Os brincos e formulários não têm custo e são dois brincos de identificação, o eletrônico e o visual;

d. Os formulários de identificação dos animais, depois de preenchidos pelos proprietários, são devolvidos ao MGAP para processamento e registro;

e. Os animais que por ventura tenham perdido algum de seus identificadores devem ser reidentificados, sob pena de não poder sair do local em que se encontram. Os animais que perdem os dois identificadores perdem seu status de rastreabilidade;

f. Toda a movimentação de animais, com ou sem mudança de propriedade, deverá ser realizada por um operador habilitado pelo MGAP. Os operadores são pessoas físicas ou jurídicas que se registram no Ministério, recebem capacitação e passam por avaliações. Os operadores são responsáveis por gerir as autorizações de embarque e emitir relatórios de movimentação;

g. O ciclo da rastreabilidade na fazenda deve ser concluído mediante a baixa das identificações, com a devolução dos brincos. A baixa é realizada quando ocorre o ingresso dos animais no frigorífico para o abate. Também em caso de morte natural no campo, consumo, extravio ou roubo, os brincos são depositados na *División de Contralor de Semovientes* (nº DI.CO.SE. físico) do Ministério de Agricultura uruguaio.
